

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**À ESQUERDA DE TORDESILHAS:
UMA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA POPULAR DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO
DE BARRA DO GARÇAS - Mato Grosso.**

.

Marcos Macedo Fernandes Caron

**Brasília
2010**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**À ESQUERDA DE TORDESILHAS:
UMA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA POPULAR DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO
DE BARRA DO GARÇAS - Mato Grosso.**

Marcos Macedo Fernandes Caron

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação, sob a orientação da Professora Doutora Regina Vinhaes Gracindo.

Brasília, 16 de dezembro de 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

Marcos Macedo Fernandes Caron

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Regina Vinhaes Gracindo - PPGE/FE/UnB
(presidente)

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto – PPG - PPFH/ UERJ

Prof. Dr. Sadi Dal Rosso – PPGS/SOL/UnB

Prof. Dr. Erasto Fortes Mendonça – PPGE/FE/UnB

Prof. Dr. Manoel Francisco de Vasconcelos Motta - IE/UFMT

Prof^a Maria Abadia da Silva (Suplente) – PPGE/FE/UnB

AGRADECIMENTOS

A força da experiência histórica nos mostra que uma tese acadêmica, por maior que tenha sido o esforço pessoal do autor, sempre é feita por muitas mãos. Impõe-se, portanto, independente da extensão da lista, citá-las na sua integralidade ao final da luta, para que então possamos repartir, ao menos no campo moral e afetivo, os frutos do trabalho com todos os colaboradores do estudo. Nesse sentido, estendo meus agradecimentos:

- À CAPES, pelo apoio dado ao desenvolvimento da pesquisa e às condições necessárias e indispensáveis ao empreendimento final desta tese.

- À minha esposa Cíntia, querida, sempre, pelo amor, pelo apoio e por toda a compreensão. Aos meus filhos amados, Bruno e Tamires, por entenderem os momentos de distanciamento e ausência. À minha mãe e meu pai, pela formação moral e de vida. Ao meu irmão Mário, pela convivência diuturna nos debates políticos em prol da igualdade e da justiça, bem como pelo meu acolhimento nesta “Brasília de todos os brasileiros”.

- A minha cara orientadora, Regina Vinhaes Gracindo, Professora e Educadora de primeira linha da Universidade de Brasília, por sua amizade e infinita paciência nos meus momentos de ansiedade e dúvidas, bem como nas inestimáveis sugestões neste trabalho;

- Aos membros da banca examinadora - Professores, Gaudêncio Frigotto, Erasto Fortes Mendonça, Maria Abadia da Silva, Sadi Dal Rosso e Manoel Francisco de Vasconcelos Motta - por aceitarem o convite de participação.

- Ao Professor Odorico Ferreira Neto, “Kiko”, companheiro de jornada acadêmica na UFMT e vereador pelo PT na cidade de Barra do Garças (2009/12), na paciente disposição de fornecer as informações necessárias e fundamentais ao desenvolvimento do tema, sem as quais a elaboração desta tese não seria possível.

- Ao companheiro e amigo Zózimo Wellington “Chaparral”, pela recepção, abertura e liberdade de ação à minha pesquisa durante sua gestão como Prefeito de Barra do Garças (PCdoB, 2005/ 2008)

- À Professora Fátima Resende, pelas informações prestadas e o desafio de gerir, como Secretária de Educação de Barra do Garças (2005-08), um projeto educacional de larga inclusão social;

- Ao Bispo Emérito Dom Pedro Casaldáliga, líder espiritual católico e militante da Teologia da Libertação de renome internacional, por me receber de alma e braços abertos em sua distante, mas aprazível, São Félix do Araguaia, fornecendo-me valiosas informações complementares sobre a história de luta das organizações populares indígenas e não-indígenas do Vale do Araguaia mato-grossense.

- Ao Professor José Pessoa, um dos fundadores do PCdoB na cidade de Barra do Garças e pró-reitor do Centro Universitário do Araguaia (UFMT), pelo auxílio e presteza nas informações da entrevista.
- Ao Deputado Federal Carlos Abicalil, à Senadora Serys Slhessarenko e ao Deputado Estadual e atual Secretário de Educação do estado, Ságuas Moraes, todos do PT de Mato Grosso, por me receberem nos seus gabinetes em meio às agendas ocupadas, dada às necessidades prementes do movimento social deste vasto estado, ávido por novas demandas de cidadania e inclusão.
- Aos Secretários Municipais do governo Chaparral, José Roberto Mazon (Fazenda), Jairo Marques (Viação e Obras), Sônia Cavallari (Saúde), bem como aos assessores pedagógicos Edson Oliveira e Gecileide Vilela, por todo o auxílio e informações prestadas.
- À Vereadora de Barra do Garças Antônia Jacob, que, independente das nossas divergências no campo político e social do município, recebeu-me em seu gabinete com dedicação e abertura ao diálogo, contribuindo assim para o enriquecimento das investigações sobre o tema da pesquisa.
- Às Diretoras, Professoras e Professores das Escolas municipais Miguel Sutil, Padre Sebastião Teixeira, Moreira Cabral, Laudelino Sousa Santos e da Escola Indígena Xavante “Iró’ oãñpe” (do “Tatu”), pela fundamental e indispensável presença na pesquisa. Sem elas e eles, esta tese não teria razão de ser;
- Ao jovem Rubens Sella, pelo inestimável auxílio e sugestões nas técnicas de informática e diagramação, como também a Robson Freire, pelo primoroso trabalho de impressão e encadernação final da tese;
- Ao povo de Mato Grosso e da cidade de Barra do Garças, estado e cidade que aprendi a admirar ainda mais ao longo dos oito anos de convívio nesta terra, a qual me abriu caminhos para novas oportunidades profissionais e amadurecimento acadêmico.
- Aos amigos que me deram apoio ou a felicidade de compartilhar a amizade.

A todos vocês, meus sinceros agradecimentos.

[...] Passava horas inteiras, dias inteiros fechado no quarto, trancado, a escovar palavras. Logo a turma perguntou: o que eu fazia o dia inteiro trancado naquele quarto? Eu respondi a eles, meio entresonhado, que eu estava escovando palavras. Eles acharam que eu não batia bem. Então eu joguei a escova fora.

(Manoel de Barros, Poeta “Nacional Mato-Grossense”: 1916)

***Perdi-me dentro de mim
Porque eu era um labirinto,
E hoje, quando me sinto
É com saudades de mim***

(Mário de Sá Carneiro: 1890 – 1916)

***“Uma coisa é pôr idéias arranjadas.
Outra é lidar com um país de carne e sangue,
de mil e tantas misérias...
tanta gente...”***

(João Guimarães Rosa: 1908 – 1967)

“Afinal, não é fácil à liderança, que emerge por um gesto de adesão às massas oprimidas, reconhecer-se como contradição exatamente de com quem aderiu”

(Paulo Freire: 1921- 1997)

RESUMO

Esta tese analisa os desafios do projeto educacional democrático popular num dos aspectos mais relevantes da sua tradição histórica: o momento em que se torna, após a vitória eleitoral, o principal mediador das ações políticas de uma administração municipal de esquerda. Tendo como objeto de estudo a gestão do ensino público municipal de Barra do Garças - a maior cidade da histórica região do Vale do Araguaia, no Estado de Mato Grosso - investigamos os limites e as possibilidades de um projeto educacional progressista na tentativa de superar, no embate direto com as forças oligárquicas locais, as práticas e as posturas clientelistas mais usuais nos municípios do interior brasileiro. O período pesquisado concentra-se nos anos de 2005 a 2008, quando a cidade se encontrava, de forma inédita na história da região e do estado, sob administração do Partido Comunista do Brasil, ao qual se aliaram o Partido dos Trabalhadores e alguns extratos das forças tradicionais da política local. Como base teórica de pesquisa, recorreremos à consulta da historiografia regional sob as lentes da “filosofia da práxis”, ambas mediadas pelas reflexões mais pertinentes da pedagogia crítica-progressista nacional e latino-americana. A coleta empírica de dados diversificou-se entre acervos originais, publicações jornalísticas, estudos acadêmicos e documentos oficiais da prefeitura. Também foram entrevistadas, durante o referido mandato e na campanha pela reeleição em 2008 (que resultou na derrota da esquerda local frente às forças oligárquicas tradicionais da cidade), 48 personalidades entre o prefeito, secretários municipais de governo, representantes da Teologia da Libertação, parlamentares dos partidos de esquerda da bancada estadual e federal de Mato Grosso, sindicalistas do magistério local e estadual, educadores indígenas da etnia Xavante e, base fundamental da amostragem da tese, profissionais da educação de cinco escolas municipais de perfis variados, os quais se constituíram como os sujeitos principais nas análises sobre o tema. Nossa hipótese partiu da constatação inicial de que, a despeito do crescimento eleitoral da esquerda brasileira nas duas últimas décadas, a organização popular, notadamente nas cidades pequenas e médias, continua frágil no que tange à construção de um programa político calcado na independência de classe. Nesse sentido, além da necessidade de se estabelecer negociações políticas específicas para permitir as condições de governabilidade dos partidos de esquerda locais, concluímos que o discurso de “*prioridade máxima à educação*” tem-se mostrado insuficiente para desconstruir, isoladamente, as posturas eleitorais clientelistas de amplas camadas das populações destes municípios.

Palavras Chave: Educação e Eleições; Educação Municipal; Educação Progressista; Prioridade à Educação; Projeto Educacional Democrático Popular; Tradição Marxista.

ABSTRACT

This thesis considers about the popular democratic educational projects in one of most relevant aspects of its historical tradition namely: the moment becomes, after his elections victory, in main mediator of politics actions of a municipal left-wing administration. As object of study the management of municipal public education of Barra do Garças – the biggest city of the historical Araguaia Valley area in Mato Grosso state - we investigated the limits and possibilities of a progressive educational project in an attempt to overcome, in direct confrontation with local oligarchic family forces, the practical and clientelistic postures most used in Brazilian inland towns. The research period concentrates on the years 2005 to 2008, when the city was, unprecedented in the history of the region and state, under the administration of the Communist Party of Brazil which allied to “Partido dos Trabalhadores” (Worker’s Party) and some extracts of traditions forces of local politics. As theoretical basis of research, we consult the regional historiography under the lenses of historical and dialectical materialism, both mediated by the most relevant considerations in national and Latin America critical-progressive pedagogy. Collecting empirical data diversified in original documents, news publications, academic studies and official town hall documents. Were also interviewed, during that mandate and the re-election campaign in 2008 – which resulted in the defeat of the local left-wing against the traditional oligarchic family city – 48 personalities among the mayor, municipal government secretaries, representatives of Liberation Theology, state and federal left-wing parliamentary of Mato Grosso, union leaders of local and state teachers, indigenous teachers of Xavante ethnicity and, the fundamental basis of sampling of the thesis, teachers from five municipal school of different profiles which constituted the main spokesmen of the analysis on the topic. The hypothesis came from initial observation that - despite growth and electoral victories of the Brazilian left-wing in the last two decades - the popular organization noticed that small and midtowns continues fragile in terms of building a political programme underpinned by the class independence. Accordingly, beyond the need to establish specific political negotiations to permit local left-wing party governance conditions, we conclude that the “*maximum priority to education*” speech has proved insufficient to deconstruct, alone, the clientelist electoral postures of large sections of the populations of these municipalities.

Keywords: Education and Elections; Municipal Public Education; Progressive Education; Priority to Education; Popular Democratic Educational Projects; Marxist Tradition.

RÉSUMÉ

Cette thèse est une réflexion sur les défis du projet éducationnel démocratico-populaire dans un des aspects les plus notables de sa tradition historique : le moment où il devient ,après la victoire aux élections, le principal médiateur des actions politiques d'une administration municipale de gauche. Pour avoir comme objet d'études, la gestion de l'enseignement public municipal de Barra do Garças - la plus grande ville de la région historique de la vallée du fleuve Araguaia dans l'Etat de Mato Grosso – nous avons enquêté sur les limites et les possibilités d'un projet éducationnel progressiste dans la tentative de vaincre en opposition directe avec les forces oligarchiques locales, les pratiques et les postures commerciales les plus fréquentes rencontrées dans les communes de l'intérieur du Brésil. La période de réflexion se concentre dans les années de 2005 à 2008, quand la ville s'est trouvée d'une façon inédite pour la région et pour l'Etat, administrée par le parti communiste du Brésil, allié au Parti des Travailleurs et à quelques forces individuelles locales. Comme base théorique de recherche, nous avons recouru à une consultation de l'historiographie régionale, sous les regards du matérialisme historique, tous deux mesurés par les réflexions les plus pertinentes de la pédagogie critico-progressiste nationale et latino-américaine. La collecte empirique d'informations s'est diversifiée entre des archives originales, des publications journalistiques, des études académiques et des documents officiels de la Mairie. On a aussi interviewé ,pendant la durée du mandat du maire et la campagne électorale de 2008 (qui a eu pour résultat la perte du mandat de la gauche locale face aux forces oligarchiques traditionnelles de la ville) 48 personnalités dont le Maire, les secrétaires d'Etat du gouvernement, des représentants de la théologie de la Libération, des parlementaires des partis de gauche de la chambre des députés du gouvernement du Mato Grosso, des syndicalistes du professorat local et d'Etat, des éducateurs indigènes de l'Ethnie Xavante et des professionnels de l'Education des cinq écoles municipales aux profils variés, lesquels se sont constitués dans la complémentarité principale des analyses sur le thème. Notre hypothèse est partie de la constatation initiale que, par manque de considération de la croissance de l'électorat de la gauche brésilienne ces deux dernières décennies, l'organisation populaire, surtout dans les villes petites et moyennes continue fragile en ce qui concerne la construction d'un projet politique basé sur l'indépendance de classe. Dans ce sens, en plus de la nécessité d'établir des négociations pour permettre des conditions de gouvernement des partis de gauche locaux, nous avons conclu que le discours de priorité maximum à l'Education s'est montré insuffisant pour détruire, isolément, les postures clientélistes des grandes couches des populations de ces communes.

Mots clés: Education et élection; Education municipale; Education progressiste; Priorité à l'Education; Projet Educationnel Démocratique Populaire; Tradition Marxiste.

LISTA DE ABREVIATURAS:

ANC	Assembléia Nacional Constituinte
ANPED	Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa Nacional
ARENA	Ação Renovadora Nacional (partido político conservador, já extinto)
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CF	Constituição Federal (Constituição da República Federativa do Brasil)
CNM	Confederação Nacional de Municípios
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas (partido político de perfil empresarial/conservador; ex-PFL)
DRU	Desvinculação de Receita da União
EAD	Educação à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FHC	Fernando Henrique Cardoso (Presidente da República pelo PSDB, 1995/2002)
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GDP	Governo Democrático e Popular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases Nacional
LULA	Luiz Inácio Lula da Silva (Presidente da República pelo PT, 2003/2010)
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MPE	Ministério Público Estadual
MPU	Ministério Público da União
MST	Movimento dos Sem-Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCI	Partido Comunista Italiano
PCs	Partidos Comunistas
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista

PF	Polícia Federal
PEDP	Projeto Educacional Democrático Popular
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular socialista
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PCS	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido do Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista do Brasil
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
SINTEP/MT	Sindicato dos Trabalhos no Ensino Público de Mato Grosso
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TCE - MT	Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNE	União Nacional dos Estudantes
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UnB	Universidade de Brasília
UP	Unidade Popular (Frente de partidos de esquerda no Chile, 1970/73)

Índice de Gráficos, Tabelas, Quadros, Mapas e Figuras

I - ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO	TÍTULO	PÁGINA
1	Pesquisa nacional sobre os problemas brasileiros	67
2	Comparativo das despesas com educação, esporte e cultura em Barra do Garças – MT, 2004/08	70
3	Pesquisa nacional: PENUD (2009)	72
4	Pesquisa nacional: PENUD (2009)	73
5	Crescimento populacional de Mato Grosso (1940-2010)	118
6	Exportações de Mato Grosso (U\$) 1998-2010)	119
7	Evolução dos gastos em educação por ente federado	200
8	Repasse Constitucionais FUNDEF/FUNDEB – Barra do Garças - MT	206
9	Principais problemas apontados pelas unidades escolares (amostragem) de Barra do Garças no Plano Municipal de Educação em 2007	213
10	Diretrizes da Secretaria de Educação de B. do Garças (2006/07)	214
11	Comparativo 2005/2007 do IDEB: anos iniciais do ensino fundamental nas cidades pólo do Estado de MT	218
12	Total de matrículas na rede pública municipal de Barra do Garças/MT (2004 a 2008)	222
13	Quantidade de alunos matriculados na rede municipal de ensino de Barra do Garças/MT– Creche, Ed. Infantil, Ensino Fundamental séries iniciais e finais .	224
14	Total de matrícula em todas as dependências no município de Barra do Garças (2004 a 2008)	225
15	Despesa realizada em educação: comparação da média do governo Chaparral com o ano de 2004	229
16	Despesa realizada (educação + esporte + cultura), 2004/08. Barra do Garças	230
17	Despesa realizada em educação proporcional à receita orçamentária (%) 2004/08. Barra do Garças - MT	231
18	Despesa realizada em educação + esporte + cultura – proporcional ao gasto orçamentário: 2004/08, B. do Garças (%)	231
19	Consumo de material em esporte: 2004/08. B. do Garças.	232
20	Consumo de material em cultura: 2004/08. Barra do Garças	232
21	Consumo de material em educação: 2004/08, B.do Garças	233
22	Despesas / obras em educação: 2004-08, Barra do Garças	234
23	Comparativo entre receitas orçamentárias: 2004/08, B. do Garças	239
24	Relação entre as receitas orçamentárias e despesa com pessoal: 2004/08, Barra do Garças - MT	242
25	Despesa com pessoal em educação (incluindo FUNDEF e FUNDEB) e com recursos próprios: 2004/08, Barra do Garças	244
26	Despesa com pessoal em relação ao orçamento total: 2004/08, Barra do Garças - MT	245
27	Influência dos professores na vitória eleitoral das esquerdas	255
28	Repercussão política/partidária das eleições 2004	258
29	Repercussão política/partidária das eleições 2004 por escola	259
30	Reflexão da gestão na perspectiva dos princípios do Projeto Democrático popular pelos professores	263
31	Comparação da gestão do governo Chaparral com as gestões anteriores	265

32 e 33	Compreensão e postura da população em relação ao projeto educacional do governo Chaparral	266/269
34	Compreensão e postura dos professores municipais em relação ao projeto pedagógico do governo Chaparral	270
35	Comparação da gestão da Secretaria de Educação (2005/2008) com as gestões anteriores	271
36 e 37	Gestão democrática: reflexão dos professores da amostragem	372/274
38 e 39	Resultado eleitoral de Barra do Garças em 2008. Amostragem da votação por perfil residencial (aproximado)	287

II - ÍNDICE DE TABELAS

TABELA	TÍTULO	PÁGINA
1	Amostragem do resultado da reeleição para prefeito (2000/2004) nas pequenas e médias cidades brasileiras	68
2	Resultado das eleições municipais para Prefeito –Barra do Garças -- MT, 2004	138
3	Resultado das eleições municipais para Vereadores - Barra do Garças – MT, - 2004	139
4	Voto em legenda nas eleições municipais de Barra do Garças - MT	141
5	Voto em legenda nas eleições municipais de Barra do Garças (2004) por perfil programático	143
6	Repasse Constitucionais FUNDEF/FUNDEB – Barra do Garças MT	205
7	Transferências da União/ Emendas Constitucionais/ Educação: Barra do Garças: 2004-2009	207
8	Comparativo 2005/2007 do IDEB. Cidades Pólos mato-grossenses e Barra do Garças: MT	217
9	Comparativo 2005/2007 do IDEB: Barra do Garças/Brasil	218
10	Comparativo dos anos iniciais e finais do IDEB 2005 /2007 Cidades Pólos do MT e Barra do Garças	218
11	Comparativo do IDEB 2005/2007: Escolas da amostragem. Anos Iniciais. Barra do Garças	219
12	Comparativo do IDEB 2005/2007: Escolas da amostragem. Anos Finais. Barra do Garças	220
13	Comparativo entre o programa de campanha eleitoral da Coligação “Barra de Todos, Barra Melhor” (2004) e os resultados obtidos em 2008	221
14	Proporção de docentes públicos municipais por habitante nas Cidades Pólos do MT	238
15	Reajustes Salariais dos Professores Municipais de Barra do Garças: 2005/2008	243
16	Escolas da amostragem: diferenciação política por residir numa cidade governada pelo PCdoB	260
17	Resultado Eleitoral p/ Prefeito, 2008: Barra do Garças	286

III - ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO	TÍTULO	PÁGINA
1	Campos de ação e sujeitos pesquisados	44
2	Delineamento das entrevistas realizadas	45
3	Detalhamento do campo do objeto de tese	46
4	Delineamento das entrevistas do campo interno do objeto	47
5	Caracterização básica das escolas pesquisadas	48
6	Pesquisa na Imprensa de Barra do Garças:2006/2008	164
7	Avaliação do Governo Chaparral, 2007/08.	172

8	Formação histórica básica do Projeto Democrático Popular e derivações atuais: 1) Programa Revolucionário, 2) Frente de Esquerda; 3) Programa Negociado; 4) Programa Democrático Popular negociado em condições de fragilidade	178
9	Quadro Funcional da Educação Municipal de Barra do Garças (2008)	236
10	Número de entrevistados por escolas da amostragem	250
11	Comparativo das aspirações do eleitorado majoritário com as do projeto educacional democrático popular	295

IV - ÍNDICE DE MAPAS

MAPA	TÍTULO	PÁGINA
1	A “Grande Barra”: 1950/1970	111
2	Municípios emancipados de Barra do Garças: 1970/1990	112
3	Barra do Garças: entroncamento rodoviário da BR 158 e 070	113
4	Projetos particulares de colonização em Mato Grosso: 1970: 1990	116
5	Planta do Município de Barra do Garças: 2000	121
6	Zona rural e urbana de Barra do Garças	122
7	Mato Grosso – divisão municipal no ano de 1980	202
8	Mato Grosso – divisão municipal no ano de 2000	203
9	“Cidades Pólos” de Mato Grosso	204
10	Localização geográfica da temática da tese: Brasil / Mato Grosso	316

V - ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA	TÍTULO	PÁGINA
1	Quadros e pinturas clássicas dos rios e sertões mato-grossenses	83
2	Apresentação do Plano de Governo: Candidatura Chaparral - 2004	132
3	Plano de Governo: Candidatura Chaparral -2004	133
4	Programa de educação da candidatura Chaparral: 2004	181

SUMÁRIO

PG

APRESENTAÇÃO: <i>Sombras nas luzes</i>: interrupção de um projeto educacional democrático popular.	18
INTRODUÇÃO: Referenciais teóricos, metodológicos e organizacionais do estudo: a experiência da gestão democrático popular no campo de estudo como base para novas reflexões das políticas educacionais do campo da esquerda progressista.	25
PARTE I: O discurso educacional democrático popular: atualizando problemas e conceitos.	51
CAPÍTULO I: O discurso educacional progressista como suporte ideológico de prática política e transformação social: elementos históricos e atuais para uma nova reflexão crítica.	51
1.1- <i>Das barricadas à sala de aula</i> : resgate das lutas educacionais pelo campo democrático popular.	52
1.2- Antecedentes históricos da <i>educação transformadora</i> : dos ideários éticos liberais à transformação social da esquerda democrática.	55
1.3 - <i>Dos céus à terra</i> : a esquerda educacional progressista nos anos de 1990.	59
1.4 - <i>Todos pela educação ?</i> : convergências e dissimulações no século XXI.	62
1.5 - <i>A Educação como Prioridade Máxima Social</i> : faltou perguntar ao povo? contradições entre o sonho educacional da esquerda e a vontade popular.	65
1.6 – <i>Do todo à unidade</i> : o caso de Barra do Garças como possibilidade de contribuição ao debate da temática educacional.	76
PARTE II: Espaços dinâmicos; elites conservadoras: contexto histórico, cultural geográfico e político do tema.	82
CAPÍTULO II: - <i>Utopia às margens do rio</i>: tradição e mudança nos domínios das oligarquias familiares no Vale do Araguaia.	
2.1 - 2004: os ventos sopram à esquerda no leste do Mato Grosso.	84
2.2 – <i>Oligarquias autóctones</i> : a tradição coronelista em Barra do Garças.	89
2.3 - <i>Intelectualidade garimpeira</i> : imaginário e consentimento social na cultura histórica de Barra do Garças.	93
2.4 - <i>Semeadores da igualdade</i> : recapitulando as primeiras lutas dos movimentos sociais de esquerda na região do Vale do Araguaia mato-grossense. (1970-1990).	105
2.5 – <i>Elites que não circulam</i> : mudanças no espaço e conservadorismo na política local (1950/2004)	109
CAPÍTULO III: <i>Brechas e oportunidades</i>: a alternativa democrática popular no ambiente oligárquico barra-garcense e a vitória eleitoral das esquerdas nas eleições municipais de 2004.	124

3.1 – Alianças na campanha eleitoral: oportunismo ou oportunidade histórica?	125
3.2 – Oligarquias cambiantes, mas no comando.	135
3.3 - <i>Chegada ao poder ou ocupação alternativa da ordem?</i> Reexaminando os resultados eleitorais de 2004.	137
3.4 – A posse: abertura e transparência X clientelismo paternalista.	143
CAPÍTULO IV: <i>Chuva de canivetes</i>: a oposição ao governo democrático popular da cidade de Barra do Garças e as contradições da esquerda enquanto Governo. (2005/2008).	148
4.1 – <i>Direita, volver !</i> : a velha oligarquia se rearticula.	149
4.2 - <i>Heranças malditas e paciência burocrática</i> : contradições da esquerda enquanto governo.	150
4.3 – <i>Alçapões do passado</i> : armadilhas administrativas herdadas pelo governo Chaparral.	157
4.4 – <i>Trincheira Conservadora</i> : a oposição da Câmara dos Vereadores à Prefeitura Popular.	160
4.5 – <i>Mídia Feroz</i> : ataque dos meios de comunicação ao governo popular.	164
4.6 – <i>Fogo Amigo</i> : divisões no campo da esquerda.	167
4.6.1 – <i>O velho drama</i> : sindicatos de esquerda x governos populares.	167
4.6.2 – <i>A foice sem o martelo</i> : crise interna do Partido Comunista do Brasil de Barra do Garças. (2006/2008).	169
4.7 - Um modelo democrático popular específico, em condições determinadas.	176
PARTE III - <i>Sonhos além dos limites?</i>: experiência educacional das esquerdas progressistas; vitória democrática e derrota eleitoral.	181
CAPÍTULO V: A Escola Pública como estratégia central de construção do governo democrático popular: riqueza teórica, limites na prática.	182
5.1 –: <i>De cidade pólo a Pólo Educacional</i> : perspectivas teóricas, políticas e programáticas das esquerdas barra-garcenses na construção de um projeto educacional transformador.	183
5.2 - Programa petista com “tempero” comunista?	187
5.3 - Escola de quadros: o SINTEP-MT na formação da esquerda mato-grossense.	194
5.4 – <i>Além do neoliberalismo?</i> : breve recorte da municipalização da educação brasileira no contexto específico do campo de estudo	197
5.5 – <i>Pensar a escola no Chão da escola</i> : projetos pedagógicos do governo popular (2005/2008)	207

CAPÍTULO VI: <i>Intramuros pedagógico</i>: governo das escolas ou governo da cidade?	227
6.1 - Análise empírico-comparativa da administração democrática popular.	228
6.2 – <i>Olhares internos</i> : experiência democrática popular na visão dos professores.	247
6.3 – <i>Realizadores X Educadores</i> : quando o asfalto supera a escola.	277
CONSIDERAÇÕES FINAIS: Contradições da esquerda popular democrática: repensando o discurso educacional progressista como estratégia de mobilização social.	289
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	304
ÍNDICE ONOMÁSTICO	316
APÊNDICE:	317
1- Informações geográficas da temática da tese (dados e mapa)	
2- Paisagens da pesquisa: fotos de personagens, escolas, aldeias indígenas e bairros da cidade de Barra do Garças	319

APRESENTAÇÃO

Sombras nas luzes: interrupção de um projeto educacional democrático popular.

“A educação libertadora continua sendo uma meta por alcançar, não obstante as muitas e ricas experiências levadas a cabo durante as duas últimas décadas. É possível que os resultados não correspondam aos esforços realizados e aos recursos empenhados, não por culpa dos grupos de educadores comprometidos, mas porque vivemos em um mundo de injustiças onde os sistemas de ensino, mais que libertar os explorados, colaboram com a estrutura dominante”. (GUTIÉRREZ, 1988: 109)

“Para as gerações atuais e ainda para as próximas, prioritário é o estudo crítico das tentativas e das derrotas da esquerda. Nenhuma complacência se admite na revelação e análise das responsabilidades de correntes políticas e de lideranças individuais, se não quisermos o triste privilégio da infundável repetição dos erros”. (GORENDER, 1990)

“Soou o terceiro sinal. A platéia inquieta se aquieta e silencia. A luz se apaga. (Abre a cortina). O espetáculo se inicia. O corifeu irrompe e começa a contar a história de uma região e de um povo – o povo mato-grossense” (Alcides Moura Lott: “O teatro em Mato Grosso”, 1987;17)

Na manhã do dia 1º de janeiro de 2009, último dia dos trabalhos de campo da presente tese, durante a posse do (então) “novo” prefeito do município mato-grossense de Barra do Garças – um ex-prefeito ligado às oligarquias familiares locais que acabara de derrotar a breve experiência do mandato do PCdoB nos últimos 4 anos – pensávamos sobre a enorme distância que separa o ideário socialista das práticas políticas dos pequenos e médios municípios do centro-oeste brasileiro.

Presente solitariamente¹ na Câmara Municipal da cidade, em meio a um público que vê e pensa o mundo de forma conservadora, independente da classe social à qual pertença, observávamos a forma como chegava ao fim o estudo de campo que empreendêramos nos 18 meses anteriores. Ao presenciar velhas oligarquias festejando com júbilo sua vitória no pleito municipal, após uma campanha impregnada pelo fisiologismo clássico e encabeçada por um candidato processado por enriquecimento ilícito, apropriação indébita de bens públicos quando prefeito (1997/2004), malversação na privatização de empresa municipal e

¹ Exceto pela companhia de “Kiko” (Odorico Ferreira Cardoso Neto), tomando posse como vereador eleito pelo Partidos dos Trabalhadores, de sua companheira (Deise David Oliveira), e da Secretária de Educação do município ao longo dos quatro anos do governo democrático popular, Professora Fátima Resende. Em razão do nível acirrado da campanha, bem como da oposição implacável dos partidários do novo prefeito à gestão anterior, decidiu-se, por parte da esquerda - para evitar maiores constrangimentos e atritos - que não haveria “troca de faixas” entre o ex-prefeito (Zózimo Wellington Chaparral, do Partido Comunista do Brasil) e o que tomava posse (Wanderlei Farias, do Partido da República, PR). Isso, naturalmente, levou à ausência praticamente completa da equipe do ex-prefeito e da militância da esquerda local no evento.

irregularidades na formação da chapa, ficava claro que a organização política e a mobilização popular no Brasil ainda correm sobre bases muito frágeis.

Contudo, estávamos ali como “cientistas”, e tal afirmação consiste em apenas mais uma hipótese, dentre tantas outras, que procura explicar a complexidade do universo político brasileiro. Afinal, tratava-se de um tema na “contramão” dos acontecimentos do Brasil e da América Latina nesta primeira década do século XXI. Enquanto naquele momento os partidos de esquerda assumiam a conquista de quase 600 prefeituras dentre os 5564 municípios brasileiros² – e no Mato Grosso eles saltavam de 7 para 18 municípios em relação ao quadriênio 2004/2008 - o ato de posse em Barra do Garças simbolizava a interrupção brusca, talvez até traumática, de um projeto popular no qual a gestão do sistema público de ensino tinha sido, entre uma série de demandas sociais, o cerne de todas as ações do jovem e inexperiente governo de esquerda que esteve a frente da prefeitura.

Vivenciávamos, portanto, o primeiro momento concreto desta tese. Até então, nossos estudos ocupavam-se mais em registrar a movimentação dos fatos, em especial a campanha pela reeleição do governo popular, levada à cabo por uma ampla coligação de diferentes partidos entre os meses de julho a outubro de 2008. Nunca, em função da natureza e dos objetivos da pesquisa, nos vimos tão dependentes do resultado de um processo eleitoral, pois somente a partir dele é que poderíamos desenvolver o texto na sua plenitude.

Assim, refeita as malas e a “viagem de volta para casa” (Cuiabá), iniciávamos a partir dali o novo ciclo de reflexões que culminaria no desenvolvimento final desta tese. Voltávamo-nos, então, para a ação vital de “decifrar” a “*montanha de dados*” que coletamos no tempo em que permanecemos na cidade, os quais iriam se somar aos estudos teóricos já levantados na época da qualificação do projeto da tese, defendido em maio de 2008. Diante de nós, muitas cópias de documentos da prefeitura, panfletos políticos, dezenas de exemplares dos jornais locais, anotações feitas em cartórios, pesquisas nos acervos históricos da cidade e, principalmente, quase cem horas de gravação de entrevistas com dirigentes políticos, professores da rede pública municipal, debates e atos públicos, inaugurações de obras, horário eleitoral e discursos em comícios ao longo da campanha de 2008.

Adicionamos a este material a produção de um “documentário pessoal” de duas horas de filmagens e entrevistas com o nosso Emérito - e para sempre querido - Bispo Dom

² Para fins da nossa pesquisa, foram considerados como tais o Partido dos Trabalhadores e Partido Comunista do Brasil. Nas eleições municipais de 2008, ambos obtiveram respectivamente 559 e 40 prefeituras. Portanto, em relação a 2004, o primeiro cresceu 38% (de 411 para 559), ao passo que o segundo foi de mais de 300% (de 10 para 40, o maior crescimento percentual de todos os partidos). No caso do Mato Grosso, o aumento do número de municípios governados pela esquerda em 2008 foi exclusivamente do PT (de 7 para 18, ou seja, 157% a mais do que em 2004). Com a derrota eleitoral em Barra do Garças, o PCdoB perdeu a única prefeitura que tinha no estado.

Pedro Casaldáliga, feitas de forma intercalada ao longo de três dias na sua residência em São Félix do Araguaia, em outubro de 2008. Foram conversas de fundamental importância na construção de uma visão mais completa do município de Barra do Garças, bem como das lutas populares na região Leste mato-grossense. Além disso, graças às pesquisas nos arquivos da prelazia local, elas também nos permitiram uma recapitulação histórica mais aproximada do papel da esquerda católica na formação do projeto democrático popular brasileiro e latino-americano. Mais informações sobre o tema obtivemos nos gabinetes do Congresso Nacional em Brasília, com a Senadora Serys Slhessarenko e o Deputado Federal Carlos Abicalil, ambos do PT de Mato Grosso, como também com o atual (2007/2010) Secretário de Educação do referido estado, Ságua Moraes, Deputado Estadual pelo mesmo partido.

No esforço de dar sentido a esse vasto material, nossa “ambição maior” era extrair, a partir do estudo de caso local, algumas reflexões originais no campo nacional da esquerda popular. Buscávamos, naquela derrota eleitoral, explicações teóricas para as seguidas vitórias da esquerda brasileira nos últimos dez anos, como também entender, no sentido inverso, aquela derrota a partir dessas vitórias. Afinal, embora com 54.000 habitantes, a cidade de Barra do Garças fornecia-nos, graças ao seu histórico político, social e geográfico, uma excelente amostragem do universo produtivo e cultural das cidades médias do interior brasileiro, particularmente da Região Centro Oeste. No mais, o projeto educacional levado a cabo pela prefeitura democrática popular era de porte e horizontes grandiosos, uma vez que almejava transformar o sistema municipal de ensino, no curto espaço dos quatro anos de gestão, num modelo inovador de inclusão social pela educação pública:

[...] o sistema escolar deverá ser um dos elementos-chave na estrutura social de Barra do Garças. Para tanto, todo o sistema operacional da Educação Pública do município deve se colocar a serviço do povo, com projetos desenvolvidos pelas escolas, tendo a perspicácia de que não se pode falar em mudança profunda no sistema de ensino sem um projeto social e um projeto de escola (Documento Oficial do “**Relatório de Gestão – 2005**”. Secretaria de Educação de Barra do Garças. Relatório dos 365 dias de governo).

Como não podia deixar de ser, descobrimos muitos fatos interessantes ao longo desta pesquisa. As contradições de uma administração popular no interior de uma região ainda marcada pelo mandonismo tradicional são impressionantes, o que nos fez recordar, ora pelo distanciamento, ora pela proximidade exagerada, as estruturas um tanto esquecidas da “*bürgerliche gesellschaft*” - a “sociedade burguesa”, na clássica definição de Marx dada à “sociedade civil”. Muitas das formas de alianças e articulações políticas nestes municípios, necessárias e fundamentais para se garantir a governabilidade local, eram e continuam sendo novidades para nós. A fragmentação do programa da esquerda no âmbito das cidades pequenas e médias é levada ao extremo, e as relações de clientelismo e

afetividade que se sobrepõe ao jogo do poder são, por mais que se evite, parte integrante da gestão pública municipal (DA MATTA, 1997: 65-104)³.

Porém, a maior contradição verificada deu-se no campo inicialmente menos esperado, ou seja, o campo da educação municipal pública. Foi a partir da derrota dos partidos de esquerda na eleição de Barra do Garças que passamos a perceber, com muito mais propriedade, as dificuldades do ideário educacional transformador em se consolidar como referencial importante nas preferências eleitorais. Essa foi a descoberta central que nos fez refletir sobre a nossa própria história de vida como educadores do campo progressista, bem como a razão maior de querermos buscar outras possibilidades de renovação deste discurso, descritas aqui ao final desta tese.

Por outro lado, a pesquisa não observou só empecilhos, mas também registrou possibilidades. O “mandonismo” das oligarquias locais familiares permanece forte em Barra do Garças, mas a base social que o sustenta encontra-se dividida e sua influência eleitoral diminuiu em relação às eleições do passado. Setores dela, ainda que de forma tibia, incipiente e contraditória, começaram a assumir posturas políticas diferenciadas no sentido de mais respeito à democracia e ao trato adequado com a coisa pública. Além disso, ao lado da forte inclusão social das políticas municipais de educação nas comunidades indígenas da região, parte significativa da população e do funcionalismo público municipal, notadamente os profissionais da educação, experimentou uma nova maneira de administrar sua cidade, ou seja, de forma mais transparente, solidária e democrática. Mais do que nos grandes centros urbanos, vimos de perto o quanto podem ser efetivas as políticas públicas municipais calcadas na promoção da cidadania e na valorização dos sistemas de ensino locais.

Contudo, passado um ano e seis meses das últimas eleições municipais, algumas dúvidas ainda pairam sobre as nossas reflexões. Várias indagações sobre a potencialidade transformadora da educação pública continuam a rondar nossos pensamentos, como também a forma pela qual a esquerda democrática pode vir a renová-las. Reconhecemos, portanto, as limitações da investigação inicialmente traçada. Mesmo com todo esforço empreendido, temos a certeza de que ela revela apenas uma pequena parte do complexo problema levantado. A relação dos processos eleitorais com a educação ainda consiste numa questão relativamente nova, a qual precisa ser investigada por um leque muito mais amplo de pesquisas. Em razão do caráter dinâmico e extremamente móvel da sociedade

³ Referimo-nos, pois, ao que Roberto Da Matta chama de “Universo Relacional”, considerado pelo autor o elemento estruturante da sociedade brasileira. Assim, o que o mais lhe impressiona no Brasil é “essa capacidade de relacionar numa corrente comum não só pessoas, partidos e grupos, mas também tradições sociais e políticas diferentes”. Desse modo, ao contrário das nações de formação anglo-saxã, nas quais a comunidade seria “homogênea, igualitária, individualista e exclusiva”, no Brasil ela seria “heterogênea, desigual, relacional e inclusiva. Num caso, o que conta é o cidadão; noutro, o que vale é a relação” (DA MATTA, 1997: 77-78)

brasileira, nenhuma afirmação sobre o problema se sustenta sem observações empíricas e exaustivamente selecionadas, bem como o registro das percepções subjetivas dos principais atores envolvidos no processo, ou seja, eleitos e eleitores⁴.

Não poderíamos deixar de mencionar, de forma antecipada, os três personagens que consideramos fundamentais nos acontecimentos narrados nesta tese: Odorico Cardoso Neto, o “Kiko”; a professora Fátima Resende, secretária municipal de educação ao longo de todo o mandato; e Zózimo Wellington “Chaparral”, prefeito do primeiro mandato popular na cidade de Barra do Garças. Considero-os como típicos e verdadeiros quadros do que melhor se produziu na esquerda brasileira no período pós-redemocratização. São, como a maior parte da população do estado de Mato Grosso, imigrantes que lá chegaram em busca de uma vida melhor. A diferença é que não a buscavam somente para si, mas para todos aqueles que vivem do suor e do sacrifício do trabalho.

O primeiro deles, “professor Kiko”, nascido em Assai, nos planaltos temperados do oeste paranaense, migrou para o escaldante Vale do Araguaia em meados dos anos de 1980. Trabalhador disciplinado e infatigável, de formação católica libertária e reunindo todas as qualidades do militante socialmente engajado - pensamento intelectual aliado à práxis transformadora⁵ - atuou como chefe de gabinete num importante período de reestruturação administrativa e política da prefeitura, ou seja, na segunda metade do mandato popular. Teve o mérito do seu trabalho reconhecido pelos diversos segmentos sociais da cidade, tanto nas urnas como nas ruas (como pudemos constatar), o que lhe permitiu conquistar seu primeiro mandato como vereador pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 2008.

A professora Fátima Resende é uma obstinada lutadora em prol da melhoria da educação mato-grossense e brasileira. Migrante paulista, chegou mocinha às margens do Araguaia há 34 anos. Exerceu as profissões mais simples até galgar, por mérito e esforço próprios, à condição de professora e vereadora pelo PT por dois mandatos na Câmara Municipal da cidade (1997/2000 e 2001/2004). Com profundas convicções libertárias no

⁴ “A diferença, as distinções clássicas entre urbano e rural está esmaecendo. Há coisas por aí para as quais nem temos o conceito para lidar com elas. Precisamos pesquisar para tentar entender. Os fenômenos não têm continuidade absoluta com o que havia antes” (Gilberto Velho, em entrevista à “Carta Capital”, ano XVIII, nº 429, 22/11/2006)

⁵ Kiko publicou o livro “Dissensos no consenso” (2004, Ed, UFMT), resultado da sua pesquisa de mestrado no Instituto de Educação da UFMT, sob orientação da professora Artemis Torres. Nele, o autor retrata a importância fundamental do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso (SINTEP-MT) na luta pela implementação da gestão democrática no sistema educacional público do estado, entre as décadas de 1980 e 90. Além disso, a obra também permite compreender a ascensão política do deputado Carlos Abicalil (PT), presidente da referida entidade naquele período e que acabou por se tornar o deputado federal com a maior votação nas eleições de 2006. Depois de anos de docência na rede estadual mato-grossense, Kiko doutorou-se em 2007 pela UFG, tornando em 2008, mediante concurso público, professor universitário da UFMT no campus de Barra do Garças. Assim, com larga experiência na militância educacional e nos círculos de esquerda da região, Kiko foi sem dúvida o nosso principal interlocutor na elaboração e desenvolvimento desta tese, seja no fornecimento de dados empíricos e históricos, seja no compartilhamento das minhas “angústias” pessoais de pesquisa.

campo pedagógico, “comandou” a secretaria de educação com a intrepidez de um almirante em alto mar: firme nas decisões necessárias, mas calorosa e preocupada com a vida e a integridade da “tripulação”. Zelou pela sua pasta com o mesmo cuidado e paixão que os velhos marinheiros dedicam às suas embarcações, mérito este reconhecido tanto pelos defensores como os mais ferrenhos adversários com quem conversamos.

Já o prefeito Zózimo Wellington, nomeado carinhosamente pela população de “Chaparral” – nome político que adotou, desde meados dos anos 80, na militância estudantil local e na vereança que exerceu por dois mandatos pelo PCdoB, entre 1993 e 2000 - é uma daquelas pessoas que se destacam pela a habilidade discursiva e o carisma pessoal, qualidades estas, a exemplo de Fátima, igualmente admitida pelos próprios adversários. Porém, se os dois personagens anteriores se notabilizam na militância social pela seriedade um tanto religiosa nas suas feições e modos de agir (afinal, é de lá que vieram), este comunista simboliza a essência do “*humor bem humorado*” que marca a prosa e o jeito brasileiro de levar a vida. Migrante das populações mestiças das regiões quilombolas de Calvalcante (GO) e banhado na cultura política do Distrito Federal (onde foi criado por toda a infância e adolescência na cidade satélite de Planaltina), Chaparral poderia ser comparado, nos modos e no temperamento político, a “um JK de esquerda”, tal a sedução que imprime nas conversas de cunho político ou mesmo nas brincadeiras corriqueiras do dia-a-dia. Perdeu a eleição em parte pelos seus erros, decerto, mas também em parte pelos seus méritos, uma vez que não “arredou pé” de priorizar a área social em detrimento das obras públicas mais visíveis. Saiu da prefeitura com problemas administrativos e jurídicos que ainda merecem ser tecnicamente investigados (há muito revanchismo político nas acusações), embora comprovadamente, até o momento, sem nenhum benefício pessoal relacionado à negociação fraudulenta.

Todos os três personagens constituem-se atualmente como os quadros mais importantes da esquerda barra-garcense, e sacrificaram seus tempos pessoais e profissionais para atender aos anseios desta pesquisa. Deixaram, à medida de suas possibilidades, portas e arquivos abertos às nossas investigações, a despeito das críticas - por vezes severas - que imprimíamos à administração popular que ousaram dirigir.

Por fim, cremos que, após 21⁶ meses de viagens constantes ao universo “sócio-territorial” do município de Barra do Garças - “coração e capital do histórico Vale do Araguaia mato-grossense” -, encontramos de certa forma o que buscávamos. O leitor verá neste estudo um esforço de síntese dos problemas práticos e virtudes teóricas da tradição

⁶ Nossas pesquisas de campo começaram em julho de 2007, estendendo-se ininterruptamente (exceto para a defesa de qualificação de projeto, em maio de 2008) até 1º de janeiro de 2009. Porém, em função de algumas necessidades complementares da pesquisa, tivemos que exercer duas viagens “pontuais” à cidade entre janeiro e julho de 2009, quando então encerramos, definitivamente, as pesquisas de campo.

da esquerda de matriz popular e democrática, na qual as figuras de Marx, Gramsci e Paulo Freire ocupam o posicionamento central. Que as lições da obra desses autores, aliadas à profunda diversidade cultural e étnica do povo brasileiro, continuem a servir como instrumentos dinâmicos para os estudos das novas lutas de transformação social nos municípios brasileiros.

INTRODUÇÃO

“O início da exposição e o início da investigação são coisas diferentes. O início da investigação é casual e arbitrário, ao passo que o início da exposição é necessário”. (KOSIK, 1962: 31).

“Numa discussão, desconfiar do ecletismo sem contorno, sem rigor, sem força”. (LEFEBVRE, 1991: 179)

1 – Foco do objeto: categorias de análise e questionamentos centrais do estudo.

Três foram os campos de investigação que compuseram a estrutura prática e teórica desta tese. O primeiro, de corte essencialmente político, voltou-se aos atuais desafios do campo democrático popular no contexto nacional e municipal das administrações de esquerda, priorizando o momento em que estas se expandem para as cidades de porte pequeno e médio no interior do país. O segundo campo concentrou-se em examinar a institucionalização deste projeto histórico, notadamente no tocante à gestão prática de sua teoria educacional, ou seja, na presente etapa de transformação do ideário pedagógico progressista em política pública oficial de Estado. Já o terceiro dirigiu-se ao foco específico da tese, procurando investigar, com base nos dois campos anteriores, a experiência política do mandato popular em Barra do Garças (2005/2008), examinando as contradições enfrentadas pelo projeto educacional da prefeitura na tentativa de consolidar-se como instrumento de transformação social local.

Como se percebe, nosso esforço consistiu em incorporar os três campos citados num corpo único de pesquisa, no qual duas indagações deram impulso aos estudos iniciais. A primeira delas, apresentado na defesa de qualificação do projeto de tese (maio de 2008), voltava-se aos aspectos gerais de um mandato popular no interior mato-grossense, embora já direcionasse, ainda que de forma um “tanto abstrata” - como bem o apontaram três membros da banca -, o foco da pesquisa para o campo educacional:

- “Quais as contradições entre um programa educacional universalista, pautado na organização e na tradição de luta das massas populares (nas quais se incluem, entre as principais bandeiras, as reivindicações por uma educação pública universal e de qualidade), e os desafios impostos pela administração cotidiana de políticas públicas educacionais no âmbito de um município médio mato-grossense?”.

Porém, em que pese a abrangência da questão levantada, a prática de campo nos levaria a reconhecer as limitações desta primeira indagação no desenvolvimento da temática da tese. “Contradições”, no sentido dialético do termo, são sempre infinitas na ação prática de qualquer projeto de transformação social, e registrá-las por si mesmas não ofereceria novas possibilidades de investigação acadêmica. Era preciso, portanto, não só

identificá-las, como também dotá-las de sentido, ou seja, incluí-las no movimento das “*tendências reais do processo de desenvolvimento da sociedade*” (LUKÁCS, 2003: 80-84)⁷.

Obviamente que, num estudo de caso de foco local, não nos seria possível a determinação da globalidade deste “*movimento*”. A demonstração exigida só seria viável por meio de recortes teóricos nos campos de investigação citados, concentrando-se primordialmente no contexto histórico e na trajetória política do fato pesquisado. Portanto, tendo a abertura democrática e a promulgação da Constituição de 1988 como os marcos iniciais de investigação, partimos do reconhecimento de que, apesar da crise do ideário socialista e da “*ofensiva neoliberal*” desencadeada ao longo das décadas de 1980 e 90⁸, vivenciamos no Brasil um novo período de atuação das forças políticas relacionadas ao campo educacional democrático popular, caracterizado pelos seguintes aspectos centrais:

- A crescente institucionalização da esquerda democrática nas três esferas de poder do Estado, reforçada pela sua expansão no âmbito municipal e pela vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002 e 2006.
- O acúmulo de experiência administrativa municipal, estadual e federal dos quadros políticos da esquerda.
- A maior possibilidade de intercâmbio sobre os problemas cotidianos destas administrações, diminuindo assim a pressão do isolamento que tanto se abateu sobre as experiências pioneiras das duas décadas passadas.
- O maior conhecimento (ou, num outro ângulo de observação, a maior “popularidade”) das teorias educacionais progressistas por parte dos trabalhadores em educação, particularmente das interpretações derivadas da obra de Paulo Freire.

⁷ Referimo-nos aqui à conhecida crítica marxista sobre a “impossibilidade metodológica” das “séries causais” do materialismo vulgar, bem como das “relações funcionais” das “ações recíprocas de Mach”, expostas por LUKÁCS na polêmica e “ontológica” obra de 1922, “*História e Consciência de Classe*”. Nela, Georg Lukács rebate não só as “*assertivas peremptórias e eternas*” da ideologia burguesa – a qual se recusa a admitir seu caráter transitório e histórico como classe dominante e como detentora dos modos de produção - como também volta sua crítica aos métodos de investigação que almejaram explicar as “causalidades históricas” desta sociedade pela simples “naturalização” das suas contradições sociais, ou seja, em demonstrá-las de forma isolada da totalidade do desenvolvimento sócio/histórico e produtivo da ordem capitalista.

⁸ No projeto de qualificação de tese, partíamos da seguinte assertiva de BLACKBURN (1993:107), com a qual até o presente concordamos: “*Ao iniciar-se a última década do século XX, o comunismo “marxista-leninista” sofre um desmoronamento tão amplo que elimina a possibilidade de esse sistema constituir uma alternativa para o capitalismo, e chega a comprometer a própria idéia de socialismo. A derrocada do stalinismo arrastou consigo a reforma do comunismo e em nada beneficiou o trotskismo, a social-democracia ou qualquer outra corrente socialista*”. Porém, complementando a questão, concordávamos também (e continuamos a concordar) com a continuidade desta análise pelo mesmo autor: “*Contudo, é talvez possível um novo começo, a partir de um socialismo disposto a enfrentar a história e empenhar-se numa crítica mais acurada do projeto socialista. Ainda existem movimentos anticapitalistas expressivos, alguns deles influenciados pela tradição comunista. Mas falta-lhes um programa capaz de nos levar a superar o capitalismo*” (BLACKBURN, 1993:107; grifo nosso)

- A elevação do número de profissionais da educação básica com formação superior, bem como maior acesso, ainda que precário, aos cursos de formação, atualização e capacitação profissional.
- A expansão das potencialidades de convivência democrática, em função da ampliação das eleições diretas para diretores de escola e dos conselhos escolares.
- A possibilidade de maior experiência dos conselheiros escolares e dos órgãos oficiais em lidar com as instâncias de participação da sociedade civil, além do avanço e aperfeiçoamento da legislação educacional em todas as esferas do poder do estado.

Assim, a despeito das críticas que vêm a presente institucionalização da esquerda democrática como uma “regressão” do potencial de transformação das forças progressistas, nosso foco de pesquisa concentrou-se exatamente na relevância deste processo no desenvolvimento político das esquerdas brasileiras⁹, o que nos levou a examinar com maior afinco os processos eleitorais que estruturaram esse novo cenário, denominados por NEGRI (2009) como o “Movimento dos Movimentos”:

[...] O “movimento dos movimentos” nasce essencialmente como reação à crise dos anos setenta e oitenta (século XX), uma crise muito profunda na extrema esquerda. É o momento em que no “movimento dos movimentos” se registra uma nova situação do ponto de vista econômico, do ponto de vista político e do ponto de vista geral do seu programa e de sua capacidade de ação. [...] O movimento dos movimentos nasce, justamente, sobre uma base que tem um caráter histórico de novidade teórica. Portanto, trata-se de interpretar a nova figura que a democracia assume, a nova figura do capitalismo e a nova figura do poder; isto é, os limites da democracia, os limites do desenvolvimento do capitalismo e os limites da definição do poder moderno.[...] (Antônio Negri, no Encarte CLACSO, Cadernos da América Latina IX, Lê Monde diplomatique, nº 20, março de 2009)

Dessa forma, à medida que os trabalhos de campo avançavam, surgiu a necessidade de investigarmos a repercussão das políticas educacionais em estudo sobre as

⁹ Contrapomo-nos, portanto, a um conjunto de análises críticas que avalia o atual período do governo Lula como um “*refluxo dos movimentos sociais e das organizações de esquerda*”, avaliação esta com presença expressiva em determinados núcleos da intelectualidade acadêmica e do movimento social. Publicadas com relativa frequência nas revistas e periódicos de esquerda e em semanários culturais, elas são explicitadas nas afirmações recentes de Chico de Oliveira (“*O governo Lula é uma regressão política*”: entrevista a revista CULT, nº 146, maio de 2010, páginas 12-18); na visão de Carlos Nelson Coutinho (“*vivenciamos um momento de refluxo; eu acho que a chegada de Lula ao governo foi muito nociva para a esquerda*”; Revista Caros Amigos, nº153, dezembro de 2009, p. 32-35); nas colunas de José Arbex Jr. e Gilberto Felisberto Vasconcelos (o qual afirma que “*o modelo econômico do regime militar não mudou em nada com a democracia*”, idem, nº 148, agosto de 2009); no comentário do Coordenador Nacional de Consulta Popular do MST, Ricardo Gebrim, para quem “*a frustração com o governo Lula obriga agora a esquerda a se repensar*” (idem, nº136, julho de 2008); na definição de Roberto Schwarz de que tanto Lula como Fernando Henrique Cardoso são “*governos de ‘atualização capitalista’, que tem pé e cabeça, ao contrário dos anteriores, que não tinham direção*” (Jornal Folha de São Paulo, 28/11/09, Ilustrada :E4); na entrevista de Virgínia Fontes, que anuncia que “*atingimos topo das mobilizações*”(Caros Amigos, nº 150, setembro de 2009).

preferências eleitorais da população barra-garcense. Obviamente que não tratava de preocupações de ordem “eleitoreira”, nem de possíveis “adaptações” dos princípios básicos da educação progressista às exigências implacáveis do “marketing eleitoral”. Trata-se, sim, de buscar respostas frente a uma problemática real, que desafia não só a academia como o próprio avanço qualitativo da educação pública brasileira.

Se a consolidação da educação transformadora depende, por princípio, da vontade e da soberania popular – e se as eleições periódicas representam, apesar dos vícios e imperfeições, a expressão máxima desta soberania – tínhamos que incluí-las como um dos vértices estruturais da nossa pesquisa. Da mesma forma, se a perspectiva do mandato popular de Barra do Garças era “*democratizar as relações políticas, pedagógicas e administrativas da escola no sentido de transformá-la em instrumento de profundas mudanças sociais*”¹⁰, o resultado da eleição municipal de 2008 tornar-se-ia, em tese, numa prova importante do grau de amadurecimento da consciência política das camadas populares da cidade, especialmente em relação às tradicionais práticas de mandonismo das oligarquias locais. Além disso, os elevados gastos da prefeitura popular com a educação pública ao longo dos quatro anos de mandato eram o único instrumento político da esquerda local para se contrapor, com alguma possibilidade de vitória, às promessas de “*retorno ao crescimento*” e de “*investimentos em obras*” feitas pelos adversários conservadores.

Como era de se esperar, a derrota eleitoral da esquerda barra-garcense nas eleições de 2008, em praticamente todas as urnas da cidade, exigiu de nós respostas complementares aos propósitos originais do estudo. O modo como ela se deu, aliado a outras três pesquisas publicadas sobre o assunto nos últimos anos na imprensa e nos círculos acadêmicos (demonstradas no capítulo 1), foi de fundamental importância para que refletíssemos sobre muitos aspectos do discurso educacional da esquerda democrática brasileira. A partir daquele revés específico, passamos a perceber, com muito mais propriedade, o quanto o governo popular tinha subestimado o poder de mando das oligarquias familiares da cidade, bem como o controle político e discursivo que elas detinham sobre amplas camadas daquela população.

A pouca percepção deste fato, entre finais de 2007 e início de 2008, deu-se em razão da própria etapa na qual se encontravam as investigações. Como não éramos da cidade, nossas incursões iniciais de pesquisa concentravam-se no ambiente das escolas municipais e nos círculos militantes da esquerda local. Porém, ao expandirmos nossas observações para além daquele espaço de convivência, um outro questionamento começou a se sobrepor à indagação original de pesquisa, sobre o qual se desenvolveram os demais assuntos envolvidos na tese:

10 Como constava no seu programa de governo à época das eleições municipais de 2004.

–“Qual a perspectiva do projeto educacional democrático popular na construção de uma nova base social que, concorrendo às eleições, possa superar, por meio da elevação da consciência política das classes populares, o poder oligárquico e as práticas clientelistas mais arraigadas nos médios e pequenos municípios brasileiros?”

2- Referenciais teóricos/metodológicos:

Apesar das variáveis que se sobrepuseram aos fatos pesquisados, o resultado das eleições em pauta não foi um acontecimento totalmente inesperado para nós. Como já dissemos, não foi o desfecho das urnas que nos surpreendeu, mas o processo político que levou àquele resultado. Afinal, a derrota da esquerda se encontrava no rol das “possibilidades dinâmicas” com as quais teríamos que nos deparar no desenvolvimento do estudo. Assim, apesar das “correções de rota” impostas pelas urnas, incluindo-se aí a necessidade de se ampliar a abrangência da hipótese de investigação (como veremos adiante), o resultado eleitoral de 2008 permitiu a manutenção de parte importante do conteúdo original do projeto de qualificação de tese. Tanto o universo dos entrevistados como as questões a eles lançadas mantiveram-se coerentes e atualizadas frente à nova situação. Em alguns casos, o que antes parecia relativamente supérfluo como objeto de análise tornou-se necessário diante do novo quadro (como a pesquisa de campo na prelazia de São Felix do Araguaia e a respectiva entrevista com Dom Pedro Casaldáliga). Além disso, especificamos apenas um dentre os 5.564 municípios brasileiros, o que obviamente não nos autoriza a empreender definições absolutas ou generalizadas sobre a temática estudada.

Portanto, no que tange ao marco teórico, distinguimos “*derrota eleitoral*” de “*derrota de projeto*”, uma vez que, embora correlatas, ambas representam categorias qualitativamente diferenciadas na perspectiva de transformação social. Nesse sentido, a proposta metodológica deste trabalho não consistiu num “*julgamento político*” ou numa “*avaliação técnica*” do governo popular em estudo. Isto cabe, legitimamente, à população do município de Barra do Garças. A nós coube a investigação acadêmica sobre as consequências políticas/educacionais que derivam do fato pesquisado. Por conseguinte, distanciamos-nos dos conceitos de avaliação assentados unicamente na perspectiva positivista de “*produto*”, isto é, como uma objetivação artificialmente “mensurável” e “atemporal”. Em consonância com os debates das correntes progressistas da educação, procuramos analisar o projeto pedagógico da prefeitura sob a ótica do “*processo participativo*”, no qual os parâmetros de eficácia, eficiência e efetividade tomam novos significados para se adequarem às aspirações das vertentes educacionais em questão

(BONAMINNO, 2003: 190-219 e 2004: 71; BELLONNI, 2003: 43-79 e 81; SOBRINHO, 2005: 67).

Em síntese, evitamos um balanço meramente comparativo entre as propostas educacionais da campanha eleitoral de 2004 e o "*resultado final*" ao término do mandato. Ao invés de um debate exclusivamente setorizado esforçamo-nos em compreender as ações da Secretaria de Educação com base na concepção "sócio-histórica" dos novos paradigmas da administração educacional^{11, 12}, ou seja, inserindo-as no conjunto da plataforma política global da prefeitura e, simultaneamente, contextualizando-as na história contemporânea da cidade de Barra do Garças e na trajetória das esquerdas locais no desenvolvimento dos seus projetos:

"As relações sociais de produção e troca são muito mais importantes do que qualquer coisa que possa ocorrer na escola: são historicamente prévias e seu tratamento é prioritário na hora da análise. Uma vez dentro da escola, as relações sociais da educação devem ser sublinhadas e priorizadas frente à transmissão ou ao discurso ideológico, quer dizer, frente ao conteúdo do currículo (ENGUIITA, 1993: 232)

Para tanto, recorremos à interconexão da historiografia local com a tradição teórica da esquerda brasileira e mundial, ambas mediadas pelas reflexões mais pertinentes da pedagogia crítica-progressista nacional e latino-americana. Sob este prisma, orientamo-nos pelas referências centrais do materialismo histórico-dialético, ao qual agregamos o legado de Paulo Freire como suporte de análise do referido programa e da postura política dos seus dirigentes na condução da prefeitura:

Complementamos a metodologia de trabalho utilizando-nos de algumas estratégias da pesquisa etnográfica (CHIZOTTI, 2006), principalmente no processo de aproximação, diálogo e convivência com os dirigentes entrevistados, como também com os educadores públicos nas escolas investigadas (demonstradas adiante na exposição das estratégias de campo):

A adoção crescente da etnografia em diferentes disciplinas científicas como a sociologia, a educação e a psicologia, e a sua utilização em diferentes áreas de pesquisa como a planificação, a avaliação de políticas sociais, direitos humanos, organização empresarial, estudos culturais, estudos feministas, enfermagem etc. têm assumido o pressuposto fundamental da etnografia, ou seja: a interação direta com a pessoa na sua vida cotidiana pode auxiliar a compreender melhor suas concepções, práticas, motivações,

¹¹ Isto é, no sentido de se evitar "compreender a escola ou o sistema de ensino como espaços distintos, independentes e isolados, mas, ao contrário, tomá-los como partes de uma mesma realidade dialética". (MENDONÇA, 2000:14).

¹² SANDER (2007: 432 e 433), expõe a consolidação desta perspectiva teórica no cenário educacional brasileiro. Reexaminando os estudos sobre política e gestão da educação no Brasil, o autor afirma que, "do exame dos primeiros números da Revista Brasileira de Administração da Educação, Pereira e Andrade (2005: 1403-1404; 2007,137-151) concluem que "pelo menos cinco artigos podem ser mencionados como responsáveis pelo deslocamento de toda discussão teórica para o âmbito sócio-histórico, seguramente de inspiração marxista (SANDER, 1983; ARROYO, 1983; WITTMANN, 1983; FRIGOTTO, 1984; CURY, 1985)". O autor ainda conclui que a abordagem sócio-histórica da administração escolar pode ser interpretada "como o processo democrático de gestão escolar em oposição à administração burocrática". (idem, 433).

comportamentos e procedimentos, bem como os significados que atribuem a essas práticas. A inscrição em um texto compreensivo pode assumir modos, estilos e linguagem consentâneos com os objetivos da etnografia e com o público a quem se destina (CHIZZOTTI, 2006: 65).

A ampliação do foco do objeto deu-se em razão da necessidade de responder à complexidade da investigação proposta. Dada à forte influência das correntes marxistas no desenvolvimento histórico do projeto educacional democrático popular, trouxemos ao debate da tese algumas reflexões atualizadas sobre determinadas categorias daquela tradição, quais sejam: ‘consciência política’, ‘consciência de classe’, ‘luta de classes’ e ‘emancipação social’. Assim, em consonância com a crítica de SANTOS (2005) sobre o “*esvaziamento teórico*” de muitas análises voltadas ao acompanhamento de “*microproblemas*”¹³ - hábito comum em tempos “pós-marxistas” e de profunda fragmentação teórica no campo da ciência social - preocupamo-nos em desenvolver a singularidade do tema sem nos prendermos aos “excessos de particularismos”, o que poderia “sobrecarregar” em demasia a matéria sob investigação.

Todavia, a despeito da nossa proximidade política/ideológica com o tema em estudo – no sentido gramsciano de “parte interessada” na questão, como nos recorda MÁXIMO (2000:71) - preocupamo-nos, sempre, com a veracidade das ações pesquisadas, uma vez que a luta pela qualidade da educação básica não é patrimônio exclusivo do projeto democrático popular. Afinal, em última instância, lidávamos com um governo no exercício do poder na esfera municipal do Estado, sujeito às pressões do cotidiano administrativo e aos inúmeros interesses individuais de ordem burocrática ou corporativa. Em função disto, recorreremos também, ao lado dos referenciais citados, à reflexão metodológica da “*dúvida radical*” (BOURDIEU, 1995), cuja essência consiste em precaver-se da força ideológica e persuasiva dos discursos oficiais de estado.

Embora se tratasse de uma pequena fração do poder estatal direcionada pelo referencial democrático popular, a experiência histórica revela que sempre há algo oculto nas normas e diretrizes governamentais, mesmo quando orientadas por princípios emancipatórios. Desse modo, em muitos momentos foi preciso estabelecer o distanciamento necessário diante da “*sedução exercida pelas representações do Estado*” (idem, 1996: 95), a qual faz da “*burocracia um grupo dotado de intuição e vontade de interesse universal*”:

É no domínio da produção simbólica que particularmente se faz sentir a influência do Estado: as administrações públicas e seus representantes são grandes produtores de “problemas sociais” que a ciência social apenas ratifica, retomando-os por sua conta como problemas sociológicos (para

13 “As análises são, de um modo geral, desligadas da realidade social como um todo, contentando-se freqüentemente com o exame parcelado de microproblemas e com um enfoque onde a sociedade em movimento está ausente. Um imenso coro de literatura pôde assim ser escrito e difundido sem, entretanto, contribuir para o conhecimento da realidade” (SANTOS, 2005: 55).

prová-lo, bastaria avaliar a proporção, variável, sem dúvida, de um país para outro e conforme a época, das pesquisas que tratam dos problemas do Estado, apresentada de maneira mais ou menos “científica”). (BOURDIEU, 1996:95)

Em razão deste “alerta”, somaram-se às nossas investigações a seleção de alguns importantes dados empírico-quantitativos referentes à prefeitura durante o mandato popular (2005/2008), bem como o acompanhamento dos resultados das avaliações do governo federal sobre o sistema de ensino do município. Os primeiros voltaram-se aos índices de matrícula, ao volume de investimentos próprios e as despesas com pessoal e material de consumo, todos com foco na Secretaria da Educação. Os segundos concentraram-se na observação dos dados do IDEB registrados nos anos de 2005 e 2007, ou seja, correspondentes ao início e ao terço final do mandato popular em Barra do Garças. Promovemos também, em caráter complementar, uma comparação sintética entre os quatro anos da gestão do PCdoB e o último ano da administração que a antecedeu (Wanderlei Farias, do PFL, de 1997 a 2001, e no PSDB de 2001 a 2004), centralizada na oferta de matrículas e nas despesas orçamentárias na educação do município.

Como era de se esperar, foram nestas comparações que as “*dúvidas radicais*” se manifestaram com maior ênfase, uma vez que o aumento dos investimentos e a expansão das matrículas constituíram-se no mote principal da prefeitura popular na campanha pela reeleição de 2008. Assim, como se verá no capítulo 5, se o primeiro revelou-se francamente verdadeiro, o mesmo não ocorreu com a segunda, visto que, exceto nas séries iniciais do ensino fundamental, a referida expansão não apareceu nos índices oficiais informados ao Ministério da Educação. Ao contrário dos discursos de palanque e das falas dos entrevistados, houve, segundo os dados do INEP e do IBGE, uma diminuição no número geral de matrículas ao longo dos quatro anos de administração dos partidos de esquerda em Barra do Garças, tema este que nunca foi suficientemente explicado nas conversas que mantivemos com os dirigentes em questão, seja por questões de tempo, seja por opções de interpretações, tais como a contagem (ou não) dos projetos pedagógicos complementares – considerados como “novos acessos” - e a incorporação das matrículas efetivadas nas creches conveniadas à prefeitura.

Enfim, a exposição em curso permite constatar que a metodologia de trabalho seguiu uma linha bastante específica de análise prática e teórica, na qual as singularidades do tema determinaram as estratégias de abordagem e aproximação. Nesta perspectiva, a postura autônoma das nossas ações foi primordial na coleta e interpretação dos dados evidenciados pela tese, o que naturalmente a enquadrou nas premissas básicas da pesquisa qualitativa:

As pesquisas qualitativas não têm um padrão único porque admitem que a realidade é fluente e contraditória, e os processos de investigação

dependem também do pesquisador – sua concepção, seus valores, seus objetivos. Para este, a epistemologia significa os fundamentos do conhecimento que dão sustentação à investigação de um problema. (CHIZOTTI, 2006: 26).

3 - Hipóteses de investigação.

“Os sonhos e planejamentos são fundamentais. Mas a realidade sempre supera nossas expectativas e controle.” (Lúcio Costa, autor do projeto do Plano-Piloto de Brasília).

- **1ª etapa de aproximação com a temática da tese:** *“A consciência de classe como consciência histórica”*:

Inicialmente, resgatamos em nosso estudo a importância da *“consciência revolucionária”* na formação política dos quadros dirigentes dos partidos de esquerda. Porém, ao invés de focá-la sob a ótica da *“ruptura com o capital”* – ou no nível de *“compreensão do proletariado de sua própria posição no interior do processo de produção capitalista”*, conforme a concepção original marxiana – concentramo-nos na perspectiva da *“responsabilidade histórica”* como elemento inerente àquela forma de consciência. Sob este prisma, partimos da hipótese de que a consolidação de uma administração democrática popular depende, em grande medida, da percepção desta responsabilidade por parte dos seus quadros dirigentes, seja no exercício do cargo que ocupam, seja na postura política em relação ao trato com a população:

[...] resgatamos em nosso estudo o histórico debate sobre a *“consciência revolucionária”* na formação dos quadros das organizações de esquerda. No campo da tese, ela consiste na percepção da responsabilidade histórica de seus dirigentes no comando de diferentes instâncias da esfera estatal, seja ela municipal, estadual ou federal. Isso implica que cada dirigente de esquerda tenha a compreensão de que, mesmo quando o contexto sócio/histórico não permite a ruptura com o capital nos marcos do projeto socialista, sua administração é o resultado de uma longa tradição de lutas, sonhos e expectativas de libertação de importantes setores das massas populares, seja por meio de reformas paulatinas, da radicalização revolucionária ou de rupturas institucionais democráticas de massa” (Projeto de Qualificação de Tese, maio de 2008: 105)

Desse modo, planejamento e execução, sem hierarquias tradicionais (dirigentes também executam, quadro médios também dirigem), deveriam voltar-se prioritariamente aos movimentos sociais e comunitários no sentido de atendê-los nas suas aspirações mais orgânicas. Haveria, decerto, espaço para o debate das reivindicações da classe média tradicional e da elite empresarial, porém não mais de forma hegemônica, e sim subordinadas aos desejos da maioria da população. Portanto, sem a profunda reflexão dos dirigentes da esquerda sobre a *“missão histórica”* dos seus mandatos – o que então

denominamos de “*consciência revolucionária sem revolução*” - a possibilidade de derrota de uma prefeitura popular torna-se real.

Em suma, qualquer mandato que se pretende popular e almeja ultrapassar os limites puramente institucionais do sistema deve primar, a despeito dos eventuais erros de percurso, pelo esforço de construir um governo no qual a população sinta-se de fato co-participante e co-autora dos projetos administrativos dos órgãos executivos. Portanto, nossa hipótese é a de que, sem a efetiva consciência revolucionária das lideranças maiores do processo - bem como a intensa preparação tanto ética como política dos quadros médios que atuam em cargos de confiança da administração - o mandato de um programa democrático popular, no sentido dos debates empreendidos até aqui, fracassa - o que diferenciamos de derrota eleitoral (Projeto de Qualificação de Tese de Doutorado, página 106).

- **2ª etapa de aproximação com o objeto de estudo:** ampliando o ângulo de observação.

Em princípio, não retiramos nenhuma das afirmações anteriores. Atribuir à consciência social dos quadros da esquerda a responsabilidade pela manutenção de um governo popular é, em grande medida, coerente com a tradição histórica do movimento operário e socialista. Boa parte do que dissemos - exceto, talvez, o conceito de “*consciência revolucionária sem revolução*” -, já é de vasto conhecimento das lideranças intelectuais progressistas, especialmente das forças políticas identificadas com o campo democrático popular. Paulo Freire, logo após sua breve experiência como secretário de educação da prefeitura de São Paulo (na gestão de Luíza Erundina, PT, 1989/92), apontava a transparência e a seriedade ética no trato administrativo como o cerne estrutural de qualquer governo de perspectiva teórica socialista:

Tudo deve se visível. Tudo deve ser explicado. O caráter pedagógico do ato de governar, sua missão formadora, exemplar, que demanda por isso mesmo dos governantes seriedade irrecusável. Não há governo que persista verdadeiro, legitimado, digno de fé, se seu discurso não é confirmado por sua prática, se apadrinha e favorece amigos, se é duro apenas com os opositoristas e suave e ameno com os correligionários. Se cede uma, duas, três vezes a pressões pouco ética de poderosos e “amigos” já não se detém. Daí em diante, então, os escândalos se sucedem, e a conivência com eles termina por anestesiar os seus agentes e por gerar um clima típico da “democratização da sem-vergonhice. (FREIRE, 1992; 174) ¹⁴.

Porém, tal como nos referimos na exposição do foco do objeto, a dinâmica dos fatos acabaria por demandar a ampliação da hipótese inicial de pesquisa. Ao acompanhar mais diretamente os embates reais da política regional e local, percebemos que a temática da

¹⁴ Outros exemplos de Paulo Freire podem ser citados como complemento à descrição apresentada: “Se as massas associam à sua emersão, a sua presença no processo, sobre sua realidade, então sua “ameaça” se concretiza na revolução. Chame-se a este pensar certo de “consciência revolucionária” ou de “consciência de classe”, é indispensável à revolução, que não se faz sem ele”. (FREIRE, 1993: 146)

tese não seria trabalhada de forma adequada tendo por base somente a “consciência de classe” dos quadros dirigentes em estudo. Afinal, no atual cenário institucional brasileiro, não se governa uma cidade moderna do interior (aliás, nenhuma cidade atualmente do país) atendo-se unicamente ao “diálogo direto” entre o “núcleo dos quadros dirigentes” e as “massas populares”. Como já se provou no curso da história, há que se estabelecer mediações e alianças com os oponentes de classe em diversos momentos de uma gestão popular, questão esta, aliás, muito bem compreendida pelos principais quadros políticos entrevistados. Veja-se, por exemplo, o conteúdo crítico da “*Mensagem ao Dia do Professor*”, feita por um dos principais dirigentes da esquerda barra-garcense já mencionado anteriormente, o professor Odorico Ferreira Cardoso Neto (“Professor Kiko), chefe de gabinete da prefeitura popular nos anos de 2007 e 2008 e atual vereador pelo Partido dos Trabalhadores em Barra do Garças:

O diálogo não é surdo: escuta o silêncio e fala, diverge, debate, critica, negocia, delibera, estabelece consensos, contra-argumenta, expõe dúvidas e confirma certezas. É parceiro da novidade, do pensamento insólito, da criação do novo a partir do conhecimento e da crítica do velho (Mensagem do Professor Kiko ao dia do Professor, em 15/10/2008)

Como se vê, no que compete à experiência em movimentos sociais e a capacidade de formulação política, logo perceberíamos, no avançar das entrevistas, que não faltavam “quadros” em funções de relevo da equipe municipal de governo, embora tal carência fosse real nos cargos intermediários e tenha permanecido, segundo os depoimentos dos próprios dirigentes entrevistados, até o fim do mandato popular.

Diante disso, tão importante quanto à formação política das direções maiores do processo estava a investigação das articulações internas e externas das forças em disputa, uma vez que estas influenciavam diretamente no comportamento político/eleitoral das camadas populares. Sem esta compreensão, corríamos o risco de estabelecer, ainda mais no interior de uma unidade federativa marcada pela heterogeneidade cultural e econômica de sua população, um estudo restrito à “*ética educacional pura*”, ou, melhor dizendo, de restringir-se aos limites do “*purismo programático, pedagógico e ideológico*” reivindicado por alguns setores auto-intitulados “*à esquerda*” do (ou contra o) campo educacional democrático popular. Tal visão, centrada em métodos sectários de observação e sujeita à arroubos de ordem puramente maniqueísta, de pouco serviria no entendimento das novas contradições em curso. Nossas pesquisas seriam limitadas se continuássemos fazendo o uso de antigas lentes que só vêem duas posições quanto à questão educacional do país: de um lado, a “*elite perversa que ‘há 500 anos’ não valoriza a educação pública*”, cercada de um “*povo pobre, ingênuo, despolitizado e ainda incapaz de compreender o real valor da escola pública como instrumento de transformação social*”. Do outro, os “*educadores*

intrépidos”, que, de *“bandeira em punho”*, seguem para o *“sacrifício”* mesmo que *“incompreendidos”* ou com poucos votos nas eleições atuais.

Embora esta perspectiva conte ainda com muitos adeptos na intelectualidade de esquerda e na militância educacional progressista - bem como tenha dado, inegavelmente, contribuições fundamentais para o avanço da educação pública brasileira no campo acadêmico e político¹⁵-, seu dogmatismo a leva retomar, provavelmente sem o saber (ou se sabe, ignora), à concepção pré-dialética do *“materialismo vulgar”* pós-hegeliano, tão bem exposta por Marx na sua clássica crítica ao idealismo de Feuerbach em *“A Ideologia Alemã”*, de 1845:

A doutrina materialista que pretende que os homens sejam produtos das circunstâncias e da educação, e que, conseqüentemente, homens transformados sejam produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado. É por isso que ela tende inevitavelmente a dividir a sociedade em duas partes, uma das quais está acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen). A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou automudança só pode ser considerada e compreendida racionalmente como *práxis revolucionária*. (MARX e ENGELS, “III tese contra Feuerbach” (1845); 2007: 100)

- **3ª etapa de aproximação com o objeto: definição das hipóteses de investigação.**
 - a) *A perspectiva democrática popular num contexto de fragilidade política e dependência de classe dos movimentos sociais;*
 - b) *A dificuldade do discurso educacional progressista diante das expectativas do eleitorado de Barra do Garças.*

Concluída a fase de revisão e complementação do projeto de tese, voltamos ao campo de estudo sob reorientação das análises comentadas. Assim, no início de setembro de 2008, em plena campanha eleitoral e já desafiados pelas contradições que emergiam do novo cenário político (como o fato de a candidatura conservadora manter excepcional força mesmo sem promover campanha expressiva nas ruas ou a efetivação de grandes comícios), formalizamos os dois novos argumentos que estruturaram a ampliação da hipótese inicial de pesquisa, a saber:

1º) A constatação de que, apesar do crescimento real e efetivo dos partidos de esquerda nas eleições municipais dos últimos dez anos (representados aqui na tese pelo PT e o PCdoB), este se dá sobre bases ainda muito frágeis na perspectiva de independência de

¹⁵ Entre vários exemplos desse posicionamento, centralizamos aqui nossa crítica à perspectiva “educacionista radical”, defendida por BUARQUE (2008). Contudo, isso não significa que somos contrários a todos os seus princípios, muito menos à luta social evocada pelos partidários desta visão. Nossas divergências referem-se à estreiteza dessa interpretação em desconhecer, por vezes de forma primária e maniqueísta, os avanços educacionais das últimas duas décadas, bem como as *“necessidades vitais do homem no campo econômico e material de produção e reprodução da sua existência”*, no “velho” e “bom sentido” expressado por Marx (MARX, 2007: 21 e 100)

classe dos trabalhadores e dos movimentos populares, especialmente no âmbito sócio-territorial do campo da tese, isto é, o município de Barra do Garças e o estado de Mato Grosso. Em outras palavras, a esquerda democrática, do ponto de vista eleitoral e institucional, cresce nas cidades do interior do estado, mas não de forma hegemônica nem construtora de um novo projeto de cidadania popular autêntica. Além disso, como ela está assumindo governos após de duas décadas de implantação de políticas públicas de largo alcance social (fruto da promulgação da Constituição de 1988 e de suas próprias vitórias nas instâncias de base e nas casas legislativas federais, estaduais e municipais), seu discurso educacional não tem conseguido mobilizar os setores populares no sentido de promovê-los à auto-organização política, em especial as comunidades voltadas à área de concentração desta tese, ou seja, a educação pública das séries iniciais.

Assim, utilizando-se aqui de dois exemplos comuns, faz-se grande alarde em relação “*ao aumento da oferta de matrículas*”, quando a média da natalidade está em queda e, em geral, se prolonga a idade para o casamento e o nascimento dos filhos. De forma semelhante, enfatiza-se a “*garantia do acesso de todos à educação*”, quando na verdade “*todos*”, no sentimento prático e imediato das reivindicações populares, já estão na escola. Salas lotadas e faltas de professores, ainda que sejam reconhecidas como um sério problema pela população em geral, não tem se traduzido para as grandes massas como “*falta de escolas*” ou “*impedimento ao acesso educacional*”. Com efeito, embora as esquerdas, quando no comando de prefeituras, apresentem ações louváveis e por vezes substancialmente diferenciadas em muitas questões pedagógicas (como vimos nesta experiência popular de Barra do Garças), seus impactos de transformação social no eleitorado municipal mato-grossense têm sido muitos pequenos, seja porque pregam reivindicações que “*já se concretizaram*” (ao menos no atual imaginário popular), seja porque seu programa não é compreendido em profundidade pelo conjunto maior da população (como debateremos de forma pormenorizada nos capítulos 1 e 6).

2º) Sob este ângulo de observação, sustentamos nossa tese na perspectiva de que o discurso educacional progressista não consegue mais superar, isoladamente – isto é, sem estar aliado à outras medidas de administração pública municipal relacionada às áreas de viação e obras, atendimento à saúde, expansão do emprego e implementação de programas de transferência direta de renda – o poder político das elites locais e regionais do interior mato-grossense (e, arriscamo-nos a dizer, talvez em todo o interior do Brasil). Nesse sentido, concordamos de forma muito aproximada com a análise de ABICALIL (2008;130) sobre a necessidade de atualização das reivindicações educacionais históricas do movimento social, quando ele expõe, por meio de outras palavras, o que temos chamado de “*estagnação discursiva da educação crítica-cidadã brasileira*”:

“A educação brasileira passa por uma mudança nem sempre percebida pela maioria das pessoas, pela sociedade. Embora todos reconheçamos que a educação deve ser prioridade de nosso País, discutir Educação tem sido uma tarefa a cada dia mais difícil, por causa da complexidade crescente do tema. Até duas décadas atrás, as bandeiras da Educação, sobretudo da Educação pública, eram bem mais simples. Lutávamos basicamente por mais verbas e por mais vagas. Todos compreendiam essas bandeiras, e todos tinham condição de aderir a elas por sua simplicidade de compreensão.

As verbas constitucionais vieram, e hoje a União, estados e municípios brasileiros são obrigados por lei, pela Constituição Federal, a investir no mínimo 18% de suas receitas próprias na educação, cada um na esfera de suas responsabilidades.” [...] Estamos muito próximos da universalização do ensino fundamental, sendo que não há falta significativa de vagas para as crianças e jovens em idade escolar obrigatória. Aí começa, contudo, a dificuldade de compreensão sobre quais seriam, concretamente, as novas bandeiras da Educação brasileira, especialmente a Educação pública.

Eliminar as desigualdades na oferta de ensino aos filhos de ricos e de trabalhadores, e promover a qualidade social em todos os níveis são, certamente, algumas dessas novas bandeiras. (ABICALIL,2008:130)

Este foi o dilema, tão bem condensado na citação apresentada, que norteou o estudo da presente tese, qual seja: estabelecer o esforço de elaboração de alguns elementos de análise que possam contribuir, ainda que de forma limitada, na construção de um novo discurso educacional progressista que se viabilize como programa de mobilização social e promotor da plena cidadania.

4 - Recortes da pesquisa: demonstração das estratégias de campo e dos sujeitos participantes.

A) Estratégias da pesquisa de campo:

Teses e pesquisas nas ou sobre as cidades do interior brasileiro, notadamente em áreas de forte presença de imigrantes e/ou populações de referencial étnico/cultural, costumam ser “carregadas” de elementos de ordem afetiva e emocional, o que geralmente as obriga recorrer aos diversos enfoques da metodologia etnográfica no desenvolvimento das ações práticas do campo investigável (CHIZOTTI, 2006: 28-32, 67- 72 e 77-99). No caso de Barra do Garças, localidade formada essencialmente pelos dois elementos citados – mais de meio século de levadas migratórias de todas as regiões do país e contando atualmente com uma população de cerca de 4000 indígenas nas áreas rurais do município - não poderíamos nos furtar à utilização de algumas destas estratégias na explicação de comportamentos socioculturais da cidade.

Sendo assim, devido à heterogeneidade dos grupos entrevistados, não foram poucos os momentos em que vimos a necessidade de adotar determinadas “posturas fenomenológicas” para solidificar a confiança entre nós e os sujeitos pesquisados. Mais do que “colher dados” ou registrar “testemunhos orais”, era preciso construir uma relação dialógica com a maioria dos envolvidos. Desse modo, no intuito de aflorar as percepções

subjetivas dos nossos entrevistados, as ações de campo consistiram no esforço de interlocução entre o olhar dos “atores, informantes e co-intérpretes das suas significações em diálogo com o meu olhar interpretativo” (PASSOS, 2005:131), a fim de que pudéssemos estabelecer um campo “semântico compartilhado”, isto é,

[...] no sentido que lhe empresta Geertz (1989 b) – como se estivesse “por sobre os ombros” de seus moradores e, dirigindo meu olhar na mesma direção, compor e urdir, intersubjetivamente, como co-autor, uma trama de significações através da qual possa comunicar com outras pessoas parte dos sentidos, que ali movem o cotidiano dos seus habitantes. (PASSOS, 2005: 133)

Conforme o esperado, tal postura exigiu o esforço de “*abertura ao diferente e ao diverso*”, cobrando-nos assim, sistematicamente, um desprendimento sincero e efetivo diante de opiniões tanto favoráveis como radicalmente contrárias aos nossos valores éticos/políticos. Tivemos que aprender, paulatinamente, os “códigos políticos” que configuram parte do tecido social pesquisado. Embora Barra do Garças não seja, na sua totalidade, uma cidade de aspirações e mentalidade provincianas (até porque este é um conceito bastante relativo na contemporaneidade urbana do interior brasileiro), há que se levar em conta as condições disponíveis e o contexto histórico de formação cultural do conjunto majoritário de sua população. Dada à relativa escassez de informação qualitativamente diferenciada nos municípios do interior mato-grossense, fruto da ausência de agendas públicas culturais de peso e do nível precário dos periódicos da imprensa local (bem como da programação rádio-televisiva), há grandes dificuldades de se construir um pólo de pensamento crítico/alternativo com influência de massa, mesmo numa cidade que, como Barra do Garças, conta com dois campus universitários (federal e particular) e uma classe média bastante expressiva na esfera econômica e social, inserindo-se aí a categoria dos professores estaduais e municipais. Como resultado, a todo o momento tivemos que nos “disciplinar” para não emitirmos opiniões antecipadas diante dos nossos entrevistados, as quais com certeza bloqueariam a “escuta sensível” e o compartilhamento necessário à metodologia proposta.

Por outro lado, a estratégica comentada também demandou por ações complementares na execução prática da pesquisa de campo. Em razão da quantidade de dados empíricos coletados na Secretarias Municipais de Educação, Fazenda e Administração, bem como o registro dos repasses do governo federal e de alguns índices econômicos de Barra do Garças e de Mato Grosso (fundamentais no estudo de uma administração municipal), tornou-se necessário recorrer à determinados métodos de análise de perfil mais tradicional. Dessa forma, após a leitura de publicações voltadas

especificamente à organização de teses e pesquisas¹⁶, primamos por algumas medidas que muito nos auxiliaram no ordenamento final dos trabalhos de campo, a saber:

- A consciência de que as pesquisas qualitativas não possuem um potencial de esclarecimento por si mesmas (LEFEVRE e LEFEVRE, 2005, 26), mas que também dependem de uma escala quantitativa condizente com os objetivos propostos. Isso, naturalmente, nos levou a construir uma amostragem adequada às dimensões e às exigências do objeto da tese, razão pela qual estabelecemos como meta de pesquisa o universo de 50 entrevistados, sendo que destes 26 eram professores da rede pública municipal, num total de 245 do quadro efetivo do município, ou seja, mais de 10% dos docentes da rede em unidades escolares de perfil diferenciado. Tal quantitativo não foi escolhido de forma aleatória, mas somente após contínuas observações de campo realizadas ainda na fase anterior à defesa de qualificação. Assim, a escolha dos sujeitos participantes deu-se em função da relação direta de cada um deles com o objeto de estudo, quais sejam: educadores públicos municipais de carreira e dirigentes da esquerda local e estadual mato-grossense, estes últimos com larga experiência no movimento social.
- O cuidado nos critérios de elaboração das perguntas aos entrevistados, de modo que estas, além da flexibilidade necessária para cada momento, fossem adequadas ao universo lingüístico dos participantes. Nesse sentido, coube-nos o esforço de estimulá-los a apontar, ao longo dos nossos questionamentos, tanto os “*indicadoras de causalidade*” como as “*experiências narrativas*” (SZYMANSKI, 2004: 30).
- A atenção para que a linha de ação adotada não se fragmentasse diante de “*modismos e imediatismos*” metodológicos que, por vezes, se espalham nos meios acadêmicos (GATTI, 2002: 22 e 23). Estes, assentados em práticas condicionadas por um excessivo pragmatismo, fazem com que “*os problemas sejam tratados, em geral, nos limites de um recorte academicista discutível*” (idem: 23)
- O cuidado para que os dados, depoimentos e informações obtidos nas escolas e nos órgão da prefeitura não se reduzissem à “*meros instrumentos passíveis de tabulação e mensuração*” (ANDRÉ, 1995:37), mas que desvelassem conceitos e concepções¹⁷ de ordem política, social e cultural. Portanto, apesar de termos recorrido à construção de gráficos e tabelas na demonstração dos resultados das entrevistas com os professores – bem como na exposição dos dados referentes aos investimentos e despesas do

¹⁶ (ANDRÉ, 1995 e 2005); (COSTA, 2004); (GATTI, 2002); (GOMES, CARNIELLI; JESUS e LEAL, 2007); (LEFEVRE, 2005); (MACEDO, 2006). (GUELFI, 2006); (SZYMANSKI, 2004); (VIANNA, 2004).

¹⁷ Utilizados, aqui, no sentido que lhes emprega GULF (2006: 57), ou seja : “[...] o conceito, em relação à sua natureza, é reconhecido como a essência das coisas e também como signo do objeto, mantendo uma relação de significado com ele. A concepção, por sua vez, representa o modo de proceder para capturar o próprio conceito”

mandato em estudo - esforçamo-nos sempre em relacionar cada recurso ilustrativo aos testemunhos orais obtidos nas entrevistas.

- A paciência no trato das variáveis numéricas e estatísticas contidas nos documentos pesquisados, tendo claro que “*amostras pequenas podem sinalizar tendências, mas nem sempre suficientes para dar suporte a importantes decisões*” (COSTA, 2004: 40). Esta observação se mostrou fundamental no capítulo 6, quando nos propomos a examinar as contas públicas do mandato popular e compará-las ao último ano da gestão que a antecedeu. Como os dados não se encontravam, a nosso ver, de forma suficientemente ordenada pelos documentos do Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso, centralizamos nossas análises nos investimentos mais importantes da Secretaria municipal de Educação, tais como despesas com salários, materiais de consumo, obras e reformas em unidades escolares e repasses setorializados dos recursos federais.
- Por fim, a coerência necessária para que evitássemos recorrer excessivamente ao “*auxílio de dados quantitativos secundários*”, bem como às formulações teóricas que tratam as questões pedagógicas na perspectiva da “*produção educacional*”, isto é, como se aquelas configurassem a extensão exclusiva das “*atividades econômicas*” (GOMES; CARNIELLI; JESUS; LEAL. 2007: 34 e 35)

B) Perfil dos sujeitos da pesquisa:

O esforço deste ordenamento acabou por produzir seus frutos. Ao final dos trabalhos de campo, em junho de 2009, conseguimos entrevistar 48 pessoas, portanto, 94% do universo planejado no projeto de qualificação de tese. Assim, com base nos parâmetros metodológicos anteriores, dividimos os sujeitos da pesquisa em dois grupos distintos de entrevistas, a saber:

1º) Os dirigentes e representantes políticos da esquerda mato-grossense, com a presença fundamental dos principais quadros que estiveram à frente do mandato popular em Barra do Garças (2005/2008).

2º) As equipes selecionadas de docentes das cinco escolas públicas municipais que serviram de base à amostragem da tese, pesquisados no cotidiano didático-pedagógico das suas respectivas unidades de ensino.

Esta estratégia não almejava criar ou separar “dois objetos de estudo” no conjunto maior das indagações da tese – até porque não pretendíamos estabelecer nenhum “nível hierárquico” de investigação –, mas sim distingui-los conforme o papel que os respectivos sujeitos desempenharam no cenário político do mandato popular. Os primeiros compartilharam conosco as indagações essencialmente políticas levantadas pela tese – crise do marxismo; luta de classes; esquerda brasileira e latino-americana; ideais socialistas; organização popular na contemporaneidade; desafios das prefeituras de esquerda no Mato

Grosso e, foco central das entrevistas, as possibilidades de desenvolvimento do projeto educacional democrático popular no município de Barra do Garças. Já os segundos voltaram-se à análise coletiva da prática educacional do mandato popular nas escolas municipais da rede, ou seja: a) a repercussão da vitória eleitoral de 2004 na esfera regional; b) as possibilidades dos projetos pedagógicos da Secretaria de Educação em implementar, na complexidade interna de cada escola pesquisada, mudanças expressivas na gestão no aprendizado dos alunos; c) as expectativas da população do município em relação ao projeto político/administrativo da prefeitura popular; d) a comparação do mandato popular com as gestões passadas no histórico recente da cidade.

C) Configuração e ordenamento dos sujeitos entrevistados:

Na finalização do delineamento apresentado, subdividimos os referidos grupos de pesquisa em dois blocos de análise, denominados aqui de “**Campo Externo**” e “**Campo Interno**” em relação à centralidade do objeto da tese.

- **O Campo Externo** se configurou como o “foco ampliado” da pesquisa, no qual investigamos as relações da prefeitura popular diante dos seguintes setores da esfera política: **a)** Os órgãos do poder estadual e federal diretamente relacionados à Secretaria Municipal de Educação; **b)** As lideranças políticas ligadas à esquerdas mato-grossenses, tais como os dirigentes locais e estaduais do PT e do PCdoB, diretores do Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Barra do Garças, membros do clero progressista da Igreja Católica e lideranças indígenas locais **c)** Os grupos de oposição institucional à prefeitura democrática popular, com foco nas publicações da imprensa local e no testemunho da bancada dos vereadores de oposição.

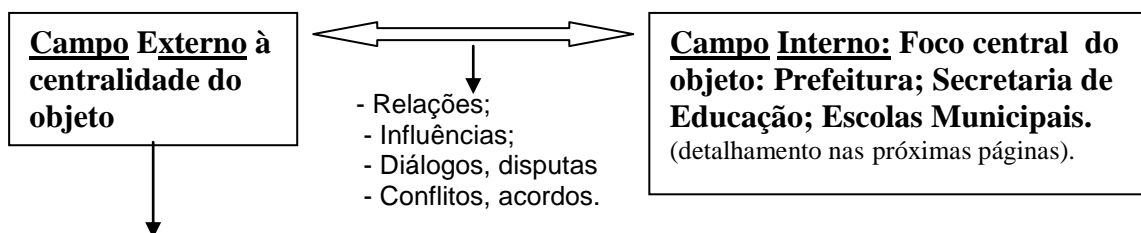
- **O Campo Interno** consistiu na investigação dos quadros políticos em exercício na prefeitura e na Secretaria municipal de Educação, bem como o estudo exercido diretamente nas unidades escolares da amostragem estabelecida, ou seja, o segundo grupo estrutural da pesquisa, a saber: diretores de escola; professores regentes; profissionais da educação e conselheiros dos fóruns institucionais de educação.

A não incorporação dos alunos nas entrevistas ocorreu em razão de que, como o universo de investigação concentrava-se basicamente em escolas de educação infantil e das primeiras séries do ensino fundamental (excetuando-se a Escola Agropecuária Laudelino Sousa Santos, que trabalhava com turmas de ensino médio), aqueles eram, em sua maioria, crianças em idade 5 a 14 anos (ressalvando-se as tradicionais distorções idade-série), o que naturalmente restringia a participação efetiva destes nos debates de natureza política da tese. Dessa maneira, as observações sobre o alunado deram-se no cotidiano das unidades escolares da amostragem da tese, bem como na averiguação dos

resultados do IDEB, da Prova Brasil, nas oficinas de cultura realizadas pela Secretaria de Educação e nas conversas aleatórias.

Demonstraremos nas páginas seguintes, sob a forma de esquema de ilustração, os campos de pesquisa e os sujeitos participantes da tese. À exceção dos nomes dos professores (que sempre nos pediram, por vezes encarecidamente, sigilo absoluto de identidade, por razões que explicaremos ao longo da tese, especialmente no cap. 6), todos os demais entrevistados são apresentados nominalmente e com a respectiva função social/política/profissional que exerciam no período dos trabalhos de campo. Alguns entrevistados, em razão da posição que ocupavam à época das investigações, aparecem nomeados nos dois campos de pesquisa (o externo e o interno), porém sem a repetição da respectiva numeração que os acompanha, salvaguardando-se, dessa maneira, a compreensão quantitativa dos sujeitos da tese. Seguem-se à demonstração comentada a sinopse das entrevistas realizadas com cada grupo pesquisado, subdivididos em blocos temáticos por assunto de investigação. Posteriormente, apresentamos o quadro de amostragem das escolas que participaram do universo da pesquisa, no qual expomos alguns dados básicos sobre cada unidade e as características sócio-pedagógicas que nos levaram a selecioná-las.

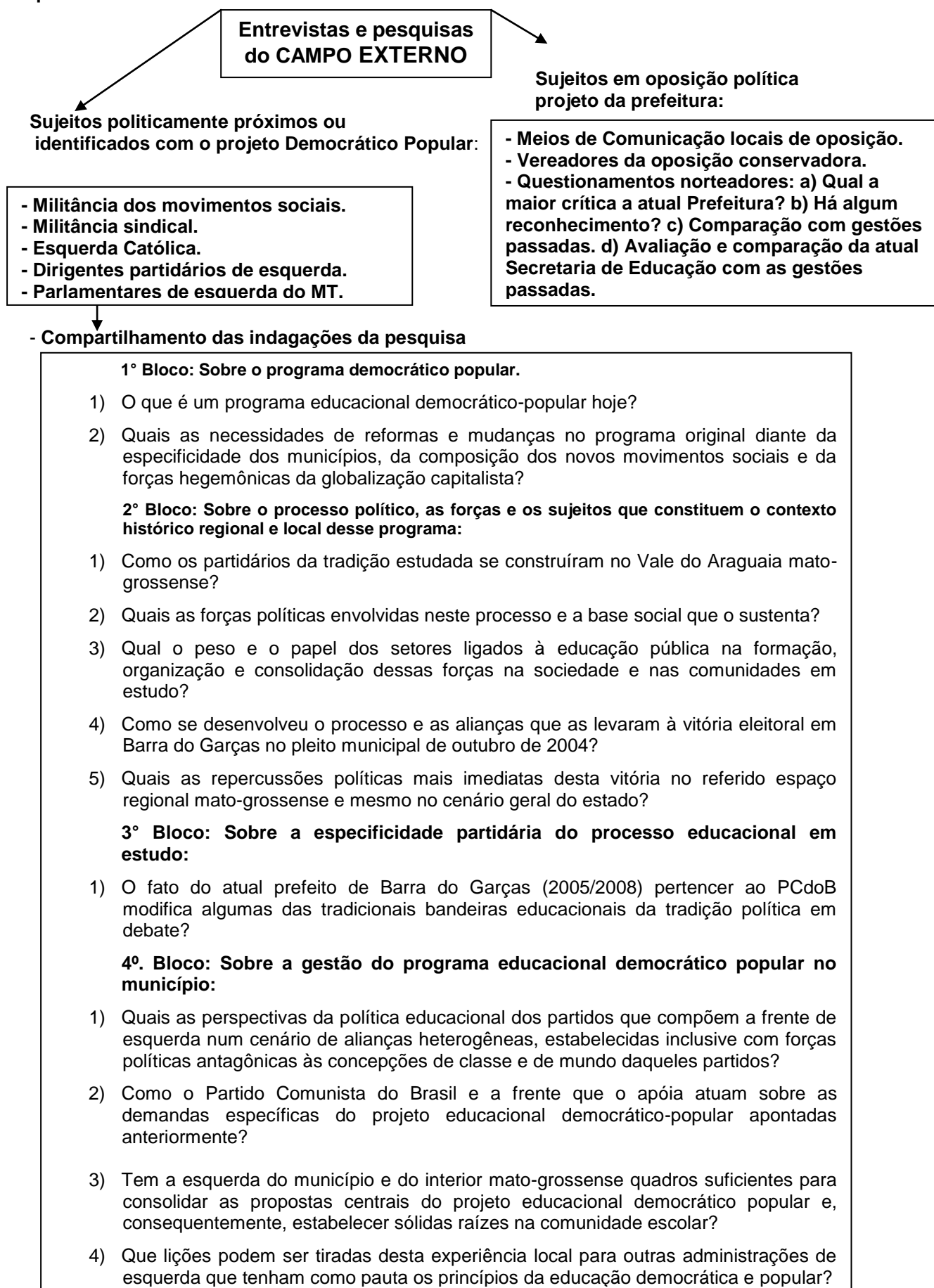
Quadro 1 - Campos de ação e sujeitos pesquisados na Tese

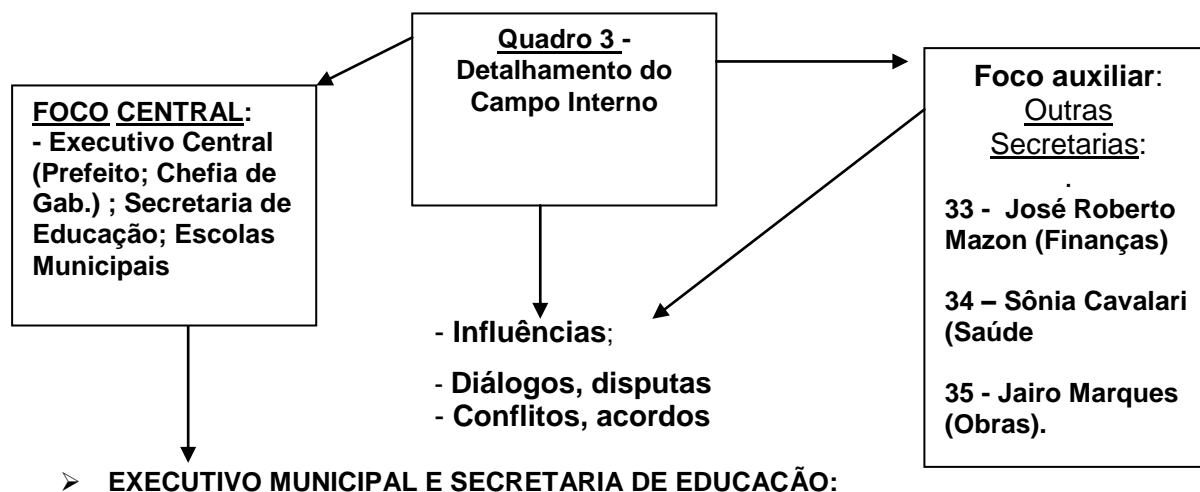


- **Setores pesquisados e participantes do Campo Externo ao foco do objeto de pesquisa.** (Entrevistas realizadas entre os meses de maio/outubro de 2008 e março/julho de 2009)
- **LEGISLATIVO MUNICIPAL:**
 - 1- **Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto:** ex-chefe de gabinete da prefeitura de Barra do Garças (2007-2008). Eleito vereador em Barra do Garças nas eleições de 2008 (**PT:** Partido dos Trabalhadores).
 - 2- **Vereadora Antonia Jacob** (oposição à prefeitura em estudo. Reeleita em 2008; atual Presidente da Casa - 2010). **PR** (Partido da República).
- **LEGISLATIVO ESTADUAL :**
 - **Deputado estadual Ságuas Moraes,** (2003/2006 e 2007/2010), e ex-prefeito de Juína (MT) por dois mandatos (1997/2000 e 2001/2002) pelo Partido dos Trabalhadores.
- **LEGISLATIVO FEDERAL:**
 - 3 - **Deputado Federal Carlos Abicalil** (PT-MT/ legislaturas 2003/2006 e 2007/2010).
 - 4 - **Senadora Serys Slhessarenko** (PT-MT/ legislatura 2003/2010).
 - 5- **Professor João Monlevade:** Assessor parlamentar na Comissão de Educação do Senado. Professor aposentado (UFMT); ex-assessor da CNTE; candidato pelo PT para o governo de MT nas eleições de 1982. Especialista em Financiamento da Educação.
- **EXECUTIVO ESTADUAL:**
 - 6 - **Ságuas Moraes:** atual Secretário de Educação do Governo de Mato Grosso (desde abril de 2007).
- **EXECUTIVO FEDERAL:**
 - **MEC:** Ministério da Educação (pesquisa documental e no site do órgão. Acompanhamento dos repasses constitucionais, fiscalização, convênio, apoio à SME, resultados do IDEB.
- **MEIOS DE COMUNICAÇÃO** (pesquisa documental, acompanhamento)
 - Jornais de circulação nacional, estadual (MT) e local (Barra do Garças)
 - Televisão local
- **MOVIMENTO SOCIAL:** Pesquisa documental, e entrevistas com lideranças):
 - 7 - **Professor José Pessoa:** Presidente e membro do diretório municipal do PCdoB. Atual Administrador geral e pró-reitor do Campus da UFMT de Barra do Garças
 - **Seção municipal do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do MT (SINTEP-MT)**
 - 8 - **Professora Marinalva Duarte (SINTEP-MT, Seção Barra do Garças)**
 - 9 - **Professor Omar Cirino (Seção SINTEP-MT, Seção Barra do Garças)**
 - 10 – **Wilson Junior de Oliveira:** Presidente da Associação dos moradores do Distrito Rural de Toricoeje (154 km da sede da prefeitura)
- **IGREJA CATÓLICA (PARTIDÁRIOS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO)**
 - 11 - **Dom Pedro Casaldáliga:** Bispo Emérito (aposentado) do município de São Félix do Araguaia-MT (pertencente ao município de Barra do Garças até 1979)
 - 12 - **Padre Paulo Gabriel** (Prelazia de São Félix do Araguaia).

Total de entrevistados do Campo Externo = 12

Quadro 2 - Delineamento das entrevistas realizadas no CAMPO EXTERNO do objeto da tese: questionamentos trabalhados





▪ **PREFEITURA:**

1 - : **Prefeito Zózimo Wellington (CHAPARRAL)**, do Partido Comunista do Brasil. Duas entrevistas; acompanhamento nas atividades de inaugurações de obras, ações da prefeitura, bem como na campanha pela reeleição (agosto/outubro de 2008), debates, comício, convenções partidárias e conversas cotidianas na esfera pública e privada.

- **Chefia de Gabinete: Professor Odorico Ferreira Neto (KIKO)**, do Partido dos Trabalhadores (PT). Nosso principal interlocutor nos trabalhos de campo da tese, acompanhamento nas atividades de inaugurações de obras e ações da prefeitura, na campanha pela reeleição de Chaparral e na sua própria campanha (vitoriosa) para vereador (agosto/outubro de 2008), fora os debates, convenções, plenárias partidárias, comícios e conversas cotidianas na esfera pública e privada.

2 - **Doutor Mauro Piauí**: Procuradoria Geral da Prefeitura.

▪ **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:**

3- **Professora Fátima Resende**: Secretária de Educação Municipal ao longo de todo o mandato (2005/2008) e presidente do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores: duas entrevistas, debates, acompanhamento na campanha pela reeleição e ações da secretaria nas escolas do município.

4- **Edson J. de Oliveira**; 5 - **Gecileide P. A Vilela**: assessores pedagógicos.

- **Coordenadoria da Educação Indígena Municipal:**

6 - **Cristovam Tsere do' Odi Tsõrepre** (Coordenador Geral). Professores: 7 - **Professor Máximo Uratfe Tsi Onwe** (Diretor da "Escola do Tatu"); 8 - **Eliseu Waduiipi Tsipre** (professor da referida escola)

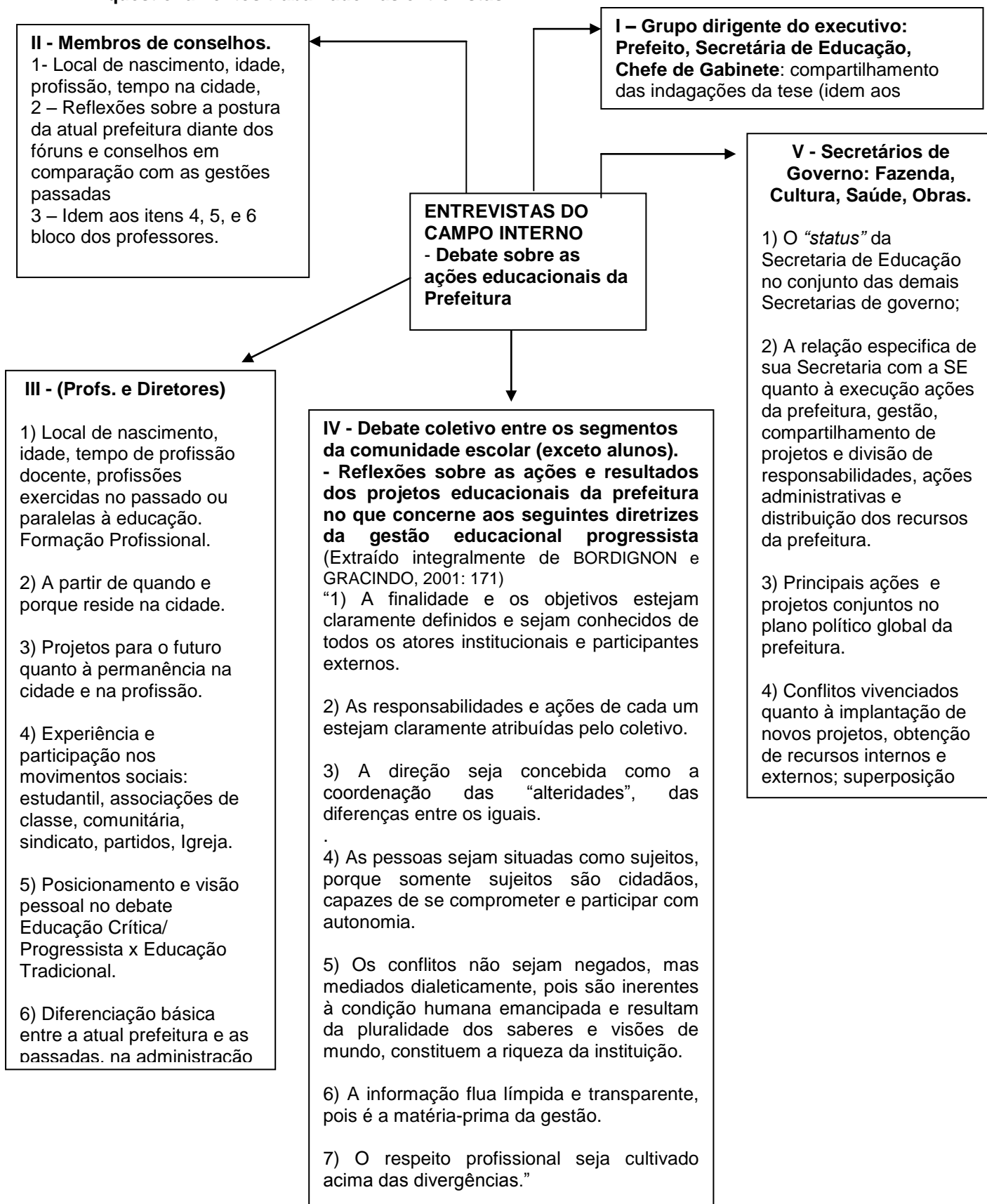
▪ **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**: entrevista coletiva com 4 conselheiros representantes dos alunos (02), Sindicatos dos professores (01) e do legislativo municipal. (9, 10, 11,12)

▪ **ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS**: entrevistas coletivas em 5 unidades da rede municipal pública) com 24 PROFESSORES (Diretores inclusos) e 1 técnico em educação. - **Critérios de participação**: 1º: Estar lecionando, no ano da entrevista (junho/setembro de 2008) há sete anos na rede municipal (desde o mandato anterior à gestão em estudo); 2º - Estar lecionando na escola há dois anos (ou há um ano, no caso das escolas rurais); 3º - Não estar respondendo a nenhum processo administrativo interno ou judicial; 4º: Ser eleitor do município de Barra do Garças; 5º - **Relação de contrato Profissional**: 2/3 concursados e 1/3 contratados temporariamente, sendo estes últimos selecionados de acordo com critérios adotados.

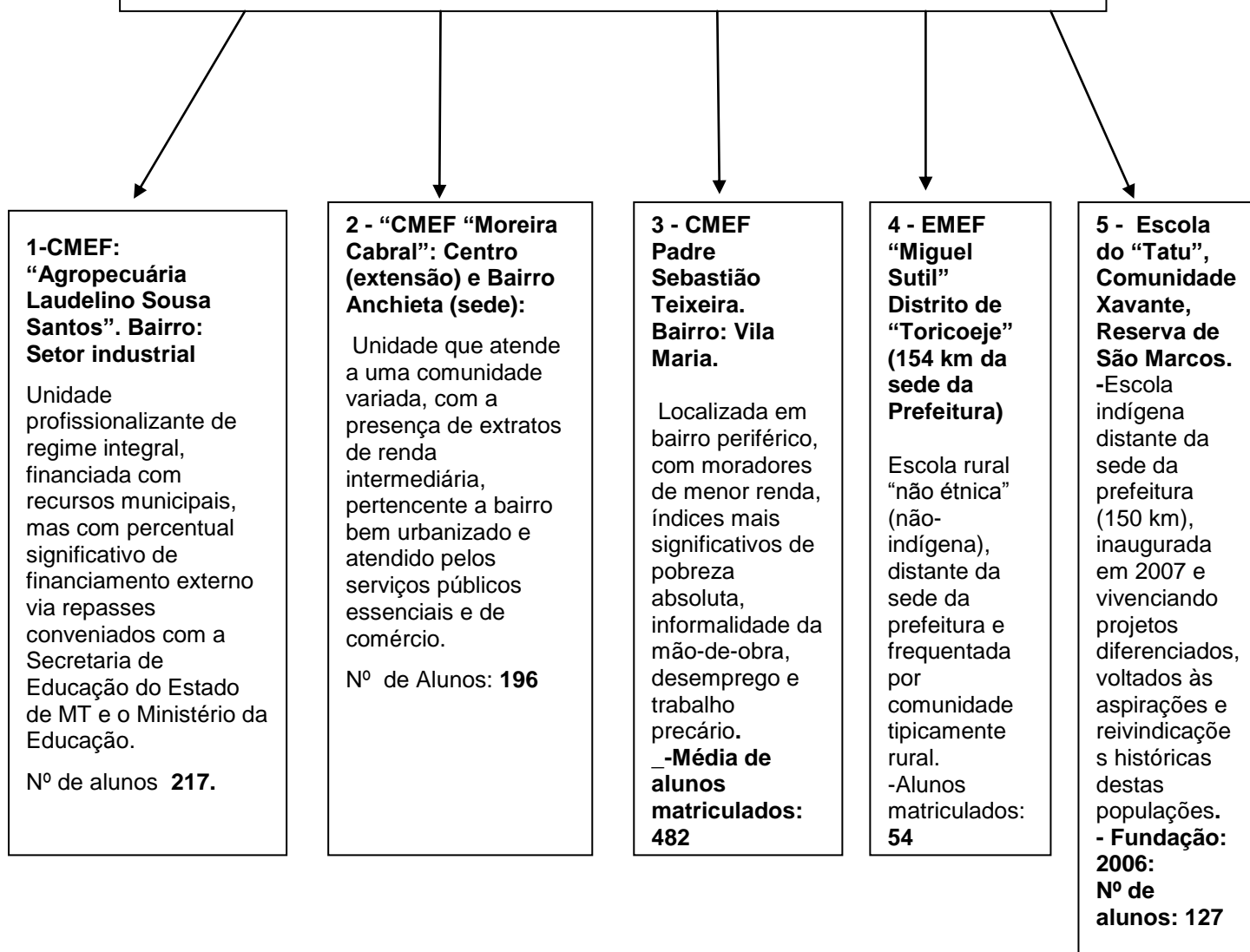
- Total de entrevistados do Campo Interno: 36 (33 do foco central + 3 do foco ampliado).

- Total de entrevistados nos dois campos da pesquisa (Externo e Interno): 12+ 36 = 48

Quadro 4 - Delineamento das entrevistas do CAMPO INTERNO do objeto de tese: resumo dos questionamentos trabalhado nas entrevistas:



Quadro 5 - Caracterização básica das escolas pesquisadas:
 CMEF: Centro Municipal de Ensino Fundamental. EMEF: Escola Municipal de Ensino Fundamental



5 – Organização do trabalho: disposição dos capítulos da tese.

A exposição da tese está organizada em três partes centrais, subdivididas em seis capítulos, todos antecedidos por uma síntese contendo as principais informações do conteúdo desenvolvido, razão pela qual nos referimos a eles aqui de forma breve.

Na apresentação geral do Trabalho, esforçamo-nos em evitar, à medida das nossas possibilidades, a usual "separação" entre a "análise teórica" e a "análise temática específica", dado que tal ordenamento poderia prejudicar a percepção da dinamicidade dos fatos e das contradições registradas. Desse modo, à exceção do capítulo 1, direcionado à análise contemporânea do discurso educacional da esquerda democrática brasileira – e que também já apresenta muitos elementos diretamente relacionados ao Mato Grosso e a cidade de Barra do Garças - todos os demais capítulos são específicos ao tema, nos quais procuramos interconectar os referenciais teóricos da tese ao movimento permanente do próprio objeto de estudo.

Seguindo essa linha, o primeiro capítulo volta-se à construção histórica do discurso educacional democrático popular, examinando seu desenvolvimento no campo pedagógico nacional e os atuais desafios como programa político de mobilização e transformação social nos municípios pequenos/médios brasileiros.

O segundo capítulo trata do delineamento espacial da temática da tese. Nele são analisados a movimentação histórica, política, geográfica e cultural das classes oligárquicas e das forças de esquerda no contexto sócio-territorial do Leste de Mato Grosso, ao qual pertencem a região do Vale Médio do Araguaia e o município em estudo.

O terceiro capítulo investiga em detalhes o processo eleitoral que levou os partidos de esquerda a conquistarem a prefeitura de Barra do Garças em 2004. Examina-se nesta parte tanto as formas de alianças empreendidas pelas esquerdas como a continuidade das forças conservadoras no controle do legislativo municipal, do qual partiu, posteriormente, as maiores iniciativas de cerceamento ao governo popular.

Analisamos no quarto capítulo o cerco oposicionista que se formou contra a prefeitura popular ao longo do seu mandato, quando as forças conservadoras, principalmente dos grupos aliados ao prefeito antecessor, se rearticularam para promover a sabotagem deliberada contra o governo popular e a execução do possível impeachment do prefeito Zózimo Chaparral (PCdoB). É aqui que situamos uma proposta de categorização política sobre a administração de esquerda em estudo, qual seja, a “*democracia popular negociada em situação de fragilidade*”.

O quinto e sexto capítulos investigam os objetivos centrais do projeto político-educacional em estudo, concentrando-se no exame detalhado das suas principais premissas teóricas e práticas. Acompanham estas análises um conjunto de gráficos referentes aos investimentos públicos na educação no mandato popular (recursos próprios e repasses constitucionais), bem como a leitura de alguns índices obtidos na avaliação do IDEB nos anos de 2005 e 2007.

Complementa o sexto capítulo a exposição analítica dos nossos debates realizados no interior das escolas pesquisadas. É a partir deles que se torna possível perceber, diante da apresentação de gráficos e quadros ilustrativos, as principais contradições de uma administração municipal de esquerda na avaliação dos professores públicos da respectiva rede. Segue-se no mesmo capítulo as principais passagens da tentativa de reeleição da prefeitura popular no pleito municipal de 2008, quando se evidencia o confronto político entre os dois principais discursos em disputa, ou seja, o programa educacional progressista e o apelo clássico às grandes obras e investimentos empresariais.

Por fim, seguem-se ao sexto capítulo as indispensáveis “Considerações Finais”, focadas nas consequências político-educacionais do resultado eleitoral de 2008 em Barra do

Garças e, objeto central do debate, na necessidade de promover novas reflexões teóricas e práticas sobre a perspectiva educacional democrática popular.

Como forma facilitadora de exposição, bem como no intuito de evitar consultas frequentes aos anexos da tese, todas as tabelas, quadros, gráficos, figuras, mapas e demais instrumentos de ilustração estão inseridos de forma gradual ao longo dos capítulos apresentados, complementados por alguns quadros clássicos que perfazem a formação histórica e cultural da região. Porém, dada a necessidade de organização textual, separamos em apêndice as principais fotos do campo pesquisado, as quais incluem a paisagem de bairros da cidade de Barra do Garças, distritos rurais, escolas da amostragem e aldeamentos indígenas.

Que o esforço deste trabalho se traduza em novos conhecimentos para os leitores, incentivando-os à elaboração de novas reflexões que possibilitem o avanço qualitativo da educação pública brasileira.

PARTE I

O DISCURSO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICO POPULAR:

atualizando problemas e conceitos.

CAPÍTULO 1 - O discurso educacional progressista como suporte ideológico de prática política e transformação social: elementos históricos e atuais para uma nova reflexão crítica.

“Não deveriam ter enviados soldados, e sim mestres-escolas”
(Euclides da Cunha, sobre a Campanha de Canudos)

“Há educação para alguns, há educação para muitos e há educação para todos. A democracia é o regime da mais difícil das educações: a educação pela qual o homem, todos os homens e todas as mulheres aprendem a ser livres, bons e capazes”. (TEIXEIRA, 2002: 34 e 35)

“Sempre acreditei que é por meio da educação que se pode construir uma sociedade mais justa e igualitária. Por que assim acredito, tenho procurado não medir esforços para a implementação de uma educação de qualidade, que valorize o sujeito e dê a ele a oportunidade de lutar em pé de igualdade pelos seus direitos” (Zózimo Wellington Chaparral Ferreira, PCdoB, Prefeito de Barra do Garças/MT (2005/2008), na abertura do “Relatório de Gestão 2005”, página 2)

Apresentamos neste capítulo uma breve revisão histórica do discurso educacional democrático popular, bem como as principais contradições do seu desenvolvimento no contexto atual da sociedade brasileira. Partimos do princípio de que o programa em questão não nasceu originalmente no campo marxista, mas sim do ideário pedagógico liberal que marcou alguns dos debates nacionais entre os anos de 1930 a 60, nos quais se sobressaiu, de forma unânime, a figura emblemática de Anísio Teixeira. Paulatinamente, esse ideário foi sendo absorvido e modificado por importantes quadros intelectuais da esquerda progressista, presentes nesta exposição nas observações de Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Paulo Freire. Estes, sob diferentes focos teóricos, deram às premissas de Anísio Teixeira uma nova configuração discursiva e programática, orientando-as na perspectiva socialista de transformação social.

A redemocratização da sociedade brasileira e a promulgação da Constituição de 1988 institucionalizaram parte deste projeto, transformando-o num dos principais instrumentos de mobilização popular e de gestão educacional nas administrações municipais de esquerda na década seguinte.

No entanto, apesar de sua fundamental importância como elemento aglutinador das esquerdas brasileiras daquele período, o discurso educacional progressista tem perdido influência nas eleições municipais da última década (2000/2010), seja em função da

desatualização do seu programa, seja em razão da forte dissimulação das diferenças entre o discurso pedagógico da esquerda democrática e o das forças conservadoras. Desse modo, embora a educação pública tenha se tornado, do ponto de vista formal, a “*grande prioridade nacional*”, o apelo educacional progressista não está conseguindo se constituir como uma referência política atrativa ao eleitor médio brasileiro.

1.1 – “Das barricadas à sala de aula”: o resgate das lutas educacionais pela esquerda democrática popular:

O último terço do século XX imprimiu mudanças expressivas no pensamento político das esquerdas brasileiras identificadas com o “Campo Democrático-Popular”. Largamente influenciadas pelas obras de Paulo Freire e dos teólogos da libertação de linha progressista, elas foram estimuladas a enxergar a educação pública como um verdadeiro ícone capaz de exercer, a partir da “democratização radical” do processo pedagógico no “*chão da escola*”, profundas transformações na sociedade capitalista¹⁸.

Impulsionada pelos ventos da redemocratização que alcançaram o Brasil e os demais países sul-americanos por toda a década de 1980¹⁹, a crença neste ideário atingiu dimensões muito mais amplas do que qualquer outro momento da história nacional. Após vinte anos de resistência política, reflexão teórica e militância efetiva nas comunidades populares da cidade e do campo, os ativistas da “*educação libertadora*” romperam o cerco que lhes foi imposto pelo golpe militar de 1964²⁰ e, resgatando as lutas progressistas do

¹⁸ Ver, a esse respeito, o excelente prefácio original de Clodovis Boff (1979), antecedendo o belo debate “dialógico” entre Paulo Freire e Adriano Nogueira em “Que Fazer: teoria e prática em educação popular”, (Vozes, 2006, 8ª edição)

¹⁹ Recordemos, no conjunto das ditaduras golpista-militares que governaram quase todos os países do continente ao longo dos anos de 1960 a 80, a situação diferenciada do Chile. Nele, o período mais brutal da repressão - iniciada com o violento golpe que derrubou o presidente constitucional, o socialista Salvador Allende, em Setembro de 1973 - deu-se entre os anos de 1979 a 1982, estendendo-se ainda por toda aquela década (BANDEIRA, 2008). Com efeito, a redemocratização chilena só evoluiria de fato na década seguinte, com a vitória eleitoral, no início dos anos de 1990, da “Concertação” (“Concertación”), coalizão de centro-esquerda formada majoritariamente por socialistas, democrata-cristãos e agrupamentos do antigo Partido Comunista Chileno.

²⁰ É importante ressaltar que, mesmo nos anos mais repressivos do regime militar, entre 1969 a 76, a educação popular não perdeu a notável influência que exercera sobre o campo pedagógico nacional antes do referido golpe. FÁVERO (2006: 112-127) registra essa continuidade no seu detalhado estudo sobre as ações do MEB na década de 1960, bem como Vanilda Paiva na polêmica análise que fez sobre a primeira fase da obra de Freire (1958-65). A autora, ainda que partindo de uma postura bastante crítica às bases do pensamento freireano, reconhece que, “à medida que a repressão crescia e com ela aumentavam as dificuldades de utilização do método, avolumava-se a crença nos seus “poderes subversivos” (PAIVA, 2000:18). Porém, inclinando-se mais à observação negativa do fato, ela argumenta que, em função da “impossibilidade do confronto com os problemas colocados pelo seu uso e pela própria imagem da pedagogia de Freire criada pelo regime”, esta mistificação acabou por transformar o seu método em “panacéia para os problemas pedagógicos enfrentados por quaisquer programas de educação popular” (idem: 18/19).

passado²¹, ganharam espaço nas instâncias de base dos movimentos sociais que afloravam por todo o país naqueles anos de entusiasmo e abertura política.

Como era de se esperar, o impacto dessas mudanças repercutiu de imediato no debate pedagógico nacional. De início, reacendeu-se, sob novas bases, a tradicional disputa entre “conservadores” e “progressistas” nos conhecidos “*campos de batalha*” das políticas públicas educacionais: grau de investimento público; fontes e responsabilidade de financiamento; estrutura curricular; metodologias de ensino; prática de gestão escolar e legislação educacional. Paulatinamente, os modelos “tecnicistas” de educação – as “jóias da coroa” no campo pedagógico do regime militar autoritário - foram cedendo lugar às propostas educacionais de caráter mais comunitário e democrático.

Porém, foi no interior das próprias esquerdas, particularmente na esfera acadêmica, que os defensores da “*educação transformadora*” travaram um combate crucial. Opositores de primeira linha às teorias “reprodutivistas” da educação, em especial à perspectiva althusseriana dos “Aparelhos Ideológicos de Estado²²”, eles se esforçaram em implementar uma nova agenda na qual a defesa da educação pública se tornaria a mediação principal, ou seja, o “*elo de ligação*” entre a “*conscientização popular*” e a promoção da “*plena cidadania*”. Substituía-se, dessa maneira, o ideário clássico da “*ruptura revolucionária*” pela a estratégia de inserção gradual do povo na “*construção de uma sociedade mais justa*”,

21 Referimo-nos, como veremos ao longo do texto, às ações e aos movimentos educacionais empreendidos no Brasil entre os anos de 1930 a 1964, com destaque a três momentos centrais, quais sejam: a) os debates pela criação da “Escola Nova”, no primeiro quinquênio dos anos 30; b) as lutas progressistas dos anos 50 em torno da elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada 1961; c) as mobilizações alcançadas pelos programas nacionais de alfabetização, sob coordenação de Paulo Freire e Darcy Ribeiro, nos anos de 1962 a 64, (FRIGOTTO, 2005: 224-234; MOTTA 1996, PAIVA, 2000;31-102 e 2005; 174-186; ROCHA, 2002).

22 Neste embate ver a didática, porém substancial, crítica de SAVIANI (2007:15-29) às três principais vertentes que sustentam a teoria crítica-reprodutivista no campo da ciência social: 1ª) a teoria da “Violência Simbólica”, de Bourdieu/ Passeron (1975); 2ª) a teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) de Louis Althusser (1976); e 3ª) a “teoria da Escola Dualista”, de C. Baudelot e R. Estabelet (1971). Baseando-se em Snyders (1977: 287 e 338-344), Saviani argumenta que, se aceitássemos a forma pela qual essas teorias apresentam a “produção ideológica” do capital, a perspectiva política da luta de classes tornar-se-ia: a) “impossibilitada” na primeira (SAVIANI, 2007: 21); b) “diluída e inglória” na segunda (idem:24); c) “inútil” na terceira (Idem: 28 e 29). De forma semelhante, GRACINDO (2004) critica a “postura imobilizadora” das teorias educacionais reprodutivistas e, após afirmar a influência direta das concepções de educação no delineamento de um dado Projeto Político Pedagógico, defende que a escola pode vir a exercer a “possibilidade de um importante papel mediador na busca da emancipação da sociedade. Se esta for a opção esposada pela escola, o PPP será o espaço privilegiado para conceber e estabelecer estratégias para tal” (idem:167). Contudo, tais apontamentos não retiram, inclusive por parte dos autores citados, o reconhecimento do “caráter crítico das teorias reprodutivistas”, dado que, ao contrário das linhas pedagógicas que as antecederam (tradicional, nova e tecnicista), elas denunciavam as relações de dominação de classe nos sistemas oficiais de ensino (SAVIANI (2008: 91). Assim, concluem os autores, faltava às teorias reprodutivistas um programa político/pedagógico que as permitissem superar, no sentido de “emancipação das massas”, o contexto de opressão por elas mesmas denunciado (idem,: 91 e 92) .

sem, contudo, renegar outras possibilidades revolucionárias e a luta de classes como referencial dos projetos educacionais transformadores:

Paulo Freire combate a concepção ingênua da pedagogia que se crê motor ou alavanca da transformação social e política. Combate igualmente a concepção oposta, o pessimismo sociológico que consiste em dizer que a educação reproduz mecanicamente a sociedade. Nesse terreno em que ele analisa as possibilidades e as limitações da educação, nasce um pensamento pedagógico que leva o educador e todo profissional a se engajar social e politicamente, a perceber as possibilidades de ação social e cultural na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade classista (GADOTTI, apud FREIRE, 1979: 10)

A instalação da Assembléia Nacional Constituinte, convocada após as eleições de 1986²³, logo se revelaria um excelente palco para as disputas institucionais dessa nova agenda em ascensão. Seus defensores, apesar de minoritários como força parlamentar e submetidos à intensa pressão dos partidos tradicionais da época²⁴, conseguiram direcionar os debates para a aprovação de dispositivos constitucionais que, embora distantes da idealização de um sistema de ensino nacional e unificado - no sentido pleno da expressão atual - contribuíram efetivamente para a universalização do acesso à educação básica, alcançada na década seguinte. ABICALIL²⁵ (2007:207), reportando-se a Florestan Fernandes (do qual foi assessor à época da Constituinte), expressa a habilidade da esquerda democrática na reversão da hegemonia do centro-liberal que apoiava o regime transitório da “Nova República”. Àquela época foi preciso, além da “obstinação militante”, buscar nas referências do próprio adversário os argumentos que sustentassem o debate da educação pública não apenas no seu aspecto formal, mas que também o remetesse, de forma irreversível, às raias mais elevadas da política nacional:

A correlação de forças políticas consubstanciadas no famoso Centrão, de cunho liberal progressista e amplas vinculações com as elites dirigentes até então, exigiu a vigilância militante, indispensável às oposições em qualquer governo. As tensões à direita se aglutinavam neste dito eixo de centro,

23 Relembrando que foram eleições “parciais”, ou seja, para governadores de estado, deputados estaduais, federais e senadores. Portanto, não havia ainda eleição direta para presidente, a qual seria aprovada e regulamentada pela nova Constituição.

24 Embora o país estivesse vivenciando uma grande experiência democrática na época da ANC, o controle político do Estado brasileiro ainda se encontrava em mãos conservadoras. Nesse sentido, Florestan Fernandes retrata com precisão as causas da permanência deste controle, mesmo num processo de retirada dos governos militares: “o problema político da convocação de uma ANC numa situação histórica em que se sai de uma ditadura é um problema político grave. As forças da ordem ocupam as posições de comando. Se o movimento das “diretas já” tivesse tido êxito, teria sido possível alijar o maior número de elementos do antigo regime do sistema de poder” (FERNANDES, 1985, apud CALHEIROS, 2004: 123)

25 Atualmente, Carlos Augusto Abicalil é deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de Mato Grosso, no exercício do seu segundo mandato parlamentar (2007/2010). Em função da posição de destaque que ocupa na liderança das esquerdas no estado, especialmente na área educacional – sendo esta, no Congresso, com influência em nível nacional - foi um dos principais sujeitos da entrevista desta tese, bem como na consulta bibliográfica aos seus pronunciamentos, entrevistas à imprensa, artigos e publicações acadêmicas.

fortalecido pela coalizão do Governo Sarney. À esquerda, como condição necessária de influência e de resistência naquela correlação de forças, coube o rigor no argumento e a sabedoria na negociação. Dimensionando cada passo, buscando na referência liberal do outro lado as brechas para consolidação de uma plataforma orgânica para a educação pública como política nacional (ABICALIL, 2007:205),

1.2 – Antecedentes históricos da educação transformadora: dos ideários éticos liberais à transformação social da esquerda democrática.

Obviamente, não se pode resumir os avanços sociais obtidos na Constituinte à “habilidade tática”, ou à “sensibilização discursiva”, das forças progressistas nos embates em plenário. Como já é de largo conhecimento na história da educação brasileira, a força deste discurso²⁶ não brotou unicamente das lutas democráticas dos anos de 1980. Semeado por toda uma geração de educadores que se notabilizou, antes da “popularização” de Paulo Freire, pela primazia do pedagógico ao econômico nas grandes polêmicas nacionais, o ideário de “*transformação social pela educação*” já germinava em nosso solo há mais de meio século.

Veja-se, por exemplo, o apelo discursivo e emocional da “prioridade máxima à educação” na visão humanista de Cecília Meireles, escritora de renome na literatura nacional e importante ativista na defesa da “escola nova” nos anos de 1930. Dois anos após a vitória das forças revolucionárias liberais que destituíram a “República Velha”, a autora sugeria aos novos governantes para que voltassem seus olhos e atitudes prioritariamente às questões educacionais, não apenas como obrigação legal e moral do Estado, mas sim como estratégia de solução dos desafios enfrentados pelo próprio governo revolucionário:

A Revolução já não tem muito direito de errar, pelo menos por inexperiência. As duras provas por que tem passado dão-lhe, forçosamente, uma capacidade de autocrítica suficiente para lhe assegurar uma certeza de ação. E, se o Brasil é, acima de tudo, um país que está sofrendo da falta de homens perfeitamente adequados às várias necessidades nacionais, e se a Revolução compreender – como é obrigatório que o faça – que só educação é capaz de resolver esse problema, de que tantos outros dependem, o Ministério que a Revolução criou deve merecer um cuidado especial (MEIRELES, 1932:126)²⁷

Porém, a despeito da ausência dos conflitos de classes na compreensão dos problemas educativos do seu tempo, Cecília Meireles ressalta, numa outra crônica de 19 de julho de 1932, a profunda sensibilidade social contida no “Manifesto dos Pioneiros”, a qual acabou por transformá-lo num instrumento eficaz de denúncia social e, por conseqüência,

²⁶ Entendido aqui no sentido pleno da palavra, ou seja, na compreensão de que [...] “é o discurso que dá concretude à expressão verbal, enfim, ao que é escrito. A mera justaposição de palavras, por proximidade e semelhança fonética, sem o discurso, resulta em expressão abstrata”. (Ferreira Goulart, Folha de São Paulo, 17/01/2010; E 8)

²⁷ Cecília Meireles, Rio de Janeiro, Diário de Notícias, 8 de julho de 1932; apud MEIRELES, Cecília, “Crônicas de Educação”, 2001: 126).

de crítica incisiva aos métodos administrativos do Estado, da cultura e da própria consciência nacional:

O Manifesto da nova Educação fez voltar as vistas dos que o leram para a nossa realidade humana e brasileira. A realidade da nossa inteligência desamparada, do nosso esforço mal conduzido, de todo o nosso futuro comprometido numa aventura social que parece mítica, tanto andamos transviados e ignorantes, em cada um dos nossos elementos (Idem: 245)

Que não se pense, contudo, que o pensamento pedagógico da época estivesse restrito dos ‘desejos mais nobres’ das correntes liberais. Palco das grandes denúncias da desigualdade social brasileira, o debate educacional já era influenciado pelas tendências mais progressistas de uma jovem esquerda nascente. Mesmo os autores de referencial marxista reconhecem a presença de elementos revolucionários nos embates pedagógicos da primeira metade do século XX, particularmente na influência do “Manifesto” de 1932, documento ainda hoje imprescindível na compreensão da problemática educacional brasileira:

O que foi conhecido como “Manifesto dos Pioneiros”, nos anos de 1930, configura uma espécie de síntese dos embates travados no final do século XIX até os anos de 1930 e, ao mesmo tempo, um ideário que matiza a educação até o presente. De fato, a análise do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” sinaliza que o mesmo conjugava intelectuais vinculados ao liberalismo conservador, como Lourenço Filho, ao liberalismo social, como Anísio Teixeira, e a uma perspectiva que guarda relação com as tese socialistas, como Pascoal Leme (FRIGOTTO, 2005: 228).

Também GROSSI (2000: 25), refletindo sobre o seu mandato frente à Secretária de Educação de uma das mais importantes experiências de administração democrática e popular no Brasil - a prefeitura de Porto Alegre²⁸ - presta tributo à geração do “Manifesto”, configurando-a como a semente da qual floresceu o ideal pedagógico da esquerda democrática atual²⁹. Com efeito, segue a autora, foi graças à influência e ao trabalho de Anísio Teixeira, de Lourenço Filho e de outros de seus contemporâneos, sobretudo de Anísio como primeiro diretor do INEP, que foi possível multiplicar as ações em prol da criação de um sistema de ensino nacional público e formar, a despeito das dificuldades, *“uma plêiade de pedagogos, muitíssimos deles mulheres, que se dedicavam às tarefas educacionais com uma qualidade indiscutivelmente respeitável dentro do quadro da época”* (GROSSI, 2000: 25)

²⁸ O Partido dos Trabalhadores governou Porto Alegre por quatro mandatos consecutivos, de 1989 a 2004. Esther Grossi foi Secretária Municipal de Educação de Porto Alegre entre os anos de 1989 a 1992, período ao qual se refere a autora na obra “Coragem de mudar a Educação” (GROSSI, 2000).

²⁹ “A trajetória da esquerda em educação escolar até os dias de hoje parte de alguns elementos históricos, dentre eles o fato relevante que Anísio Teixeira inaugurou no Brasil uma fase significativa de compromissos com a educação, embasados no intercâmbio que estabeleceu com John Dewey, nos Estados Unidos, o qual, como pedagogo, tinha uma visão e renome internacionais” (GROSSI, 2000:25)

De fato, embora Anísio nunca tenha sido, na concepção marxista clássica do termo, um “militante ou intelectual socialista revolucionário” (apesar de que, no contexto em que atuou, tenha revolucionado o pensamento pedagógico brasileiro), nele já encontramos, desde meados dos anos 40, os “alicerces inaugurais” da atual agenda educacional do campo democrático popular. Considerado por muitos de nossos pensadores como o maior educador da história do Brasil³⁰, ele elaborou as bases sócio-institucionais para a universalização da educação pública brasileira, sobre as quais se estruturou, nas décadas seguintes, toda a análise crítica da intelectualidade educacional progressista. Assim, antecipando-se em muitos anos ao discurso pedagógico das esquerdas dos anos 80, Anísio almejava a criação de políticas educacionais que, numa perspectiva radicalmente democrática, se configurariam no pilar central de todas as ações administrativas de governo, de modo que “as razões de ordem material não suplantassem a legitimidade das ações morais”. Nesse sentido, caberia à educação pública sobrepor-se às demais funções de Estado e, em consequência, transformar-se no principal instrumento de equalização “biológica” e social frente às injustiças históricas das sociedades humanas:

A justiça social, por excelência, da democracia, consiste nessa conquista de igualdade de oportunidades pela educação. Há, entre os dois termos, uma relação de causa e efeito. Numa democracia, pois, nenhuma obra supera a da educação. Haverá, talvez, outras aparentemente mais urgentes e imediatas, mas estas mesmas pressupõem, se estivermos numa democracia, a educação. Com efeito todas as demais funções do Estado democrático pressupõe a educação. Somente esta não é a consequência da democracia, mas a sua base, o seu fundamento, a condição mesma para a existência.

A democracia é, assim, o regime em que a educação é o supremo dever, a suprema função do estado. Será vão quereremos equipará-las às funções de polícia ou de viação ou mesmo de justiça, porque a de educação constitui a única justiça que me parece suficientemente ampla e profunda para apaziguar a sede de justiça social dos homens. [...] Nascemos biologicamente desiguais. Se a democracia pode constituir-se para nós num ideal, um programa para o desenvolvimento indefinido da própria sociedade

30 Não poderíamos nos furtar à citação de dois comentários fundamentais sobre a personalidade de Anísio Teixeira (12/07/1900, Caetité, Bahia; 11/03/1971, Rio de Janeiro) na contribuição do referido “título” em questão. A coletânea organizada por João Augusto de Lima Rocha (“ANÍSIO EM MOVIMENTO”, Senado Federal, Brasília, 2002), traz em suas 304 páginas diversos textos e pronunciamentos originais de Anísio Teixeira, além de outros valiosos depoimentos de grandes autores e educadores brasileiros sobre sua obra. Dentre estes, Darcy Ribeiro afirma, categoricamente, que Anísio foi “o educador mais brilhante do Brasil. Foi também o homem mais inteligente e cintilante que eu conheci. Conheci muita gente inteligente e cintilante, mas Anísio foi o mais. Conhecia educação com muita profundidade, e foi um homem que refez seu próprio pensamento várias vezes na vida” (RIBEIRO, Apud ROCHA, 2002: 66). Além de Darcy, Florestan Fernandes (um pouco mais contido, como era do seu comportamento), também presta as devidas reverências ao mestre educador: “Anísio Teixeira foi um dos homens mais ilustres da história do pensamento brasileiro. [...] Conheci Anísio no fim da década de 1950, e sempre tive um convívio com ele muito agradável e ao mesmo tempo muito estimulante. Era um homem generoso e compreensivo, um homem sempre pronto a dar, o protótipo do educador. O educador prevalecia em todas situações e chega a ser inacreditável que as mãos da ditadura militar tenham se erguido contra este homem ao qual todo nós devemos, e que ele tenha sofrido incompreensão, incerteza e amargura, em vez de receber honras, compensação e carinho” (FERNANDES, idem: 51).

humana, é que a democracia resolve o problema dessa dilacerante desigualdade. [...] Esta é a justiça social por excelência da democracia. A educação é, portanto, não somente a base da democracia, mas a própria justiça social. (Anísio Teixeira, “Autonomia para a Educação”, (1947) Apud ROCHA, 2002: 35)

Ao estabelecer a educação pública como o foco exclusivo dos problemas nacionais da época, Anísio Teixeira atraiu, além dos “liberais históricos” ligados ao campo progressista, uma parte dos educadores alinhados ao que Luíz Fiori assinala como projeto “*nacional-popular*” (FIORI, 2002: 2; apud FRIGOTTO, 2005: 225). A estes coube desenvolver, já em meados dos anos de 1950 (MOTTA, 1996), outras vertentes sobre a “idéia força” que sustentava os pressupostos originais de Anísio, dando-lhes assim, com o passar do tempo, um caráter mais militante e socialista.

Darcy Ribeiro, assumindo a herança intelectual de Anísio e os fortes laços de amizade que os ligaram por mais de três décadas, imprimia a esse ideário um aspecto antropológico de “afirmação cultural”. Em seu discurso inaugural no plenário do Senado, em 20 de março de 1991, o autor de “O Povo Brasileiro” e de tantas outras obras de relevo reportou-se ao início dos anos de 1960 para sintetizar, com sua maestria habitual, a construção de um pensamento que, gerado inicialmente nos berços mais lúcidos do campo pedagógico liberal, visualizava a expansão da educação pública como a “vigia mestre” não só do desenvolvimento econômico do país, mas principalmente como afirmação da própria consciência e do caráter civilizatório nacional:

Invoco, agora, o nome preclaro do meu querido mestre Anísio Teixeira – a consciência mais lúcida que já conheci [...] Juntos, descentralizamos o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação, criando centros regionais de pesquisa e de experiência em vários estados. Nosso objetivo era convocar toda a intelectualidade brasileira – sobretudo a que se abriga nas universidades – a atuar responsavelmente no campo da educação popular. E generalizar a consciência de que um sistema educacional público eficaz e democrático é requisito essencial para que a nossa sociedade realize suas potencialidades dentro da civilização a que pertencemos (RIBEIRO, 2003: 41)

De forma semelhante, Florestan Fernandes, sociólogo de peso e homem de profundo rigor intelectual não arrogante, mas em prol das lutas dos trabalhadores, também partilhava, ao lado de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, a crença no potencial revolucionário da educação, especialmente nas sociedades periféricas latino-americanas da época. Reconhecendo as singularidades de uma sociedade cuja estrutura não foi produzida diretamente pelo capitalismo mercantil e comercial, mas sim das relações nascidas do pacto colonial³¹, Florestan nos recorda que a grande contribuição de Anísio foi ter traçado, de

³¹ Trata-se, como afirma o autor numa de suas obras mais proeminentes (“A Revolução Burguesa no Brasil”), da hipótese de que a sociedade brasileira não foi fundada pela ação direta do capitalismo mercantil, mas sim pelos efeitos dos seus “germes”, isto é, pelo modelo colonial trazido pelas naus e caravelas ibéricas. Com efeito, Florestan defende que o nosso sistema

“maneira rápida, mas suficientemente profunda, a trajetória dramática da educação brasileira”:

Isso mostra uma tese que os sociólogos sempre defenderam: a da interação dialética que existe entre educação e mudança social. A educação não é só produto de mudanças, ela gera mudanças. Ela não é só produto da revolução social, ela gera a revolução social. E Anísio Teixeira sentia atração pela filosofia de Dewey provavelmente porque sabia que, no Brasil, era através da educação que nós deveríamos realizar nossa revolução nacional (FERNANDES, 2002: apud ROCHA:53).

Há, porém, um importante elemento que diferencia Florestan Fernandes (bem como Paulo Freire, na sua “segunda fase” de produção intelectual³²) do ideário original de Anísio, qual seja: a compreensão dos limites da educação popular na superação das contradições maiores da sociedade capitalista. Em “*PNE; Limites e Desafios: Uma avaliação necessária*”, ABICALIL (2007: 205) recorre, em várias passagens, a um dos mais importantes discursos de Florestan no período em que este foi deputado federal pelo PT de São Paulo (1987/94), publicado no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, de 14 de agosto de 1987³³. Nele, Florestan reivindicava que a nova Constituição garantisse, além da ampliação dos direitos sociais, “a igualdade efetiva das oportunidades educacionais, não como princípio para ‘inglês ver’, mas como norma imperativa e auto-aplicável” (p 271). Contudo, tendo a clareza dos desafios ainda por enfrentar, ele também reconhecia que, uma vez alcançado, tal direito

[...] não visaria suprimir as desigualdades de classe, convertendo a educação democrática em equivalente político da revolução socialista. Ao contrário, ela teria por fim regular a reprodução da sociedade civil segundo requisitos que não excluíssem a massa pobre da população da cultura cívica, da cidadania e da participação política (idem, 271; apud ABICALIL, 2007: 205)

1.3 – Dos céus à terra: a esquerda educacional progressista nos de 1990.

O resultado de toda essa elaboração programática e intelectual constituiu-se num dos períodos mais notáveis de atuação política das esquerdas brasileiras, seja pela densidade das propostas debatidas, seja pelas mobilizações de base por elas proporcionadas (ARROYO, 2001: 17). Com a promulgação da nova Constituição, em outubro de 1988, a idéia de se “*ampliar a cidadania*” sob o impulso da educação transformou-se, de fato, na teoria central de construção política do campo democrática

econômico e social adquiriu formas próprias de subordinação à ordem internacional do capital, o que tornou sua gestão problemática até mesmo para a burguesia real ou supostamente autóctone: “Em uma linha objetiva de reflexão crítica, não há como fugir à constatação de que o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um ‘capitalismo difícil’, o qual deixa poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parteira e amas-secas” (FERNANDES, 1991; 275)

³² Ver nota 35.

³³ ABICALIL (2007) também informa que o discurso integral de Florestan Fernandes encontra-se em “Perfis Parlamentares”, nº49, Câmara dos Deputados, Brasília, 2004, 258-279

popular (MOCHCOVITCH, 1992). Foi por meio dela que os partidos de esquerda, notadamente as correntes não diretamente afiliadas à tradição leninista, conseguiram absorver parte do impacto da crise terminal do bloco socialista nos anos 90 e, em consequência, elaborar um programa alternativo de resistência social e mesmo de desenvolvimento econômico, o qual sobreviveu, inclusive, aos anos “mais duros” das privatizações de enfoque neoliberal (1995-2002).

Considerando a educação como campo social de disputa hegemônica, resultante da condensação de forças entre a sociedade civil e a política, partimos de um referencial analítico fundamentalmente gramsciano, adotando a concepção de Estado ampliado, na qual se efetiva a articulação entre a base material e superestrutura. Tal perspectiva é fundamental para a compreensão da análise das particularidades que o Estado capitalista assume, como indicativo complexo do modo de produção, objeto das variadas combinações particulares por ele conhecidas. (DOURADO, 2006, 26).

Gracindo (1994: 331), ao investigar as ações práticas/educativas dos partidos políticos no Congresso Nacional, entre os anos de 1990 a 1992, comenta a importância do aspecto pedagógico na orientação do programa e das reflexões teóricas dos “partidos de esquerda transformadores” da época:

Os transformadores, aparentemente tentando desvelar o desenvolvimento econômico brasileiro, pela ótica da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, em que a percepção das diferenças lhe dá suporte, trazem para o ensino fundamental uma importância política marcante. Eles parecem dar uma grande ênfase à efetividade política do processo educativo, cujo objetivo é a formação de um tipo de cidadania que possa atuar nas transformações sociais desejadas: no aspecto econômico, uma mudança radical nos rumos capitalistas, com (quem sabe?) oportunidades para construção de uma nova sociedade socialista (não aquela decorrente da experiência do Leste europeu, mas, possivelmente, uma nova experiência concreta das idéias marxistas renovadas); no aspecto político, a efetivação de uma democracia de massas. Dentro dessa concepção, o ensino fundamental necessita focar primordialmente a formação de um tipo de cidadão que seja sujeito dessas transformações. Por isso, preconizam uma educação libertadora e auto-emancipadora em que o social parece ser uma meta, e o indivíduo, o objetivo (GRACINDO, 1994; 331).

Assim, embora a luta pelo acesso à educação pública tenha sido, como vimos, uma ação de longa data da intelectualidade progressista, o contexto político dos anos 80/90 deu-lhe sem dúvida nova feição³⁴. Desta vez, além do discurso de caráter ético/pedagógico (como o faziam os liberais) ou complementar às reivindicações de desenvolvimento

³⁴ Logo que regressou do exílio político, Paulo Freire, em palestra no “III Encontro Nacional dos Supervisores em Educação” (Goiânia, 20 a 25 de outubro de 1980), utilizou-se de sua própria obra para exemplificar a particularidade da década de 1980 em relação aos anos anteriores. Freire diz, taxativamente, que foi a partir daquela década em que ele assumiu, de forma definitiva, o caráter eminentemente político da educação: “[...] Em “Educação como prática da Liberdade”, eu não fiz inferência um minuto sequer a esta natureza política da educação. Não é o que se verifica nos livros posteriores a este, mas neste, na verdade, eu não me referi uma só vez. E é interessante, porque na verdade eu sabia que estava fazendo uma prática política, mas só que eu não assumia. Ao nível crítico, eu não assumi então uma prática que fosse eminentemente política. E como educadores nós somos artistas e políticos, mas nunca técnicos” (FREIRE, 1982: 97)

econômico (como o queriam - e ainda o querem - a maioria dos conservadores), a “*prioridade máxima à educação*” constituiu-se na plataforma política sobre a qual os partidos de esquerda lançaram-se às eleições municipais e estaduais. Ao denunciar a “*exclusão do conhecimento*” como uma das formas mais perversas de manutenção da desigualdade social, o enfoque sócio-educacional tornou-se, ao menos para o conjunto majoritário da esquerda progressista, no principal instrumento que diferencia uma “*gestão social*” (focada na qualidade de vida da população), de uma “*administração conservadora*” (calcada somente em obras ou num assistencialismo clientelista):

Há que romper o círculo vicioso por algum ponto. E o ponto básico é o dos investimentos. É necessário, pois, tomar a decisão histórica de definir a educação como prioridade e social e política número 1, passando a investir imediata e fortemente na construção e consolidação de um amplo sistema nacional de educação (SAVIANI, 2004: 4)

A consolidação do nosso processo democrático continuou alimentando as perspectivas deste discurso. Nem mesmo os anos mais agudos da “ofensiva neoliberal”³⁵, desencadeada no Brasil e na América Latina por toda a década de 1990, retiraram-lhe a força ou a inserção social nos setores mais organizados das classes trabalhadoras. Afinal, foi exatamente neste período que a esquerda democrática continuou expandindo seu eleitorado nas sucessivas eleições municipais e estaduais brasileiras, agregando assim outros setores - bem como valores - na luta pela democratização do sistema público de ensino.

Frei Betto, um dos maiores expoentes da Teologia da Libertação e militante histórico das comunidades eclesiais de base da esquerda católica, atribui valor ainda maior ao foco pedagógico no desenvolvimento do projeto democrático popular no Brasil. Em artigo publicado logo após a posse presidencial de Lula, em fevereiro de 2003 (sob o título “*Obrigado, Professor*”), ele afirmava categoricamente que, graças às idéias de Paulo Freire, foi possível a vitória eleitoral - inédita, na perspectiva histórica mundial - de um metalúrgico de esquerda e sua elevação ao cargo máximo de direção do país:

Foram as suas idéias, professor, que permitiram a Lula, o metalúrgico, chegar ao governo. Isso nunca aconteceu antes no Brasil e, quiçá, do mundo, exceto pela via revolucionária. Falo da eleição a presidente da República de um homem que veio da miséria; enfrentou, como líder

³⁵ Naturalmente, há variações de tempo dessa “ofensiva” de país para país, se considerarmos como o término da hegemonia neoliberal o período que deu início ao ciclo de vitórias das forças de esquerda (ou centro-esquerda) nas eleições presidenciais dos países latino-americanos. Assim, na Venezuela, Hugo Chavez foi eleito presidente em 1998; Lula, no Brasil, toma posse em 2003; Tabaré Vasquez, no Uruguai, em 2005. No caso da Argentina, Bolívia e Equador, as crises oriundas do modelo neoliberal abalaram os alicerces dos seus respectivos Estados ainda nos anos de 2001 a 2004, quando então deram lugar aos governos de linha mais nacionalista (Argentina) ou de perspectiva “democrática popular revolucionária” (Bolívia e Equador e Venezuela). Já no Chile, o governo da “Concertación”, de Michele Bachelet, é tido como o mais “neoliberal dos governos de esquerda na América do Sul”, ao menos na interpretação da imprensa especializada de esquerda (Revista Forum; Caros Amigos, Jornal Le Monde) ou de inclinação esquerdista (Carta Capital).

sindical, uma ditadura militar; fundou um partido de esquerda numa nação onde a política pública sempre foi negócio privado da elite. [...] Sua pedagogia, professor, permitiu que os pobres se tornassem sujeitos políticos. Até então, o protagonismo dos pobres tendia ao corporativismo ou não passava de revoltas desprovidas de um projeto político abrangente. Assim, eles só se destacavam como figuras de retórica no vocabulário da esquerda. Ao longo das últimas quatro décadas, professor, seus alunos foram emergindo da esfera da ingenuidade para a esfera crítica; da passividade à militância; da dor à esperança; da resignação à utopia. Convencidos pelo senhor de que são igualmente capazes, eles foram progressivamente ocupando espaços na vida pública brasileira, como militante das CEBS, do PT, do MST e de tantos outros movimentos. [,,] Lula, professor, é a expressão mais notória deste processo. Daí a empatia que havia entre ele e o senhor. O senhor forneceu-lhe as ferramentas e ele, como bom torneiro-mecânico, fez o protótipo da chave que abriu aos oprimidos as portas da política brasileira. [...] Por este novo Brasil, muito obrigado, **Professor Paulo Freire**. (Frei Betto, Revista 'Caros Amigos', ano VI, nº,71, fevereiro de 2003:11),

1.4 - “*Todos pela Educação*”? Convergências e dissimulações.

*O Futuro do País Depende das Crianças.
O Futuro das Crianças Depende da Educação.
E o Futuro da Educação Depende de Cada Um de Nós*³⁶;

Mas se as vitórias representam, num dado momento, a expressão concreta do êxito de um projeto político, a dialética da história lhe traz também novos desafios. Como contradição intrínseca desse crescimento nos marcos de uma sociedade desigual e capitalista, tal expansão acabou por provocar uma enorme dissimulação nas diferenças programáticas entre as políticas educacionais de conservadores e progressistas, antes mais facilmente identificadas, ao menos na perspectiva “emblemática ou simbólica”³⁷, pelo conjunto majoritário da população. Dessa forma, do ponto de vista estritamente discursivo, a defesa da qualidade da educação pública tornou-se, de fato, a “*grande prioridade nacional*”, à qual se incorporaram as próprias elites conservadoras do país. Tem sido freqüente, há mais de uma década, nas colunas de opinião da grande imprensa brasileira, a presença de mega-empresários defendendo de forma intrépida a “melhoria radical” do nosso sistema público de ensino, ao mesmo tempo em que reclamam da “elevada carga tributária”, da “alta taxa de juros”, do “aumento dos gastos públicos” e do “peso do Estado na vida da população”.

Também no Congresso Nacional o apelo à educação por iniciativa conservadora se manifesta há tempos. O Senador Marco Maciel, ilustre representante das “elites patricias”

³⁶ Campanha publicitária do Movimento “Compromisso Todos pela Educação”. Revista Carta Capital, abril de 2009, página 65.

³⁷ Apoiamo-nos no uso das duas expressões na teoria proposta por ALMEIDA (2008), que trata da percepção política do “eleitor médio” brasileiro, ou seja: “O eleitor médio tem pouquíssimas informações sobre o que acontece na política. E a informação que retém é sempre cheia de ruídos e muito truncada. O eleitor médio trabalha com grandes emblemas, com grandes símbolos” (ALMEIDA, Alberto Carlos. “A Cabeça do Eleitor”, 2008:18/19).

nordestinas (para utilizarmos aqui uma expressão corriqueira de Ariano Suassuna), já se destacava em plenário pelo especial apreço destinado ao desenvolvimento da educação, utilizando-se, para tanto, de recursos discursivos quase idênticos às formulações da esquerda nacional:

“Sr. Presidente: tenho presente que esta comissão, uma vez constituída sob os auspícios do nobre Senador Darcy Ribeiro, vai permitir também a implementação do inovador programa de desenvolvimento social para a região Nordeste, centrado nos segmentos da educação e da saúde. Volto a dizer, Sr. Presidente, que cada vez mais para mim está claro que, não apenas para o país, mas o Nordeste em especial, é fundamental investir em saúde, educação e tecnologia. Daí por que, no estudo da região nordestina, não se pode deixar de considerar a problemática educacional; [...] ela só se desenvolverá quando se investir e investir maciçamente em educação. [...] Concluo, Sr. Presidente, dando meu assentimento, em meu nome pessoal e em nome do PFL, à proposta do Senador Darcy Ribeiro”. - Senador Marco Maciel, PFL, Pernambuco, em discurso na tribuna do Senado sobre o requerimento nº 513, do Senador Darcy Ribeiro. (RIBEIRO, 2003: 129/132)

Um bom exemplo dessa adesão na atualidade está nas “cartilhas orientadoras” do movimento “*Educar para crescer*”, que tem entre seus principais promotores Roberto Civita, editor-presidente da ABRIL (que publica a revista ‘Veja’, o principal baluarte da reação conservadora na América Latina). Em um de seus exemplares, dá-se uma resposta extremamente progressista à seguinte pergunta básica: “*Por que sua empresa deve investir em educação?*”:

“A sociedade fica melhor e mais justa. A oferta de Educação de qualidade para todos os cidadãos ajuda a reduzir a pobreza, a fome, a discriminação, a violência e outros problemas sociais. Além disso, fortalece as instituições democráticas do país. Cidadãos mais instruídos dão maior importância às eleições, são menos suscetíveis aos discursos de candidatos populistas e mais criteriosos na hora de escolher seus representantes” (“O que você pode fazer pela EDUCAÇÃO da sua cidade – idéias para você e sua empresa investirem na melhoria do ensino”. Suplemento da Revista EXAME, nº 951. Iniciativa: Editora Abril; Universidade Anhembi/ Morumbi; ZIG ZIG ZAA; Sistema CONFEEF/CREFs – Conselhos Federais e Regionais de Educação Física; Instituto UNIBANCO; Mc’ Donalds; Ministério da Educação)

Da mesma forma a imprensa, articulada com o movimento “*Compromisso Todos Pela Educação*”, hoje com amplo alcance e diversificação social³⁸, tem promovido a intensificação do debate educacional no país. Pesquisa feita pela ANDI em 62 jornais brasileiros já registrava, em 1999, um grande crescimento no número de matérias que cobriam os assuntos educacionais: 585 em 1997; 2.390 em 98 e 3.565 em 99 (SOUZA, 2005; 61). Em consequência, os próprios “expoentes” do projeto neoliberal no Brasil

³⁸ O “Plano de Desenvolvimento da Educação do Município de Barra do Garças - 2007”, diretriz oficial da prefeitura democrática popular para aquele ano, trazia na capa, junto ao símbolo oficial da prefeitura, o emblema e a frase do “Compromisso Todos pela Educação”. Além disso, mostrava também, já no seu início (página 6) os 28 pontos do plano de metas do referido movimento, antes mesmo da apresentação das estratégias para aquele ano da própria Secretaria de Educação do município (páginas 9 e 10).

(expressão esta por eles insistentemente negada) também compartilham, em nível de discurso, a crença na educação como o principal agente de transformação social.

Em “*A Revolução Gerenciada*”, Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) e atual Secretário pela mesma pasta no Estado de São Paulo (gestão José Serra, 2007/2010), reafirma a educação como o verdadeiro instrumento de valorização e mobilização da sociedade brasileira, a qual teria se consolidado, definitivamente, no final da década de 1990:

[...] a percepção de que essa mesma desigualdade, aliada à escassez de oportunidades de emprego como consequência da modernização tecnológica e do lento crescimento econômico, formou um caldo de cultura para o crescimento do tráfico de drogas e da violência urbana. Novamente, foi feita a associação de todos esses problemas à falta de educação da população. Em outras palavras, em vista de um conjunto de fatores de ordem econômica, social, política e cultural, na última década do século XX, a educação passou, finalmente, a fazer parte da escala prioritária de valores da sociedade brasileira (SOUZA, 2005: 36).

Assim, como aglutinador da “vontade nacional”, o discurso de *prioridade máxima à educação pública* tem se tornado, quase que obrigatoriamente, o “parágrafo inicial” dos pronunciamentos políticos do Brasil contemporâneo. Laudas e mais laudas teríamos que preencher aqui se tivéssemos que contemplar uma mínima parte deste ritual que, para o “bem” ou para o “mal”, já se tornou rotina aos ouvidos dos brasileiros.

Isso, em princípio, é extremamente positivo (SAVIANI, 2009:43), pois significa um avanço substancial no convencimento da necessidade de se promover políticas públicas de forte inclusão social, fundamentais num país marcado pelos baixos índices de escolaridade e pelas graves distorções entre os níveis de bem estar e desenvolvimento econômico.

Por outro lado, a aparente homogeneidade discursiva da nossa educação pública não retira, em absoluto, as profundas diferenças que se ocultam por detrás do véu comum. “*Aqui tem Educação*”, afirma repetitivas vezes a vinheta televisiva em defesa de alguma parceria público/privada de cunho pedagógico. Porém, na “margem esquerda do rio”, levantam-se em uníssono muitas das vozes educacionais progressistas para clamar, em alto e bom som, que “*aqui, mesmo depois de 7 anos de governo Lula e inúmeros discursos das entidades empresariais, ainda não tem educação*”. Tais vozes apontam, independente dos avanços obtidos na área social e mesmo educacional no período 2003/2010 (os quais não negam), a persistência de ao menos cinco conhecidos problemas do nosso tão alquebrado quanto gigantesco sistema público de ensino, quais sejam: a) a falta de “*recursos novos para o sistema educacional como um todo*”, bem como a ausência de uma distribuição mais equânime e definida dos fundos públicos destinados à educação, mesmo após a criação do FUNDEB em 2007 (DAVIES, 2008:40/41 e 67); b) a “*descontinuidade e fragmentação interna das políticas públicas de educação do atual governo*” (GRACINDO, 2008: 222); c) a ineficiência e a falta de foco quanto às ações de “*erradicação*” do analfabetismo de jovens e

adultos, mantendo assim a permanência da exclusão educacional deste setor (BUARQUE 2008: 38/39; GADOTTI, 2010: 35; e 2010: 12 a 16³⁹); d) a manutenção da velha e dicotômica distorção entre a “*publicização da Educação Básica e a privatização da Educação Superior*”, estimulada atualmente pelo PROUNI (VIEIRA, 2008: 94/95); e) a continuidade de algumas políticas de perspectiva neoliberal efetivadas pelo MEC, que, além de bloquearem as ações em prol da verdadeira unificação do nosso sistema público de ensino, acabam por deixá-lo excessivamente dependente da ótica empresarial do movimento *Compromisso Todos pela Educação*, centrada em avaliações nacionais periódicas de viés meramente quantitativo. (SAVIANI, 2009: 43-47, e 2010: 44/47⁴⁰)

De fato, apesar de divergimos sobre alguns aspectos dessas críticas, seria ingênuo acreditar que, numa das sociedades mais desiguais do mundo, na qual a ampla maioria dos filhos da classe média tradicional estuda há mais de duas gerações na rede privada (BUARQUE, 2008: 97), já tenhamos alcançado o grande acordo “social-liberal” em prol da transformação efetiva do sistema público de ensino⁴¹. Sem negarmos aqui as conquistas obtidas ao longo de dois decênios de estabilidade democrática⁴², é mister reconhecer que os índices persistentes de evasão e distorção idade/série, bem como os últimos resultados do IDEB nos anos de 2005 e 2007, nos indicam que a “caminhada coletiva” em prol da melhoria qualitativa da educação pública não chegou, talvez, à metade dos seus objetivos.

1.5 – “Educação como prioridade máxima social”: faltou perguntar ao povo? - Contradições entre os sonhos da esquerda e a vontade popular.

Há questões, como aquela da “democratização” do recrutamento da população escolarizada, tão estreitamente integradas a uma problemática ideológica que predetermina se não as respostas possíveis, pelo menos as interpretações possíveis dessas respostas, que se hesita em colocar em pauta, quando nada pelo simples aspecto de intervir-se, mesmo com razões científicas, num debate em que a razão

³⁹ Em entrevistas à Revista “Caros Amigos”: nº 154, janeiro de 2010, página 35, e nº 155, fevereiro de 2010: páginas 12 a 16.

⁴⁰ Em artigo à Revista Carta Capital, nº 578, de 13/01/2010)

⁴¹ Que o diga Demerval Saviani, na sua “crítica construtiva” – porém severa - ao novo Plano de Desenvolvimento da Educação. Mesmo reconhecendo, em princípio, o avanço do discurso educacional das elites empresariais – bem como a importância do novo PDE, pois foi o primeiro plano educacional integralmente elaborado por um governo de centro-esquerda no Brasil – o autor nos alerta de que “é preciso ter cautela para não cairmos na ingenuidade de acreditar, sem reservas, nas boas intenções que, finalmente, teriam se apoderado de nossas elites econômicas e políticas. Com efeito, se o MEC seguir na trilha proposta pelo movimento empresarial Compromisso Todos pela Educação, os limites do PDE se tornarão incontornáveis” (SAVIANI, 2009: 44).

⁴² Mesmo entre as esquerdas, tem sido consensual o reconhecimento do aumento na oferta de matrículas; da expansão física das redes públicas de ensino; da lenta, porém contínua, promoção da escolaridade geral da população; da melhoria, na perspectiva do acesso à formação superior, da qualificação dos professores (ainda que às custas de um “rebaixamento” da formação cultural em geral) e da paulatina inserção de práticas democráticas na gestão rotineira das escolas.

científica tem tão pouco lugar (BOURDIEU: “A Reprodução”, 1970⁴³)

Um rápido exame na distribuição das matrículas escolares no Brasil, seguida da observação das classes sociais na estrutura deste cenário (VIEIRA, 2008:86/92), não deixam dúvidas quanto à afirmação anterior. O modelo educacional público brasileiro continua severamente desigual e fraturado, porque fraturada e fragmentada é a base social sobre a qual ele se assenta⁴⁴. Em função disto, vivemos já há alguns anos uma batalha surda nos bastidores dos órgãos institucionais do Estado, dentro dos quais procuramos discernir, à medida do possível, as obrigações públicas de caráter formal das ações práticas de transformação real⁴⁵. Neste caso, o primeiro diferenciador desta polêmica é, reportando-se à SAVIANI (2004:4), o aspecto econômico, ou seja, o volume de recursos públicos utilizados em prol do atendimento de demandas educacionais historicamente reprimidas, ainda que ao custo do sacrifício de outras necessidades desta mesma população.

Porém, é nesse momento em que os defensores “mais ortodoxos” do projeto educacional democrático popular descobrem, ao conquistarem nas urnas o direito de governar, que a “*prioridade máxima à educação*” de suas utopias não é, para a surpresa destes, a mesma prioridade na consciência das massas populares, principalmente dos habitantes das cidades pequenas e médias do interior do Brasil. Passada a euforia da campanha, quando a predominância do discurso social se faz presente no programa de todos os candidatos - inclusive dos conservadores – pesquisas de âmbito nacional tem nos mostrado que a maioria das aspirações populares destas cidades corre no sentido oposto às pretensões sonhadas por Anísio Teixeira, ou seja: as razões de ordem material, em particular as de grande visibilidade ou de transferência direta de renda, prevalecem, e não pouca coisa, sobre a legitimidade das ações educacionais. Em “*A Cabeça do Eleitor*”, ALMEIDA (2008:69) evidencia alguns sintomas que indicam uma valorização secundária das camadas populares diante das reivindicações educacionais. Numa exposição sobre os principais problemas do país na ótica do eleitorado brasileiro, levantada entre os anos de

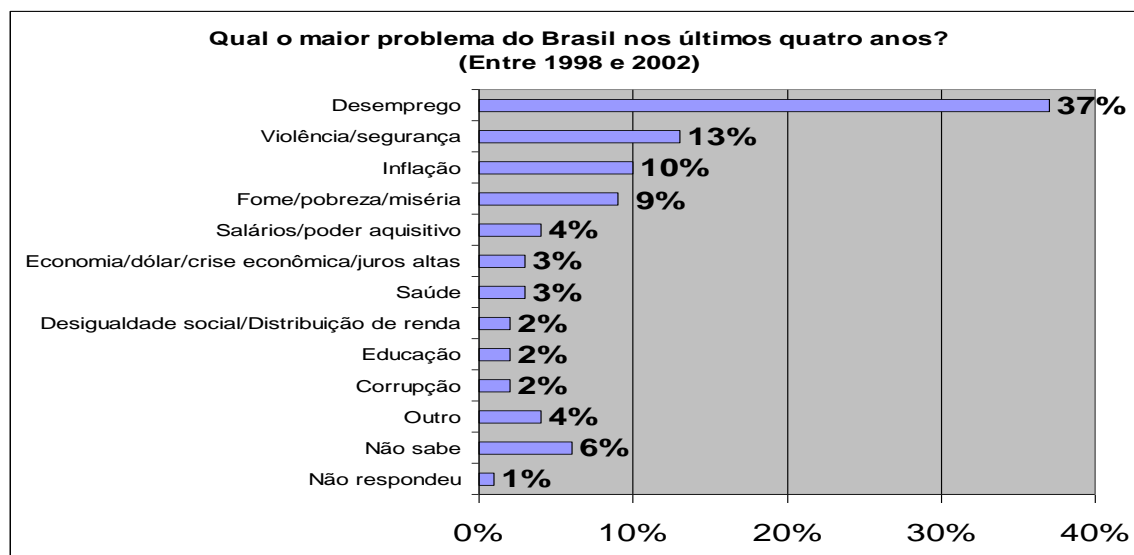
⁴³ Consultado no original da 2ª edição, 2009:253.

⁴⁴ Veja-se, como exemplo da afirmação, o recente e dedicado estudo de ALGEBAILLE (2009: 334), no qual a autora define o sistema público brasileiro como “uma escola pobre para pobres”, incapaz, no momento, de modificar a estrutura dual da nossa sociedade.

⁴⁵ Embora seja uma análise datada, isto é, relacionada ao auge das “políticas neoliberais” no Brasil (1990/2002), GRACINDO (2004:164), em “Retrato da Escola no Brasil”, critica o fato de que muitas ações institucionais na área da educação pública são geridas pelo que poderíamos chamar de “pacto de não funcionamento”. Assim o Estado, portando-se como “mero financiador das ações educativas e, eventualmente, simples suplementador de carências de Família,” acaba por se “desvencilhar de um vasto patrimônio da nação e passa a ter uma atuação pífia também no setor social” (idem:164). Nesse sentido, continua a autora, os Projetos Políticos Pedagógicos perdem a função de elementos ativos das ações transformadoras, o que acaba por reproduzir os velhos cenários onde “os direitos são acenados mas não concedidos e, aí, o planejamento tem um papel fundamental: o de garantir a não-concretização desses direitos” (idem, 166)

1998 a 2002, o quesito *Educação* aparece em oitavo lugar, com apenas 2%, empatado com a *Desigualdade Social/Distribuição de Renda* e a *Corrupção*. Acima destes estão o *Desemprego* (37%); *Violência/Segurança* (13%); *Inflação* (10%); *Fome/Pobreza/Miséria* (9%); *Salários/Poder/Aquisitivo* (4%); *Economia/Dólar/Crise Econômica/Juros Altos* (3%) e *Saúde* (3%)

Gráfico 1: Pesquisa nacional sobre os problemas brasileiros (1998-2002)



Fonte: “A cabeça do eleitor. Estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral”; ALMEIDA (2008:69)

Inicialmente, poder-se ia explicar o quadro como o retrato de uma época, na qual a crise econômica da segunda fase do modelo neoliberal brasileiro forçava o direcionamento das necessidades da maioria da população do país, marcada exatamente pela elevação acelerada do desemprego e da perda do poder aquisitivo dos salários. Porém, reportagem publicada na revista *ÉPOCA*, de 25 de agosto de 2008, trazia-nos à baila, mais uma vez, a baixa influência da educação pública na decisão do voto do eleitorado brasileiro, em especial nos municípios mais pobres do interior do país. Referindo-se aos prefeitos que investiram “maciçamente” em educação ao longo dos seus mandatos (ou seja, comparado ao período dos antecessores), a matéria trazia uma amostragem de cidades pequenas na qual ficava explícita a derrota da maioria dos candidatos que se submeteram à reeleição (ou indicaram o sucessor) no pleito de 2004, portanto, já no cenário de recuperação econômica desencadeada ainda no primeiro mandato do governo Lula⁴⁶:

⁴⁶ No ano de 2004, o crescimento do PIB brasileiro foi de 4,5% (IBGE, 2004)

Tabela 1 - Amostragem dos resultados da reeleição para prefeito nas pequenas e médias cidades brasileiras no período 2000-2004. Administradores que investiram mais em educação do que os seus antecessores.

Município	População	PIB per capita: R\$ (2007)	Aumento do investimento em Educação (em %)	O prefeito se reelegeu ou fez o sucessor?
1 - Mazagão (AP)	14.655	6.823	267%	NÃO
2 - Laranjal do Jarí (AP)	40.357	6.815	264%	NÃO
3 - Lagoa Santa (GO)	1.346	9.867	224%	SIM
4 - Perolândia (GO)	2.830	18.067	224%	SIM
5 - Montividiu (GO)	9.965	18.310	195%	NÃO
6 - Cachoeira de Goiás (GO)	1.434	7.486	144%	NÃO
7 - Fátima (TO)	4.123	6.498	213%	NÃO
8 - S.Terezinha do TO (TO)	2.343	5.040	176%	NÃO
9 - Miranorte (TO)	12.231	6.274	161%	SIM
10 - Saubara (BA)	11.632	4.449	206%	NÃO
11: Santo Inácio do Piauí (PI)	3.756	2.455	188%	NÃO
12 - Luís Correa (PI)	27.148	3.306	160%	NÃO
13 - Capitão de Campos (PI)	11.246	2.028	148%	SIM
14 - Tenente Ananias (RN)	9.655	3.403	186%	NÃO
15 - Alto Paraíso (RO)	17.569	8.142	184%	NÃO
16 - Theobroma (RO)	10.325	9.708	152%	NÃO
17 - Balsas (MA)	83.617	8.045	181%	NÃO
18 - Mirador (MA)	19.991	3.340	146%	NÃO
19 - Adamantina (SP)	34.424	12.816	180%	NÃO
20 - Osasco (SP)	718.646	35.218	157%	NÃO
21 - Bocaina de Minas (MG)	5.216	4.103	175%	NÃO
22 - Sta. Terezinha (MT)	7.690	7.239	161%	NÃO
23 - Santana do Araguaia (PA)	55.033	5.166	161%	NÃO
24 - Parauabebas (PA)	152.777	23.029	145%	NÃO
25 - Igaracy (PB)	6.529	3.039	147%	NÃO

Fonte: Cidades, investimentos educacionais e reeleição: Revista ÉPOCA, 25/08/2008: 42-45. Baseada em BARENBOIM e BURSZTYN (2008).

Fonte complementar: População e PIB per capita; IBGE, censo 2009.

A amostragem em questão não se baseava numa lista aleatória ou intencionalmente classificada. Ao pesquisarmos as fontes originais dos dados, verificamos que os responsáveis pela pesquisa, BARENBOIM e BURSZTYN (2008), dois autores brasileiros radicados na Universidade de Harvard (EUA), utilizaram-se de ampla e complexa

metodologia quantitativa no delineamento do estudo⁴⁷. Os resultados indicaram que, em 74% dos municípios em que os investimentos em educação foram maiores do que as políticas de transferências de renda ou de viação e obras, o prefeito, especialmente nos núcleos urbanos mais pobres, não se reelegeu, mesmo com aumentos na pasta de até 267%. Entretanto, na opção política inversa, o índice de reeleição alcançou mais de 65%. Com base nestes dados, os pesquisadores chegaram à seguinte conclusão: a valorização da educação por parte do eleitor é mais alta em municípios de maior renda e escolarização, ao passo que diminui nas cidades mais pobres e de baixa escolaridade média, ou seja, justamente de quem mais dela precisa:

“Educação não ganha as eleições quando a média dos eleitores é pobre”:

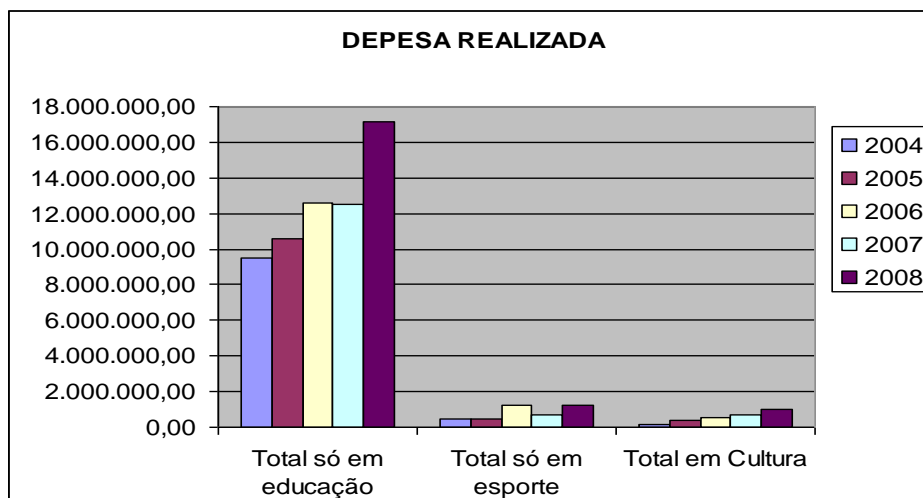
O resultado das nossas especificações básicas de OLS mostra que em municípios onde a renda média, no ano de 2000, era menor do que 91 reais por mês (por volta de 53 dólares americanos no mercado de câmbio de hoje), gastos altos em educação e baixos gastos em transferência direta de renda diminui a probabilidade de um partido político histórico permanecer no mandato (BARENBOIM E BURSZTYN, 2008: 23)⁴⁸

A tendência em debate se revela de forma pertinente no campo específico desta tese, ou seja, o mandato democrático popular entre os anos de 2005 a 2008 na cidade mato-grossense de Barra do Garças (MT). Embora não possa, de forma alguma, ser considerado um “município pobre” ou de baixos índices de escolaridade (mas “intermediário” no contexto econômico brasileiro e até mesmo desenvolvido para os padrões do interior do centro oeste brasileiro), também ali se repetiu a tendência da “não reeleição” de um governo municipal no qual o aumento dos investimentos na área foram o “carro-chefe” ao longo de todo o mandato. Na investigação detalhada que fizemos sobre os balanços orçamentários e financeiros entre o último ano do mandato anterior (2004, administração de Wanderlei Farias, PFL/PSDB) os quatro anos da administração estudada (2005-2008, administração de Chaparral, PCdoB), verificamos que as despesas com a educação praticamente dobraram ao longo dos quatro anos de mandato popular, o que não impediu a derrota deste na maioria das urnas da cidade diante do “passado de obras” do seu antecessor:

⁴⁷ Tomamos conhecimento da pesquisa pela reportagem na revista “Época”, de 25/08/2008: 42/45 (“Educação não dá Voto?”). Em função da extrema objetividade da matéria, buscamos o texto original em Inglês, “Does Education Win Elections?” (Educação ganha eleições?), disponível no site www.econ.puc-rio.br/pdf/seminário/2009/dwe.pdf, ou www.people.fas.harvard.edu/~ibarenb/dewe.pdf. Até o nosso presente conhecimento, o trabalho mencionado encontra-se sem tradução no Brasil.

⁴⁸ Tradução do original: “Education Does Not Win Elections When the Median Voter is Poor. The result of our basic OLS specification shows that in municipalities where the median income for the municipality in year 2000 was below 91 reais (around 57 American dollars at today’s market exchange rate) per month, higher spending on educations and lower spending on cash transfers decrease the probability of the incumbent political party to remain in office”(BARENBOIM E BURSZTYN 2009: 23).

Gráfico 2: Comparativo anual das despesas em Educação, Cultura e Esporte , incluindo pessoal, em Barra do Garças (MT) - 2004/2008.



Fonte: Secretaria da Fazenda de Barra do Garças.

Portanto, não se pode atribuir esse fenômeno somente às cidades menores e mais pobres do interior brasileiro. Pesquisas veiculadas na imprensa no ano 2008 mostravam-nos que os resultados das intenções de voto nas regiões metropolitanas não diferiam radicalmente da amostragem anterior, ainda que apresentassem algumas peculiaridades quanto à importância futura que estes eleitores davam a educação. Em reportagem publicada no dia 14 de setembro de 2008 - ou seja, no calor das eleições municipais -, o jornal *O Popular*, de Goiânia⁴⁹, trazia um interessante levantamento (feito pelo Ibope/ TV Anhanguera) no qual se revelava que a maioria dos eleitores daquela capital não direcionaria seu voto em função de propostas ligadas à educação, mesmo considerando-a como “a segunda área mais preocupante” (52%, atrás apenas da saúde, com 78%). Numa outra pesquisa ainda mais ampla, publicada na mesma reportagem, assinalava que, em nove regiões metropolitanas do país, “68 % dos eleitores ignoram a atuação dos seus administradores na área educacional, e menos de 1% consideram as propostas para a educação determinantes para a escolha do novo prefeito”⁵⁰. Os resultados, segundo o professor Fausto Miziara, doutor em Sociologia e diretor da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás, não significam necessariamente que o eleitor rejeita o debate ou desconhece a priori os problemas educacionais do país. Pelo contrário: é em função do recém conquistado acesso à educação básica pública que o eleitor do presente remete suas preocupações à empregabilidade no futuro, desvinculando-as, portanto, das

⁴⁹ De razoável circulação no campo específico da presente tese, a cidade mato-grossense de Barra do Garças, em função das ligações culturais e históricas, bem como da sua situação de cidade fronteira ao estado de Goiás.

⁵⁰ A Pesquisa ouviu 1,3 mil pessoas (“O Popular”, Goiânia, 14/09/2008:19).

propostas educacionais mais imediatas (e, em geral, repetitivas) das atuais campanhas eleitorais.⁵¹

Como se pode perceber, as razões do comportamento do eleitorado diante das questões educacionais são variáveis ao longo do tempo e da dimensão sócio-espacial em que se encontra. Mas, em meio a essas interrogações, um denominador comum se sobressai no momento de forma inquestionável: a educação pública básica não é, há mais de dez anos, o elemento que decide a preferência do voto do eleitor médio brasileiro. Embora não se possa dizer que ela tenha sido hegemônica em alguma época do passado, é certo admitir que o discurso “educacionista” dos partidos de esquerda já teve maior impacto e repercussão social. Que o digam, só para citar alguns exemplos, as campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores em São Paulo e em Porto Alegre, entre os anos de 1989 a 2000, bem como a vitória eleitoral de Cristovam Buarque⁵² (então no PT) no Distrito Federal em 1994, totalmente centrada numa campanha cuja proposta consistia em promover “*uma verdadeira revolução educacional*” no sistema de ensino público da cidade.

Porém - e essa é uma das preocupações centrais desta tese – deve-se ter cautela quanto à disseminação do usual jargão que afirma, peremptoriamente, que “*educação não dá voto, dá reconhecimento*”. Em que pesem todas as evidências comentadas, inclusive na especificidade temática do nosso estudo, a questão em debate necessita ser compreendida na sua integralidade, isto é, além das definições pré-estabelecidas ou das visões excessivamente ideológicas que, por vezes, dominam o debate da educação pública brasileira. Nesse sentido, excluimos logo de início as abordagens de viés imediatista, centradas unicamente na perspectiva da “*falta de tradição cultural*” do povo brasileiro. Estas, além de falsas como método científico, em nada contribuem para a melhoria da escola pública, pois há muito são usadas apenas como instrumentos de castração de direitos e inibidores da cidadania. Numa nação em que o sistema público de ensino é frequentado por quase 60 milhões de alunos nas mais variadas condições geográficas, econômicas e sociais, falar em “*desinteresse geral do povo brasileiro pela educação*” é, no mínimo, desprovido de base empírica real.

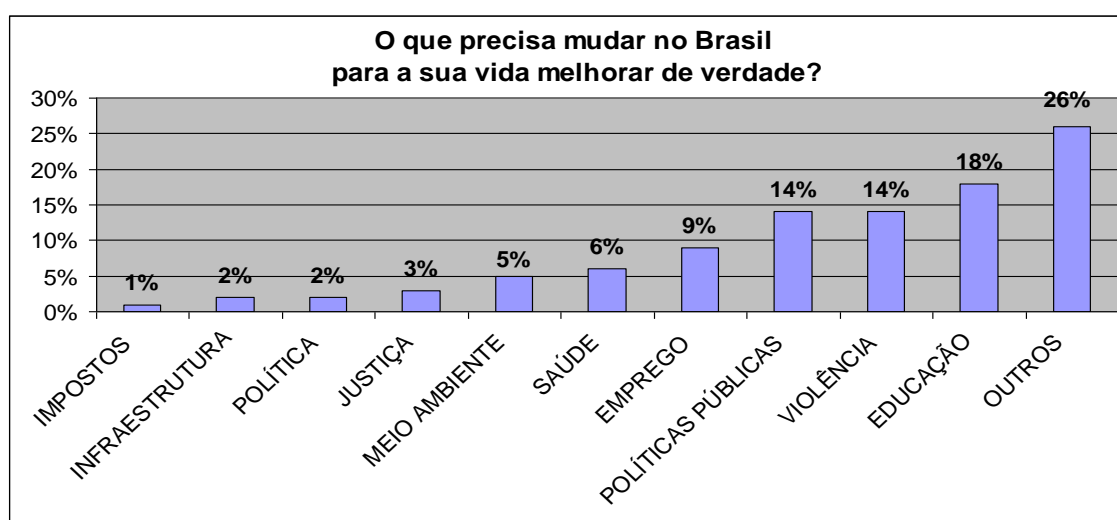
Tais generalizações são desmentidas em parte pela mais ampla pesquisa feita no Brasil pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), realizada entre os meses de novembro de 2008 a abril de 2009. O estudo, partindo de um questionamento

⁵¹ Como mencionado na reportagem, “[...] trata-se de uma percepção do problema pelo eleitor, mas não o fato do acesso, porque todos estão na escola. O que o preocupa é a qualidade, a empregabilidade no futuro” (Professor Fausto Miziara (UFG), Jornal “O Popular”, Goiânia, 14/08/2008: 19).

⁵² Cristovam Buarque é professor da Universidade de Brasília (UnB). Foi governador do Distrito Federal entre os anos 1995 a 1998. Atualmente, exerce seu primeiro mandato como Senador da República (2002-2010), para o qual foi eleito ainda filiado ao Partido dos Trabalhadores. Foi Ministro da Educação no primeiro ano do governo Lula (2003). Em 2004, deixou o PT e filiou-se ao PDT (Partido Democrático Trabalhista).

básico e essencial – “O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade? – consultou cerca de 500.000 pessoas em todo o território nacional, com destaque para as áreas de elevada pobreza. Segundo seus realizadores, tratou-se da maior pesquisa do gênero feita no país, uma vez que as anteriores dificilmente ultrapassavam o universo de 3.000 participantes. Efetivada sobre métodos de questionamento abertos e aplicados diretamente ao interlocutor, os resultados indicam que, mesmo que minoritária na somatória das reivindicações mais comuns da população, a necessidade de melhoria da qualidade da educação aparece como a principal política pública em que os governos das três esferas devem intervir e aperfeiçoar continuamente:

Gráfico 3 – Pesquisa nacional sobre os principais problemas brasileiros (PNUD -2009)



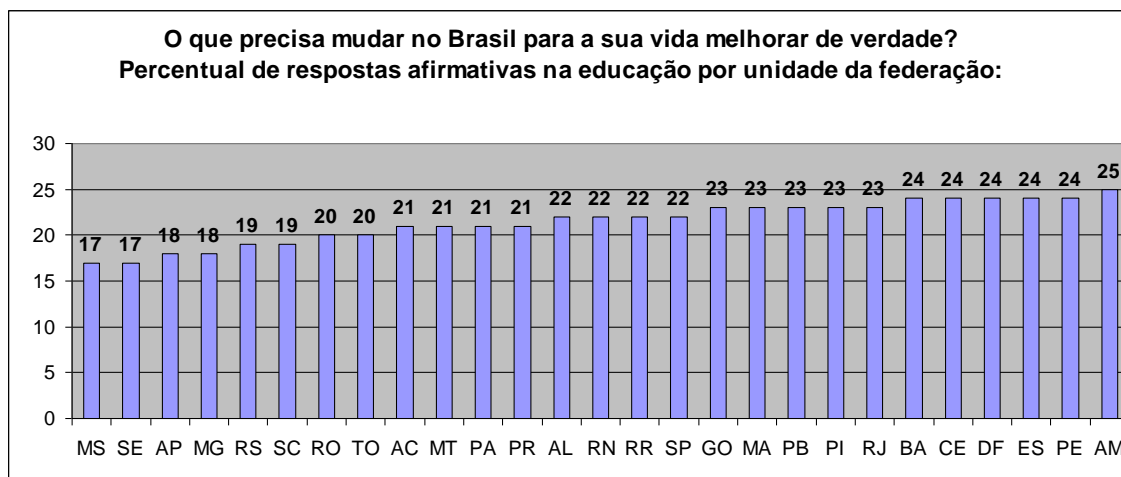
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Pesquisa realizada com 500.000 participantes entre novembro de 2008 a abril de 2009. Publicada na Revista ÉPOCA de 25 de maio de 2009, páginas 58-62. O item “outros” refere-se a uma gama de respostas que não se adequavam à classificação proposta pelo organizadores

Examinando-se a mesma questão no âmbito de cada unidade federativa, nota-se um grande equilíbrio de opiniões. O menor índice a favor da educação fez-se no Mato Grosso do Sul e em Sergipe, ambos com 17%, ao passo que a maior deu-se no Amazonas, com 25%. Sabendo-se que a somatória média de todos os estados foi 21,5%, constata-se a homogeneidade da percepção educacional no Brasil, já que a diferença entre os extremos e a média é praticamente igual, ou seja, 3,5 a 4 pontos percentuais.

Outro dado digno de nota foi liderança da educação sobre setores muito mais explorados pela mídia e pelas campanhas políticas em geral. Excetuando-se Tocantins e Sergipe, a pesquisa do PNUD registrou que nos demais estados a opção pela educação superou a preocupação com a violência, em média de 5 a 10 pontos percentuais. Além disso, como se pode verificar no próximo gráfico, não há relação aparente entre a crença na educação e o nível de desenvolvimento ou a localização regional dos estados. Encontram-

se sob os mesmos índices estados tão distintos como Amapá e Minas Gerais, Roraima e São Paulo, Piauí e Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco, Ceará e o Distrito Federal:

Gráfico 4 – Pesquisa nacional sobre os principais problemas brasileiros (PNUD -2009).



(Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Pesquisa realizada entre novembro de 2008 a abril de 2009. Publicada na Revista ÉPOCA, 25 de maio de 2009, página 58-62)

Embora passíveis de diversas outras interpretações, os estudos apresentados permitem constatar o cenário transitório em que vive a educação pública diante da consciência popular. Se, por um lado, ela não se apresenta como o principal instrumento de decisão do voto ou de reivindicação imediata da maioria dos cidadãos, do outro ainda permanece como o mais importante “espaço de debate” na construção de agendas promotoras de cidadania. Isso, porém, não lhe retira as dificuldades em “*transformar a sociedade*” nos parâmetros históricos do projeto educacional democrático popular. Os próprios dados do PNUD revelam que a Educação não aglutina de forma majoritária as aspirações reais de transformação da população brasileira, já que ela perfaz, no máximo, 1/4 a 1/5 das “preferências” dos cidadãos – o que não é, admitamos, pouca coisa, se levarmos em conta os nossos ainda elevados índices de pobreza absoluta e desigualdade social.

Sendo assim, há que se reconhecer, como já o dissemos mais de uma vez, a fragilidade do discurso pedagógico centrado exclusivamente num hipotético “*educacionismo absolutista*”, que nega as contradições históricas e as necessidades múltiplas das sociedades humanas, sempre em eterna mutação. Com a ampliação do acesso à escola e a mudança do perfil de renda do brasileiro médio, discursos usualmente válidos no passado perderam profundidade e alcance no interior das massas urbanas modernas, o que parece ser uma tendência histórica quando sujeitos coletivos avançam do estágio de carências básicas para a conquista de bens públicos de primeira necessidade, já largamente demonstrada pela tradição sociológica contemporânea.

No contexto histórico do Mato Grosso, TORRES (1994: 95/136), baseando-se em CASTELLS (1976), CUNHA (1991) e GOHN (1985), além de outros, já registrava, desde meados da década de 1980, as transformações dos movimentos sociais no estado quando passavam a vivenciar a transição mencionada. Alcançadas as reivindicações de caráter imediato, as mobilizações da comunidade tendem a passar por uma fase de “refluxo” até que outras necessidades se transformem, a partir do movimento dialético da história, numa nova agenda capaz de aglutinar as demandas contemporâneas de uma dada comunidade, como se percebe nas falas populares coletadas pela autora na sua pesquisa de campo em bairros periféricos de Cuiabá:

“No tempo em que a gente chegou aqui, que não existia água, num existia luz, num existia posto de saúde, [,,,] existia só um colégio, você fazia uma reunião, não cabia de pôr gente e vinha e vinha....Hoje, [...] o pessoal acomodou muito, pessoal que num tem vontade de crescer” [entrevistada nº 4] (TORRES, 1994;126)

[...] os presidente acha que não falta mais nada. O povo acha que está tudo pronto, mas tem muita dificuldade no bairro [entrevistada nº 5] (idem)

Também no campo regional desta tese - o Vale do Araguaia mato-grossense - registramos depoimentos muitos interessantes dessa “transição paradigmática” pela qual vêm passando as camadas populares brasileiras. Pedro Casaldáliga, Bispo aposentado da prelazia de São Félix do Araguaia (mas politicamente atuante), lembrou-nos em entrevista a valorização que as camadas populares menos alfabetizadas dedicavam às campanhas educacionais promovidos pela prelazia no passado (com destaque para as décadas de 1970 e 80), comparando-as com as transformações em curso que, posteriormente, culminariam no atual “cenário mágico” do mundo informatizado:

Nós organizamos como primeiro ato as ‘Campanhas Missionárias’, em três meses, que é o tempo que o Paulo Freire pede para a alfabetização. E nestes três meses nós detectávamos as alianças, alfabetizávamos, fazíamos celebrações religiosas, deixávamos uma semente, um núcleo, uma comunidade. As Campanhas Missionárias também foram motivos de perseguição, porque, para a repressão da ditadura militar, tudo o que fosse conscientizar...conscientização era uma palavra perseguida. Assim como não se podia falar em socialismo, não se podia falar em conscientização. Conscientizar era sublevar, contestar a política oficial, era reivindicar os direitos. [...] A aspiração do povo, quando nós aqui chegamos, era a de que “*não quero que o meu filho seja analfabeto como eu*”. O que o povo pedia era a alfabetização: saber ler, saber escrever, saber contar...

Agora, na medida em que avança o tempo - e há experiências de algo superior em educação - esses pais, essas mães, madrinhas e padrinhos, reconhecem que essa meninada de hoje é esperta! Como essas crianças de hoje...por exemplo...vê-las mexendo no computador... um “mistério de fé” para muitos aqui de antigamente (**Bispo Dom Pedro Casaldáliga**, entrevista em outubro de 2008, São Félix do Araguaia)

A complexidade destas questões choca-se com algumas propostas históricas da intelectualidade progressista. SAVIANI (2009: 46), ao defender, como a maioria dos educadores da esquerda brasileira, o aumento considerável dos investimentos educacionais

em relação ao PIB nacional (dos presentes 4% para 8%), assinala que saltaríamos da média atual dos 48 bilhões de reais⁵³ para 162 bilhões e 760 milhões de reais, ou seja, mais do que o triplo, quantia esta que seus defensores não consideram excessiva, mas sim a “pedra edificadora” de um sistema educativo nacional homogêneo e de “qualidade socialmente referenciada”⁵⁴.

Como o sabemos, diante da ousada proposta, o presidente Lula, expoente máximo de um governo de esquerda na história do Brasil, não a implementou, como também não o fizeram milhares de prefeitos - conservadores ou não – em relação ao orçamento municipal que lhes compete. Porém, sabemos que Lula e o seu governo gozam dos mais altos índices de popularidade dentre os que subiram a rampa do Palácio do Planalto⁵⁵, da mesma forma que muitos prefeitos, a despeito de não aumentarem seus investimentos em educação além dos valores constitucionais a que estão obrigados, continuam a ser extremamente populares nas gestões de suas respectivas cidades.

Isto ficou ainda mais evidente nas eleições municipais de 2008. Na época, a maioria das revistas semanais de grande circulação definiu-as como a “*vitória do continuísmo*” (pelo elevado número de prefeitos reeleitos), ou a “*vitória dos gerentes*”, isto é, dos que “*apresentaram resultados*”.⁵⁶ Dos 20 candidatos à reeleição nas capitais daquele ano, 19 foram reeleitos. Já no âmbito nacional, o índice de reeleição dos candidatos atingiu a cifra de 66,88%, a maior de toda a história democrática do Brasil, uma vez que nas eleições de 2000 e 2004 este índice foi, respectivamente, de 37,1% e 23,6%.

A problemática em debate não se dirige somente aos dirigentes municipais identificados com os partidos historicamente conservadores. Nas conquistas eleitorais mais recentes da esquerda democrática, tem se verificado que, apesar do forte teor sócio-educacional nos discursos de campanha, as práticas tradicionais de gestão municipal têm prevalecido sobre as “alternativas educacionais transformadoras” nas ações cotidianas de muitos dos novos prefeitos. Estes, premidos pela realidade ou mesmo pela “compreensão individualizada” que apresentam em relação ao programa democrático popular (como bem

53 Previsão do FUNDEB no financiamento da educação básica em 2007.

54 Temos divergências com alguns aspectos desse discurso, não no sentido de maiores investimentos na educação, obviamente, mas por enxergarmos certa unilateralidade na apresentação da proposta. Mudanças radicais de investimentos públicos envolvem debates criteriosos sobre a correlação de forças na sociedade, bem como análises cuidadosas das necessidades da sociedade brasileira em outras áreas da política social, inclusive de desenvolvimento econômico. Esta reflexão foi, seguramente, uma das principais conclusões que retiramos no estudo desta tese.

55 Dentre tantas pesquisas por nós colecionadas sobre a popularidade do presidente Lula no tempo de elaboração da tese, fiquemos com a última, obtida já nos momentos finais dos nossos trabalhos. Segundo o Datafolha, de 24/02/2010, os índices sobre o seu desempenho de governo são: 73% de Ótimo e Bom; 20% de Regular; 5% de Ruim e Péssimo. De acordo com o órgão, é a mais alta popularidade da série histórica da pesquisa, iniciada em 1990.

56 “ISTOÉ” nº 1995, 30/01/2008; “ISTO É”, nº2032, 15/10/2008: 44-48;:36-37; “ÉPOCA”, 22/09/2008:70-74; “CARTA CAPITAL”, 15/10/2008:33-35; “ÉPOCA”, 13/10/2008:112-113; “VEJA”, 15/10/2008: 75-79 “ÉPOCA”, 03/11/2008: 44-4; Boletim da Confederação Nacional dos Municípios, novembro/dezembro de 2008)

nos assinalou, mais de uma vez, o deputado federal Carlos Abicalil), orientam seus governos numa direção mais convencional e pragmática de administração, ou seja, com muita articulação política, alianças com frações do conservadorismo, obras de impacto visual e programas de transferência direta de renda.

Nesse contexto, dois horizontes políticos se defrontam no desafio da esquerda em administrar os pequenos e médios municípios brasileiros. De um lado, os dirigentes progressistas que permanecem, tais como os do mandato em estudo na cidade de Barra do Garças (2005/2008), alinhados à originalidade mais radical do projeto educacional democrático popular, ou seja, voltados prioritariamente ao aumento maciço dos investimentos nos sistemas municipais de ensino. Do outro, as aspirações de amplos setores da população, distribuídos nas mais diversas classes sociais, as quais parecem dirigir suas opções à promoção do potencial de empregos no município, à execução de obras públicas de grande visibilidade material, à capacidade de “atração” de grandes empresas e recursos públicos para a localidade e a ampliação das políticas de cunho assistencialista ou de transferência direta de renda.

Haveria, de fato, uma “contradição intrínseca” entre as demandas populares e as aspirações pedagógicas da esquerda educacional democrática?

1.6- “Do todo à unidade”: nosso estudo de caso como possibilidade de investigação da temática levantada. Indagações da tese relativas ao tema.

A grande dificuldade do pensamento dialético é promover a estruturação permanente e radical do todo, que não é uma operação simples, nem é uma operação agradável. É uma operação delicada, difícil. Para tanto, tem que haver uma revisão de convicções enraizadas, coisas construídas com esforço, que foram assimiladas com paixão. (KONDER, 2001: 105 e 106)

O desafio do pensamento – cujo campo próprio de mover-se é o plano abstrato, teórico – é trazer para o plano do conhecimento essa dialética do real (FRIGOTTO, 1991; 74).

Como vimos, passadas mais de duas décadas de consolidação e avanços sociais no Brasil, grandes ainda são os desafios dos projetos educacionais pautados pela matriz popular e democrática. As experiências administrativas na gestão do Estado trouxeram-lhes amplas possibilidades de crescimento e visibilidade política, sem dúvida, e não foram poucas as prefeituras e governos estaduais progressistas que, seguida à vitória eleitoral, lutaram efetivamente pela implantação de propostas educacionais inovadoras em suas respectivas redes de ensino. Contudo, tais avanços e conquistas nem sempre corresponderam à consolidação institucional e pedagógica desses projetos, os quais são

sumariamente desfigurados - ou mesmo extintos - após um revés eleitoral diante de forças conservadoras locais ou regionais. Frente a este fato, é comum à militância progressista, no período posterior à determinada derrota nas urnas, debruçar-se sobre os fatores que bloqueavam as mudanças quando na vigência de um mandato popular.

Foi exatamente em relação a estas reflexões que nos esforçamos em efetivar, a partir da experiência pesquisada em Barra do Garças, um novo prisma de observação sobre as prefeituras governadas pelos partidos de esquerda, especialmente no momento em que o país vivencia, de forma inédita na sua história, a gestão do governo federal sob a liderança de forças de centro-esquerda (2003/2010). Ao contrário dos duros embates da década passada, quando essas prefeituras simbolizavam a “contraposição viável” aos projetos neoliberais estaduais e federais – bem como a oposição direta aos antigos quadros do regime militar – a condução destas administrações ocorre sobre estreita aliança e cooperação com os projetos do governo federal e mesmo com alguns governos estaduais de perfil liberal-conservador. Assim, embora o projeto democrático popular continue a exercer considerável influência no âmbito de uma sociedade partida e desigual, programas como o Bolsa-Escola, participação popular na administração, orçamento participativo e democratização da gestão educacional já não mais exercem, em nível de discurso, o mesmo impacto que marcava a diferença entre governos municipais progressistas e conservadores há uma década.

No caso de Mato Grosso, a dinâmica acelerada dos fatos imprimiu tantas mudanças que mesmo os “olhares mais dialéticos” têm dificuldade em acompanhar. No presente momento (2010), o estado encontra-se no segundo mandato do governador Blairo Maggi, presidente licenciado de um dos maiores grupos do agro-negócio nacional e considerado o maior plantador individual de soja do mundo (Revista Exame, nº11, junho/2004, p.50). No primeiro mandato (2003-2006), Maggi assumiu uma posição híbrida e indefinida diante do governo federal, embora tenha apoiado, ao lado de Lula, o candidato do PT nas eleições municipais de 2004 em Cuiabá, Alexandre César. Posteriormente, após sua própria reeleição e a do presidente Lula no segundo turno das eleições estaduais e presidenciais de 2006 (ambos com resultados quase idênticos, 60,35% e 60,83%, respectivamente) Maggi aproximou-se de forma mais estreita do governo federal e do PT estadual⁵⁷. O empreendimento desta aliança resultou, além de uma mudança radical na postura ambiental do seu governo (muito mais preservacionista, segundo dados do próprio Greenpeace⁵⁸), na

⁵⁷ Sobre as razões desta aproximação da parte de Blairo Maggi, ver a reportagem na revista RDM, de 05/11/06, páginas 10 a 16, bem como a entrevista de Carlos Abicalil sobre o tema na mesma edição.

⁵⁸ A revista DINHEIRO RURAL nº 56, de junho de 2009 (páginas 51-55), trazia uma manchete sobre esta questão em letras garrafais: “A Doce Colheita Ecológica do Grupo Maggi: empresa que já foi conhecida como vilão do meio ambiente, adota política sustentável e recebe elogios até do Greenpeace”. O parágrafo inicial do artigo comentava que “Corre no meio rural

nomeação de Ságua Moraes como Secretário de Educação do Estado (2007/2010), médico e deputado estadual pelo PT (2006/2010) e ex-prefeito de Juína (36.000 habitantes) por dois mandatos consecutivos (1997/ 2000 e 2001/ 2004).

Portanto, no que tange ao exame da forças progressistas do estado de Mato Grosso, os elementos de compreensão de um programa educacional democrático popular tornam-se ainda mais enigmáticos. Nas entrevistas com os dois parlamentares da esquerda mato-grossense no Congresso Nacional, as incertezas sobre o caráter “de esquerda” das atuais administrações do PT no estado ficaram patentes. Em função da diversidade dos quadros que assumiram as prefeituras durante e após o quadriênio 2004-08, tanto o deputado Carlos Abicalil como a senadora Serys Slhessarenko - professores de longa tradição no movimento sindical e social - não tinham elementos suficientes para emitir uma opinião formada sobre as prefeituras governadas pela agremiação à qual pertencem.

Para a senadora Serys, a definição de uma gestão democrática popular só seria possível mediante novas bases de análise que, empiricamente, ainda estão por se construir:

Em primeiro lugar, eu diria que é muito difícil você julgar o que é um governo democrático popular, que critérios, em que base. Eu precisaria ter uma avaliação de todas as prefeituras chamadas assim “de esquerda”. E isto não existe. Eu, pelo menos, não tenho, e não sei se alguém tem a avaliação das sete prefeituras do PT até a última eleição (2008), e mais a do Chaparral em Barra do Garças, do PCdoB. Eu posso até te dizer o que eu acho, mas é puro “achismo”. Uma avaliação, para ser séria, tem que dizer com que critérios foi feita. Porque as vezes aquele governo que deu mais certo na prefeitura é aquele que de “popular” não teve “quase nada”. Estou colocando entre aspas. E aquele que foi “popular para valer” foi o que perdeu a eleição ali na frente. Então, esse critério de “governo popular” que fez avançar ou não o processo democrático é muito complicado para te responder (**Senadora Serys Slhessarenko** – PT-MT. Entrevista, maio de 2009)

Já o deputado Carlos Abicalil atribui tais indefinições à formação política dos quadros filiados recentemente ao partido, uma vez que estes não passaram pela longa experiência das lutas sociais dos primeiros tempos da abertura democrática pós-regime militar. Isso, somado à ausência de uma identidade marcante do eleitorado mato-grossense, sustenta um novo pragmatismo no qual o atendimento das reivindicações imediatas está acima dos tradicionais debates ideológicos da esquerda socialista:

[...] eu acho que está havendo um movimento pragmático em torno das opiniões do eleitorado, e este senso pragmático tem ocupado um espaço maior. Mesmo quem tem voto progressista, vota pensando na manutenção ou na melhoria da sua condição. Salvo exceções à regra, não temos o voto que poderíamos chamar de “tipicamente socialista” – como o RJ, RS, SP, PE - ou daquele 1/3, 1/4 do eleitorado que não “arreda pé” das suas convicções ideológicas, à esquerda ou à direita do cenário político. Mato Grosso está um pouco mais longe deste cenário. E como ainda é a “Terra

da Promissão”, “Colônia”, de imaginário recente, o voto é mais pragmático (**Deputado Federal Carlos Abicalil**, PT-MT. Entrevista abril de 2009).

Postura semelhante teve o deputado estadual Ságua Moraes (PT), ao comentar conosco sobre sua experiência como secretário de educação do MT. Segundo ele, com o avanço do “consenso nacional” sobre a necessidade de se melhorar nosso sistema de público de ensino, bem como a universalização do acesso e o aumento dos recursos patrocinados pelo governo Lula por meio do FUNDEB, as diferenças entre as políticas municipais de educação sob o comando de partidos conservadores ou progressistas ficaram bastante diluídas no âmbito do estado. Assim, na linha oposta das observações de Paulo Freire no início da década de 1990 (portanto, uma análise datada, obviamente⁵⁹), Ságua admitiu o excelente trabalho educacional de muitos prefeitos mato-grossenses situados historicamente no campo conservador, o que nesse sentido os tornavam “*aliados orgânicos*” das políticas pedagógicas implementadas pela sua secretaria:

A nossa amostragem é muito pequena para que a gente possa destacar, com precisão, que aqueles que tiveram um perfil “mais de esquerda” fizeram um “excelente trabalho”, e os que são “*de direita*” fizeram um “péssimo trabalho”. Então, não teve ainda como a gente perceber muito essa diferença. Agora, pelo o que já deu para observar, nós temos gestões de “*secretários de direita*” fazendo um belíssimo trabalho; e nós temos prefeitos e secretários municipais de esquerda e centro- esquerda fazendo o trabalho “com mais dificuldade” e vice e versa. Em todos os perfis têm bons trabalhos e outros com mais dificuldades. O nosso projeto é pela qualidade da educação. E qualidade da educação tem que ser com todos. Então, aquele que quiser aderir às nossas propostas de qualidade e democratização da educação, é um parceiro nosso, independente da cor partidária dele (**Deputado Ságua Moraes**, secretário de educação do MT entre maio de 2007 a abril de 2010. Entrevista em fevereiro de 2009).

Outros depoimentos tomados ao longo da pesquisa evidenciaram a mudança de alguns referenciais políticos considerados relevantes pela tradição socialista, tais como “programa”, “partido” e “sindicato”. Dom Pedro Casaldáliga, no alto de sua experiência de mais de 40 anos de luta na região do Araguaia mato-grossense, constata a inversão de categorias que, dada a atual forma de interpretação popular, precisam ser “relativizadas” para que se possa estabelecer a continuidade dos projetos de luta e transformação social:

[...] Eu creio que a figura do candidato não representa o partido para muitos. É uma eleição pessoal, nem sabem de que partido é o candidato. Os vereadores, então, nem digamos: – porque você votou nessa pessoa para vereador? “- *Ah! Porque é um cara muito bom, muito amigo, gosta do povo, trata bem o povo*”. – De que partido? “*Não sei ...*”. Os partidos têm perdido

59 Seguindo a linha da esquerda da época em responsabilizar o “eterno descaso” das elites tradicionais em relação às aspirações de cidadania da maioria da população, Paulo Freire afirmava que era “impossível”, em termos críticos, “[...] esperar de governos municipais, estaduais e federal, de gosto conservador, ou de governos “progressistas”, mas tocados pelo dogmatismo por mim sempre criticado, que democratizem a organização do currículo e do ensino dos conteúdos. Nem autoritarismo, nem licenciosidade, mas substantividade democrática, é o de que precisamos” (FREIRE, 1992:114)

muita hegemonia, os sindicatos também. Eu pergunto: na medida em que a política está se tornando mais democrática, mais universal, ainda é necessária a mediação de um partido? É ... mas... Ainda é necessária a mediação de um sindicato? É, mas relativizado... [...] Tem faltado muita consciência de classe. Que, em termos de evangelho, nós chamamos de opção pelos pobres. Os pobres, que é o povo que não tem condição de uma vida justa, digna. (**Dom Pedro Casaldáliga** – entrevista em outubro/2008)

Neste contexto, o estudo de caso sobre a experiência política da cidade de Barra do Garças assumiu feições híbridas no que concerne ao cenário político descrito. Se, por um lado, a prefeitura em estudo já se identificava de forma estreita com o quadro institucional apresentado, por outro constituía uma novidade no cenário político das cidades mato-grossenses. Afinal, dos 141 municípios do estado, ela pertencia, no período 2004/2008, ao grupo de apenas oito cidades administradas pelo referencial em debate, ou seja, “forçadas” (em tese) na discussão acumulada da tradição progressista e diretamente interligadas à experiência militante dos movimentos sociais de esquerda. Além disso, a coloração diferenciada do seu perfil partidário no conjunto da esquerda brasileira estimulava-nos à novas interrogações, visto que a direção do processo não pertencia ao Partido dos Trabalhadores, mas sim ao Partido Comunista do Brasil, organização assumidamente afiliada à tradição marxista-leninista e a todo um passado da luta comunista internacional. Poderia, em função desta particularidade, se conseguir algumas respostas diferenciadas frente às indagações educacionais levantadas?

Diante de tudo isto, o professor João Monlevade, figura histórica e pioneira da esquerda mato-grossense (foi o primeiro candidato do Partido dos Trabalhadores na eleição para governador de estado, em 1982), nos dá a tônica do desafio educacional para o qual as direções de esquerda ainda não têm respostas prontas, mas que a temática desta tese procurou com afincos investigar:

Nos lugares onde a gente tiver poder, uma prefeitura, um estado, uma secretaria, a gente precisa discutir com a população para deixar a “marca diferencial” do governo de esquerda. Os nossos governos estão muito parecidos com os outros. Tanto na prática do cotidiano como também no próprio discurso, Não é só os municipais não, os estaduais mais ainda. [...] Nós temos que mudar isto aí. Tem que rever a prática cotidiana do modo de ver como os petistas filiados consideram a educação. O povo não é besta! Não dá mais, como dizia o Lula, chegar numa cidade e perguntar: “o que o PT está fazendo em educação aqui?”. Aí respondem: “- Ah! Agora a gente tem frango na merenda!” Poxa, não é por aí! Pelo menos os alunos deveriam estar aprendendo mais do que os outros! No mínimo, eu gostaria que estivesse acontecendo isto. Mas, infelizmente, não é isso que acontece. Devia aparecer um doutorando ou um mestrando para fazer uma comparação entre os IDEBs dos governos de direita e esquerda. Eu não tenho dúvida que os resultados vão ser terríveis! (Professor **João Monlevade** (UFMT), um dos fundadores do PT no Mato Grosso e ex-assessor da CNTE. Entrevista em agosto de 2009).

Abrem-se, portanto, outras perspectivas de análise para a problemática da esquerda democrática na gestão educacional dos governos locais. Dada à conjuntura teoricamente favorável em razão da popularidade do governo Lula (2003-2010), espera-se dessas administrações uma maior capacidade de gestão e realização das metas e dos projetos de reforma ou transformação social, mas que só podem ser comprovadas mediante as pesquisas empírico-qualitativas de estudos de casos locais.

Lançamos, pois, os cinco blocos de indagações complementares que os capítulos seguintes se esforçaram em investigar:

1) Como ocorreu o desenvolvimento histórico do projeto educacional democrático popular em estudo? Como conseguiu se firmar no interior de um ambiente dominado pelo conservadorismo de tradição política oligárquica, como a cidade de Barra do Garças? (Capítulo 2 e 3)

2) Que condições propiciaram a sua vitória eleitoral em 2004? Quais as principais estratégias e alianças que adotou nesse período? Quais os principais empecilhos enfrentados na implementação do seu programa ao longo dos anos de governo? (Capítulos 3 e 4)

3) Quais foram as perspectivas teóricas práticas deste projeto na gestão do sistema de ensino de Barra do Garças? Como ele se organizou no desenvolvimento da história da esquerda mato-grossense? Que características o particularizam diante dos demais projetos educacionais progressistas? Como ele se situou no contexto atual da municipalização do ensino público brasileiro? Quais os impactos das suas ações no interior das escolas públicas municipais de Barra do Garças no período de sua vigência? (Capítulo 5)

4) Quais as diferenças entre as políticas de investimento educacional da administração popular em estudo quando comparadas à gestão conservadora que a antecedeu? Que resultados práticos este projeto apresentou na melhoria da qualidade do ensino público local e estadual? Como essas diferenças foram percebidas pelos próprios profissionais da educação de Barra do Garças? Quais foram as possibilidades de influência do discurso e do programa educacional progressista no cenário das eleições municipais da cidade em 2008? Por que o programa educacional democrático popular não conseguiu superar eleitoralmente as oligarquias familiares locais da cidade em 2008? (Capítulo 6 e considerações finais).

5) Em que medida o nosso estudo de caso pode contribuir para a identificação dos “muros” políticos, pedagógicos e institucionais que permanecem entre a escola pública e a sociedade? Haveria alternativas para o projeto educacional transformador diante dos limites e obstáculos apresentados? (Considerações finais)

PARTE II

ESPAÇOS DINÂMICOS; ELITES CONSERVADORAS

Contexto histórico, cultural, geográfico e político do tema

CAPÍTULO 2: “Utopia às margens” do rio: Tradição e Mudança nos domínios das oligarquias familiares no Vale do Araguaia.

“Barra do Garças, no início dos anos de 1970, era para nós aqui da Prelazia de São Félix do Araguaia “apenas uma Rodoviária”. Era também, em função dos prefeitos que a governavam na época, o principal núcleo do conservadorismo local”. (**Dom Pedro Casaldáliga**; entrevista, outubro de 2008).

Este capítulo concentra-se no delineamento do espaço político no qual atuam os sujeitos pesquisados. Volta-se, portanto, ao contexto histórico, geográfico e cultural do município de Barra do Garças e da região Leste de Mato Grosso.

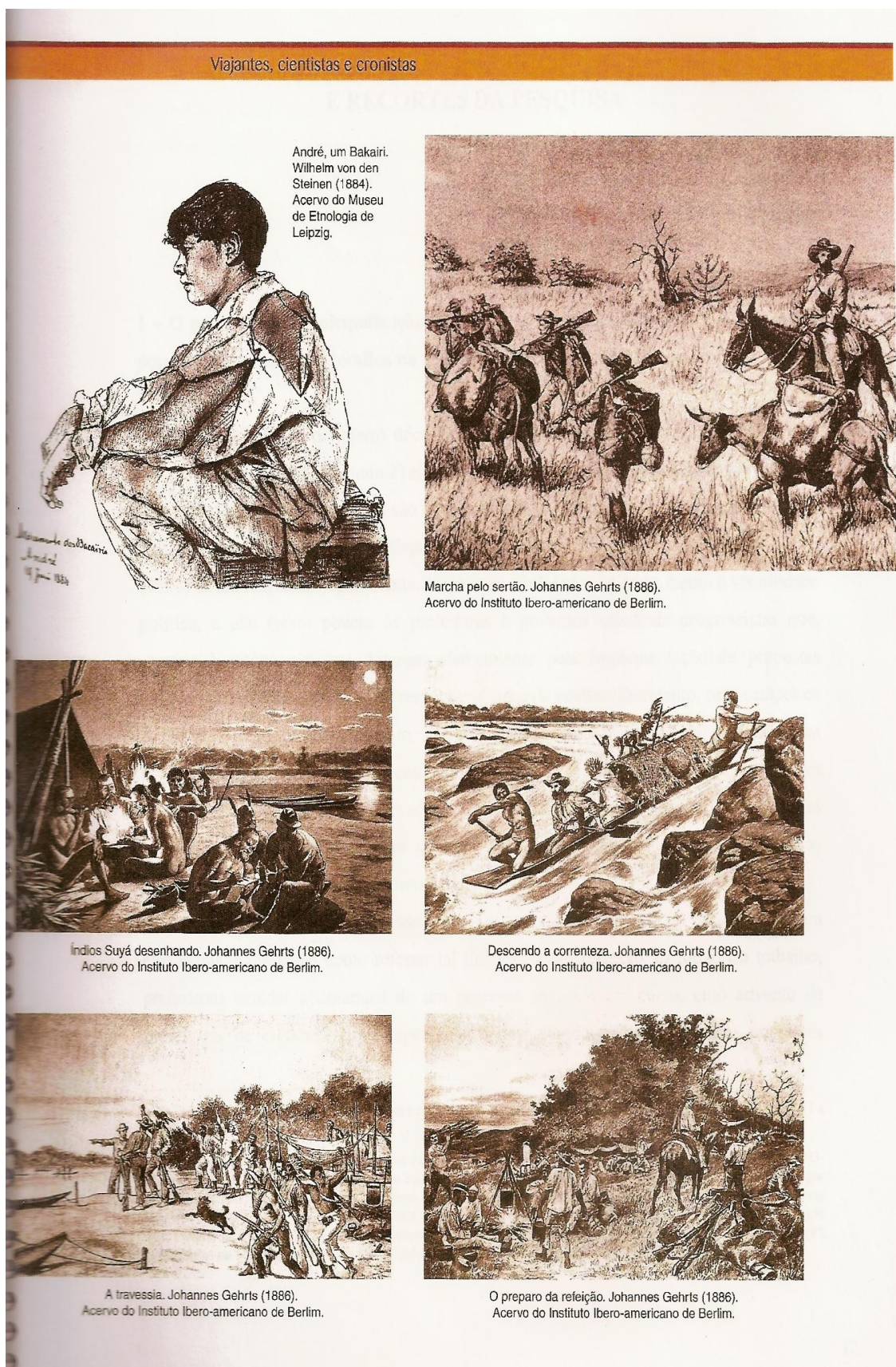
Três são as partes que demarcam a exposição do assunto. Inicialmente, apresentamos as peculiaridades da vitória do Partido Comunista do Brasil nas eleições municipais de 2004 em Barra do Garças, inserindo-a no conjunto da “inclinação à esquerda” que parecia coordenar à época o processo político das eleições no estado de Mato Grosso. Em seguida, debatemos a formação histórica da região Leste mato-grossense, demonstrando a imposição do domínio oligárquico na estruturas social da região e, principalmente, no monopólio político e cultural que tais classes continuam a exercer na sociedade e nos órgãos da prefeitura de Barra do Garças.

Recordamos também, como elemento fundamental, as primeiras tentativas da esquerda progressista de se construir politicamente no Vale do Araguaia mato-grossense, notadamente a partir dos anos de 1960, quando religiosos adeptos da teologia da libertação – com destaque à liderança do Bispo Dom Pedro Casaldáliga, da prelazia de São Félix do Araguaia - ousaram estabelecer um trabalho político educacional na região da “Grande Barra”, na época um dos mais extensos municípios do Brasil e do mundo (212.000 km²).

Com base na exposição de mapas ilustrativos, analisamos de forma breve as principais transformações do espaço territorial do município no período das grandes migrações das décadas de 1970 e 80 no Vale do Araguaia, impulsionada pelos projetos de colonização privada nos governos militares daquele período.

Por fim, concluímos com fato de que, a despeito de todas essas movimentações e mudanças econômicas na região, a elite política da “*tradição barra-garcense*” continua a usufruir da legitimação cultural por ela construída, como também a exercer o seu controle sobre o eleitorado majoritário da cidade.

Figura 1: Quadros e pinturas clássicas dos rios e sertões mato-grosseses



(FONTE: “História do Mato Grosso; da ancestralidade aos dias atuais. SIQUEIRA, 2002: 145)

2.1 – 2004: os ventos sopram à esquerda no leste do Mato Grosso.

Os espíritos insepultos da Guerrilha do Araguaia⁶⁰ acordaram sobressaltados naquela noite de 3 de outubro de 2004. Havia algo diferente no tremular das folhas e nas marolas noturnas que rodopiavam inquietas no leito do grande rio. Ao contrário dos movimentos habituais dos ventos sul e sudeste - ordenadores do clima, da política, das “ordens” e das migrações históricas que povoaram os rincões mais longínquos de Mato Grosso - desta vez era o vento leste que soprava com força, antecipando tempos de júbilo e desafios para a militância da esquerda local e regional do estado.

Os novos ventos, porém, não provinham dos locais dos combates que, trinta anos antes, testemunharam a mais utópica – e talvez a mais equivocada - tentativa de se implementar uma guerrilha camponesa de massas e revolucionária no interior do Brasil, quando um reduzido número de abnegados militantes comunistas enfrentou, de forma desproporcional, grande contingente do exército brasileiro em pleno regime militar⁶¹. Desta vez, ainda que à margem esquerda do mesmo rio, o sopro das mudanças vinha de mais longe, a aproximadamente 900 km ao sul daquele antigo palco sangrento. Ele insurgia, agora pelo voto, no curso médio do Rio Araguaia, no exato ponto em que este recebe de forma serena as águas de um conhecido afluente seu, isto é, na “barra” (a foz) do rio Garças, a cidade de Barra do Garças⁶².

60 A partir da posse de Lula, em janeiro de 2003, a memória sobre a Guerrilha do Araguaia voltou a ocupar importante espaço nas principais revistas semanais do país. Entre elas, destaca-se a revista “Carta Capital”, com uma série de reportagens ao longo dos anos de 2008 e 2009 e informações pontuais praticamente a cada mês, como a que trata do esforço Partido Comunista do Brasil no resgate da memória de suas ações no Araguaia, especialmente na “indefectível presença de Micheas Gomes de Almeida, o Zezinho do Araguaia, de 71 anos” (“A Nova Guerrilha” Revista CARTACAPITAL, 01/07/2009: 56-58). Porém, uma das notas mais importantes observada antes do encerramento das consultas finais desta tese foi publicada na revista “ISTO É”, a qual tratava sobre “o novo impasse em torno da busca dos corpos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia”. Como se vê, a nota enfatizava sobre as divergências entre os órgãos públicos sobre responsáveis pelas buscas dos desaparecidos da guerrilha: “A comissão do Ministério da Defesa pretende localizar e entregar as ossadas aos familiares. Já o Ministério Público Federal do Pará quer preservar a área escavada, como garantia essencial à investigação de violações aos direitos humanos ocorridos na época” (ISTO É, ano 32, nº 2078, 9/9/2009).

61 SILVA (2005:516-527), no maior levantamento documentado sobre a Guerrilha do Araguaia, afirma que o contingente militar da guerrilha não passou de 60 integrantes, já inclusos os militantes que atuavam mais como força de apoio, agitação e propaganda do que necessariamente como grupo de combate. Já as forças do exército, somada às polícias civis e militares estaduais do Pará e de Goiás, alcançaram a cifra de mais de 5000 homens nas operações de campo.

62 No conjunto amplamente majoritário da população de Barra do Garças – ou mesmo na sua quase totalidade – a comparação entre a Guerrilha do Araguaia e a vitória eleitoral do Partido Comunista do Brasil nas eleições do município era praticamente inexistente. Porém, para a cúpula dirigente da esquerda local, havia ao menos uma relação simbólica entre os dois acontecimentos. Tanto que, no primeiro ano de governo (22/07/2005), a prefeitura do PCdoB exibiu o documentário de Ronaldo Duque (“Araguaia; A Conspiração do Silêncio”) no auditório da própria prefeitura. Segundo o registro de um jornal eletrônico da cidade (“Jornal Local”, 26/07/05, página 01), o filme “encantou” a platéia de convidados, os quais se manifestaram favoráveis ao evento por trazer a público “aspectos importantes da história da região”. Contudo, à exceção dos dois dirigentes de maior expressão do PCdoB local, o professor José Pessoa e o próprio prefeito Chaparral, ao longo da nossa convivência na

Surpreendendo todos aqueles que não acompanharam o desenrolar histórico dos movimentos sociais e políticos daquela localidade, uma coligação de forças de esquerda encabeçada pelo Partido Comunista do Brasil, em aliança com o Partido dos Trabalhadores e algumas dissidências da tradição política local, derrotou nas urnas parte importante das oligarquias familiares do município e conquistou, com 39% dos votos em primeiro turno⁶³, a importante prefeitura da “Cidade-Pólo” da região Leste do estado, “capital” do vale do Araguaia mato-grossense.

À primeira vista, aquela vitória sinalizava que a cidade acompanhava, à sua maneira, a “*inclinação à esquerda*” que tomara conta de parcela expressiva do eleitorado mato-grossense desde as eleições gerais de 2002, quando a esquerda do estado conquistou, além da vitória de Lula para a presidência, seu primeiro mandato para o Senado e a 2º representação mais votada para a Câmara Federal. Abertas as urnas municipais em outubro de 2004, o balanço final era extremamente positivo: as esquerdas mato-grossenses obtiveram um crescimento de 300% em relação ao pleito de 2000, saltando de duas para oito prefeituras⁶⁴.

Outros acontecimentos pareciam reforçar o caráter daquela “*inclinação*”⁶⁵. Em Cuiabá, capital do estado, a decisão do pleito municipal foi transferida, pela primeira vez na sua história, para o segundo turno, numa ferrenha disputa entre o PSDB e o Partido dos Trabalhadores. No interior do estado, cresceram as vitórias das coligações em que o PT e o PCdoB compunham a base política de apoio ou mesmo a vice-prefeitura das chapas, como acontecera com o PT na “cidade bairro” de Pontal do Araguaia, município localizado na continuidade do sítio urbano de Barra do Garças (ou “dentro” deste, conforme a preferência do observador). Completando o cenário, agora no âmbito externo à Mato Grosso, mas estreitamente ligado ao espaço local da nossa temática, o Partido dos Trabalhadores conquistara a prefeitura da “irmã-hidrográfica” de Barra do Garças, a cidade fronteira de Aragarças (GO), situada na margem direita do formoso Araguaia. Fechava-se assim, ao

cidade não ouvimos mais ninguém – repetimos, mais ninguém - recordar ou citar qualquer relação entre os dois fatos de forma espontânea, incluindo-se aí os próprios militantes de base do PCdoB de Barra do Garças.

63 Em função da quantidade de sua população (55.000 hab), Barra do Garças realiza apenas o primeiro turno das eleições municipais.

64 Barra do Bugres; Confresa; Nova Bandeirante; Nova Ubiratã; Rio Branco; Vila Bela da Santíssima Trindade (todas estas do Partido dos Trabalhadores), e Barra do Garças (PCdoB).

65 Utilizamos o termo “*inclinação*” para distingui-lo de outras definições usuais nos meios político/ jornalísticos, tais como “*guinada à esquerda*” ou “*giro à esquerda*”. Estes últimos implicam, na nossa compreensão, um grau de ruptura mais acentuado, bem como maior presença de intervenção das massas trabalhadoras urbanas e/ou rurais, organizadas em sindicatos e movimentos sociais de peso com influência nacional. Portanto, em função da heterogeneidade das alianças político/partidárias no campo de estudo, bem como a correlação de forças estabelecida nas eleições municipais, cremos que o termo “*inclinação*” representa melhor o quadro pesquisado.

menos para as consciências identificadas com a militância social da esquerda regional, o arcabouço imaginário e simbólico de “*bandeiras vermelhas de um lado e outro do rio*”:

“Em 2004, o Marcão (PT) ganha em Aragarças (GO), do outro lado do rio. O PCdoB ganha em Barra e a vice-prefeitura do Pontal (do Araguaia) fica com o PT. Então eu acho que há sim uma questão simbólica na região com estas vitórias todas da esquerda (**Professor 7**, Escola Sebastião Teixeira, setembro de 2008)

Apesar de distante dos sonhos de um projeto hegemônico de transformação social, tais resultados animaram as possibilidades de mudança por parte da esquerda estadual, expressas de forma clara no discurso entusiástico da Senadora Serys Slhessarenko na tribuna do Senado ao término do processo eleitoral de 2004:

Não serei ufanista como muitos, mas gostaria de ressaltar que ganhamos as eleições em Mato Grosso! Havia apenas um prefeito do Partido dos Trabalhadores no estado; hoje, há sete! Havia três vice-prefeitos; hoje, são treze! Eram cinco ou seis prefeituras com coligação: hoje, são 29! Portanto, alcançamos vitórias! O percentual máximo que já obtivemos na capital foi de 26% e nunca havíamos chegado ao segundo turno. Nestas eleições, nosso candidato a Prefeito nesta capital, Alexandre César, chegou ao segundo turno com quase 48% dos votos, ficando muito próximo da vitória.”⁶⁶ (Boletim “Atividade Legislativa”, de 08/11/2004, Senado Federal. Discurso da **Senadora Serys Slhessarenko**, Partido dos Trabalhadores/MT).

O quadro também se apresentava propício, na forma de um excelente “campo de provas”, à nova trajetória pela qual passava o Partido Comunista do Brasil naquele período. Recém saído da “9ª Conferência Nacional”, concluída em junho de 2003, o partido interpretava o seu engajamento na campanha vitoriosa do governo Lula (e a sua conseqüente participação nos quadros do governo) como um novo marco nos 81 anos da história da organização. Distanciando-se da “*perspectiva revolucionária*” impressa no “Manifesto Programa” de sua “re-fundação”, de fevereiro de 1962 (CHACON, 1998: 393-404), mas não do princípio de “*mediador consciente*” das relações dialéticas entre o “*espontâneo e a teoria social crítica*”⁶⁷, a 9ª Conferência assumia o desafio de levar a organização a se transformar efetivamente num “*partido marxista-leninista de vanguarda moderno*”, comprometido com o aprofundamento da democracia e na “*adoção de um projeto*”

⁶⁶ Contudo, o tom otimista na fala da Senadora não lhe retirava o balanço crítico/reflexivo no correr do discurso. Fazendo jus ao seu perfil, ela também reconhecia as contradições das eleições de 2004, dentre as quais citou a derrota das esquerdas em capitais importantes, tais como São Paulo e Porto Alegre: “Obtivemos vitórias sim, mas não a desejada e esperada [...] devo dizer que, apesar do crescimento do Partido em todo o país e da conquista de nove capitais brasileiras, soou o alerta para o nosso partido com o resultado destas eleições”.

⁶⁷ Com isso, conservava-se um dos princípios fundamentais da teoria organizacional de Lenin, qual seja: a concepção do Partido Comunista como o “destacamento organizado da vanguarda da classe trabalhadora”, na qual o consciente conserva-se como “a negação da negação do espontâneo”: “Um destacamento de ‘vanguarda’ que receia que o consciente prevaleça sobre o espontâneo, que receia propugnar um ‘plano’ audacioso que obrigue à aceitação geral mesmo por aqueles que pensam de outro modo! Não será que confundem a palavra vanguarda com a palavra retaguarda?” (Lenine, 1977:97).

nacional de desenvolvimento voltado para a defesa da soberania do país e o progresso social’:

[..] **Um novo ciclo de acumulação estratégica para o PCdoB** O fortalecimento do PCdoB se coloca como condição primordial para tornar vitorioso esse curso político. Na fase de luta que se inaugura abrem-se novas potencialidades para o crescimento e estruturação para o PCdoB. O resultado eleitoral demonstrou elevação da consciência política do povo, propiciando ambiente muito mais favorável para isso. O PCdoB conquistou expressiva vitória com 9,3 milhões de votos para seus candidatos cumprindo no essencial os objetivos eleitorais traçados no 10º Congresso. Aumentou seu prestígio e presença na luta política e social. Vive uma experiência inédita nesses 81 anos de existência, participando do governo central, o que coroa todo um período de lutas que vem desde a ditadura, tendo atravessado 18 anos de legalidade. Encara as novas exigências como um impulso renovador para as suas tarefas, funções e feições, um grato desafio para militância. Abre-se, portanto, uma mudança de fase, nova etapa de acumulação de forças do Partido, que aponta para a renovação de linhas de trabalho e sua estruturação. Estão em jogo a velocidade e profundidade com que seremos capazes de responder à nova dinâmica política e social no país e de perseguir o reforço do instrumento estratégico para a luta transformadora, que é o Partido Comunista. Sabemos que o Partido atua em determinado ritmo e com as linhas anteriores. Para alterá-las, é preciso construir convicção nas fileiras partidárias e se fazem essenciais ações indutoras por parte das direções, que insiram na dinâmica do partido esses novos desafios (Resolução Política; 9ª Conferência Nacional, 1993, página 34)⁶⁸.

Nessa perspectiva, a conquista da prefeitura de Barra do Garças pelo PCdoB passou a se incorporar aos objetivos maiores da organização. Dada à dimensão da cidade como pólo de desenvolvimento no interior do Centro-Oeste brasileiro, a prefeitura em destaque tornou-se, ao lado de Olinda e Aracaju, a terceira prioridade da direção nacional do partido como espaço fomentador de estratégias políticas. Além disso, no âmbito interno de Mato Grosso, ela assumia repercussões ainda maiores na organização. Como pólo irradiador de nova visibilidade política e social, Barra do Garças pretendia configurar-se como o “espaço impulsionador” de um ousado plano de quadruplicar o número de filiados do partido no estado, ou seja, de 210 para 875:

[...] A meta ousada deve-se a uma conjuntura bastante favorável ao PCdoB mato-grossense, decorrente da eleição do comunista Zózimo Chaparral para prefeito de Barra do Garça (7ª maior cidade do estado)[...] Barra do Garças, com previsão de reunir 300 militantes de base, deverá reunir o maior número de militantes, Em seguida devem vir \Cuiabá (capital), com 200, Nova Xavantina (cidade próxima a Barra do Garças, que elegeu o

⁶⁸ Embora a conversão democrática seja considerada uma postura inédita na trajetória específica do PCdoB, ela não o é para o conjunto dos partidos comunistas que permaneceram alinhados a Moscou após o processo de “desestalinização” do Partido Comunista Soviético, em finais da década de 1950 (uma das razões da ruptura do PCdoB com o PCUS, em 1962). Na verdade, numa perspectiva histórica e política, o novo programa do PCdoB consistia mais num “retorno” às premissas daqueles partidos na segunda metade do século XX do que na “modernização” da concepção leninista de organização: “Desenvolvimento econômico democrático e democracia política terminam desse modo por coincidir num sistema de estudos, de debates, de decisões, de realizações e de controle. Trata-se de um novo sistema de vida política”. (Togliatti, Secretário Geral do Partido Comunista Italiano. Apud: HOBBSAWN, 1986, volume 12: 230)

vereador Jakson Silva), com 80 e Rondonópolis (importante cidade da região sul do estado) com 60 militantes reunidos na base. (“Diário Vermelho”, de 15 de junho de 2005; www.vermelho.org.br/diario/2005/0715/0715),

Assim, permeado de novidades e surpresas, os acontecimentos daquele ano pareciam “arejar” o cenário político mato-grossense, até então sem grandes novidades desde a segunda fase da redemocratização brasileira no início da década de 1990, quando um conjunto de forças “liberais-progressistas” desalojou, sob a liderança do então governador Dante de Oliveira, a hegemonia dos herdeiros do principal partido de sustentação da ditadura militar (1964-84), o PDS, (antiga ARENA), à época representada pelos três “Campos”: Roberto Campos, Julio Campos e Jaime Campos. Além disso, a região do Leste mato-grossense, sempre às voltas com o velho problema da falta de pavimentação completa de sua artéria principal, a BR-158, almejava superar a “eterna” sensação de “deslocamento e abandono” diante do progresso alcançado pelo restante do estado na década anterior, causa primeira de sustentação do “*ideário separatista*” que, volta e meia, reacende o antigo projeto de criação do “território federal do Araguaia” (e, posteriormente, estado do Araguaia). Em função deste isolamento, era por hábito - e ainda é - a população do Leste mato-grossense referi-se à sua própria região não como “*Vale do Araguaia*”, nome geográfico oficial que dá “status e “estética” ao território, mas sim como o estigmatizado “*Vale dos Esquecidos*”, alusão jocosa ao distanciamento político e econômico dos governos estaduais e federais ao longo da história. Com a emergência dos “novos ares”, agências oficiais passaram a discutir, notadamente a partir de 2007, outras denominações para determinar a geografia norte sul do Vale, substituindo os tradicionais “Baixo”, “Médio” e “Alto Araguaia” por “Araguaia-Roncador” e “Roncador-Xingu”⁶⁹.

Como se percebe, as “*mudanças de prumo*” na cidade pólo do Leste mato-grossense continham inicialmente boas perspectivas de renovação na política regional. Por ser o maior município até então governado pelas “esquerdas orgânicas” mato-grossenses – e particularmente o primeiro a ser administrado pelo PCdoB no estado - a consolidação de um pólo democrático popular no Araguaia poderia desencadear, ainda que de forma pontual, outras mudanças de caráter social/distributivo em todo o território do Mato Grosso, uma vez que a região, além da tradição de luta progressista nos municípios de Canarana, Ribeirão Cascalheira, São Felix do Araguaia e adjacências, é considerada como a nova alternativa de ocupação e expansão do poderoso agronegócio, o qual centraliza as atividades econômicas do estado.

Por tudo isso, o cenário político que emergia das eleições em Barra do Garças significava, principalmente para a esquerda local, um feito inédito e especial. Voltemos,

⁶⁹ Revista RDM – nº 166; 29 de abril de 2007, Ano VIII; página 10.

portanto, algumas páginas no tempo, para que se possa compreender melhor o caráter potencialmente transformador dessas mudanças no curso histórico da região.

2.2 – “*Oligarquias autóctones*”: a tradição coronelista em Barra do Garças.

[...] O método de investigação compreende três graus:

a) Minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis, disponíveis;

b) Análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material.

c) Investigação da coerência interna, isto é, a determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento.

Sem o pleno domínio de tal método de investigação, qualquer dialética não passa de especulação vazia. (KOSIK, 1963. p. 30)

Fundada oficialmente com a transferência da sede do município de Araguaiana para o já habitado e promissor povoado na foz do rio Garças, em setembro de 1949, a cidade de Barra do Garças mantém, até as eleições municipais de 2004, a característica de núcleo “tradicional” na esfera política do estado. Ao contrário dos municípios criados pelas empresas colonizadoras da região sul do Brasil, principais responsáveis pela acelerada imigração no MT nas décadas de décadas de 1970 e 80, ela nasceu por iniciativa das rudes ocupações garimpeiras diamantíferas que povoaram o Leste mato-grossense no início do século XX. Isso, conseqüentemente, permitiu a criação de uma tradição política “autóctone”, marcada pela linhagem patrimonialista e com forte viés “oligárquico/familiar”. O controle desses grupos sobre a administração municipal vinha de longa data, e os momentos de “ruptura” em prol da renovação política tinham sido, até então, curtos, breves e pontuais:

Nós temos em Barra do Garças uma tradição oligárquica muito forte. Nós já passamos por três oligarquias nesses 60 anos de história. E é muito difícil você mudar um perfil como este. Nós tivemos duas “rupturas” ao longo da história de Barra do Garças: uma em 1989; e a nossa, agora, em 2004. Nesse período, se você olhar a história, você vai perceber que o poder aqui sempre foi dividido e distribuído entre três famílias, que se mantiveram e dividiram o poder ao longo destes 60 anos (**Professor Kiko**”, Chefe de Gabinete da Prefeitura Popular. Entrevista, maio de 2008)

Na primeira entrevista a nós concedida, o prefeito Chaparral enfatizou o caráter de classe originário da oligarquia barra-garcense. Tratava-se, fundamentalmente, do poder político relacionado diretamente à posse de grandes extensões de terra e ao controle das áreas de garimpo. Portanto, estender tais “posses” à máquina burocrática da prefeitura significava, no mais puro estilo patrimonialista brasileiro, legitimar todas as demais posses no campo econômico, político e social do município:

Barra do Garças foi historicamente uma cidade pólo. Uma das características da cidade é que ela sempre foi representada por famílias, por oligarcas locais. E isso acabou por fazer com que a política local fosse muito fechada, restrita a poucos. Essa não era uma característica só de Barra, mas de todo o país, principalmente desta região central, seja por dificuldades de meios de comunicação, seja por falta de estradas. Isso

facilitou aquelas pessoas que tinham maiores posses, que eram detentoras de maiores propriedades rurais, de poder econômico, de garimpo, de comércio, pudessem controlar a política local. Tanto é que, se nós pegarmos as pessoas que administraram Barra do Garças, ou que ocupavam cargos importantes na administração pública e de comando local, eram as pessoas que detinham essas propriedades. (**Prefeito Chaparral**. Entrevista em maio de 2008)

O perfil de classe descrito nas falas é de largo conhecimento da historiografia nacional, especialmente das áreas voltadas ao estudo da nossa tradição municipalista entre o final do império e a primeira metade do século XX. Denominado usualmente de “coronelismo”, LEAL (1997) o percebia, no seu clássico estudo sobre o fenômeno no final dos anos de 1940 (“*Coronelismo, Enxada e Voto*”), como produto inerente da relação entre os poderes privados locais e uma extensa base territorial de representação federativa elitista⁷⁰. CARVALHO (1997: 229-249), por sua vez, procura distinguir a conceituação de “coronelismo” de outras práticas políticas a ele correlatas, tais como o “filhotismo”, o “clientelismo” e o patrimonialismo, este último tão bem personificado nos estudos precisos de Raymundo Faoro. Numa outra visão complementar, QUEIROZ (1976: 157) reivindica para o termo a definição específica de “oligarquia”, inserindo-o na tradição brasileira do “mandonismo local”, já de vasta extensão e variedade desde os tempos da colônia:

Integrante de uma elite controladora do poder econômico, político e social no país - integrante, portanto, de uma oligarquia para utilizar o termo apropriado, - tem sido o “coronel” definido principalmente pelas suas características políticas. [...] O coronelismo é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da proclamação da República, o qual teve várias formas desde a Colônia e, assim, se apresenta como o conceito mais amplo com relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcaram o Brasil (QUEIROZ, 1976: 157).

Mas, embora o poder oligárquico tenha sido um fenômeno generalizado na história brasileira e latino-americana, as características deste domínio no Leste Araguaia assumiram formas bastante peculiares, como o demonstra o conjunto de resenhas antigas e modernas da produção acadêmica e literária mato-grossense. Nesta linha de estudos, duas seriam as marcas que distinguiriam o “mandonismo” desta região do restante do território nacional. Primeiro, o grau de autonomia que tais classes exerceram o poder ao longo do tempo; segundo, o grau de beligerância entre os chefes locais e o governo do estado sediado em Cuiabá.

⁷⁰ “A rarefação do poder do poder público em nosso país contribui muito para preservar a ascendência dos “coronéis”, já que, por esse motivo, estão em condições de exercer, extra-oficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes. Mas essa ausência do poder público, que tem como consequência necessária a efetiva atuação do poder privado, está agora muito reduzida com os novos meios de transporte e comunicação, que se vão se generalizando (LEAL, 1997: 62-63).

Durante as três primeiras décadas do século XX, a região Leste de Mato Grosso comportou-se como um verdadeiro “*Estado dentro do Estado*”, não só na esfera do território mato-grossense, mas também em relação à jurisdição do próprio governo federal (MACAULAY, 1977). Os “*Senhores*” ou “*Chefes Supremos do Leste*”, como são denominados pela historiografia política regional, impunham a lei e a ordem além dos limites de suas propriedades rurais. Ungidos de autoridade local absoluta, expulsaram sucessivamente os coletores de impostos vindos a mando do governo central ou dos órgãos públicos de Cuiabá. Além disso, também derrotaram, por mais de uma vez, as “volantes” policiais e as milícias estaduais que ousavam combatê-los nas adjacências dos rios Garças e Araguaia;

O garimpo [nas duas primeiras décadas do século XX] cresce a olhos vistos, e acaba se transformando em um Estado independente, dentro do Mato Grosso. A evasão de impostos causa enormes prejuízos ao Estado. Tentando garantir a ordem na região e a cobrança de tributos, o Governador Pedro Celestino Correa da Costa nomeia, em 1925, Manuel Balbino de Carvalho para o cargo de Delegado Regional de Polícia de Santa Rita do Araguaia (VARJÃO, 1985: 86)

Totalizando cerca de 45 mil almas por todo o estado (sendo 35 mil concentrados na referida região), os garimpeiros do diamante povoavam aquelas “*terras sem lei em troca de favores dos chefes, pela aceitação ou temor, no interior de verdadeiros potentados locais*” (SIQUEIRA, 1990: 178). Em “*Coronéis e Bandidos em Mato Grosso*”, BATISTA (1995:69-72) atribui a força dessa organização social à “*ausência de povo*” como sujeito ativo nas decisões políticas do período. Neste caso, o mando das oligarquias refletia “*uma economia extremamente setORIZADA em Mato Grosso, onde permeavam pólos econômicos independentes um dos outros*”.

Estudos de abrangência histórica nacional também dedicam especial atenção às regiões do garimpo no leste mato-grossense. Na sua notável e clássica resenha sobre a “jornada heróica” da Coluna Prestes nos rincões do Brasil, entre os anos de 1924 e 26, MACAULAY (1977) recorda o poder do conhecido “Doutor José Morbeck”, o maior chefe regional do Leste⁷¹ naqueles tumultuados anos da década de 20. Emigrado das tradições garimpeiras do oeste baiano, de onde afluíram sucessivas levas de populações para a região do Garças/Araguaia (VARJÃO, 1985: 273), Morbeck instalou um “potentado” que, ligado ao contrabando de armas e diamantes, expandia sua influência além das fronteiras nacionais:

Na verdade um Estado dentro do Estado, o garimpo era servido por linhas de suprimento e de comunicação que chegavam da Europa para o comércio da região. A sociedade era “generosa” e móvel. A maioria de seus

⁷¹ Nas palavras de um narrador clássico da história mato grossense, Rubens de Mendonça, Morbeck era o “renitente dominador de uma extensa parte semi-autônoma, política e administrativa do território, que somente a ele cabia governar” (MENDONÇA, 1970: 102)

habitantes vivia em Barracos e não estava interessada em acumular fortuna; excluía do seu convívio apenas os representantes da lei. Os soldados da Coluna Prestes, como quaisquer fugitivos, seriam bem acolhidos desde que obedecessem ao código dos garimpeiros e se abstivessem de violar os direitos da lavra (MACAULAY, 1977: 224).

Contudo, o domínio dos “*Chefes Supremos do Leste*” não suportou as pressões pela modernidade que tomaram corpo na sociedade brasileira a partir de 1930, o que acabou por fortalecer o poder das demais elites oligárquicas ligadas diretamente ao governo estadual em Cuiabá. Ao longo daquela década, o governador Mário Correa da Costa, em continuidade às ações do seu antecessor, Pedro Celestino Correa da Costa, conseguiu estabelecer a unidade política no estado de Mato Grosso, ora pela força bruta, ora por negociações de cúpulas, explorando com habilidade as contradições que emergiam da própria violência nas regiões dos garimpos do Araguaia:

As lutas entre bandos armados na região do garimpo do leste mato-grossense são muito conhecidas, e o “governante” Pedro Celestino prestigiava a maior expressão dessa força armada local – *Morbeck*, que já havia apoiado com a força dos seus bandos o “coronel” Celestino em lutas anteriores. Contudo, dada a permanente condição de conflito naquela região do estado, atribuo “intencionalidade” à nomeação de Carvalhinho – amigo e compadre de Morbeck – para delegado de polícia do Araguaia e Garças. Ao centralizar a “ordem legal” em Carvalhinho, Pedro Celestino teria o propósito de enfraquecer o poder de ambos e instalar, ali, o poder do estado (ou a sua força política). De fato, o “estímulo” a essa rivalidade entre os grupos originou a sua desagregação e um longo período de violentos confrontos armados – até e durante o primeiro governo de Mário Corrêa. (NEVES, 2001: 89 e 90).

Porém, ao tomarem para si as responsabilidades pelas mudanças em curso, as “novas” elites mantiveram, em função da sua própria estrutura de classe, os privilégios e a legitimação política das oligarquias intra-regionais. Como resultado, o impulso de modernização efetivado nos estados do centro-sul brasileiro nos anos de 1930/40 foi absorvido no Mato Grosso de forma muito mais atenuada. Mesmo as políticas do governo Vargas de povoar a região do Brasil central por iniciativa da “*Marcha para o Oeste*”, levada à cabo pelo Ministro João Alberto na famosa “*Expedição Roncador-Xingu*” (na qual as cidades de Aragarças e Barra do Garças emergiram como núcleos fundamentais de base e apoio à expedição por intermédio da criação da “*Fundação Brasil Central*”, em 1943), não conseguiram desestruturar as bases desse poder regional oligárquico, a despeito dos incentivos e sementes de desenvolvimento que lá plantaram⁷².

⁷² Autores de diferentes referenciais ideológicos coincidem diretamente em reconhecer o impulso de desenvolvimento embrionário deixado pela Fundação Brasil Central (LENHARO, 1986; RIBEIRO 2001; RIGA, 2005; SIQUEIRA, 1990; VARJÃO, 1985). O segundo autor, com quem tivemos a oportunidade de conversar pessoalmente (pois reside em Barra do Garças e é professor do campus universitário da UFMT em Pontal do Araguaia), atribui à FBC a causa maior das diferenças de postura política que permaneceram entre as elites de Aragarças e Barra do Garças. Como a primeira, pelo fato de ter sido sede da estrutura administrativa da FBC, teve a presença de muitos funcionários públicos federais, o ambiente político da cidade é, até

NEVES (2001), comentando sobre o “jogo dialético” entre “*Leões e Raposas na política mato-grossense*”, confirma o caráter intrinsecamente conservador da modernização do estado na primeira metade do século XX e mesmo depois, já com o golpe militar de 1964 plenamente instalado na vida política do país:

A verdade é que as velhas estruturas agrárias não foram seriamente ameaçadas. Ainda que perdendo espaço político, não foram totalmente desalojadas do poder, nem mesmo pela ascensão dos interesses e das classes urbano-industriais. [...] Na condição de um estado agrário, dominado por consistentes grupos oligárquicos, com fundamento nas relações de compromisso entre o poder público e o “coronelismo”, é importante observar se ocorreram e quais foram as principais alterações no poder dessas oligarquias e os efeitos na ascensão de novos grupos políticos. [...] A tese da coligação conservadora pode ser um referencial aplicável à recomposição de forças nas circunstâncias mato-grossenses. Convém lembrar que a região – de feição marcadamente rural – estava despojada das condições materiais para a modernização econômica e industrial nos moldes urbanos do sudeste (NEVES, 2001:102-103).

A região do Araguaia, oficialmente consolidada como parte territorial pertencente ao estado a partir de 1943 (quando se define a fronteira entre Goiás e Mato Grosso), se encaixava com precisão às estruturas maiores deste processo histórico. Como consequência, se o passar das décadas modificou continuamente o espaço sócio-territorial do município de Barra do Garças (como veremos adiante), o mesmo não ocorreu em relação à “tendência monopolizadora” das elites locais na forma de exercer o poder. Em outras palavras, mudaram as pessoas e o perfil das classes dominantes da região, mas não o “conteúdo de classe” daqueles que as sucediam. Cada qual foi substituída, com algumas variantes, pelos herdeiros políticos dos chefes da lavra, e nem mesmo as sucessivas migrações sulistas que povoaram as vastas extensões do Vale do Araguaia alteraram sobremaneira o poder das “famílias tradicionais” barra-garcenses (quando não a elas se aliaram nos moldes da “*coesão arranjista*”⁷³, prática comum no Mato Grosso ao longo dos governos militares - 1964-1984).

2.3 - “Intelectualidade garimpeira”: imaginário e consentimento social na cultura histórica de Barra do Garças.

*“Cidade amiga
Nos deram os garimpeiros
Que abraça os que a visitam
E hospeda os forasteiros”*
(“Barra do Garças”, por Valdon Varjão. In: DINIZ, 2005: 159)

[..] se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não intelectuais. [...] Não há atividade humana da qual se possa

hoje, menos propício às práticas oligárquicas do que a segunda, historicamente sob os ditames dos “coronéis” do garimpo. Isso, para o autor, explica em parte (em parte, fez questão de enfatizar) a vitória da reeleição do candidato do PT em Aragarças e a derrota do PCdoB em Barra do Garças nos pleitos municipais de 2008.

73 (NEVES, 2001: 28-30)

excluir toda a intervenção intelectual, não se pode separar o “homo faber do homo sapien”. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo [...] GRAMSCI⁷⁴

Em que pesem as características clássicas do coronelismo na formação da ordem política e social da região do Araguaia, há que se fazer as ressalvas indispensáveis na compreensão desta sociedade oligárquica dos “cerrados amazônicos” do leste mato-grossense, especialmente das elites políticas nativas que se formaram no município de Barra do Garças antes e depois da sua emancipação, em setembro de 1949. De forma alguma poderíamos entendê-las se as enxergássemos apenas como uma forma rude e tosca de se exercer o poder. Decerto que a violência era um recurso importante na estruturação maior desse domínio, mas obviamente que não era o único.

Recorrendo-se aqui ao preceito básico da teoria gramsciana, a região em debate talvez seja um dos melhores exemplos da necessidade de se obter o “consentimento” das massas para que uma determinada classe ou grupo social possa de fato exercer o poder (GRAMSCI, 2006: 20-21). E isso, seguramente, as elites locais sempre o fizeram muito bem. Ainda que no interior de uma região isolada e afastada dos grandes centros de desenvolvimento, não faltaram “intelectuais” a elas ligados que cumpriram com zelo e competência esta tarefa essencial. Porém, ao invés de atuarem como meros “funcionários” ou “mediadores” de determinada classe historicamente ascendente (como o percebe Gramsci em algumas passagens do Caderno do Cárcere⁷⁵), alguns desses “intelectuais” se constituíram, especialmente o mais importante deles, como os construtores do tecido social do qual eles próprios emergiram como liderança cultural e política. Foram, portanto, na acepção plena da palavra, autênticos “intelectuais orgânicos” no lado conservador do processo de dominação.

Na primeira fase destas manifestações culturais, entre os anos de 1914 a 1943 (portanto, antes da fundação de Barra do Garças), o “verniz intelectual” destas elites se desenvolveu nos campos mais propícios para as condições de isolamento da região, ou seja, na literatura de fundo histórico, na poesia romântica, nos registros de viagem das “expedições desbravadoras” e na manutenção cultural e religiosa da tradição local. MAGALHÃES (2001: 80-96; e 121 - 124), no seu notável esforço de construir uma “resenha

⁷⁴ Gramsci, Antônio. Caderno 12 (1932) “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais; Cadernos do Cárcere, volume II; Os intelectuais e o princípio educativo”. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques; 2006, páginas 52 e 53

⁷⁵ “A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é mediatizada, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto de superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários” (GRAMSCI, 2006: 20)

amplificada” da história literária mato-grossense, classifica a poesia de Arlinda Morbeck, esposa de José Morbeck, como expressão legítima da alma feminina condenada à solidão naqueles sertões do Leste Araguaia, enquanto “seus homens”, ricos ou pobres, encontram-se a léguas e mais léguas de distância em busca das pedras que os fascinam ao mesmo tempo em que os aprisionam. Porém, esta manifestação artística espontânea logo seria suplantada, numa segunda fase, pela “*historiografia encomendada*” das elites políticas e comerciais da região, a qual se tornará hegemônica nos diversos aspectos da “produção cultural” barra-garcense. A partir daí, assume a liderança, com destaque inegável, a figura folclórica de Valdon Varjão (15/12/23 a 13/02/2008), personalidade ímpar na tradição histórica e “literária” da região do Garças e Araguaia na segunda metade do século XX.

“Historiador” autodidata, migrante cearense e negro (como fazia questão de mencionar), além de homem público em diversos cargos e fundador e presidente de honra da Academia de Letras, Cultura e Artes do Centro Oeste (na qual ocupava a cadeira de número 13), é ele quem solidificará, através das suas obras e da guarda dos documentos arquivados em seu próprio Cartório de Notas e Ofícios, o imaginário histórico/cultural da “terra barra-garcense” que predomina até os tempos atuais. Diante do mito construído por Valdon, tanto velhos como novos governantes devem prestar seu devido tributo. Mesmo Kiko, em conversas conosco, como Chaparral e Fátima Resende, ao longo das entrevistas, reconheceram a força deste legado histórico. A despeito da obra de Valdon Varjão não se assentar em bases historiográficas reais (no sentido científico e acadêmico do termo), os três mais importantes representantes públicos da esquerda barra-garcense foram enfáticos em afirmar que, “*o que Valdon fez, ninguém, ao menos em Barra do Garças, fez*”. Em razão disto, todos os três também prestaram o necessário respeito à sua memória nos cargos públicos que ocuparam, seja pela elaboração de portarias, decretos e projetos de leis, seja pela efetivação de políticas concretas de valorização e resgate cultural dos seus arquivos.

Típico representante de uma região atravessada no passado por constantes levas migratórias, bem como fugas e abandonos intermitentes, Valdon Varjão encarna, por si mesmo, a trajetória de uma toda uma elite – e, porque não reconhecer, de parcelas importantes do povo - que precisou de ânimo e disposição para permanecer numa região que, ao mesmo tempo em que lhes dava o brilho dos diamantes, também lhes impunha os dissabores da vida nos sertões. Lá estão, portanto, no prefácio de apresentação de um dos seus principais livros de referência – “*Barra do Garças, Migalhas da Sua História*”, o retrato de uma classe que ascendeu dos barrancos do garimpo à dominação dos mais diversos setores da vida política e social do município e, por extensão, de parte expressiva do próprio governo do estado de Mato Grosso:

VALDON VARJÃO, nascido em Cariús, Ceará, a 15/12/1923, filho de Manoel Cardoso Varjão e Maria Olímpia Varjão. Garimpeiro, comerciante, agropecuarista, tabelião, contador, contista, escritor, membro do Instituto

Geográfico de Mato Grosso, jornalista, editor, vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador da república, poeta e mato-grossense de coração (VARJÃO, 1985: 3)

O perfil de Valdon Varjão encaixa-se à imagem e semelhança com o de outros membros da elite política em debate. Veja-se, por exemplo, o tratamento dado ao primeiro prefeito do município de Barra do Garças, Antônio Paulo da Costa Bilêgo (1909 - 1991), mandatário que formalizou a transferência, em 1948, da sede de Araguaiana⁷⁶ para a então vila da “Barra Cuiabana”, localizada na foz do rio Garças, comandada e organizada de fato pelo Coronel Cristino Cortes⁷⁷, considerado o “patriarca” e principal responsável pela fundação do futuro município de Barra do Garças. Por onde quer que se leia nas publicações locais sobre a biografia de Bilego, encontraremos as mesmas credenciais necessárias para se pertencer à elite política daqueles rincões:

Desde garoto trabalhou como balconista na firma do irmão, Félix Costa e do tio Emiliano Costa. Depois tornou-se o responsável pelas compras, vendas e transporte das mercadorias que chegavam nos barcos de carga que navegavam pelo rio Araguaia. Aos dezesseis anos assumiu a gerência da empresa em Barra do Garças onde fixou residência Foi Garimpeiro, fazendeiro, comerciante, vereador por duas legislaturas e presidente da Câmara Municipal, Superintendente da extinta Fundação Brasil Central, fundador da loja maçônica Acácia do Araguaia e, no Governo de Frederico Campos, prefeito nomeado de Aripuanã (extremo norte do MT). [...]. Depois que encerrou a trajetória política, Bilego dedicou-se à pesquisa e a literatura. Como historiador e escritor, publicou vários contos, poemas e artigos em revistas e jornais, deixando também escrita sua autobiografia⁷⁸. (Revista “Brasil VIP”, de setembro de 2008, em homenagem aos 60 anos da cidade⁷⁹)

Assim, não obstante os equívocos do personalismo exacerbado, bem como os freqüentes exageros de escala, o culto às elites promovido por Valdon sustenta-se sobre uma base histórica concreta, na qual se explora à exaustão os ideários de pioneirismo e pertencimento. Face ao isolamento da região - que, em última instância, atingia a todos indiscriminadamente – criou-se uma forma de solidariedade na qual o culto à “história de alguns” tornou-se o retrato da “história de todos”. Neste mundo mágico, não há diferença entre as classes sociais, nem dificuldades que impeçam a realização dos sonhos de conquista. Desse modo, ricos e pobres, donos de lavras e diaristas do barranco, fazendeiros e peões, pecuaristas e lavradores, homens de famílias ou solitários, chefes políticos e subordinados, gente da lei ou da prisão, mendigos e milionários, desamparados e

⁷⁶ Segundo as fontes históricas pesquisadas, essa transferência era inevitável naquele setembro de 1949. Nas eleições municipais de 1947 em Araguaiana, já residiam na antiga “Barra Cuiabana”, além do próprio prefeito Antônio Paulo Bilêgo, quatro dos cinco vereadores da Câmara Municipal.

⁷⁷ O filho do Coronel Antônio Cristino Côrtes, Landislau Cristino Côrtes, foi, além de deputado estadual, prefeito de Barra do Garças por três vezes (1955/1959; 1963/1967; 1970/1973), revezando-se, neste período de duas décadas, com Valdon Varjão (1959/1963; 1973/1977).

⁷⁸ Segundo DINIZ (2005: 34) Antonio Paulo da Costa Bilego “deixou sua auto-biografia escrita sem publicação”

⁷⁹ Ano 1, Edição nº 4, setembro de 2008.

protegidos: todos, de forma unívoca, formam uma só “grande e fraterna família” quando o que está em jogo é o povoamento e o progresso de Barra Garças. Sob esta capa ideológica, Valdon constrói um cenário fictício em que supostos ou reais “heróis anônimos” convivem em rude harmonia com as “autoridades legalmente constituídas” do Estado Novo de Vargas e do Regime Militar, diante das quais o autor nunca deixou de prestar as devidas condolências:

Este livro foi escrito em HOMENAGEM:

Aos bravos pioneiros bandeirantes que, atravessando florestas, desbravaram este pedaço de Mato Grosso.

Aos que lutaram como autênticos e anônimos heróis do sertão: garimpeiros, pecuaristas, agricultores, implantadores dos Municípios que iremos focalizar.

Aos ex-integrantes dos presídios do Ínsua e Macedina.

Aos integrantes da Expedição Couto Magalhães, para navegação do Araguaia (ano de 1864).

Aos componentes da Marcha de Integração Marechal Rondon.

Aos pioneiros S. S. Arraia, Antônio Cristino Côrtes e Francisco Bispo Dourado, de quem a história não enaltece os seus merecimentos.

Aos integrantes da Bandeira Piratininga, do saudoso Hermano Ribeiro.

Aos que cruzaram matos abrindo trilhas, caminhos, estradas pioneiras para o progresso; integrantes da extinta Expedição Roncador-Xingu.

Aos que morreram anonimamente nas lonjuras, por falta de assistência, ou tombaram nas revoltas garimpeiras “Morbeck X Carvalhinho”.

Aos íclicos Presidente Getúlio Vargas e Ministro João Alberto, criadores da Marcha para o Oeste.

Aos que hoje, na região, dedicam-se aos estudos (professores e alunos), ao comércio, à indústria, à pecuária, à lavoura, aos profissionais liberais ou autônomos, aos que ocupam repartições públicas, às donas-de-casa, à juventude, aos nossos velhos em abrigos e desabrigados, aos pedintes, aos presos, enfim, à toda coletividade que, de uma forma ou outra, vem contribuindo para o povoamento do Leste mato-grossense (VARJÃO (1985:17).

Prefeito por duas vezes na cidade e vereador por quatro legislaturas (além dos outros cargos já mencionados, entre eles o de suplente de Senador “biônico” pela antiga ARENA⁸⁰), Valdon Varjão se permite a outros exageros de ordem política e geográfica. Seguindo o estilo de sua “narrativa de exaltação”, ele elabora o ideário de uma cidade que, por estar no centro do país, estava “destinada a se tornar o encontro de todas as rotas do

80 Valdon Varjão foi suplente do senador nomeado (biônico) Gastão Matos Muller (ARENA-MT), nos anos de 1981 a 1982 “Biônico” era a expressão usual utilizada pela a oposição democrática para criticar o artifício constitucional decretado pelo regime militar, em abril de 1977 (o “Pacote de Abril”, no governo Geisel), para conseguir manter a maioria no Congresso Nacional. Tal iniciativa ocorreu após a derrota do partido do governo (a ARENA) em 1974 para as forças que se contrapunham à ditadura, na época aglutinadas no MDB, único partido legal de oposição. A medida consistia na permissão do governo central em nomear para o parlamento políticos da ARENA sem eleições legítimas diretas. O termo “biônico” é uma referência irônica a um seriado americano da época, em que o personagem principal, após sofrer grave acidente em uma experiência científica, tem o seu corpo recuperado mediante o “transplante” de equipamentos eletrônicos e membros artificiais, o que lhe permitia, entre outras proezas, saltar e correr a velocidades impressionantes, sempre a trabalho do Serviço Secreto Americano contra “comunistas, bandidos e espíões”, como manda a “boa” tradição cinematográfica estadunidense.

Brasil” e, beirando as raias do absurdo, de “viagens galácticas pela vastidão do universo”.⁸¹ Afinal, foi das “plagas e empreitadas garimpeiras” do leste mato-grossense que brotaram os sonhos de construção de uma nova cidade às margens dos rios Garças e Araguaia, vértice de passagem dos movimentos populacionais em direção ao oeste e norte de Mato Grosso e, por conseqüência, de penetração e ocupação do próprio interior amazônico brasileiro:

Tendo como sede uma cidade que, em dez anos, conseguiu se transformar de um pequeno núcleo de garimpo numa das principais cidades mato-grossenses, Barra do Garças possui, atualmente [1980], o direito de ser considerado como um dos mais significativos exemplos do novo Brasil que avança para a conquista da Amazônia [...] Exemplificando o esforço de todo um povo e de um governo [militares], no sentido de dar ao Brasil a posição de destaque que lhe cabe no hemisfério Ocidental, o município de Barra do Garças, como importante célula do Gigante Verde e Amarelo, tem assegurada a sua importante posição de celeiro do futuro como uma das regiões sustentadoras do Brasil no terceiro milênio (VARJÃO, 1985: 134-135. Grifos nossos)

Contudo, não nos cabe aqui “julgar” o mérito histórico ou intelectual de Valdon Varjão. Para isto, teríamos que fazer um balanço de toda a sua obra e do real significado desta na região do Araguaia, o que nos afastaria do foco da pesquisa, em si já bastante amplo. No entanto, pelo que pudemos observar, seus escritos fizeram escola ao longo do tempo, uma vez que, como já dito, o imaginário histórico por ele elaborado permanece firme até hoje em muitas consciências honestas da cidade. Goste-se ou não, seus livros constituem-se em fontes reais de apoio às pesquisas jornalísticas e mesmo acadêmicas no Vale do Araguaia, como pudemos constatar em várias leituras e ocasiões. O próprio vereador Kiko, do Partido dos Trabalhadores, tem lutado até o presente pela valorização da obra e do acervo documental do autor, condição esta que, segundo o vereador no seu blog da Câmara (Julho de 2009), o atual prefeito (Wanderley Farias, 2009/2012) tem tratado com verdadeiro descaso.

Nesse sentido, reconhecemos que Valdon Varjão pertence à Barra do Garças tal como esta lhe pertenceu em vida. Independente das críticas apontadas aqui⁸², estamos

⁸¹ Barra do Garças é conhecida nacionalmente como a única cidade do Brasil (ou uma das poucas, não temos certeza) a possuir um “Discoporto”, implementado nos contrafortes das Serra Azul que margeia toda a face norte e noroeste da cidade, na estrada que nos leva à base regional do SINDACTA e ao mirante do Cristo Redentor - que, nos moldes do Corcovado do Rio de Janeiro, oferece-nos do alto a bela paisagem do encontro do rio Garças com o Araguaia. Tal iniciativa foi resultado do projeto de lei de Valdon Varjão na sua terceira vereança, entre os anos de 1993-1996. Mesmo sob a alegação de promover o turismo – que, nesta perspectiva, não deixa de ser uma idéia interessante -, Valdon dizia, nas declarações públicas, que não só acreditava em Discos Voadores, como também estava convicto de que a cidade tinha plena vocação para tornar-se a “capital brasileira do misticismo e dos estudos e observações ufológicas”. Sobre isto, ver a entrevista que o autor do projeto deu ao Programa do JÔ, em 1995, registradas nas páginas do livro do advogado José Miguez (“ARAGUAIA: De Rondon ao Discoporto; história de um pescador - 1996), morador da cidade há muitos anos. Atualmente, o “Discoporto” encontra-se em estado precário de manutenção, ao menos no tempo da nossa última visita ao local, no final de agosto de 2009.

⁸² O papel histórico de Valdon Varjão no Vale do Araguaia não foi objeto das entrevistas que tivemos com Dom Pedro

certos de que ele se dedicou a construir uma cidade de acordo com os valores que acreditava, assumindo, inclusive, em alguns raros momentos, posições mais progressistas do que os seus pares na política estadual. Por mais de uma vez, especialmente na curta experiência que teve como Senador, discutiu suas “teses” sobre a questão do negro no Brasil, que, se não se destacavam pela originalidade, ao menos traziam às terras do Araguaia um debate étnico até então pouco cogitado. Ele também se preocupava, de forma sincera e envolvente, com o desenvolvimento de Mato Grosso e de sua real sustentabilidade econômica, principalmente depois da divisão do estado pelo governo do General Ernesto Geisel, em 1977, da qual foi amplamente favorável. Contudo, jamais compreendeu as graves distorções sociais e ecológicas geradas pelos empreendimentos oficiais do “*Brasil Grande*” que tanto defendia, seja pelos compromissos que tinha com os governantes militares, seja pela visão de “progresso” no qual se espelhava grande parte da população do estado na época, disseminada à exaustão pelos órgãos de comunicação do regime.

Por outro lado, não se pode esquecer que Valdon Varjão e seus aliados políticos foram, em primeiro lugar, políticos conservadores na definição exata da palavra, ou seja, filiados genuínos e por opção à ARENA, partido que expressava um modo autoritário de governar e que via o Mato Grosso mais como um território de “*segurança nacional*” do que uma sociedade carente de cidadania. Embora ele tenha sempre se referido ao povo mato-grossense com carinho e devoção, isto é, como “*a verdadeira gente da terra*”, esta dedicação se baseava muito mais no sentido de controle do que de emancipação social das camadas populares. Isso, naturalmente, o levava a reproduzir as velhas e sólidas práticas do ideário assistencial/paternalista brasileiro, lembrado aqui com “admiração” por um descendente direto destas mesmas elites que dirigiram e ainda dirigem a vida política e social em Barra do Garças⁸³. Recordando de “forma saudosa” (e prazerosa) sua infância não tão distante nas festas do padroeiro da cidade (Santo Antônio), ele nos dá uma pequena amostra de alguns hábitos que, a despeito das modificações ocorridas no tempo,

Casaldália, em outubro de 2008. Entretanto, como o primeiro tinha sido prefeito pela ARENA entre os anos de 1973 e 1977, período de importantes lutas da prelazia na região de São Félix do Araguaia (então distrito de Barra do Garças), seu nome acabou vindo à tona. E, como era de se esperar, as “lembranças” sobre Valdon não foram das mais agradáveis por parte do bispo. Não que Casaldália o tenha considerado um “homem violento”, mas seguramente o apontou como “um homem a serviço dos governos militares e dos grandes fazendeiros que então se instalavam na região do Araguaia” (Entrevista com Dom Pedro Casaldália, outubro de 2008). Isso, de fato, pode ser constatado no elogio feito por Valdon Varjão à que é considerada uma das maiores propriedades agrícolas do mundo, a Fazenda Suiá Missu S/A, instalada na região do Araguaia com apoio dos incentivos fiscais da SUDAN, entre as décadas de 1970 e 80 (VARJÃO, 1985: 213). Nesse sentido, Casaldália a considera como um dos maiores exemplos de injustiça social e concentração de terras no mundo (CASALDÁLIA, 1971 e 2007)

83 Doutor Paulo Emílio Costa Bilego, médico, veterinário, professor e coordenador do curso de agronegócio da Faculdade Cathedral. Artigo escrito na revista “Brasil VIP Mato Grosso”, Edição nº 4, setembro de 2008, sob o título “Santo Antonio, Padroeiro, página 16.

consiste no “modus operandi” de práticas políticas que continuam a influenciar parcelas significativas das populações do interior brasileiro:

[...] O lado político já mostrava suas facetas nessas épocas. Sem entender muito bem o que era marketing político e muito menos suas regras, Valdon Varjão era o maior marqueteiro da época. Em suas andanças pelo mundo afora, jamais se esquecia dos amigos e nem dos eleitores. Era perfume pra um, canetinha colorida para outro, até caixa de fósforos servia como brinde, aproveitando sempre esses momentos festivos para demonstrar o seu apreço pelos mais chegados. Os leilões, nem se fala, era o palco preferido dos detentores dos cargos políticos para demonstrar suas habilidades na conquista de simpatia e ostentação. Para nós, crianças, adolescentes e o povo, o que importava era a festa. [...] Logo após a missa, todos se dirigiam em caravanas para a casa do festeiro onde iam saborear as guloseimas. A família Cristino Cortes se desdobrava nos preparativos. Foi o Coronel Antônio Cristino Cortes o seu maior idealizador e o criador desta tradição que continuou sendo mantida por seu filho, Landislau Cristino Cortes. [...] Nos primórdios da Barra, caravanas de cavaleiros comandadas por Cristino Cortes saíam à procura de donativos. Bois e vacas eram abatidos e suas carnes doadas aos mais carentes. Com o passar dos anos, essa tradição foi perdendo força. [...] Porém, o senhor Landislau Cortes procurou levar adiante a nobre missão de seu pai. Todos os anos promovia farta distribuição de gêneros aos carentes [...] Creio que não tenha nenhum ser vivente que não tenha saudades daquela época (Doutor Paulo Emílio Costa Bilego. Artigo escrito à Revista “Brasil VIP Mato Grosso”, Edição nº 4, setembro de 2008, sob o título “Santo Antonio, Padroeiro, página 16)

Em função disto, nem tudo são flores na herança cultural deixada por Valdon Varjão. Se, por um lado, sua obra salvaguardou importantes registros históricos e documentais do município e da região do Araguaia, por outro ela “congelou” o desenvolvimento de novas perspectivas de investigação sobre o passado e o presente desta sociedade. Como resultado deste monopólio cultural, poucas têm sido as obras e publicações com referencial crítico de produção autóctone⁸⁴, e nem mesmo a política cultural da prefeitura popular ousou tocar nesse “passado pioneiro” que a “todos pertence”.

Entretanto, o que mais nos preocupou na herança desta tradição não foram as exaltações acríticas às elites, hábito comum na maioria das publicações de grande circulação na cidade, uma vez que muitas delas “funcionam”, predominantemente, como panfletos de matérias pagas e/ou informes auto-publicitários de natureza política ou comercial – situação esta, sejamos justos, comum à maioria dos municípios do interior do Brasil. O problema maior são as consequências desta postura no sistema público municipal de ensino, diante das quais a prefeitura democrática popular não conseguiu superar.

⁸⁴ Exceções dignas de nota – no que tange ao foco de estudo da tese - encontram-se em “O Migrante e a Cidade: dilemas e conflitos” (RIBEIRO, 2001, Hiderberto de Sousa), bem como em “Memória de Imigrantes: onde viver o fazer faz o saber” (RIBEIRO, 2005, Marilene Marzari). As duas obras tratam do drama dos imigrantes que chegavam a Barra do Garças nos anos de maior afluxo populacional (1960-1990). O primeiro autor volta-se aos problemas da moradia e do emprego daquelas populações, em especial dos habitantes de um bairro periférico da cidade (Vila Maria), ao passo que a segunda concentra-se na recuperação da memória histórica educacional das três principais gerações de barra-garcenses. Ambos, naturalmente, constituíram-se em material de consulta e estudo do nosso trabalho.

Como exemplo, citamos a “recomendação”, como material “para-didático” de Geografia e História nas séries iniciais, do livro da historiadora Zélia dos Santos Diniz, “*Conhecendo Barra do Garças*”, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação em 1999 e referendada pela Secretaria Municipal de Educação em junho de 2005, portanto, já sob o comando da administração de esquerda.

Almejando-se como um “*compêndio histórico*” que levasse o aluno “*a conhecer a realidade que o cerca*”, na verdade o leva, na perspectiva de uma educação crítica, ao desconhecimento fundamental desta mesma realidade. Seguindo os passos de Valdon Varjão, a autora apresenta os aspectos geográficos e históricos de Barra do Garças com o claro objetivo de realçar, nas suas próprias palavras, “*seus vultos, usos e costumes, enfim, as tradições*” (DINIZ, 2005: 9, grifo nosso). Dessa forma, ela também faz de Barra do Garças uma cidade fictícia, sem problemas sociais graves e agraciada pela sorte de ter possuído, desde o início do século XX, pioneiros corajosos e realizadores intrépidos, todos representados por famílias ilustres de inteligência pródiga e bondade nata. Não bastasse isto, trata-se de uma cidade abençoada na questão administrativa, pois sempre foi governada por uma linhagem de prefeitos absolutamente íntegros, amorosos com a cidade e o povo, honestos, ecológicos, justos, preocupados com o social e realizadores de grandes obras voltadas ao desenvolvimento da cidade e ao progresso da região (p.120-124). Assim, excetuando-se uma brevíssima tentativa de “exposição crítica” sobre a questão da reforma agrária e a resistência indígena (descrita de forma bastante primária, mesmo em se tratando de uma publicação destinada à alunos em fase de alfabetização e primeiras leituras), o bairrismo “fora do tom” campeia em muitas páginas do livro. Na Barra do Garças de Zélia Diniz, o suplente de “Senador Biônico” por dois anos, Valdon Varjão, torna-se o “*representante oficial do Brasil em diversos países da Europa em missões especiais de estudo*” (página 38). Já o (então) ex-prefeito Wanderley Farias - que, no apagar das luzes da sua gestão, em dezembro de 2004, tinha vendido ilegalmente o maquinário de manutenção da prefeitura e deletado todos os principais dados da secretaria de educação, como veremos no capítulo 4 -, aparece nos textos como o “*prefeito que, até o presente, construiu mais obras de embelezamento da cidade. Asfaltou ruas em todos os bairros; construiu escolas modernas, postos de saúde; praças, espaços de lazer e instalou uma Unidade de Terapia intensiva no Pronto Socorro Municipal*”⁸⁵ (DINIZ, 2005: 123).

⁸⁵ Curiosamente, o único prefeito que não é agraciado no livro com os exaltados referenciais de qualidade é o prefeito comunista Zózimo Chaparral, seja porque se trata de uma publicação impressa no primeiro ano da sua gestão (2005), seja por vontade da autora ou mesmo porque este último tenha se recusado a ser apresentado daquela forma (não sabemos, visto que, provavelmente em função de outras questões, não conversamos sobre isto). Sendo assim, o nome de Chaparral aparece apenas como a “15ª gestão administrativa na história da cidade”, seguido da correspondente bancada de vereadores. Nenhuma outra complementação ou realização lhe é atribuída. Também não sabemos, até o presente momento, se uma nova edição atualizada foi publicada.

Mas a maior contradição verificada foi o fato de que o conteúdo bairrista e exagerado do texto acabaram sendo respaldados pela própria administração de esquerda que se iniciava, seja por pressão do meio, seja por desconhecimento da dimensão do problema ou talvez por não tê-lo percebido a tempo. O prefácio é da secretária de educação, a professora Fátima Resende, que tanto buscava a transformação radical do ensino municipal da cidade. Na sua apresentação, ela enfatiza a crença na importância do livro na formação de “*cidadãos conscientes do seu papel em nossa sociedade,*” do mesmo modo que o vê como instrumento eficaz de auxílio aos docentes por fornecer-lhes a “*a possibilidade de trabalhar o fato histórico, o sujeito histórico e o tempo histórico referentes ao conhecimento das particularidades do nosso município*” (RESENDE, apud DINIZ, 2005:05):

A segunda edição do livro “*Conhecendo Barra do Garças*”, da professora Zélia dos Santos Diniz, constitui sem dúvida um marco para a educação do nosso município, primando pelo conhecimento e valorização da pluralidade sociocultural barra-garcense, bem como as dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção da nossa identidade municipal e pessoal [...]. É, portanto, uma obra singular para que os alunos barra-garcenses gradativamente, ao longo do ensino fundamental, possam ler e compreender sua realidade (Fátima Aparecida de da Silva Resende; prefácio de DINIZ, 2005: 7)

Obviamente que nossas análises restringem-se à especificidade educacional do debate. A crítica à publicação de Zélia Diniz não a desmerece como importante historiadora local e ativista nos campos da cultura de Barra do Garças (já presidiu a Academia de Letras, Cultura e Artes do Centro-Oeste). A despeito da fantasia mencionada – cujo principal equívoco, a nosso ver, consiste em confundir a (necessária) valorização das tradições locais com a produção de história acrítica - o livro analisado apresenta boas indicações e ilustrações de ordem geográfica, bem como orientações elementares às crianças quanto à necessidade da solidariedade cívica e respeito ao patrimônio coletivo. Além disso, a autora colaborou na produção do primeiro “*Compêndio da Cultura Popular de Barra do Garças*”⁸⁶ (2007) organizado por Divino Arbués, secretário da cultura do município no mandato popular. Trata-se, para os padrões e recursos locais, de um catálogo didático de grande utilidade na obtenção de informações sobre a cidade e a região leste mato-grossense. Com efeito, acabou por se tornar no primeiro desafio da secretaria de cultura como órgão autônomo na administração da prefeitura, pois, até a posse do governo democrático popular, esta pasta estava subordinada, ao lado da secretaria de esporte e lazer, à secretaria de educação municipal.

Prefaciada por um texto de conteúdo diferenciado da tradição oligárquica, o qual traz a assinatura do próprio prefeito Zózimo Chaparral, a obra apresenta uma perspectiva

⁸⁶ Em parceria com outros três pesquisadores de Barra do Garças, a saber, Eliel Ferreira da Silva, Laercio Wanderley dos Santos e Marilene Arbués Barbosa.

popular e crítica de valor muito mais condizente com os programas educacionais e culturais do campo progressista, especialmente no contexto político da “*Barra para Todos*”. Além de valorizar a cultura popular e artística do “Brasil do Interior” - sem recorrer a falsos artifícios bairristas - o compêndio traz a relação de uma série de autores tradicionais ou alternativos no campo artístico, poético e literário do município e da região (incluindo-se aí uma breve referência a Dom Pedro Casaldáliga), o que parecia sinalizar o início de um novo período em que a “*historiografia encomenda*” se tornaria não mais a política cultural de mando oficial, mas devidamente preservada nos museus culturais da cidade. Pela apresentação do prefácio, percebe-se de início os parâmetros culturais que direcionavam os rumos daquela perspectiva nascente:

Prefaciando este Livro é, primeiramente, registrar a satisfação de ver retratado em seu conteúdo o popular comum e valoroso de Barra do Garças, por meio da vivência do seu povo e das obras de seus artistas. Vale, sem dúvida, externar também aqui, o bem estar de participar desse registro que é mais um ato de inclusão social, cultural, cidadã,

[...]Suscita-me este prefácio, a lembrança da música “Notícias do Brasil”, de Milton Nascimento e Fernando Brant, quando diz “ficar de frente para o mar, e de costas pro Brasil, não vai fazer desse lugar um bom país”.

Por que a lembrança? Porque os autores enfatizam uma grande verdade com muita propriedade. Não podemos esquecer o mar e os outros continentes, mas temos que ter maior atenção em nós mesmos, no Brasil, no seu interior, em sua gente.

O Ministério da Cultura tem feito isto, e nós também conseguimos essa proposta, ficando cada vez mais de frente para o cidadão comum, através de projetos como o Ponto de Cultura do programa “Cultura Viva”, que vai ao encontro do Brasil verdadeiro, profundo, que está na sabedoria do seu povo, nas suas tradições e saberes, que mora também nas cidades do interior brasileiro e no grande coração de suas histórias.

Somos daqueles que vieram da simplicidade desse povo, adotando como mãe esta grande terra chamada Barra do Garças, com sua privilegiada beleza natural e riqueza histórica que é muito bem evidenciada neste livro. Por isso, abrimos suas páginas com nossa mais sincera alegria e conclamamos que ele deve, sim, ser festejado como um produto da vitória popular, das pessoas que ainda acreditam que o caminho para um país mais justo e livre passa, necessariamente, pela semente e amadurecimento da cidadania. (Prefeito Zózimo Chaparral. Prefácio do “*Compêndio da Cultura Popular de Barra do Garças*”⁸⁷ (ARBUÉS (org.), 2007. Secretaria de Cultura de Barra do Garças)

Algumas outras intervenções no campo da cultura foram promovidas no CUCA (Centro Universitário de Cultura e Arte do Araguaia), lançado no campus da UFMT de Pontal do Araguaia dos dias 16 e 17 de setembro de 2005 (o qual integrava o circuito cultural da UNE). Consta entre seus objetivos “*dar um salto rumo a democratização do acesso à cultura em nossa região*”, fornecendo espaço para “*jovens artistas, profissionais da arte, estudantes e universitários trocarem experiências, produzir, divulgar, e realizar várias atividades*

⁸⁷ Em parceria com outros três pesquisadores de Barra do Garças, a saber, Eliel Ferreira da Silva, Laercio Wanderley dos Santos e Marilene Arbués Barbosa.

culturais” (“Portal Vermelho”, outubro de 2005⁸⁸). Embora seja um programa sob patrocínio federal e vinculado ao Ministério da Cultura, parte do apoio e orientação na montagem inicial de projetos foi fornecido pelo Secretário de Cultura Municipal.

Também foram importantes a revitalização da biblioteca pública municipal e os projetos culturais apoiados pela secretaria de educação nas escolas (na verdade, a principal pasta na promoção da cultura, segundo depoimentos de alguns dirigentes do governo), bem como os eventos organizados na Arena do “Porto do Baé”, que, de acordo com o prefeito Chaparral, tinham a intenção de dar “*uma cara definitiva*” ao valores culturais da região do Araguaia: [...] “*ao longo dos anos ficamos de costas para o Mato grosso; agora, queremos ficar de frente*” (“Portal Vermelho”, 13 de julho de 2005). Enfim, foram ações que, segundo Divino Arbués, referendavam a cidade como “*pólo cultural regional do Centro-Oeste*”, uma vez que o município já tinha a tradição, nas palavras do secretário da pasta, num espaço de “*resistência cultural dentro do Mato Grosso*” (idem)

Mas, apesar de reconhecermos algumas destas afirmações, a impressão que sempre nos cercou ao longo desta pesquisa foi a de que, no do dia a dia desta bela paisagem, a herança do poder econômico e midiático imperava em todos os poros da sociedade barra-garcense. A despeito de a prefeitura popular ter provocado algumas inserções culturais novas no âmbito da política local, ela não conseguiu interromper a continuidade da tradição cultural oligárquica da cidade. Quando determinada crítica se mostrava possível, esta se dava mais na forma de uma negociação moderada do que no sentido de uma “ruptura radical” com o meio cultural anterior. Ande-se hoje por Barra do Garças e logo se perceberá, nas mais diferentes formas, que a “*historiografia da exaltação*” mantém o forte consentimento ideológico não só das classes dirigentes, mas também das camadas intermediárias e populares da cidade. Mesmo quando a prefeitura popular direcionava determinado evento público para a promoção educacional na linha crítica-cidadã, lá estavam as tradicionais elites garimpeiras a ocupar o pedestal que lhes cabe na história de Barra do Garças.

Exemplos deste domínio são mais explícitos nos grandes eventos cívicos voltadas à memória histórica do município. Comentando sobre as comemorações do 59º aniversário de emancipação da cidade (2007) – no qual a população ratificou a mudança de horário dos desfiles para o período noturno em função do forte calor da região, decisão esta iniciada pela administração popular - um boletim da Secretaria de Comunicação da prefeitura informava sobre o caráter progressista de algumas apresentações que pareciam indicar mudanças importantes no foco das homenagens. Festa grandiosa (20.000 pessoas, segundo dados oficiais, com presença do governador do estado, Blairo Maggi, do secretário

88 www.vermelho.org.br; 09 de outubro de 2005.

estadual de educação, Ságuas Moraes, do PT, além de outras autoridades), cujo tom foi dado pela secretaria de educação por determinação expressa do prefeito Zózimo Chaparral, de modo que “o desfile estivesse a altura e fosse um presente grandioso à população de Barra do Garças”. Porém, no desenrolar do desfile dos 6.000 alunos das escolas municipais, logo se veria o peso e o prestígio da tradição oligárquica. Referindo-se às palavras da secretária de educação, Fátima Resende, o boletim afirma que:

[...] todas as escolas que passaram pela avenida deram um show de entusiasmo, de civismo e de amor por Barra do Garças, e citou a homenagem muitíssimo aplaudida feitas aos ex-prefeitos (já falecidos), Antonio Paulo da Costa Bilego, Landislau Cristino Cortes e Wilmar Peres de Farias (Boletim da Secretaria de Comunicação de Barra do Garças, 17/09/2007; redigido por Wanderley Wasconcelos)

Comportamento semelhante pôde ser visto também no ano seguinte, especialmente na distribuição do convite oficial relativo às comemorações dos 60 anos da cidade, em setembro de 2008. À exceção de algumas poucas linhas de valor crítico-educativo, o texto em geral repete, a maneira de Valdon, a velha exaltação à elite pioneira, sempre sob o suposto ou real motivo (talvez necessário, dado a ocorrência da festa em plena tentativa de reeleição) de que “fazem parte da nossa história”, como ouvimos por várias vezes ao longo da pesquisa de campo.

Isso, naturalmente, obrigou os dirigentes da esquerda a buscarem no “campo da tradição” muitos dos quadros que as forças progressistas não possuíam para assumir o controle dos órgãos municipais. A experiência os ensinara que, se quisessem colher novos frutos, é no âmago conservador do solo oligárquico que teriam que plantar parte de suas esperanças e sonhos de transformações.

2.4 -Semeadores do projeto democrático popular na região da “Grande Barra”: recapitulando as primeiras lutas dos movimentos sociais de esquerda no Vale do Araguaia mato-grossense. (1970-1990).

Paulo Freire foi a causa da nossa alegria e do nosso sofrimento. Quantas torturas por causa do Paulo Freire...prisões por causa do Paulo Freire. Só de citar seu nome, ou ver uma folha, já era uma coisa...(Dom Pedro Casaldáliga, entrevista, outubro de 2008)

Dos livros de Valdon Varjão aos estudos acadêmicos consultados, passando pela documentação oficial da prefeitura aos depoimentos dos nossos interlocutores, predomina o consenso de que quatro são fases que dividem a história do município de Barra do Garças: 1ª) “A Fase Garimpeira” (1925-1942); 2ª) “A Fase da Fundação Brasil Central” (1943-1964); 3ª) “A Fase da Colonização Sulista e da Agropecuária” (1964; 1990); 4ª) “A Fase Contemporânea” (1990 em diante). Uma vez comentadas as duas primeiras, deteremo-nos,

doravante, nestas duas últimas, sendo o próximo capítulo destinado ao que consideramos uma divisão específica do último período histórico citado, ou seja: a “*Fase de possibilidades de crescimento e atuação política das forças anti-oligárquicas no cenário político barra-garcense*”, iniciada com o resultado das eleições de 2004.

Embora inédita como fato político, a vitória do PCdoB naquele ano não se constituiu como novidade exclusiva na perspectiva histórica da esquerda da região. Afinal, não era a primeira vez que o campo popular alcançava o poder em eleições municipais no Leste mato-grossense (OLIVEIRA, 2006⁸⁹). Desde a consolidação da tenaz resistência da Prelazia de São Felix do Araguaia, no final dos anos de 1970 (já então sob a liderança pastoral do “inédito”⁹⁰ Bispo Dom Pedro Casaldáliga), algumas experiências de administrações progressistas floresceram no Vale do Araguaia no início da redemocratização brasileira, especialmente nos novos núcleos urbanos que, nos idos de 1970 a 90, se emanciparam da jurisdição de Barra do Garças (**Mapa 2 e 3**)

Foram tempos de sacrifício, heroísmo e abnegação, como também de coragem para suportar o cerco dos governos militares e as difíceis condições de vida na região⁹¹. Além do próprio Bispo Casaldáliga, personagens como Padre Francisco Jentel (exilado em 1974), Pe. João Bosco (assassinado em 1976, ao lado, literalmente, de Casaldáliga) e Francisco Escribano (escritor engajado) construíram um cenário de mobilizações que, “*plasmado*” nos valores do “*comunitarismo e idealismo ético*” (COUTO, 1995: 65), acabou por se tornar a expressão mais pura do ideário de participação coletiva, no qual “*o povo das comunidades*”

⁸⁹ Trata-se de tese de doutoramento, ampla e detalhada, sobre as lutas políticas na referida região entre os anos de 1970 a 2000. Antecipando-se aos nossos estudos, a professora Ozerina Victor de Oliveira, do Instituto de Educação da UFMT, nos fornece numerosos e valiosos dados sobre as experiências pioneiras daquelas prefeituras populares que priorizaram a educação pública como estratégia primeira de governo municipal, na qual as políticas curriculares transformaram-se no principal embate entre as classes e os diversos grupos sociais em luta. Entre outros méritos da tese, está a distinção entre a fase inicial dos trabalhos missionários, marcado pela atuação direta nas comunidades de posseiros, e a paulatina institucionalização dessas lutas no processo global de democratização da sociedade brasileira. Como exemplo, a autora nos traz a periodização proposta pelo CEDE – Centro Ecumênico de Documentação e Informação – na qual as mobilizações educacionais do Médio-Araguaia se dividiriam nos seguintes estágios: “origem das lutas por educação (1965-1970); criação do ginásio estadual e luta por educação e ensino público (1971-1976); formação de professores (1978) e propostas educativas do âmbito das prefeituras populares” (OLIVEIRA, 105)

⁹⁰ O termo “inédito” é uma alusão humorística, estabelecida por um jornalista e amigo de D. Pedro, ao nome oficial que a liturgia do cargo lhe impunha no tempo em que era Bispo “Emérito” da Prelazia de São Félix do Araguaia. Pelo menos esta é a versão que o próprio Dom Pedro Casaldáliga nos deu quando o entrevistamos em sua casa, em São Félix do Araguaia, no dia 27 de outubro de 2008. Pela sua história de luta e vida, sabemos que o Bispo não é homem dado a invencionices.

⁹¹ Sobre este “período de mártires” do Vale do Araguaia, consultamos diretamente algumas fontes dos arquivos da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), em outubro de 2008, aproveitando nossa estadia na cidade em razão da entrevista com D. Pedro Casaldáliga. Excelente e organizada documentação das lutas progressistas da esquerda católica (seja na região, no Brasil ou na América Latina) se encontram ali, bem como no “Memorial dos Mártires da América Latina”, instalado no município de Ribeirão Cascalheira (MT). Porém, em função da necessidade do “foco no objeto de tese”, utilizamo-nos aqui de uma pequena parte do acervo pesquisado, no qual a figura do Bispo Casaldáliga assume, certamente, a maior relevância

aparece como a expressão dos sujeitos autônomos que encetam a “caminhada da libertação” (SADER, 1988: 166; Apud COUTO, 1995: 66).

O conjunto dessas mobilizações no início de 1970 assustou sobremaneira os mandatários do regime militar. Ainda envolvidos com o combate à Guerrilha do Araguaia, empreendida pelo partido Comunista do Brasil em Xambioá, no sul do Pará, a notícia de movimentos comunitários e camponeses organizados por religiosos de esquerda no Mato Grosso levou os órgãos de segurança a considerar o termo “*Araguaia*” não apenas como uma configuração sócio-regional, mas sim um “método específico de subversão” ao governo e à “segurança nacional”:

[...] nós atacávamos o latifúndio, defendíamos a reforma agrária, nós exaltávamos todo esse ideal latino-americano de transformação, contestando as ditaduras militares. Então, nós tínhamos que ser subversivos. Para o governo da ditadura militar, nós éramos guerrilheiros do Araguaia [...] Como a Guerrilha foi também para eles uma surpresa inesperada, de repente estoura o Araguaia. E para eles o Araguaia era um método, “tudo acontecia no Araguaia”, aí onde estávamos (Dom Pedro Casaldáliga, apud OLIVEIRA, 2006: 133)

Neste quadro de lutas, a cidade de Barra do Garças, ao invés de representar um ponto de apoio às aspirações e reivindicações populares do Vale do Araguaia, mostrava-se mais como uma passagem obrigatória, sujeita aos empecilhos do atraso econômico e às inclemências rotineiras do clima tropical dos cerrados amazônicos:

Nós víamos que não teríamos possibilidade de fazer nenhuma pastoral se não fosse contando com uma equipe. As comunicações eram difíceis. A estrada que levava a Barra do Garças estava começando, as pontes, as pinguelas. Precisávamos descobrir a realidade, ocupar a área com equipes e aí realizar um trabalho educacional, formar e informar. (Dom Pedro Casaldáliga, sobre sua chegada ao norte de MT, em 1968, no Distrito de São Félix do Araguaia, então território do município de Barra do Garças - Revista Fórum, Número 57, dezembro de 2007, p.11).

[...] Chove muito. O ônibus de Goiânia para Barra do Garças nesta noite encalhou no lamaçal. Chegamos tarde à Barra. Somente amanhã continuaremos a viagem até São Félix (CASÁLDÁLIGA, 2007: 64. “*Quando os dias nos fazem pensar*”) [...] Vindos de Barra do Garças para Cuiabá, encalhamos nos lamaçais da estrada. Empurra, tenta, brinca, desespera e quantas horas de atraso... (idem: 189)

Contudo, as dificuldades de ordem física não impediram a repercussão dos trabalhos desses “*religiosos marxistas*”. Influenciados por uma das mais relevantes filosofias políticas da história da esquerda democrática na América Latina - a teologia da libertação -, essas iniciativas foram de grande significado na evolução do quadro político regional, e muito contribuíram para o acúmulo de conhecimento prático e pedagógico no campo da educação progressista mato-grossense e brasileira (OLIVERIRA, 2006: 136-191). Futuros e importantes dirigentes da esquerda no estado saíram dali, como o deputado Carlos Abicalil (PT-MT), um dos numerosos missionários leigos ou religiosos de todo o país

que para lá se dirigiram nos anos 70 e 80, com o intuito de mudar o mundo por meio da organização política dos despossuídos e da ação transformadora no “chão batido” das salas de aula:

Eu fui consagrado em 1968. Aí começava a chegar esses rapazes e moças que vieram da região de São Paulo [agentes pastorais leigos] ... o povo nos pediu com urgência: colégio, colégio, colégio [...] Era obrigação do estado, da União resolver os problemas de educação... o povo pediu desesperadamente e criamos o Ginásio [em São Félix do Araguaia] (Dom Pedro Casaldáliga, apud OLIVEIRA, 2006: 153)

No entanto, a despeito dos esforços empreendidos, as repercussões destes projetos socioculturais não se generalizaram por toda a região. Uma dos maiores bloqueios à difusão daquelas ações residia, dentre tantos outros fatores, na necessidade desses militantes se manterem em permanente “camuflagem” no interior das organizações político/partidárias. Nas experiências pioneiras, como aquelas ocorridas nas (então) recém emancipadas cidades de São Félix, Ribeirão Cascalheira, Santa Terezinha e Porto Alegre do Norte, os dirigentes “abrigavam-se” geralmente sob o manto do “MDB popular” (OLIVEIRA, 2006; SILVA, 2006), única agremiação na qual podiam obter algum espaço de atuação política/institucional, particularmente nas áreas de educação e cultura, como bem nos recorda o Bispo militante:

[...] dentro da criação das prefeituras, quatro dos prefeitos procuraram ser essa gente nossa, que deram uma importância máxima para a educação e, simultaneamente, se potenciou sempre a educação informal, o processo cultural: poesia, canto... se criou o famoso ‘Araguaia; Pão e Circo’ [...] (Dom Pedro Casaldáliga, apud OLIVEIRA, 2006: 191).

Tivemos aqui [em São Félix e adjacências] prefeitos ótimos... foi um dos presos, torturados também, agora diácono casado aqui na prelazia [...]. Aqui na região, modéstia parte, foram criados muitos espaços de educação e de cultura, nas escolas e na rua. Agora, abrangendo a área da prelazia, havia municípios que respaldavam, outros nem olhavam. Tudo bem, nós tentávamos suprir o que o poder oficial não fazia [...]. Fizeram-se ensaios muitos bonitos, criativos, que ajudaram muito para que respeitássemos a educação indígena, mais como bilíngüe, e bilíngüe não só como língua, mas como educação cultural também (Dom Pedro Casaldáliga, entrevista em outubro de 2008, São Félix do Araguaia)

De fato, mesmo com resultados diferenciados, muitos destes projetos sobreviveram às dificuldades e se consolidaram como alternativa real de poder popular e gestão educacional até os dias atuais. Destaca-se, entre outros, o projeto “TYBISIRÁ”, na cidade de São Félix do Araguaia, voltada à educação do campo e profundamente ligado à luta pela emancipação social, o qual contou com importantes nomes da intelectualidade educacional brasileira na assessoria do seu desenvolvimento, em especial a presença de Moacir Gadotti e Cristovam Buarque (então como Ministro da Educação do governo Lula, em 2003):

A luta por uma escola pública comprometida com a luta do povo ajudou a revelar, para o movimento social da região, a importância da conquista do poder para dar suporte institucional ao projeto educacional. A conquista das

prefeituras populares, na década de 1980, marca um novo momento político, onde as propostas vividas pelo movimento popular se transformaram em política pública de educação. [...] O que estava sendo trabalhado neste curto, médio e longo prazos, era a identidade da escola do campo; uma educação de qualidade a ser conquistada na luta pelo movimento social e sindical, pelas organizações comprometidas com os produtores familiares, posseiros peões, assalariados e índios (LOPES e FERREIRA, 2004: 44)

2.5 – “Elites que não Circulam”. Barra do Garças: mudanças no espaço; conservadorismo na política.

Mas, se no nordeste do estado as lutas progressistas avançavam, em Barra do Garças, bastião dominante e conservador da região do Araguaia, fincado a 700 quilômetros ao sul do recém-emancipado município de São Félix do Araguaia (1976), tais experiências eram muito mais limitadas. Sede política/administrativa de imenso território que se estendia do baixo curso do Araguaia até a fronteira com o Pará, considerado na época um dos maiores municípios em extensão do Brasil e do mundo, a cidade permanecia, como vimos há pouco, de forma impávida nas mãos das oligarquias que lhe deram origem.

A dimensão espacial da jurisdição da prefeitura era completamente desproporcional à sua capacidade de ação administrativa. No seu “auge territorial”, em 1963, o município alcançou a área de 212.000 Km²; portanto, maior do que o estado do Paraná sozinho ou equivalente a Santa Catarina, Pernambuco e Sergipe reunidos. Ou, para utilizarmos aqui de uma comparação internacional, Barra do Garças superava as áreas de Portugal, Áustria e Bélgica somadas. (mapas 1 e 2)

Motivos de grandes queixas dos mais diversos extratos da população, em particular dos mais humildes - uma vez que a capacidade de deslocamento era mais limitada -, a enorme distância entre os distritos do Vale acabou por tornar-se um empecilho para as próprias elites intra-regionais, residentes nos diversos distritos subordinados à sede. No documento original de reivindicação da emancipação de São Félix do Araguaia, consta também a questão da (então) disputada fronteira entre o norte de Mato Grosso e o sul do Pará. A opinião expressa no documento é a de que, sem a emancipação de São Félix e dos distritos adjacentes, a região norte-araguaia acabaria perdendo, com o tempo, a privilegiada condição de “sentinela avançada” da Amazônia mato-grossense:

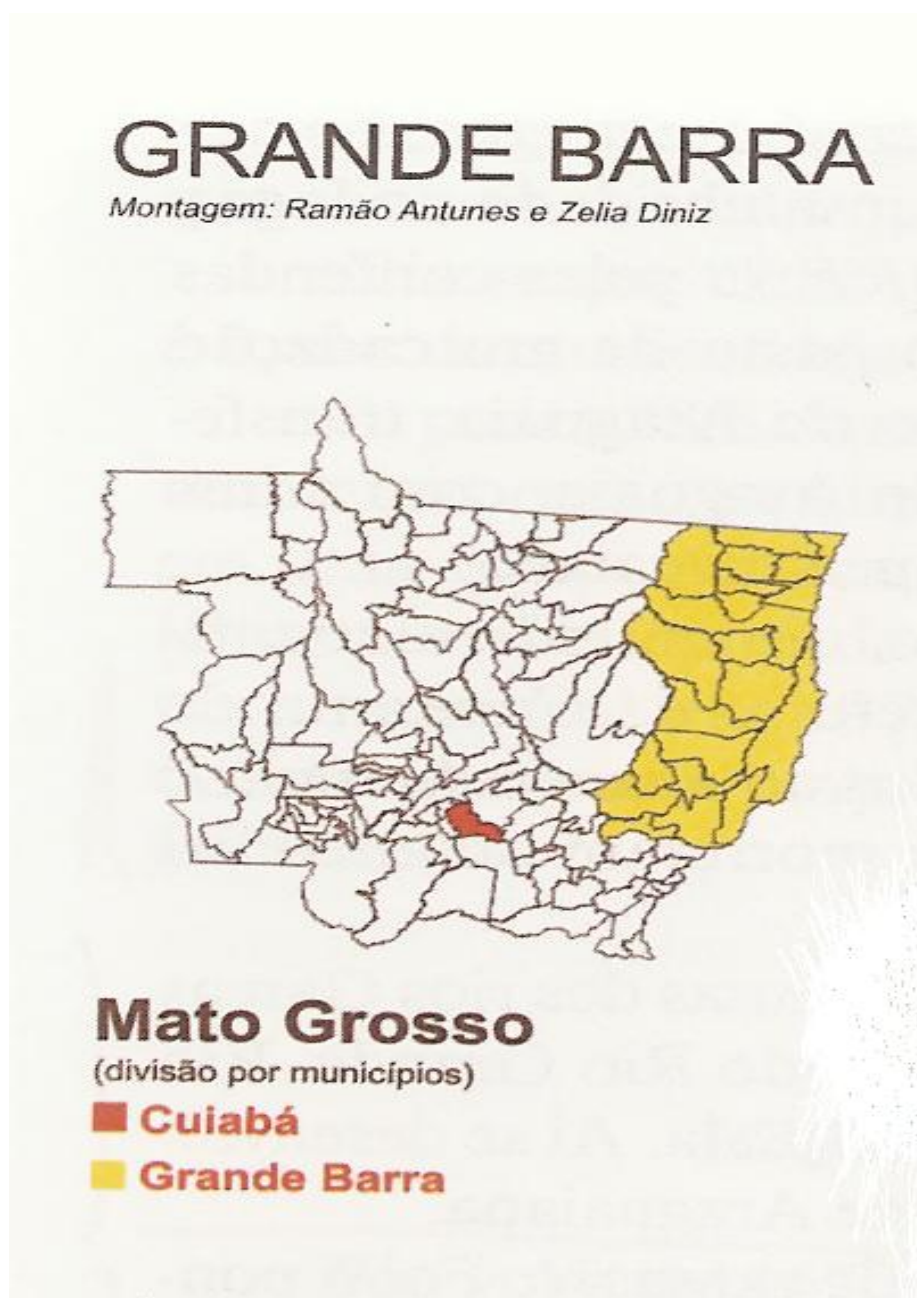
Ao lado da satisfação das exigências legais, temos dois aspectos importantíssimos a considerar: um de ordem social, que é a de descentralizar a administração municipal, prejudicada pela grande distância entre a sede - Barra do Garças - que é de 700 quilômetros, fazendo com que, quase sempre, haja queixas e descontentamentos. O outro, de ordem política, que com este posto avançado na direção da fronteira com o Pará evitar-se-ia o aparecimento de problemas de limites entre os dois estados, não mais oferecendo oportunidade a que as fronteiras do nosso Mato Grosso fossem deslocadas em direção ao sul, com a diminuição do território

estadual (Documento A13.0.0.10 p1.1 – ACDS, V. 40. Arquivos da Prelazia de São Félix do Araguaia, outubro de 2008).

Para os militantes da teologia da libertação, o problema das largas distâncias não era de ordem “estatal-geográfica”, mas de natureza político-social. Em uma de suas primeiras Cartas Pastorais sobre as condições e o contexto político da região, de 19 de outubro de 1971 – *“Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”* -, Dom Pedro Casaldáliga enfatiza que essas distorções espaciais já significavam, por si mesmas, a *“estrutura de desequilíbrio social”* da região. Se para os representantes da *“historiografia encomendada”* o vasto território do município era motivo de *“fé e orgulho na terra em que nasceste”*, para o Bispo militante era o retrato perverso da desigualdade e da opressão regional:

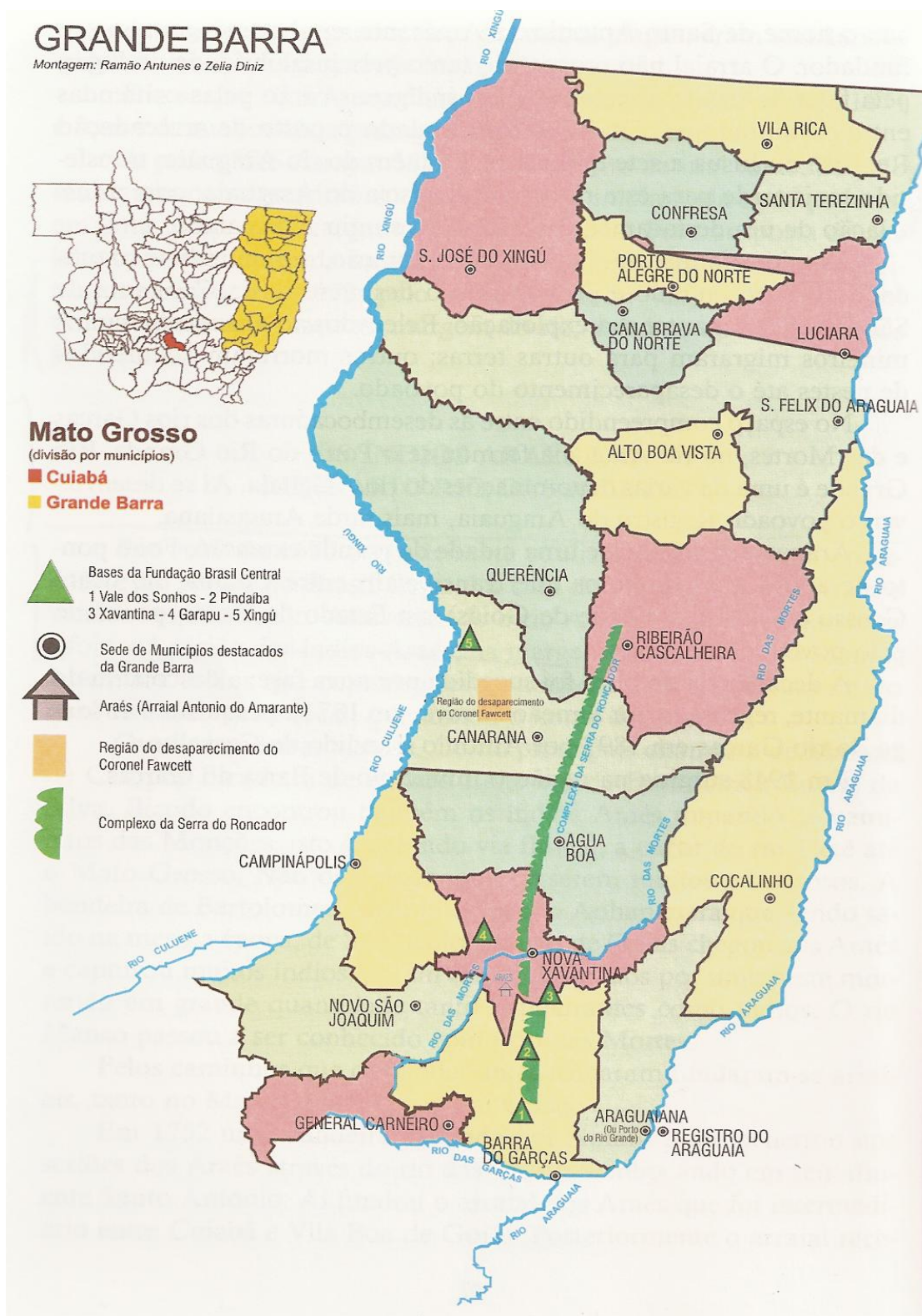
“A distância da sede do município traz consigo o máximo de desinteresse e esquecimento por parte das autoridades, bem como a impossibilidade de recurso e protesto por parte do povo. Barra está a quase 700 Km de São Félix” (Dom Pedro Casaldáliga, em Carta Pastoral de 19 de outubro de 1971: *“Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”*: página 24)

Mapa 1 – Extensão do município de Barra do Garças até primeira metade da década de 1970.



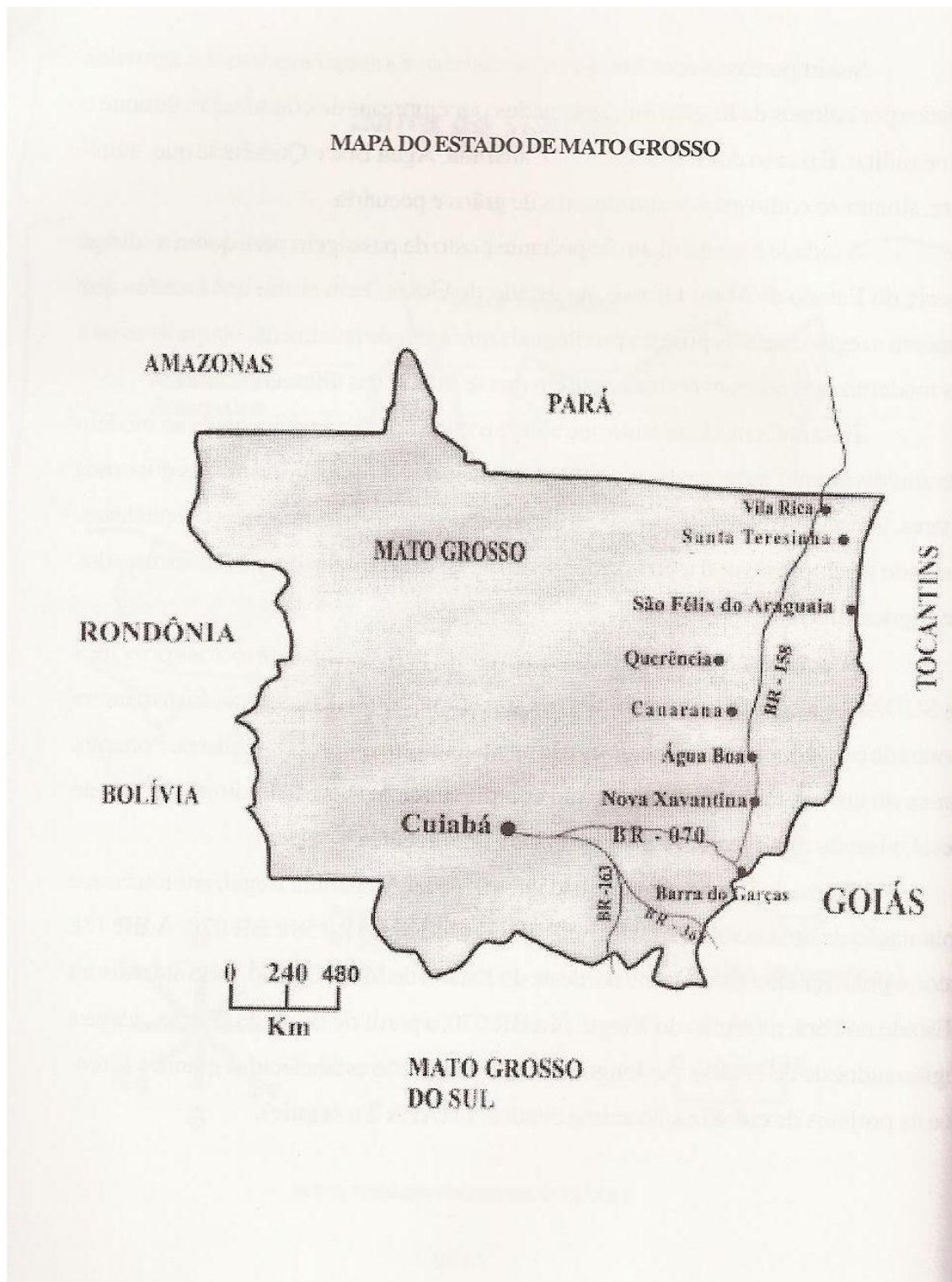
Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Barra do Garças/MT. **Compêndio da Cultura Popular de Barra do Garças, 2007**. Organizador: Divino Arbués

Mapa 2 – Municípios emancipados de Barra do Garças entre os anos de 1960/2000)



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Barra do Garças/MT. Compêndio da Cultura Popular de Barra do Garças, 2007. Organizador: Divino Arbués.

Mapa 3: Barra do Garças: entroncamento rodoviário da BR 158 e BR 070



Fonte: RIBEIRO. 2001

Crítico ferrenho do autoritarismo paternalista das oligarquias instaladas em Barra do Garças, Casaldáliga também aponta, com grande precisão, a estrutura política deste poder local de bases familiares, estreitamente ligado ao latifúndio e ao controle patrimonialista da administração pública da sede municipal:

Barra do Garças está na mão de um clã de famílias desde a fundação do município, que controlam amplamente a Administração, o Cartório, o Ensino, e a Polícias locais. O Sr Landislau Cristino Cortes é prefeito de Barra do Garças pela terceira vez. Fazendeiro, proprietário de 8 fazendas, a sua política é declaradamente de apoio e cobertura ao latifúndio na região. (CASÁLDALIGA, em Carta Pastoral de 19 de outubro de 1971: “*Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*”, página 21)

A força do mandonismo imposta pelo “município sede” chega a ser surpreendente em relação ao tempo e mesmo aos padrões autoritários do regime militar. Sem o prévio aviso, as descrições de Casaldálga sobre os acontecimentos da década 1970 na região parecem datados de cenas antológicas do século XIX ou do início do século XX. Em meio aos dramas deste cenário, desfaz-se de forma inequívoca a “*historiografia encomendada*” e ufanista de Valdon Varjão. As relações entre os homens são permeadas por um clientelismo fisiológico e nefasto que se dissemina por toda a sociedade local, reproduzindo o círculo vicioso em que “*fazendeiros, políticos, comercio e polícia, perfeitamente entrosados*” (CASÁLDALIGA, 1971:21), dominam a população utilizando-se da força e do consentimento despolitizado das massas mais empobrecidas da população⁹². Veja-se, por exemplo, numa comparação direta, duas descrições diametralmente opostas sobre um mesmo tempo e espaço históricos, onde o cenário mágico de Valdon Varjão – e, por extensão, dos políticos mato-grossenses da ARENA - colide frontalmente com a realidade opressiva descrita por Casaldálga:

Dotada de todos os requisitos que configuram uma cidade confortável e dinâmica, Barra do Garças surpreende o visitante pela presença, em pleno sertão, de um centro comercial de porte respeitável que já se encaminha, aceleradamente, para a criação de uma estrutura industrial. [...] Situado no Vale do Araguaia, que por si mesmo representa uma das grandes promessas no que diz respeito à agropecuária, o Município conseguiu, pelo esforço das suas lideranças políticas, aproveitar o fluxo de interesses econômicos que hora se dirige para os sertões amazônicos, fazendo com que a Barra – como é carinhosamente chamada pelos seus habitantes – galgasse essa posição invejável. [...] Com mais de dois mil estudantes de nível secundário e quase dez mil de nível primário, Barra do Garças possui uma estrutura educacional altamente significativa, onde os esforços do governo do Estado de Mato Grosso e do Município se integraram, consolidando, na realidade prática, o velho dístico popular: “a união faz a força” [...] Barra do Garças possui duas Lojas Maçônicas de grande atividade, o que faz com que os interessados pelas questões da Filosofia encontrem campo propício para suas investigações. (VARJÃO, 1985:134-135).

[...] O voto é comprado da ingenuidade do povo, nas campanhas eleitorais exuberantes de promessas. Os votantes são trazidos em massa, em

⁹² É interessante conhecer os estudos da professora Regina Beatriz Guimarães, do Departamento de História da UFMT, sobre a histórica da violência e da problemática social da região da BR 158, especialmente a partir dos planos privados de colonização dos governos militares entre 1970 e 1985. Para um entendimento preliminar, consultar GUIMARÃES, Regina Beatriz. “Amazônia na boca da carabina”. Revista “HISTÓRIA”, da Biblioteca Nacional. Ano 3, n27, dez 2007:66-69.

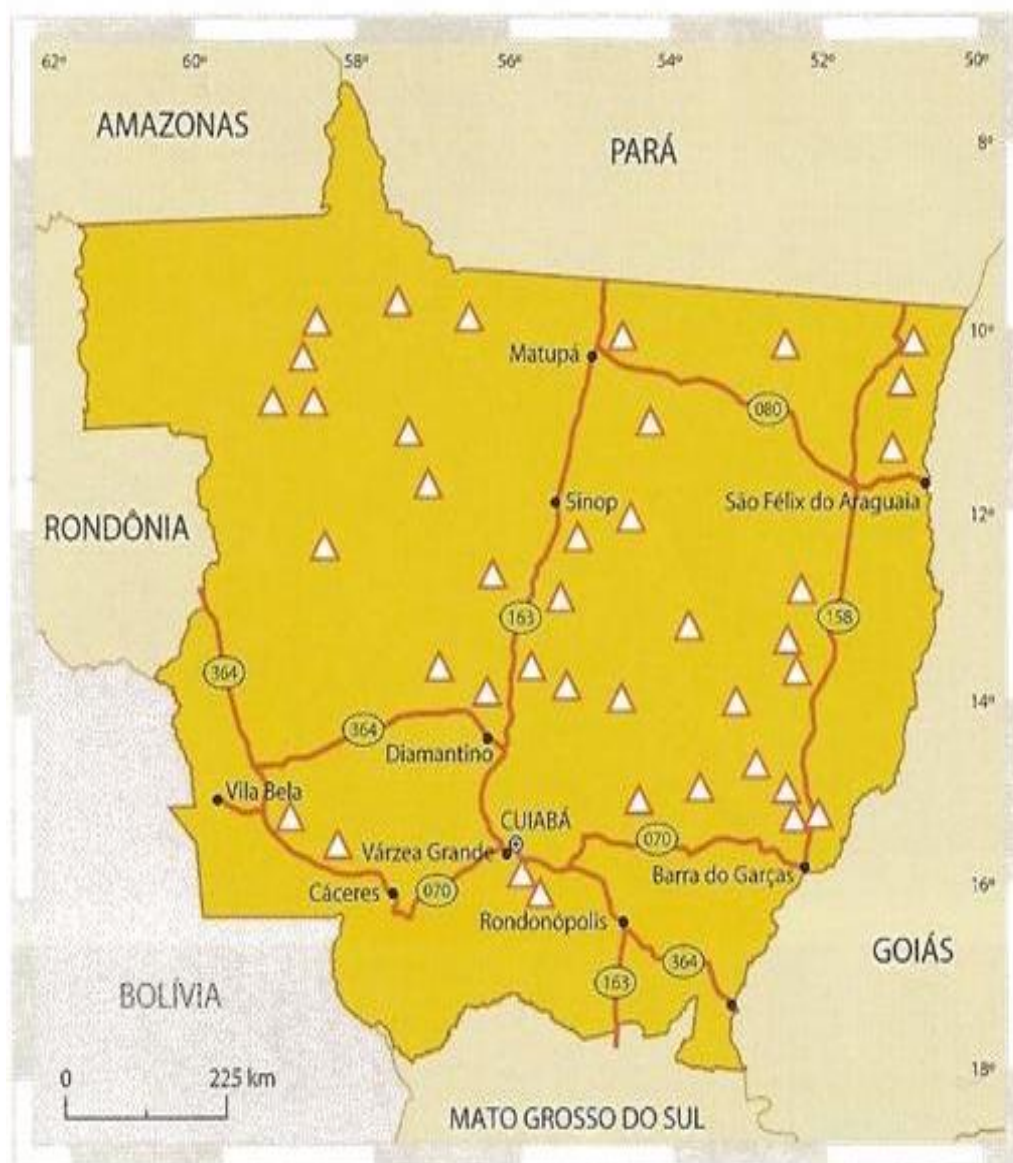
conduções coletivas. Nunca tiveram a possibilidade de escolher livremente um representante verdadeiro. Há necessidade de adular os poderosos (para comprar fiado; para não ver filhos sem escola elementar; para conseguir um documento, uma influência, um cargo). Os manda-chuvas “servem” ao povo com um paternalismo triunfante e orquestram os seus “dons” – mínimos atrasados, com freqüência fraudulentos. Há clima de terror, e o fatalismo passivo do povo que sabe que “*sempre foi assim*” (“*política é assim mesmo*”), ou aquela falta de liberdade para se expressar, para prescindir, para reclamar. Tudo isso faz da política local dessas regiões uma opressão estabelecida e legal. (CASÁLDALIGA, em Carta Pastoral de 19 de outubro de 1971: “*Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*”, página 21)

“*Paternalismo triunfante e opressão estabelecida e legal*”: eis as “*palavras da verdade*” tão bem delineadas por Casaldáliga, em 1971, para descrever o conjunto de práticas políticas que, a despeito das inúmeras modernizações pelas quais o estado passaria nas próximas três décadas, a cidade de Barra do Garças tão cedo não se libertaria.

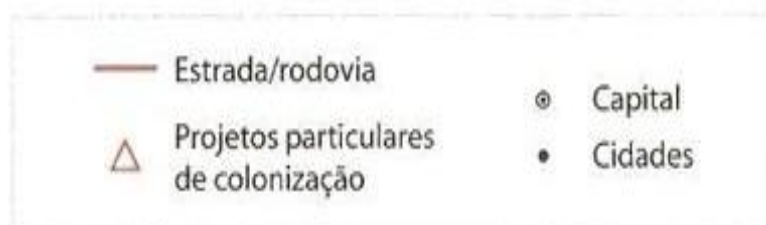
A partir de 1970, novas cidades se ergueram no Vale do Araguaia tal como os pequis selvagens brotam nos solos ácidos desta “*franja da Amazônia*”. Gigantescas colonizações, levadas à cabo por empresas privadas e por imensos subsídios e incentivos fiscais do Estado Federal (estratégia central dos regimes militares para a ocupação dos cerrados e da Amazônia mato-grossense), se espalharam pelo território com a força dos colonos sulistas que para lá se dirigiram, carregados de sonhos e esperanças pela nova terra. Outros, vindo do norte e nordeste, constituíram uma segunda leva de retirantes para se juntarem aos seus originais conterrâneos que já estavam no Vale desde as primeiras décadas do século XX (OLIVEIRA, 2006: 18). Empresas paulistas, paranaenses e multinacionais, amparados pelos vultosos empréstimos da SUDAM e da SUDECO⁹³, deram início aos gigantescos investimentos de capital agrícola nos chapadões mato-grossenses, dos quais nasceu o tão extraordinário como assustador agronegócio brasileiro (**Gráfico 6**). Fusões de culturas, hábitos, modos e práticas de vida se mesclaram num turbilhão de povos e costumes que até hoje continua em movimento e formação.

⁹³ Respectivamente, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste

Mapa 4 - Projetos particulares de colonização no Mato Grosso entre 1970 e 1994



Fonte: BRASIL, 1994.



(Fonte:SIQUEIRA, 2002:,60)

A dinâmica dos fatos desenvolveu-se de forma tão acelerada que mesmo os idealizadores deste projeto reconheciam que, na perspectiva de “controle do eleitorado”, tornara-se impossível prever os resultados políticos advindos das grandes imigrações. Homens de longa data da ARENA e do PDS⁹⁴, absolutamente hegemônicos no estado durante o todo o regime militar⁹⁵, atestam que o ambiente político durante e após as imigrações era completamente novo, o que os obrigava a repensar suas velhas táticas e estratégias de “convencimento eleitoral” diante da massa de novos eleitores que chegavam ao Araguaia e ao norte do Mato Grosso.

Júlio Campos, ex-senador e governador do estado (1983-1986), ao responder numa entrevista sobre as consequências deste processo, em meados da década de 1980, revela não só o seu desconhecimento frente aos novos colonos, como também esclarece as “*concepções de cidadania*” que ainda dominavam o pensamento político das elites mato-grossenses mais conservadoras (a dele, inclusive) até o final do século XX:

[...] Hoje tá difícil até saber! E que migração intensa! Quem quiser falar do comando político em MT é besteira, porque eleição muda de ano pra ano. A eleição de 78 foi diferente da de 82, e a de 86 vai ser totalmente diferente. Só para você ter idéia: no pleito passado (1982), MT tinha 580 mil eleitores inscritos. Agora (1986) tem quase 1 milhão ... quatro anos depois! E de onde veio esse povo? O Nortão tinha 45 ou 50 mil eleitores, em todos os municípios: Sinop, Colíder, Alta Floresta. Hoje, tem 200 mil, aumentou cento e tantos mil eleitores em três anos e meio – e são todos migrantes! Não tem mato-grossense no Nortão. Esse eleitorado novo, que vem para MT, ninguém sabe o que pensa. Não é um favorzinho pessoal que vai funcionar. [...] “Não, agora a troca é mais em termos de obras e benefícios. Por exemplo: o pessoal no novo MT quer estrada, quer energia elétrica, quer bens para a comunidade. Não adianta, lá não pedem emprego. É diferente, você não acha funcionário público lá, ou ter que implorar para a pessoa trabalhar. Isso porque todo mundo tem emprego, todo mundo quer ter asfalto, quer a rede de esgoto, quer a unidade sanitária, que escolas boas... quer todos esses benefícios, é claro.[...] Então, a reivindicação maior hoje é a comunitária. A troca continua, mas só que é a troca das obras e benefícios para a região, e não a troca pessoal. (Entrevista com Jaime Campos, apud NEVES (b), 2001:221)

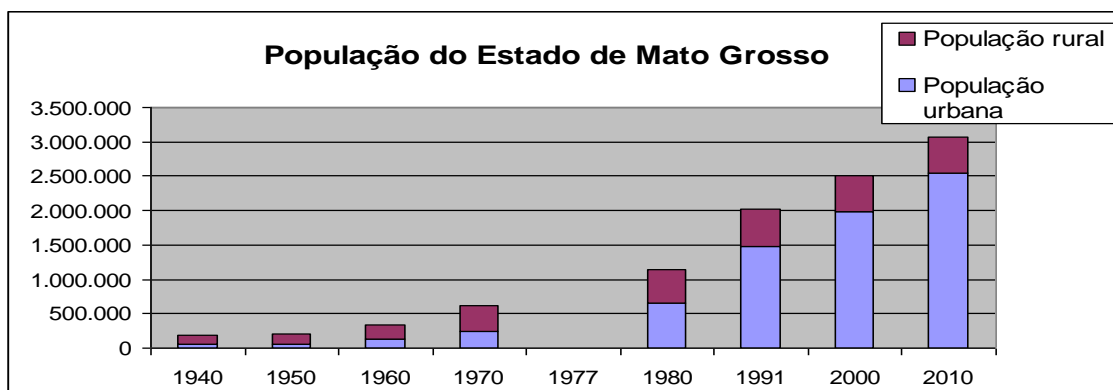
A surpresa e o desconhecimento diante de toda essa movimentação não eram sem razão. As migrações não só trouxeram um acréscimo quantitativo à população do estado, relativamente estabilizada até a primeira metade do século XX, como também lhe

⁹⁴ Partidos de sustentação ao regime militar (1964-1984). A ARENA (“Aliança Renovadora Nacional”) nasceu com a reforma partidária implementada logo após o golpe militar de 1964. Em 1980, uma nova reforma partidária, ainda sob jugo militar, a transforma em PDS (“Partido Democrático Social”). Deste sairá a mais famosa “dissidência continuista” do regime militar, o “Partido da Frente Liberal” (PFL), que sobreviveu até 2006. Com a vitória da reeleição do presidente Lula (PT) neste mesmo ano, principal opositor da agremiação, o “Velho PFL”, em rápido descenso eleitoral (de 105 deputados federais em 1998 cai para 56 em 2010), torna a mudar sua denominação para DEM (“Democratas”), no ano de 2007.

⁹⁵ Tornou-se conhecido o fato de que o Mato Grosso foi o estado da federação que menos contribuiu para a expressiva vitória do PMDB (partido de oposição ao regime militar) nas famosas eleições de 1974, quando a oposição alcançou a margem de 74% dos votos. (Quanto a isso, ver NEVES, 2001: 23, 277 e 290; CARVALHO, 2007: 209-215)

imprimiram uma nova estrutura e configuração histórica. Iniciadas como projetos de assentamentos agrários, as migrações tornar-se-iam rapidamente em movimentos de urbanização a partir da década de 80, o que acabou por estabilizar a população rural na faixa de 500.000 habitantes durante as três décadas seguintes:

Gráfico 5: Crescimento populacional do Mato Grosso, 1940-2010; população total, rural e urbana:



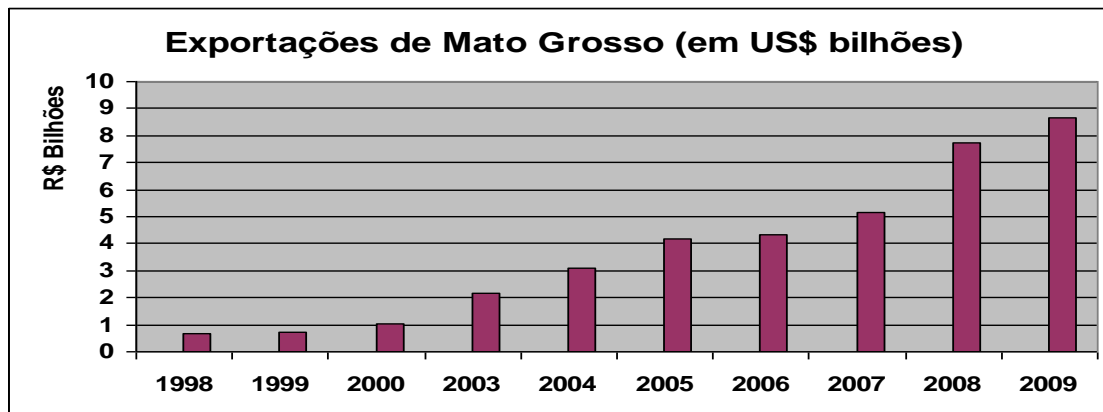
Fonte: IBGE 1952; 1956; 1967; 1971 2000. O ano de 2010 é uma estimativa da Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso. Todos os dados já são referentes ao atual território do estado de Mato Grosso, mesmo os registrados antes da divisão com o Mato Grosso, ocorrida em 1977

Tal estabilização, porém, de forma alguma impediria os planejamentos governamentais e empresariais para o estado. Pelo contrário; com uma rede relativamente numerosa de novas cidades de apoio, o estado adquiriu um perfil típico das áreas mundiais de produção moderna de grãos para abastecimento nacional e exportação, isto é, economias de base agrícola com populações de residência urbana. Com isso, Mato grosso superou os problemas econômicos decorrentes dos primeiros anos da divisão do estado (1977-85) e pode então se tornar, mediante aplicação intensiva de capitais externos à sua economia (bem como a expansão da área agrícola em mais de 800%), numa das maiores áreas do agronegócio brasileiro e mesmo mundial, perfazendo atualmente 8% da produção internacional de grãos com uma população atual de apenas 3,000.000 de habitantes.

Como bem se sabe pelo conjunto do noticiário nacional e regional, esse modelo trouxe o céu e o inferno às populações mato-grossense que já residiam no estado ou que para lá se dirigiram. Se, por um lado, ele promoveu sucessivos recordes de crescimento econômico e oferta de empregos, bem como de determinada ascensão social para contingentes expressivos da população, por outro construiu um cenário de enorme desigualdade social e sérios problemas ambientais. O gráfico a seguir demonstra bem a dimensão deste cenário. Ao cabo de uma década, o “tigre pantaneiro” - como tem sido usualmente chamado nos meios midiáticos locais, numa alusão, neste caso real, ao crescimento econômico dos países do sudeste asiático - bateu recordes sucessivos de

exportação: de US\$ 652 milhões em 1998, atingiu 8 bilhões e 637 milhões em 2009, um crescimento de 1325%:

Gráfico 6 : Exportações do estado de Mato Grosso: 1998-2009.



Fonte: “Revista RDM”, 13/09/2008: 36; “Jornal A Gazeta”, 09/01/2010, 1º caderno: 2; “Diário de Cuiabá”, 09/01/2010, Caderno 2: 1; “SEPLAN –MT”

Porém, apesar de todas estas transformações, “sobravam” ainda os espaços – e continuam a “sobrar” - para a “política tradicional” das velhas elites oligárquicas. Sob as mais variadas formas, ela acabou por sobreviver à margem (ou dependente) do acelerado mundo do agronegócio, reproduzindo assim, com algumas modificações, os velhos vícios do passado calcados no clientelismo e fisiologismo exacerbados:

Uma outra coisa: em termos de periferia de Cuiabá, Várzea Grande e até o velho MT, ainda funciona mais o agrado, a presença física, o carinho, a relação humana, o presentinho. Mas o pessoal, muitas vezes, está tão sem-vergonha que pega o seu presente e não vota pra você (risos). Antigamente, não. Mas ainda existe aquele tipo que, desde cedo, chegava na sua casa e ficava (...). E, infelizmente, ainda sai muito caro fazer uma eleição. (Entrevista com Júlio Campos, ARENA, apud NEVES, 2001:222).

Prensada entre tradição e o “*terremoto socioeconômico*” (CARON, 2005: 6-10), Barra do Garças viu seu espaço geográfico modificar-se radicalmente neste período, tanto pelas contínuas emancipações dos velhos distritos como pela fundação das novas cidades que nasceram das mãos dos colonos gaúchos e paranaenses. A área do município, que já diminuía de 212.000 Km² para 121.936 Km², na década de 1960-70, se reduzirá paulatinamente para 77.849 Km² em 1980, 40.050 Km² em 1985, 30.752 Km² em 1990 até chegar aos atuais 9.141 Km².

No que se refere ao quantitativo populacional, este flutuou de 17.318 em 1970 para até 130.000 em 1985 (ainda nas sobras da “Grande Barra”), reduzindo-se posteriormente para 66.647 em 1990 (ou 75.000) e decaindo após este ano para os atuais 54.714 (2007). Contudo, no que tange à sede do município, a população permaneceu em crescimento

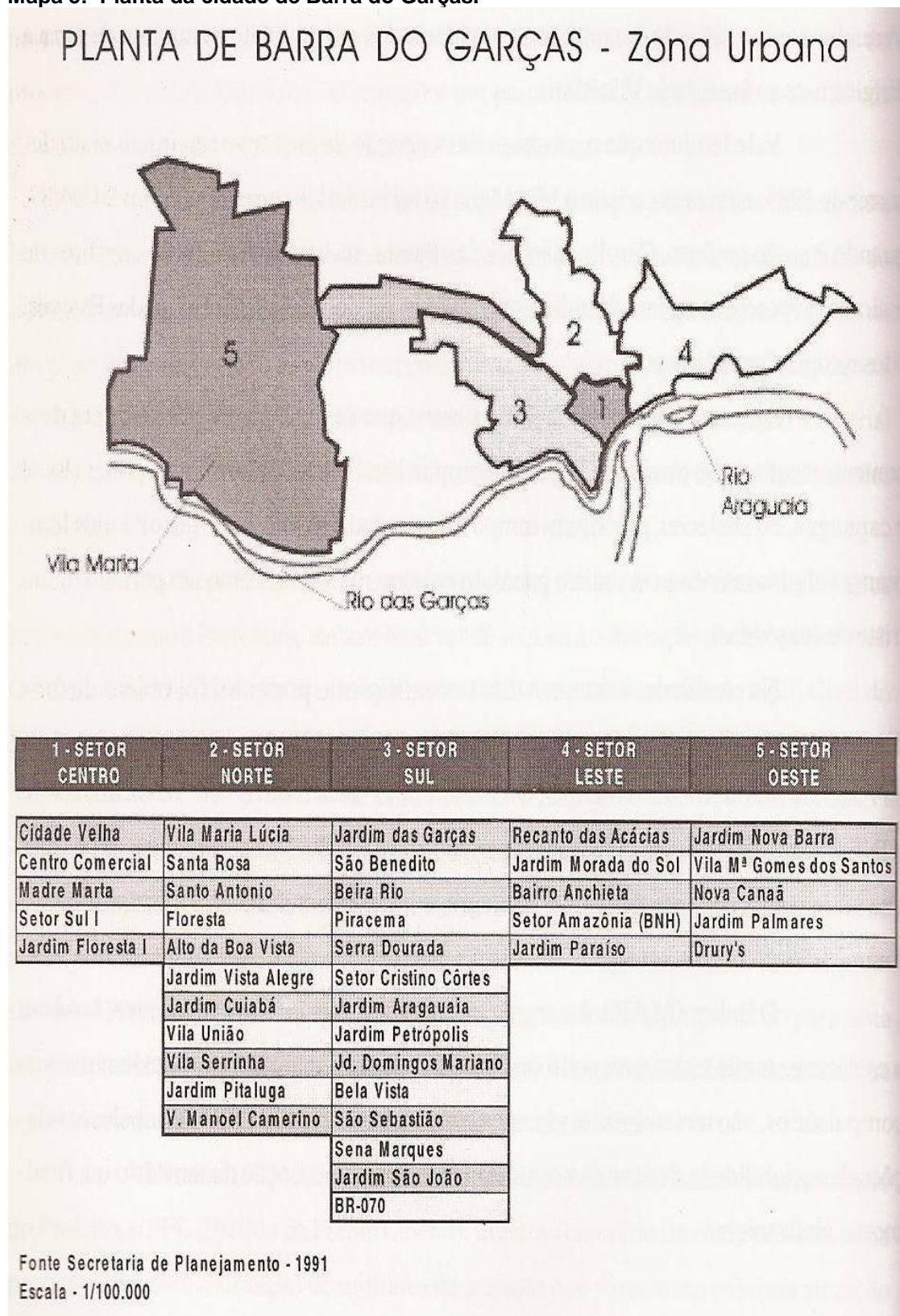
constante: 6.300 em 1950;. 17.318 em 1970; 33.906 em 1980; 45.606 em 1990 e 47.136 em 2000,⁹⁶, o que a situa no característico processo de “*urbanização interiorana*” que marcou o espaço brasileiro nas duas últimas décadas do século XX (FERREIRA, 2001; SANTOS, 2001: 283 e 2009: 52-75). Com isso, Barra do Garças deixou de ser considerada a “*Capital das Agropecuárias*” e “*o maior centro produtor rizícola do Brasil*” (VARJÃO, 1985: 117) para consolidar-se como importante entreposto comercial regional mato-grossense e goiano. Por conseguinte, a população do município tornou-se majoritariamente urbana (embora ainda conte com uma área rural relativamente extensa quando comparada à zona urbana – **Mapa 8**), e o setor terciário se consolidou como o principal recrutador da força de trabalho local.

Como conseqüência desta movimentação, sua área urbana sofreu profundas modificações. Com a retirada de parte da população imigrante das áreas centrais para loteamentos distantes e periféricos (RIBEIRO, 2001), a cidade passou a assistir, num sítio urbano com aproximadamente 30.000 a 35.000 habitantes na época, uma reprodução adaptada do traço característico das grandes metrópoles brasileiras e do 3º mundo, isto é, com um centro pujante ladeado de bairros longínquos nos quais reside a população majoritariamente de baixa renda (Mapa 7). Estes, no entanto, ao invés de se transformarem em espaços de resistência e organização popular, tornaram-se os novos “currais eleitorais” a serviço do “exercício clientelista” das velhas oligarquias da cidade. (RIBEIRO, 2001). A município ainda ganhou, em meados da década de 1980, um campus universitário federal da UFMT (que se localizará em Pontal do Araguaia com a emancipação desta, em 1984⁹⁷), ao qual se agregou alguns investimentos federais na melhoria da estrutura urbana. Além disso, Barra do Garças também se incluiu na esteira da privatização do ensino superior na década de 1990, sob a presidência de Fernando Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso, com a inauguração de instituições particulares de 3º grau. Dessa forma, a cidade passou a atrair toda uma parcela da nova juventude local e regional que não consegue aprovação para o ingresso nas redes universitárias federais.

⁹⁶ Ressalte-se aqui a problemática das estatísticas populacionais a respeito da população barra-garcense. Em função do interesse do repasse de verbas, aliado ao processo de modificação territorial comentado, muitos foram os falseamentos das informações destinadas ao IBGE por parte dos dirigentes oligárquicos da prefeitura, hábito que predominou até o ano de 2000 e, suspeitamos, ainda persiste, como veremos no capítulo 5 (RIBEIRO, 2001 e CASALDÁLIGA, 1971).

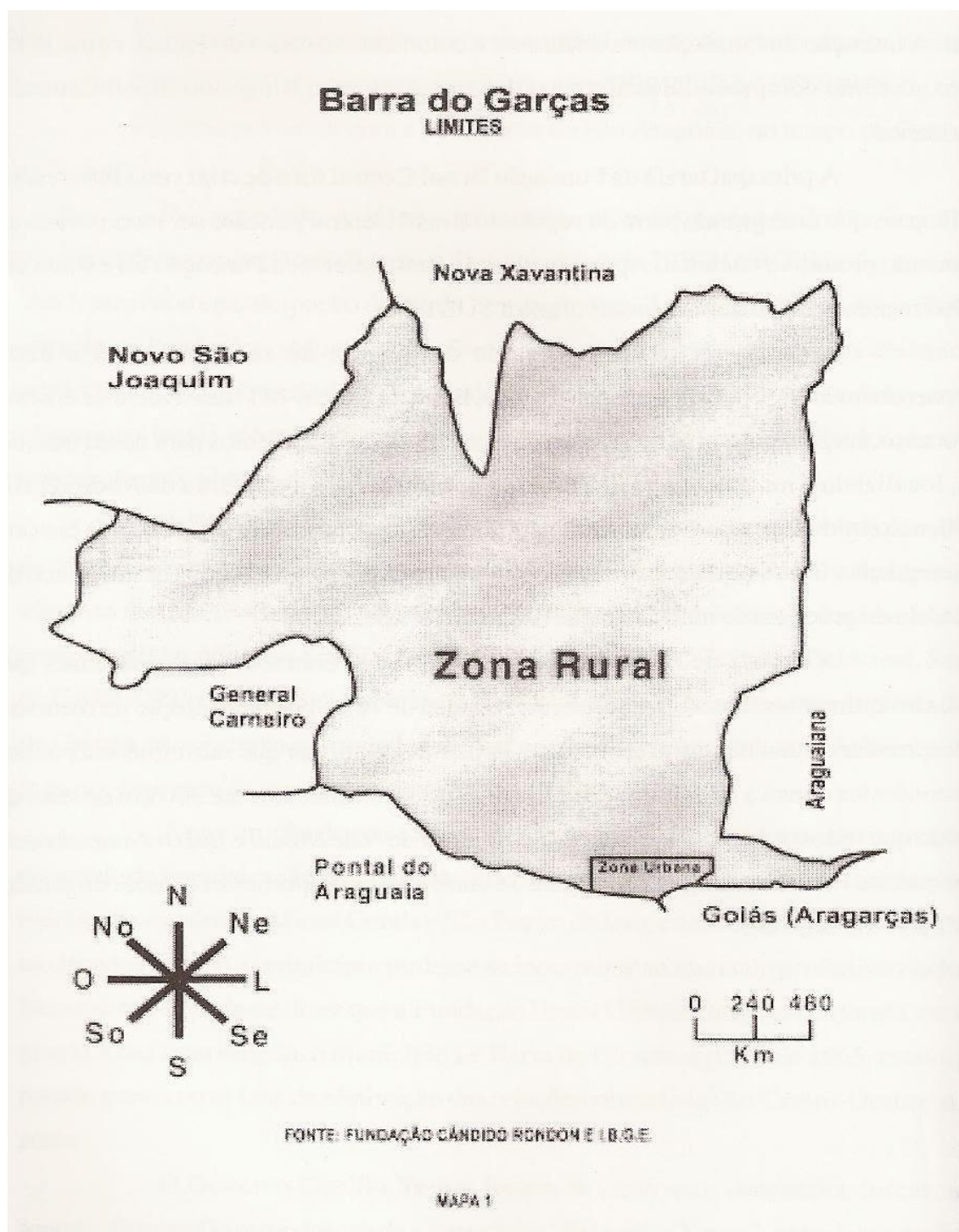
⁹⁷ Há que se recordar que foi somente em 2008 que a cidade de Barra do Garças ganhou, de fato, um campus universitário federal em sua própria área urbana, o qual encontra-se em funcionamento inicial e com obras em expansão (2010). Mesmo quando Pontal do Araguaia não era ainda um município emancipado, a área em que se encontrava o campus da Universidade Federal de Mato Grosso pertencia ao município de Torixoréu, com sede urbana a 90 Km ao sul de Barra do Garças.

Mapa 5: Planta da cidade de Barra do Garças.



Fonte : Secretaria de Planejamento de Barra do Garças – 1991 (Apud RIBEIRO, 2001)

Mapa 6: Zona rural e urbana de Barra do Garças



Fonte: Fundação Candido Rondon e IBGE, apud: RIBEIRO, 2001

Enfim, no período de 1970 a 2004, “*tudo muda e todos mudarão*” neste “*sertão dinâmico*” da fronteira leste de Mato Grosso, exceto a mudança necessária e principal na sociedade barra-garcense: a democratização do poder político e da estrutura administrativa da prefeitura, bem como a superação das relações fisiológicas e de compadrio no

Legislativo Municipal. Em todos esses anos, muitas águas passaram sob as pontes dos dois rios que a banham desde sempre, mas o mandonismo clientelista permaneceu incrustado à margem esquerda do Garças e do Araguaia até as eleições de 2004.

Paternalista com os mais pobres, “poroso” para alguns e fechado para os demais, esse “coronelismo moderno” mostrou-se hábil o suficiente para lidar com as novas situações que transformaram a estrutura física e social da cidade. Tornou-se, entre outras questões, um caso típico de monopólio político em meio a uma das mais profundas mobilidades sociais da história. Contrariando a famosa teoria de Vilfredo Pareto (1848-1923), a “*circulação das elites*” nunca esteve nos planos ou pensamentos da cúpula política barragarcense. Portanto, sem a compreensão das articulações políticas comandadas por esses grupos, pouco se entenderá sobre as dificuldades enfrentadas pela experiência educacional democrática popular em pauta, pois, como nos disse D. Pedro Casaldáliga, é do “*triunfo*” do paternalismo e da opressão “*legalmente estabelecida*” que se assentarão todas as demais estratégias das elites locais para manter-se firme na continuidade dos seus domínios.

CAPÍTULO 3: - “Brechas e oportunidades”: a construção da alternativa democrática popular no ambiente oligárquico barra-garcense. O transcurso da vitória eleitoral das esquerdas nas eleições municipais de 2004. Análise das urnas. A posse e os primeiros momentos do novo governo.

É preciso ver que forças elegeram a prefeitura de esquerda de Barra nas eleições de 2004. Será que foram as forças dos movimentos sociais organizados? Ou se foram setores econômicos que, por alguma questão, estavam descontentes com os rumos do prefeito anterior? Pode ser isto, e depois não quiseram mais e tiraram. Quer dizer, não houve assim uma “força popular” que deu sustentação à gestão municipal de esquerda. Sim, pois é óbvio que a força popular tem muito mais votos do que alguns seguimentos (**Senadora Serys Shessarenko**, Partido dos Trabalhadores, MT. Entrevista, maio de 2009),

[...] Em primeiro lugar, não dá porque eu não governo só para o PT, eu governo para o povo brasileiro. Depois, eu tenho que levar em conta a existência de outras forças políticas. Terceiro, porque no governo a gente não faz apenas o que quer ou tudo o que quer. Você faz o que é possível fazer, mais ou menos de acordo com os seus compromissos políticos (**Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Entrevista a Revista Brasileiros, 2007: 38)

Partiremos agora para a análise detalhada da eleição que levou o Partido Comunista do Brasil à vitória em Barra do Garças, uma vez que esta representou, ao menos em 2004, uma ruptura com o histórico regional descrito anteriormente. No intuito de facilitar a compreensão do movimento político deste período, dividimos o capítulo em três momentos principais. O primeiro analisa o processo das alianças políticas feita pelo PCdoB e o PT no período que antecedeu as eleições, quando procuramos demonstrá-las no ambiente específico dos pleitos municipais do interior brasileiro, cuja principal característica consiste na predominância dos temas e necessidades locais sobre os grandes debates ideológicos nacionais. Aqui já se percebe que a vitória do Partido Comunista do Brasil e do Partido dos Trabalhadores só foi possível graças à divisão das forças políticas tradicionais em três candidaturas concorrentes.

O segundo momento investiga as particularidades da eleição para a Câmara dos Vereadores, na qual permaneceu a tradição oligárquica sobre o controle da casa. Isso acabou por gerar, a exemplo de outras passagens na história da esquerda brasileira e latino-americana, o cerceamento da prefeitura popular diante da implementação dos seus projetos, especificada em maiores detalhes no capítulo seguinte (4).

O terceiro momento relata o esforço inicial do novo governo em efetivar, já a partir do ato de posse, um modelo real de gestão democrática e transparência administrativa nos

órgãos diretamente ligados à prefeitura, centrada na promoção do diálogo aberto e direto com o “cidadão comum”. No entanto, apesar do reconhecimento destas mudanças por parcelas importantes da população, principalmente pelo setor da educação e das comunidades indígenas xavantes, também aqui as dificuldades foram inúmeras, uma vez que parcelas significativas da população continuavam a reproduzir as práticas clientelistas da tradição política local.

3.1 – Alianças na campanha eleitoral: oportunismo ou oportunidade histórica?

Face ao cenário anteriormente apresentado, é de se prever as imensas dificuldades de formação de um pólo de esquerda com força suficiente para se opor às práticas políticas habituais de Barra do Garças. Com o cerceamento imposto pelas suas elites, o espaço para as ações dos movimentos populares ligados à esquerda era reduzido, e as estratégias de ocupação popular não podiam ficar restritas somente ao núcleo da sede do município. Nesse sentido, pode-se atribuir que parte do êxito da aliança encabeçada por um comunista em 2004 resultava, dentre uma série de fatores, das ações empreendidas pelo do PCdoB nas “brechas periféricas” do município em questão, particularmente na fronteira cidade de Aragarças (GO). Ali se vivenciou toda uma experiência política que, anos mais tarde, cruzaria novamente o rio para construir um arco de alianças que acabaria por permitir o Partido Comunista do Brasil a se tornar, senão a força hegemônica, ao menos a candidatura mais popular entre as direções da esquerda barra-garcense:

Em 2004 o PCdoB se apresenta muito longe de 1979, de 1980. Temos que buscar a história de 2004 bem antes. Já em 1982 elegíamos o prefeito de Aragarças (GO) pela legenda do PMDB (Hélio Fernando, do qual fui o primeiro secretário de administração), bem como Moacir Deolindo como vereador em Barra do Garças, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil na época. Depois veio o Chaparral, eleito vereador em 1992 e reeleito em 1996 em Barra. Este, por uma série de políticas de alianças e diálogo com outras forças, acabou se tornando o representante das “forças anti-oligárquicas” em Barra do Garças, e não, como é mais habitual, algum liberal-progressista. (Professor **José Pessoa**, membro da direção e um dos fundadores do PCdoB em Barra do Garças. Entrevista em junho de 2008)

Como se percebe, a vitória da esquerda em 2004 não veio ao acaso nem se tratou dos caprichos da sorte. Dos 60 anos de Barra do Garças como unidade emancipada, mais de 40 deles estiveram sobre o comando direto de três sobrenomes à frente do executivo municipal: Os “Côrtes”, Valdson Varjão e os “Farias”. Portanto, apesar da peculiaridade dos fatos naquela eleição - dado que o pleito de 2004 se configurava, nos domínios territoriais do município, como uma “*eleição da mudança*” - tal êxito condensava o resultado de mais de vinte anos de luta e paciente trabalho de base de lideranças comunistas e da esquerda católica progressista, embrião inicial do campo democrático popular de Barra do Garças. A elas se aliava um conjunto de forças bastante heterogêneas quanto aos princípios políticos,

mas unidas momentaneamente em torno de um programa de forte orientação social e radicalmente diferenciado da prática política do tradicionalismo local:

No momento em que nós estávamos fortalecidos para exercer o governo, várias forças quiseram somar, e foi construída esta aliança de centro esquerda à esquerda. Tivemos então uma coligação bem diferenciada, do PSDB ao PC do B, ou talvez o inverso: essas forças é que giraram em torno de um comunista, ou em torno de um grupo de comunistas, que seria o PC do B. Na verdade, não foi o PC do B que foi juntou com as outras forças; foram as outras forças que chegaram junto ao PC do B. Essas forças foram, num primeiro momento, muito importante, porque se aliaram em uma cidade que tem uma tradição da presença de uma oligarquia, uma tradição de “feudalismo político” mesmo, daquela questão de “patrão mesmo”, de exclusão, por parte daquele pessoal que veio como os pioneiros, que se sentem donos da terra e somente eles, como se a prefeitura fosse extensão das porteiras de suas fazendas, do seu patrimônio. Então, já no primeiro momento após a nossa vitória, houve uma ruptura dentro do governo com essas forças. (Professora **Fátima Resende**, presidente do Partido dos Trabalhadores de Barra do Garças e Secretária de Educação da gestão popular ao longo dos quatro anos de governo. Entrevista, maio de 2008).

Se para a esquerda petista o fato em questão já representava um acontecimento raro e digno das mais efusivas comemorações, para a militância local comunista o momento era de êxtase total e inebriante. Entre sorrisos e lágrimas, a vitória nas urnas simbolizava, inequivocamente, o ápice de todo um período de reconstrução do Partido Comunista do Brasil no Vale do Araguaia, lembrado aqui com todo o orgulho por um dos seus quadros históricos da direção local:

A vitória de um prefeito comunista numa cidade do interior do Mato Grosso foi tida como uma vitória retumbante! Não é em qualquer dia e em qualquer lugar que, debaixo de uma oligarquia de 50 anos de tradição e mando, você constrói uma aliança; e que esta aliança é coroada por um comunista; e que este comunista é eleito prefeito. Isso é de grande significado nacional e para a direção do PCdoB, tanto político como pessoal, pois representou o ponto mais alto para mim desde que me desloquei de Goiânia para reconstruir o partido aqui na região. E, de fato, conseguimos! Depois de 24 anos de luta, elegemos o prefeito da nossa cidade! Foi sem dúvida um momento de glória. [...] (Professor **José Pessoa**, membro da direção e um dos fundadores do PCdoB em Barra do Garças. Entrevista em junho de 2008)

Tais alianças, contudo, não foram inicialmente bem absorvidas por determinados setores da esquerda da cidade. Alguns ativistas de “velha cepa” do movimento sindical dos professores públicos (no bom sentido do termo), formados e curtidos não só pelo sol inclemente do Araguaia, mas também por anos de luta contra as práticas e os vícios coronelistas daquelas paragens, testemunharam nas entrevistas que, à época, não foram chamados pelas lideranças partidárias maiores (tanto do PCdoB como do PT) para debater as composições que começavam a se formar em torno da candidatura comunista, especialmente nos meses finais da campanha. A velocidade dos acontecimentos não dava espaço à reflexões mais profundas, o que os obrigava a seguir o velho ditado de “trocar o pneu com o carro andando”. A partir dali, a esquerda de Barra ver-se-ia, repentinamente,

diante de um novo tempo, no qual governar consistiria em estabelecer “coabitações” ecléticas com forças políticas jamais imaginadas nos tempos da oposição. Repetia-se, portanto, de forma localizada, o mesmo processo que se desenvolvia na esfera federal com o presidente Lula, sempre em meio aos constantes acordos e “re-composições” diante das virtudes e diatribes de sua “base aliada” no Congresso Nacional.

Essa questão ficou evidenciada quando entrevistamos dois quadros importantes dos Sindicatos dos Trabalhadores de Educação de Mato Grosso (SINTEP-MT, seção Barra do Garças). Ao longo da conversa, ficou patente que, após três anos da vitória eleitoral das esquerdas barra-garcenses, uma “*lacuna mal resolvida*” permanecia entre os dirigentes da prefeitura e aqueles representantes sindicais, ainda que a estratégia de se manter alianças heterogêneas passasse a imprimir sua “necessidade histórica” no contexto brasileiro e local. Firmava-se, a partir daqueles anos, o que denominamos nesta tese de “*modelo democrático popular negociado*” (tratado em maiores detalhes no capítulo 4 e no Apêndice II), categorização nova diante da qual os quadros da esquerda brasileira, notadamente da sua base militante, seriam forçados a compreendê-la e, o mais difícil, com ela conviver:

- Foi um susto! Nós chegamos um determinado dia e nos foi anunciado essa aliança. E isso eu, na condição de filiado ao PT. No início, eu não sabia se aplaudia ou se “digeria” estas aliança. Não houve assim uma discussão. Mas, antes de fazer uma besteira, tipo desfiliar do partido, romper publicamente, aquela coisa toda, fui refletir. Aí a gente coloca os olhos no horizonte, vê os adversários, tal como agora...é difícil! A aliança deixou a gente “p” da vida, mas depois a gente tem sempre que tomar a decisão mais fria, mais tranqüila. Se você tomar a decisão de atitudes de ruptura, de desligamento ou de denúncias, você acaba fazendo exatamente o que os setores da direita conservadora querem que você faça. O PCdoB não tem quadros e, por isso, ele tem que lançar mão dessas estratégias de alianças. Além disso, falta ideologia ao nosso próprio professor. Muitos votam em candidatos que gastam milhares de reais para se eleger vereador aqui em Barra, acreditando que o camarada está com boas intenções. (**Omar Cirilo**, membro da Diretoria do SINTEP-MT, seção Barra do Garças, agosto de 2008).

- A aliança de 2004 foi um choque para nós. Estávamos aqui sonhando, pensando, quando ela veio. Ela não foi trabalhada na base. Mas, num dado momento, nós tivemos que aceitar. (**Marinalva Duarte**, diretora do SINTEP-MT, seção Barra do Garças, agosto de 2008)

As desconfianças em pauta não se restringiam ao universo militante da esquerda sindical. Algo semelhante se manifestou nas falas de alguns entrevistados no âmbito das escolas pesquisadas. Porém, talvez em função do caráter extremamente “*reservado*” de muitos de nossos interlocutores, especialmente naquelas semanas que antecediam a eleições municipais de 2008, em determinados casos não conseguíamos distinguir se a crítica partia de alguém identificado à direita, ao centro ou à esquerda da composição política nacional. Do mesmo modo, também não era fácil constatar, em vários desses momentos, se o interlocutor estava a favor ou contra o conjunto das ações da prefeitura

popular. Na nossa visão de hoje, é de se pensar que aquelas críticas partiam, provavelmente, de todos os posicionamentos citados. Ou, o que é mais seguro, de variações híbridas destes. De qualquer maneira, a nossa principal impressão sobre o imaginário dos entrevistados nos dá ao menos uma certeza: se de um lado as alianças em debate retiravam parte dos valores éticos e simbólicos da esquerda, do outro era patente que, sem elas, as correntes progressistas jamais chegariam à experiência de poder na cidade de Barra do Garças:

“A esquerda se uniu à direita para ter o poder. Há pouco tempo, a esquerda não tinha a mínima chance. Houve, portanto, uma mudança de mentalidade, em função de professor, de aluno, mas não uma mudança de fato na sociedade. Falta muito para caminhar, para a esquerda, assim, de fato, ficar consolidada, ao pé da palavra. (**Professor 3**, Escola Agrícola)

Dentre outras recordações sobre a campanha de 2004, havia o reconhecimento (quase unânime) de que o prefeito conservador que deixava o cargo não saía de forma alguma enfraquecido. Como estava no seu segundo mandato, Wanderlei Farias estava impedido de se candidatar, mas sua imagem de “*realizador*” e “*tocador de obras*”, em particular no setor de asfaltamento, lhe concedia de fato uma posição sólida no cenário político barra-garcense, independente do caráter oligárquico e autoritário tanto do seu governo como de sua personalidade (ambos reconhecidos igualmente de forma unânime entre os entrevistados). A maior parte dos nossos interlocutores foi convicta em afirmar que a vitória do prefeito comunista só aconteceu graças à divisão das oligarquias tradicionais na época, o que acabou por fragmentar as respectivas candidaturas do campo conservador. Comentaram também, tanto professores como dirigentes, que se construiu um “*acordo branco*” entre Wanderlei Farias e Zózimo Chaparral nas semanas finais que antecederam o pleito municipal de 2004, pois interessava ao primeiro enfraquecer ao máximo a campanha do seu primo, Wilmar Peres de Parias, para que ele próprio se consolidasse como a liderança absoluta das oligarquias locais:

O Chaparral foi eleito porque o Wanderlei não poderia se candidatar a um terceiro mandato. Porque, se este pudesse, eu acho que ele [Chaparral] não teria conseguido não. (**Prof. 6**, Escola Padre Sebastião Teixeira, setembro de 2008).

.Fundamental mesmo foi a aliança dele com o Miguelão (vereador situacionista na época), que, sob orientação do Wanderlei, permitiu o PCdoB aproveitar-se da briga das oligarquias, do Wanderlei com o Wilmar Peres (de Farias), e puxou todos esses votos para o Chaparral (**Prof. 7**, Escola Padre Sebastião Teixeira, setembro de 2008)

Tais contradições não eram inéditas na história política de Barra do Garças. Em outros períodos da região, as elites locais já tinham se dividido e disputado o poder entre si, inclusive com lutas sangrentas, como na época remota dos garimpos. Destas, a mais famosa foi a disputa travada entre os “*morcegos*” e os “*cai n’água*”, isto é, o embate violento

entre as facções conhecida como “Morbeck” X “Cavalinho” (Manuel Balbino de Carvalho), nos idos tempos da década de 1920. De acordo com VARJÃO (1985; 86), esta luta terminou com a chacina cruel do grupo de “Cavalinho” pelas milícias garimpeiras de José Morbeck, numa moldura típica do que havia de mais arcaico no coronelismo rural brasileiro da época:

[...] nem todos os companheiros de Cavalinho conseguem atingir a liberdade cruzando o rio e são capturados. O povo sai às ruas para pedir por suas vidas. O próprio padre da cidade pede clemência para os prisioneiros. Tudo em vão. Impiedosos, os morbeckistas os sacrificam, a faca, em praça pública. (VARJÃO, 1985:86)⁹⁸.

Mas, naquele ano de 2004, a diferença era marcante. Desta vez, havia uma candidatura de esquerda entre os leões conservadores da cidade. E uma candidatura que, além de encabeçada por um comunista de longa data (o que em si já era inédito na região), fora temperada por muito tempo nas lutas sociais e se mostrava agora com chances reais de vitória.

Essa era, de fato, uma situação excepcional na história da esquerda barra-garcense, e seus principais dirigentes sempre nos disseram que tinham a plena consciência dos riscos e das possibilidades de efetuar alianças com os grupos políticos da elite local. Porém, não poderiam em hipótese alguma desperdiçar a oportunidade histórica que se lhes vislumbrava logo adiante, isto é, “vencer Wilmar Peres de Farias”, um dos maiores ícones da tradição “conservadora/populista” barra-garcense, tendo sido vereador e prefeito da cidade por duas vezes, como também ex-deputado estadual, deputado federal, vice-governador e governador do estado de Mato Grosso (na condição de vice-governador que assumiu o lugar de Júlio Campos, PDS, em razão da posse deste no senado federal, em 1986). Veja-se, só para se ter uma idéia da dimensão do fato, a imagem trabalhada pela imprensa local do ex-líder político (falecido em 14 de março de 2006, aos 67 anos), publicada em importante revista da cidade durante a comemoração dos 60 anos de sua emancipação, em setembro de 2008:

Wilmar Peres era para muitos considerado o pai dos pobres. Ele conseguia arrastar multidões para os seus palanques. Como ele dizia: “*eu não tenho eleitores, tenho amigos*”. Dois anos sem Wilmar nos permite identificar com precisão o vácuo de lideranças que se formou no quadro político de Barra do Garças. [...] Sua morte encerrou um ciclo de políticos tradicionais e compromissados com o futuro de Barra do Garças. Que se caracterizavam

⁹⁸ Esta passagem da obra de Valdon Varjão poderia ser entendida como uma contradição às críticas que a ele endereçamos nos tópicos anteriores. Entretanto, não a vemos assim. Em que pese a descrição da cena, Valdon mantém o seu conservadorismo habitual. Como José Morbeck representava os desejos de soberania absoluta das áreas garimpeiras – e Cavalinho, por seu turno, as elites do governo estadual e os “impostos” - a maioria dos seus relatos sobre este conflito se posiciona, como no imaginário das demais elites passadas e presentes de Barra do Garças, francamente favorável a José Morbeck, tido por Valdon Varjão como um dos grandes heróis da região e, ao lado do Coronel Cristino Cortes, um dos principais “patriarcas” da cidade.

pelo sacerdócio político, dos abnegados que acreditam que fazer política é trabalhar e produzir em prol da sociedade e dos menos favorecidos.[...] Sabemos, porém, que o saudoso líder deixou sementes. Muitas que já germinaram na personalidade de alguns de seus liderados, que não têm participado diretamente da prática política do município, mas que podem assumir a responsabilidade a qualquer momento, e outras que estão nos novos postulantes e que serão definitivas para sustentar o seu crescimento político e econômico (Revista “Brasil Vip Mato Grosso”, ano I, Edição nº 4, , setembro de 2008, página 15. “*Barra do Garças 60 Anos*”)

Face às pressões do momento, os dirigentes da esquerda barra-garcense passaram a viver o estágio mais desafiador de qualquer movimento político comprometido com as mudanças e a justiça social, ou seja, a passagem do “ambiente oposicionista” para a construção da “governabilidade de Estado”, momento “mágico” no qual alguns princípios do passado cedem espaço (quando não o “lugar”) aos compromissos do presente em nome de um incerto e nebuloso futuro:

“Se as alianças que fizemos aqui tivessem acontecido em 1989, 90, provavelmente qualquer ação desta natureza seria demonizada. Hoje em dia, com o amadurecimento das forças políticas, há o amadurecimento de cada um e de todos nós, dentro e fora do partido, do “lado de cá” e “de lá”. No caso do Partido dos Trabalhadores, chegou-se à seguinte conclusão; sem aliança não se governa. Então, o que deve balizar essas alianças? O projeto político, respeitando-se as diferenças e costurando as possibilidades que nos levem a um mesmo projeto. Acima dos partidos, muitas vezes, existem as dimensões do que uma cidade precisa e como ela precisa [...] Provavelmente, já em 2004, haveria uma possibilidade de uma aliança somente entre o prefeito Chaparral, do PCdoB, e a atual secretária de educação, a professora Fátima Resende [então vereadora em segundo mandato pelo PT]. Mas qual era a leitura que a gente fazia? Era a de que dificilmente a gente avança só com esta aliança no campo da esquerda. É preciso compor com outras forças que pensam não só de forma diferente, mas que também representem outros segmentos fundamentais e importantes no desenvolvimento da cidade. Em 2004, ao invés de ficar teorizando muito em cima disto, houve um pragmatismo: vamos nos aliar para poder governar, tendo em vista que o que deve sustentar o governo popular sejam as idéias que fundamentam o governo popular (**Kiko**, entrevista em maio de 2008)

Esperançados pela possibilidade de vitória e dispostos a preencher todos os espaços disponíveis, os dirigentes progressistas lançaram as palavras de ordem que, como nos disse em entrevista o prefeito Chaparral, já vinham de longa data no interior da tradição comunista, quais sejam: “*unir sem se misturar*”, “*aliar-se sem perder a identidade*”⁹⁹. De fato,

⁹⁹ Como se pode observar num exame mais acurado de Lenin, especialmente em “Duas táticas da Social Democracia na Revolução Democrática”, a aliança com setores da burguesia não invalida, em determinados processos históricos, o programa e a construção do partido marxista revolucionário. Ao contrário do “radicalismo sem limites” que usualmente se atribui a teoria de Lênin, este nunca negou a importância dos processos de democratização liberal para o avanço político da classe trabalhadora, inclusive com a possibilidade de que, conforme o contexto, eles possam vir a ser mais benéficos às classes populares do que à própria burguesia enquanto classe dirigente: “La revolución burguesa es extremadamente beneficiosa para el

semelhante a outros períodos da história, não havia tempo para os comunistas barra-garcenses construírem um cenário ideal de ocupação da prefeitura, o que os obrigou a fazer as concessões necessárias para tornar possível a possibilidade de um novo bloco de poder na cidade. Em consequência, ao mesmo tempo em que retiravam a foice e o martelo dos panfletos públicos de campanha (reduzindo-os ao máximo ou substituindo-os com ênfase pelo nº 65 em vermelho, mas também ladeado por outras imagens e cores – Figuras 1 e 2), promoveram a mais ampla abertura no programa de governo apresentado à população, o qual se esforçava em atrair para o debate as principais classes e grupos tradicionais da cidade sem, no entanto, deixar de priorizar as classes trabalhadoras, os estudantes e demais aliados de longa data:

O plano de governo da coligação “BARRA DE TODOS, BARRA MELHOR!” é um compromisso com a sociedade barra-garcense. Expressa o nosso ideal de envolver todos os comprometidos com o progresso e o desenvolvimento de Barra do Garças: sindicatos, associações, clubes de serviço, maçonaria, igrejas, Ongs, pastorais, associação de moradores, profissionais liberais, comerciantes, empresários, produtores rurais, forças armadas, trabalhadores da cidade e do campo, estudantes e donas de casa. O Plano de Governo apresenta tudo aquilo que entendemos ser necessário para mudarmos destinos de nossa cidade. O plano está aberto ao debate e sugestões. Discuta as idéias e propostas com seus familiares, colegas de trabalho e amigos. A sua contribuição é muito importante para melhorar e ampliar as nossas propostas e garantir uma administração voltada para os anseios da população. Participe! Com forte abraço do **Chaparral**. (Programa público nas eleições de 2004, da Coligação “BARRA DE TODOS, BARRA MELHOR!” – PCdoB, PT, PTB, PSB, PSDB.

proletariado. La revolución burguesa es absolutamente necesaria para los intereses del proletariado. Cuanto más completa y decidida, cuanto más consecuente sea la revolución burguesa, tanto más garantizada se hallará la lucha del proletariado contra la burguesía por el socialismo. Esta conclusión puede parecer nueva, extranã ou paradójica, únicamente a los que ignoran el abecé del socialismo científico. Y de esta conclusión, dicho sea de paso, se desprende asimismo la tesis de que, en cierto sentido, la revolución burguesa és más beneficiosa para el proletariado que para la burguesía”. (LENIN, V.I: “Dos Tacticas de la Socialdemocracia en la Revolucion Democrática”. Ediciones en lenguas extranjeras, Moscú, p. 41). Outros exemplos de flexibilidade tática aparecem e várias passagens pontuam uma das obras mais conhecidas, Lênin, como a conhecida “Esquerdismo, a Doença Infantil do Comunismo”.

Figura 2: Apresentação do Plano de Governo da candidatura Chaparral. Eleições municipais de 2004

**BARRA DE TODOS,
BARRA MELHOR!**

**Plano
de Governo**

Um compromisso com você

O Plano de Governo da coligação “BARRA DE TODOS, BARRA MELHOR!” é um compromisso com a sociedade barragarcense. Expressa o nosso ideal de envolver todos os comprometidos com o progresso e o desenvolvimento de Barra do Garças: sindicatos, associações, clubes de serviço, maçonaria, igrejas, ongs, pastorais, associações de moradores, profissionais liberais, comerciantes, empresários, produtores rurais, forças armadas, trabalhadores da cidade e do campo, estudantes e donas de casa. O Plano de Governo apresenta tudo aquilo que entendemos ser necessário para mudar os destinos de nossa cidade.

O Plano está aberto ao debate e sugestões. Discuta as idéias e propostas com seus familiares, colegas de trabalho e amigos. A sua contribuição é muito importante para melhorar e ampliar nossas propostas e garantir uma administração voltada para os anseios da população. Participe!

*Um forte abraço do
Chaparral*

Figura 3 : Plano de Governo de Chaparral; eleições municipais de 2004. Barra do Garças.

**BARRA DE TODOS,
BARRA MELHOR!**







Chaparral

VICE: DONA MÁRCIA VALOES

P R E F E I T O

PC do B - PT - PTB - PSB - PSDB

VOTE EM NOSSOS VEREADORES E VEREADORAS

 VEREADOR Cascatinha 65.611 <small>Comunidade Indígena Barra do Garças</small>	 VEREADOR KIKO 13613 <small>Pro. Voto e Trabalho</small>	 VEREADOR Celso Spohr 40690 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>	 VEREADOR Messias Dantas 40456 <small>Associação da Saúde</small>	 VEREADOR Ronaldo Couto 65123 <small>A voz do Povo</small>	 VEREADOR Jeda ezequiel 14000 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>	 VEREADOR Xaxim 65651 <small>Serão, Xaxim e servidão</small>	 VEREADOR EDVALDO 65610 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>
 VEREADORA Andréia 14444 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>	 VEREADOR Carlito 40123 <small>O litão amigo</small>	 VEREADORA Eloisa 13000 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>	 VEREADOR João Evangelista 40777 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>	 VEREADOR Biroska 14321 <small>É hora de mover</small>	 VEREADOR Divino Arbués 13500 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>	 VEREADOR João Couto 65433 <small>Simples, Sincero e Trabalhador</small>	 VEREADOR Pastor Joel 65555 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>
 VEREADOR Claudio Valério 13013 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>	 VEREADOR Reginaldo 65265 <small>A voz dos Estudantes</small>	 VEREADOR Chico Estudanti 14123 <small>A voz da juventude</small>	 VEREADOR Paulo Henrique 65620 <small>Um grupo de amigos em defesa da cidade</small>	 VEREADOR JUNIOR 40124 <small>"A Força da Voto"</small>	 VEREADOR Deusdet 40000 <small>A nova força da Barra</small>	 VEREADOR CÍCERO de COIMB 40789 <small>Viver para Serão</small>	 VEREADOR CLAUDIONOR 14888 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>
 VEREADORA Lourdes 45555 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>	 VEREADOR Wilton 40111 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>	 VEREADOR Vânio 65333 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>	 VEREADOR Paraná 45777 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>	 VEREADOR Ailton Rocha 45333 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>	 VEREADOR Mário Nave de Souza 45678 <small>Associação de Produtores Agropecuários</small>		

Em meio ao novo contexto, o Partido Comunista do Brasil, em pleno acordo com o Partido dos Trabalhadores, tratou de se adequar rapidamente à principal característica das eleições municipais do interior brasileiro, qual seja: as alianças partidárias assumem uma coloração eclética e bastante distinta das esperadas afinidades ideológicas ou programáticas¹⁰⁰. Seguindo esta linha, os comunistas atraíram para a sua candidatura uma personalidade importante nas políticas de assistência social na cidade, Dona Marta Valoes, do PSDB, para compor a vaga da vice-prefeitura, composição esta cuja natureza dos propósitos continuou a ser defendida quatro anos depois, no palanque do primeiro discurso de abertura da campanha de 2008:

Quando nós definimos em 2004 que eu seria candidato à prefeito de Barra do Garças, nós construímos uma aliança política não só para ganhar a eleição, mas também para garantir a governabilidade. E naquele momento, em 2004, nós convidamos uma pessoa muito importante para aquele projeto político, que foi a candidata a vice-prefeita, Dona Márcia Valoes (PSDB). E eu convidei Dona Márcia porque o nosso projeto era, acima de tudo, construir e aplicar políticas públicas de inclusão social. E nada melhor do que uma pessoas que tinha uma trajetória de políticas de ação social. E Dona Márcia, com muita competência, com muita sabedoria, nos ajudou neste projeto que hoje é reconhecido em todo estado de Mato Grosso, como Barra do Garças sendo o município que mais investe no ser humano (**Prefeito Zózimo Chaparral**, discurso na abertura da campanha à reeleição, julho de 2008)

O esforço da esquerda em incidir sobre a divisão das elites da cidade foi ainda mais longe do que o imaginado em épocas passadas. Consolidada a união com o PSDB - a qual, para que pudesse ser concretizada, necessitou da intervenção da direção estadual deste partido no seu diretório local, sob a coordenação do então candidato a prefeito pela agremiação em Cuiabá, o deputado federal Wilson Santos¹⁰¹ –, a candidatura de Zózimo

¹⁰⁰ Os dados mostram que as alianças entre o PT e o PSDB, bem como com o DEM, aumentaram consideravelmente entre os pleitos municipais de 2000 e 2004. No primeiro caso, o crescimento foi de 60% (sendo que em 1998 já tinham feito alianças em 901 cidades), ao passo que no segundo atingiu a marca dos 250% (672 cidades). Para o Humberto Dantas, doutor em Ciências Políticas e conselheiro do “Movimento Vote Consciente”, estas alianças não significam apenas o reflexo do fisiologismo brasileiro, mas “de fatores que transcendem os interesses municipais”. Assim, ele defende a tese de que “podemos enterrar qualquer tipo de ideologia quando se trata de eleições locais. Não tem esquerda nem direita [...] o que acaba prevalecendo nos pleitos municipais são os acordos locais”. (“Agência Estado on line”; 25 de maio de 2008, 11:32 horas). Da nossa parte, vemos elementos pontuais de veracidade nesta observação, mas não concordamos com a integralidade do conteúdo em função da nossa própria experiência de pesquisa.

¹⁰¹ Wilson Santos, então deputado federal pelo PSDB, venceu naquele ano o pleito municipal em Cuiabá (reelegendo-se depois em 2008). Mas, ao contrário do seu grande amigo pessoal já de muitos anos, o comunista Zózimo Chaparral (como ambos sempre afirmam), não o fez enfrentando as elites tradicionais mato-grossenses, mas sim numa disputa acirradíssima no segundo turno (pela primeira vez em Cuiabá) contra o candidato Alexandre César, do PT (hoje deputado estadual). Nos bastidores e mesmo na história política da capital do estado, considera-se que a vitória de Wilson Santos nada teve de ética, visto que usou de denúncias falsas e fabricadas contra a família do candidato petista, prejudicando-o numa vitória tida anteriormente como certa, segundo as pesquisas de credenciados institutos nacionais. A falsidade destas denúncias foi tão evidente que, três anos depois, Alexandre César venceu todos os processos judiciais que abriu contra Wilson Santos, que foi

Chaparral costurou uma aliança temporária com alguns dos vereadores que davam sustentação ao então prefeito Wanderley Farias, com destaque à sua jovem sobrinha, Andréia Santos Soares (PTB), que disputou novo mandato na mesma chapa da coligação do PCdoB. A candidata, que viria a ser a presidente da Câmara dos Vereadores no início do governo Chaparral – como fruto de tais negociações – tornar-se-ia, no decorrer dos anos seguintes, uma das opositoras mais ferrenhas e implacáveis à administração do prefeito comunista, sendo então considerada, pela maioria dos dirigentes de esquerda que entrevistamos, como a grande articuladora do cerco político/institucional que a Câmara de Vereadores impôs à administração de Zózimo Chaparral por todo o período de sua gestão (2005/2008).

Contudo, naqueles meses de 2004, os resultados obtidos compensaram em grande medida os eventuais desgastes motivados pelas alianças. Após uma eficiente e inovadora campanha eleitoral, na qual as imagens de juventude, transparência, renovação, mudança e compromisso social combinaram-se de forma ímpar, as urnas se abriram e a bandeira vermelha histórica, com a sua característica foice e martelo no canto superior esquerdo, pôde então ser reerguida e, ao contrário dos tempos idos da guerrilha, tremular livremente às margens dos rios Garças e Araguaia, anunciando tempos de sonhos e vontades futuras de transformação.

3.2 – Oligarquias cambiantes, mas no comando.

Os acontecimentos em pauta já sinalizavam de antemão alguns problemas que se tornariam freqüentes após a posse da administração democrática popular. Porém, após vinte anos de militância, o momento das esquerdas não era de reflexões profundas, e sim de festa e comemoração. A tempestade que desabaria sobre o novo governo só ocorreria de fato a partir do 1º semestre da administração popular, quando a Câmara municipal imprimiria o cerco político sobre o executivo municipal.

Inicialmente, exceto pelas “armadilhas” que, como veremos mais a frente, foram cuidadosamente instaladas pela gestão que se retirava para minar a governabilidade do projeto vencedor, os meses que separaram o resultado das urnas e os primeiros dias após a posse mantiveram-se relativamente calmos. Afinal, se levarmos em consideração o caráter oligárquico das elites políticas de Barra do Garças, pode-se dizer que a vitória das forças de

condenado a pagar pesadas indenizações pelo dano moral causado à época. Posteriormente, o candidato petista solicitou à justiça que estas indenizações se convertessem em apoio material à Universidade Federal de Mato Grosso, onde leciona no departamento de Direito. O fato intensificou a já áspera e tradicional rivalidade PT X PSDB em Cuiabá e, por extensão, em boa parte do estado. Portanto, a aliança dos partidos de esquerda com o PSDB de Barra era realmente um fato “sui-generis” na história recente das composições partidárias mato-grossenses.

esquerda fora aceita pelos seus adversários com certa tranqüilidade. Estes não se utilizaram de nenhum instrumento de natureza política ou jurídica para tentar impedir a posse dos novos gestores. Pelo contrário: os testemunhos apontam até mesmo para um clima de respeito e cordialidade que se desenvolveu entre os representantes da esquerda e o candidato derrotado, Vilmar Peres de Farias. Tanto assim que, quatro anos depois, já nos comícios da campanha pela reeleição de 2008, Chaparral passou a mencionar com freqüência a famosa visita que lhe fizera o antigo adversário (falecido em 2006) logo no início do seu mandato:

Eu digo com muita tranqüilidade: nós fomos adversários, mas nós não fomos inimigos. E nós dois, Vilmar e Chaparral, tínhamos algo em comum, que era o amor por Barra do Garças. E eu quero aqui relatar um fato que muitos barra-garcenses não têm conhecimento. Logo após a eleições que eu venci, em 2004, eu recebi uma carta do Vilmar Peres me desejando êxito, me desejando sucesso, me desejando vitória enquanto prefeito municipal. No primeiro dia da minha administração, eu recebi um telefonema de Vilmar Peres, que falou bem assim: “- *aqui é Vilmar Peres, e eu gostaria que o senhor me agendasse o dia que eu poderia ir ao seu gabinete*”. Eu respondi: “- Vilmar, você não precisa de agenda. Você chegando aqui será atendido de imediato”. E assim o fiz, e assim Vilmar também o fez, porque aquele gabinete é o gabinete do povo. E sabem pra quê ele foi no “meu” gabinete? Para estender a mão e dizer: “*Prefeito, eu desejo sucesso, eu desejo êxito na sua administração, porque Barra do Garças é maior do que as nossas diferenças. Barra do Garças é maior do que nós dois*” (**Prefeito Zózimo Chaparral**, discurso no 1º comício de abertura da campanha à reeleição, julho de 2008).

Poderíamos rebater, a partir do usual “distanciamento do pesquisador”, que aquela recordação era apenas uma necessidade para consolidar, mais uma vez, a nova aliança que se iniciava na campanha pela reeleição em 2008. Naquele ano, era o filho de Vilmar Peres de Farias, o jovem empresário Roberto Farias (PP), que compunha a vice-liderança na chapa do PCdoB e do PT, contra Wanderlei Farias (PR), aliado desta vez ao DEM e ao PSB. Porém, em conversas com outros dirigentes da esquerda de Barra, tudo parece indicar que Chaparral falava a verdade. Segundo estes testemunhos, o “velho Vilmar Peres” tinha lá os seus defeitos característicos dos oligarcas locais; mas, ao contrário de antigos e novos “patriarcas”, não era gratuitamente rancoroso nem dado à ações vingativas a bel prazer.

Por fim, a movimentação das alianças indicava claramente a permanência do caráter oligárquico da política barra-garcense. Em 2004, o PCdoB enfrentou nas urnas um ex-prefeito de sobrenome “Farias”, com o “apoio velado” do então prefeito também “Farias” e em aliança direta com a sobrinha deste como candidata a vereadora. Depois, ao longo do governo popular, seria respeitado pelo ‘velho’ “Farias” contra quem concorreu, e sofreria uma oposição implacável de parte dos “Farias” que o tinham apoiado anteriormente. Na reeleição de 2008, o PCdoB enfrentaria novamente estes “Farias” da oposição implacável

ao seu governo, mas agora em aliança direta com o filho daquele velho “Farias” contra quem se opusera nos anos anteriores

Tal comentário não visa absolutamente desmerecer os fatos, a história ou população da cidade de Barra do Garças. Ela apenas nos mostra a evidente constatação de que o processo de democratização da sociedade brasileira, tida por muitos como já concluído e consolidado, necessita ainda de um longo processo de maturação política e desenvolvimento sociocultural nas bases municipais.

3.3 - “Chegada ao poder” ou “ocupação alternativa da ordem”? Reexaminado os resultados eleitorais de 2004 em Barra do Garças.

Enquanto a classe oprimida, portanto, em nosso caso, o proletariado, ainda não estiver madura para a sua autoliberação, ela há de reconhecer, em sua maioria, a ordenação existente como a única possível e ser, politicamente, a cauda da classe dos capitalistas, a sua ala de extrema-esquerda. Mas à medida que ela contra-amadurece a sua auto-emancipação, nessa medida elas se constitui como partido próprio, elege os seus próprios representantes, não os dos capitalistas. O sufrágio universal é, assim, a escala da maturidade da classe dos trabalhadores. No Estado atual, não pode nem poderá nunca ser mais do que isso; mas isso também basta. No dia em que o termômetro do sufrágio universal registrar o ponto de ebulição entre os trabalhadores, eles saberão, tanto quanto os capitalistas, onde estão (ENGELS: “O Curso Histórico das Civilizações [1877], 2003:332)

O ponto de ebulição ao qual se refere Engels se encontra ainda nas primeiras escalas dos termômetros de Barra do Garças. Embora tenha sido doce, o sabor da vitória seria breve para as esquerdas da cidade. As dificuldades que estariam por vir seriam inúmeras, e o eleitorado que lhes apeava à prefeitura era o mesmo que lhes negava uma base sólida de sustentação. Uma análise mais apurada dos resultados das urnas já indicava, de forma evidente, a fragilidade da posição que acabavam de conquistar.

Na ausência do segundo turno (como ocorre na quase totalidade dos municípios do interior de Mato Grosso), a “frente popular negociada” fora eleita com 39% dos votos, portanto, pouco mais de 1/3 dos votos válidos. Além disso, se levamos em conta o percentual de abstenção do eleitorado, somado aos votos nulos e brancos, esses números se reduzem ainda mais, sinalizando que, em tese, o prefeito comunista iniciaria sua gestão com o respaldo direto de no máximo 30% do colégio eleitoral da cidade:

Tabela 2 - Resultado das eleições municipais de 2004 em Barra do Garças

CANDIDATOS:	Nº de votos:	Percentual entre os votos nominais: 29.957.	Percentual entre os votos válidos + brancos e nulos: 31.440. (80,22% do colégio eleitoral)	Percentual em relação ao colégio eleitoral de Barra do Garças: 39.192 (2004)
1º- Zózimo Wellington Chaparral (PCdoB).	11.686	39 %	37,1 %	29,8%
2º - Wilmar Peres de Farias (PP)	9.455	31,5 %	30 %	24,1 %
3º - Adalto de Fretas Filho (“Daltinho”, PMDB)	5.875	19,6 %	18,6 %	14,9 %
4º- Miguel Moreira da Silva (PFL)	2941	9,8 %	9.3 %	7,5%
- Nulos:	1.194	3,7 %	3,7 %	3,0%
- Brancos:	289	0,9 %	0.9 %	0,7
- Abstenções:	7.752	-	-	19,78 %

Fonte: site do TRE - 2008

Muitas interpretações podem daí ser retiradas. Da nossa parte, escolhemos a hipótese que supõe delimitar a referência política/ideológica do eleitorado a partir da identificação do voto em determinados partidos, mesmo reconhecendo, conforme dissemos há pouco, as imprecisões desta opção diante da cultura política do país e do contexto socioeconômico fragmentado do interior brasileiro. Assim, se aplicarmos aos resultados o hipotético raciocínio de que os votos não dados ao candidato do PCdoB pertencem ao campo conservador (o que, pela nossa experiência na cidade, pode ser afirmado com certa margem de segurança, uma vez que o candidato do PMDB não é afiliado à ala esquerda do seu partido, mas sim ao empresariado tradicional do município¹⁰²), a somatória dos votos identificados com as forças de “centro-direita” ou do “centro liberal” é explicitamente majoritária em relação ao campo da esquerda democrática, ou seja, 60,9 x 39% dos votos (21,9 % de diferença). E se forcarmos a hipótese além do seu limite, isto é, ao

¹⁰² Que o diga o próprio deputado estadual Adauto de Freitas Filho (Daltinho), empresário e pecuarista natural de Jataí (GO). Numa reportagem propagandística sobre o seu mandato de 2006/2010 (“Daltinho 100% Araguaia”), para o qual foi eleito com “a maior votação da história de Barra do Garças e do Araguaia para a Assembléia Legislativa do MT” (26.133 votos), Daltinho afirma em voz própria que o PMDB “tem em Mato Grosso correntes diversas e com algumas divergências localizadas, mas que se afinam no essencial. O deputado estadual Zé Carlos do Pátio faz parte da ala oposicionista; nosso vice-governador, Sinval Barbosa, compõe a ala governista; eu, o deputado federal Carlos Bezerra, e alguns companheiros compomos a ala conservadora sem divergirmos no essencial, que é o bem do Araguaia” (Revista “Brasil Vip”, ano 1, Edição n 4, setembro de 2008, página 17)

considerarmos que os votos nulos, brancos e abstenções representam, supostamente, uma fração do eleitorado despolitizada ou indiferente às mobilizações sociais (dado que em Barra do Garças não há movimentos de perfil anarquista, de extrema esquerda ou “pós-moderno” de peso), a diferença desfavorável ao campo da esquerda democrática aumenta ainda mais: 69,9 % x 29,8 % (40,1% de diferença).

Também examinamos em detalhes as eleições para vereadores, peça fundamental de oposição ao governo Chaparral nos anos do seu mandato. Comparada ao êxito da campanha para o executivo, o desempenho da esquerda na disputa para a Câmara Municipal foi abaixo do esperado. Com as escolhas que foram traçadas, a “*bancada orgânica*” dos partidos de esquerda na casa, que na legislatura de 1997/2000 chegara a ter dois quadros de peso – Fátima Resende (PT) e Chaparral (PCdoB) – desta vez deixara de existir. A primeira, depois de dois mandatos na vereança da cidade, por razões pessoais não se candidatou em 2004, pois viria a ser a secretária de educação de Chaparral caso este obtivesse a vitória. O professor Kiko (PT), por uma série de fatores, não conseguiu ser eleito naquele pleito. Como conseqüência, exceto pela eleição de um candidato do PCdoB, e ainda assim sem ligações orgânicas com o partido (tanto que trocaria de legenda e passaria à oposição antes da metade do mandato de Chaparral), o controle da casa estaria mais uma vez sob a influência direta das oligarquias familiares do passado:

Tabela 3 - Resultado das eleições para vereadores em Barra do Garças, 2004.

<u>CANDIDATO ELEITO:</u>	- I) Nº de votos; - II) Posicionamento político em relação às oligarquias familiares em debate: 1) De esquerda e de oposição às oligarquias; 2) Independente; 3) Fraca ligação; 4) Média ligação 5) Forte ligação. - III) Forma de ligação com as oligarquias familiares: “Orgânica”; “Não orgânica”
1º) Maria José de Carvalho (PP)	I) 1.170 votos; II) Forte ligação; III) Não orgânica
2º) Ronaldo Couto (PCdoB)	I) 1027 votos; II) Inicialmente, de esquerda; a partir de 2006, fraca ligação; III) Não orgânica
3º) Andréia Santos (PTB)	I) 996 votos; II) Forte Ligação; III) Orgânica
4º) Ailton Alves Teixeira (PTB)	I) 881 votos; II) Fraca ligação; III) Não orgânica
5º) Celso Martins Spohr (PSB)	I) 855 votos; II) Fraca ligação; III) Não Orgânica
6) Rodrigo Ragiotto (PP)	I) 768 votos; II) Forte ligação; III) Não orgânica
7º) Walter Naves (PSDB)	I) 766 votos; II) Forte ligação; III) Orgânica
8) Sonia Nunes dos Santos (PV)	I) 755 votos; II) Forte ligação; III) Orgânica

9º) Weliton Marcos (PMDB)	I) 640 votos; II) Forte ligação; III) Orgânica
10º) Antonia Jacob (PL)	I) 635 votos; II) Forte ligação; III) Orgânica
TOTAL DOS ELEITOS	8493 VOTOS (30% dos votos nominais para a vereança: 28.253)

Fonte: site TRE, 2004

Os números observados demonstram a força da tradição conservadora. Mesmo depois de uma campanha inédita na história cidade, na qual se configurou um “arejamento” real nos velhos debates dominados pelas oligarquias, esta permaneceu praticamente intacta no controle do poder legislativo local. Sete dos dez vereadores mantinham fortes ligações com os tradicionais mandatários, sendo que destes cinco eram pautados por “ligações orgânicas”, isto é, com graus variáveis de parentesco ou de negócios privados na vida pessoal e social.

Mantinha-se, portanto, a longa tradição histórica que sempre permaneceu como um dos maiores problemas dos governos de esquerda latino-americanos ao longo do século XX. Depois de eleitos, os mandatos democrático-populares são bloqueados em muitas de suas ações devido à representação francamente minoritária nas casas legislativas, sejam elas municipais, estaduais ou federais¹⁰³. Ainda que os novos dirigentes contem com relativo apoio dos movimentos sociais mais organizados do campo popular, as bancadas legislativas de sustentação a esses governos assentam-se sobre a inconstância das negociações específicas e individualizadas, realizadas com partidos de perfil variável, clientelista e heterogêneo.

Uma análise complementar sobre as eleições da Câmara revelam outros dados passíveis de reflexão. O total de votos nominais para a Câmara foi de 28.253, portanto, 94,3 % em relação à votação para prefeito. Os votos brancos foram um pouco mais elevados (354 x 289), porém os nulos foram menores (507 x 1194). Se nos concentrarmos somente nestes números, pode-se dizer que ela foi suficientemente representativa, uma vez que, no cômputo geral de votos, os resultados foram próximos à disputa para o cargo majoritário. Entretanto, quando se verifica a representatividade dos eleitos, o quadro se altera significativamente. A somatória dos vereadores eleitos chegou 8.493, portanto, 30% do total dos votos nominais para a Câmara e 21,6% do colégio eleitoral de Barra do Garças. Isto significa que 70% a 78.4% do eleitorado não se fez representar na Câmara da cidade, seguindo assim a usual tendência brasileira de pulverização e fragmentação dos votos nas

¹⁰³ Ressalte-se aqui as novas exceções a regra, tais como as configurações políticas que se constituíram na América Latina a partir do século XXI, com os governos de Hugo Chavez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador). Estes, através de reformas constitucionais e plebiscitos, lograram obter a maioria nos seus respectivos parlamentos até o presente momento.

eleições para as casas legislativas municipais e, como consequência, também nas assembleias estaduais e no Congresso Nacional (ALMEIDA, 2008).

Quando examinamos esta questão no tocante à representação legislativa de Chaparral em 2004, a disparidade é patente. Ao ser eleito, o (então) vereador do PCdoB, Ronaldo Couto, com 1027 votos, representava, respectivamente, 2,65% do colégio eleitoral; 3,4% dos votos nominais para prefeito; 3,65% dos votos nominais para a vereança e 12% dentre os votos destinados aos eleitos para Câmara municipal. Traduzindo estes números para uma suposição abstrata (ou mesmo irreal, reconhecemos), diríamos que, “*contrários*” ou “*indiferentes*” ao representante do prefeito na Câmara Municipal estavam 97,3% dos eleitores totais, 96,6% dos que foram às urnas, 96,3% dos que votaram em seus concorrentes para a Câmara e 88% daqueles que tiveram seus candidatos a vereador vitoriosos. É óbvio que tais comparações não são qualitativamente verdadeiras, mas ao menos indicam as incongruências do nosso atual sistema de representação partidária/eleitoral.

Entretanto, no que se refere à inserção dos partidos no pleito de 2004, algumas observações diferenciadas podem ser extraídas. Do total dos votos em legenda (2.326, ou seja, 7,40% do total), o PCdoB atinge, sozinho, 576 votos (24,7%). Como se trata de um partido pequeno no quadro nacional, a primeira impressão é a de que neste caso predominou a tradição política brasileira da “pessoalidade”, ou seja, de seguir o voto “na liderança” ou na “pessoa do candidato” majoritário. Isso explica, em parte, porque o Partido Comunista Brasil foi a agremiação mais votada no seio de um eleitorado que, de acordo com a hipótese anteriormente trabalhada, avaliamos como majoritariamente conservador:

Tabela 4 - Votos em legenda – Eleições municipais de Barra do Garças: 2004 - Total = 2.326 (7,40% dos votos válidos)

1º - PCdoB: 576	5º - PDT: 140	9º - PL: 62	13º - PSL: 33	17º - PTC: 7
2º - PP: 552	6º - PSB: 89	10º - PTB: 58	14º - PT: 28	18º - PSDC: 6
3º - PMDB: 264	7º - PSDB: 87	11º - PPS: 56	15º PMN: 16	19º - PHS: 3
4º - PFL: 232	8º - PV: 67	12º - PSTU: 38	16º - PTN: 11	20º - PSC: 1

Fonte: TRE, 2004.

Por outro lado, há o consenso entre os analistas eleitorais de que o voto na legenda é, em tese, o mais identificado com os programas dos partidos políticos, portanto, o voto mais ideológico. Neste caso, pode-se relacionar a primeira colocação do PCdoB à sua inegável história da luta nos movimentos sociais de Barra do Garças. Se tomarmos por base o depoimento do professor José Pessoa, importante membro do partido no diretório

municipal, este resultado significaria o reflexo da trajetória pioneira do PCdoB na mobilização dos trabalhadores da cidade na década de 1980, o que acabou por transformá-lo na agremiação de esquerda mais influente nos círculos progressistas locais:

[...] Até a vitória de 2004, a atuação social da esquerda na cidade era um processo construído principalmente pelo Partido Comunista. Isso ninguém pode negar! Mais do que o PT até! A construção da esquerda de Barra do Garças está ligada à construção do Partido Comunista do Brasil. É o PCdoB que reconstruiu os sindicatos em Barra, os grêmios estudantis, elegeu os primeiros vereadores de esquerda na cidade e o primeiro prefeito de esquerda em Aragarças. E o PT segue em paralelo (**Professor José Pessoa**, membro da direção e um dos fundadores do PCdoB em Barra do Garças. Entrevista em junho de 2008).

A defesa anterior é uma hipótese plausível para se compreender a predominância da sigla comunista sobre os demais partidos “*organicamente de esquerda*” nas eleições de 2004. Somando-se os votos em legenda do PCdoB, do PT e do PSTU¹⁰⁴, alcança-se a cifra de 642 votos, ou seja, 27,6% do total. Destes, o primeiro tem, sozinho, 576 votos, isto é, 89,7 % do bloco da esquerda, ao passo que o PT, o maior partido de massas da história do Brasil (e que obteve 17.133 votos na cidade para o presidente Lula na sua vitória em 2002, contra 8.650 de Serra, do PSDB), perfaz apenas 28 votos (4,3% do referido bloco).

Já os demais partidos fora do “campo orgânico da esquerda” alcançaram 1684 votos (72,3%), divididos aqui hipoteticamente em “partidos de centro-esquerda”, com 285 votos (12,2%); “partidos do centro liberal”, com 554 votos (23,1%); e “partidos conservadores”, com 845 votos (36,3%). Contudo, embora não seja necessariamente o caso do bloco da esquerda, sabemos que os partidos no interior do Brasil costumam se comportar, como já o dissemos mais de uma vez, de forma completamente distinta dos programas políticos que lhes deram origem (ALMEIDA, 2008; DANTAS, 2008). Nesse sentido, à exceção do bloco comentado, a tabela a seguir revela seguramente apenas parte do perfil ideológico daquelas eleições, dado que não representa a especificidade de cada partido no contexto político real de Barra do Garças:

¹⁰⁴ Este, aliás, uma surpresa no cômputo das legendas para os padrões locais, mas que posteriormente não exerceu praticamente nenhuma influência política nos círculos progressistas do movimento social do município. Conversando com Kiko e alguns outros militantes da esquerda sobre a questão do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, de referência trotskista), a maioria foi convicta em afirmar que o partido não existe na cidade (de fato, não há diretório nem sede, como pudemos comprovar). A explicação que se tem para o fato é a de que, fruto de iniciativas individuais, foi uma forma de “voto de protesto”, influenciada pelo slogan da organização nas eleições presidenciais realizadas dois anos antes: “Contra burguês, vote 16!”. Já nas eleições municipais de 2008, o PSTU não aparece com nenhum voto em legenda.

Tabela 5 - Voto em legenda em Barra do Garças: eleições municipais de 2004 -

Partidos de esquerda orgânicos:	Todos os demais partidos.	Partidos de "centro-esquerda".	Partidos do "centro liberal".	Partidos "historicamente conservadores".	Partidos da Coligação vencedora
PCdoB; PT; PSTU;	PP; PMDB; PFL; PDT; PSB; PSDB; PV; PL; PTB; PPS; PSL; PMN; PTN; PTC; PSDC; PHS, PSC	PDT; PSB; PPS;	PMDB; PSDB; PV; PL; PTB; PMN;	PP; PFL; PSL; PTN; PTC; PSDC; PHS; PSC	PCdoB; PT; PSB; PTB; PSDB
642 votos (27,6%)	1684 votos (72,3%)	285 votos (12,2%)	554 votos (23,1%)	845 votos (36%)	838 votos 36%

- Identificação das legendas por perfil histórico/programático em nível nacional (Fonte: TRE, 2004)

As distorções comentadas não desmerecem algumas "evidências empíricas" a serem observadas a partir dos quadros apresentados. Afinal, os dados confirmam alguns sintomas que coincidem com o perfil geral do pleito municipal de 2004, ou seja: as forças progressistas da cidade são importantes e representam sem dúvida uma parcela ativa e mobilizada da população barra-garcense, mas suas ações ocorrem sob cerco conservador e forte pressão de grupos tradicionais oligárquicos. Em meio a este ambiente, parece estar comprovada a tese de que, sozinhas, elas não obtêm a maioria nas urnas nem governam por si próprias a administração municipal. Portanto, diante da possibilidade de se implementar projetos educacionais de larga inclusão social, a esquerda barra-garcense não está em condições de debater se deve ou não empreender alianças pontuais ou mesmo concretas com setores do conservadorismo da cidade. Trata-se, sim, de debater com quais deles e a forma de se fazê-las.

3.4 – A Posse - Primeiros frutos: abertura e transparência.

O novo e jovem (38 anos) dirigente comunista assumiu a prefeitura com júbilo e festa naquele primeiro de janeiro de 2005. Logo de início, imprimia um novo estilo de governar que seria reconhecido como a marca do seu governo por toda a gestão, qual seja: a participação popular na administração e nos assuntos cotidianos da prefeitura. Assim, após o ato solene de posse na Câmara dos Vereadores, nada de pompas, almoços, jantares em clubes sociais ou ricas fazendas de gado nelore, com a estratégica presença de alguns "líderes comunitários" e convidados populares "sob medida". Invertendo hábitos tradicionais, o novo prefeito saiu caminhando pelas ruas próximas da cidade e, misturado-se aos simpatizantes e populares das diversas classes e grupos sociais, convidou-os para se dirigirem com ele ao "paço municipal", situado a alguns quarteirões dali.

O pedido foi atendido de pronto. A multidão, alegre e sorridente, cruzou a Avenida Ministro João Alberto - trecho local da rodovia federal BR 070 e principal artéria que corta toda a cidade no seu aspecto físico, histórico e cultural - e seguiu pelas ruas aquele “jovem” de perfil alto e esguio, cuja simpatia e irreverência são reconhecidas por adeptos e adversários¹⁰⁵. Chegando ao objetivo, o novo gestor adentrou no prédio da prefeitura e, literalmente, “*abriu as portas do gabinete ao povo*”. Populares entravam e sentavam livremente nos gabinetes e nas salas do edifício envidraçado de estilo moderno, cercado de árvores frondosas e situado num bairro aprazível e aconchegante, aliás, uma característica típica de muitos dos bairros centrais da cidade situados a alguns quarteirões da referida Avenida, esta sim, congestionada pelo tráfico incessante de motocicletas, automóveis, caminhões pesados e ônibus urbanos e interestaduais.

O ato, em si, exceto pelo forte calor do sol do meio dia do Araguaia (o que muitos barra-garcenses lá nascidos tiram de letra), não exigia de fato grandes sacrifícios físicos. Mas, em se tratando de ambiente oligárquico, a simbologia da iniciativa tornava-se, naquele momento, revolucionária. Ao invés da posse do eleito representar, como é de hábito em grande parte da consciência popular, sua passagem do “mundo dos comuns” para os mistérios do “mundo do poder” – ou, como talvez o dissesse Gramsci, de “transferi-lo” da “sociedade civil” à “sociedade política” – este voltava, tal como o candidato idealizado em campanha, aos braços daqueles que lhe permitiram conquistar a posição almejada.

Não se pode dizer que tal iniciativa assentava-se exclusivamente sobre bases demagógicas ou meramente populistas. A intenção de manter a prefeitura *aberta ao povo* era realmente autêntica, e permaneceu assim durante os quatro anos do governo democrática popular, como pudemos presenciar pelas falas da maioria dos nossos interlocutores (inclusive de adversários e ex-secretários de Wanderlei Farias) e mesmo por nossa observação direta no tempo em que lá permanecemos.

Tal característica, contudo, não livrou a prefeitura popular dos graves problemas que a cercaram desde o início. Logo os dirigentes de esquerda aprenderiam uma das maiores e mais amargas contradições do mundo político: “*ser popular*”, conforme o contexto de atuação, não assegura “*manter-se na popularidade*”. Do mesmo modo, “*portas abertas ao diálogo*” não constroem, por si mesmas, o consenso necessário diante dos adversários, nem a esperada compreensão dos setores mais humildes da população. Isto foi revelado quando Chaparral criou “*o dia de conversação direta com o prefeito*” (nas quartas-feiras), no qual ele recebia diretamente em seu gabinete o cidadão comum, agendado por ordem de chegada. De acordo com as recordações que registramos, tanto de dirigentes como de populares,

¹⁰⁵ Veja-se, no capítulo seguinte, a entrevista da vereadora Antônia Jacob (PR), uma das opositoristas mais incisivas (segundo a militância de esquerda), à administração de Chaparral nos anos de 2005 a 2008

houve dias em que o prefeito comunista recebeu seguidamente mais de oitenta pessoas, começando às sete da manhã e se estendendo para depois das dezenove horas, por muitas vezes sem ao menos poder almoçar.

O resultado de tal iniciativa foi, como nos compete interpretar depois de várias entrevistas com os participantes dessa epopéia, mais duvidoso do que produtivo. Como a cultura política local ainda se assenta sobre forte base clientelista e fisiológica (o que, diga-se de passagem, não é uma característica exclusiva de Barra do Garças, mas sim de todo o país), parte significativa dos agendados recorria a esses encontros mais na intenção de pedir favores pessoais do que clamar por demandas de ordem coletiva. Dessa forma, os pedidos ao novo dirigente nem sempre eram compatíveis com o ambiente institucional de “*legalidade cidadã*”, que a prefeitura popular lutava para tornar-se a regra, não a exceção. Com efeito, ao não ser atendido de acordo com o nível de compreensão das suas aspirações e cultura política (ou seja, aguardando alguma promessa direta e pessoal, ainda que não fosse cumprida, como bem o fazem muitos dos políticos conservadores no Brasil), não eram poucos os cidadãos que, humildes ou não, saíam de lá mais insatisfeitos do que quando entraram, gerando dessa forma possíveis focos de antagonismo pessoal dos quais a oposição saberia muito bem se aproveitar.

Kiko, no último mês de sua chefia de gabinete na prefeitura, em julho de 2008, relata com precisão um conjunto de aspirações que, à semelhança de décadas passadas, ainda sobrevive com força e pujança no interior brasileiro:

“Nós, que estamos hoje no comando da administração da prefeitura, representamos uma ruptura com estes laços oligárquicos familiares. Estes, uma vez rompidos, nos trazem transtornos. Muita gente, ao longo do tempo, viveu das benesses desse poderio, inclusive nas camadas populares, passando por todos os campos, com uma política assistencialista, do “toma lá, dá cá”, do sapato, da cesta básica, do contrato na prefeitura. É o amigo, é o irmão, é o irmão do amigo, é o primo, é o cunhado, O co-cunhado....”
(Kiko, julho de 2008)

Não só os novos dirigentes percebiam as dificuldades de se lidar com as “demandas clientelistas” provocadas pela herança oligárquica. Muitos dos professores entrevistados também nos lembraram a continuidade desse comportamento em ampla parcela dos moradores da cidade, disseminado nas mais diversas camadas, grupos e classes sociais. Tais hábitos, formados ao longo de todo um período histórico de dependência individual, continuavam a compreender o poder público como um “espaço” onde se “negociam” favores, interesses próprios e familiares, a partir dos quais se concretiza toda uma rede de apoios de ordem política/eleitoral:

“A população não está bem esclarecida até onde também este prefeito pode, até onde ele consegue resolver. Eu acho que a população ainda está...assim...voltada àquele tempo do “coronelismo”, infelizmente. O homem do povo vai lá (na prefeitura) e quer que o prefeito resolva o “seu”

problema, não o problema do bem comum, de todos, não é? Então talvez é por isso que nós estamos um pouco apreensivos até com o resultado destas eleições. (**Professora 3**; Escola Moreira Cabral, setembro de 2008)

Contudo, as “portas abertas” da prefeitura não trouxeram somente prejuízos políticos ao governo democrático popular. Com o tempo, outras parcelas da sociedade reconheceram o mérito do novo estilo, entre elas o setor da educação, seguramente um dos mais beneficiados pela nova abertura. Nas escolas pesquisadas, ficou evidente que, exceto pelos docentes da escola rural mais afastada da sede (os quais reclamaram de certo distanciamento não na postura do novo prefeito, mas de maior informação e proximidade física, crítica esta que se estendia às administrações passadas), a ampla maioria dos professores reconhecia que Chaparral rompera de fato com as práticas administrativas tradicionais da cidade, marcadas pela ausência de preocupação dos mandatários em promover o acesso da categoria ao espaço físico da secretaria municipal de educação:

[...] A população dá o voto mas esquece de participar. O outro prefeito não ligava muito para as associações de moradores, ele apagou a figura do presidente de bairro, das associações, não existiam as associações. Ele (Chaparral) deu abertura, abriu as portas, as oportunidades às lideranças de bairro. Tanto que a gente vê agora presidente de associação junto com ele de novo. Ele deu as oportunidades de as pessoas irem até ele, porque antes você não “achava” o prefeito na prefeitura. Não existia um gestor.... – existia, assim, um “líder”... (Professora 2); - Sim, [completa professora 1] um “líder”..., mas um líder que não atendia a população! (**Professoras 1 e 2**; Escola Moreira Cabral, setembro de 2008).

Nós vivemos por muitos anos no coronelismo. E essa administração é totalmente diferente nesse sentido. Antigamente, para você falar com o prefeito, tinha que se humilhar, ficar dois, três dias na prefeitura ... ficava esperando e não conseguia! E esse atual não, você vai lá e consegue falar. A Secretária de Educação, a Fátima Resende, sacrificava o seu período de trabalho para poder nos atender. E era assim com o pessoal popular em geral, com todo mundo. Então, nessa forma, a atual gestão superou em muito as demais do passado. Nós tivemos livre acesso à prefeitura, livre acesso à folha de pagamento, essas coisas que, antes, a gente não sabia de nada. A gente teve a presença e a participação dos indígenas na nossa formação continuada... [...] (**Professora 1**, Escola Padre Sebastião Teixeira, agosto de 2008).

Tal abertura teve repercussão ainda maior nos setores minoritários e historicamente “esquecidos” pelas oligarquias familiares. Grande foi o reconhecimento da democratização da prefeitura entre os vários grupos étnicos/culturais que habitam as adjacências dos mais de 9.000 km² do município de Barra do Garças. Um dos melhores depoimentos sobre essa transparência nos foi dado por uma conhecida representante das “*mulheres guerreiras xavantes*”, do aldeamento São José. Relembrando-nos o antigo quadro de discriminação histórica, ela nos conta que o impacto das mudanças fora tão grande que passou a ser visto como um novo marco nas relações entre o executivo municipal e as comunidades indígenas xavantes:

De certo modo, o melhor prefeito aqui do município de Barra do Garças que se lembrou dos índios Xavantes, que tava lá no fundo, esquecido. Como na educação, na saúde, pronto-socorro, todo mundo negava. Mas hoje eles recebe bem os índios. A gente brigava muito por causa do mal atendimento, que a gente ficava lá na banca sentado, esperando. Hoje não. Pra mim, principalmente a saúde, foi muito melhor, e a educação também. As portas estavam fechadas para qualquer pessoa dos índios a ser atendido. Mas esses quatro anos a gente teve, assim, a oportunidade de entrar naquela porta da prefeitura, conversar com a pessoa, conhecer. A gente se apresenta como mulher guerreira que luta, e aceitaram lá na delegacia da mulher. Eu elogio que foi um prefeito dos índios. Como ninguém nunca se lembrou, eu tenho tudo de se falar, porque os índios estão participando tudo dos programas do governo. Ele conseguiu conquistar os índios, assim, estar presente, nos esportes também. Na cultura, deixou o índio dar aula de artesanato na cidade, que nunca ninguém nos chamou e ele teve, deu essa oportunidade de os índios irem lá na cidade dar aula de artesanato. Nós vamos votar de verdade pra ele ser prefeito de novo. (**Líder das “Mulheres Guerreiras Xavantes na Aldeia São José**. Entrevista, julho de 2008)

De fato, os xavantes manifestaram-se em peso sobre a promoção social que conquistaram no governo Chaparral. Nas “excursões” que fizemos aos territórios dos aldeamentos nos anos de 2007 e 2008, especialmente na pesquisa de campo com os alunos e professores da “Escola do Tatu”, o apoio às ações em curso era claramente perceptível em todas as faixas etárias daquelas comunidades, fossem homens ou mulheres. No geral, os testemunhos dos professores indígenas seguiram a mesma linha do depoimento anterior (analisados no capítulo 6), e as urnas das aldeias seriam as únicas que, no pleito municipal de 2008, reconheceriam as mudanças implementadas pela prefeitura democrática popular.

Outras medidas importantes, tomadas sob imensa pressão oposicionista, foram implantadas no âmbito administrativo da máquina de governo, em especial as ações de combate ao assistencialismo paternalista. O trato com a máquina pública passou a assumir um caráter mais democrático e transparente, com a revisão de licitações e contratos de serviços, bem como o esforço de maior exposição dos gastos da prefeitura. Houve também a implantação de concurso público para o preenchimento de vagas em todas as áreas do serviço público municipal, que, por incrível que pareça, despertou a reação e medo em determinados setores internos e externos à prefeitura, inclusive do setor da educação.

Mas, como se verá a seguir, a transparência e a democratização comentada não conseguiram “furar o cerco” das oligarquias tradicionais da cidade, nem atender às expectativas mais imediatas do conjunto majoritário da população. Ao priorizar definitivamente o aspecto sócio-educacional do seu mandato, o governo Chaparral mexeu com interesses sólidos das elites locais de perfil mais patrimonialista. Assim, conhecendo o histórico político dos seus opositores, é de se prever o nível de antagonismo que se voltou contra o jovem governo progressista nos quatro anos do seu mandato. Passemos, por conseguinte, a examiná-lo em maiores detalhes.

CAPÍTULO 4: – “*Chuvas de canivetes*”: a oposição ao governo democrático popular na cidade Barra do Garças e as contradições da “*Esquerda enquanto Governo*” (2005/2008).

“Se, para a elite dominadora, lhe é fácil, ou pelo menos não tão difícil, a práxis opressora, já não é o mesmo o que se verifica com a liderança revolucionária ao tentar a práxis libertadora”. – (Paulo Freire, “Pedagogia do Oprimido”; 1993: 171).

*“Que se apresente um projeto que possa ter possibilidade de ser cumprido! Que se façam discursos da verdade para a população! (Professora **Marinalva Duarte**, diretora do SINTEP-MT, seção de Barra do Garças. Entrevista em julho de 2008)*

“Governar é fazer escolhas. E muitas vezes deixar de fazer coisas importantes em troca das essenciais” (Antonio Palocci Filho¹⁰⁶)

Expomos neste capítulo o difícil cenário que se formou em torno do mandato popular nos seus três primeiros anos de governo, quando as forças oposicionistas quase levaram a administração do PCdoB de Barra do Garças ao impeachment. Dois blocos de apresentação dividem o assunto em questão. O primeiro concentra-se numa breve reflexão histórica sobre os usuais problemas enfrentados pelas administrações municipais de esquerda no contexto de alguns exemplos brasileiros e latino-americanos, os quais são comparados às situações similares no campo de estudo.

O segundo bloco volta-se à exposição dos cinco principais focos de atritos enfrentados pelos dirigentes progressistas ao longo da condução do governo, quais sejam: **a)** as “armadilhas administrativas” deixadas pelo governante antecessor; **b)** o cerco implacável da Câmara dos Vereadores sobre as ações da prefeitura popular; **c)** a oposição visceral dos principais meios de comunicação da cidade, especialmente dos grupos ligados mais diretamente ao ex-mandatário; **d)** as divergências de opinião e avaliação política entre o governo popular e os diretores do sindicato dos professores da seção local do SINTEP-MT; **e)** os embates e as divergências internas que levaram à crise do PCdoB em Barra do Garças, sobre a qual nos esforçamos em estabelecer um debate igualitário entre os dois principais membros das forças partidárias em conflito

Todos os tópicos são acompanhados por um conjunto significativo de depoentes do campo de pesquisa, quando procuramos estabelecer uma análise isenta e independente (o que não significa “neutra”) diante das versões apresentadas.

¹⁰⁶ Deputado Federal (2006-2010) pelo Partido dos Trabalhadores (SP) e ex Ministro da Fazenda (2003-2006) no primeiro mandato do presidente Lula (Jornal 'Folha de São Paulo, 30/05/2010: B 16).

Por fim, concluímos o capítulo com o comentário sobre a categorização por nós elaborada para delimitar o marco político do governo de esquerda em estudo, ou seja, a perspectiva “*democrática popular negociada em condições de fragilidade*”.

4.1 – “*Direita, volver!*” A velha oligarquia se rearticula:

Esqueçamos, ao longo deste capítulo, a movimentação exitosa dos partidos de esquerda de Barra do Garças na obtenção da vitória eleitoral de 2004. Alguns meses após a inédita posse de um partido comunista no âmbito municipal da história de Mato Grosso, os ventos tornaram a soprar à direita naquela bela cidade entre rios, e o brilho resplandecente da Serra Azul e do Araguaia desvaneceu-se em dias cinzentos e sombrios para os dirigentes progressistas da região. O cenário alegre à época da campanha desfez-se rapidamente em uma áspera disputa que aflorou tanto no campo externo como interno do novo governo. A “aceitação” da derrota de parte das oligarquias foi esquecida, e a divisão das forças conservadoras em 2004 deu lugar a uma unidade coesa e articulada nos assentos da Câmara Legislativa.

Em função de alguns erros provocados pela inexperiência dos novos dirigentes (como os problemas de atraso ou mesmo a falta de pagamento a terceiros por serviços prestados à prefeitura), agravados pelos efeitos de uma série de “armadilhas” engatilhadas pelo prefeito que saía (Wanderlei Farias, então no PSDB¹⁰⁷), o lamento da oposição à época das urnas transformou-se em grito de guerra contra os militantes recém empossados no executivo municipal, insuflado ainda pelos ‘bombardeios’ diuturnos dos meios de comunicação ligados às antigas forças.

Dado o clima de radicalização que se seguiu aos embates, nada parecia convencer a oposição da boa vontade do novo governo. O perfil social-popular dos primeiros atos da prefeitura, como a reforma e a revitalização da “Escola Agropecuária Profissionalizante Laudelino Sousa Santos” (única escola municipal deste gênero e de ensino médio integral no estado de Mato Grosso), não acalmou os antigos leões em seus novos assentos na oposição, nem dos que ainda restavam da aliança eleitoral da campanha.

Também o incentivo à participação popular não trouxe aos novos dirigentes condições apropriadas de administração, nem o consenso suficiente para se obter a

¹⁰⁷ Na sua carreira política, Wanderlei Farias têm se caracterizado pela troca frequente de partido, na maioria de centro ou centro-direita, em geral correspondente à agremiação que governa o estado de Mato Grosso em cada época. Assim, ele foi do PFL quando iniciou seu primeiro mandato municipal em 1997, sendo que entre 1990 e 1994 o governador do estado tinha sido Jaime Campos, também do mesmo partido. Com a ida de Dante de Oliveira (governador do Mato Grosso entre 1995 a 2002) do PDT para o PSDB, Wanderlei Farias migra para esta organização no seu segundo mandato (2001/2004). Posteriormente, com a fundação do PR e a entrada do governador Blairo Maggi nesta agremiação, em meados de 2006 (saindo do PPS), Wanderlei Farias também muda para o PR, partido com o qual se candidatou às eleições municipais de 2008 e se mantém até hoje.

governabilidade necessária ao empreendimento de projetos transformadores. Pelo contrário: as ações oposicionistas contra a prefeitura popular foram tão fortes e ríspidas que, como no “Discoporto” de Valdon Varjão, pareciam ocorrer numa outra dimensão do momento político brasileiro. Quem, numa situação abstrata, se dedicasse somente à leitura das manchetes políticas da mídia local nos anos de 2005 a 2007, teria a impressão de que o país não se encontrava governado por forças de centro-esquerda no âmbito federal, muito menos sob o comando de um presidente operário, reeleito com mais de 60% dos votos no segundo turno nas eleições gerais de 2006. Ao invés disso, este incauto observador pensaria que tínhamos voltado vinte anos no tempo, pois os embates políticos em Barra do Garças se assemelhavam, de forma quase idêntica, ao primeiro período das prefeituras democráticas populares no final dos anos de 1980, quando a reação autoritária e herdeira do regime militar não aceitava o alvorecer da nova era democrática.

Assim, sem inserção na mídia local para divulgar as ações mais incisivas da prefeitura, sem espaço no legislativo municipal para debater ou encaminhar seus projetos, sem possibilidades de grandes ações em obras ou de manutenção na rede física da cidade (o porquê veremos adiante), sem uma articulação política adequada na bancada estadual e, o mais importante, sem uma classe social numerosa e medianamente homogênea que lhe desse forte sustentação popular, nossos inexperientes governantes viram-se num profundo isolamento contra o qual nem o apoio federal do presidente Lula poderia lhes socorrer de imediato.

Antes de detalharmos as causas que levaram a este cenário, cremos ser necessário promover algumas recordações pontuais sobre o debate histórico da “*esquerda enquanto governo*”, isto é, quando esta percorre a dramática passagem de suas bases políticas no movimento social para as responsabilidades institucionais de Estado.

4.2 - “Heranças malditas” e paciência burocrática: a esquerda diante do ato de governar.

Em primeiro lugar, é preciso ter a clara noção de que a crise pela qual passou o mandato de Chaparral não pode ser atribuída somente aos reais ou imaginários erros dos novos dirigentes. Muitos dos seus problemas dependeram das condições políticas historicamente colocadas, dado que estas se assemelhavam às diversas outras experiências, brasileiras e latino-americanas que vivenciaram gestões municipais sob a égide do projeto democrático popular (HARNECKER, 1996). Assim, de modo geral, tiveram problemas de gestão ou não conseguiram a continuidade dos seus mandatos as forças de esquerda que, na maioria dos casos, assumiram o aparelho de estado em meio a três condições análogas ao processo em estudo, quais sejam:

1 - Foram eleitas por pouco mais de 1/3 dos votos; **2** - Eram forças minoritárias nas casas legislativas; **3** - Governavam pela primeira vez.

Portanto, na investigação da trajetória dos governos progressistas, há que se fazer o esforço de ir além da avaliação puramente administrativa. Gerir o estado capitalista sob a “ótica socialista” ou “reformista”, mesmo de uma pequena parcela da esfera desse poder (como uma prefeitura do interior do país), consiste sempre numa das “*missões históricas*” da esquerda mais difíceis de executar, posto que esta depende, entre outras questões, da predominância da organização autônoma e solidária da sociedade civil sobre a esfera do mercado e da ordem estatal burocrática:

O princípio do mercado requer, pois, contrabalanços. O mercado, estimulado pela ação liberal, produz riquezas e as concentra, gerando desigualdades sociais e desemprego. A despeito da receita liberal, parece inevitável uma ação estatal para atenuar as tensões provocadas pelas contradições do mercado. Mas, o Estado, como é controlado pela força hegemônica do capital, também produz ulteriores desigualdades e problemas. A construção de uma outra forma democrática de relação entre as pessoas e as classes sociais, bem como de um padrão de solidariedade, fundado em princípios humanitários e de justiça social, demanda que a ação coletiva ambicione horizontes que estejam além dos limites estabelecidos pelo mercado e pelo Estado. (ROSSO, 1996: 422)

Neste caso, a ausência de experiência administrativa anterior pesa, e os novos dirigentes aprendem às duras penas que a complexidade de governar difere radicalmente da fase em que se encontravam na oposição. Logo nos primeiros meses de administração, descobre-se que a sensibilidade social das lideranças não é capaz de impulsionar, por si mesma, a eficácia, a eficiência e, principalmente, a efetividade dos projetos transformadores:

Se alguma coisa fica claro [...] é que o começo de todo governo popular, que procura abrir caminho partindo do pesado aparelho institucional herdado, que lhe é completamente adverso, em momentos nacionais ou internacionais muito críticos, é um parto muito doloroso. (HARNECKER; 1996:39).

A veracidade dessas afirmações foi percebida pela secretária de educação de Barra de Garças logo no primeiro dia em que chegou ao prédio anexo ao “paço municipal”, onde funcionava a pasta na qual ela dedicaria seu suor e sacrifício pelos próximos quatro anos (2005/08). A precariedade da infra-estrutura básica era tão elevada que surpreendeu os olhares mais experientes daqueles líderes sindicais docentes acostumados a freqüentar, como negociadores da sua classe, os gabinetes oficiais do Estado¹⁰⁸:

108 Como segue no “Relatório de Gestão”, elaborado no final do primeiro ano de governo: “- Quanto à estrutura física, em janeiro de 2005, havia escolas totalmente depredadas, com insuficiência de materiais didáticos e pedagógicos, mobiliários e recursos. [...] - O quadro mais grave estava nas escolas indígenas, as quais se encontravam sem a mínima estrutura de funcionamento. No gabinete da Secretaria Municipal de Educação, havia somente 01 computador, e este se encontrava danificado, sem condições de funcionamento. Havia documentos desaparecidos, ata de posse subtraída, nenhum projeto

Você pega uma prefeitura que este ano vai fazer 60 anos, com uma estrutura antiga de governo, com uma máquina emperrada, funcionários que ao longo do tempo foram colocados pelo [sistema] do “quem indica”, de uma prática de governo de se colocar somente as benesses, de uma “prefeitura que dá” somente no sentido de “dar”, e dar para alguns de seus apadrinhados, não vendo a questão da inclusão social. [...] Uma das questões que me chocou como educadora ao tomar posse na Secretaria de Educação foi o fato de, em pleno século XXI [2005], não ter encontrado um único registro, absolutamente nada. Tudo foi apagado como se não tivesse história. No único computador que tinha na Secretaria de Educação, os programas foram “deletados”. Muitos materiais, inclusive botijões de gás, panela e até ônibus, tinham sido doados e retirados da Secretaria de educação. (**Fátima Resende**, Secretária de Educação, de Barra do Garças. Entrevista, junho de 2008).

Não bastasse os problemas herdados, tem-se ainda as demandas de ordem técnicas e política. Ao assumirem o controle dos aparelhos executivos municipais, os novos administradores deparam-se não só com a herança deixada pela tradição das práticas patrimonialistas mais atroz, mas também com o fato de que, além da necessária interlocução política com amplos setores da sociedade, é imprescindível para a esquerda aprender a “arte de governar”:

É importante que as pessoas que ainda não governaram saibam disso. É muito fácil fazer críticas sem ter vivido a situação que nós vivemos. A esquerda e os movimentos populares sempre estiveram na oposição. É completamente diferente estar dentro da instituição, no cotidiano e, além disso, aprender a governar, porque eu não tenho nenhuma vergonha de reconhecer que nós tivemos que aprender a fazê-lo, porque nós não tínhamos nenhuma cultura de governo. (Depoimento de Ana Eloísa Osório, dirigente da Causa Radical da Venezuela, sob a experiência das primeiras administrações de esquerda em Caracas). (HARNECKER; 1996:22/23)

As declarações da dirigente venezuelana, feitas há mais de uma década sob circunstâncias políticas e geográficas bastante diferenciadas, ainda coincidem em diversos pontos com o contexto pesquisado em Barra do Garças. Quando conversávamos com o prefeito Chaparral sobre a crise que se estendeu aos quadros do seu partido após alguns meses de governo, este a atribuía mais às questões de experiência administrativa do que necessariamente aos embates ideológicos da organização comunista:

Nós, do PCdoB, não temos uma fonte própria nossa construída ao longo dos anos na gestão do executivo. Isso é recente para nós. Tivemos agora a reeleição em Olinda (PE) da Luciana Santos, além de algo em torno de 12 ou 13 prefeitos no Brasil todo. Então, nós não tínhamos tantas experiências para compartilhar. Eu também não tinha a experiência de ser um administrador público, nem meus camaradas de partido e os aliados da esquerda aqui de Barra. Fomos eleitos numa frente, e tínhamos que

arquivado ou registrado, bem como parcelas da merenda escolar e o transporte escolar suspensos. [...] – Quanto ao transporte, os ônibus e carros para o desenvolvimento do trabalho foram leiloados, e dois ônibus adquiridos com recursos do transporte escolar foram doados, comprometendo o início do ano letivo de 2005. (Idem, página 11)

governar. [...] Uma coisa é você estar num governo revolucionário, outra coisa é estar nesta composição, democrática, de acordos, de concessões, que se encontra no país e aqui na cidade. Infelizmente, alguns companheiros não souberam compreender isto. Uma coisa é você fazer uma leitura fora do governo. Outra coisa é você estar no olho do furacão. [...] Se eu assumisse hoje prefeitura de Barra do Garças, depois da experiência de 3 anos e oito meses, com certeza muita coisa que eu fiz eu não faria e vice-versa. (**Prefeito Zózimo Chaparral**, PCdoB, entrevista em agosto de 2008)

Outras semelhanças sobre as dificuldades da “*esquerda enquanto governo*” podem ser encontradas nas reflexões de FREIRE (1992) e CHAÚÍ (2006), ambos secretários, respectivamente, de Educação e Cultura na gestão municipal de Luíza Erundina (PT) em São Paulo, nos anos de 1989 a 1992.

Nos dois anos que ficou à frente da Secretaria de Educação da respectiva prefeitura, Freire priorizou as ações de fortalecimento do pólo democrático, reafirmando sua crença, nem sempre compreendida¹⁰⁹, na autoprodução do saber por parte dos educandos, mas também reconhecendo a importância dos conteúdos programáticos como suporte imprescindível no processo educacional (FREIRE, 1992: 111e 112). No entanto, é como exilado no Chile e partícipe das dramáticas contradições do governo da Unidade Popular, presidida por Salvador Allende (1970/73), que Paulo Freire nos remete às suas recordações mais enfáticas da diferença entre “estar no governo” e “ser o poder”. Retratando o Chile daquele período como “*uma idéia concreta da luta de classes*” (1992: 37), ele conclui que:

[...] o poder, como trama de relações, de decisões, de força, continuava preponderantemente com elas (as forças conservadoras), enquanto o governo, gestor de políticas, se achava com as forças antagônicas a ela, as forças progressistas. Era preciso, então, (por parte das forças conservadoras), superar a contradição de modo que poder e governo voltassem a eles. O golpe foi a solução. (FREIRE, 1992:39).

Por sua vez, Marilena Chauí, descrevendo os conflitos da sua secretaria com o populismo dos vereadores da oposição - bem como a arrogância desmedida dos “produtores culturais” da grande mídia paulista (2006, 65- 102) - expõe o drama dos quadros da esquerda diante do aprendizado administrativo na condução rotineira da máquina do Estado. Acostumados ao ambiente da militância e à dinâmica eletrizante dos movimentos sociais, eles eram obrigados recorrer às mais duras provas de paciência ao lidar com a burocracia e a estrutura jurídica conservadora:

Dirigir a Secretaria Municipal de Cultura foi um lento e difícil aprendizado para o grupo que ali chegou em 1989. De origens diferentes –

¹⁰⁹ Aliás, tal incompreensão não se restringiu à sua permanência como Secretário de Educação em SP, mas por toda sua vida e em todos os meios que conviveu, como atesta em artigo Rosa Maria Torres ao lembrar-nos dos “desabafos” de Freire numa de suas inúmeras entrevistas: “No me comprenden”, me decia em una entrevista en Sao Paulo, allá por 1985. “No me comprenden lo que he dicho, lo que digo, lo que he escrito” (TORRES, María Rosa: “Los Multiples Paulo Freires”. Incluindo em: *Novedades Educativas*, Nº 96, Buenos Aires, 1997),

universitários, sindicalistas, artistas, lideranças de movimentos sociais e populares -, o grupo teve, antes de mais nada, de fazer o aprendizado de sua própria convivência e passar por longas discussões de suas diferenças, seus projetos e suas esperanças. Teve, simultaneamente, de fazer o difícil aprendizado das tarefas burocráticas e administrativas, lutando contra elas por serem rotineiras, vagarosas diante do ritmo e do tempo culturais, baseadas no segredo do cargo e na hierarquia de mando. Precisou aprender a lidar com as tradições do clientelismo, do favor, do corporativismo interno e externo à SMC. Precisou aprender a trabalhar colegiadamente, procurando integrar projetos e programas, a planejar em conjunto orçamentos, execuções orçamentárias, prestação de contas e prazos. Precisou passar continuamente pelo exercício da auto-avaliação para captar onde, como e por que a Cidadania Cultural se realizava com sucesso e onde, como e por que era mal sucedida. Alguns se foram, outras vieram e uma parte permaneceu durante os quatro anos de gestão. (CHAUÍ, 2006:73)¹¹⁰.

Guardadas as especificidades históricas e as variáveis de escala e tempo, as duas situações também se mostraram presentes no nosso campo de pesquisa. No primeiro caso - a questão da hegemonia - a esquerda barra-garcense sempre soube que “*a conquista da prefeitura nunca significou, de fato, a conquista do poder*”¹¹¹. No segundo exemplo - a adaptação da militância às rotinas de governo - os problemas foram mais graves e vividos sempre sob tensão. Se partirmos da hipótese de que o prefeito Chaparral avaliava corretamente esta questão (avaliação polêmica, sem dúvida, visto que se tratou de uma divergência interna séria do PCdoB local e estadual, com veremos adiante), a longa experiência de alguns “camaradas” que se destacaram na época da construção do Partido não lhes garantiu, a despeito da grande capacidade individual e de formação profissional, o perfil necessário à condução da máquina administrativa:

[...] governar você governa com quem tem capacidade, com quem tem condições de contribuir administrativamente. Temos camaradas valorosos, camaradas que foram importantes no processo de construção do partido e na disputa política do processo eleitoral, e ainda o são. Mas, infelizmente, na minha leitura, estes camaradas não tinham o perfil para assumir uma secretaria ou um cargo público de direção na administração municipal. E isso acaba criando muitos ciúmes. (**Prefeito Zózimo Chaparral**, PCdoB, entrevista em agosto de 2008)

Mas, se no âmbito da teoria os problemas apontados podem ser compreendidas com certa tranquilidade, no campo da prática eles são sempre dolorosos nas lembranças

¹¹⁰ Semelhante diagnóstico nos faz uma dirigente do PCdoB local, Leda Marques. Ferreira (Secretária do Meio Ambiente, Indústria e Comércio), na Conferência Municipal do Partido, em setembro de 2007, que decidiu sobre a reeleição de Chaparral. Ao fazer um breve balanço sobre a crise do partido nos três anos da prefeitura popular, ela nos remete ao mesmo movimento que Chauí constata na “dialética da vida”: “Acertos e erros; uns saíram, outros voltaram; mas os compromissos sempre presentes. As posições nunca foram tomadas individualmente. O partido busca o crescimento municipal, com a formação de quadros”

¹¹¹ “Em 2004, derrotamos as oligarquias que estavam aqui há meio século. Nós ganhamos a prefeitura, mas não tomamos o poder”. (Professor José Pessoa, dirigente do PCdoB local, Conferência Municipal do Partido Comunista do Brasil, Barra do Garças, setembro de 2007.

daqueles que os vivenciaram. E não falamos aqui dos duros embates no campo interno da esquerda, já que estes a militância está acostumada a enfrentar. Referimo-nos, pois, às disputas que passam a ser travadas contra as classes conservadoras quando a esquerda se transforma em “vidraça”. Em geral, os movimentos progressistas aprenderam a lutar contra a direita enquanto esta representa o “poder instituído”, mas ainda a desconhecem quando lhe é atribuído o “poder de oposição” (sim, pois mesmo aí ela não deixou de ter o poder). Compreender e aceitar as críticas das elites conservadoras na esfera do debate acadêmico é um exercício interessante e salutar. Mas receber a carga de sabotagem e fúria da direita reacionária é um prova de resistência que só pode ser descrita por quem, no esforço de construir um modelo social mais justo, de fato as sofreu:

Eu já tive situações de grandes dificuldades, principalmente naqueles momentos que você tem a certeza de que está sendo honesto, de que está fazendo aquilo que você se propôs a fazer para a sociedade e para você mesmo, que tem a garantia de que está sendo honesto com o dinheiro público...e não ser compreendido! Isto te machuca muito! Uma coisa é se a pessoa é perdulária, quando é irresponsável, quando não tem compromisso. Aí a pessoa agüenta. Agora, quando você luta com a maior seriedade possível e as críticas são insensatas e de baixo nível, em que o oponente só tem o interesse de te atingir e não de divergir, de debater, elas te machucam muito! E o adversário, quando é desonesto, ele sabe disto. Por isso que ele faz esse tipo de crítica...(Prefeito Zózimo Chaparral, PCdoB, entrevista em agosto de 2008)

O bloqueio que se seguiu a vitória das esquerdas barra-garcenses, em especial nos dois primeiros anos de governo, será sempre lembrado como um dos exemplos mais pertinentes da capacidade de articulação de elites conservadoras calcadas na força da tradição. Além de se constituir, presumimos, num campo aberto a novas investigações e pesquisas (a serem tomados em tempos futuros e sob diferenciados ângulos de observação), ele demonstrou para os progressistas locais o quão distanciadadas estavam algumas de suas propostas de parcela importante da população. Assim, forçada pelas circunstâncias, a esquerda barra-garcense se viu obrigada a conter o seu orgulho, recuar quando necessário, desviar-se quando preciso e admitir os erros frente aos fatos.

Não vivenciamos diretamente a instalação mais aguda deste processo com mesma intensidade das eleições de 2008, mas acompanhamos, logo após este período, as conseqüências dessa passagem que marcaria a alma e as posturas presentes e futuras daqueles militantes socialistas às margens do Araguaia.

Quando chegamos em Barra do Garças para os primeiros trabalhos de campo, em finais de setembro de 2007 (portanto, na fase inicial de coleta de dados para a qualificação do nosso projeto de tese, defendido em maio de 2008), encontramos o governo popular recém saído de uma profunda crise tanto política como administrativa, a qual alcançou seu ápice no segundo semestre de 2006 e que quase o levou ao impeachment. Esse foi, sem

dúvida, um dos maiores “traumas” que “assombrou” o governo democrático popular nos quatro anos da sua existência, contra o qual ele não conseguiu jamais se desvencilhar.

Como antecipamos há pouco, os dirigentes da esquerda barra-garcense nunca conseguiram autonomia suficiente para implementar os seus programas na integralidade. Com isso, o dirigente comunista viu-se obrigado a conviver de forma permanente com o fantasma do ex-prefeito e com um legislativo municipal que, na maioria dos seus componentes, lhe era francamente hostil. “- *Sobrevivemos mais uma semana! Parabéns para todos, Parabéns para nós!*”; essa era a frase comum que presenciávamos, por mais de uma vez, na voz de Chaparral ao término das reuniões com a equipe de governo, ao final das tardes de sexta-feira ou do sábado ao meio dia.

A alegria não era para menos. Retomando a exposição há pouco de Freire, se fossemos comparar, numa perspectiva histórica tanto concreta como imaginária, o início do mandato de Chaparral com alguns dos governos de esquerda na América Latina, diríamos que ele estava muito mais próximo do chileno Salvador Allende - o presidente socialista derrubado por um violento golpe militar liderado pelo General Augusto Pinochet, em setembro de 1973 - do que dos atuais presidentes do “socialismo do século XXI”, como o venezuelano Hugo Chávez, o equatoriano Rafael Correa e o índio Amairá boliviano, Evo Morales. Tanto as oligarquias que o envolviam como a proporcionalidade numérica com a qual o governo Chaparral fora eleito remetia-nos a um cenário hostil que, guardadas as devidas proporções, lembrava-nos os dias fatídicos daquela Santiago cercada pela direita e as usuais sabotagens orquestradas pela CIA e a grande imprensa chilena:

Era difícil evitar o choque entre o governo da Unidade Popular e as classes dirigentes no Chile, uma sociedade oligárquica e fechada, composta por um número de famílias limitadas estreitamente ligadas entre si [...] (BANDEIRA, 2088: 258¹¹²)

[...] A Unidade Popular (UP) não representava a maioria do povo chileno, pois, como ressaltou Norberto Bobbio, a força política, em um país democrático, se mede em geral pela sua força eleitoral. Allende obtivera apenas 36,3% dos votos na eleição, em 1970, e só chegara à presidência da República com os votos da Democracia Cristã, no Congresso Pleno, depois que se comprometeu com o “Estatuto das Garantias” Constitucionais (idem: 272)

Poderíamos, ainda, nos arriscar a comparar a situação em debate aos primeiros anos do bloqueio americano contra a jovem revolução socialista cubana. Mas, também neste caso, os elementos de ligação nos fugiriam com rapidez. Já não bastasse o contexto totalmente diferenciado, aquela tinha armas na mão e, excetuando-se os exilados de Miami,

¹¹² Referimo-nos à recente coletânea de Moniz Bandeira (Luiz Alberto) sobre o governo da Unidade Popular no Chile, entre 1970 e 1973: “FÓRMULA PARA O CAOS” – A Derrubada de Salvador Allende; 1970-1973. (Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008).

uma grande massa popular disposta a sacrificar-se de qualquer maneira pelo seu novo e revolucionário governo, bem como a indispensável ajuda soviética.

Numa tentativa mais próxima - e correta - de comparação, teríamos o governo aliado do Presidente Lula, eleito quase na mesma época e de forma semelhante quanto às coligações com as forças conservadoras. No entanto, também aí as diferenciações aflorariam. Pelo fato de tratar-se de um governo nacional, Lula aglutinava o apoio de amplas parcelas dos movimentos sociais e da “*classe média rebelde*”, além dos núcleos sindicais e operários espalhados por todo o país, ao passo que a Chaparral só tinha uma parte do movimento social organizado e, mesmo assim tibia e amedrontada pela “herança cultural coronelista”, como verificamos em muitas de nossas entrevistas no âmbito das escolas.

Não bastasse isto, havia ainda (ou melhor, passou a se desenvolver) uma série de divergências internas que resultaram no distanciamento de importantes dirigentes da esquerda barra-garcense, vindas em especial de onde menos se esperava, ou seja, de quadros locais do PCdoB e do sindicato da categoria para a qual a administração popular julgava governar: o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTEP- MT).

Portanto, como se pôde observar, três foram os principais focos de oposição à administração popular: a) o grupo político ligado ao ex-prefeito, Wanderley Farias; b) os cinco vereadores de oposição, direta ou indiretamente ligados ao ex- administrador; c) a “mídia” local impressa e de rádio, particularmente do maior e mais importante Jornal da Cidade, “A Gazeta do Vale do Araguaia”, bem como a Rádio Aruanã, diretamente relacionada ao controle do ex-prefeito.

Poderíamos, em tese, considerar os grupos divergentes do PCdoB ao prefeito, bem como parcelas importantes do movimento sindical local (educação incluída), como “o quarto foco” de oposição ao governo popular. Mas, neste caso, é uma hipótese que não corresponde ao fato, pois, independente dos duros embates travados no campo partidário e corporativo, esses grupos mantiveram formalmente o apoio a Zózimo Chaparral na campanha de 2008. Por conseguinte, os consideramos como grupos que se distanciaram da (alguns se consideram pela) prefeitura popular, embora na prática tenham se tornado um foco de críticas incisivas ao novo governo.

Examinemos, ainda que de forma breve, o desenvolvimento desses focos de crítica e oposição com maiores detalhes.

4.3 – “Alçações do passado”: as armadilhas administrativas herdadas pelo governo Chaparral.

As primeiras dificuldades do governo democrático popular começaram em função das “armadilhas” deixadas pelo antigo mandatário no apagar das luzes da sua administração. Recorrendo a expedientes suspeitos e prejudiciais aos cofres públicos

municipais (segundo consta nos laudos dos processos impetrados pela prefeitura popular no Ministério Público Estadual), o antigo prefeito, além de deixar um “rombo” de mais de 3.000.000 de reais em contas a pagar, também alienou, sob a alegação de “bens inservíveis”, a maioria dos veículos da prefeitura, entre automóveis, caminhonetes, caminhões, tratores niveladores, pás mecânicas e máquinas de asfalto. Em consequência, bloqueou-se a capacidade da prefeitura popular em oferecer serviços básicos de limpeza, manutenção das vias e a coleta do lixo nos primeiros meses de mandato. No caso da Secretaria de Educação, os principais dados do sistema foram simplesmente “deletados”, como nos confirmaram a secretária Fátima Resende e toda a sua equipe de assessores com quem conversamos (e o ex-prefeito nunca rebateu essa acusação oficialmente).

Somava-se a estes empecilhos a criação artificial do “14º salário” para todo o funcionalismo público, aprovado pela Câmara no penúltimo mês da administração de Wanderlei Farias (novembro de 2004) e pago com a folha do salário de dezembro, deixando assim, entre o cômico e o trágico, o custo real do referido mês para ser pago pelo seu sucessor, Zózimo Chaparral, em janeiro de 2005.

Tanto uma quanto outra medida deixaram prejuízos irreparáveis ao mandato democrático popular. Apesar de todos os esforços do governo para reaver os equipamentos e máquinas leiloados, eles jamais retornariam à prefeitura, o que demandou gasto de tempo e dinheiro em busca de novas estratégias de manutenção da cidade. Já o “14º salário” surtiu o efeito desejado pela mente dos antigos mandatários, ou seja, estimular mobilizações contrárias ao novo governo num setor que, pela tradição histórica das lutas sindicais, deveria ser uma de suas principais bases de apoio. Assim, indiferentes à disponibilidade ou não de recursos, bem como às reais intenções do criador da proposta, as manifestações encabeçadas pelo funcionalismo público vieram depressa (incluindo-se aí os trabalhadores em educação da rede municipal), com destaque inicialmente aos garis em razão da greve da categoria logo no início da nova gestão.

Quanto ao trato dessas armadilhas pelo governo popular, há opiniões divergentes no seio da própria esquerda barra-garcense. Para os partidários do governo, o prefeito “fez o que tinha que se fazer”, ou seja, não atendeu as reivindicações pelo “14º salário” e denunciou tudo aquilo como um grande golpe maquinado pela administração “coronelista” anterior, no qual a classe trabalhadora não poderia jamais cair ou aceitar. Porém, para alguns representantes do “outro lado da barricada” (que em tese ainda era o mesmo), a forma de tratamento dado a questão pela recém empossada administração foi inábil, e os lamentos do prefeito comunista passaram a soar mais como “retirada de conquistas” do que “prudência administrativa”:

O atual prefeito (Chaparral) foi inábil em muitas questões. Se é verdade que o prefeito anterior ao Chaparral (Wanderlei Farias) armou uma série de situações que dificultaram sua gestão, ele foi lá e caiu de patinho. Por

exemplo, com relação ao funcionalismo público em geral. O antigo prefeito adotou uma estratégia de pagar o 14º salário para os funcionários públicos, no apagar das luzes da sua gestão (novembro de 2004). [...] Aí ele pagou o 14º salário e deixou o mês de dezembro para o outro pagar. Veio o novo prefeito [Chaparral] e entrou batendo a porta, com um discurso duro, dizendo que aquilo foi feito para atrapalhá-lo, e foi mesmo, a gente sabe. Só que ele trabalhou essa questão de forma inábil Daí a crise que se arrastou depois desse episódio (Professor **Omar Cirilo**, membro da Diretoria do SINTEP-MT, seção Barra do Garças, agosto de 2008)

Com o tempo, notadamente no ano de 2007, parte dessa crise foi superada por meio de uma política de reajuste acima das possibilidades dos cofres locais (tanto que vieram a ter problemas com a Lei de Responsabilidade Fiscal naquele e no ano seguinte¹¹³). Após um longo esforço contábil, implantou-se o novo plano de cargos e salários para todos os setores do funcionalismo municipal. Como veremos no capítulo 6, recursos significativos da prefeitura foram destinados para esse fim. Em determinados momentos da administração popular, trocaram-se as obras físicas de impacto visual pelos reajustes no salário do funcionalismo, como bem o admitiram nas entrevistas o Secretário da Fazenda, José Roberto Mazon, e o procurador geral da prefeitura, doutor Mauro Piauí.

Porém, como é de hábito em governos de esquerda, embora todos tenham ganhado algum reajuste, todos acharam que ganharam pouco (ou menos do que mereciam), e o desgaste do governo iniciado com a “experiência de poder” não mais retornou ao estágio em que se encontrava antes na vitória de 2004. Mesmo no setor aparentemente mais favorável à prefeitura popular, os trabalhadores em educação da rede municipal, as conseqüências deste desgaste deixaram as suas marcas. Em algumas entrevistas que fizemos nas escolas, a decepção diante do que “ *julgavam ser o novo*” foi explícita. Ao serem questionados sobre o grau de adesão dos professores municipais à época das eleições de 2004, as respostas se estendiam ao clima de 2008:

Na minha opinião abraçou pelo seguinte, “vamos ver no que vai dar”. No entanto, a resposta agora é diferente. No começo seria uma coisa, hoje é outra. Na verdade, o professorado não positiva tanto isso não. Ha muita divisão contrária, que é mais forte do que a divisão positivando isso. O lado contrário é mais forte (**Entrevistado 2, Escola Rural Miguel Sutil**, Distrito de Toricoeje – 150 quilômetros da sede - , setembro de 2008)

Em nome da classe de educadores eu achei que era uma coisa muito importante, que era uma coisa nova que a gente queria testar. Toda vida ficava naquilo que eles falam, não é, o “coronelismo”. Daí o pessoal falou: vamos mudar... tem que haver mudança pra ver. Agora, hoje nem todo mundo pensa como pensava há 4 anos atrás... (**Entrevistado 3, Escola Rural Miguel Sutil**, Distrito de Toricoeje – 150 quilômetros da sede, setembro de 2008)

¹¹³ Debateremos as políticas salariais do governo Chaparral, bem como o “não cumprimento” da referida lei, no capítulo 6.

4.4 – “Trincheira Conservadora”: a oposição da Câmara dos Vereadores à Prefeitura Popular (2005-2008):

No caso da Câmara Legislativa, os problemas se iniciaram por motivos aparentemente banais, mas que recrudesceram de forma geométrica e acabaram por paralisar a nova prefeitura. Conforme o balanço que tiramos das pesquisas no legislativo e das notícias da imprensa local (inclusive em jornais eletrônicos, relativamente numerosos hoje em Barra do Garças¹¹⁴) os representantes da oposição alegavam que o governo “*não os escutava nem cumpria as exigências constitucionais*”, pois recusava-se a enviar à Casa os relatórios e projetos da prefeitura.

Por sua vez, o governo respondia que, à maneira como lhe era exigido, tornava-se momentaneamente impossível o envio dos relatórios, pois, além de estarem em início de mandato, não havia estrutura física para cumprir o envio da documentação necessária, dado que nunca na história da prefeitura de Barra do Garças tais medidas tinham sido solicitadas naquela intensidade.

Diante dessas alegações, a oposição não se dispôs ao diálogo. Aproveitando-se dos problemas administrativos na área da saúde (que foram reais, visto que a prefeitura popular teve quatro secretários na pasta ao longo do governo) os vereadores contrários ao governo tornaram-se “legalistas ao extremo” e, indiferente às conseqüências dos seus atos, impetraram ação judicial de improbidade administrativa no MPE a partir de março de 2005, com base na suposta infração do artigo 11, caput e inciso II da Lei 8.429/92 (não cumprimento de Lei Orgânica do município), além da promoção de um conjunto de CPIs cujo objetivo era inviabilizar definitivamente a administração do prefeito do PCdoB (Diário de Cuiabá, 14/08/2008¹¹⁵)

Ao questionar nossos interlocutores da esquerda sobre os prováveis equívocos que permitiram essa ofensiva conservadora (liderada ainda por alguém que fora eleito pela própria chapa da coligação do Prefeito, a vereadora Andréia Santos, presidente da Câmara nos anos de 2005 a 2006, sobrinha de Wanderlei Farias), estes não negaram os erros da falta de articulação e mesmo de alguns atos administrativos realmente falhos. Porém, nenhum deles deixou de atribuir ao desgaste razões de ordem essencialmente política, pensadas e articuladas pela tradição conservadora ligada ao ex-mandatário da cidade. Tanto que, segundo os depoimentos, quando o governo conseguiu se organizar e enviar as “caixas e caixas de documento que chegavam à Câmara”(como confirmaram Kiko e o

114 Os consultados rotineiramente por nós foram: “Diário de Cuiabá” (www.diariodecuiaba.com.br); “Jornal Local” (www.jlocal.com.br/barra); “24 horas News” (www.24horasnews.com.br); “Araguaia News” (Araguaia.net/news); “Boletim do Trinunal de Contas do Mato Grosso” (www.tce.mt.gov.br).

115 A notícia, datada 14 de agosto de agosto de 2008, refere-se ao acatamento da ação pelo do Juiz da 3ª Vara Cível da Comarca de Barra do Garças, Ronaldo Ribeiro Magalhães. Esclarece a matéria que a ação “vinha se arrastando desde março de 2005, quando se iniciou na Câmara uma ‘batalha’entre o prefeito e um grupo de oposição”,

procurador da prefeitura, Mauro Piauí, bem como funcionários do legislativo com os quais conversamos), os mesmos vereadores da oposição fizeram pouco caso e, “esquecendo-se” do que tinham solicitado, procuravam outras razões para acusar o trabalho da prefeitura popular.

Contudo, a arrogância dos opositores os levou também a cometer os seus equívocos. A dose de aperto da oposição foi tão forte e sectária que, com o tempo, o feitiço virou, de certo modo, contra o feiticeiro. Em finais de 2006, começou a se afirmar a imagem de que os vereadores contrários à prefeitura não faziam uma oposição ao prefeito Chaparral, mas ao próprio desenvolvimento da cidade. Setores simpáticos ao governo popular, majoritariamente ligados aos movimentos sociais, se mobilizaram diante das ações da Câmara e exigiram uma nova postura política da oposição. Os atos surtiram efeito e, com a troca do presidente da Casa em função do término de mandato no cargo (de Andréia Santos Soares para Rodrigo Raggioto) o diálogo foi, de certa forma, restabelecido, mas as feridas deixadas pelos embates permaneceriam abertas por todo o mandato de Chaparral.

Independente das diversas interpretações que se dê a este conflito, o bloqueio às ações do novo governo por parte da Câmara Legislativa foi reconhecido como o mais grave pelos personagens por nós entrevistados. Para os partidários do governo popular, como o próprio prefeito Chaparral e o deputado federal Eduardo Moura (PPS), este próspero empresário do agronegócio que desistiu da sua candidatura a prefeito para apoiar a reeleição de Chaparral em 2008, os vereadores da oposição apostaram na “*política do quanto pior, melhor*”, na esperança de inviabilizar definitivamente a prefeitura popular. Esse foi o cerne do discurso do candidato do PCdoB e do deputado aliado ao longo da campanha pela reeleição em 2008, repetido com freqüência em cada comício pela cidade:

[...] Eu quero dizer à comunidade, principalmente à de Nova Barra Sul, que nós fizemos muito, mas nós poderíamos ter feito mais. Não fizemos porque encontramos uma Câmara Municipal hostil. Uma Câmara que, na sua maioria, trabalhou em todos momentos contra o governo Chaparral. E não trabalhou de forma involuntária; mas de forma determinada, trabalhou de forma consciente, que era a política do “quanto pior, melhor”! Quanto menos o Chaparral pudesse fazer, quanto menos o Chaparral pudesse trabalhar, quanto menos o Chaparral pudesse realizar, melhor para o projeto do nosso adversário se apresentar como o “*salvador da pátria*”, de se apresentar como prefeito de Barra do Garças. Mas o povo de Barra do Garças conseguiu perceber aquela ação golpista de uma maioria de vereadores da Câmara Municipal. A população de Barra do Garças conseguiu perceber que aqueles vereadores estavam ali não representando a população, mas representando um projeto personalista do ex-prefeito, que queria inviabilizar o nosso governo. Mas a vontade e a determinação do povo, somada a vontade e determinação do prefeito Chaparral, foi maior do que aquela ação golpista, do que a traição daqueles vereadores que não honraram o voto que receberam na eleição de 2004. E aqui quero fazer um registro. Eu não posso deixar de reconhecer o papel importante do vereador Biroasca, do vereador Celso Spor, aqui da Câmara Municipal. Eles foram vozes isoladas na defesa não só do governo Chaparral, mas também, e acima de tudo, na

defesa de Barra do Garças. (**Prefeito Zózimo Chaparral**; comício no bairro Nova Barra Sul, agosto de 2008) ¹¹⁶,

[...] por que eu sei, acompanho o Chaparral desde o início, as dificuldades que ele viveu no começo da sua prefeitura, como já foi dito aqui. Com uma Câmara hostil, com uma imprensa hostil. Uma imprensa que punha para baixo tudo o que o Chaparral fazia ou tentava fazer, e levantava o que teoricamente foi feito no passado. Eu sei da dificuldade que ele teve quando entrou, sem máquinas para poder fazer alguma coisa pela cidade, sem recursos, a prefeitura com dificuldade. (**Deputado Federal Eduardo Moura (PPS)**, comício no bairro de Vila Maria, setembro de 2008)

Já sob o ângulo da oposição, os embates travados com o governo não foram de forma alguma responsabilidade da Câmara, como pudemos registrar pelas nossas entrevistas com alguns dos adversários de Chaparral. Para a vereadora Antônia Jacob (PR), ex-secretária de saúde nos dois primeiros mandatos de Wanderlei Farias (1997/2004)¹¹⁷, a principal causa do conflito foi, além da falta de experiência e articulação do novo governo, a “*crise da saúde*”, iniciada, segundo ela, com a gestão do governo democrático popular. Na longa conversa que tivemos no seu gabinete, logo após a derrota de Chaparral à reeleição, em novembro de 2008, ela não tocou apenas na questão do relacionamento do prefeito com o legislativo, mas abarcou outros setores e explicou porque divergia do governo popular. Atribuindo não à Câmara, mas sim à “insatisfação na sociedade” por todo o ímpeto oposicionista à administração de Zózimo Chaparral, ela exprime uma linha de pensamento que, a despeito de todas as divergências e discordâncias que se tenha, seria de bom proveito a esquerda da cidade ao menos escutar:

Eu entendo que as dificuldades dessa gestão deve-se primeiro à falta de experiência, principalmente do conjunto do secretariado. Tomo por mim essa questão, quando já no primeiro ano constatamos, por exemplo, na saúde, a perda de recursos, até por falta de relatórios, de não ter uma supervisão continuada dos serviços. E não tiveram a humildade de aceitar as críticas, pois nossa intenção era de contribuir dentro do possível. Então, o ponto crítico foi a saúde. Eu até disse ao Chaparral: “*olha prefeito, saúde pública, pronto socorro, urgência, tem que funcionar! Se não funcionar, o senhor terá dificuldades, porque a sociedade te apóia, mas ela quer respostas*”. Então, a sociedade foi clamando, clamando... e tudo assim começou... Esta foi a dificuldade maior para que as outras coisas fossem também acontecendo. Na verdade, foi a insatisfação da sociedade com o desfalecimento da saúde. E também faltou, eu acredito, dar continuidade da busca de empresas, a busca junto ao governo do Estado e Federal. A gestão que aí está [2005-2008] tinha tudo para fazer uma excelente administração: tem o governo federal, que é aliado; o governo do estado, que também estava nesse arco de alianças. Então, trazer empresas com garantias de incentivos, tratamento de estado municipal... é aí que a coisa não aconteceu, acredito pela falta de experiência. Não houve geração de empregos. [...] A sociedade apostava muito nessa administração, na

¹¹⁶ Nos discursos públicos, Chaparral tem o hábito, por questões pessoais ou de estratégia política (não sabemos, pois nunca conversamos sobre isto) de se referir a ele mesmo na terceira pessoa. Assim, por exemplo, ao invés de se falar “*mas eu lutei contra isto*”, geralmente é “traduzido” para “*mas o prefeito Chaparral lutou contra isto*”

¹¹⁷ Atualmente (2009/2010), a Vereadora Antonia Jacob é a presidente da Câmara Legislativa de Barra do Garças, gestão de Wanderlei Farias (2009/2012).

satisfação do seu plano de governo. [...] (**Antônia Jacob**, vereadora (PR) de oposição ao governo Chaparral, – entrevista em novembro/2008).

Quando perguntada se teria sido uma das principais articuladoras da oposição e do bloqueio à prefeitura de Zózimo Chaparral, ela negou de forma veemente esse papel (o que causava irritação e ironia por parte das esquerdas da cidade), embora confirmasse que os vereadores “*tinham que buscar informações*” para fiscalizar o executivo, como era da respectiva função de cada um:

Isso não é verdade! E eu vou te dizer o porquê: se você buscar na Câmara, nenhum projeto dessa administração (2005/2008) deixou de ser votado. Agora, buscar informações sobre o executivo, isso é de praxe do poder legislativo. Nós somos parceiros, mas também fiscalizadores do executivo. (**Antônia Jacob**, vereadora (PR), oposição ao governo Chaparral – entrevista em novembro/2008)

De fato, se nos voltarmos aos aspectos estritamente burocráticos daquele período, a natureza do bloqueio pode até ser objeto de debate. Porém, a questão não se resume a “votar ou não votar os projetos do executivo”, mas sim às formas de recepção e encaminhamento destes, de apoio, de parceria, de ajudar nos prazos a serem encaminhados às demais esferas do estado¹¹⁸. E isso, pelo que pudemos acompanhar, a oposição não assumiu de forma alguma em relação à prefeitura popular.

Contudo, independente das diversas outras opiniões que se tenha sobre este conturbado período da história de Barra do Garças, a própria vereadora Antonia Jacob reconhece, de forma surpreendente (e talvez provocando novas irritações na esquerda local), os méritos do governo democrático popular “*na teoria*”. Quando questionada sobre o reconhecimento de alguma qualidade daquela administração, ela apontou as utopias sociais e as “*idéias novas*” como a característica mais marcante da administração de Zózimo Chaparral:

Eu acredito que foi o novo, não é? Veio com muita esperança. A vontade da sociedade de ter um jovem na política. Eu vejo como uma conquista nossa. A abertura que nos foi dada no primeiro ano [2005] de trabalhar junto. Quanto ao prefeito, nada contra a pessoa. De boa formação, jovem, não é? Carismático, com uma oratória boa, tem esse dom que Deus lhe deu, a oratória. [...] Não tenho nada contra a pessoa nem contra a equipe. E acredito que nem de divergência política. O projeto deles na fala foi muito bonito, e ainda tem o que repassar. Minha crítica é na prática, é na falta de levar esse projeto lá na ponta do sistema, de fazer um questionário de avaliação com a população. Você tem como fazer uma amostra. O gestor pode contratar o serviço para que possa aplicar esses levantamentos em todas as áreas, em várias frentes. (**Antônia Jacob**, vereadora de oposição ao governo democrático popular – entrevista em novembro/2008)

¹¹⁸ Por exemplo, as esquerdas atribuíam a perda de financiamentos do Banco do Brasil, além de outros, às sabotagens da maioria da Câmara, por esta veementemente negada, obviamente.

4.5 – “Mídia feroz” :o ataque dos meios de comunicação:

Tão ou mais perturbadora do que a crise do Legislativo Municipal e a venda do maquinário da prefeitura, assim considerada por alguns dirigentes e eleitores da esquerda barra-garcense, foi a oposição reacionária e implacável de determinados setores dos meios de comunicação às diretrizes do governo popular. Num levantamento que fizemos sobre 40 edições do noticiário local e estadual, distribuídos cuidadosamente de forma proporcional ao longo dos anos de 2006 a 2008 (os jornais da cidade são semanais ou quinzenais), verificamos o seguinte quadro:

Quadro 6: Levantamento de amostragem do noticiário impresso da cidade de Barra do Garças sobre a administração Zózimo Chaparral (40 edições relativas aos anos de 2006 a 2008)

- Imagem Positiva	- Neutralidade (atendo-se à informação e ao fato).	- Imagem Negativa
13,1 %	47,3%	39,4%

Fontes:

- I) Jornais de Barra do Garças: “A Gazeta do Vale do Araguaia”; “Jornal da Cidade”; “Notícia dos Municípios”; Folha do Araguaia
- II) Jornais estaduais: “A Gazeta”; “Folha do Estado”, “Diário de Cuiabá”
- III) Jornais Eletrônicos: “Diário de Cuiabá” (www.diariodecuiaba.com.br); “Jornal Local” (www.jlocal.com.br/barra); “24 horas News” (www.24horasnews.com.br); “Araguaia News” (Araguaia.net/news); “Boletim do Tribunal de Contas de Mato Grosso” (www.tce.mt.gov.br)

No caso do jornal “A Gazeta do Vale do Araguaia”, dirigido pelo “jornalista” Paulo Batista e ligado à principal rádio da cidade (a Aruanã, de grande audiência e penetração nas camadas populares), o noticiário era desprovido de qualquer ética jornalística e profissional quando se tratava de atingir o governo popular. Seus editoriais davam a linha política dos adversários e de todo o resto do noticiário dos meios de comunicação locais oposicionistas, numa verdadeira máquina de propaganda explícita a favor do ex-prefeito Wanderlei Farias.

Duas eram as linhas de ataque desta fonte. A primeira seguia uma orientação ideológica que arriscaríamos chamar de “proto-fascista”, ou seja, “*diga-se uma mentira mil vezes e ela se tornará uma verdade*”. Tratava-se, acima de tudo, de desconstruir qualquer imagem positiva da pessoa do prefeito Zózimo Chaparral, substituindo-a pela imagem negativa de que este “*emperrava o crescimento, o progresso e o desenvolvimento da cidade*”, fruto do seu “*mau caráter*”, da sua “*má índole*” e da “*incompetência do seu governo*”, tentando assim transformá-lo no empecilho da principal aspiração das populações urbanas e rurais do interior brasileiro:

[...] Entre muitos que pensam assim, está o pretense ilusionista Chaparral, castigo e infelicidade que detém o poder executivo de um dos municípios mais expressivos do Estado e mais conhecidos do Brasil. [...] Tudo que se

possa imaginar que está sendo feito para atrapalhar o desenvolvimento deste município, essa administração está fazendo e ainda pode fazer pior. Se a equipe que está no poder fosse apenas medíocre e incompetente, talvez em nada prejudicasse. Mas o que não falta é inteligência desvirtuada, malandragem total (Editorial do Jornal “Gazeta do Vale do Araguaia”; edição de 15 a 22 de agosto de 2006)

Se fossemos nos concentrar na extensão das críticas empreendidas à prefeitura popular pelos meios de comunicação de Barra do Garças, não concluiríamos este trabalho até a próxima década. Assim, por exigências de síntese e limitações de espaço, selecionamos um dos principais editoriais que, entre tantos outros pesquisados, “simboliza à perfeição” a virulência da imprensa local contra o prefeito Zózimo Chaparral, bem como a mentalidade política da direção do referido jornal e, por extensão, de parte significativa dos setores oligárquicos do município e da velha direita mato-grossense. Publicado em outubro de 2007, nele estão expressos o anti-comunismo arcaico e visceral, o preconceito de classe e anti-sindical, a oposição cega aos movimentos sociais e às perspectivas igualitárias de um governo democrático popular. Dada a importância do texto na exposição da temática, achamos por bem demonstrá-lo na íntegra e em formato diferenciado das demais citações, para que o leitor possa ter uma idéia exata do nível de conflito provocado pelo jornal:

“Tempo bom, e que não volta mais ...”

Longe não estão os tempos em que militantes comunistas espalhavam (embora não espelhavam) ideologias de um socialismo tido como necessário, segundo eles, entre as classes de Barra do Garças.

Os discursos eram contagiantes, os debates na Câmara Municipal faziam do valente vereador Chaparral a maior atração das sessões. Como professor nas escolas e acadêmico de Direito na UFMT, atraía a atenção pela sua retórica de seu revêrbero expressivo.

O “cavaleiro da esperança” confrontava autoridades e especialmente o prefeito. E esse ele ia com tudo. Pois o seu alvo principal e seu ideal municipal sempre foi o Executivo.

No episódio da aprovação do serviço de moto-táxi, Chaparral incentivou a invasão da prefeitura, liderando um quebra-quebra à moda do MST, uma de suas inspirações ideológicas.

Hoje, no poder, como macarrão que antes era durão e depois que entra na panela amolece, Chaparral entregou-se aos privilégios, liberações e orgias que a democracia (ou “demoniocracia”) tem oferecido aos incluídos na redoma dos roedores das verbas oficiais.

Ninguém pode afirmar que conhece um ou garantir que nenhum administrador rouba. Rouba pouco, segundo boatos, mas rouba. Rouba, mas faz..., como dizem alguns... É o ditado popular...

Mas esse aí, segundo boatos, rouba e não faz... Ainda bem que são somente boatos. Por outro lado parece que anda atropelando gente humilde que trabalha em obra pública paga pelo governo federal e cuja verba está disponível e não pagam. E se pagam, é com atraso de dez ou quinze dias. Os funcionários do regime normal até o fechamento desta edição (dia 17/10) ainda não tinham recebido o salário de setembro.

Esse valente “quebra-quebra” está se notabilizando por ser o recordista de incompetência no vale do Araguaia. Como tem “costas quentes” por ser o único prefeito do PCdoB de Mato Grosso, tem o maior prestígio em Brasília, onde entre as colunas que sustentam o governo Lula está a pequena, mas influente bancada do PCdoB, com o cacique Aldo Rebello no comando.

Quebrador de prefeitura. Quebrava literalmente nas invasões. Está quebrando agora econômica e financeiramente. Está quebrando todas as viabilidades de sustentação administrativa.

Está quebrando os ânimos de todos que votaram nele e que jamais o elegerão nem para presidente de bairro. Nordestino de boa cepa, esse é o Renan Calheiros do Cerrado... e que um dia também cai. Comprova isto as constantes vaias que está recebendo e que ele imagina (na sua pobre ilusão) serem palmas e apupos de elogios.

Editorial de a “A Gazeta do Vale do Araguaia” – 19 a 25 de outubro de 2007 – pg 2)

Somavam-se aos editoriais ferinos as críticas “plantadas” na coluna do “Zé da Madrugada”, - “codinome” do mesmo diretor do jornal para continuar suas pregações reacionárias não apenas contra a prefeitura de Zózimo Chaparral, mas à esquerda brasileira em geral – as quais perfaziam a “segunda frente de ataque”. Do mesmo modo que a primeira, ela nos mostra o nível de diálogo desqualificado no qual a oposição embasava suas críticas à prefeitura. A função primordial destes “torpedos” era passar a idéia de que, por detrás do discurso sedutor e utópico das esquerdas e do prefeito, se escondia uma *“índole pérfida com pretensões de quadrilha”*, a qual caberia ao “povo barra-garcense” desmascarar. Além disso, com a derrota de Chaparral nas eleições de 2008, tornava-se claro o preconceito de uma elite que, no interior de “suas porteiras”, não admite que alguém com o perfil popular possa frequentar os “salões do poder municipal”, privativo da velha oligarquia do Araguaia:

Coluna – “Zé da madrugada”

Este atual prefeito de Barra do Garças, por exemplo, tem bom papo, mas é um péssimo espécime de político. Também só enganou e vem enganando alguns trouxas, porque a maioria das pessoas já o conhecia de velhos carnavais. Foi lá que ele começou através do Vaco-Vaco, de velhos tempos. Quanto riso/ quanta alegria/mais de mil palhaços no salão (A Gazeta do Vale do Araguaia – 19 a 25 de outubro de 2007 – p.3)

**Coluna – “Zé da madrugada”
“Maré de azar”**

O prefeito Chaparral, de triste memória política, não está em fase de muita sorte. É penalizado pelo Tribunal de Justiça, pela Câmara Municipal e está preste a perder o mandato de prefeito. Só tem 11 dias de exercício. Depois cai na “margaça”. Volta a ser professor, certamente!... Certamente! (A Gazeta do Vale do Araguaia 19 a 31 de dezembro de 2008. Primeira página).

O verniz ideológico destas críticas era compreendido pelo prefeito Chaparral como *“uma forma diferenciada de luta de classes”*, na qual sua permanência na prefeitura simbolizava, de certo modo, uma perspectiva de ruptura. Mais do que pertencer ao Partido Comunista do Brasil, o seu mandato representava um cunha importante no interior dos velhos preconceitos da oligarquia local:

[...] do ponto de vista da luta política, a nossa luta aqui é uma luta de classes. Ela nunca deixou de existir. Apenas as características de como elas se dão é que há um diferencial. [...] O que eu vejo em Barra do Garças é que havia um setor, uma classe, historicamente excluída, mas ela própria não tinha essa compreensão, essa leitura política, até porque a ideologia dominante era muito forte. [...] Na verdade, uma elite local não admite que o mandato da prefeitura esteja nas mãos de uma pessoa que não é detentora de posses, de que também não é de uma família daqui do município, de uma pessoa que tem origem no movimento social da esquerda, que é da educação e que não tem nenhuma riqueza do ponto de vista econômico. É inadmissível para elas ter uma pessoa assim gerindo o município (**Prefeito Zózimo Chaparral**; entrevista, junho de 2008)

Ao contrário da crise na Câmara, que acabou por iniciar certo diálogo em meados de 2007, o clima hostil provocado pela imprensa seguiu-se por todo o mandato popular. Na campanha pela reeleição de Chaparral, em 2008, a maioria dos jornais cumpriu a função de publicitários diretos do candidato oponente, além de pouco contribuir na promoção ou organização de debates entre os candidatos no sistema rádio/televisivo. Pelo contrário; Wanderlei Farias não só se recusou a comparecer aos poucos debates que tentaram ser realizados pela coligação de Chaparral, como entrou por mais de uma vez na justiça para tentar suspendê-los (e conseguiu). Tudo sob a complacência da justiça eleitoral local e do silêncio cúmplice e consentido da mídia.

4.6 – “Fogo Amigo”: As Divisões no Campo da Esquerda

“Afinal, não é fácil à liderança, que emerge por um gesto de adesão às massas oprimidas, reconhecer-se como contradição exatamente de com quem aderiu”. (FREIRE, 1993:163).

4.6.1 - O velho drama: Sindicatos de Esquerda X Governos Populares:

O desgaste político entre os trabalhadores da educação e a prefeitura popular foi objeto de variados debates no seio da esquerda barra-garcense. As contradições entre a “*vontade de realização*” e os “*limites de atendimento*”, comuns às demais administrações progressistas de ontem e de hoje, voltaram ao tablado por muitas vezes naqueles quatros anos inéditos. Questões conflitantes entre a “*independência de classe*” e as “*responsabilidades de Estado*” marcaram o tom dos ásperos encontros na mesa de negociação.

Para Fátima Resende, dirigente sindical de longa data antes de se tornar secretária de educação de Barra do Garças, parte deste desgaste não ocorreu em função da ausência de esforços do governo em reajustar os salários do funcionalismo municipal (como de verá no capítulo 6), mas sim devido à postura política assumida pelo SINTEP-MT na primeira metade do mandato popular. Segundo ela, nos momentos mais agudos da crise com a Câmara, alguns importantes sindicalistas se afastaram quando deveriam exatamente se unir à prefeitura e enfrentar a reação. Preocupados com uma possível “*perda de identidade*” caso apoiassem o governo, preferiram escutar “*o canto da mídia*” ao chamado de unidade no campo da esquerda. Isso, conseqüentemente, contribuiu para aumentar o isolamento do governo diante dos ataques das oligarquias. Porém, reconhecia Fátima, com o avançar do projeto popular nos meses de 2007 e 2008, muitos dos que se afastaram no início da jornada estavam retornando, seja pela obtenção de algumas conquistas, seja pela compreensão de que não havia outra opção no enfrentamento contra as velhas elites do que o apoio à reeleição de Chaparral:

{...} a mídia, a todo o momento, tentou desconstruir tudo isto que nós temos [2008]. E a militância, às vezes, foi pelo “*canto da mídia*”. Então, durante os primeiros dois anos, o governo se sentiu abandonado por parte dessas forças políticas que poderiam estar somando e serem propositivas, inclusive o próprio Sindicato dos Professores [da seção local do SINTEP – MT], que ficou com medo de ser apontado como “*somos governo agora*”. Ao invés de empunharem as nossas propostas como bandeiras históricas de luta, eles se afastaram. Porém, conseguimos resgatar esse apoio em alguns pontos a partir do final de 2007. E agora, neste último ano de mandato, essas pessoas parecem que começam a “acordar”, isto é, a pensar que, “*se eu não apoiar esse projeto, eu vou para qual?*” (**Fátima Resende**, Secretária de Educação. Entrevista em junho de 2008)

Na versão da direção do SINTEP, essas interpretações tomam rumos diferenciados, embora também haja pontos de convergência tanto com as posições do governo como a crítica da oposição. Para Marinalva Duarte, dirigente local de grande inserção na entidade, as conquistas obtidas pela categoria na gestão popular foram de fato efetivas e importantes. Mas, de acordo com ela, a conquista fundamental – a equiparação salarial com os professores do estado – não foi obtida, contrariando assim bandeiras históricas da luta dos educadores da cidade (dirigidas, inclusive, por Chaparral, Fátima e Kiko) e contribuindo para o desgaste do governo diante da categoria. Além disso, ela afirma que a contratação de novos funcionários em todos os setores onerou muito os cofres públicos municipais (crítica pertinente também do campo conservador), o que acabou por bloquear alguns reajustes para a categoria em função dos gastos terem atingido o teto da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Nós fizemos greves, conseguimos algumas recomposições, tivemos alguns aumentos também acima da inflação. Mas não conquistamos aquilo que foi buscado pela categoria, que era equiparar o salário dos funcionários da educação da rede municipal com a estadual. Por que colocar esse patamar, essa a comparação com a rede estadual? Porque subentendemos que somos profissionais de mesmo grau de formação, com a mesma intensidade de carga horária. Então não tem porque num mesmo município termos dois setores do funcionalismo público com salário diferenciado. Essa foi uma luta que não conseguimos. E muitas pessoas ficaram indignadas por isso. [...] Até certo ponto conseguimos chegar próximo, quando o Chaparral fala que nós equiparamos em parte. Nós tivemos conhecimento dos problemas com a lei de responsabilidade fiscal a partir de 2007 e este ano [2008]. Foi feito todo um trabalho pelo sindicato. Realmente, tivemos amplo acesso a folha e tudo mais. Mas porque se chegou ao teto? Porque a prefeitura dobrou o número de funcionários em todas as instâncias, inclusive na educação. Como ele aumentou o número de vagas na rede, isso resultou em muito mais funcionários, e foi além do que ele podia pagar. (Professora **Marinalva Duarte**, diretora do SINTEP-MT, seção de Barra do Garças. Entrevista em setembro de 2008)

Já para Omar Cirino, também dirigente do SINTEP-MT de larga experiência, um dos aspectos que pesou nos problemas de relacionamento foi o fato de o governo ter confundido, intencionalmente ou não, “transparência formal” com “transparência real”. Segundo ele, o fato de o governo popular achar que já se encontrava “em casa” no

relacionamento com a categoria lhe trouxe diversos problemas. Desse modo, as dúvidas sobre muitos temas não foram adequadamente esclarecidas, e o preparo da categoria no trato das questões do estado também deixou a desejar

Não vou dizer que haja ausência de transparência deste governo. A desconfiança da categoria é com esta “certa falta” de transparência. Talvez nem por culpa dos dirigentes agora da prefeitura, mas por conta da cultura de se fazer política no Brasil. A gente sabe que os tribunais dependem da afinação política, de que a Câmara depende da afinação política. Então, não é uma contabilidade técnica, matemática. A atual prefeitura [2008] fala que se gasta 35% da arrecadação da cidade em educação. Mas 35% em cima de que? Nunca foi apresentado isso para a gente na forma de: “*olha, a gente assina aqui em baixo!*” A gente não sabe direito, inclusive por falta de preparo técnico nosso para o assunto. E não houve uma preocupação em sanar isto. O governo colocou um grande cartaz com as despesas lá na frente na prefeitura nos primeiros anos, mas ficou por isso... (Professor **Omar Cirino**, diretor do SINTEP-MT, seção de Barra do Garças. Entrevista em setembro de 2008)

Como se vê, repetiram-se em escala semelhante os relacionamentos tempestuosos que costumam seguir-se ao término da “lua de mel” entre sindicatos de trabalhadores públicos e governos de esquerda. Em geral, os primeiros reclamam da falta de ousadia dos novos dirigentes que assumem funções no Estado, bem como o descaso com algumas bandeiras históricas de luta e até mesmo com os compromissos básicos da campanha eleitoral que os levou ao “poder”. Já os segundos julgam-se incompreendidos pelas bases em função da leitura parcial da nova situação, o que coloca em risco a governabilidade progressista e reforça a direita conservadora no seu preparo de retorno ao poder.

Além disso, os gestores progressistas passam a descobrir, como veremos no capítulo 6, que a “*valorização do magistério público*” – bem como as “*equiparações salariais*” na área da educação com outras esferas da união - não depende apenas da “*boa vontade política*” dos governantes de esquerda, mas sim do real deslocamento de grandes recursos públicos ao custo do sacrifício de outras demandas sociais, dada a extensão da população envolvida e o elevado número de trabalhadores deste imenso e moderno “proletariado formado”.

4.6.2 – “*A Foice sem o Martelo*”: a crise interna do Partido Comunista do Brasil de Barra do Garças. (2006/2008)

*Mostre-nos o caminho a tomar
Que nós seguiremos com você, mas
Não tome o caminho certo sem nós
Sem nós, este é o
Mais falso dos caminhos
Não se separe de nós
(Bertolt Brecht, apud ZIZEK, 2005:198)*

[...] Que tem erros, tem. Que tivemos dificuldades, tivemos. Mas não de nos afastamos do Partido Comunista do Brasil. Ainda acho, com todos os problemas, de que os nossos acertos no governo municipal foram maiores do que os nossos

erros. O grande problema é que os próprios camaradas têm focado muito mais nos erros, nos problemas, do que nas virtudes. Um erro nosso se sobrepõe a dez acertos. Na verdade, isto é uma inversão de valores. Estão pegando o excepcional e estabelecendo como regra. (**Prefeito Zózimo Chaparral**, PCdoB, entrevista em agosto de 2008)

Como já dito anteriormente, a crise dos dois primeiros anos do governo Chaparral se estendeu à cúpula da própria esquerda local. No entanto, contrariando algumas previsões passadas, o principal foco de atrito não foi entre as duas principais organizações progressistas da frente, o PCdoB e o PT¹¹⁹. A crise explodiu no coração do próprio PCdoB local, mais exatamente no embate entre os dois grandes personagens do partido em Barra do Garças: os “camaradas” Zózimo Chaparral e José Pessoa, respectivamente, prefeito e diretor geral do campus da UFMT em Pontal do Araguaia..

As divergências entre os dois históricos comunistas locais foram tão graves que o princípio organizativo máximo do leninismo clássico, o “centralismo democrático”, esfacelou-se diante da crise e do grau de aspereza que se formou em torno dos personagens em questão. Contudo, “milagrosamente” não aconteceram expulsões, e os embates internos permaneceram por todo o mandato.

Duas interpretações básicas podem ser dadas a esta questão. Ambas são parciais e incompletas, pois, à época das entrevistas, nem a própria organização estava segura das razões mais profundas desta divergência. A primeira hipótese da qual partimos é concentrada no enfoque burocrático, ou seja, na disputas pelo controle da máquina e dos espaços da prefeitura. Sob esta argumentação, o ponto inicial da crise teria sido a grande reforma do secretariado municipal no final de 2006, considerada por muitos depoimentos como “o segundo governo Chaparral”; ou, de acordo com outros, como o “fim do governo do PCdoB” para o “início do governo do PT”¹²⁰.

Tais argumentos não são inconsistentes, mas se baseiam no exame concreto do novo secretariado municipal. Com a reforma, o PCdoB perde 5 secretarias, caindo de sete para duas; o PT ganha mais três, totalizando seis pastas; o PP ocupa 1, e os independentes

119 É preciso ter em conta que, mesmo permanecendo como “aliados históricos” nas eleições nacionais, o PT e o PCdoB disputam o movimento de massa há mais de duas décadas. Como explicita o documento da 9ª Conferência da Organização, de junho de 2003 (página 44): “Isso [o novo cenário que se abria para o partido] se dará em meio a forte competição, principalmente com o PT, que aparece aos olhos da sociedade como partido da esquerda e que busca acentuar sua marca ligada aos trabalhadores. Situa-se aí uma disputa estratégica, de mais ou menos larga duração, que nos exige permanentemente um esforço ativo de vincar a marca classista”.

120 Esse fato repercutiu, inclusive, na mudança de rumos do primeiro projeto com o qual concorremos à seleção do presente doutoramento, em abril de 2006. Já tínhamos até o título: “Das Armas às Urnas: Tradição comunista e Educação Municipal no Vale do Araguaia”. Com a reviravolta e a crise do PCdoB de Barra do Garças - o qual, por meio da direção estadual, se recusou a considerar a gestão de Chaparral como “uma prefeitura do PCdoB” -, o projeto original da seleção teve que ser alterado para os rumos traçados na defesa qualificação de tese, ou seja, Projeto Democrático Popular”, defendido em maio de 2008

ficaram com duas. Quando se observa as secretarias que o PCdoB deixou de compor, - Chefia de gabinete; Obras; Finanças; Saúde e Comunicação, permanecendo na Secretaria da Mulher e na Secretaria de Meio Ambiente, Comércio e Indústria¹²¹.- os argumentos anteriores tornam-se bastante plausíveis. Estas pastas são substituídas pelo PP (Comunicação); pelo PT (Chefia de Gabinete e Finanças, somando-se às já pertencentes Secretaria da Educação, de Cultura e Procuradoria Geral), e os independentes: Sônia Cavallari (com um passado no 'PMDB popular' das décadas de 80 no norte Araguaia), que ocupa a pasta da Saúde, e Jairo Marques (ex-secretario de agricultura de Wanderlei Farias) que assume a Secretaria de Obras.

Como não poderia deixar de ser, a troca do secretariado gerou uma série de debates. Para o prefeito e os membros a nova equipe, a mudança foi qualitativamente positiva, pois ela não só superou parte da crise dos primeiros dois anos de governo como melhorou significativamente o trabalho técnico e administrativo da prefeitura. Isso, conseqüentemente, acabou por estabelecer uma nova fase de relacionamento entre os órgãos gestores e a sociedade barra-garcense:

Quando entrei aqui, chamei o Chaparral para conversar e disse: rapaz! Você está apanhando da imprensa dez bordoadas por dia! Cinco você merece, mas cinco você não merece. Tem que peitar! Sair da toca! Ser mais executivo! (**Jairo Marques**, Secretário de Obras de Chaparral (2007/08), ex-secretário de agricultura de Wanderlei Farias. Entrevista em dezembro de 2008)

Já para os que deixaram os cargos, a reforma imprimiu outro perfil de classe e político ao governo, afastando-o das convicções da esquerda e preparando o caminho que o levaria à derrota eleitoral em 2008:

[...] Eu vejo o problema da esquerda, como de qualquer força política que chega ao poder, é o problema da convicção. Um problema também de [falta de] audácia, de ousadia. É preciso, quando se chega ao poder, manter a convicção daquilo que nos fez chegar lá. E que tenha a ousadia de colocar-se adiante dos nossos ideais. A ousadia no cumprimento dos seus compromissos. (**José Pessoa** – militante/dirigente do PCdoB – entrevista junho/2008)

Num esforço de análise isenta e independente, seria injusto atribuir ao primeiro secretariado todas as responsabilidades pela crise (até porque cinco secretários permaneceram), bem como depositar na nova equipe todos os méritos pela melhoria de avaliação da prefeitura. Há depoimentos que defendem que a primeira equipe “segurou o tranco” na fase mais difícil da ofensiva conservadora e que, portanto, a equipe que a substituiu já chegou ao governo com “a estrada em parte pavimentada”. Porém, outras versões sobre a crise são enfáticas: se não houvesse a troca do secretariado, era bem provável que o prefeito Chaparral não terminasse o seu mandato, pois seria levado ao

¹²¹ Trata-se, apesar das três áreas, de uma só secretaria municipal de governo.

impeachment em razão do conjunto de erros e da falta de resposta política e administrativa dos secretários filiados ao PCdoB. Havia ainda a terceira opinião de que a reforma não se resumia à maior ou menor capacidade dos secretariados em debate, mas sim à abertura do leque de sustentação política à administração Chaparral, o que permitiu melhorar a base de governabilidade da prefeitura popular a partir do ano de 2007.

De qualquer modo, numa pesquisa eleitoral publicada na época da campanha de 2008, inclusive com o objetivo de atingir a candidatura de Chaparral (pois foi impressa em material de campanha da candidata do PMDB à prefeitura, a vereadora Maria do Mercado, ex-PP), pode-se comprovar que o governo popular conseguiu se recuperar significativamente a partir da segunda metade do seu mandato:

Quadro 7: Avaliação da Prefeitura de Zózimo Chaparral PCdoB (2007/08)

	9 e 10 de abril/2007	25 e 26 de fev/2008
Ótimo	1,8%	4,3%
Bom	3,6%	14,9%
Regular positivo	7,3%	14,6%
Regular negativo	2,7%	10,9%
Ruim	3,2%	18,8%
Péssimo	66,4%	35,0%
Ns/nr	5,0%	1,5%

Fonte: Mark Instituto de Pesquisa e Opinião. Rodinei Crescêncio. Informativo de campanha – Maria do Mercado. Setembro de 2008

Embora a maioria destas pesquisas não fossem qualitativamente confiáveis (dado que o candidato do PCdoB nunca ultrapassava a cifra dos 21% das intenções de voto, quando não 7% a 18%,) a somatória dos números apresentados foi a que mais se aproximou da verdade em relação ao resultado eleitoral de 2008. Se somarmos os itens ‘Regular Positivo’, ‘Bom’, e ‘Ótimo’ sobre a avaliação da prefeitura em abril de 2007, chegamos a 12,7%. Quando aplicamos os mesmos itens para fevereiro de 2008 (portanto, apenas 10 meses depois), a soma atinge a cifra de 33,8%, ou seja, mais de 20% de diferença. Como forma de medir a confiabilidade destes números, nas eleições de 2008 Chaparral alcançou 36% dos votos, contra 51% de Wanderlei Farias. Contudo, as avaliações negativas, embora tenham melhorado, continuaram altas. A somatória dos itens “péssimo”, “ruim” e “regular negativo” foi de 77,35% em 2007, ao passo que em 2008 ela foi de 64,7%, isto é: uma redução de 12,6%.

A diferença acentuada é tão grande e em tão pouco tempo que, a manter a confiabilidade expressada nos números, não há como negar que o novo secretariado imprimiu um novo ritmo à administração Chaparral, embora possa ser levado em conta de que parte do seu êxito deva-se ao momento em que ele assumiu, isto é, já com o “aprendizado acumulado” sobre os erros anteriores e sustentado pelas ações dos movimentos sociais que passaram a pressionar a Câmara de Vereadores.

*

A segunda hipótese da crise do PCdoB seria de natureza essencialmente política. Neste caso, o Professor José Pessoa faz ao prefeito Chaparral uma das acusações mais graves quando direcionadas a alguém pertencente à tradição marxista-leninista, qual seja: a de que o prefeito não só não aceitou a interlocução do Partido Comunista, mas que também “*não a viu como necessária*”. Isso, conseqüentemente, significava o desprezo pelo partido como órgão coletivo de deliberação política e instrumento fundamental da vanguarda da classe operária:

Os comunistas tem vinte anos de luta em Barra do Garças. Então, uma prefeitura comunista tem que atender primeiro as expectativas dos comunistas. E nessa jornada se perdeu essa possibilidade por falta de interlocução. Como opinião pessoal – pois não posso falar em nome de todos do partido; este fala através dos seus documentos, suas resoluções, seus congressos – eu percebo que houve uma postura política do prefeito de não procurar essa interlocução. E, mais grave ainda, de não achar interessante. Ou, inclusive, de não achar necessária a interlocução com o partido, de achar que era possível fazer uma gestão sem buscar essa interlocução. E isso eu acho que foi, em última instância, determinante para toda essa gestão que está aí. [...] O que eu te digo é que o projeto construído durante os vinte anos não era esse. Ou, então, esse projeto que está em gestação está aquém daquele projeto, muito aquém. É um projeto que não atendeu as expectativas dos comunistas. (**José Pessoa** – militante/dirigente do PCdoB – entrevista junho/2008)

Rebatendo essa crítica, o prefeito Chaparral negou que tinha se afastado das “convicções comunistas” ou de que tenha rejeitado a “interlocução do partido”. Para ele, a divergência com “alguns camaradas” era sobre a avaliação que determinados membros faziam da conjuntura política da cidade, baseada num contexto artificialmente revolucionário e extremamente centralizado na presença do partido comunista, não levando em conta a necessidade de partilhar o poder com outras forças em razão das necessidades locais, crítica esta com a qual a secretária de educação, Fátima Resende, mantinha plena concordância:

Quem afirma que eu “me afastei das convicções” não sou eu; são alguns camaradas - valorosos com certeza - na leitura deles, que são divergências de interpretar, de fazer esta leitura. Na minha leitura, eu estou cada dia mais convicto de que sou comunista, de que tenho e estou agindo com muito zelo e muita responsabilidade, e de que tenho compromisso com este projeto de partido. Alguns companheiros achavam, e acham até hoje, que as ações deveriam ser exclusivamente do partido, de não fazer concessões, não de concessões que feriam nossos princípios, mas para tornar possível a governabilidade. Não vou dizer que não tenha erros, eu acho que eu também errei. Mas alguns camaradas nossos acharam que nós já estaríamos fazendo a revolução, implantando aqui a “República Socialista de Barra do Garças”, que nós seríamos um “ilha” aqui no estado de Mato Grosso, e que aqui as políticas socialistas estariam sendo implantadas mediante nossa vontade, desconsiderando nossas dependências de articulações políticas (**Prefeito Zózimo Chaparral**, PCdoB, entrevista em agosto de 2008)

[...] Muitos militantes considerados “pontos chaves” de política e de partido [PCdoB] não tiveram essa compreensão [...] A minha leitura da questão do PC do B é a de que, nos primeiros momentos após a vitória, o partido pensava que chegar ao governo já seria uma revolução imediata, sem analisar todas as questões (**Fátima Resende**, Secretária de Educação. Entrevista em junho de 2008)

Não vivenciamos diretamente essa crise no seu auge, mas sim nas suas conseqüências. Portanto, nossa opinião sobre o episódio é limitada, uma vez que se baseia na análise dos testemunhos e no acompanhamento direto do fato a partir de outubro de 2007 e por todo o ano de 2008. Mesmo assim, achamos difícil que um quadro de tantos anos como o professor José Pessoa, bem como aqueles que o apoiavam, julgassem estar “fazendo uma revolução” em Barra do Garças. Nos questionamentos que lhe dirigimos, ficava clara a sua percepção de que toda e qualquer prefeitura tem a sua autonomia e particularidade política¹²².

Contudo, nesta mesma conversa percebe-se que havia divergências sérias sobre as forças com quais se deveria fazer uma maior articulação política, e isso não se restringia à esfera da esquerda progressista local, mas que se estendia também ao campo liberal/conservador estadual e federal. Deve-se lembrar que, à época, enquanto o prefeito Chaparral se aproximava do PT mato-grossense por meio das negociações com o deputado Carlos Abicalil (PT-MT), o PCdoB nacional dava início à construção de um bloco parlamentar alternativo com o PDT e o PSB, no sentido de buscar maior autonomia diante do PT. Além disso, o PCdoB estava deixando a CUT para criar uma nova Central Sindical (a “sua”, segundo os críticos), a CTGB. É de se presumir que toda essa movimentação exerceu influência sobre a crise analisada, embora em primeira instância ela foi causada, a nosso ver, por problemas estritamente locais, em especial no que tange à fatia de poder que caberia ao Partido no controle político e administrativo da prefeitura. Naturalmente, somavam-se à natureza da crise as rivalidades pessoais entre os dois dirigentes, as quais se misturavam aos embates políticos e obscureciam o esclarecimento de algumas divergências.

Em contrapartida, é improvável que Zózimo Chaparral tenha se “afastado das convicções da organização”. É certo de que ele poderá, num futuro imprevisível, sair do partido e filiar-se a outro em função de tudo o que aconteceu. Mas não cremos que isso

¹²² “Há duas questões: primeiro, prefeitura é prefeitura, e partido é partido. E isso é salutar. A outra são as dificuldades que permeiam as relações entre partido e poder. Esta contradição na atual [2008] Prefeitura de Barra do Garças o PCdoB não conseguiu resolver. Nunca houve uma construção coletiva para a solução desse problema. E eu diria que não foi um problema do PCdoB. Creio que não houve vontade política do prefeito Chaparral em construir isso. [...] Talvez a partir da posse o Partido Comunista já não tenha tido esse fôlego todo. Mas isso vai ficando claro a medida que o prefeito resolve se cercar de uma assessoria que não era uma “assessoria política”, do ponto de vista da construção política, mas de uma assessoria que lhe era cômoda. E isso, no meu entendimento, é uma opção política” (José Pessoa – militante/dirigente do PCdoB – entrevista junho/2008)

“mudará suas convicções”, basta ver pela sua trajetória de vida e a maneira como falava do partido ao qual pertencia há mais de vinte anos. No auge da crise, poderia com toda certeza ter emigrado para o PT e lá ser bem recebido, mas permaneceu enrolado à bandeira vermelha com a foice e o martelo em meio a todo o tipo de agressões dos leões vorazes da reação barra-garcense.

Arriscando-nos aqui a um comentário final sobre uma questão que cabe mais ao debate interno do PCdoB do que às investigações propostas pela tese, cremos que parte desta crise pode estar relacionada à atual transição histórica e política vivenciada pelo Partido, ou seja, a passagem de suas origens stalinistas para um “*partido marxista-leninista moderno*”, integrado à democracia institucional e mais “*inspirado em Lula do que em Lênin ou Marx*”, como prega o atual candidato a senador pelo estado de São Paulo, o popular apresentador, cantor e compositor Netinho de Paula (“*Comunismo à moda da casa*”; Jornal Folha de São Paulo, 11 de julho de 2010: E12).

De fato, quando comparamos as diretrizes da 9ª Conferência Nacional do PCdoB, realizada em junho de 2003, com uma das principais premissas enfatizadas por Lênin na defesa da concepção do “partido de vanguarda” – isto é, “o grupo pequeno, compacto, disciplinado e militarmente centralizado”, perfeitamente delineadas no seu clássico “*Que Fazer?*”, de 1903 -, percebe-se não só o largo distanciamento contextual e histórico entre duas épocas (exatamente um século), como também a dimensão dos desafios do Partido cujo desfecho não ousamos fazer previsões:

[...] Pequeno grupo compacto, seguimos por um caminho escarpado e difícil, de mãos dadas firmemente. Estamos rodeados de inimigos por todos os lados e temos de marchar quase sempre debaixo do seu fogo. Unimo-nos em virtude de uma decisão livremente tomada, precisamente para lutar contra os inimigos e não cair no pântano vizinho, cujos habitantes, desde o início, nos censuram por nos termos separado num grupo à parte e por termos escolhido o caminho da luta e não o da conciliação. E eis que alguns de nós começam a gritar: ‘Vamos para o pântano!’ E quando procuramos envergonhá-los, replicam: Que gente tão atrasada sois! Como é que não tendes vergonha de nos negar a liberdade de vos convidar a seguir um caminho melhor!’ Oh!, sim, senhores, sois livres não só de nos convidar, mas também de ir para onde melhor vos parecer, até para o pântano! Até pensamos que o vosso verdadeiro lugar é precisamente o pântano e estamos dispostos a ajudar-vos, na medida das nossas forças, a mudar-vos para lá. Mas, nesse caso, largai-nos a mão, não vos agarreis a nós e não mancheis a grande palavra liberdade, porque nós também somos ‘livres’ para ir para onde melhor nos parecer, livres para combater não só o pântano como aqueles que se desviam para o pântano!’ (LÊNINE, V I. “*Que Fazer?*” . Edições Avante! 2ª edição. Lisboa-Moscovo, 1977. Página 16-17)

[...] Precisamos diversificar o perfil e o caráter da militância comunista. Estabelecer um diálogo mais aberto entre o Partido e a sociedade atual e suas relações de conflito. Vincar mais fortemente a corrente comunista no cenário político, social e cultural do país. Militância não deve ser supressão das inclinações nem das potencialidades pessoais. Um militante é um cidadão ou cidadã, com sua vida pessoal, familiar, profissional, acadêmica, subjetiva; seu papel social é enriquecedor da militância política. Ser

militante é, mais precisamente, infundir os valores e o projeto do Partido à vida e luta sociais nas quais se atua, em quaisquer graus e níveis. (9ª Conferência Nacional do PCdoB, Junho de 2003, página 45)

Na perspectiva histórica da tradição comunista brasileira, a crise do PCdoB em Barra do Garças foi gravíssima, e com certeza repercutirá durante muito tempo nas estratégias políticas da organização em todo o estado do Mato Grosso, uma vez que o prefeito Chaparral era a sua maior figura pública. Muitos das feridas resultantes daqueles embates ainda não cicatrizaram, como pudemos constatar nas entrevistas e nas conversas com diversos membros da base militante ao longo dos anos de 2007 e 2008. Nesse sentido, tudo indica que, como aposta Zózimo Chaparral, somente o tempo esclarecerá as divergências do Partido à época do mandato popular, resgatando assim aqueles ricos momentos em que uma administração de esquerda ousou enfrentar as oligarquias barra-garcenses no interior dos seus domínios:

Eu tenho certeza que só o tempo vai dizer. Não adianta aqui fazermos pré-julgamentos, dizer que o “Chaparral traiu” ou “se distanciou”. Em algum momento histórico nós vamos fazer esta leitura com mais propriedade, com mais tempo, com mais tranqüilidade (Prefeito Zózimo Chaparral, PCdoB, entrevista em agosto de 2008)

4.7 – Um projeto democrático popular específico em condições específicas

Como se pôde verificar na exposição deste capítulo, as dificuldades enfrentadas pela primeira experiência de um governo popular em Barra do Garças foram complexas e geraram múltiplos focos de reação, inclusive das forças que compunham o próprio campo progressista. Porém, vimos que muito destes focos eram fabricados e superdimensionados por toda uma série de artifícios políticos e jurídicos, os quais só permaneceram ativos por obra e graça da hostilidade da Câmara e de parte importante dos meios de comunicação locais. Assim, independente das interpretações que se façam sobre a provável ou real “ineficiência” da administração popular, é clara a percepção de que a oposição radical ao mandato de Chaparral nunca surgiu de fato dos setores realmente populares. Certamente que houve variados graus de insatisfação e resistência dessas camadas nos anos mais conturbados de 2005 e 2006, ou mesmo depois, já com maior estabilidade no cenário político, seja por ausência de grandes obras, seja por erros cometidos pelo governo¹²³.. Mas, ainda assim, a prefeitura nunca apareceu aos olhos das massas, bem como da classe

¹²³ Segundo uma análise feita por Kiko sobre a derrota de 2008, o foco de maior insatisfação à administração da prefeitura popular veio das classes empresariais, no sentido amplo do termo, ou seja, o vasto setor composto pelos pequenos, médios grandes comerciantes. E isto, avalia Kiko (bem como Chaparral, em conversa posterior), não foi somente devido à uma das “facetas da luta de classes”. Embora ela estivesse aí embutida, a forte oposição deste setor foi causada também pelos erros de estratégia de comunicação do governo popular, o qual não conseguiu elaborar uma proposta política na perspectiva de que o médio e pequeno empresariado se sentisse também representado nos programas da prefeitura.

média em geral, como uma administração “*anti-popular*”, até porque o cerne da maioria dos seus projetos era marcado exatamente pelo forte apelo social e distributivo.

Ao longo dos anos de 2005 a 2008, se trabalhou muito para que a antiga “*capital do vale do Araguaia*” passasse a ser vista como a “*cidade da inclusão social*”¹²⁴. De fato, o conjunto das ações administrativas da época justificava plenamente a marca desta nova denominação, tais como: **1)** a prioridade radical aos investimentos na educação pública; **2)** a construção de novas e adequadas escolas indígenas nas reservas do município; **3)** os reajustes no salário do funcionalismo público municipal, bem como a recuperação do fundo de pensão deste setor e a permissão do gozo de licenças-prêmio (ambos, respectivamente, dilapidado e interrompidas ao longo de gestões passadas; **4)** o esforço de se cumprir as decisões do ministério público voltadas à assistência de crianças e idosos em estado de risco, como também de apoio e renovação de contratos com creches e abrigos de assistência social conveniados à prefeitura; **5)** as obras de contenção de erosões localizadas na periferia e, principalmente, o diálogo sempre aberto com todos as classes sociais.

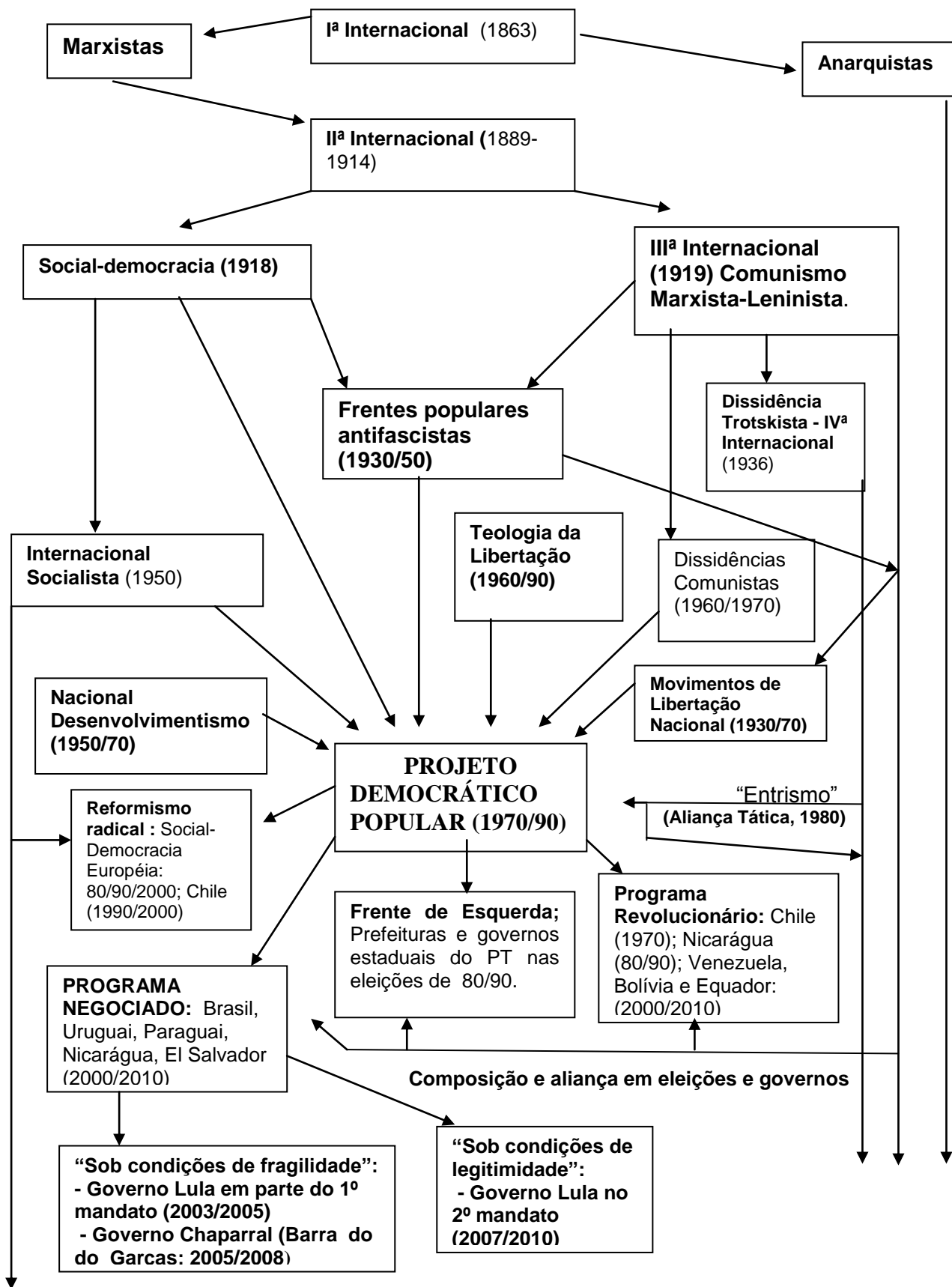
Diante dessas ações e características de governo, a gestão municipal de Barra do Garças naqueles anos pode ser considerada, sem dúvida, como uma *administração de esquerda*, comprometida com o ideário educacional progressista e com os referenciais históricos do socialismo na perspectiva da “*radicalização democrática*”¹²⁵. Porém, as condições políticas e históricas que o cercaram desde a vitória eleitoral obrigaram-no a adotar, como necessidade de sobrevivência, táticas e estratégias bastante específicas no cenário real da luta de classes do município. Portanto, no que tange à delimitação política desta experiência, cremos que se tratou de um projeto de esquerda adaptado às condições e possibilidades locais, ao qual denominamos de “*projeto democrático popular negociado em condições de fragilidade*”

Tal “*categorização*” não ocorreu de forma gratuita. Ela resultou dos nossos estudos acumulados sobre o processo de “*reconversão democrática*” das esquerdas brasileiras e latino americanas nas últimas quatro décadas (1970/2005), cuja gênese data do início dos anos de 1930, quando os comunistas da IIIª Internacional criaram as “*frentes populares antifascistas*” em aliança com frações importantes da social-democracia e com setores liberais democráticos nacionalistas (**Quadro 8**)

124 Revista Brasil VIP Mato Grosso. Ano I, Edição nº 1, Maio de 2008, páginas 6-7

125 “Daí essa exigência radical, tanto para o opressor que se descobre opressor, quanto para os oprimidos que, reconhecendo-se contradições daqueles, desvelam o mundo da opressão e percebem os mitos que alimentam – a radical exigência da transformação da situação concreta que gera a opressão” (Paulo Freire, “Pedagogia do Oprimido”, 1987: 37)

Quadro 8 - Formação histórica do Projeto Democrático Popular e derivações atuais. Proposta de categorização aproximada da especificidade de Barra do Garças:



A elaboração ilustrativa do quadro histórico demonstrado buscou subsídios em algumas obras voltadas à história da esquerda mundial e latino-americana, particularmente no enfoque da concepção do chamado “Campo Democrático popular”, tais como BARSOTTI e PERICÁS (1980); BRANDÃO (1997); CASTAÑEDAS (1994); DASSÚ (In: HOBBSAWM: 1986: 293); DIAS (1983); FREIRE (1991 e 1992); PALUDO (2001) e SILVA (1985). Também foi de fundamental importância o delineamento político atual das esquerdas sul-americanas apresentado por FORCHERI (2004), bem como a proposta metodológica de AZEVEDO (2004), a qual incorpora as abordagens social democrata e marxista como uma “*solução importante de busca e de um caminho teórico analítico de capaz de dar conta da apreensão dos processos das políticas sociais*” (idem :38). Complementou a montagem do quadro a consulta periódica e constante aos artigos pesquisados nas edições rotineiras da revista “Caros Amigos”, “Revista Forum”, “Jornal Le Monde” e na coleção dos periódicos do “Cadernos do Terceiro Mundo”.

Portanto, o fato de o PCdoB ter sido o partido dirigente de um governo municipal democrático popular não soa necessariamente como uma novidade histórica. Tampouco se constituiu em “negação de princípios” o partido ter negociado parte deste projeto com frações das elites tradicionais de Barra do Garças. Longa tem sido a aliança histórica dos comunistas com os movimentos democráticos da esquerda progressista ou liberal de diversos matizes, comprometidas com o avanço das instituições democráticas numa perspectiva soberana e distributiva¹²⁶, como se vê claramente no programa da coligação de Chaparral apresentado na campanha de 2004:

Chaparral quer ampliar e fortalecer a democracia em nosso município, implementando um Orçamento Participativo, Conselhos Setoriais de Desenvolvimento, Conferências Populares e o fortalecimento da Câmara Municipal. Esta é a forma de alcançar a eficiência administrativa e possibilitar o aprendizado coletivo, necessário a um município como o nosso, cujas gestões governamentais sempre foram elitistas e restritivas à participação popular. A vitória de Chaparral é um caminho seguro para Barra do Garças viver um novo estilo de governo, integrando, unindo e ouvindo a população, resgatando o verdadeiro sentido da democracia: a participação da sociedade nos destinos do nosso município. (Programa de governos da Coligação “Barra de Todos, Barra Melhor”. Eleições de outubro de 2004, página 3).¹²⁷

Assim, pelo que pudemos acompanhar deste tão conturbado quanto rico processo histórico da cidade de Barra do Garças, a derrota da esquerda barra-garcense na sua

¹²⁶ “Programa Socialista e Estatuto do Partido Comunista do Brasil” (2005)

¹²⁷ Ao lado do texto do programa, seguem-se importantes propostas de implementação daqueles objetivos: “Criação da Ouvidoria Municipal, para atender as críticas, reclamações e sugestões da população; - Atuação no contexto regional e estadual, estreitando os laços e as articulações políticas com os municípios do Vale do Araguaia, buscando o desenvolvimento regional em Mato Grosso e Goiás; - Atuação no contexto nacional por mudanças na economia, em defesa do desenvolvimento e do emprego”. (idem, eleições de Outubro de 2004:3)

tentativa de reeleição não foi causada pelo “distanciamento do governo” em relação aos seus compromissos históricos, e sim em função das condições de fragilidade política em que se encontrava. Como constatamos nas nossas observações sobre a campanha eleitoral de 2008, o governo popular podia até não estar capitalizando eleitoralmente o resultado de suas ações administrativas, mas também nunca perdeu, a despeito das tensões e conflitos anteriormente descritos, sua ligação com a base social que o construiu e lhe deu apoio quando precisava

Compreender porque esta base popular, bem como o discurso educacional sócio-transformador de alto nível, não preponderou eleitoralmente sobre as oligarquias da velha ordem constituiu-se, sem dúvida, na indagação central desta tese. Passemos, portanto, nos próximos dois capítulos, às principais investigações empreendidas na busca dessa resposta.

PARTE III

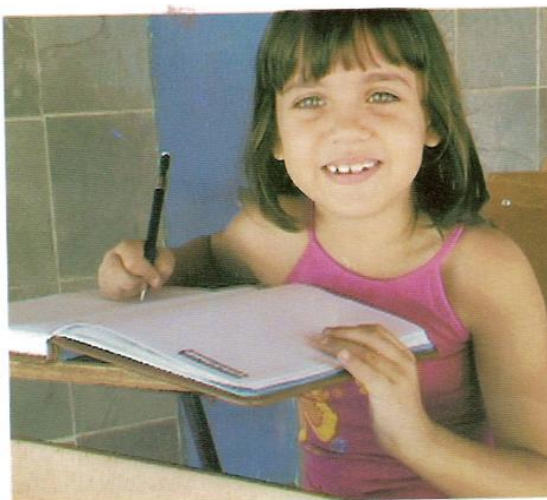
Sonhos além dos limites?

A experiência educacional das esquerdas progressistas em Barra do Garças: vitória democrática; derrota eleitoral

Figura 4: Programa de Educação da candidatura Chaparral, 2004

Educação

Chaparral garantirá uma educação infantil e fundamental que seja referência nacional e da UNESCO, em conformidade com os anseios dos profissionais da educação e do povo barragarcense. Chaparral consolidará Barra do Garças com pólo universitário, fortalecendo as instituições públicas e privadas já existentes e criando de mecanismos para atrair novas faculdades e novos cursos. Chaparral atuará para ampliar o campus da UFMT no Médio Araguaia (ICLMA), através de convênios/parcerias com os governos estadual e federal.



(Fonte: Programa de governo da Coligação “Barra de todos, Barra melhor”, apresentado na eleições municipais de 2004)

O maior desafio da educação hoje está no nível municipal, ainda que se possa dizer que toda educação no Brasil seja desafio urgente. É preciso olhar com absoluto carinho para a Educação Municipal, porque é aí que começa o drama da nossa cidadania coletiva. (DEMO, 2003:11)

“Ao Poder Público no Estado e no Município cabe ampliar e promover espaços públicos. Cabe fazer o movimento inverso do privado; é movimento dos e pelos direitos” (Miguel Arroyo, na abertura do “Relatório de Gestão 2005”, da Secretaria de Educação de Barra do Garças - MT).

“Uma boa radicalidade, para que seja evangélica – santificadora e libertadora -, deve ter sua pedagogia. A pedagogia da radicalidade evitará o radicalismo do gueto e salvará a contemporização da convivência” (CASALDÁLIGA, 2007:115).

CAPÍTULO 5: A Escola Pública como estratégia central de construção do governo democrático popular em Barra do Garças: riqueza teórica, limites na prática

Destacamos neste capítulo dados e informações sobre as questões educacionais da tese, sem, contudo, desconectá-los da exposição anterior. Esforçamo-nos, portanto, em debater as bases teóricas do projeto educacional das esquerdas barra-garcenses ao mesmo tempo em que o acompanhamos nos desafios por ele enfrentados na gestão do sistema de ensino municipal (2005/08).

Em função da diversidade dos temas envolvidos, optamos por privilegiar cinco tópicos que compõem a exposição. O primeiro concentra-se nas premissas sócio-educacionais que norteavam as estratégias político/pedagógicas da secretaria de educação, basicamente hegemônicas pelo Partido dos Trabalhadores. Com base nos depoimentos dos dirigentes e nos documentos programáticos da referida pasta, debatemos sobre as diretrizes que orientavam o governo popular na tentativa de transformar a cidade num “*pólo educacional regional*”, por meio do qual se pretendia consolidar uma nova alternativa de poder municipal e, mais do que isso, de transformação da estrutura social da cidade.

O segundo tópico volta-se ao posicionamento do PCdoB local e nacional na construção e desenvolvimento daquele projeto. Para tanto, recordamos algumas premissas históricas da tradição comunista no debate da educação pública e popular. Aqui se percebe que, embora o Partido Comunista do Brasil não tenha a mesma influência que o Partido dos Trabalhadores no debate pedagógico nacional - fruto de todo um processo histórico anterior – em Barra do Garças os comunistas conseguiram, mesmo sem a marca de uma “coloração própria” no campo da esquerda, exercer um papel importante na expansão daquele projeto, devido, em grande, parte à postura pessoal do prefeito Zózimo Chaparral.

Dando continuidade às investigações de caráter político, comentamos de forma breve no terceiro tópico a influência histórica do SINTEP-MT na formação dos dirigentes da esquerda mato-grossense e da cidade de Barra do Garças. Resgatamos aqui o debate sobre um posicionamento que parece ser unânime na visão política da maioria dos entrevistados, ou seja: o caráter precursor da entidade na construção do cabedal prático e teórico que, de forma inédita e pioneira, nortearia todas as demais lutas e ações políticas nacionais em prol da gestão democrática dos sistemas públicos de ensino.

Os itens seguintes examinam a aplicação prática deste projeto nos principais aspectos de gestão. Assim, no quarto tópico, esforçamo-nos em situar o projeto em estudo no contexto do debate progressista voltado à municipalização do ensino público nas duas

últimas décadas, observando tanto as similaridades de diagnóstico como as transformações ocorridas em Barra do Garças com a implantação do FUNDEB, em 2007.

No quinto tópico, investigamos as principais diretrizes pedagógicas dos “Planos Municipais de Educação” elaborados ao tempo do governo popular, bem como a postura de relacionamento da secretaria de educação com os trabalhadores das escolas do município. No intuito de analisar os possíveis resultados das políticas educacionais implementadas pelo governo popular, apresentamos também, de forma pontual, um conjunto de tabelas no qual o município de Barra do Garças é comparado às demais cidades-pólos mato-grossenses, particularmente no que compete aos resultados do IDEB no período 2005-2007.

Por fim, encerramos o capítulo com a exposição das matrículas registradas no período 2004-2008, quando debatemos sobre as diferenças entre os números informados pelos representantes do governo popular nos discursos de campanha (2008) e os dados oficiais registrados no INEP.

5.1: De “*Cidade Pólo*” a “*Pólo Educacional*”: as perspectivas teóricas e programáticas das esquerdas barra-garcenses na construção de um projeto educacional transformador.

Chegamos, pois, ao ponto fundamental deste trabalho. Muito já comentamos sobre a vitória eleitoral das esquerdas barra-garcenses no pleito de 2004, como também das imensas dificuldades por elas enfrentadas na administração da prefeitura popular. Contudo, a ampla descrição das particularidades históricas e políticas da cidade tiveram o objetivo de subsidiar, em primeiro lugar, a principal indagação levantada no início desta tese, ou seja: diante de tanta oposição e enfrentamentos adversos, teria a “*Prioridade à Educação*” do governo Chaparral potencial político suficiente para superar esses desafios?

Como já dito em passagens anteriores, o foco na educação pública municipal sempre fora, ao lado da democratização das relações institucionais com os cidadãos, a principal linha de construção discursiva do governo popular de Barra do Garças. Houve, decerto, outras frentes de apoio ao discurso social da prefeitura naquele período, tais como a questão da preservação ambiental, os espaços culturais de cidadania, a saúde pública de natureza preventiva e participativa e, a partir da segunda metade do mandato, a política habitacional de vínculo social e popular. Porém, decididamente, nenhum deles superou em escala e importância a educação como “porta-voz” material e simbólico da imagem do Governo Chaparral, com a qual os principais quadros políticos da prefeitura faziam questão de se identificar. Para estes, além da questão pedagógica, o campo educacional poderia vir a ser o principal impulsionador de uma futura “*vocação estratégica*” de desenvolvimento

econômico e social do município, transformando-o assim, ao longo e após o mandato popular, num importante “Pólo Educacional” do vale do Araguaia mato-grossense.

Na perspectiva deste ideário, as ações tomadas no sistema de ensino municipal seriam agregadas, por iniciativa e esforço político da prefeitura popular, aos projetos federais de educação do Governo Lula para o município, articulados em torno de dois futuros espaços de formação profissional e de produção do conhecimento, a saber: a inauguração de uma grande unidade de ensino técnico federal e a expansão do campus da UFMT de Pontal do Araguaia para a cidade de Barra do Garças.

Para Kiko, a conquista eleitoral de 2004 imprimiu ao setor da educação municipal uma “dupla função” de responsabilidade política, ou seja, a melhoria específica do corpo estrutural da escola e a coordenação de novos e futuros projetos, para além das fronteiras que usualmente a delimitam:

“Os educadores conseguiram ser centrais nessa vitória, tendo em vista que foram partícipes ativos na construção do projeto de governo que foi apresentado à sociedade. Evidentemente que outras forças construíram o projeto e deram conta de que ele pudesse “alavancar” a chegada do Chaparral ao poder municipal. Contudo, qual é a centralidade? A centralidade é de trazer para a discussão, produzir e fazer pensar, e ir para as ruas numa militância de muito “aguerrimento”, no sentido de dizer: “nós estamos aqui não só para representar a educação, mas todos os nossos sonhos, todas as nossas perspectivas de futuro. E, junto com o projeto “macro”, a educação tem centralidade nisto, e nós podemos trabalhar para que isso aconteça de fato. Então, a educação, sem dúvida, e os educadores, de maneira especial, têm centralidade na construção do projeto, na vitória [eleitoral, em 2004] consolidada pelo projeto, bem como na sua manutenção (Kiko, Chefe de Gabinete da prefeitura. Entrevista em maio de 2008).

Às intenções de estruturação material e pedagógica deste projeto somavam-se as pretensões desafiadoras de natureza política. Estas, conectadas ao debate pedagógico das correntes progressistas contemporâneas, almejavam alcançar objetivos bastante avançados se levarmos em conta a herança histórica e a escala populacional do município. Como nos sonhos de Anísio Teixeira, tratava-se de implementar, como “coluna vertebral” das ações da prefeitura democrática popular, uma gestão na rede municipal de ensino que também se viabilizasse como o espaço promotor de uma nova “estrutura social da cidade”:

Nós, educadores, estamos sendo desafiados a encontrar novas alternativas para humanizar as relações “sociedade-homem-mundo”, pois deste exige-se solidariedade, ética, criatividade, conhecimentos das ciências, das letras, das artes, da cultura, da informação, da informática, etc. [...] Nesse sentido, **o sistema escolar deverá ser um dos elementos-chave da estrutura social de Barra do Garças.** Para tanto, todo o sistema institucional e operacional da educação deve-se colocar a serviço do povo, com projetos desenvolvidos pela escola, tendo a perspicácia de que não se pode fazer mudança profunda no sistema de ensino sem um projeto social e um projeto

de escola (Documento da Secretaria de Educação no primeiro ano de governo: “**Relatório de Gestão**” 2005; página 16; grifos nossos).

Ao longo das entrevistas com os principais articuladores públicos deste projeto – o prefeito Zózimo Chaparral, a professora Fátima Resende e o Professor Kiko – uma impressão nos ficava bem clara: independente das limitações (ou não) da própria educação como instrumento capaz de empreender transformações desse nível, essa era a meta histórica que permanecia nos “*corações e mentes*” destes “militantes-professores” há mais de duas décadas. Porém, apesar da profunda orientação ética dos seus objetivos, estes não se resumiam ao campo formal do idealismo educacional. Tratava-se também, em primeiro lugar, na profunda crença dos nossos interlocutores de que a prioridade à educação se coadunaria, de forma plena, às aspirações mais imediatas dos trabalhadores de Barra do Garças. Com o tempo – imaginavam estes dirigentes – esta prioridade se converteria numa sólida base de apoio político e social, diante da qual os herdeiros dos coronéis do garimpo, da pecuária latifundiária e das grandes redes comerciais teriam que reconhecer e se curvar.

“A questão que nós observamos dentro da escola, há que se trabalhar com as letras, com as artes, as ciências, socializando-as para o trabalhador. Assim, dentro da perspectiva de Marx, dialética, vejo que a escola tem que trilhar esse caminho, porque a escola pública trabalha com todas as classes sociais, mas, basicamente – e principalmente – para os trabalhadores. E aqui em Barra do Garças nós trabalhamos mesmo é com os filhos dos trabalhadores, pois as nossas escolas ficam instaladas nas periferias, nos bairros mais distantes, nos distritos, nas aldeias. É o trabalhador, é o homem do povo que está ali. Eu entendo que Marx abre um leque para os educadores de vislumbrar a possibilidade de termos uma sociedade que não é a da mais valia, que não é a da exploração, mas sim da generosidade, da partilha [...]. Hoje eu vejo a educação como uma questão estratégica de um governo democrático-popular, que coloque a educação como estratégia de transformação social de fato. Então, hoje, o investimento na educação, no preparo do profissional, o investimento na transformação do chão da escola como espaço de trabalho, é cada vez mais importante. Aqui na Secretaria de Educação nós fazemos o planejamento estratégico nesta perspectiva. Toda semana, eu me reúno com meus assessores já na segunda-feira para que tenham em mente as nossas proposições de governo (Professora **Fátima Resende**, Secretária de Educação, entrevista junho de 2008)

A dimensão do caráter de classe como a base propulsora dos projetos educacionais era a perspectiva de maior ousadia para os padrões de uma cidade politicamente conservadora¹²⁸. Mais do que melhorar as condições físicas e materiais das escolas, as

¹²⁸ Diríamos que esta ousadia já se mostrava presente na própria reflexão de buscar na dialética de Marx a inspiração de um programa educacional progressista, quando até mesmo autores de longa data – como Madan Sarup - não enxergavam no criador do “socialismo científico” os embasamentos necessários para a orientação de programas educacionais progressistas: “Marx não escreveu diretamente sobre educação, preferindo analisar a economia política. Se quisermos compreender o que ocorre em nossas salas de aula através de uma análise marxista, teremos o problema de usar o que consideramos como seu método, seu estudo conceitual, ou então procurar novos conceitos para estudar esse campo”.

ações da secretaria de educação deveriam se transformar em instrumentos efetivos de combate às velhas e novas formas de exclusão social. Sob estas premissas, a nova escola municipal aproximava-se da perspectiva crítica gramsciana, ou seja, voltada à construção de um espaço popular na produção do conhecimento não alienado e em consonância com dinâmica social contemporânea, o que teoricamente a remetia ao ideário pedagógico da *“universalização da escola unitária, que envolva o ensino básico e médio como um direito de toda criança e todo o jovem como dever do Estado”* (FRIGOTTO, 1995: 83),

O desafio ao qual nos propomos é de não continuarmos perpetuando a escola como máquina de exclusão. Temos a responsabilidade de compreender que é preciso aprender a não se enredar com falsas questões e a pensar a escola de forma mais ampla. O valor da defesa de uma escola básica, unitária e de caráter universal reside no fato de que ela desempenha um papel político importante e insubstituível no mundo moderno. (Documento da Secretaria de Educação no primeiro ano de governo: “Relatório de Gestão” 2005; página 13)

Portanto, como já as comentamos no capítulo 1, clara são as “ligações orgânicas” do projeto das esquerdas barra-garcenses com toda a herança teórica e prática da tradição educacional progressista e católica libertária. Esta consiste na adaptação das premissas centrais do materialismo dialético às condições sociais do Brasil e às aspirações educacionais (reais ou imaginárias) das camadas populares. Com isso, parte-se da possibilidade de se trabalhar novos enfoques da dialética marxiana no sentido de desenvolvê-la na sua estrutura epistemológica¹²⁹ e, por conseguinte, transformá-la em “instrumento” (mediação) de ação política/institucional no campo real da luta de classes das democracias liberais:

Designa-se, com ela [a educação do campo democrático popular], uma compreensão da educação instituída, pública ou não, como uma prática social construída historicamente. Esta prática social e histórica se faz mediada por sujeitos políticos e recursos, que articulam em torno de si diferentes campos de forças políticas e culturais. Estas forças disputam entre si a direção para as práticas educativas (fins e meios) e articulam-se de forma orgânica com a perspectiva de determinados direcionamentos (projetos) econômico, político e cultural da sociedade no seu conjunto. A esfera da educação – qualificação humana -, deste modo, é entendida como um espaço de disputa de hegemonia, assim como as esferas da política e da economia, compreendendo-se por qualificação humana. (PALUDO, 2001:65)

(SARUP: 1986: 124).

129 Debatermos com maior precisão esse enfoque teórico no projeto de qualificação de tese, quando recorremos aos autores que nos subsidiaram na investigação da “abertura teórica” da dialética de Marx na construção de novos campos de ação social e linhas educacionais de pesquisa, tais como: BOURDIEU, (2004: 30); FREIRE (diversas passagens); FREITAS (2005: 61 e 62); ; HESS (2005: 34); LUKÁCS (2003:64); MARTINS (1996: 15 e 16); (MÉZÁROS (1983; 188; VIANA (2007; WOOD (2003: 59). Uma síntese deste debate encontra-se em CARON (2010)

Refletindo sobre as adaptações desse ideário de base gramsciana ao contexto específico da esquerda barra-garcense, Kiko revelou uma particularidade de método já apontada por Fávero (2006:109) na formação ideológica da militância educacional progressista brasileira. Quando conversávamos sobre a relação entre a tradição marxista latino-americana e os movimentos sociais da esquerda local, ele confirmava que, embora o conceito de “Estado ampliado” tenha se consolidado como o referencial programático mais influente na formação do Partido dos Trabalhadores, a base da militância local não “rompeu” com as perspectivas pedagógicas de teor religioso-libertário, cerne ideológico que sustentou a luta social ao longo dos vinte anos de sua atuação em Barra do Garças:

Os princípios básicos estão fundamentados na democracia, na participação, na autonomia. Não se fala de políticas públicas em educação sem que estes princípios estejam norteando as ações de governo, em que pese esse governo tenha em vista sua linhagem de esquerda. [...] Há uma participação efetiva dos vários atores no processo de fazer educação com qualidade e oferecendo qualidade de vida às pessoas. Nada é dado de graça. Tudo é conquistado. A tradição ao longo da história do nosso trabalho em Barra do Garças, tendo em vista o grupo que se formou há vinte anos, se dá no materialismo histórico dialético, e digamos que de certa forma “se adapta” ao modelo de fazer política no Brasil, à nossa realidade barra-garcense. E, neste sentido, nós construímos a perspectiva de governo popular que desse às pessoas a condição de pensar, fazer e agir. Isto é muito religioso, vem da educação popular, de Puebla, etc. A maioria de nós é oriunda dos movimentos da Igreja, das CEBs. Mas, certo ou errado, bom ou ruim, me parece que, muitos anos depois, a maioria de nós continua se orientando pelo “ver, julgar e agir” (Kiko, entrevista em maio de 2008).

5.2 - Programa petista com “*tempero comunista*”?

[...] Do sistema fabril, conforme expõe pormenorizadamente Robert Owen, brotou o germe da educação do futuro, que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de elevar a produção social e de único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos (MARX, O CAPITAL, 1989 [1872]: 554)

Percebe-se pela exposição dos argumentos que, mesmo comandada por um prefeito do PCdoB, a direção das políticas educacionais da prefeitura se encontrava sob hegemonia do Partido dos Trabalhadores, seja na responsabilidade institucional da pasta, seja na elaboração e encaminhamento dos projetos pedagógicos. Aliás, a educação foi uma das poucas secretarias que manteve a mesma titular do primeiro ao último dia de governo, o que acabou por fortalecê-la ainda mais no interior da máquina administrativa da prefeitura. Ao longo de todas as entrevistas, não percebemos nenhuma queixa de quaisquer outros secretários, da primeira ou da segunda equipe, sobre a prioridade dada à educação. Ainda que oriundos de diferentes origens e partidos, eles sempre a defenderam de forma enfática como o carro chefe da imagem e das decisões políticas do governo, observando-se também

que, até o resultado das eleições de 2008, a maioria do secretariado acreditava na vitória exatamente por causa dela.

Nesse sentido, não há como negar a competência técnica e política que a professora Fátima Resende imprimiu à pasta, resistindo às pressões oposicionistas nas épocas mais difíceis e negociando de forma respeitosa nos momentos em que era necessário, postura essa reconhecida com sinceridade pelas vozes mais críticas de oposição ao governo. Na conversa que tivemos com a Vereadora Antônia Jacob (ex-PFL e atualmente PR), é clara a percepção de que, independente das suas tentativas de exaltar o governo antecessor ao de Chaparral - do qual foi secretária da saúde por oito anos - é explícita a confirmação do papel histórico que a professora Fátima Resende assumiu em prol do desenvolvimento da educação pública na cidade. Ao perguntarmos à vereadora qual o aspecto ou o setor da prefeitura que ela avaliava como o mais positivo da administração Chaparral, a parlamentar municipal de oposição não teve dúvidas:

Olha, eu ainda vejo a educação. Eu gosto da equipe. A Fátima é uma técnica que procurou levar a gestão com muita seriedade. Eu acredito que sobre as dificuldades ela pode responder melhor do que eu. [...] Você vê que o crescimento do primeiro ano desta gestão (2005) foi possível graças ao reflexo da gestão passada (Wanderley Farias – 1997/2004). Mas, ainda assim, coloco a educação como o destaque dessa administração [...] A Secretária de Educação é sempre uma pessoa dinâmica. No geral, eu vi um avanço nos primeiros anos... mas que depois as coisas não aconteceram. Nós perdemos um pouco a qualidade do ensino público municipal em função disso aí [refere-se ao elevado número de contratos em Secretarias Especiais, bem como na Secretaria de Educação]. Mas, mesmo assim, eu volto a dizer: foi uma das secretarias cuja a única dificuldade que eu vi nesses quatro anos foi quanto à melhoria da merenda escolar, e ainda assim uma ou outra vez, mas que não foi nada, nem de perto, comparado aos acontecimentos na saúde. (**Antônia Jacob**, vereadora de oposição ao governo democrático popular – entrevista em novembro/2008)

Todos esses fatores fizeram com que a secretaria de educação se transformasse num “espaço de unidade” entre as demais forças que compunham o governo Chaparral. Ao que pudemos observar, até mesmo a grave cisão que corroeu os organismos do PCdoB local não se manifestou no âmbito das políticas municipais de educação. Neste caso, a influência do PCdoB na gestão educacional do município apresentou uma postura bastante particularizada.

De início, imaginávamos que houvesse algumas formas de intercâmbio com a experiência educacional cubana, não só em função do compromisso histórico do PCdoB com a tradição comunista, mas pelo reconhecido sucesso daquele modelo nos testes de avaliação internacionais e na homogeneidade por ele alcançada na qualificação do seu sistema de ensino (CASASSUS, 2007: 103; CARNOY, 2009: 55, 121, 208). Mas, ao contrário de nossas previsões, outras foram as posturas e opções tomadas pelo partido nesta questão.

Dentre essas, duas delas podem ser destacadas como objeto de análise. De um lado, seus dirigentes reconheciam a relevância do debate educacional no desenvolvimento programático de um partido de tradição marxista-leninista, bem como a projeção institucional que dois dos seus quadros mais importantes assumiam na coordenação do debate pedagógico da cidade (prefeitura e direção do campus da UFMT local). Do outro, afirmavam que o PCdoB não tinha “discussão acumulada” suficiente para que se pudesse diferenciá-lo, por meio de uma “*coloração própria*”, das políticas educacionais de outras gestões de orientação democrática popular. Além disso, essa não era a intenção programática do partido em curto e médio prazo, tanto em nível local como nacional. Para os seus dirigentes, a educação pública era um “espaço a ser compartilhado”, no qual caberia ao PCdoB apenas um dos assentos, e não necessariamente o reservado à direção:

A educação tem um significado muito grande para os comunistas. Nós trabalhamos no nível das realidades objetivas, mas sabemos o papel importante da subjetividade das pessoas. E não há um espaço mais apropriado para você compreender essa subjetividade do que a educação [...] E vejo que a direção da prefeitura e do partido tem dado resposta a isso sim. Quantitativamente, isso é plenamente visível na cidade. Há uma ampliação da rede municipal e do acesso significativo. E o que é interessante é que, ao mesmo tempo que um comunista assume a prefeitura, um outro militante do PCdoB, que sou eu, assume a administração do campus da UFMT do Vale do Araguaia. A fusão dessas possibilidades amplia o raio de ação da educação no Vale do Araguaia. [...] Não sei se o PCdoB “se destaca do PT”, ou “se diferencia”, até porque a experiência do PCdoB em gestões é pequena. Acho que o PCdoB ainda está construindo esse projeto. E digo mais: o PCdoB está construindo esse projeto junto com essas outras forças. Em momento algum o PCdoB vai procurar, por si só, construir um “projeto educacional diferenciado”. O que o partido vai tentar fazer é, dentro desse projeto que está sendo construído, apresentar suas concepções, e tentar nesta ação o consenso, de modo que as concepções dos comunistas também possam valer nesse projeto. Mas eu acho difícil pensar num “projeto do PCdoB” para educação “do município”, “do estado” ou “do país”. Eu acho isso insuficiente. (Professor **José Pessoa** – militante/dirigente do PCdoB – entrevista junho/2008)

De fato, se observarmos a relação histórica dos comunistas com a educação, veremos que, apesar da imprescindível contribuição desta tradição no campo pedagógico progressista, alguns dos seus referenciais sobre o tema se afastaram da perspectiva atual da esquerda brasileira, inclusive dos novos objetivos programáticos do PCdoB¹³⁰. Ao consultarmos as indicações de Lênin para a construção do nascente sistema educacional soviético, no início da década de 1920, constata-se o grande distanciamento temporal e

¹³⁰ A relação problemática dos comunistas brasileiros com a formação de um programa educacional próprio vem de longa data. Em trabalho sobre o tema, MOTTA (1996:61-74) aponta o deslocamento do PCB dos grandes embates educacionais da década de 1950, em especial na formulação da primeira Lei de Diretrizes e Base do sistema de ensino público nacional. Neste período, a atuação de destaque das esquerdas coube mais à atuação do Professor Florestan Fernandes, o qual se tornou o principal expoente das forças progressistas no embate direto com a reação extrema do deputado e jornalista Carlos Lacerda e os grupos mais conservadores da Igreja Católica

ideológico entre aquele programa e os preceitos maiores do projeto educacional democrático popular, ainda que permaneçam algumas convergências em pontos importantes¹³¹. Enquanto o primeiro voltava-se estritamente à formação técnica e ideológica nos parâmetros da “ditadura do proletariado, o segundo compromete-se de forma efetiva com a ampliação da cidadania e a consolidação desta nos marcos da sociedade democrática e pluralista¹³².”

[... } No domínio da instrução pública, o PCR [Partido Comunista Russo] tem por tarefa levar a bom termo a obra empreendida na revolução de outubro de 1917, de transformação da escola como instrumento de dominação de classe da burguesia em instrumento de destruição dessa dominação, bem como de supressão completa da divisão da sociedade em classes. [...] Durante o período de ditadura do proletariado, isto é, de preparação das condições que tornarão possível a plena realização do comunismo, a escola deve ser o veículo não só dos princípios comunistas em geral, mas da influência de idéias, de organização e de educação do proletariado sobre os trabalhadores semiproletários e não proletários, a fim de formar a geração que poderá realizar definitivamente o comunismo.

Nesse sentido, as primeiras tarefas a realizar atualmente são as seguintes:

- 1) Instituir a instrução gratuita e obrigatória, geral e politécnica (isto é, que ensina a teoria e a prática de todos os principais ramos da produção), para as crianças dos dois sexos até 16 anos.
- 2) Criar estreita ligação entre o ensino e o trabalho socialmente produtivo.
- 3) Assegurar a todos os alunos a alimentação, o uniforme e os fornecimentos escolares às custas do Estado.
- 4) Reforçar a agitação e a propaganda entre os professores.
- 5) Preparar os quadros de um novo corpo docente experiente nas idéias do comunismo.
- 6) Chamar a população laboriosa a tomar parte ativa na educação (desenvolvimento dos conselhos de educação popular, mobilização das pessoas instruídas, etc).
- 7) Através do poder soviético, auxiliar eficazmente os operários e os camponeses trabalhadores a se instruírem por si mesmos (criação de bibliotecas, de cursos de adultos, de universidades populares; de conferências, cinemas, estúdios, etc.). Desenvolver, o mais amplamente possível, a propaganda das idéias comunistas.” (LÉNINE, V I. 1918 “Política”. Editora Ática, 1989 :158-159).

Porém, numa perspectiva diversa, não se pode afirmar que a influência comunista sobre as políticas educacionais de sua própria gestão municipal foi nula, até porque a “ausência de discussão pedagógica acumulada” não é de todo verdadeira. Muitos são os elementos históricos de ligação entre a educação soviética dos primeiros anos

¹³¹ Sobre estes “pontos de encontro”, ver o debate organizado por CARVALHO (2005: 95-122), em “Lenin, Educação e Consciência Socialista” (95-122), na coletânea organizada por LOMBARDI e SAVIANI (2005), “Marxismo e Educação, Debates Contemporâneos”.

¹³² “Os avanços e projetos que propomos ao Brasil e ao povo brasileiro são tarefas de um conjunto de forças sociais e políticas na visão do nosso partido. Aliás, é da natureza do PT a descrença no totalitarismo, no partido único, no governo monocrático. Constituímos um partido comprometido com a democracia representativa, com a liberdade, com a diversidade.” [...] À exceção do PFL (Democratas), do PSDB e do PPS, os demais segmentos aderiram espontaneamente ao projeto de desenvolvimento econômico e social para o Brasil, deram sua contribuição para a incomparável vitória de Lula no 1º e no 2º turnos e são co-responsáveis pelo Governo.” (ABICALIL, 2008:137)

revolucionários e a obra militante de Paulo Freire. Numa passagem interessante sobre a luta pela alfabetização dos camponeses e operários russos em meio aos combates da guerra civil (1918-1922), percebe-se claramente que o método do educador pernambucano não é tão pioneiro quanto os seus “discípulos” mais exaltados na América Latina afora nos fazem pensar:

Quando no verão de 1919, a jovem professora Dora Elkina lecionava para os combatentes do Exército Vermelho na Frente Sul, eles, depois de lerem independentemente a sua primeira frase – “*Macha comeu a papa*” –, começaram a gargalhar. Para homens adultos, defensores da revolução, era realmente absurdo ler frases ingenuamente infantis. Então Dora Elkina, depois de dominar seu embaraço, escreveu no quadro negro a seguinte frase: “*Não somos escravos! Venceremos!*”. Esta, sim, esta frase agradou a todos...

Elkina chegou rapidamente à conclusão de que todos eles necessitavam de novos textos. No outono de 1919, ela compôs um abecedário com frases de conteúdo político. Assim nasceu o primeiro bê-á-bá soviético para adultos. (IESSAKÓV e NENARÓKOV, 1982)¹³³

Além disso, o PCdoB dirige ou participa da direção de sindicatos docentes importantes no país, tem a maioria da direção da UNE há mais de uma década e teve uma atuação de destaque no debate educacional na Constituinte (1986/88) e na promulgação da 1ª LDB. Durante esse tempo, foi a única organização da esquerda parlamentar a defender que as verbas públicas fossem destinadas exclusivamente ao ensino público (GRACINDO, 1994: 167¹³⁴), antecipando-se em alguns anos aos demais partidos do campo progressista.

Assim, de uma ou outra forma, a marca do partido se fez por aparecer. A primeira delas é de caráter bastante subjetivo, uma vez que nos foi revelada pelo próprio prefeito Chaparral. Segundo ele, o fato de o cargo máximo da cidade estar sendo ocupado (à época) por um comunista histórico, permitiu que importantes decisões voltadas às iniciativas de inclusão social fossem tomadas com maior firmeza, dando a entender, inclusive, que estas ocorreram em grau mais elevado do que a média de outras administrações municipais de esquerda no estado:

Esta prefeitura não é um governo comunista. Longe disto. Mas esta é uma prefeitura que tem um prefeito comunista; um prefeito que acredita na possibilidade de se construir o socialismo, uma sociedade mais justa. E por acreditar nisto é que nós temos feito aqui políticas públicas de larga inclusão social, que possam com isso dar dignidade e cidadania para as pessoas e, com isso, diminuir esta diferença, este fosso social. (**Prefeito Zózimo Chaparral**, PCdoB, entrevista em agosto de 2008)

¹³³ IESSAKÓV Vladimir e NENARÓKOV Albert; Do bê-a-bá às Equações Integrais. Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, Edições Progresso, Moscou, 1982.

¹³⁴ “O PC do B é o único que tomou a posição de defesa da exclusividade das verbas públicas para a escola pública. Em termos de Programa, solucionou essa questão a partir de 1980, quando o grupo partidário reviu sua posição equivocada de defender o repasse das verbas públicas para a escola privada” (GRACINDO, 1994:167)

A segunda influência deu-se de forma mais concreta, pois se tratou da relação política da prefeitura de Barra do Garças com a cidade italiana de Collegno (também governadas por comunistas), fruto da política de aproximação de projetos da administração Chaparral com algumas parcerias empresariais, comerciais e culturais de iniciativa italiana ("*100 Projetos para 100 cidades*"), que resultou na abertura de uma série de iniciativas coordenadas pela Câmara Ítalo-brasileira de Indústria, Comércio e Agricultura do MT. Fátima Resende nos fala dos efeitos desta aproximação nos campos da gestão educacional e da afinidade político/pedagógica na visão de mundo entre as duas administrações:

Na questão educacional, os programas do PT e do PC do B são muito similares. No entanto, o que nos abriu portas na questão internacional [respondendo à nossa pergunta] foi o relacionamento da prefeitura e da secretaria de educação com um grupo comunista da Itália, que é a cidade de Colenho, "cidade-irmã de Barra do Garças". Nós fizemos parcerias com eles, entre as prefeituras – que lá eles chamam de síndicos – em congressos internacionais, as constantes visitas deles aqui em Barra. Enfim, uma parceria entre duas prefeituras que compartilham essa perspectiva de ter a educação como prioridade, como uma política de governo estratégica mesmo. Como nós sempre apontamos essa questão, nós estamos muito ligados com esse pensamento diferenciado da esquerda internacional. Porque, com certeza, nós não pensamos educação como pensa os EUA, como pensa talvez o Japão, que são inclusive países de referência na questão educacional, mas sendo esta basicamente focada na questão da economia. [...] Eu acredito que nós pensamos mais na questão do ser humano. Lógico, tem que se pensar também na economia, mas numa economia sustentável, na qual o ser humano é que está em primeiro lugar. Na Europa eles valorizam muito a arte e a cultura popular, as raízes culturais, que devem estar presentes nas escolas. Sentindo a música...os turnos ampliados, a forma de estar trazendo a família para a escola. E estas preocupações é que são balizadoras das ações do nosso governo. (Professora **Fátima Resende**, secretária de educação de Barra do Garças. Entrevista em maio de 2008)

Em função de todos esses fatores, a gestão educacional da prefeitura popular acabou por se transformar num instrumento de forte ligação entre o Partido Comunista do Brasil e o Partido dos Trabalhadores na cidade de Barra do Garças. Embora em nível nacional as duas agremiações sejam por vezes adversárias no campo das disputas sindicais – e, quase sempre, nos embates pelo controle da UNE nos congressos da entidade – muitas divergências do passado foram superadas em razão da necessidade de união frente às pressões das oligarquias. E foi na educação que esta necessidade se materializou num projeto ousado e disposto a expandir-se à esfera regional e estadual (ou mesmo nacional, como se viu na apresentação deste capítulo). Apesar das imensas dificuldades nos dois primeiros anos de mandato, os principais dirigentes continuavam a crer na força moral e política das ações estabelecidas pela secretaria de educação, o que acabou por selar um "pacto inquebrantável" (nos velhos - e bons - moldes da tradição socialista) entre os dirigentes petistas e o histórico prefeito comunista:

[..] Mesmo que, ao longo desse período, nós tivéssemos alguns embates sérios, isso não significou arrefecimento em relação ao projeto. O projeto continua vivo, e determinado a expandir-se. Há uma projeção para que nós avancemos, A Fátima costuma dizer, para mim e o Chaparral, que nós não somos mais “companheiros de utopia”, mas sim companheiros de realidade. E ser companheiro de realidade, dentro desta perspectiva, significa que fizemos muito, mas ainda há muito por fazer. A educação é um processo, e os processos não param. Eles têm sempre solução de continuidade. Queremos crescer, queremos evoluir, temos disposição para isto e projetamos este futuro na perspectiva de que o grupo que está no poder municipal agora pode contribuir muito para a cidade e, mais do que isto, pode se consolidar como força política (Professor **KIKO**, Chefe de Gabinete da prefeitura, entrevista junho de 2008),

Os argumentos apresentados permitem compreender a grandiosidade deste projeto no âmbito político do interior mato-grossense, principalmente se levarmos em conta que se tratava de uma gestão de alcance meramente municipal. Essa dimensão, ao lado do caráter inédito de uma “gestão comunista” no estado, foi uma das razões que nos levaram a escolhê-la como objeto de pesquisa de tese.

Desde o início do nosso estudo, pressentimos que estávamos diante de uma proposta educacional seriamente comprometida com os marcos teóricos e programáticos mais avançados da tradição educacional progressista das últimas três décadas. Dentre estes, quatro se destacavam sempre que examinávamos os documentos da prefeitura ou quando debatíamos em profundidade com os nossos principais interlocutores, quais sejam: **a)** a centralidade do trabalho como categoria fundamental na análise social e como instrumental crítico aos currículos de viés neo-positivista (FRIGOTTO 1996 e 1998); **b)** a crítica à “fetichização da mercadoria” promovida pelos “pacotes educacionais” oriundos das reformas educacionais neoconservadoras, tão em voga na América Latina ao longo das décadas de 1980 e 90 (APPLE, 1989, GENTILLI, 1995 e 1998, GADOTTI, 2005)¹³⁵; **c)** a compreensão da luta de classes como suporte de elaboração curricular e norteadora de “*resistência ativa*” às limitações da nova LDB (SAVIANI: 1999 e 2005); **d)** a crítica à “naturalização” das relações capitalistas de produção no plano ideológico e social, a partir do qual a “ciência burguesa” tende a perceber a desigualdade do capital como “*uma mera disfunção*” do sistema, e não como uma determinação inerente à sua própria estrutura (FRIGOTTO, 2001: 24).

Além disso, a despeito das nossas reflexões críticas sobre a viabilidade eleitoral ou transformadora deste projeto, o que mais nos impressionava era o esforço de implementá-lo por meio de uma noção bastante coerente das possibilidades reais de efetivação deste

137 Também é interessante observar esta questão sob a ótica de PARO (2004): “[...] a utilização massiva da tecnologia educacional nos moldes do tecnicismo pedagógico pode levar a impressão de que o trabalho pedagógico já se encontra em muitas partes subordinado de modo radical, e não apenas formalmente, ao modo de produção capitalista. Acredito, entretanto, que isso só pode dar-se com o custo da descaracterização do próprio processo pedagógico enquanto relação social” (PARO, 2004: 34)

programa. Semelhante ao “Gramsci desinteressado” dos “Cadernos do Cárcere”, nossos interlocutores nunca demonstraram acreditar em algum método pedagógico revolucionário em si mesmo¹³⁶. Dessa forma, assumiam que qualquer mudanças educacional profunda era fruto de todo um processo histórico, herdeiro do passado, contemporâneo do presente e semeador de esperanças no futuro:

[...] A nossa proposta pedagógica não é a invenção da roda, mas a continuidade do melhor que já foi experimentado e sonhado [...] Nós, educadores, estamos sendo desafiados a encontrar novas alternativas para humanizar as relações-homem-sociedade-mundo, pois deste exige-se a solidariedade, ética, criatividade, conhecimento das ciências, das letras, das artes, da cultura e informática. (Relatório de Gestão 2005: 16)

Em suma, do ponto de vista de “gestão administrativa educacional de Estado”, a esquerda barra-garcense tinha como prioridade aplicar a meta histórica do programa democrático popular brasileiro e latino-americano, sintetizada por de Esther Pillar Grossi, secretária de educação de Porto Alegre (RS) entre 1989 e 1992, em três ações básicas e elementares:

- 1º - O pleno acesso a escola no âmbito da competência municipal;
- 2º - A construção de uma proposta pedagógica para as classes populares;
- 3º- A democratização das relações institucionais e participação popular (GROSSI. 2000: 114).

5.3 - Escola de quadros: o SINTEP-MT na formação da esquerda mato-grossense e dos nossos interlocutores em Barra do Garças:

A intensidade destas reflexões não era gratuita. Os interlocutores centrais desta tese (Chaparral, Kiko e Fátima) eram, e ainda o são, umbilicalmente ligados à categoria dos professores públicos mato-grossenses, e construíram suas carreiras profissionais e políticas como dirigentes de destaque do SINTEP-MT.

É historicamente reconhecido que, em Mato Grosso, o setor da educação foi imprescindível para o crescimento dos partidos progressistas nas eleições municipais e parlamentares do estado. Ao longo de mais de duas décadas, o SINTEP-MT permaneceu como o principal espaço de formação e atuação dos “quadros de massa” da esquerda mato-grossense, particularmente do Partido dos Trabalhadores (NETO, 2004). Dele saíram o deputado federal, Carlos Abicalil (PT), a deputada estadual Vera Araújo (PT, 2002/06) e

¹³⁶ Referimo-nos aqui à passagem em que Gramsci examina uma série de “alternativas educacionais” ao modelo clássico da escola conservadora, no primeiro terço do século XX. Perguntando-se a si mesmo se tais tais alternativas “poderiam ser generalizadas?”, ele conclui que, embora “úteis de se acompanhar, todas essas alternativas não são mais do que “excepcionais”, talvez mais para ver o que não se deve fazer do que por qualquer outra razão” (GRASMCI, 2006: 176 e 177)

outros vereadores espalhados pelas Câmaras Municipais dos 141 municípios do Mato Grosso.

A inserção do SINTEP-MT na democratização da vida política do estado é confirmada não só pelos testemunhos dos nossos interlocutores, como também razoavelmente registrada pelo grande número de pesquisas de pós-graduação do Instituto de Educação da UFMT. Segundo João Monlevade, assessor parlamentar do Congresso Nacional e professor aposentado do referido Instituto (onde contribuiu, além dos estudos sobre a gestão democrática nas escolas e a profissionalização dos funcionários em educação, com obras sobre o financiamento da educação pública no Brasil), não se pode compreender as questões relevantes sobre a luta educacional pós-redemocratização no Brasil sem prestar tributo ao SINTEP-MT. Para ele, bem como para o deputado federal Carlos Abicalil, a entidade foi pioneira nos debates sobre democratização da gestão e da qualidade socialmente referenciada na educação, superando, inclusive, organizações sindicais de estados com tradição política muito mais antiga do que Mato Grosso:

Foram pessoas vindas de outros estados mais desenvolvidos que acabaram imprimindo à ANPE-MT (que posteriormente se transformou no SINTEP-MT) uma nova dinâmica que, dentro do âmbito do sindicalismo brasileiro, fez com que ela passasse em poucos anos de uma inexpressiva organização ao sindicato que forneceu a orientação política que até hoje é vigente na CNTE [...] É só pegar as teses dos congressos da CNTE que a gente vai ver que, já em 1984, a chapa “Novos Rumos”, que conquistou a direção da Associação (ANPE), já tinha ali toda a sua linha explícita: gestão democrática da escola pública; jornada única do professor; profissionalização dos funcionários de escolas... em 1984 ! O SINTEP-MT foi pioneiro ! Nenhum outro estado falava nisto ! [...] Os governadores mato-grossenses que assumiram naqueles anos (Júlio Campos, da antiga ARENA, depois PDS, PP) ou o Carlos Bezerra, do PMDB, nos tinham como as “grandes lideranças” da esquerda do estado. Por isso, acabavam assimilando as nossas teses. Veja só: 50% de hora atividade ! Nós conquistamos isso em 1986, com Jaime Campos ! [ARENA/PDS] Às vezes, em termos estratégicos, é muito mais interessante a gente ser oposição do que ser governo [...] (Professor **João Monlevade** (UFMT), um dos fundadores do PT no Mato Grosso e ex-assessor da CNTE. Entrevista em agosto de 2009)

Kiko, que escreveu sua tese de mestrado sobre as lutas pela democratização da gestão e do sistema de ensino mato-grossense das décadas de 1980 e 90, endossa de forma muito semelhante as palavras de João Monlevade:

O sindicato conseguiu ser protagonista de uma discussão que levou, provavelmente, à construção de um capítulo na Constituição estadual, talvez a mais avançada do país. Que trouxe, para o MT, um sindicato muito forte, e constituído na base tendo em vista uma “centralidade democrática”. As sub-sedes congregam e se organizam em torno de uma direção central. Mas não de uma direção central que “centralize” as decisões, mas que consegue discutir com todos os atores que estão nos municípios. Portanto, o SINTEP se organiza em mais de 100 sub-sedes, e isso deu aos trabalhadores da educação uma força muito grande. Tanto que todas as conquistas educacionais no MT passaram necessariamente pela mediação do sindicato. E essa mediação se constituiu num sindicato forte, aguerrido,

e que consegue ser respeitado em qualquer mesa de negociação (**Kiko**, Chefe de Gabinete da prefeitura popular. Entrevista em maio de 2008).

Em se tratando de Barra do Garças, o deputado federal Carlos Abicalil merece uma recordação à parte. Nascido no Rio de Janeiro, onde cresceu e se formou em filosofia sob as bênçãos dos teólogos libertários, veio para o Mato Grosso nos idos de 1980 para lecionar nos projetos político-pastorais da esquerda católica, implementados na conflituosa região norte do Médio Araguaia (já comentados no capítulo 2). Passou, portanto, como me disse em entrevista, pela “*Cidade Rodoviária*” de Barra do Garças (na simbologia já descrita aqui por Dom Pedro Casaldáliga), em direção aos perigos e desafios que lhe aguardavam nos novos municípios recém-criados ao longo da BR 158. Posteriormente, retornou a Barra do Garças e, da mesma “*rodoviária*” que antes o recebeu (agora no sentido real), avistou uma escola à sua frente - a escola Estadual ‘Cristino Cortes’, nome do “coronel garimpeiro” que fundou a antiga Vila da “Barra Cuiabana”, precursora da futura cidade - e lá se dirigiu para perguntar se estavam precisando de professores. Com a carência de quadros profissionais naquela época no estado de Mato Grosso, somada à inegável qualidade pedagógica e profissional do solicitante, o professor Carlos Abicalil obteve a contratação. E foi a partir da sua residência no município que se deu o início da longa trajetória que o levaria à diretor de escola (eleito e reeleito), à direção do SINTEP, aos quadros dirigentes do PT e da CUT estadual e nacional, à presidência da CNTE, à candidatura para governador de estado em 1998, à conquista do primeiro mandato como deputado federal em 2002 e, ápice da caminhada até o momento, reeleito com a maior votação entre os candidatos a deputado federal no Mato Grosso em 2006, antiga terra hegemônica da ARENA, confirmando-o assim como um dos grandes articuladores e promotores do debate progressista na Comissão de Educação da Câmara Federal.

Duas importantes exceções à regra quanto ao SINTEP-MT, mas não quanto à educação, é a atual Senadora Serys Slhessarenko (PT, 2002/2010), que lecionava, antes de ser deputada estadual por três mandatos (PT, 1990/2002), no Instituto de Educação da UFMT. Outra exceção quanto à formação profissional docente é o deputado estadual Ságuas Moraes (PT), que, além de ter sido prefeito por duas vezes em Juína (norte de MT, entre 1996 a 2002), é médico por profissão, mas que acabou por exercer, entre maio de 2007 e a abril de 2010, a função de Secretário Estadual de Educação no governo Blairo Maggi (2003-2010).

Não se pode, porém, identificar estes “professores-dirigentes” de forma exclusiva às ações sindicais ou parlamentares. Dois deles exerceram experiências no executivo em épocas importantes da história do país e de Mato Grosso. A professora Fátima Resende foi titular da secretaria de educação do estado por um ano no mandato do governador Carlos Bezerra (1986/90), do PMDB, um dos artífices na redemocratização de Mato Grosso e o

primeiro governador de linha centro-progressista desde o golpe militar de 1964. A senadora Serys Slhessarenko foi secretária de educação do então prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira. Este, embora tido por alguns progressistas como um “dissidente” das elites tradicionais mato-grossenses (o que achamos uma definição um tanto imprecisa e mesmo exagerada), tornou-se inegavelmente um dos principais símbolos históricos da redemocratização do país, uma vez que, no seu mandato de deputado federal (1982/86), incorporou seu nome à famosa emenda constitucional de nº 5, a “*Emenda Dante de Oliveira*”, que defendia a volta das eleições diretas para presidente da república.

Quanto ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), as exceções não infringem a regra da esquerda mato-grossense. Seus “quadros públicos” no estado, quando não são (ou eram) do movimento estudantil - portanto, também ligados à educação - são filiados à categoria dos professores. Além do Prefeito Zózimo Wellington Chaparral, temos a “professora Janete”, razoavelmente bem votada nas eleições para o Senado de 2006, bem como o professor José Pessoa, diretor geral do campus da Universidade Federal de Mato Grosso em Barra do Graças.

Portanto, “estofo” teórico e prática de direção política não faltavam àqueles intrépidos “dirigentes-professores” que assumiram o desafio de construir uma alternativa progressista em Barra do Garças. Como se percebe, a prioridade à educação pública como estratégia de governo significava para eles muito mais do que um simples “slogan” publicitário ou mera peça de “*marketing eleitoral*”. Era, acima de tudo, o histórico real de suas próprias vidas, de seus próprios desejos e de suas estruturas de pensamento. Porém, como já o debatemos no capítulo anterior, projetos sonhados no plano ideológico adquirem outros contornos na prática real de governo, bem como são compreendidos de diferentes formas pela população deste vasto país tropical. Vejamos, nesta primeira fase do esforço final de pesquisa, em que consistiu este projeto “educacional transformador” nas contradições da prática política e educacional da cidade de Barra do Garças.

5.4 – “*Além do neoliberalismo*”? : a municipalização da educação brasileira no âmbito específico do nosso tema:

“O ‘local’, como conceito, é considerado democrático; mas a nossa tradição de localidade, via de regra, raramente o foi”¹³⁷.

5.4.1 - A municipalização do ensino do debate acadêmico nacional:

No esforço de analisar corretamente as políticas educacionais da prefeitura popular de Barra do Garças, particularmente na questão dos investimentos e na gestão das escolas

¹³⁷ PINTO, José Marcelino Resende. Palestra proferida no XXIII Simpósio Brasileiro da ANPAE, Porto Alegre, 11 a 14 de novembro de 2007.

do município, lançamos mão, na fase de qualificação do projeto de tese, do exame teórico de um conjunto de publicações voltado ao acelerado processo de municipalização do ensino público brasileiro nos últimos vinte anos (1988-2008). Como é de hábito (e de necessidade) nessa linha de estudos, são textos que giram em torno da passagem da extrema centralização do nosso sistema de ensino de outrora, típica dos períodos autoritários, para o seu lado oposto, isto é, a excessiva descentralização e o conseqüente risco de fragmentação do sistema após a promulgação da Constituição de 1988 (SOUZA e FARIA, 2003).

Assim, na esteira das publicações analisadas, deparamo-nos vários “ângulos de observação” sobre as vicissitudes deste processo na imensidão do aparelho administrativo educacional brasileiro, tais como: **a)** a permanência da grave desigualdade da educação rural (ANDRADE e PIERRÔ, 2004: 19 e 20); **b)** a necessidade de se evitar posições extremadas na defesa da centralização ou da descentralização do sistema, bem como o cuidado quando esta última é impulsionada por interesses mercadológicas (ARRETCHE, 2000, apud D’AMBRÓSIO: 7; e 2003: 49 e 62; SOUZA, 2004); **c)** o esforço de se construir pressupostos teóricos e práticos no sentido de superar a clássica dicotomia entre “*gestão da escola*” e “*administração do sistema de ensino*”, o que implica situá-los na “*mesma realidade dialética*” (BORDGNON e GRACINDO, 2001: 148 e 149; MENDONÇA, 2000: 14; SANDER, 2006: 136); **d)** o aumento da alocação e transferência dos recursos às redes municipais e, por conseguinte, a predominância dessas matrículas sobre todo o sistema (**ver gráfico 7, página 200**), o que o predispõe aos riscos de desperdícios em função da atual estrutura de fiscalização dos órgãos estaduais e federais (CASTRO e DUARTE, 2007; 26 – 28,); **e)** a importância fundamental de se compreender a educação pública municipal como elemento primeiro de promoção da cidadania (DEMO 2003:9); **f)** as preocupações com a dispersão dos recursos diante da grandiosidade do sistema (FARENZA e MACHADO, 2006: 277-290); **g)** a possibilidade de “*perda do sentido público da educação*” com as tentativas de privatização das políticas municipais de educação (GRACINDO, 1997, apud FARIA, 2006; 78;); **h)** os problemas decorrentes da extrema desigualdade social e de renda entre os municípios, o que demanda o estabelecimento de parâmetros mais elevados de investimentos para melhorar a equalização “custo-aluno” dos sistemas de ensino (PINTO, 2006: 213-225; DAVIES, 2003: 441 - 446); **i)** a herança de hábitos decorrentes do arraigado centralismo do passado, bem como das oscilações administrativas entre a centralização e a descentralização ao longo do tempo, gerando assim um clima de insegurança e despreparo nas secretarias municipais de educação (GOMES, CARNIELLI E GONÇALVES, 2003: 188; KRAWCZYK, 1999; VASCONCELOS, 2003: 109); **j)** por fim, a imperiosidade de se elevar os investimentos e repasses de verbas para a ampliação da oferta de vagas na educação infantil, a qual demanda maiores custos dada à necessidade de contratação de mais

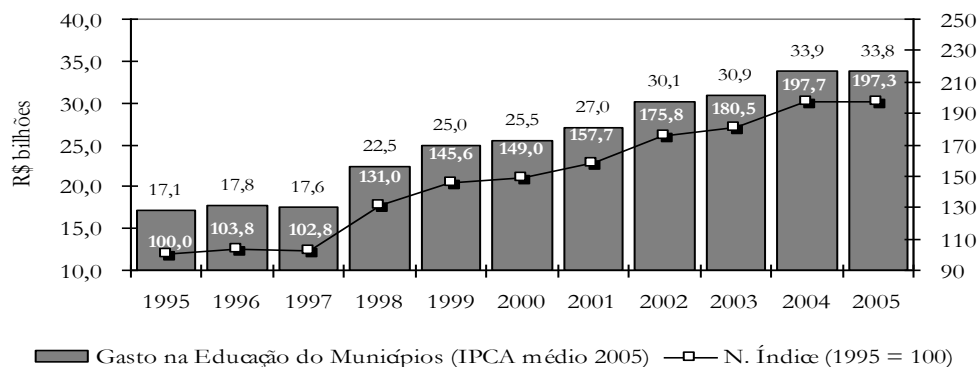
professores por oferta de matrícula, característica que a distingue dos demais níveis de ensino (ARAÚJO, 2006: 306; VERHINE e MAGALHÃES, 2006: 249).

Todas essas reflexões foram e são profundamente marcadas pelo contexto das políticas neoliberais no bojo da década de 1990 e início dos anos 2000, as quais provocaram a organização de contundentes debates articulados em torno do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Estes resultaram, a despeito das contradições políticas daqueles anos, em avanços importantes para a educação brasileira a partir da resistência empreendida pelos movimentos sociais da educação (MENDONÇA, 2002; 19, apud ABICALIL, 2005: 48). Assim, respeitando-se as devidas contribuições específicas de cada autor, as reflexões em pauta poderiam ser sintetizadas, de modo geral, como um esforço de compreensão sobre as tensões geradas pela necessidade de descentralização, elemento vital da cultura democrática, e a sua imposição à época por “*mecanismos autoritários*” de gestão escolar, direcionados pelo mercado ou por antigas práticas de viés clientelista (KUNZER, 1990: 61; apud SAVIANI, 1999: 51)

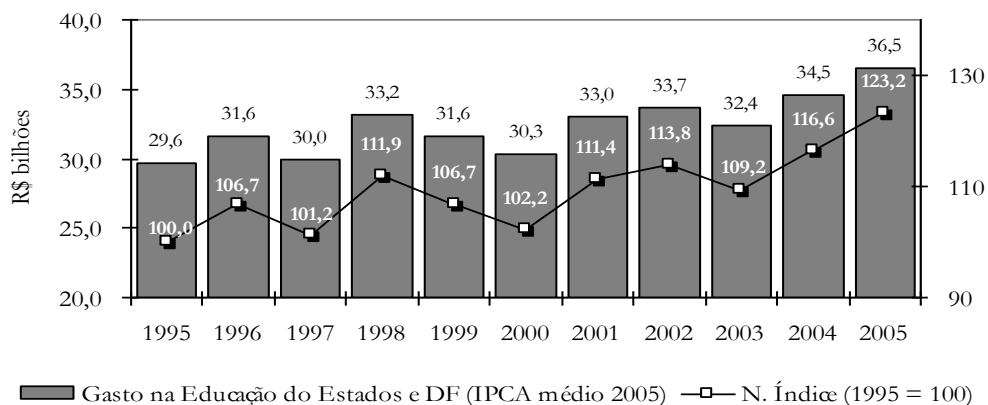
Os estudos em debate terminam por comprovar que não é possível implementar mudanças profundas na educação na vigência de um só mandato progressista. Para terem chances de continuidade, elas dependem da capacidade de luta e de persistência dos movimentos sociais por toda uma geração. Além disso, os autores também indicam que a municipalização da educação pública veio para ficar, e as correções sugestivas sobre os seus problemas não sairão das tentativas de se frear esse processo, mas sim do aperfeiçoamento contínuo da transparência das administrações locais e da modernização dos órgãos de controle externo (GRACINDO, 2002, apud FARIA, 2007: 79). Em suma, há que combater os desvios da descentralização com mais democracia, e não se afastando dela (SANDER: 2007; 101-106).

Gráfico: 7: Evolução dos gastos na educação por ente federado, em R\$ bilhões. (corrigido, IPCA médio de 2005) 1995-2005:

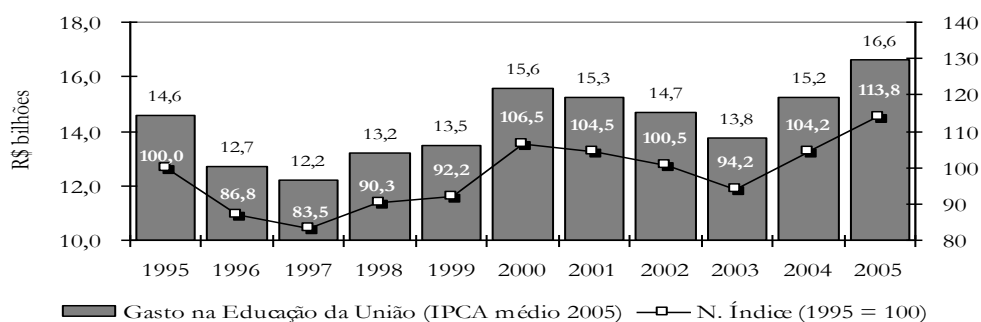
A) Esfera Municipal



B) Esfera Estadual



C) Esfera Federal



Fonte: IPEA/DISOC; IBGE; SIAFI/STN. Elaboração: CASTRO & DUARTE (2007: 26-28).

5.4.2 - A municipalização do ensino no contexto específico do Governo democrático popular de Barra do Garças (2005/2008)

O acompanhamento que fizemos em Barra do Garças foi, sem dúvida, uma experiência de grande aprendizagem prática sobre esta questão. A passagem de um governo oligárquico para um progressista - e o posterior retorno às mãos oligárquicas – consiste num “*grande teste*” à efetividade ou não da gestão democrática do âmbito nacional dos sistemas públicos de ensino. Nesse sentido, vimos apenas uma parte deste processo, dado que nos limitamos ao exame da gestão progressista e, de forma pontual, aos seis primeiros meses da administração que a sucedeu.

Soma-se ao debate o aspecto peculiar da cidade no contexto da municipalização das redes de ensino de Mato Grosso e da região do Araguaia. Devemos lembrar que, dada à criação acelerada de novos municípios no curto espaço das décadas de 1970 a 90, ‘municipalização’ e ‘emancipação’ acabaram por se tornar, em muitas destas cidades, irmãs siamesas do mesmo processo. Para essas novas “urbes” nascidas em meio aos sertões mato-grossenses, governar suas escolas era tão novidade quanto governarem a si próprias. Barra do Garças, porém, adéqua-se a este processo ao mesmo tempo em que dele se diferencia. Afinal, tal como as cidades “tradicionais” do “velho Mato Grosso”, foi do seu território que brotaram novos municípios e, posteriormente, se desmembraram escolas e redes de ensino de longa data (Vê-se bem a dinâmica deste processo nos mapas a seguir: no mapa 9, Barra do Garças é a cidade de nº 13; no mapa 10, perfaz a numeração 17). Portanto, a cidade já tinha uma certa tradição em gestão educacional quando seus distritos nem pensavam em ter uma vida independente. Isso permitiu, como bem o aponta RIBEIRO (2005), que Barra do Garças passasse por três fases bem nítidas quanto à história do seu sistema público de ensino: **1ª**) a da “palmatória dos grupos escolares” (com os filhos das elites e remediados estudando fora), entre 1940 a 60; **2ª**) a da “*expansão e profissionalização do ensino*”, nos duros anos dos governos militares, entre 60 e 80; **3ª**) a “*municipalização em meio às lutas por maior democratização do sistema*”, de 1980 em diante. Desse modo, mesclam-se às tradições educacionais da cidade tanto elementos nitidamente conservadores como sementes de mudança e forte renovação, características estas, aliás, típica da história da educação do Mato Grosso desde o século XVIII (SIQUEIRA, 2000;144-165; MOURA, 2001; 19¹³⁸).

138 “O ensino no século XVIII padeceu em Mato Grosso de óbices ainda maiores do que nas demais capitâneas, devido a condições locais mais desfavoráveis, fáceis de se imaginar em região tão remota. Paradoxalmente, entretanto, ali se tentaram projetos ambiciosos, e, se uns, superdimensionados em relação às possibilidades do meio na época, não puderam ser levados avante, outros tiveram realizações práticas e precederam de quase dois séculos as fundações correspondentes em outras regiões brasileiras”. (O ensino em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX. MOURA, Carlos Francisco; Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, vol. 59 ano/2001)

Mapa 7: Divisão municipal em Mato Grosso, 1980.



Fonte: MATO GROSSO, 1980.

MUNICÍPIOS:

1 - Acorizal	19 - Diamantino	38 - Pontes e Lacerda
2 - Água Boa	20 - Dom Aquino	39 - Porto dos Gaúchos
3 - Alta Floresta	21 - General Carneiro	40 - Poxoréo
4 - Alto Araguaia	22 - Guiratinga	41 - Rio Branco
5 - Alto Garças	23 - Itiquira	42 - Rondonópolis
6 - Alto Paraguai	24 - Jaciara	43 - Rosário Oeste
7 - Araguinha	25 - Jauru	44 - Salto do Céu
8 - Araputanga	26 - Juscimeira	45 - Santa Terezinha
9 - Arenópolis	27 - Luciara	46 - Santo Antônio de Leverger
10 - Aripuanã	28 - Mirassol D'Oeste	47 - São Félix do Araguaia
11 - Barão de Melgaço	29 - Nobres	48 - São José dos Quatro Marcos
12 - Barra do Bugres	30 - Nortelândia	49 - São José do Rio Claro
13 - Barra do Garças	31 - Nossa Srª do Livramento	50 - Sinop
14 - Cáceres	32 - Nova Brasilândia	51 - Tangará da Serra
15 - Canarana	33 - Nova Xavantina	52 - Tesouro
16 - Chapada dos Guimarães	34 - Paranatinga	53 - Torixoré
17 - Colider	35 - Pedra Preta	54 - Várzea Grande
18 - Cuiabá	36 - Poconé	55 - Vila Bela da SS. Trindade
	37 - Ponte Branca	

Fonte: MORENO E RIGA, 2005, p. 92.

Mapa 8: Divisão municipal em Mato Grosso, 2000



Fonte: MATO GROSSO, 2000.

MUNICÍPIOS:

- | | | |
|-----------------------------|------------------------------|----------------------------------|
| 1 - Acorizal | 48 - Glória d'Oeste | 96 - Pontal do Araguaia |
| 2 - Água Boa | 49 - Guarantã do Norte | 97 - Ponte Branca |
| 3 - Alta Floresta | 50 - Guiratinga | 98 - Pontes e Lacerda |
| 4 - Alto Araguaia | 51 - Indiarei | 99 - Porto Alegre do Norte |
| 5 - Alto Boa Vista | 52 - Ipiranga do Norte | 100 - Porto dos Gaúchos |
| 6 - Alto Garças | 53 - Itanhangá | 101 - Porto Esperidião |
| 7 - Alto Paraguai | 54 - Itaúba | 102 - Porto Estrela |
| 8 - Alto Taquari | 55 - Itiquira | 103 - Poxoréo |
| 9 - Apiaçás | 56 - Jaciara | 104 - Primavera do Leste |
| 10 - Araguaiana | 57 - Jangada | 105 - Querência |
| 11 - Araguaína | 58 - Jauru | 106 - Reserva do Cabaçal |
| 12 - Araputanga | 59 - Juara | 107 - Ribeirão Cascalheira |
| 13 - Arenópolis | 60 - Juína | 108 - Ribeirãozinho |
| 14 - Aripuanã | 61 - Juruena | 109 - Rio Branco |
| 15 - Barão de Melgaço | 62 - Juscimeira | 110 - Rondolândia |
| 16 - Barra do Bugres | 63 - Lambari d'Oeste | 111 - Rondonópolis |
| 17 - Barra do Garças | 64 - Lucas do Rio Verde | 112 - Rosário Oeste |
| 18 - Boa Esperança do Norte | 65 - Luciara | 113 - Salto do Céu |
| 19 - Bom Jesus do Araguaia | 66 - Marcelândia | 114 - Santa Carmem |
| 20 - Brasnorte | 67 - Matupá | 115 - Santa Cruz do Xingu |
| 21 - Cáceres | 68 - Mirassol D'Oeste | 116 - Santa Rita do Trivelato |
| 22 - Campinápolis | 69 - Nobres | 117 - Santa Terezinha |
| 23 - Campo Novo do Parecis | 70 - Nortelândia | 118 - Santo Afonso |
| 24 - Campo Verde | 71 - Nossa Srª do Livramento | 119 - Santo Antônio de Leverger |
| 25 - Campos de Júlio | 72 - Nova Bandeirantes | 120 - Santo Antônio do Leste |
| 26 - Canabrava do Norte | 73 - Nova Brasilândia | 121 - São Félix do Araguaia |
| 27 - Canarana | 74 - Nova Canaã do Norte | 122 - São José do Povo |
| 28 - Carlinda | 75 - Nova Guarita | 123 - São José do Rio Claro |
| 29 - Castanheira | 76 - Nova Lacerda | 124 - São José do Xingu |
| 30 - Chapada dos Guimarães | 77 - Nova Marilândia | 125 - São José dos Quatro Marcos |
| 31 - Cláudia | 78 - Nova Maringá | 126 - São Pedro da Cipa |
| 32 - Cocalinho | 79 - Nova Monte Verde | 127 - Sapezal |
| 33 - Colider | 80 - Nova Mutum | 128 - Serra Nova Dourada |
| 34 - Colniza | 81 - Nova Nazaré | 129 - Sinop |
| 35 - Comodoro | 82 - Nova Olímpia | 130 - Sorriso |
| 36 - Confresa | 83 - Nova Santa Helena | 131 - Tabaporã |
| 37 - Conquista d'Oeste | 84 - Nova Ubiratã | 132 - Tangará da Serra |
| 38 - Cotriguaçu | 85 - Nova Xavantina | 133 - Tapurah |
| 39 - Cuiabá | 86 - Novo Horizonte do Norte | 134 - Terra Nova do Norte |
| 40 - Curvelândia | 87 - Novo Mundo | 135 - Tesouro |
| 41 - Denise | 88 - Novo Santo Antônio | 136 - Torixoréu |
| 42 - Diamantino | 89 - Novo São Joaquim | 137 - União do Sul |
| 43 - Dom Aquino | 90 - Paranaíta | 138 - Vale de São Domingos |
| 44 - Feliz Natal | 91 - Paranatinga | 139 - Várzea Grande |
| 45 - Figueirópolis d'Oeste | 92 - Pedra Preta | 140 - Vera |
| 46 - Gaúcha do Norte | 93 - Peixoto de Azevedo | 141 - Vila Bela da SS. Trindade |
| 47 - General Carneiro | 94 - Planalto da Serra | 142 - Vila Rica |
| | 95 - Poconé | |

Fonte: Moreno e RIGA, 2005, p. 93.

Como era de se esperar, muitos dos apontamentos daqueles autores foram confirmados em diferentes graus e intensidades no campo de pesquisa. No entanto, tal “comprovação” não significa o alinhamento automático com a especificidade de cada crítica anterior. Se de um lado houve coincidências, do outro houve superações. Sob esta ótica, confirmamos certa descontinuidade de algumas políticas educacionais na esfera do município de Barra do Garças, seja por questões estruturais, seja pela inexperiência do corpo profissional em executar novos projetos pedagógicos (ou, conforme a situação, pelo próprio nível de engajamento da população nestes projetos complementares). Por outro lado, vimos também iniciativas interessantíssimas da cúpula da secretaria ao “*chão da escola*”, sinalizando-nos que, com o acréscimo dos repasses constitucionais, diminuiriam muito os riscos de uma possível “*fragmentação do sistema*” educacional brasileiro, ainda que permaneçam desigualdades estruturais gritantes entre regiões, municípios e mesmo entre unidades escolares de uma mesma rede, fruto das próprias contradições históricas do país. Assim, a julgar pelas conversações que tivemos com a secretária de educação e os professores de Barra do Garças, bem como com outras secretárias da mesma pasta de cidades vizinhas ou da região (como as de Pontal do Araguaia, Aragarças e a ex-secretária da prefeitura progressista de São Félix do Araguaia, entre 2000 e 2008), o conceito de autonomia dos municípios na gestão dos seus sistemas de ensino lhes foi plenamente absorvido. Todos (as), sem exceção, mostraram-se empenhados em enfrentar os desafios oriundos deste processo.

Nesse sentido, as ações educacionais do governo Lula entre os anos de 2006 e 2008, levadas a cabo exatamente à época em que estávamos em pleno trabalho de campo, imprimiu um novo olhar sobre os problemas da municipalização do ensino. Entre as diversas idas e vindas à cidade de Barra do Garças naquele rico período da prefeitura popular, dois momentos marcaram a nossa passagem. O primeiro refere-se à implantação do FUNDEB, no segundo semestre de 2007, aumentando substancialmente os repasses constitucionais para as escolas do ensino básico. O segundo foi a percepção dos efeitos da democratização no interior das escolas pesquisadas e o potencial de transformação que poderia sair dali. Desse modo, a despeito das críticas de ampla parcela da imprensa sobre o nosso “malfadado” sistema educacional público (não de todo sem razão), as perspectivas de melhoria eram visíveis na materialização de projetos pedagógicos com apoio da área federal.

Ainda que sujeita ao tradicional “pano de fundo” da “*desvalorização da educação pública no Brasil*”, o sentimento que prevaleceu sobre a educação a partir do segundo semestre de 2007, repetida na voz de professores, funcionários de escolas, diretores, pais e mesmo de opositores ao governo local e federal, foi a de que “*os recursos estão chegando!*”

Chegando não como queremos, não como precisamos, não como necessitamos. Mas, apesar disto, eles estão chegando” (depoimento de diretora de escola em entrevista coletiva com professores, setembro de 2008).

De fato, uma breve consulta nos repasses da área Federal para a educação do município comprova, empiricamente, o sentimento descrito por aqueles educadores:

Tabela 6: Repasses Constitucionais (FUNDEF/FUNDEB) ao Município de Barra do Garças – MT.

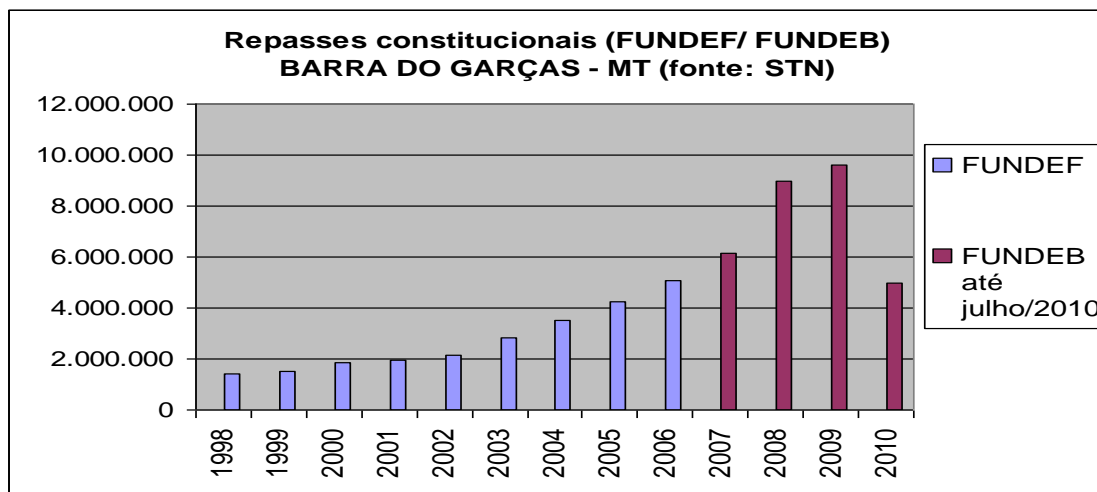
Ano do repasse constitucional	Valor	Aumento percentual
2001-FUNDEF (Início do segundo mandato do prefeito Wanderlei Farias, PFL/PSDB).	- R\$: 1.965.987,25	
2002 – FUNDEF (último ano do 2º mandato do Presidente de Fernando Henrique Cardoso)	R\$: 2.169,902,97	Em Relação a 2001= 10%
2003 – FUNDEF. (1º ano do primeiro mandato do Presidente Lula)	R\$: 2.810.389, 73	Em relação a 2001: 43% Em relação a 2002= 30%
2004- FUNDEF (último ano da administração Wanderlei Farias).	R\$: 3.499.380,46	Em relação a 2001= 78% Em relação a 2003 = 25%
2005-FUNDEF (1º ano de Zózimo Chaparral, PCdoB).	R\$: 4.256.908,95	Em relação a 2001= 117% Em relação a 2004 = 22 %
2006 – FUNDEF.	R\$: 5.067.667,97	Em relação a 2001= 158% Em relação a 2005= 19%%
2007 – FUNDEB. (2º mandato de Lula)	R\$; 6.163. 645, 65	Em relação a 2001= 214% Em relação a 2006= 22%
2008 – FUNDEB (último ano de Zózimo Chaparral, PCdoB).	R\$; 8.997.411, 45	Em relação a 2001= 358% Em relação a 2005= 111% Em relação a 2007= 46%

Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br

Sabemos que os números não falam por si, mas também sabemos que evidenciam fatos. Em que pesem algumas discussões contrárias nos meios acadêmicos sobre o real significado do avanço do FUNDEB sobre o FUNDEF (DAVIES, 2008), essa passagem representou, a nosso ver, uma nova fase na história da educação da cidade. E o melhor de tudo é que os repasses continuaram mesmo sob a pressão da grave crise econômica internacional, bem como da troca de governos locais radicalmente opostos entre si, nos anos de 2008 e 2009. Pela observação da tabela abaixo, verifica-se que os recursos do FUNDEB

na metade de 2010 já se equivalem aos dos anos de 2006 e 2007, os quais, por sua vez, já estavam em elevação:

Gráfico 8: Repasses Constitucionais em Educação. Barra do Garças: 1998-2010



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, STN

Outras transferências na União para o município, além dos fundos constitucionais, também tiveram considerável acréscimo, visto que, no cômputo total, elas saltaram de R\$ 22.114.907,01 em 2004 para 35.665.505 em 2009, sendo que ao longo destes anos a Educação recebeu R\$ 5.184.407,70, ao passo que a Saúde R\$ 67.524.327,79 (portanto, 13 vezes mais do a Educação, o que evidencia a importância da pasta do ponto de vista econômico e político, realidade esta por vezes esquecida pelos educadores do campo progressista¹³⁹)

Embora crescentes, a distribuição dessas transferências apresentou, no caso da educação, valores mais irregulares entre 2004 e 2009, provavelmente em função da especificidade de cada novo projeto. Assim, no governo Chaparral (2005/08), o auge das transferências da União ocorreu em 2006, ano em que começou a construção de um conjunto de cinco novas escolas indígenas nas aldeias Xavantes (em substituição às antigas unidades de cobertura de palha e estrutura de madeira), sendo quatro em forma de “colméia” e uma de grande porte em forma de “Tatu”, todas com recursos de emenda parlamentar do deputado federal Carlos Abicalil (PT-MT).

¹³⁹ Numa rápida comparação que fizemos destas mesmas transferências da União para Cuiabá (526.830 hab.), a diferença entre a Saúde e a Educação foi ainda maior. Como a capital, pelo seu porte, é centro de tratamento especializado, ela recebeu, de 2004 a 2009, R\$ 653.708.204,11, portanto, 19 vezes mais do que a Educação (R\$ 34.843.664,02). No entanto, no que tange às transferências para Educação no mesmo período, Barra do Garças recebeu, proporcionalmente a sua população, (53.243 hab), mais do que Cuiabá, respectivamente R\$ 5.184.407,70 contra R\$ 34.843.664,02 (www.portaldatranparencia.gov.br)

Tabela 7: Transferências da União para a Educação do município de Barra do Garças - MT).

ANOS s	Valores das transferências da União:	Governos municipais em exercício:	Presidente da República
2004	R\$ 343.770,08	Governo Wanderlei Farias (PFL/PSDB)	Lula: 1º mandato
2005	R\$ 390.579,04	Governo Zózimo Chaparral (PCdoB)	“
2006	R\$ 1.569.783,88	“	“
2007	R\$ 457.556,70	“	Lula: 2º mandato
2008	R\$ 942.222,22	Governo Zózimo Chaparral (PCdoB)	“
2009	R\$ 1.480.495,78	Governo Wanderlei Farias (PR)	“
SOMA	R\$ 5.184.407,70		

Fonte: www.portaldatransparencia.gov.br.

Que não se pense, certamente, que os repasses de verbas já são suficientes ou que são determinantes em todas as políticas educacionais da cidade. Apesar de imprescindíveis do ponto de vista quantitativo, a forma de se buscá-los e os encaminhamentos posteriores variam de gestão para gestão. Assim, conforme o perfil das administrações municipais, bem como as prioridades de cada programa de governo, estes recursos podem ocasionar resultados bastante diferenciados.

Embora essas afirmações sejam bastante usuais no debate teórico da academia, a percepção delas no campo prático da pesquisa exigiu de nós um árduo trabalho, visto que não bastam as comparações de caráter estritamente político/programático. Afinal, distinguir duas gestões em função das diferenças partidárias ou do perfil de seus mandatários é bem menos complexo do que comprovar, de fato, onde, quando e porque se diferenciam. Neste caso, é preciso também ter a paciência de investigar as destinações financeiras e contábeis dos governos municipais em comparação, tarefa esta ainda pouco freqüente no debate pedagógico brasileiro.

Examinaremos, doravante, as especificidades destas questões no objeto do nosso trabalho, iniciando com a exposição mais detalhada das diretrizes pedagógicas da secretaria de educação à época do mandato Democrático Popular.

5.5- “Pensar a escola no Chão da escola”: os projetos pedagógicos do governo popular (2005/08)

A) A estrutura física da rede de ensino pública municipal de Barra do Garças:

Para que possamos compreender melhor as diferenças de prioridade de investimento e das políticas educacionais entre a administração Chaparral e a de seu antecessor (debatidas no capítulo seguinte), cremos ser necessária, como introdução

fundamental, a demonstração da estrutura física da rede em estudo, bem como os projetos pedagógicos desenvolvidos pela esquerda local à época em que comandava a secretaria de educação.

A característica inicial que chama a atenção em Barra do Garças é o número de unidades escolares pertencentes à rede municipal. Com 53. 243 habitantes à época da pesquisa, a cidade apresentava um número relativamente elevado de escolas públicas em relação ao seu porte: 42 unidades. Isso se deve, ao lado do aumento da oferta de matrículas nas duas últimas décadas, à existência das pequenas escolas indígenas e não indígenas espalhadas pela (ainda) extensa área rural de 9.042 Km², organizadas geralmente em torno de uma “unidade sede” que se desdobra em outros “anexos”¹⁴⁰. Assim, deste total, 23 escolas encontram-se na zona rural, das quais 19 são indígenas (entre “sedes” e “anexos”). Porém, como já vimos no capítulo 2, a maioria da população reside há tempos nas áreas urbanas do município, isto é, 87% do total, sem contar que alguns bairros ainda são tidos oficialmente como “áreas rurais”, mas que de fato já foram incorporados ao espaço urbano¹⁴¹. Distribuem-se neste universo 18 escolas, sendo que 9 delas são unidades de creches e educação infantil, das quais duas são conveniadas à prefeitura por meio do sistema de “ajusta de custo”. Somando-se todas as unidades descritas com as 16 escolas do sistema estadual, Barra do Graças totaliza o registro de 58 escolas entre creches públicas, educação infantil, classes de alfabetização, ensino fundamental, médio, profissionalizante e educação de jovens e adultos.

Por conseguinte, à exceção da demanda por creches, esse quantitativo parece ser satisfatório no atendimento da oferta de vagas nas escolas públicas do município. A própria secretária municipal do mandato popular, professora Fátima Resende, nos disse logo no início da sua gestão (2005) que “*não precisamos mais construir escolas em Barra do Garças, com exceção da faixa de 0 a 3 anos*”.

Segundo Fátima Resende, a evasão de alunos na rede é baixa, acontecendo apenas em função dos deslocamentos dos pais, principalmente daqueles ligados ao trabalho braçal nas fazendas ou que precisam residir no campo, hoje francamente minoritários perante à concentração da mão-de-obra urbana. Além disso, seguindo a tendência já de alguns anos das regiões do Sul e Sudeste, muitos são os trabalhadores do campo que residem na

¹⁴⁰ Pelo que observamos nas áreas rurais de Barra do Garças, estas unidades vêm sendo paulatinamente substituídas, conforme tendência nacional, pelos “Centros de Ensino Rurais”, os quais se consolidam à medida que o Programa Nacional do Transporta Escolar é implementado nestas regiões.

¹⁴¹ Contudo, há que se observar o reverso desta situação. Nos bairros urbanos mais afastados, muitas são as habitações em que somente a partir de 2005/2006 passaram a ter, graças a um programa conveniado da prefeitura com a FUNASA, banheiros ligados à uma caixa d’água, e ainda assim localizados fora da residência, na forma de um pequeno módulo. Essas casas encontram-se em lotes de dimensões semelhantes à pequenas chácaras, servindo, inclusive, de abrigo e pousada ao gado em trânsito pelas fazendas ou a caminho dos frigoríficos.

cidade, deslocando-se diariamente para o trabalho ou ao menos por turnos variáveis de serviço, ao passo que sua família, com a mulher e os filhos, permanece definitivamente na zona urbana. Vários destes exemplos foram vistos por nós em uma das escolas da amostragem, o Centro de Ensino Fundamental Padre Sebastião Teixeira, no bairro de Vila Maria, um dos núcleos urbanos periféricos mais distantes do centro da cidade.

Em função destas características – as quais, nas últimas duas últimas décadas, perfazem o quadro predominante das cidades do interior de desenvolvimento médio (SANTOS, 2001) - a administração Chaparral deve ser analisada por outros ângulos. Apesar das críticas que se façam às oligarquias locais e da condição material e financeira da prefeitura à época em que o PCdoB tomou posse, Barra do Garças já tinha uma estrutura física educacional razoavelmente significativa quando a esquerda obteve sua primeira vitória eleitoral, em 2004.

Como se percebe, nosso estudo teve a oportunidade de vivenciar, e talvez antecipar, um caso típico da disputa política que deverá ocorrer em torno do novo quadro da educação brasileira, ou seja, a promoção de projetos político-pedagógicos que não se “esgotem na face propriamente política (da qualidade política), mas que incluam sempre a fase técnica ligada à informação e ao ensino” (DEMO. 1996: 81). Neste caso, a efetivação da “qualidade socialmente referenciada” vê-se diante do desafio de unificar a qualidade formal, “*instrumentalização técnica necessária para enfrentar a vida em sociedade*”, ao despertar do “*ator político, capaz de criar soluções*” (Idem, 88)

Portanto, exceto na questão das creches, não era a “*oferta de vagas*” (ou o “*direito ao acesso*”) que diferenciava a gestão educacional dos governos em debate. O que estava em disputa era a perspectiva de “**inclusão social contemporânea pela educação**”, a qual só é possível com a melhoria efetiva da rede e, condição fundamental para seu êxito, da “*compreensão participativa*” da população neste projeto. Em consequência, uma das primeiras sinalizações dadas por Fátima Resende nesse sentido, logo no início da sua gestão, centrava-se na visão de que “*a prioridade à educação não era para uniforme ou a doação de material escolar*”, mas para a *qualidade do ensino*”, o que indicava a substituição das usuais medidas clientelistas em prol das ações calcadas nos referenciais da gestão democrática progressista.

B) Os projetos pedagógicos do governo popular:

Contudo, apesar do elevado nível de discussão política deste projeto, o conjunto de suas ações na prática cotidiana se revelou, a nosso ver, extremamente simples. Essa observação não constitui uma crítica em si, mas apenas a constatação de que grande é a distância que separa uma nova ideia pedagógica dos limites da sua execução na sala de aula. Porém, há que se recordar, com justiça, de que a duração deste projeto foi bastante

breve na perspectiva histórica da cidade em razão da derrota eleitoral de 2008. Embora tenha apresentado alguns resultados positivos na avaliação do IDEB já a partir do segundo ano de sua implantação (como veremos adiante), só o tempo e novas pesquisas locais poderão dizer a verdadeira dimensão histórica que lhe coube de fato na luta social de Barra do Garças.

Ao investigarmos os planos municipais de educação do ano de 2006 e 2007, percebemos as limitações ainda tão presentes na estrutura educacional pública brasileira, em especial nas redes municipais do ensino básico. A maioria dos projetos “complementares” (ou “alternativos”) era centrada na linha de “atividades esportivas, artísticas e culturais”, com ações de promoção ou resgate da identidade sócio/política ou literária, às quais se somavam iniciativas de educação ambiental.

Obviamente que não somos contra estas iniciativas, fundamentais num país marcado pela grave “apartação cultural”, baixa compreensão textual dos alunos e problemas ecológicos básicos, todos ainda por resolver. Porém, cremos ser possível desenvolvê-las no cotidiano das aulas como conteúdo oficial de ensino ou como projeto coletivo da escola, sem, necessariamente, outorgar-lhes o “status” de “projeto autônomo complementar”. Referimo-nos, por exemplo, aos projetos de incentivo e reforço à leitura e ao aprendizado em atividades matemáticas. Alguns eram de fato zelosos e pedagogicamente bem construídos. No entanto, apesar da proposta curricular para o ensino fundamental de 9 anos ter sido elaborada pela secretaria em parceria com as escolas, a unidade destes projetos, em termos de rede, pareceu-nos ainda um objetivo a alcançar. Conforme observamos nas exposições das semanas pedagógicas, havia escolas que desenvolviam projetos de leitura dos clássicos da literatura infantil brasileira; outras trabalhavam a questão ambiental ou a promoção de jogos matemáticos. Mas, pelo que pudemos constatar, raras eram as escolas que trabalhavam os três projetos de forma simultânea e incorporada ao currículo regular. Cada escola parecia ficar satisfeita com o “seu projeto”, e nele permanecia enquanto acreditava que aquela escolha “*estava dando certo*”.

Outra questão preocupante sobre os planos educacionais em debate foi a ausência quase completa de projetos pedagógicos de natureza científico/tecnológica, lacuna grave que a gestão popular não conseguiu superar (e cremos que não só ela), mesmo se tratando de um município de porte médio do interior do Centro-Oeste. Existem alternativas relativamente baratas para a aprendizagem nessas áreas, mas, salvo engano nosso, não as vimos em ação como projeto oficial. A alegação da secretaria de que os 13 “Telecentros de Inclusão Digital” (10 deles instalados em escolas municipais) atendiam a essa questão é, com certeza, sujeita a debates polêmicos.

Na verdade, cremos que esta lacuna foi trabalhada com mais afinco na escola Agropecuária Laudelino de Sousa Santos, até mesmo em função da sua tradição de ensino,

pois, como já o dissemos, trata-se da única escola de ensino médio profissionalizante em Mato Grosso gerida e controlada por rede municipal (daí sua escolha para o grupo de amostragem da nossa pesquisa). Nesse sentido, ao decidir por revitalizá-la logo nos primeiros meses de mandato (estava em estado precário e em vias de ser desativada), tanto com recursos próprios como de projetos conveniados com a secretaria de educação do estado e com o MEC (e isto em meio às “*heranças administrativas*” já comentadas), o governo de Zózimo Chaparral confirmou seu compromisso histórico com a educação¹⁴².

Obviamente que as críticas apresentadas não significam que nada ou muito pouco foi feito. Projetos reformadores existiram, decerto, e muitos deles, após a superação das resistências iniciais, foram bem recebidos pela comunidade escolar, como o “*Projeto Aplauso*” e a “*Musicalidade na sala de aula*”, esta última uma das ações mais elogiadas pelos professores entrevistados

Até porque, no início, muito de nós tínhamos a idéia assim: “nossa!” “Que bagunça!” Tínhamos a idéia que era uma “perturbação de aula”. Mas, depois, no desenrolar da história, você vê que tem um rendimento. Pelo menos lá na “Extensão”, onde o projeto da musicalidade entrou, as crianças gostam, se envolvem, tem esse retorno. (**Professora 1**, Escola Moreira Cabral, setembro/2008)

Portanto, em que pese a “simplicidade” dos projetos e das ações aqui descritas, reconhecemos que houve um razoável equilíbrio das políticas pedagógicas no âmbito da secretaria de educação. Há que se considerar que muitas das suas dificuldades eram causadas mais pela ausência de “quadros de base nas escolas” – fruto de todo um processo da educação brasileira e local - do que por falta de recursos ou iniciativa dos dirigentes do órgão. Estes, de fato, se esforçaram para acompanhar todos os projetos progressistas do governo estadual e, principalmente, federal, como no caso do ensino fundamental de nove anos. Enquanto outras prefeituras da região esperavam (ou esticavam os prazos ao máximo), Barra do Garças “assumia e fazia” (Resolução CME, nº 008, de 28 de junho de 2006).

Além disso, as diretrizes do órgão quase sempre foram tomadas a partir das consultas nas escolas da rede, das quais se cobrava tanto a participação como a responsabilidade pela tarefa assumida pelo próprio corpo docente. As “Semanas Pedagógicas”, até então inéditas na história educacional e política da cidade, foram

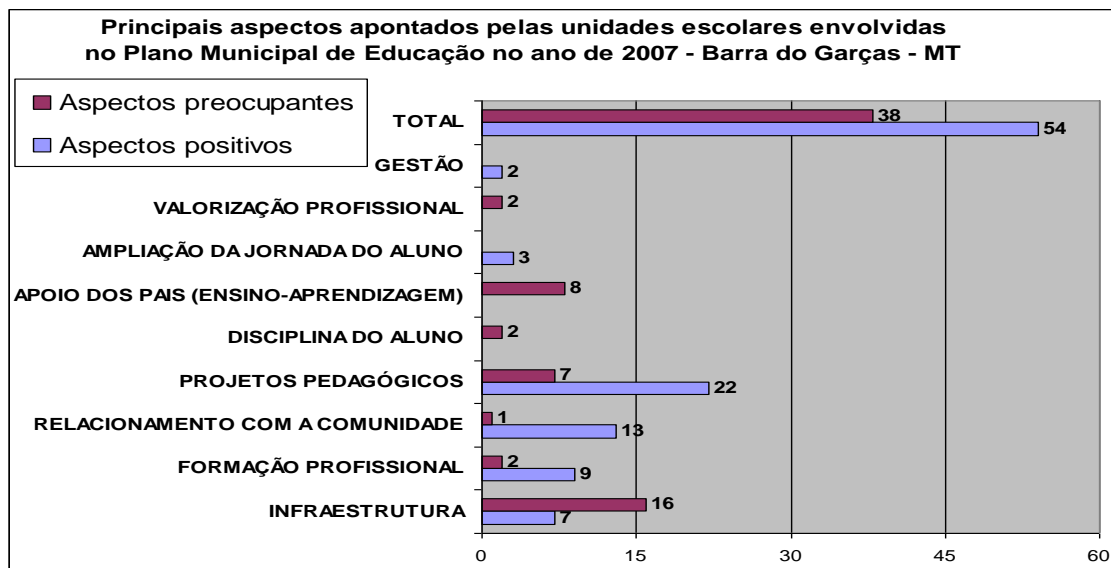
¹⁴² Só para se ter uma idéia da diferença, o atual (2009/2012) prefeito Wanderlei Farias (PR) decidiu, poucos depois da posse, conforme boletim da secretaria de educação de Barra do Garças, por encerrar as atividades da referida escola assim que as últimas turmas se formarem (dezembro de 2011). A principal alegação é a de que, com a previsão da construção de uma nova unidade de Ensino Técnico Federal em Barra do Garças, em julho/outubro de 2010 (inclusive em terreno ao lado da escola em debate), a rede municipal não deverá mais se ocupar com o ensino médio, notadamente o profissionalizante. Caso esta medida se concretize, a Escola Agropecuária Laudelino Sousa Santos, uma das maiores “tradições” do campo cultural e educacional da cidade, fundada em 1988 pelo primo do atual gestor, o então prefeito Vilmar Peres de Farias, fechará em definitivo suas portas.

constantes e assíduas, independentes das críticas que se façam sobre a eficiência delas. Para muitas redes no Brasil elas podem até fazer parte da rotina, bem como há tempos já não soam mais como novidade. Porém, em Barra do Garças, precisou de um governo municipal de esquerda para que elas acontecessem. Desse modo, cremos que a ação de “*Pensar a Escola no chão da escola*” foi o grande mérito da prefeitura democrática popular, o que a remete, a nosso ver, ao patamar histórico das prefeituras da esquerda progressista.

Todos esses “chamados à participação” acabaram por exercer os seus efeitos positivos. Conseguiu-se, de fato, um “arejamento” político/pedagógico sobre a pesada herança coronelista, o que não significa que reações contrárias e ligadas aos antigos hábitos não tenham vindo à tona. Não foram poucos os professores que se disseram “*perdidos*” diante de todas aquelas movimentações, dando a entender que preferiam, numa interpretação pessoal nossa, “*a lista de obrigações do passado*” ao desafio de “*pensar a escola no chão da escola*”. Contudo, a democratização das relações entre o órgão dirigente e a base das escolas “liberou energias” que estavam represadas pelo velho ambiente de conformismo burocrático. Como percebemos na convivência diária ao longo da pesquisa, o conjunto do professorado mostrou-se satisfeito com a abertura que se estendeu por toda a rede, seja em grandes encontros no auditório da prefeitura, seja no cotidiano das escolas pesquisadas.

Por seu turno, a secretaria de educação também se esforçou em assumir e compartilhar problemas, levantando diagnósticos conjuntos com as escolas da rede por meio de amplas amostragens quantitativas e qualitativas, tal como a lista de “*aspectos preocupantes*” e “*aspectos positivos*” contidas no Plano Municipal de Educação de 2007. Após exaustiva seleção (da nossa parte) dos mais de 90 itens ali registrados, os resultados nos mostram que, apesar das críticas dirigidas à escola pública pela academia, pela imprensa e pelos setores formadores de opinião da classe média em geral, a maioria dos consultados (professores e funcionários) enxergava mais aspectos positivos nas suas unidades de ensino do que somente um quadro negativo e pessimista:

Gráfico 9: Resultado do diagnóstico levantado na rede municipal de ensino pública de Barra do Garças (MT) sobre aspectos positivos e preocupantes das unidades de ensino.



Fonte: Consulta ao Plano Municipal de Educação de 2007. Secretaria de Educação de Barra do Garças

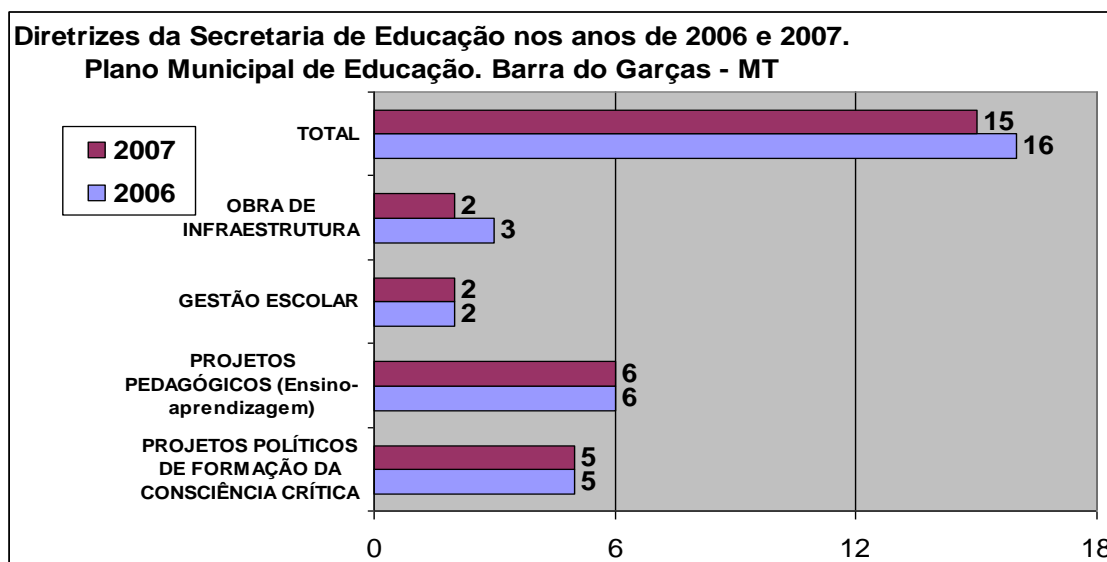
Os resultados do gráfico parecem refletir um ambiente no qual as escolas públicas não foram ainda atingidas pelo grau de violência das redes de ensino dos grandes centros (embora este quadro estivesse mudando, segundo vários depoimentos¹⁴³). Conforme os dados apresentados, os professores barra-garcenses – que por enquanto não alcançaram o piso salarial nacional – mostravam-se preocupados, na época da pesquisa, com as seguintes questões: a) as condições de infra-estrutura; b) a falta de apoio dos pais às atividades educacionais dos filhos e das escolas; c) as questões disciplinares dos alunos (em número bem menor) e d) a falta de valorização profissional à carreira (em número incrivelmente reduzido, para surpresa nossa). Em contrapartida, sentiam-se mais satisfeitos ou viam de forma positiva os seguintes aspectos: a) os projetos pedagógicos de suas escolas (e a autonomia para desenvolvê-los); b) a sua formação profissional e do corpo docente com o qual lecionavam; c) o relacionamento com a comunidade escolar, d) a ampliação da jornada do aluno (embora em número que achamos reduzido, para um projeto que almejava a integralidade do turno escolar); e) alguns projetos de modernização e democratização da gestão.

¹⁴³ As queixas referiam-se geralmente à questão das drogas e suas conhecidas consequências, cujo tráfico estava se instalando, conforme conversa com um delegado da Polícia Federal local, como rota de fuga do aumento da repressão nos grandes centros. Havia também, como nos informaram os depoentes e pela observação das fichas de matrículas nas escolas, muitas mães e pais de alunos morando nos EUA, na Espanha e demais países europeus, geralmente como imigrantes ilegais nas mais diversas atividades, lícitas ou não. Contudo, comparada à violência das escolas periféricas das metrópoles nacionais, as escolas públicas de Barra do Garças podem ser consideradas, ainda, como tranquilas.

Assim, a despeito de toda a crise política que então cerceava a prefeitura popular, a secretaria de educação procurou levar os seus projetos com base nos diagnósticos apresentados. Na análise das diretrizes do órgão contidas dos Planos Municipais de Educação de 2006 e 2007, nota-se o esforço de uma administração filiada à tradição progressista da esquerda democrática. Lá estão as obras de infra-estrutura, condicionadas à construção das cinco novas escolas indígenas; 20 unidades totalmente reformadas (sendo três com ampliações); uma creche nova (Alencar Soares Filho); um centro de atendimento especializado (Doralice Rosa Escolástico); 13 Telecentros e laboratórios de informática, além da revitalização da biblioteca municipal. Também constam cinco blocos de projetos pedagógicos com várias atividades cada um, relacionados aos turnos ampliados pelo “Projeto 2º Tempo”, em parceria com o governo federal, o qual atendeu entre 1.400 a 2800 estudantes do ensino básico municipal. Esses números variam conforme as fontes, mas, mesmo assim, o governo Chaparral foi a administração que mais ampliou a sua jornada escolar no estado de Mato Grosso entre 2004 e 2008, superando de forma significativa outras redes municipais de cidades mais ricas e da própria capital Cuiabá, na qual este projeto mal chegou a três escolas (mas onde o prefeito foi reeleito em 2008).

Ao dividirmos por blocos de assunto comum as iniciativas contidas nos Planos Municipais de Educação de Barra do Garças (2006 e 2007), chegamos à seguinte distribuição:

Gráfico 10: Distribuição das diretrizes e ações propostas nos Planos Municipais de Educação de 2006 e 2007, Barra do Garças – MT.



Fonte: Consulta aos Planos Municipais de Educação 2006 e 2007

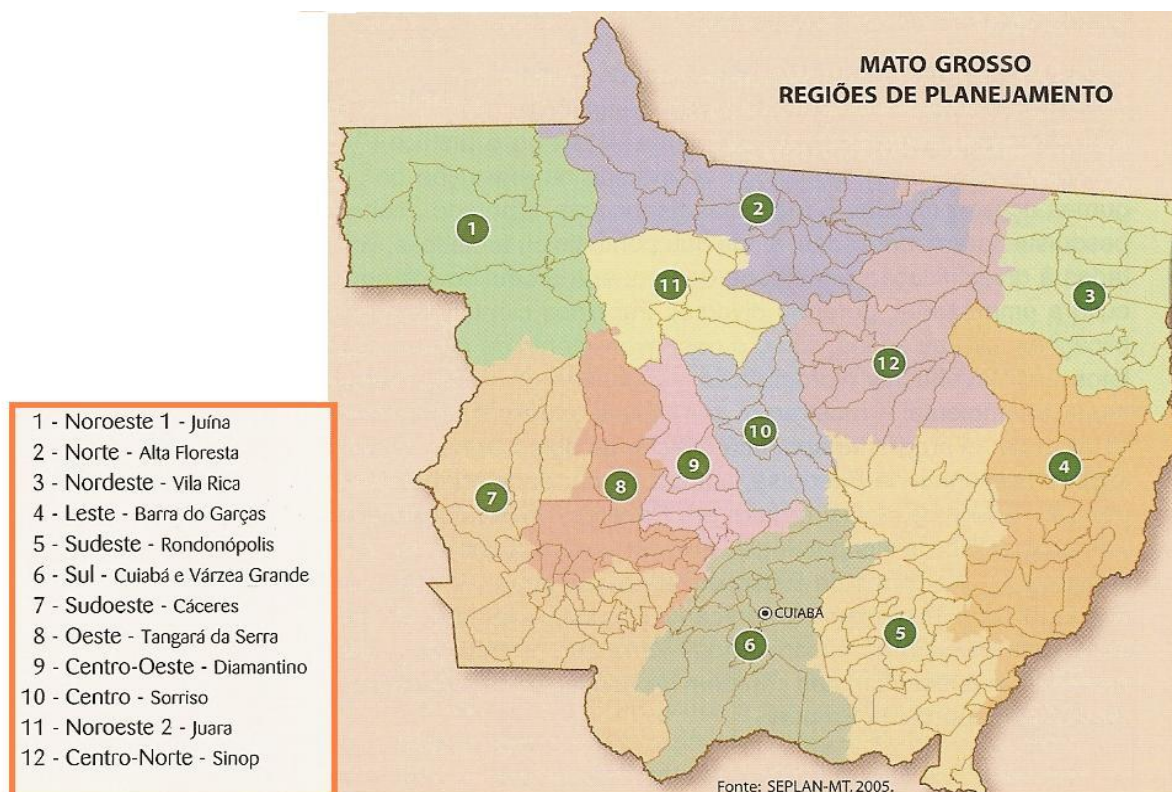
A diminuição de ações entre 2006 e 2007 não indicam necessariamente um problema. Pelo contrário, ela ocorreu exatamente em função da meta inicial de planejamento em infra-estrutura ter sido atingida, como a revitalização da Escola Agrícola e

a construção e inauguração das novas escolas nos aldeamentos indígenas. Uma vez atendidas, a prioridade do governo popular sempre se pautou, como se vê pelo gráfico, no aprimoramento e na execução dos projetos pedagógicos complementares nos turnos normais e ampliados, seja no foco da aprendizagem ou na promoção da cidadania crítica. Isso, numa rede que até então era gerida de forma estritamente convencional, exigiu maiores custos em razão da contratação de mais servidores, inclusive de novos funcionários indígenas, uma das grandes ações de renovação desta gestão.

Além do mais, aquele era um governo de “antigos sindicalistas combativos e de esquerda”, forjados no mais puro estilo da geração da abertura democrática dos anos de 1980/90. Portanto, era natural que, ao lado das pressões por reajustes salariais e a implantação de novos planos de carreira (bem como pelas equiparações entre funções e esferas administrativas), as exigências por melhores condições de trabalho viessem definitivamente à tona. E foram nesses momentos em que as diferenças de postura e atitude entre as gestões do passado e a prefeitura popular fizeram-se por revelar, obviamente não sem conseqüências financeiras e eleitorais, como o demonstraremos no capítulo 6.

C) Índices educacionais do município de Barra do Garças (ao tempo da prefeitura democrática popular) no contexto das “cidades-pólos” de MT.

Mapa 9: “Cidades Pólos” do Mato Grosso (2005)



Fonte: MORENO E RIGA (2005:49)

É certo que a eficácia ou a validade dos índices do IDEB continua sendo tema polêmico para os especialistas em educação, principalmente nos debates acadêmicos. Contudo, na perspectiva dos órgãos governamentais, da grande imprensa e de setores importantes da sociedade, seus resultados já se constituem num referencial de peso para as milhares de escolas do ensino público brasileiro. Mal ou bem, o IDEB tem representado, até o momento, o ideário de um “grande sistema de avaliação nacional”, mais no sentido de unificar as redes do que fragmentá-las. Além disso, a ausência de mecanismos de “punição” ou “premiação” como consequência dos resultados – idéia esta almejada pelos setores ultra-conservadores do país na década passada - acabou por evitar o antagonismo generalizado das bases escolares contra os seus procedimentos de avaliação.

No caso da região e da cidade que estudamos, bem como nas entrevistas nas escolas da amostragem, o IDEB deixou de ser um “*bicho-papão*”. A secretária de educação do governo popular de Barra do Garças, a professora Fátima Resende, nunca o “temeu”. Pelo contrário, tomava-o como um eficaz instrumento de avaliação e preparava as escolas para fazê-lo, não no sentido de “cursinho para o IDEB”, mas esclarecendo seus objetivos e sua importância como referencial dos resultados do aprendizado (como consta nos Planos Municipais de Educação de 2005, 2006 e 2007):

Lógico que o IDEB não é tudo: tem muita coisa mais importante numa escola. Mas não dá mais para ficarmos naquela posição em que muitos prefeitos, inclusive alguns companheiros nossos da esquerda, eram contra o IDEB quando iam mal, mas são os primeiros a aparecer sorridentes quando passam a ir bem... (Professora **Fátima Resende**. Secretária de Educação de Barra do Garças. Entrevista em maio de 2008)

Independente da concordância ou não com esses comentários, o fato é que as escolas municipais de Barra do Garças tiveram um grande progresso nas avaliações do IDEB ao tempo do governo popular. Nos dados de 2005, ano da posse de Chaparral, seus índices situavam-na em antepenúltimo lugar nas séries iniciais entre as 14 cidades-pólos mato-grossenses. Já em 2007, eles atingiram a quinta colocação nos índices absolutos e a 4ª em termos de crescimento, refletindo, em tese, os resultados positivos das políticas educacionais que estavam sendo implantadas:

Tabela 8: Índices do IDEB 2005/2006 das escolas municipais das “Cidades-Pólos de Mato Grosso.

ANOS INICIAIS do ensino Fundamental Cidades-Pólos do Estado do Mato Grosso. Redes municipais de ensino	IDEB Observado		Crescimento
	2005	2007	2005/2007
1) Diamantino	4,3 (1º)	4,8 (1º)	0,5 (6º)
2) Sorriso	3,5 (7º)	4,7 (2º)	1,2 (2º)
3) Alta Floresta	4,0 (3º)	4,6 (3º)	0,6 (5º)
4) Sinop	4,0 (3º)	4,6 (3º)	0,6 (5º)
5) Rondonópolis	4,2 (2º)	4,5 (4º)	0,3 (8º)
6) Barra do Garças	3,4 (8º)	4,2 (5º)	0,8 (4º)
7) Várzea Grande	3,9 (4º)	4,2 (5º)	0,3 (8º)
8) Cuiabá	3,7 (6º)	4,1 (6º)	0,4 (7º)
9) Vila Rica	3,0 (9º)	4,1 (6º)	1,1 (3º)
10) Juára	3,5 (7º)	4,0 (7º)	0,5 (6º)
11) Juína	3,8 (5º)	3,9 (8º)	0,1 (10º)
12) Tangará da Serra	3,5 (7º)	3,9 (8º)	0,4 (7º)
13) Pontal do Araguaia	2,3 (10º)	3,8 (9º)	1,5 (1º)
14) Cáceres	3,5 (7º)	3,7 (10º)	0,2 (9º)

Fonte: INEP/MEC: 2008.

Contudo, não se pode afirmar, com segurança, que estes avanços foram devidos às perspectivas progressistas da educação de Barra do Garças à época do governo popular. Além do curto período de gestão deste projeto, basta observar a tabela anterior para certificarmos-nos de que outros municípios, de diferentes linhas de gestão e partidos no comando das prefeituras, também apresentaram forte evolução, como Pontal do Araguaia e Sorriso. De qualquer modo, o resultado em debate não deixava de ser um ganho positivo para as estratégias políticas da esquerda barra-garcense. Afinal, os dados a legitimavam como boa gestora educacional e, diante de uma cidade dominada por elites extremamente conservadoras, lhe favorecia na conquista pelo respeito às ações da secretaria de educação numa fase de grande oposição ao governo Chaparral.

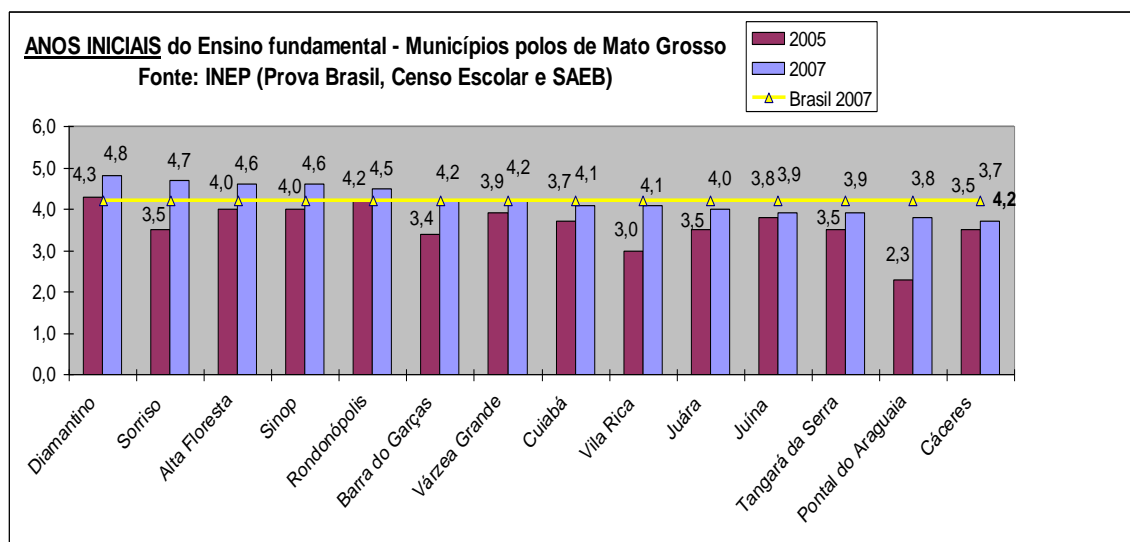
É certo que Barra do Garças acompanhou a tendência geral do IDEB no período 2005/07, ou seja: as redes que tinham um índice muito baixo cresceram bem acima das projeções, ao passo que as de maior pontuação começaram a apresentar certa estabilização nos seus resultados, notadamente na faixa situada entre 4,5 a 5,0. Portanto, ao passar de 3,4 para 4,2, o sistema educacional da cidade ascendeu a um novo patamar de pontuação, mais compatível com a média do IDEB do estado de Mato Grosso e a média geral do Brasil (tabela 9 e gráfico 11):

Tabela 9: Índices comparativos do IDEB dos anos iniciais de Barra do Garças, do estado de Mato Grosso, da escola pública brasileira e da rede privada nacional.

ANOS INICIAIS do ensino Fundamental	IDEB Observado		Crescimento 2005/2007
	2005	2007	
Dependência administrativa	2005	2007	2005/2007
Barra do Garças – MT	3,4	4,2	0,8
Estado de Mato Grosso	3,6	4,4	0,8
Escola Pública no Brasil	3,6	4,0	0,4
Escola Municipal no Brasil	3,4	4,0	0,6
Escola Privada no Brasil	5,9	6,0	0,1
BRASIL	3,8	4,2	0,4

Fonte: INEP (Prova Brasil, Censo Escolar e SAEB)

Gráfico 11: Índices do IDEB das cidades pólos mato-grossenses em comparação à média nacional (2005/2007)



Fonte: INEP (Prova Brasil, Censo escolar e SAEB).

Obviamente que estes primeiros êxitos não solucionaram os problemas de longa data. Nas séries finais da educação básica, o índice do IDEB manteve-se estável em relação à avaliação anterior, significando, em tese, um progresso mais lento do que as séries iniciais. Porém, tal fato não se tratou de caso isolado, mas comum a todas as cidades-pólos do estado, sendo que Barra do Garças pertencia o quadro dos municípios de menor diferença entre os dois resultados.

Tabela 10: Comparativo entre os índices do IDEB dos anos iniciais e finais. Cidades Pólos de Mato Grosso, 2007.

CIDADES PÓLOS: Mato Grosso	Anos Iniciais	Anos Finais	Diferença entre os índices dos anos iniciais/finais:
1º) Sorriso	4,7	4,5	-0,2
2ª) Juára	4,0	3,8	-0,2
3º) Diamantino	4,8	4,6	-0,2

4º) Barra do Garças	4,2	4,0	-0,2
5º) Vila Rica	4,1	3,8	-0,3
6º) Cuiabá	4,1	3,8	-0,3
7º) Várzea Grande	4,2	3,9	-0,3
8º) Juína	3,9	3,5	-0,4
9º) Tangará da Serra	3,9	3,4	-0,5
10º) Sinop	4,6	4,1	-0,5
11º) Rondonópolis	4,5	4,0	-0,5
12º) Cáceres	3,7	3,2	-0,5
13º) Alta Floresta	4,6	4,1	-0,5

Fonte: INEP/MEC, 2009..

Entretanto, ao examinarmos esses índices no contexto específico das escolas da nossa amostragem¹⁴⁴, outros retratos se revelam. O primeiro é a persistência da desigualdade entre as unidades investigadas, embora também aqui tenha ocorrido algumas novidades. Nos índices das séries iniciais, mantêm-se a tendência usual de que escolas mais centrais e com uma comunidade de maior poder aquisitivo tendem a apresentar pontuações mais altas, enquanto as de perfil contrário tendem a pontuações menores. Na nossa amostragem, a escola Moreira Cabral representa de certa forma o primeiro perfil, ao passo que a escola Padre Sebastião Teixeira espelha adequadamente o segundo, pois localiza-se em Vila Maria, um dos bairros periféricos mais distantes do centro de Barra do Garças.

Vê-se, pela tabela a seguir, que a escola Moreira Cabral não só apresentou uma pontuação absoluta maior, como também um crescimento mais elevado em relação à avaliação anterior, ultrapassando com certa folga as médias dos índices estaduais e nacionais. Coincidência ou não, foi uma das escolas da amostragem que mais se identificou com os programas da prefeitura democrática popular, ao menos por parte das professoras participantes da entrevistas:

Tabela 11: Índices do IDEB (2005-2007) nas escolas da amostragem. Anos Iniciais:

ANOS INICIAIS do ensino Fundamental	IDEB		Crescimento	IDEB	
	Observado	2005		Projetado	2009
Escolas pesquisadas em Barra do Garças – MT	2005	2007	2005/2007	2007	2009
CMEF Moreira Cabral	4,0	4,8	0,8	4,1	4,4
CMEF PE. Sebastiao Teixeira de Carvalho	3,4	3,9	0,5	3,5	3,8
Barra do Garças - MT	3,4	4,2	0,8	3,4	3,8
Estado de Mato Grosso	3,6	4,4	0,8	3,6	4,0
Escola Municipal Brasil	3,4	4,0	0,6	3,5	
Escola Pública Brasil	3,6	4,0	0,4	3,6	
TOTAL DO BRASIL	3,8	4,2	0,4	3,9	

Fonte: INEP/MEC, 2009.

¹⁴⁴ Por razões de ordem estrutural, a escola municipal rural Miguel Sutil, no distrito de Toricoeje, a 160 km por estrada de terra da prefeitura, não participou do IDEB de 2005. Na mesma situação se encontrou a Escola Indígena Iró'orãpe (do Tatu), pois sua inauguração ocorreu em 2007.

Por sua vez, cenário diverso ocorreu nos resultados dos anos finais das unidades escolares pesquisadas. Neste caso, a escola Padre Sebastião Teixeira teve um crescimento, ainda que reduzido, maior do que a escola profissionalizante Laudelino de Souza Santos, com muito mais estrutura e disponibilidade de recursos por meio dos convênios estaduais e federais, uma vez que trabalha em regime de turno integral. Além disso, mesmo com a grande revitalização desta escola no início do mandato de Chaparral, seu índice no referido quadro caiu 0,1 ponto, indicando-nos na prática que nem sempre a melhoria na materialidade física provoca automaticamente modificações no campo pedagógico.

Ao lado destas variáveis, outras razões podem ter levado àquele resultado da Escola Agrícola no IDEB. A informação que nos chegou pela voz dos professores e da direção, quando lá estivemos para as entrevistas em finais de setembro de 2008, foi a de que as mudanças nos critérios do IDEB influenciaram no resultado. Também há que se recordar que a escola estava trabalhando, ao tempo do governo popular, com muitos alunos indígenas em regime de internato, recém saídos das aldeias e com dificuldades esperadas no domínio pleno da língua portuguesa (principalmente da escrita), o que seguramente influenciou nos exames federais e se fez representar de alguma forma nos resultados:

Tabela 12: Índices do IDEB (2005-2007) nas escolas da amostragem. Anos Iniciais:

ANOS FINAIS do ensino fundamental	IDEB Observado		Crescimento 2005/2007	IDEB Projetado	
	2005	2007		2007	2009
Escolas pesquisadas em Barra do Garças - MT					
CMEF PE. Sebastião Teixeira de Carvalho	3,9	4,0	0,1	3,9	4,1
Escola Municipal Agropecuária de Ensino Fund. E Médio Profissionalizante Laudelino De Souza Santos	4,5	4,4	-0,1	4,5	4,6
Barra do Garças - MT	4,0	4,0	0	4,0	4,2
Estado de Mato Grosso	2,9	3,6	0,7	2,9	3,1
Escola Municipal Brasil	3,1	3,4	0,3	3,1	
Escola Pública Brasil	3,2	3,5	0,3	3,3	
TOTAL DO BRASIL	3,5	3,8	0,3	3,5	

Fonte: INEP (Prova Brasil, Censo Escolar e SAEB)

Enfim, quanto mais nos aproximamos das escolas, maior o universo de variáveis a serem compreendidos, pois tornam os índices apresentados passíveis de comentários e críticas de diversos matizes. Mas, de todas as possíveis variações que deles poderiam advir, parece ser de acordo comum que a prefeitura popular se esforçou para imprimir um salto de qualidade na rede de ensino pública municipal de Barra do Garças, e os resultados do IDEB refletem de algum modo os frutos daquele trabalho.

D) “O avesso do avesso” nos índices de matrículas do mandato popular.

Por tudo que demonstramos e levando-se em conta o cerceamento político imposto pelas oposições locais à prefeitura popular, consideramos que o mandato de Zózimo Chaparral foi bem sucedido na gestão educacional, democratizando as relações institucionais da rede e revigorando os investimentos na estrutura e capacitação profissional, além do esforço de atender, à medida das possibilidades e não dos desejos da categoria, aos reajustes salariais dos trabalhadores em educação.

Se retomarmos as promessas da campanha de 2004, veremos que as realizações ultrapassaram a barreira dos 70%, o que é significativo mesmo em governos municipais que tiveram um mandato tranqüilo e sem grande oposição:

Tabela 13: Comparativo entre o programa de campanha (2004) e resultados obtidos pela na Secretaria de Educação do Governo Democrático Popular. (2005-2008). Barra do Garças - MT

I - Programa educacional de campanha (outubro de 2004)	II – Resultado (cumprimento da proposta) (2008)	III – Abrangência atingida da proposta (2008)
1 - Implementar na rede municipal de ensino a modalidade de Centros de Educação Integral: escola integradora, com atividades culturais e esportivas.	SIM	35% a 50% das matrículas
2 - Valorização profissional e apoio para a formação continuada dos professores da rede municipal	SIM	100%
3 - Garantir a profissionalização dos atuais técnicos e apoio administrativo da rede de ensino municipal,	SIM	100%
4 - Fortalecimento das oficinas de inclusão social (artes, profissão etc).	SIM	100%
5 - Revitalizar a Biblioteca Pública Municipal com a criação de novos espaços para videoteca, brinquedoteca, sala de leitura, laboratório de informática.	SIM	70%. A “brinquedoteca” não ficou pronta
6 - Garantir suporte efetivo para as atividades do Conselho Municipal de Educação.	SIM	50%, segundo membros do Conselho
7 - Implantar uma política de educação ambiental, buscando parcerias da Prefeitura com IBAMA, FEMA e Ministério do Meio Ambiente.	SIM	50%
8 - Realizar parcerias com a iniciativa privada e a sociedade para apoiar cursos preparatórios pré-vestibular	<u>NÃO</u>	-
9 - Desenvolver projetos para o fortalecimento e revitalização da Escola Agrícola, propondo parceria com o Sindicato Rural para utilização do Parque de Exposição como espaço de preparação e aprendizagem para alunos e professores.	SIM	100%
10 - Garantir à comunidade Xavante o direito à escola de qualidade, respeitando e valorizando suas tradições culturais	SIM	100%
11 - Construção do “Restaurante Estudantil Municipal” e da “Casa do Estudante”.	<u>NÃO</u>	-

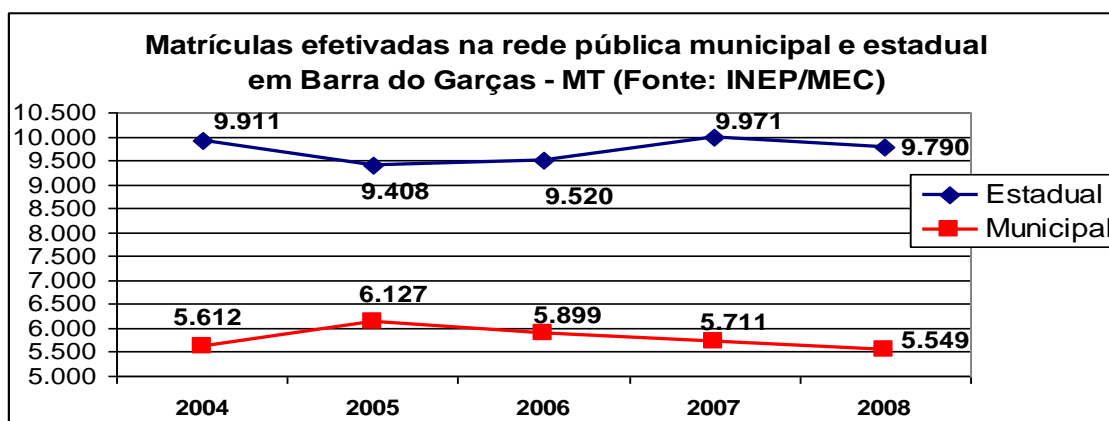
Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nas propostas educacionais contidas no “Plano de Governo” da candidatura Chaparral, apresentado nas eleições municipais de 2004.

Porém, em que pese os resultados alcançados, houve uma questão que, na perspectiva ética das “esquerdas freireanas”, consideramos como um grave problema de postura política. Trata-se, no caso, dos índices de matrículas divulgados ao longo do mandato popular, em especial na “propaganda não oficial” do governo Chaparral e nos discursos da campanha pela reeleição em 2008. Numa “reportagem publicitária” na revista “Brasil Vip Mato Grosso” (“*Inclusão Social é Realidade em Barra do Garças*”), dizia o texto que:

Em 2004, as creches municipais atendiam a um reduzido número de 400 crianças. Hoje, este número foi ampliado para 1200. As escolas municipais ofereciam apenas 3700 vagas; o número saltou para 6300 vagas em janeiro de 2005. As escolas indígenas, que matriculavam 200 crianças, hoje abrigam mais de 800 (Revista “Brasil Vip Mato Grosso, Edição nº 1, de maio de 2008, páginas 6 e 7)

Esse foi o tom do discurso exaustivamente repetido “aos quatro cantos” no pleito de 2008, quer pelo prefeito Zózimo Chaparral, quer pelos vereadores da “esquerda orgânica” barra-garcense. Tais números também apareceram em algumas entrevistas ao longo da tese, nas quais nossos interlocutores exaltavam como o maior feito da prefeitura popular, ou seja: a “*ampliação do acesso*” à educação pública na cidade de Barra do Garças. No entanto, qual não foi a nossa surpresa quando, no uso do ferramental metodológico da “Dúvida Radical”, de Pierre Bourdieu (já apresentada na introdução deste trabalho), passamos a consultar os dados oficiais do INEP. A partir deles, começamos a entender porque o governo popular sempre se utilizava dos dados de 2005 (e de janeiro de 2005, o mês da posse), mesmo estando em setembro/outubro de 2008. Ao contrário dos inflamados discursos sobre o empenho das ações que quase “*dobraram*” o número de alunos da rede, o quadro oficial era completamente diverso. Na verdade, o governo democrático popular de Barra do Garças terminava o seu mandato com menos alunos do que quando começou, numa queda sucessiva ano após ano:

Gráfico 12: Matrículas totais da rede pública de ensino de Barra do Garças, 2004/2008:



Fonte: INEP/MEC: 2009

Quando descobrimos o fato, saímos atrás das respostas dos nossos interlocutores. Ao que nos consta, não houve resposta. Algumas tentativas de explicação citavam as creches conveniadas à prefeitura (dirigidas por entidades não-governamentais, associações beneficentes e religiosas) como uma possibilidade de justificativa desta diferença, visto que estes dados poderiam não estar registrados no INEP. Outras explicações se voltavam aos índices referentes à ampliação da jornada das escolas, considerado por alguns membros do governo como “*a verdadeira expansão da rede escolar*”. Em outras palavras, a “*ampliação do acesso*” estaria, neste caso, na “recontagem não oficial” – portanto, não era ilegal – dos alunos que freqüentavam o projeto “2º tempo”, os projetos desportivos e as oficinas de arte, cultura e informática. Assim, diziam-nos, a ampliação do acesso seria “qualitativa e de inclusão”, e não “quantitativa e excludente”

Consideramos que estas explicações são tentativas de dissimular o que é fato não só em Barra do Garças, mas em vários municípios brasileiros nos últimos quatro anos, isto é, a queda das matrículas no ensino básico, fruto da acelerada diminuição da natalidade ao longo do tempo e, especialmente, na primeira década do século XXI. No caso de alguns municípios de Mato Grosso, os índices dessa redução podem ser, por vezes, ainda mais acentuados, notadamente em função das seguintes causas: crise sazonal na economia do município; fechamento de uma grande empresa ou conglomerado na cidade; migrações para um novo município emancipado ou mesmo estabilização populacional (quando não diminuição) devido às migrações rotineiras da juventude para estudos superiores ou oportunidade de trabalho.

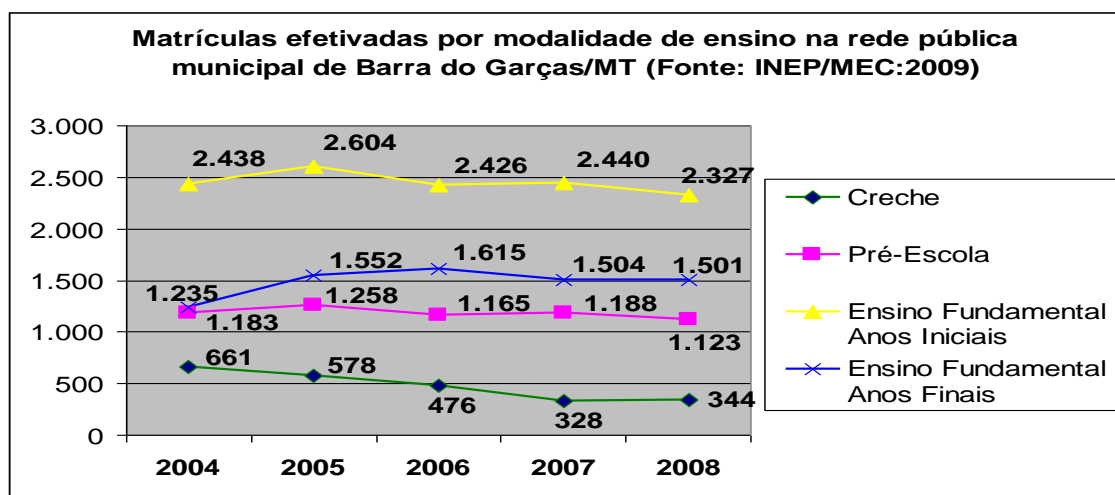
Por sua vez, vemos o resultado contrário deste processo quando determinado município passa por uma acelerada expansão econômica ou pela chegada de um novo pólo do agro-negócio. Pegue-se, por exemplo, o crescimento populacional na região de Confresa e Vila Rica, no extremo norte do Araguaia mato-grossense, atualmente na casa dos 20% ao ano, ou seja, entre os mais elevados do mundo, com base praticamente na imigração de adultos e, numa segunda etapa, de famílias em companhia dos filhos.

Porém, de forma alguma esse era o caso de Barra do Garças ao tempo do governo popular. Afinal, embora seja o 8º município em população entre os atuais 141 do estado, a cidade não pertence, como já o dissemos no capítulo 2, ao “núcleo pujante” do agronegócio, mas sim à pecuária e ao comércio tradicionais. Além do mais, a cidade já vinha apresentando indícios de estabilização populacional desde meados da década de 1990, confirmado pelo coeficiente do colégio eleitoral e dos votos computados ao final das eleições. Soma-se ao fato a passagem da “crise da pecuária” entre os anos de 2005 e 2006, quando alguns frigoríficos importantes se retiram da cidade e causaram uma recessão em

cadeia que repercutiu sobre todo o município, bem como sobre metade do mandato de Chaparral

Os efeitos dessa redução demográfica nos sistemas de ensino são conhecidos. Há uma diminuição das matrículas nas séries iniciais e uma maior procura nas séries finais e no ensino médio, este o verdadeiro “gargalo” na oferta educacional pública a partir de meados dos anos de 1990. Como se pode observar pelo gráfico a seguir, a única modalidade de ensino em Barra do Garças que apresentou crescimento no período em estudo foram as séries finais, com 266 matrículas a mais do que o ano base da amostra (2004). Contudo, caso não estejamos cometendo um profundo engano (e tudo leva a crer que não estamos), o discurso do prefeito comunista e de seus partidários à época da reeleição – ou seja, o de que Chaparral “triplicou o número matrículas nas creches (de 400 para 1200)” e “aumentou o acesso aos demais níveis do ensino básico” – não condizem com a amostragem dos dados enviados ao MEC pela própria secretaria de educação:

Gráfico 13: Alunos matriculados na rede municipal pública de Barra do Garças. Modalidades: Creche; Educação Infantil; Ensino básico anos iniciais e finais, 2004/2008.

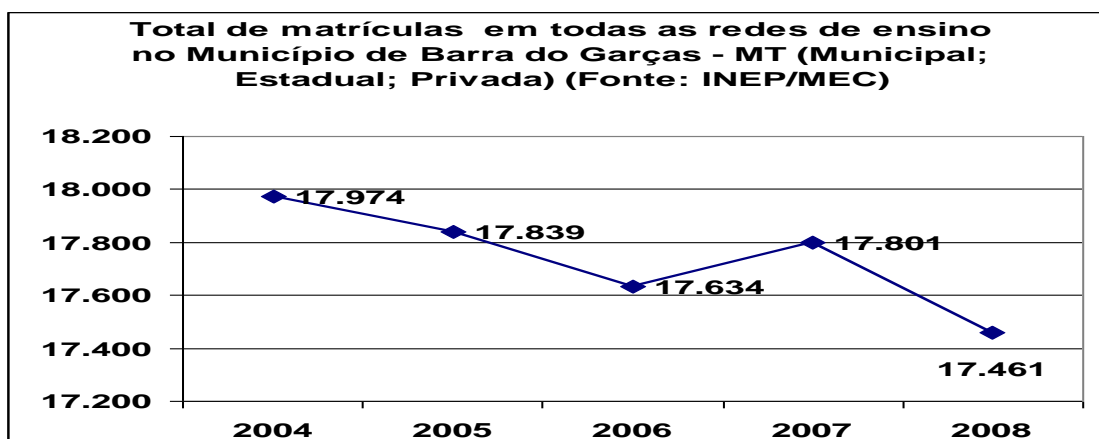


Fonte: IEP/MEC: 2009)

Porém, é preciso ter claro que tal decréscimo não se restringiu à rede municipal. Como já vimos anteriormente, a redução dos índices em questão também ocorreu nas escolas estaduais e privadas do município, confirmando oficialmente a baixa generalizada nas matrículas estudantis de toda a rede local¹⁴⁵:

¹⁴⁵ No caso da rede privada, houve as duas situações. Segundo os registros do INEP, na pré-escola as matrículas caíram de 646 no ano de 2004 para 330 em 2008, portanto, uma queda de quase 50%. Já nas creches privadas as matrículas aumentaram de 64 em 2004 para 149 em 2008, ou seja, 85 registros a mais. Assim, a redução total seria de quase 300 matrículas (646-330 = 316, +149 = 465). Por esses números, não estariam aí as crianças “não registradas pelos dados do INEP” nas creches conveniadas, conforme algumas informações prestadas.

Gráfico 14: Matrículas em todas as unidades públicas e privadas em Barra do Garças.



Fonte: INEP/MEC 2009)

Se, num exercício máximo de compreensão, considerarmos os dados enviados ao MEC como o “elemento ético” mais importante - uma vez que estes implicam envio de verbas públicas -, não se pode dizer que os dirigentes em pauta “faltaram com a verdade”. Da parte oficial que lhes compete, não falsearam os números nem sonegaram informações. Portanto, no sentido estrito da gestão educacional do sistema, a queda da demanda nas escolas municipais de Barra do Garças em nada desmerece as políticas públicas do governo democrático popular. Tratou-se, no mais das vezes, de um fenômeno demográfico além da capacidade de intervenção da prefeitura, bem como uma tendência contemporânea das redes públicas de ensino no Brasil

Isso, porém, não significa que a postura da esquerda tornou-se para nós uma questão menor. Continuamos a pensar que a “dissimulação discursiva” dos índices das matrículas foi, além de desnecessária, um erro político no sentido histórico, embora sem grandes conseqüências no desenrolar prático na campanha de 2008. Contudo, não deixa de ser curioso saber por que o candidato da oposição, Wanderlei Farias, nunca fez questão de rebater ou examinar oficialmente os discursos de palanque das esquerdas barra-garcenses. Talvez porque a escola pública não lhe provocasse realmente grande interesse, ou, ao contrário, talvez porque esta dissimulação poderia lhe ser útil num futuro próximo¹⁴⁶.

Do mesmo modo, também não entendemos porque os demais dirigentes da esquerda local não se importaram muita com essas questões. Cremos que estes avaliaram, como também o fizemos na primeira vez que chegamos à cidade, pelo que viam e sentiam.

146 No primeiro ano da administração de Wanderlei Farias no seu ‘novo’ governo municipal, em 2009, o site da secretaria de educação de Barra do Garças já registrava a cifra de “6.300 matrículas”, ou seja, 800 a mais do que o dado do INEP de 2008. Já para 2010, o mesmo site informa que a rede municipal atingiu o índice de 7500 novas matrículas, isto é, 2000 a mais do que os dados oficiais do INEP de 2008. Assim, tendo os dados do INEP de 2008 como referência, a rede cresceu quase 45% em pouco mais de um ano. Em razão do conhecimento que tivemos da rede e do crescimento demográfico da cidade, temos sérias razões para duvidar desta expansão.

Realmente, ao caminharmos pelas ruas e bairros desta “urbe entre rios”, nos anos de 2007 e 2008 - com toda aquela “criançada” participando de belos desfiles, visitando os parques da cidade em programas de educação ambiental, participando ativamente de forma organizada em grandes eventos desportivos e retornando à escola em turno oposto ao seu para participar das atividades artísticas, culturais e de informática - a impressão que nos tomava o espírito era a de que a rede municipal passava de fato por uma rápida expansão.

Nesse sentido, cremos que a dissimulação em debate expressou a recusa de um governo popular, já acuado por todas as pressões descritas nesta tese, em admitir para si próprio que encerrava seu primeiro mandato com menos alunos do que quando assumiu, ainda mais de uma equipe que fazia da educação o “*porta estandarte*” das suas políticas públicas. A outra hipótese sobre essa postura talvez deva-se ao fato de que os índices de 2004 foram feitos por um governo de tradição oligárquica, cujo comportamento no fornecimento de dados oficiais, ainda mais dos que lhes traziam verbas, não primavam necessariamente por procedimentos éticos, como já o demonstramos no capítulo 2 (RIBEIRO, 2001). Assim, presumimos, quando o governo popular passou a fazer o censo oficial, os dados começaram a se aproximar mais da realidade. De qualquer modo, esse foi um dos momentos mais “desconfortáveis” da nossa pesquisa. Gastamos tempo e energia numa questão que poderia ser trabalhada de forma transparente e direta, visto que as tabelas do INEP tiveram que ser reexaminadas com todo o cuidado para que chegássemos à constatação dos gráficos aqui apresentados. Nesses momentos, voltava-nos à mente uma das preocupações centrais de Paulo Freire (já antes citada) sobre a luta empreendida contra nós mesmos na constituição efetiva de um governo democrático popular:

Tudo deve se visível. Tudo deve ser explicado. O caráter pedagógico do ato de governar, sua missão formadora, exemplar, que demanda por isso mesmo dos governantes seriedade irrecusável [...]. (FREIRE, 1992; 174)

Pelo visto, o “velho” mestre ainda tem muito que nos ensinar.

CAPÍTULO 6: “Intramuros pedagógico”: governo das escolas ou governo da cidade? O problema da “visibilidade administrativa” do projeto educacional democrático popular.

Concentramo-nos neste último capítulo nos três enfoques conclusivos desta tese: a) a análise dos investimentos em educação da prefeitura democrática popular; b) a visão dos professores da amostragem sobre a experiência política e educacional de um governo de esquerda na cidade de Barra do Garças; c) o embate entre projetos e discursos na campanha pela reeleição do Partido Comunista do Brasil, em 2008. Assim, o enfoque inicial examina em detalhe a gestão financeira do projeto educacional das esquerdas barra-garcenses no exercício da prefeitura. Utilizando-nos de um conjunto de gráficos dispostos paulatinamente de forma didática, comparamos o volume de investimentos do governo Chaparral com o último ano da administração que o antecedeu. Percebe-se, pela observação dos dados, não só os aumentos significativos dos investimentos no setor da educação, mas também a rápida elevação das despesas com a folha de pagamento do funcionalismo municipal, uma das principais críticas exercidas pelos setores oposicionistas e mesmo por parte da esquerda local.

No segundo enfoque, apresentamos o resultado das entrevistas com os educadores selecionados nas escolas pesquisadas. Por meio de uma série de gráficos diferenciados, analisamos as reflexões dos nossos interlocutores sobre a experiência de governo popular que vivenciavam naquele momento. Desveladas pelos próprios professores, aqui são esclarecidas as dificuldades de compreensão do projeto educacional da prefeitura por parte de importantes setores da população barra-garcense. Desse modo, antecipavam-se nas suas falas à possibilidade de não reeleição das esquerdas da cidade no pleito municipal de 2008.

Concluimos o capítulo por meio de uma rápida síntese contendo os principais momentos, discursos e estratégias da campanha pela reeleição de Chaparral, em agosto e setembro de 2008. Esta, depois de árdua disputa, selou a derrota dos partidos de esquerda diante das forças tradicionais em quase todas as urnas de Barra do Garças. Por fim, encerramos os debates com a demonstração, por meios de comparação gráfica, da votação obtida pelos dois principais concorrentes nos três grandes agrupamentos de bairro do município (classe média, populares e híbridos).

6.1 - Análise empírico-comparativa da administração democrática popular. A política de investimento educacional da gestão Chaparral. A polêmica das despesas com o funcionalismo público municipal.

“Empiricizar é preciso!” (Milton Santos (Testamento Intelectual).

“Não dá para pensar em melhorar a educação no Brasil sem passar por dois caminhos: gastar mais e garantir que todas as escolas tenham um padrão básico de atendimento: com laboratório, biblioteca, dedicação exclusiva dos professores. O valor mínimo gasto por aluno hoje no Brasil está em R\$ 120 por mês. Quem coloca o filho em uma escola com essa mensalidade?” (José Marcelino Resende Pinto, Revista Época, nº 636, 26/07/2010)

Dentre as diversas “ansiedades” desta tese, uma delas “clamava” pela seguinte indagação: quais foram, no que compete à política de investimento público, as características da administração Chaparral que nos permitem situá-la na perspectiva histórica do projeto educacional democrático popular?

Parte dessa resposta buscamos na investigação do financiamento da educação do município de Barra do Garças, condicionada à comparação entre o último ano da administração de Wanderlei Farias (2004) e os quatro anos do mandato de Zózimo Chaparral (2005-08). Contudo, tal esforço não almejava, como intenção básica de pesquisa, estabelecer uma “comparação direta” entre prefeitos e governos por si mesma, embora a ela tenhamos recorrido em muitos momentos como parâmetro de estudo. Na verdade, buscávamos esclarecer as diferenças mais pertinentes entre duas concepções historicamente distintas de gestão municipal, ou seja: uma administração conservadora, de tradição e herança oligárquica, e uma prefeitura de esquerda, ainda inexperiente com o trato da gestão pública

A comparação integral não nos foi possível por duas razões: primeiro, pelo risco de sobrecarregar em demasia a temática da tese, já consideravelmente extensa em função dos assuntos envolvidos; segundo, pela indisponibilidade de obtenção integral dos dados específicos da secretaria de educação do governo anterior à administração Chaparral. Como já o dissemos no capítulo 4, exceto as informações sobre as despesas gerais, retiradas do site da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e do Tesouro Nacional, muitos dos dados relativos àquele período foram propositalmente “deletados” em dezembro de 2004. Além disso, as informações sobre o tema no Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso não estavam devidamente atualizadas, bem como nos sites do IBGE voltados à temática.

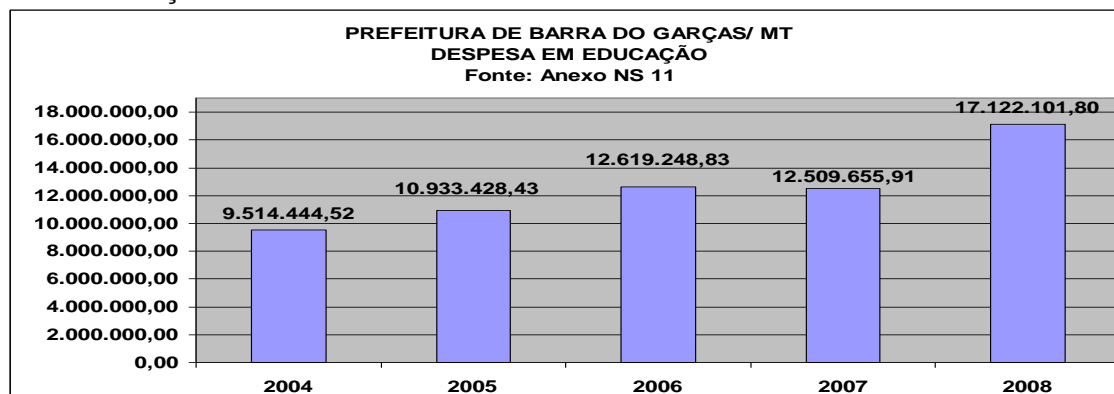
Frente a estes empecilhos, tivemos que buscar as informações de nosso interesse por meio da seleção de uma vasta documentação que só conseguimos obter na Secretaria Municipal de Fazenda, e isto no último dia do governo Chaparral, em 31/12/2008. Trata-se, no caso, do “*Sistema Integrado de Orçamento e Contabilidade Pública da Prefeitura de Barra do Garças, Anexo NS 11*”, que apresenta a amostragem comparativa entre a “Despesa Autorizada” com a “Despesa Realizada” da receita total da prefeitura.

Tal iniciativa não ocorreu sem sacrifício de tempo e energia, mas que, ao final dos trabalhos, permitiu que obtivéssemos esclarecimentos importantes sobre as diferenças centrais entre as duas administrações. Também cremos que a comparação exercida aproxima-se seguramente do campo real de pesquisa, visto que o ano de 2004 foi o de maior receita orçamentária e despesa com educação do governo de Wanderlei Farias..

A apresentação simultânea dos dados relacionados aos investimentos em cultura e esporte deve-se ao fato de que, nas gestões passadas (ou melhor, na história de Barra do Garças), a secretaria de educação geralmente incorporava as funções das outras duas pastas. Porém, um dos primeiros atos administrativos de Zózimo Chaparral foi separá-las em secretarias autônomas de governo. Em conseqüência, para exercermos uma comparação mais adequada aos objetivos propostos, tivemos que acrescentá-las ao conjunto do nosso estudo.

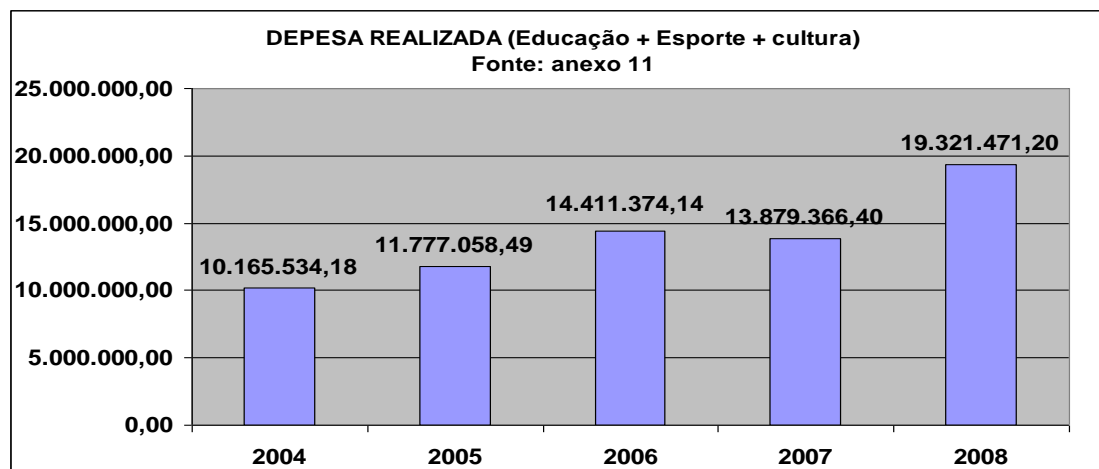
A primeira evidência que surgiu do exame minucioso do Anexo NS 11 foi o aumento considerável dos investimentos na educação no governo Chaparral (2005/08). Mesmo com a pequena redução na passagem dos anos de 2006 para 2007, os recursos da pasta cresceram 80% (79,95%) em relação ao último ano de mandato do seu antecessor (2004), isto é, saltaram de R\$ 9.514.444,52 para R\$ 17.121.101,80 em 2008 (R\$ 7.606.657,28 a mais). Quando acrescentamos estes dados às despesas totais das outras duas pastas mencionadas, os números sobem de 10.165.534,18 para R\$ 19.321.471,20 (90,06% maior):

Gráfico 15: Despesas realizadas somente com Educação. Período 2004/2008, município de Barra do Garças – MT.



(Observação: 2004 = educação + cultura + esporte. De 2005 a 2008, somente educação)

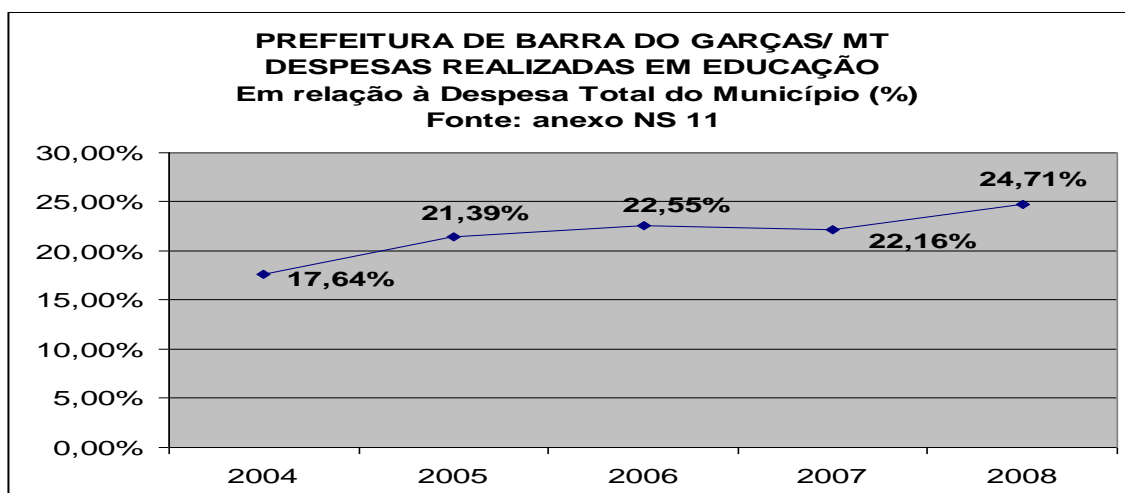
Gráfico 16: Somatório das despesas realizadas com Educação, Esporte e Cultura. Período 2004/2008, município de Barra do Garças – MT.



Fonte: Secretaria de Fazenda do Município de Barra do Garças. Anexo NS 11, de 31/12/2008).

Os discursos na campanha de 2008 e os dados oficiais da prefeitura informavam que os investimentos referentes à educação superavam as obrigações constitucionais, atingindo a média de 30 a 35% das receitas totais/ano do município. Pelo menos esta era a informação contida no balanço das ações do governo Chaparral na pasta da educação, expressas no “*Memorial de Gestão Educacional, 2005-2008; Construindo uma Transição Democrática*”, último documento público da respectiva secretaria a ser entregue ao sucessor, em dezembro de 2008. No entanto, na investigação de todos os documentos citados, não confirmamos estes números. Como o anexo NS 11 trata somente das despesas de fato realizadas, tal percentual tende a ser mais baixo do que o mesmo cálculo sobre as receitas orçamentárias totais. Mesmo assim, a diferença em relação ao seu antecessor foi bastante significativa. No que compete somente à secretaria de educação, o acréscimo dos investimentos em 2008 foi de sete pontos percentuais em relação ao último ano do governo anterior, aumento este significativamente maior se considerarmos ainda o crescimento da receitas orçamentária do município (de R\$ 52.351.200,00 em 2004 para 58.889.110,00 em 2008):

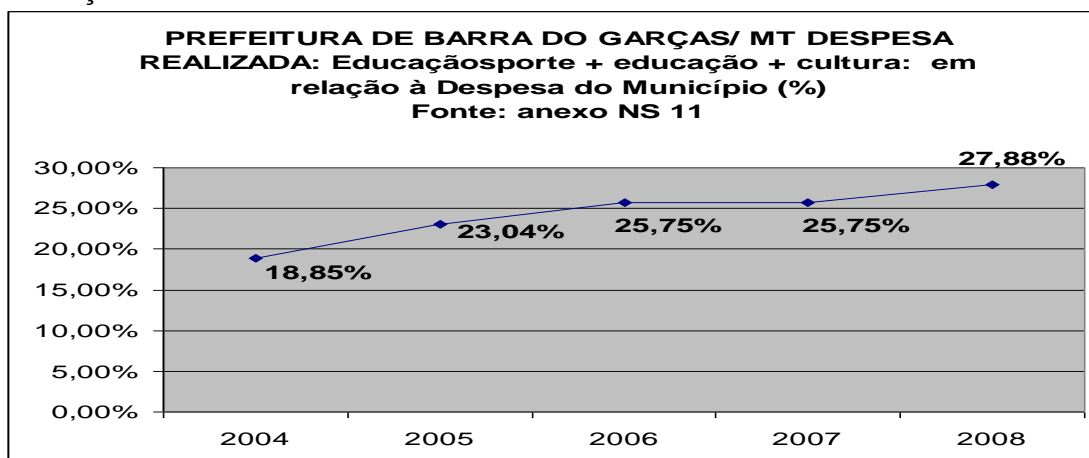
Gráfico 17 – Despesas com a educação municipal, 2004/2008, Barra do Garças, MT.



Fonte: Secretaria da Fazenda de Barra do Garças: Anexo NS 11, de 31/12/2008

Quando se acrescenta à educação as pastas da cultura e do esporte (sendo que a primeira totaliza mais de 96% das despesas totais das três áreas) os números apontados sobem para nove pontos percentuais:

Gráfico 18. Despesa realizada com Educação, Esporte e Cultura, 2004/2008, município de Barra do Garças/MT.



Fonte: Secretaria da Fazenda de Barra do Garças: Anexo NS 11, de 31/12/2008.

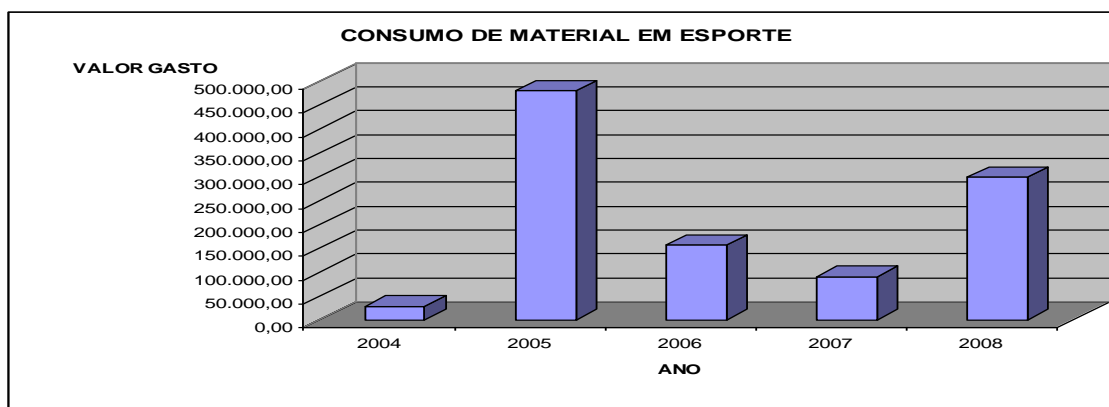
Além do aporte diferenciado à educação, percebe-se na observação dos gráficos a diversidade entre os dois governos no que tange aos investimentos nas pastas de cultura e esporte. Em 2004, elas acrescentavam 1,2% às despesas da educação, ao passo que, nos anos subsequentes, o crescimento foi praticamente linear: 1,65% em 2005; 3,1% em 2006; 3,59% em 2007; e 3,17% (2008). Porém, de acordo com os depoimentos de alguns dirigentes – confirmados pelo o exame do Anexo NS 11 - a secretaria de educação continuou a ser a principal articuladora das políticas públicas culturais e esportivas da

prefeitura, quer pela sua tradição de longa data no controle e execução destas ações, quer pela prioridade dos dirigentes às políticas educacionais (ou, segundo outros testemunhos importantes, pela capacidade de gestão da titular do cargo, a professora Fátima Resende.

Tais acréscimos, contudo, não significam políticas estáveis e permanentes nessas duas áreas. Tradicionalmente, são setores que dependem de projetos temporários ou conveniados às outras esferas do Estado, daí a inconstância de recursos e material.

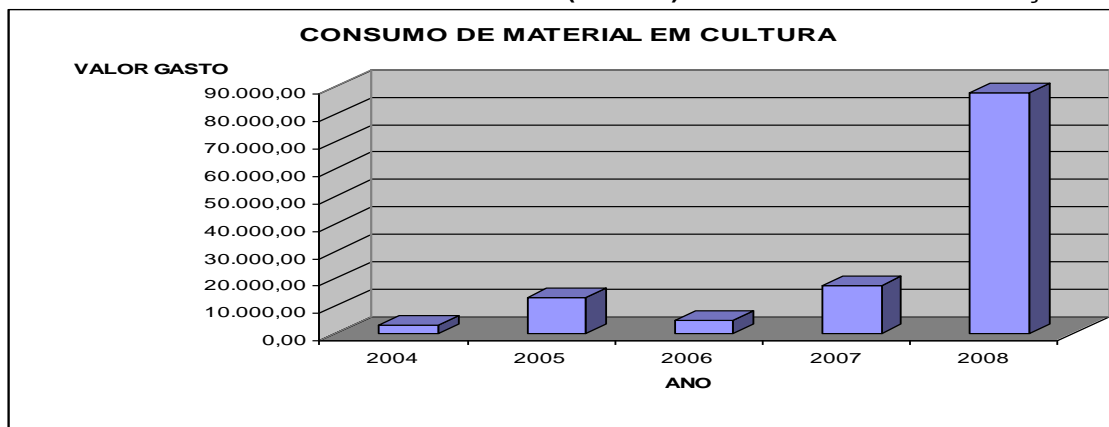
Ao trabalharmos a documentação pesquisada, vêem-se os “altos e baixos” da compra de materiais de consumo das respectivas pastas (Gráficos 15 e 16). Também se observa que a “*velha senhora vítima de todos os orçamentos*” - a pasta da cultura – continua seguindo a tradição de “*prima pobre*” das administrações públicas brasileiras. Na comparação das despesas, nota-se claramente a predominância dos valores de compra da secretaria de esportes sobre a da cultura, o que em si não indica nenhuma crítica a priori, mas sim o reflexo da demanda incipiente pela área de grande parte do eleitorado brasileiro

Gráfico 19: Consumo de material esportivo (2004/08). Prefeitura de Barra de Garças - MT.



Fonte: Anexo NS 11; Secretaria da Fazenda de Barra do Garças: 31/12/2008

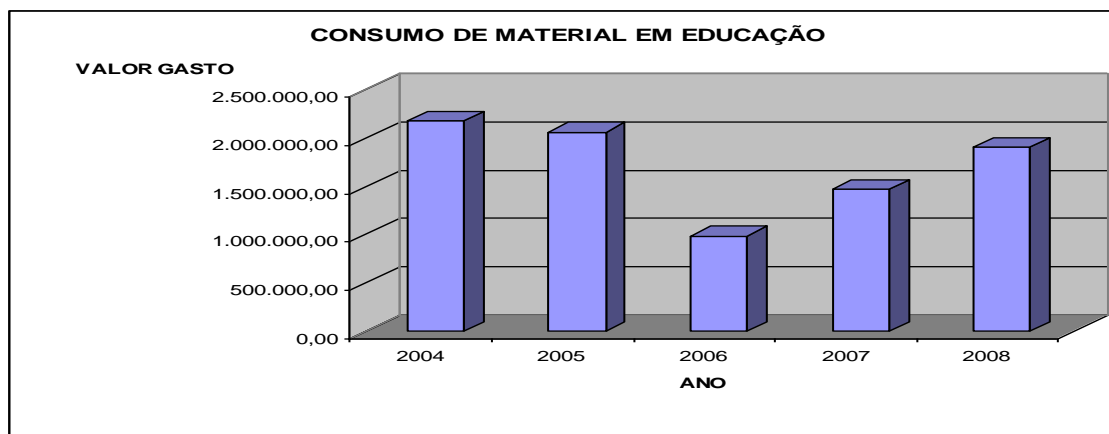
Gráfico 20: Consumo de material em cultura (2004/08). Prefeitura de Barra de Garças - MT.



Fonte: Anexo NS 11; Secretaria da Fazenda de Barra do Garças: 31/12/2008

Porém, é na verificação exclusiva das despesas da secretaria de educação que se evidenciam equivalências e diferenças. Como já adiantamos há pouco, não é necessariamente na estruturação física da rede que se apresentam as distinções de fundo entre as duas gestões (à exceção da educação indígena). No que tange ao consumo de material em educação, por exemplo, as duas administrações aparentemente se equivalem. Há, inclusive, se não levarmos em conta as acusações formais e legais de superfaturamento e desperdício nos períodos anteriores ao governo popular¹⁴⁷, uma vantagem numérica para o antecessor de Chaparral nesse quesito, uma vez que os índices de 2006 e 2007 sofrem uma grande redução destas despesas quando comparados à 2004. Como se pode ver pela ilustração a seguir, eles só se “recuperaram” – ou, segundo os dirigentes de esquerda entrevistados, passaram na verdade a ter um acréscimo real - no último ano de mandato do PCdoB:

Gráfico 21: Consumo de material em educação (2004/08). Prefeitura de Barra de Garças - MT.

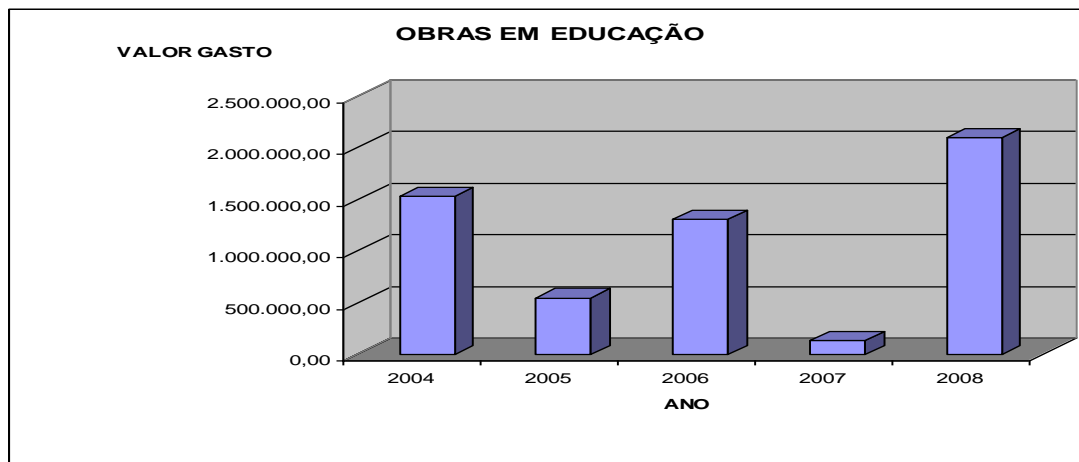


Fonte: Anexo NS 11; Secretaria da Fazenda de Barra do Garças: 31/12/2008

Processo semelhante ocorreu no estudo dos investimentos em obras na educação. Seguindo os mesmos critérios dos exames anteriores, verifica-se que, a despeito de todo o conjunto de reformas físicas empreendido pela prefeitura popular, o último ano de Wanderlei Farias só é superado neste item pelo ano de encerramento do governo Chaparral:

¹⁴⁷ No exame do anexo NS 11, comprovamos que os dados registrados no governo de Zózimo Chaparral eram bem mais discriminados e detalhados do que a administração anterior (Wanderlei Farias). Esta última, além da fusão das três secretarias, apresentava os dados do ano de 2004 de forma generalizada e sem as devidas discriminações, dificultando, assim, possíveis auditorias sobre a referida gestão.

Gráfico 22. Despesas com obras da Secretaria de Educação de Barra do Garças, anos 2004 – 2008.



Fonte: “Sistema Integrado de Orçamento e Contabilidade Pública da Prefeitura de Barra do Garças, Anexo NS 11”. Secretaria Municipal de Fazenda

Com base nos números do gráfico 22, a média destas despesas nos quatro anos do governo de esquerda é menor do que o valor total do último ano de seu antecessor (2004), excluindo-se aqui, mais uma vez (em função do foco do estudo), possíveis suspeitas sobre quaisquer irregularidades administrativas no ano de 2004.

Contudo, tal exclusão parece não ser de toda irreal. Em que pese o volume de acusações e processos judiciais que se somaram à longa carreira política de Wanderlei Farias (PFL, PSDB, PR), percebemos pelos depoimentos das entrevistas, principalmente dos professores nas escolas, que também lhe coube importante participação no empreendimento de obras na educação. Entretanto, seu governo concentrou-se menos na linha de reformas e recuperação de velhas unidades e mais na construção de “*coisas novas e visíveis*”, tais como a cobertura de pátios e quadras esportivas (bem como a construção destas), além da inauguração de novas escolas. Como exemplo, temos a unidade inaugurada, já no final do mandato, no Bairro São José (com recursos do Banco Mundial), localizada na periferia da cidade, de excelente e moderna arquitetura para as necessidades da educação infantil, como pudemos pessoalmente comprovar.

Devido à extensão das informações, os dados sobre as despesas dos dois governos por vezes se confundiam, razão pela qual os correlacionamos sempre aos depoimentos dos dirigentes e professores da amostragem. Isso, porém, não significava a obtenção de respostas integrais e esclarecedoras sobre o tema. À exceção do secretário de fazenda, não foram poucos os momentos em que os demais membros do governo popular demonstraram desconhecimento de causa, principalmente sobre as receitas maiores da prefeitura. Entretanto, na entrevista de Jairo Marques (secretário de obras na segunda fase do Governo Chaparral e ex-secretário de agricultura no governo do seu antecessor), há

elementos que parecem indicar que as despesas em educação do governo popular seguiram de fato outras preferências. Quando perguntamos sobre as diferenças entre os dois prefeitos nesta área, ele não se mostrou inicialmente muito seguro. Posteriormente, reconheceu que ambos tiveram realizações nos investimentos na rede de ensino municipal, porém com opções distintas em função dos seus programas de governo:

[Em termos de obras na educação, o governo Chaparral investiu mais em relação aos governos passados em Barra do Garça?]

Ah... Com certeza! Viu? Nós estamos fazendo uma escola nova, estamos reformando três escolas agora, que estão terminando. Nós reformamos as escolas quase todas, trinta mais ou menos.

Isso não tinha sido feito antes com esse nível de intensidade?

Não..., quer dizer..., eu acho que tinha. Eu não acompanhei na época, mas ele [Wanderlei Farias] fez muitas escolas, e o prefeito Chaparral também fez várias escolas. Lá na reserva indígena o Chaparral fez cinco escolas e reformou quatro. Aqui nós fizemos mais três escolas, estamos fazendo uma outra agora. Ele [Chaparral] reformou as escolas que já tinha. Acho que as obras na área da educação dos dois prefeitos foram mais ou menos iguais. Agora, a questão de atender a quantidade de alunos, a qualificação de professores, aí o Chaparral se destacou muito mais....

[Então os investimentos foram maiores em capacitação, em ampliação da jornada?]

Certamente! Você vê hoje a capacitação dos professores, os treinamentos. Hoje temos profissionais mais qualificados. Antes, na reserva indígena, eram 16 funcionários na área de educação; hoje são 76. Lá também tem o Telecentro, que são os computadores para a população indígena, para os meninos irem lá acessar, fazer os trabalhos, desenvolver suas capacidades nesse sentido. Aqui em Barra do Garças também foram implantados quinze Telecentros. Nos distritos também todos tem seus Telecentros. Foram reformadas todas as escolas. Então eu acho que a prefeitura de Chaparral nesta área foi muito melhor do que no governo passado (**Jairo Marques**, Secretário de Obras de Chaparral, ex-Secretário de Agricultura na gestão de Wanderlei Farias. Entrevista em dezembro de 2008).

Portanto, na perspectiva apresentada, os fatos e números nos levam a crer que, em razão da ampliação da jornada nas escolas, da capacitação de funcionários e professores, das inaugurações das novas escolas indígenas e da implantação dos projetos pedagógicos complementares (oficinas de arte, música e os “Telecentros de Inclusão Digital”), a necessidade de maior contratação de funcionários pela prefeitura tornou-se imperiosa, seja por concurso público, seja por contrato temporário. Este foi um dos principais elementos de diferenciação entre as gestões administrativas em debate, transformando-se, inevitavelmente, em motivos de muitas críticas à prefeitura popular ao longo daqueles anos, à direita ou à esquerda do cenário político da cidade. Veja-se, como exemplo desta última afirmação, o nível de crítica feita por um importante membro local do Partido Comunista do Brasil, o jornalista “Netão” (que foi inclusive candidato a vereador pelo PCdoB em 2008, não eleito), impressa na coluna “*Pau&Prosa*” no jornal “Notícia”, de sua propriedade. Nela, o “camarada” jornalista referia-se ao encerramento do mandato de seu “correligionário” como “um festival de tristezas” para os que dele se beneficiaram:

Coluna “Pau & Prosa”:

Desmame 1

Pelo visto a choradeira é quase unânime no meio da galera, que até então ocupam cargos de confiança na administração do prefeito Chaparral. Para alguns, somente agora foi que caiu a “fixa,” e terão que deixar o poder. A contagem é regressiva. Enganaram-se os que pensavam que cargo público seria para a eternidade. Como dizem os cuiabanos: quem “*bediou, bediou*, quem não *bediou*, não *bedia* mais”.

Desmame 2

Falando em Chaparral, poucos são os que queiram reclamar do prefeito. Justiça seja feita. O camarada foi generoso e tentou ajudar todos os que lhe rodeavam. Alguns, que andavam de sandálias havaianas, agora usam tênis da Nike, compraram seu próprio carro ou construíram sua própria casinha. Aqueles que vendiam o almoço para comer a janta, hoje almoçam em bons restaurantes. O empurrão foi dado. Falta agora cada um cuidar da sua vida. Ao Chaparral nossos sinceros votos de muito sucesso na sua nova jornada política. (Jornal “Notícia” – 05 a 21 de dezembro de 2008, página 6)

O conteúdo crítico da coluna expressa na íntegra o nível de confronto interno ao qual chegou a organização comunista em Barra do Garças. No que tange às contratações funcionais, o cerne da mensagem da coluna pouco difere do discurso de posse de Wanderlei Farias, no dia 1º de janeiro de 2009. Porém, da parte dos defensores da prefeitura popular, os contratos sempre foram justificados como uma decisão política da maior importância, ou seja, não se tratava do velho e surrado “empreguismo”, mas da coragem de sustentar uma política social de ampla abrangência, na qual a contratação de funcionários para reestruturar a prefeitura ou trabalhar na ponta do sistema era fundamental. No exame do quadro da secretaria da educação ao final do governo Chaparral, percebe-se nitidamente o aumento das contratações de servidores para o órgão:

Quadro 9: Funcionários da Secretaria de Educação: Barra do Garças – 2008

- Professores efetivos: 263	-Professores contratados: 133	- Professores efetivados em outras funções: 75	- <u>Total de professores em 2008 =: 471</u> (299 em 2007)	–
- Funcionários de escola efetivos: 201	-Funcionários contratados: 73	ND	2) Total de funcionários da educação: 274.	–
-Trabalhadores da educação (prof. + func.) efetivos: 464	-Trabalhadores da educação contratados: 206	–	- Total de Trabalhadores da educação: 745	Total da folha mensal (S.E) de pagamento em 05/10/2008: 622.617,72 (

Fonte : Secretaria Municipal de Educação de Barra do Garças: 2008. Documento “Memorial de Gesta Educacional, dezembro de 2008)

Os números de 2008 já apresentam modificações importantes em relação ao dado oficial de 2007 do IBGE, que contava em 299 o número total de docentes municipais de Barra do Garças (18 no ensino médio, 72 nas creches e educação infantil e 209 no ensino fundamental). Assim, os dados do quadro já incorporavam os contratos e concursos públicos realizados pela prefeitura entre 2006 e 2007. Segundo o edital de 29/07/2006, foram abertas 452 vagas para preenchimentos de cargos na administração municipal, sendo 228 na Saúde, 125 na Secretaria de Educação e 99 na Secretaria de Administração. Essas ações, por si mesmas, já representavam uma mudança radical de postura frente ao passado da cidade, caracterizada pelo controle autoritário/paternalista da máquina administrativa:

“Ao longo da história de Barra do Garças, você não encontra nenhum concurso que tenha sido feito com a transparência necessária. O último concurso que nós fizemos para a educação representa uma ruptura com esta prática. Fazer entender que não é o “*prefeito que manda*”, que determina quem fica, quem vai, quem participa e não participa. Que tem as provas já prontas ou coisa parecida. Conosco, passou quem teve capacidade para tanto. Então, há um rompimento com tudo aquilo que era feito anteriormente (Professor **Kiko**. Chefe de Gabinete da prefeitura popular. Entrevista em maio de 2008

Contudo, a despeito desses concursos, o quadro apresentado nos indica que, proporcionalmente ao número de efetivos, as contratações continuaram altas, perfazendo quase 1/3 dos professores e funcionários da secretaria de educação. Assim, independente do debate que se faça em torno disso (posto que não foi, nem é, um problema exclusivo da cidade ou do mandato popular em estudo), o número de professores por matrículas efetivadas em Barra do Garças tornou-se o mais alto dentre todas as “cidades pólos” mato-grossenses, superando a capital Cuiabá e outros municípios de maior desenvolvimento econômico no norte do estado (o “Nortão”, como é popularmente chamado).

Um exame na tabela do IBGE de 2007 já indicava que a “Capital do Araguaia” ocupava, dentre as cidades daquele grupo¹⁴⁸, a terceira posição no que tange à esta relação na Educação Infantil (atrás apenas de Sorriso e Juína e ao lado de Tangará da Serra e Diamantino) e a primeira no Ensino Fundamental Básico, ao lado de Vila Rica, esta última localizada no extremo norte da região do Araguaia, na fronteira com o Pará. Também se percebe pelos dados a continuidade das distorções dos sistemas municipais de ensino mato-grossenses, especialmente no que toca à desigualdade da relação em debate no campo da educação infantil:

¹⁴⁸ O fato de as “cidades pólos” serem as maiores em população nas sub-regiões que as cercam, não significa que apresentem os maiores índices de desenvolvimento econômico ou social. Portanto, dos atuais 141 municípios do estado de Mato Grosso, devem haver índices piores e melhores do que os que estão sendo apresentados, os quais não foram investigados em razão da já razoável extensão da temática da Tese.

Tabela 14 - População das cidades pólos mato-grossenses e relação entre o número de habitantes e professores públicos por nível de ensino

CIDADE POLO	Pop.	Total de docentes na Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais	Docentes da Educação Infantil por hab.	Docentes das Séries Iniciais e Finais por hab.	Docentes da Educação Infantil por matrícula	Docentes das Séries Iniciais e Finais por matrícula
Cuiabá	526.830	1.679	1/1.220	1/422	1/18	1/26
Várzea Grande	230.307	861	1/1.785	1/315	1/23	1/24
Rondonópolis	172.783	554	1/1.763	1/379	1/31	1/21
Sinop	105.762	424	1/2.858	1/273	1/20	1/28
Cáceres	84.175	366	1/1.295	1/280	1/27	1/27
Tangará da Serra	76.657	415	1/852	1/236	1/17	1/22
Sorriso	55.134	477	1/375	1/167	1/15	1/24
Barra do Garças	53.243	299	1/739	1/255	1/17	1/19
Alta Floresta	49.140	165	1/1.404	1/378	1/23	1/26
Juína	38.422	170	1/662	1/343	1/14	1/20
Juára	32.023	129	1/865	1/348	1/21	1/20
Vila Rica	18.934	134	1/1.893	1/153	1/23	1/19
Diamantino	18.428	114	1/558	1/228	1/17	1/25

Fonte: IBGE, 2007

Se refizemos os dados de Barra do Garças com os números de matrículas e docentes do ano 2008 (respectivamente, 5549 para 471), a relação apresentada sobe para 11,7 matrículas por docente, colocando-a, em tese, como o melhor índice na perspectiva de oferta de atendimento em educação no estado de Mato Grosso.

Dada a polêmica que se desenvolveu em torno desta questão, achamos por bem apresentar uma visão mais detalhada sobre os gastos com pessoal no governo de Zózimo Chaparral, com foco nos recursos do orçamento para pagamento de salários. Isso, naturalmente, obrigou-nos a um breve exame da relação entre as receitas orçamentárias, tributárias e de transferência, esta última vital para a manutenção dos serviços públicos de Barra do Garças.

6.1.1: Esclarecendo a polêmica sobre as receitas de transferências e investimentos com recursos próprios nas gestões de Zózimo Chaparral e Wanderlei Farias:

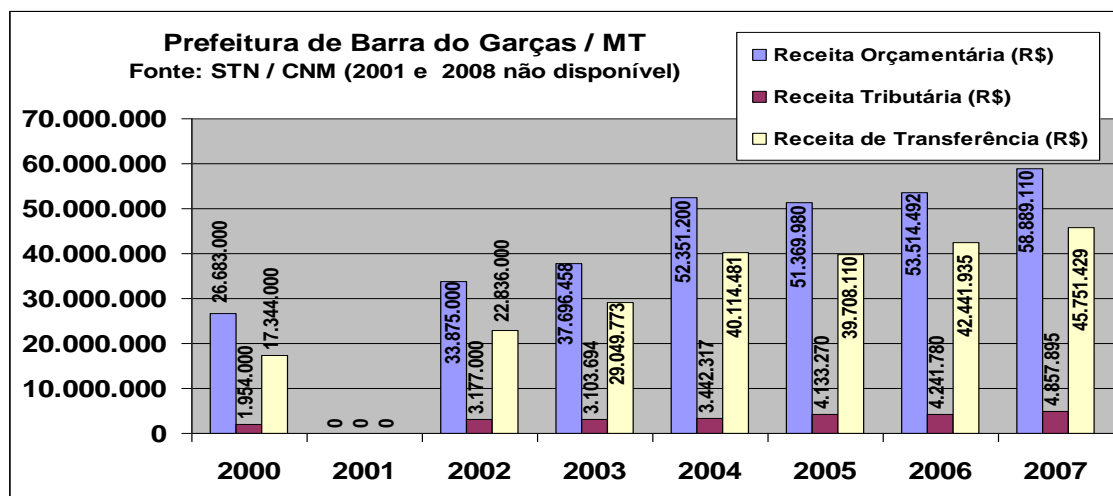
É difícil afirmar..., porque na gestão anterior veio muito dinheiro. Nessa agora também veio muito dinheiro, mas especificamente eu não sei a quantidade de cada um (**Jairo Marques**, secretário de obras do governo Chaparral, respondendo em quais das gestões pesquisadas os recursos de transferências foram maiores. Entrevista, dezembro de 2008)

Conforme o exposto no capítulo anterior, o aumento dos repasses federais à educação de Barra do Garças acabou por suscitar, principalmente nas hostes oposicionistas que procuravam desqualificar o governo popular, de que as possíveis conquistas de Chaparral neste setor não se deviam aos seus méritos, mas sim, na expressão corriqueira que utilizavam, “*ao dinheiro lá de Brasília*”. Para estas forças, o mandatário comunista apenas “*pegava carona*” no acréscimo dos investimentos na pasta feitos pela área federal. No entanto, nada dizem hoje (como não diziam no passado) sobre a “*carona*” do prefeito conservador no benefício destes mesmos recursos, antes e depois do governo de esquerda, como se verá a seguir.

Decerto que não há como negar que a prefeitura popular foi favorecida na área de educação por todo esse processo, principalmente a partir de 2007, com a introdução do FUNDEB. Contudo, avaliamos que os argumentos da oposição não condizem com a realidade dos fatos, tanto do ponto de vista político como empírico. Há que se recordar que chegada de Lula à presidência só foi possível graças às lutas sociais das três últimas décadas no Brasil, empreendidas por milhares de militantes de esquerda dos movimentos de base da sociedade, entre eles os membros do governo democrático popular de Barra do Garças. Estes, portanto, estavam colhendo legitimamente os frutos que plantaram ao longo de suas vidas e carreiras políticas.

Quanto à questão dos recursos transferidos para os respectivos prefeitos, comprovamos que ambos foram, literalmente, “catapultados” pela elevação desta receita em curto espaço de tempo, com índices bem acima do crescimento da arrecadação própria do município, o que evidencia a contínua dependência das administrações locais diante da esfera estadual e federal:

Gráfico 23: Comparativo entre as Receitas Orçamentária, Tributária e de Transferência



OBS: 2001, não disponível no site da CNM e STN.

Num exame mais detalhado, os dados apresentados assumem diferentes interpretações. Se considerarmos apenas os valores percentuais, é notório que os recursos de arrecadação própria tiveram elevação considerável. No período de sete anos, a Receita Tributária do município saiu de R\$ 1.954.000 em 2000 para R\$ 4.857.895 em 2007, isto é, 148% a mais do que o ano base (2000). No entanto, quando a comparamos com o crescimento total da receita, os mesmos números assumem outra feição.

A primeira delas é a confirmação da lenta elevação, em números proporcionais, da receita tributária no conjunto do orçamento total da prefeitura. Desse modo, a arrecadação interna, que perfazia 7,35% do orçamento de 2000 (R\$ 26.683.000), passou para 8,2% da receita orçamentária de 2007 (R\$ 58.889.110), ou seja, um aumento de menos de 1% (0,85%). Porém, mesmo aqui ocorreram algumas diferenças entre os mandatos pesquisados. Ao compararmos as receitas tributárias dos três últimos anos da gestão de Wanderlei Farias com o triênio inicial de Zózimo Chaparral, a vantagem deste último é patente. Enquanto o primeiro apresenta uma diferença positiva de R\$ 265.317 (R\$ 3.442.317 em 2004 contra 3.177.000 em 2002), o segundo atinge a cifra de R\$ 724.625 (4.857.895 em 2007 contra 4.075.280 em 2005).

Entretanto, o quadro se altera radicalmente quando examinamos as Receitas de Transferência. Como se percebe pelo gráfico, elas tiveram uma enorme evolução na economia da cidade no período de oito anos. Partiram de R\$ 17.344.000 em 2000 para R\$ 45.751.429 em 2007, isto é, um aumento líquido de R\$ 28.407.429 (163,78%). Neste caso, as transferências passaram de 65% do orçamento em 2000 para 77% em 2007, exigindo assim maior capacitação profissional tanto do prefeito como da máquina pública municipal para lidar com a soma de recursos externos cada vez maiores.

Os números também indicam que o prefeito Wanderlei Farias foi, em termos relativos, o maior beneficiário do aumento das Receitas de Transferência no período estudado. Como vimos, estas passaram de R\$ 22.836.000 em 2002 para R\$ 40.114.481 em 2004 (ano de encerramento do seu 2º mandato), portanto, um acréscimo de R\$ 17.278.488 (75,6% maior). No caso de Chaparral, elas saíram do patamar de R\$ 39.708.110 em 2005 para R\$ 45.751.429 em 2007 (15,22% a mais), o que perfaz uma elevação de R\$ 6.043.319 (portanto R\$ 11.235.529 a menos em relação ao antecessor).

Além disso, só para completarmos esse raciocínio, a área da saúde, importante setor de impacto na opinião pública – e, conseqüentemente, eleitoral – a elevação das receitas de transferência na gestão de Wanderlei Farias também foram proporcionalmente maiores: elas passaram de R\$ 5.643.000 em 2000 (último ano do seu primeiro mandato) para R\$15.952.355 em 2004. Já no mandato de Chaparral, as transferências neste setor também cresceram, mas com a curva bem menos acentuada: elas saltaram de R\$ 17.188 180 em 2005 para R\$ 19.540.483 em 2007 (diferença de R\$ 2.352.413)

A forma de movimentação destes recursos foram aspectos cruciais na campanha eleitoral de 2008. Os defensores do prefeito Wanderlei Farias, bem como o conjunto popular dos seus eleitores, mencionavam que a capacidade de “*trazer recursos para a cidade*” sempre fora uma das maiores qualidades daquele mandatário, sendo esta a principal característica que o distinguia de Chaparral, mais preocupado com a educação e com o social (ou “*com os servidores públicos*”, diziam os mais críticos).

Por outro lado, os defensores de Chaparral respondiam que o “*coronel do Araguaia*” tivera a oportunidade de vivenciar, entre outras questões, o início da transição do fim do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para o presidente Lula, entre 2003 e 2004, o que justificaria o crescimento das transferências para um novo patamar, já mais estabilizado no governo Chaparral.

Um e outro lado tem sua parcela de verdade, razão pela qual buscamos um “terceiro setor” para comentar sobre o assunto: Jairo Marques, secretário de obras de Chaparral na segunda fase do seu mandato e ex-secretário de agricultura de Wanderlei Farias. Segundo ele, o antecessor de Chaparral tinha de fato influência e poder político para buscar recursos para novas obras, ao passo que Chaparral os utilizava mais para as “verbas sociais”:

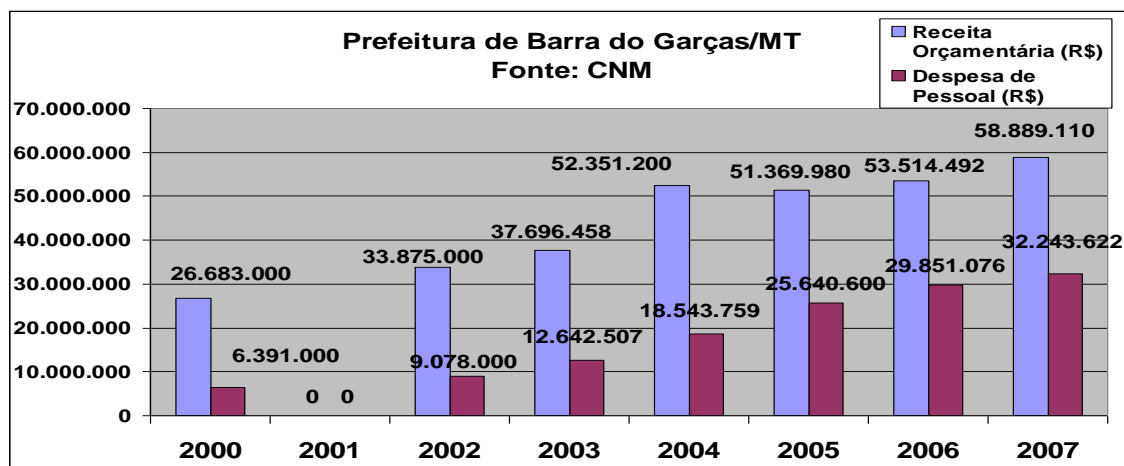
Você vê o Wanderlei. Vamos falar do Wanderlei. Ele é uma pessoa de família tradicional daqui, nasceu aqui, ele tem muita influência política, consegue muito recurso para Barra. Acho que isso valeu muito. Acho que ele tem uma facilidade nisso aí.

[Consegue mais recurso que o Chaparral?]

Ele tem essa facilidade... ele é amigo de uns deputados aí. Então, ele tem uma habilidade nesse sentido. Não é que o Chaparral não tenha essa habilidade. Mas essa habilidade do Chaparral é para a questão do lado social, e a do Vanderlei é a questão das obras que realmente aparecem. Então, ele visa mais isso do que o lado social. Ele era uma pessoa que estava aí há muito tempo, que tem muito influência, tem muita ligação com pessoas de “família grande” (**Jairo Marques**. Secretário de Obras de Chaparral, ex-secretário de agricultura de Wanderlei Farias. Entrevista em dezembro de 2008).

Com base em todas essas informações, o panorama que se descortinou após as nossas investigações é claro: além da democratização no âmbito institucional da prefeitura e no relacionamento desta com a sociedade, a diferença estrutural entre os dois governos analisados foi exatamente na política salarial do funcionalismo local, bem como na contratação temporária de pessoal para os projetos de inclusão social nas áreas da educação, da saúde, do esporte e da cultura. Quando comparamos as despesas de pessoal com a totalidade das receitas orçamentárias do município de Barra do Garças, entre os anos de 2000 a 2007, verifica-se o aumento acelerado já nos dois anos iniciais da gestão de Zózimo Chaparral (2005/2006).

Gráfico 24: Relação entre as Receitas Orçamentárias e Despesa com Pessoal



Examinemos, a partir do gráfico em estudo, as diferenças exatas entre os anos de 2002-2004 e 2005-2007:

- **Wanderlei Farias (PFL, PSDB: 2002-2004):**

Soma total das receitas de 2002 a 2004: **R\$ 123.922.658**

Soma das despesas com pessoal de 2002 a 2004: **R\$ 40.264.266**

Diferença para investimentos (Receita – despesas com pessoal) de 2002 a 2004: R\$ 22.797.000 (2002) + R\$ 25.053.951 (2003) + R\$ 33.807.441 (2004) = **R\$ 81.658.392**

- **Zózimo Chaparral (PCdoB: 2005-2007):**

Soma total das receitas de 2005 a 2007: **R\$ 163.773.582** (R\$ 39.850.924 a mais do Wanderlei Farias)

Soma das despesas com pessoal de 2005 a 2007: **R\$ 87.735.298** (R\$ 47.471.032 a mais do que Wanderlei Farias)

Diferença para investimentos (Receita – despesas com pessoal) de 2005 a 2007: R\$ 25.729.380 (2005) + R\$ 23.663.416 (2006) + R\$ 26.645.488 (2007) = **R\$ 76.038.284** (R\$ 5.620.108 a menos do que Wanderlei Farias)

Os números demonstram o sacrifício das contas públicas quando se opta por uma política de recuperação salarial dos quadros do funcionalismo. Na soma do período em estudo (2002-2007), o governo Chaparral, com uma receita orçamentária 32% maior do que o seu antecessor (R\$ 47.471.032 a mais), utilizou como recursos para investimentos em outras áreas uma quantia 7% menor (R\$: 5.620.108 a menos). Contudo, queremos deixar claro que não estamos de forma alguma criticando ou defendendo esta política a priori, até porque este não é o objetivo central deste trabalho. A intenção nossa não é de “julgamento”, mas de análise das opções políticas tomadas e as conseqüências sócio-educacionais

advindas dessas ações. Como princípio político, reajustar o salário de trabalhadores da educação, ainda mais das esferas públicas marcadas pelos baixíssimos salários, como o caso dos professores municipais do interior do Brasil, é sempre uma atitude necessária e progressista. Porém, o que queremos mostrar é que a realidade vem logo depois das utopias, e a vontade de transformação sócio-educacional choca-se com a estrutura histórica da desigualdade social brasileira.

Assim, numa análise “tipicamente empírica”, não há dúvida de que os trabalhadores em educação foram beneficiados nos anos do governo Chaparral. Se de um lado os repasses constitucionais ajudaram muito no implemento de novas políticas salariais, do outro deve-se reconhecer o esforço da prefeitura popular em utilizar os seus próprios recursos no complemento desta questão. Embora a categoria não tenha manifestado satisfação plena nesse aspecto (até porque os reajustes saíram de patamares historicamente muitos baixos, na faixa de pouco mais de R\$ 450 no início do mandato), a prefeitura procurou sustentar reajustes acima da inflação, como se observa pela tabela a seguir:

Tabela 15: Reajustes salariais dos Trabalhadores Municipais em Educação de Barra do Garças, Inflação do período e Ganho Real nos anos da prefeitura democrática popular. Barra do Garças, MT, 2005-2008.

ANO	PERCENTUAL	INFLAÇÃO	GANHO REAL
2005	13%	2004 = 7,60%	5,40%
2006	6%	-	-
2006	5%	2006 = 5,69%	5,31%
2007	-	2006 = 3,14%	-3,14%
2008	7,6%	2007 = 4,46%	3,14%
TOTAL	31,6%	20,89	10,71%

Fonte: Secretaria da Fazenda de Barra do Garças; Secretaria de Educação de Barra do Garças

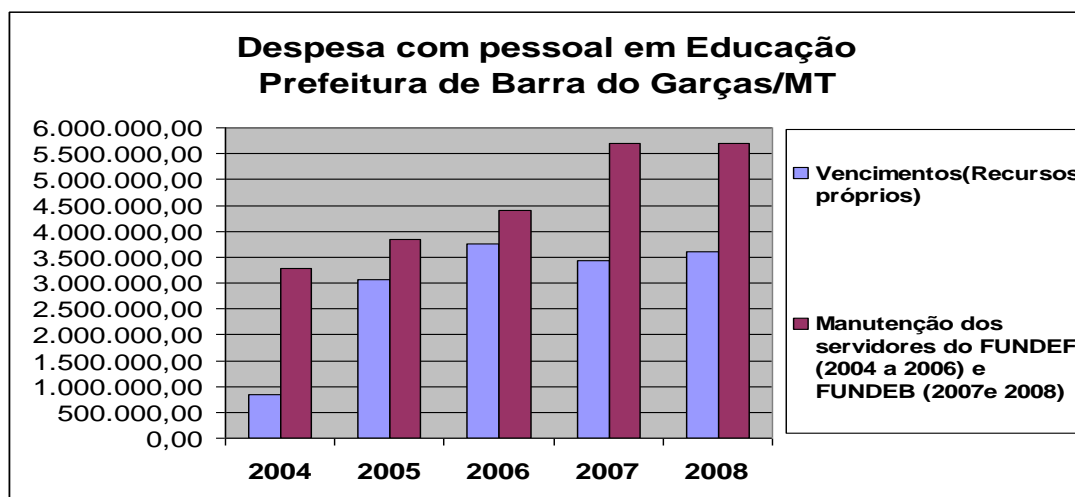
Tais números, apesar de positivos no sentido estritamente numérico do termo, indicam o quão abaixo das expectativas é a realidade quando as esquerdas tornam-se gestoras do estado. Com todo o aumento do volume das despesas com pessoal, os reajustes permaneceram modestos e na necessidade restrita de sobrevivência destes trabalhadores. Neste contexto, os “velhos” dirigentes sindicais tiveram que conter o seu antigo orgulho das assembléias e reconhecer, a contragosto, que a equiparação dos docentes municipais com os estaduais não seria ainda possível naquele mandato. Não bastasse isto, tiveram também que adiar, por meio de acordos assinados sob greves e paralisações da categoria, a implantação do piso salarial nacional de R\$ 1.050 para janeiro

de 2009, portanto, também para depois do 1º mandato (piso este, aliás, sobre o qual o atual prefeito Wanderlei Farias ainda não se manifestou, segundo boletim do SINTEP local). Desse modo, com as mudanças no plano de carreira e os reajustes citados, o piso local do professorado alcançou a faixa dos R\$ 856,00 reais. Mas, com o aumento real do salário mínimo da “Era Lula”, a sensação dos educadores sem a equiparação ao estado e a implantação do piso nacional foi a de que, após tanta luta, retornaram de onde partiram (de 1 a 2 salários mínimos).

Todavia, há que se reconhecer a dimensão desta política salarial na perspectiva histórica da cidade e do ensino público municipal brasileiro. Seria o caso de imaginarmos as conseqüências positivas para os trabalhadores deste setor se, ao longo dos mandatos, os prefeitos de cada época adotassem esta política salarial de 10% de ganho real para os professores a cada legislatura. Obviamente que isto não resolveria a questão no sentido financeiro, mas ao menos entraríamos num novo patamar de profissionalização de docentes e funcionários.

Somado aos reajustes comentados, o governo Chaparral também implantou o plano de carreira, até então inexistente, dos funcionários da educação (Projeto “Doragarças”), categoria que, historicamente, sobrevivia no sistema regimental de “complementação do salário mínimo”. O gráfico abaixo demonstra o resultado do esforço financeiro da prefeitura popular neste processo, como também define a diferença entre os governos de Wanderlei Farias e Zózimo Chaparral quanto a política salarial do setor da educação municipal:

Gráfico 25: Despesas com pessoal em educação. Recursos próprios e repasses do FUNDEF e FUNDEB (Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional)

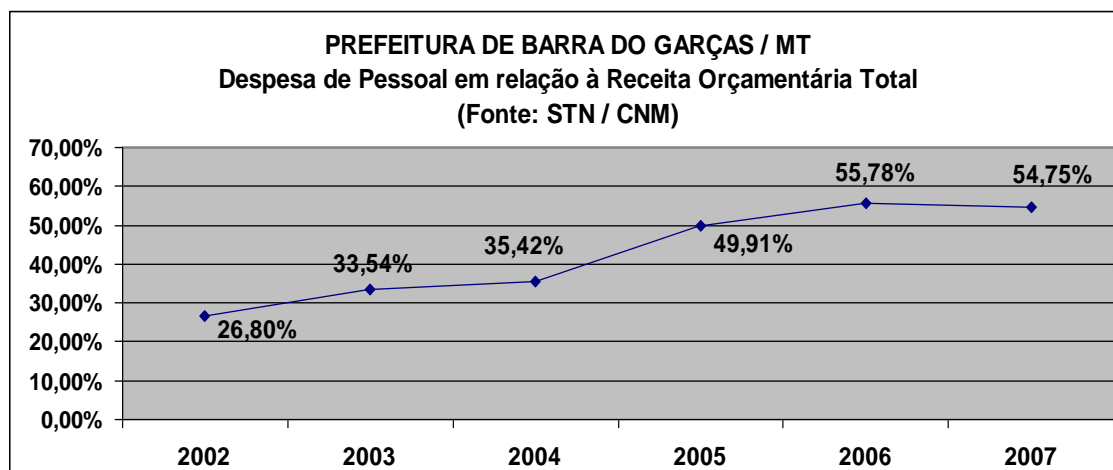


Retirando-se o aumento dos repasses constitucionais, as despesas com recursos próprios neste setor foram em média 3,5 a 4,5 vezes maiores no mandato do prefeito comunista do que no governo anterior. Enquanto as despesas próprias em educação foram

de R\$ 838.294,33 em 2004, em 2006 elas já atingiam a cifra de 3.752.503,03, sendo que esta foi obrigada a ser reduzida nos anos seguintes em função dos problemas da prefeitura com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), especialmente a partir de 2007, fato este exaustivamente explorado pelos adversários na campanha eleitoral de 2008.

Este também foi um debate polêmico que perdurou por toda a segunda metade do mandato de Chaparral. Para os dirigentes do governo popular, a reprovação das contas de 2007 da prefeitura (e posteriormente a de 2008) foi injusta e estritamente de natureza política, uma vez que quatro dos sete membros do pleno do Tribunal de Contas do Estado (dos quais dois deram os votos de desempate para a condenação) tinham sido deputados ou secretários no governo do estado pela região de Barra do Garças. Segundo a secretária de educação, a professora Fátima Resende, a prefeitura “*ultrapassou os limites da lei em no máximo 0,8%*” (mas que logo depois foi corrigido), sendo que “*outros municípios tiveram problemas maiores, e nem por isso foram punidos*”. O TCE, por sua vez, rebatia que [...] “*ao invés de discutir as questões técnicas do julgamento, - como o fato de a prefeitura ter descumprido a LRF 101/2000, ter cometido irregularidades em licitações e ter feito créditos adicionais sem autorização legislativa - , o prefeito preferiu atacar a reputação do tribunal e a honra dos julgadores*” (“Notícias do TCE/MT” 21/08/2009). De qualquer modo, o gráfico a seguir nos dá a idéia exata da opção política com as despesas de pessoal. Com as medidas comentadas, estas subiram mais de 20 pontos percentuais em menos de dois anos:

Gráfico 26: Despesa de Pessoal entre 2002 e 2007, prefeitura de Barra do Garças/MT



Independente da crítica ou defesa sobre o quadro comentado, a elevação em pauta foi fruto de escolhas absolutamente conscientes dos dirigentes do governo popular. Como já o dissemos anteriormente, nunca a consideraram como uma questão de “despesa com pessoal”, mas sim como “*investimento no social e no humano*”, principalmente porque se

tratava da expansão dos dois setores de maior abrangência nas políticas públicas, a educação e a saúde. Resume o conjunto destas intenções um trecho da entrevista com o secretário de finanças da “segunda fase” do governo Chaparral (2007-08), José Roberto Mazon, atual secretário de fazenda de Anápolis (GO) e com larga experiência nas gestões do Partido dos Trabalhadores em Goiânia. Relatando-nos sobre os obstáculos que impediram uma maior democratização da gestão financeira ao longo do mandato popular, tais como a ausência de “espaço” na cultura política local para a adoção do IPTU progressivo e a implantação do orçamento participativo (substituído, com certo sucesso, pelas audiências públicas na Câmara dos Vereadores), o secretário nos deu o “tom e o ritmo” da concepção política/financeira que orientou a administração do prefeito comunista Zózimo Chaparral:

Contratamos uma consultoria para que a receita do ICMS, junto com o FPM, que são as receitas mais importantes do município, para que ela se tornasse o retrato daquilo que Barra do Garças realmente produz. Isso proporcionou um avanço na nossa receita de ICMS, principalmente a partir do ano de 2007. [...]. O diferencial em relação às outras administrações foi de fato o gasto pela receita. Nós fizemos uma administração com a opção pelo social. Fizemos um plano de cargos e salários para todos os servidores, um plano que, possivelmente, você não vai encontrar em nenhum município do estado de Mato Grosso (**José Roberto Mazon**. Secretário de Finanças de Barra do Garças. Entrevista em outubro de 2008)

A análise de todos esses números é confirmada pelo conjunto dos depoimentos que obtivemos nas entrevistas. De modo geral, havia o consenso de que o governo de Wanderlei Farias era um “*governo executivo*”, voltados às “*obras aparentes*”, de “*fazer as coisas*” e de fazê-las “*para mostrar*”, ao passo que o de Chaparral era “*mais para o lado do social e o lado humano da administração e das pessoas*”, característica esta reconhecida até mesmo por parte de alguns fiéis eleitores do primeiro, como o presidente da associação dos moradores do distante distrito rural de Toricoeje, localizado à 154 Km da sede da prefeitura:

[...] A prefeitura do Chaparral não foi boa?

Eu acho que ele mexeu com gente grande...ele olha para as pessoas, para as crianças... Não tenho nada contra ele. Eu acho que a escola [Centro de Ensino Rural Fundamental Miguel Sutil] parece que está melhor...

Baseado em que você diz isto?

Foi reformada. Tem lá os computadores agora. Vejo também pela minha filha. Ela parece mais interessada...fica mais tempo lá, acho que é o computador. Mas, se ela fica mais tempo, é porque ela está mais interessada na escola, não é? A gente sente isto...

[...] As eleições são depois de amanhã. Você vai votar no Chaparral?

Ah! Não! Não tenho cara de não votar no Wanderlei. Ele me ajudou muito, principalmente na época do meu acidente. Quando eu era borracheiro, um pneu de caminhão caiu aqui, ó...[mostra as costas] nas minhas costas e quase me deixou parado. Ele me ajudou no tratamento, na assistência...arrumou a ambulância para eu ir para Goiânia. Ele também trouxe muita verba para a cidade.

[E a reunião de hoje à noite da associação, que está convocada no bilhete: é para quê?]

É para falar da eleição [para prefeito], da importância de se votar nesta eleição agora de domingo.

[É uma reunião para pedir para o pessoal votar no Wanderlei?]

Não! De jeito nenhum! Cada um vota em quem quiser. A gente apenas orienta, ajuda, explica... (**Wilson Junior de Oliveira**: Presidente da Associação dos moradores do Distrito Rural de Toricoeje, 154 km da sede da prefeitura, entrevista em outubro de 2008)

Mas, de todos os depoimentos registrados, um deles retrata o que acreditamos ser uma das melhores sínteses sobre esta questão. Trata-se, mais uma vez, de alguém com autoridade suficiente para dizer quais eram as reais diferenças das práticas de governo entre duas gestões em debate: Jairo Marques, o homem que conviveu a rica experiência de participar de duas linhas diametralmente opostas de administração pública em um município de tradição oligárquica:

Eu trabalhei com o Vanderlei. O Vanderlei é um governo da direita, é um governo mais executivo, ele é de ação. Ele toma decisões rápidas. Ele não é igual, por exemplo, à esquerda, depois que eu conheci o pessoal do Chaparral, do PCdoB. As ideologias deles são diferentes. A secretaria de educação do Chaparral, por exemplo, partiu do ideal dele, da ideologia dele, da proposta de governo dele, voltada para o social. O Chaparral faz as coisas de forma coletiva, se reúne para tomar uma decisão, ver qual a melhor maneira possível. A equipe dele é feita de pessoas que vêem mais o lado humano da coisa, o povo, a população. E o lado da direita não, é mais de obra, de execução. Então a diferença é muito grande em relação a direita e a esquerda. [...] O outro também teve as suas qualidades. Mas o governo Chaparral é muito participativo com a população em geral. Ele atende todos da população. E no outro acho que não tinha esse vínculo, faltou esse vínculo com as pessoas, não tinha esse calor humano que tem no Chaparral. Nesse sentido, ele é fantástico! Eu estou muito feliz e satisfeito de ter conhecido o pessoal, do PC do B, do PT, que, para mim, deu muita condição! (**Jairo Marques**. Secretário de Obras de Chaparral, ex-secretário de agricultura de Wanderlei Farias. Entrevista em dezembro de 2008).

Portanto, se o governo de esquerda priorizava o *“lado humano das pessoas e da administração da prefeitura”*, era natural que buscássemos a face concreta desta simbologia no interior da categoria profissional que, além de ser, por suposto, o maior beneficiado pelas políticas públicas daquela gestão, se constituía para os seus dirigentes como a mediação fundamental de todas as aspirações da prefeitura democrática popular: os Trabalhadores em Educação de Barra do Garças. Passemos, por conseguinte, ao compartilhamento desta rica experiência na voz daqueles a quem compete educar o mundo

6.2 - “Olhares internos”: a experiência democrática popular na visão dos professores pesquisados. Exposição empírico-qualitativa dos debates nas escolas.

Primeiro, há que se reconhecer que um professor ou professora é 80% da educação. Pode-se ter um programa tíbio, sem maiores pretensões. Se o professor é conscientemente militante, resolve. Agora, o ideal é que o programa seja conscientizador e libertador, e para todos! [...] A educação, até

pela terminologia, faz questão de “sacar” todas as potencialidades de uma pessoa. E uma dessas potencialidades é a visão crítica, saber censurar. Eu acho bonito quando aparece na tela da televisão e se pergunta para a criança sobre ecologia. E muitos deles já sabem dar respostas maduras, mesmo que sejam mecanicamente repetidas, mas por aí vai... (Dom Pedro Casaldáliga – entrevista em outubro/2008).

6.2.1: Contatos e confiança:

Quando iniciamos os trabalhos de campo desta tese, pensávamos que, como o apoio da prefeitura popular à educação era grande, não teríamos dificuldades em entrevistar os professores da amostragem selecionada. E, de fato, do ponto de vista formal e do apoio da secretaria de educação, não as tivemos. Em geral, as escolas em questão se mostraram solícitas e interessadas no nosso trabalho, sendo que, por mais de uma vez, alguns professores nos disseram que aguardariam com satisfação os resultados da tese na forma de publicação não acadêmica. Além disso, todas as unidades da amostragem estavam sendo visitadas pela primeira vez numa pesquisa de doutoramento, o que acabava por exercer alguma curiosidade sobre os participantes.

Nesse contexto, a gentileza com a qual fomos recebidos e a atenção a nós dispensada foram as melhores. À exceção de uma escola da amostragem, os encontros foram realizados sob atmosfera afável e cordial, permeados por sorrisos que se mostraram largos e sinceros. Se, no Brasil, a promoção de brincadeiras e a tradicionais pilhérias de um com o outro é um sintoma possível de que “*as coisas estão indo bem*” no campo afetivo, pode-se dizer que em duas escolas os resultados do trabalho foram acima do esperado.

No entanto, as “nuvens brancas” descritas acima não surgiram do nada, mas somente depois do esforço de superação de alguns sérios obstáculos. Estes começavam quando o grupo pesquisado tomava conhecimento do assunto específico a ser tratado nas entrevistas, ou seja: essencialmente político/educacional e voltado às análises comparativas entre a gestão de Zózimo Chaparral e os governantes de outrora. Neste momento, os fantasmas do passado saíam das paredes, levando-nos a outra descoberta que, na nossa “santa ingenuidade”, julgávamos extinta nas regiões modernizadas do Brasil Central: em terras de “*passado coronelista*”, o silêncio resignado é uma forma prática de se defender das injustiças e das ameaças veladas.

Esse “medo coletivo”, ora expressado de forma oculta, ora de forma explícita, foi presença marcante na nossa passagem pelas escolas da amostragem. Ele aflorava exatamente nos momentos mais elementares do que consideramos como o primeiro pilar da cultura democrática: a liberdade de opinião.

Embora não fosse o foco central do nosso debate com os educadores, em duas unidades pesquisadas o diálogo sobre a eleição propriamente dita era francamente evitado.

Talvez até por um costume local de longa data, mesmo nas demais escolas o voto dificilmente era expressado de forma direta (tipo: “eu vou votar no...”). A maioria se reservava para exprimi-lo somente nas urnas, e alguns dos interlocutores se constrangiam visivelmente ao tocarmos no assunto de forma específica, o que nos forçou ao uso de novas estratégias de aproximação.

Uma das razões desta tensão estava no próprio período em que realizamos os nossos trabalhos de campo deste grupo de amostragem. Como vivíamos “o calor da campanha eleitoral de 2008”, com prazos que variavam de 60 a três dias antes do pleito, havia o receio de que, conforme o resultado, *“tudo o que você falou poderá ser usado contra você depois da eleição”*. Em duas escolas, bem como por parte de membros do Conselho Municipal de Educação, alguns dos entrevistados nos pediram para que *“voltássemos depois da eleição, porque aí sim, a situação no município já estaria mais definida”*.

Este foi o “clima” que pairou inicialmente sobre o nosso trabalho, tanto por parte dos interlocutores mais favoráveis ao governo popular como dos que lhe pareciam “contrários” (ou “mais críticos”, numa dimensão mais exata da questão). Houve momentos em que pensamos que não atingiríamos a nossa meta, o que condicionaria a pesquisa somente aos dirigentes da prefeitura. Assim, a exceção dos professores indígenas, foi somente após um período de nova aproximação cuidadosa e de construção da confiança, bem como a garantia de que nenhum deles seria identificado nas fichas ou nos textos, que conseguimos estabelecer o “debate coletivo” em torno do rico período histórico que a cidade estava vivenciando, ou seja, a tentativa de consolidação de um projeto educacional democrático popular no interior de uma cidade até então restrita ao mando da tradição oligárquica.

Como adiantamos na exposição inicial da tese, consideramos que obtivemos êxito na forma de aproximação escolhida. Os afastamentos e as ausências existiram, decerto, mas não ultrapassaram as previsões esperadas. Dos primeiros trinta e cinco educadores formalmente convidados a participar, 27 compareceram até o fim dos trabalhos, geralmente dispostos em duas etapas de entrevistas que variavam de uma a duas horas de duração, na maior parte das vezes em horário contrário ao turno de trabalho do grupo participante (ou nos intervalos de horário comum, no qual era possível reunir a todos). As maiores ausências foram registradas no encontro marcado com os membros do Conselho Municipal de Educação (mais de 50%), seguidos dos funcionários da educação convidados (somente um, dos três que se apresentaram, permaneceu até o final). Contudo, no conselho municipal, um dos ausentes se preocupou em entregar a ficha corretamente respondida, a qual foi computada aos dados apresentados nos gráficos. Com isso, o universo de pesquisa dessa amostragem abarcou 29 educadores distribuídos da seguinte forma: 1 funcionário de escola; 24 professores (destes, três indígenas); 4 representantes do Conselho Municipal (sendo um do sindicato, 1 da Câmara Legislativa - e assessor da prefeitura – e dois estudantes do EJA)

Quadro 10: Número de entrevistados por escolas da amostragem (e do Conselho Municipal de Educação) que permaneceram até o final dos trabalhos:

Escolas Municipais	Número de entrevistados	Localização
EMEF Pe Sebastião Teixeira	7	Bairro Vila Maria (urbano Periférico) 20 Km da sede
CMEF Agropecuária Laudelino Santos	6	Jardim Industrial (área especial) 8 Km da sede
CMEF Moreira Cabral	3	Bairro Anchieta (Centro /Intermediário) Sede da unidade: Centro. Extensão: 4Km do centro.
EMEF Miguel Sutil (Rural)	5	Distrito Rural de Toricoeje (160 Km/ sede)
Escola Iró'orãpe -"Tatu" (Indígena) *	3	Reserva Indígena São Marcos (Aldeia Nossa Senhora das Graças, 150 Km da sede). Inaugurada em Setembro de 2007
Conselho Municipal de Educação**	5	Sede da Prefeitura
TOTAL	29	

6.2.2 - O método utilizado nas entrevistas e nas investigações de pesquisa com os educadores:

Conforme o dissemos na introdução deste trabalho, as entrevistas com os educadores e representantes do conselho não ocorreram de forma individual, mas sim coletiva, ou seja, por grupos de sujeitos selecionados nas unidades escolares da amostragem. Com efeito, a metodologia empregada adotou uma postura híbrida de investigação, com a utilização simultânea de gravação dos debates em complemento às respostas assinaladas nas fichas individuais, posteriormente tabuladas para a confecção dos gráficos demonstrados adiante.

Seguindo esse procedimento, orientaram as atividades quatro "textos guias" (sendo dois na forma de "parágrafos explicativos" e dois no formato de "tópicos de referência"), distribuídos em 4 "Blocos Temáticos" da seguinte forma na ficha original de pesquisa:

1º Bloco Temático: - *Uma reflexão inicial e norteadora do debate da nossa pesquisa, demonstrando a prioridade à educação defendida pela tradição histórica do projeto democrático popular, bem como a participação da categoria dos educadores públicos no seu desenvolvimento e sustentação política* (texto de elaboração própria).

Texto norteador do debate

A partir da redemocratização do Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, os partidos de esquerda nacionais têm concorrido às eleições municipais, estaduais e federais sob a perspectiva de construção de um projeto político denominado “Democrático Popular”. Trata-se de um projeto histórico, construído paulatinamente pela luta dos movimentos sociais, das suas lideranças políticas e dos intelectuais da chamada esquerda progressista, na qual Paulo Freire constitui-se, sem dúvida, num dos maiores expoentes. Tal projeto consiste, como princípio maior, em estabelecer a educação pública como a mediação necessária e fundamental para a transformação da sociedade, numa lógica diversa dos interesses mais imediatos do grande capital, o que implica prioridade máxima à Educação Pública como norteadora das demais ações políticas de governo. Ao longo das duas últimas décadas, este projeto se expandiu – não sem lacunas, contradições, metamorfoses e dissidências importantes - via conquista eleitoral de administrações municipais, governos estaduais e, nos últimos seis anos (2003-2008), no governo federal. Em contrapartida, este novo cenário lhe traz novos desafios tanto qualitativos como quantitativos, ou seja, lhe impõe a necessidade de buscar novas ações e respostas políticas frente à complexidade social contemporânea.

2º Bloco temático: - *Uma reflexão sobre as perspectivas do projeto democrático popular no que tange à participação direta da população na administração de uma cidade* (Adaptação de HARNECKER, 1996).

Texto norteador do debate

O objetivo primordial do projeto político democrático-popular consiste em promover uma administração com “protagonismo popular”, imprimindo uma nova forma de descentralização política que vai além da descentralização administrativa ou orçamentária. Trata-se, na perspectiva teórica, na transferência de poder ao cidadão, outorgando-lhe assim a possibilidade de “poder governar” o Estado, isto é, de ter iniciativa, de influenciar nas decisões fundamentais, de exercer o controle sobre a administração e a gestão municipal (diferente da concepção neoliberal, que transfere para outros a responsabilidade original do Estado). Objetiva-se, portanto, incentivar, estimular, provocar e implementar ações que almejem uma nova postura política do cidadão, especialmente das classes populares. Desse modo, a descentralização política implica efetiva participação popular na transformação do “cidadão contribuinte” em “cidadão governante”. Cidadão este com sentido Comunitário, Humano, Participativo, que não se distancia dos problemas maiores, ou seja,

que compreende que, além dos problemas locais, também há problemas gerais. (Adaptação de HARNECKER, Marta, 1996)

3º Bloco Temático: - *Uma reflexão sobre os parâmetros e diretrizes da “qualidade socialmente referenciada”, reivindicação histórica da tradição educacional democrática popular* (CARON, 2006: 147; FRIGOTTO 1995 e 1998; MENDONÇA, 2000: 14 e 378).

Texto norteador do debate:

“Princípios básicos do programa educacional democrático popular”:

- Maiores investimentos do Estado na educação pública, o que se traduz, além dos aumentos destes na participação do PIB nacional, no uso de verbas públicas exclusivamente para o ensino público.
- Contínua e sistemática democratização do sistema público de ensino, ou seja, construir mecanismos de controle social do sistema e, principalmente, promover a participação popular na gestão das unidades escolares por parte das comunidades diretamente envolvidas. É aqui que se aponta a diferença (sutil e sujeita a polêmica, sem dúvida) entre a “escola pública do governo”, no sentido estrito e reduzido do tema, de um "sistema de ensino popular autônomo e efetivamente público"
- Imprimir uma reforma curricular de base crítica e humanística (em oposição às didáticas tecnicistas), visando à implementação de uma escola unitária que, não sendo "única" (dada às especificidades regionais e comunitárias), busque a formação universal do educando para a transformação da sociedade, e não apenas para adequar-se a ela.
- A Educação Progressista não se resume a uma perspectiva teórica curricular abstrata, calcada em valores essencialmente éticos e filosóficos. Ela também insere-se no esforço de construção de um suporte material educacional substantivo que possa assegurar, a todas as escolas públicas do país, patamares essenciais de qualidade da educação, ou seja, infraestrutura física básica (que compreende a qualidade da construção, biblioteca, refeitório, laboratório, área própria e específica para lazer e esporte); recursos materiais e pedagógicos disponíveis e utilizáveis; qualidade de formação do nível técnico e docente; jornada integral numa única escola, com 50% do tempo dedicado à docência e a outra metade à coordenação das demais atividades.
- Aperfeiçoamento e melhoria sistemática na formação, qualificação e contratação (concurso, efetividade e carreira) dos professores públicos.

4º Bloco Temático - Uma reflexão sobre as cinco “posturas de gestão” essenciais e necessárias à democratização efetiva da gestão escolar. (*“Novos e tradicionais paradigmas*

na gestão escolar,”(adaptação de BORDIGNON E GRACINDO, 2001:152-171; MELO, 2001:253).

Tópicos norteadores do debate

“Algumas ações fundamentais na implementação da gestão democrática escolar”

- 1) Os conflitos não serem negados, mas mediados dialeticamente
- 2) Favorecer a autonomia escolar e esforçar-se no exercício da descentralização do poder.
- 3) Respeitar a representatividade dos Conselhos colegiados. Estimular o controle social da gestão educacional. Empenhar-se para que a informação flua de forma límpida e transparente.
- 4) Implantar mudanças significativas na materialidade das escolas públicas municipais.
- 5) Esforçar-se na inclusão de todos os segmentos da comunidade escolar e engajar-se na defesa da concepção da educação como instrumento social de caráter público.

Após a leitura e os devidos esclarecimentos de cada texto, nossos entrevistados assinalavam as respostas de múltipla escolha nas suas respectivas fichas individuais. Em seguida, dávamos início ao debate sobre o assunto dos blocos temáticos em pauta, quando estimulávamos os entrevistados a explicarem voluntariamente as razões de suas respostas. Se após o debate o participante quisesse modificar alguma das citações que assinalou, ele poderia fazê-lo tranquilamente, bastando apenas marcar a nova opção de forma diferenciada para que não houvesse equívocos no cômputo posterior.

Por tudo que já apresentamos nesta tese, era de se esperar que as análises dos entrevistados sobre o governo Chaparral fossem bem mais favoráveis do que os ataques diuturnos da mídia local e dos opositores da Câmara Legislativa. De fato, elas o foram, mas não na proporção por nós esperada. Nesse sentido, a escolha de se construir dois grandes blocos de entrevistas (“Dirigentes” e “Dirigidos”) se mostrou fundamental, pois tornou possível perceber outros ângulos de observação que não seriam registrados se nos limitássemos às entrevistas do primeiro grupo.

Por conseguinte, foram os professores das escolas pesquisadas que nos permitiram antecipar a derrota eleitoral do governo Chaparral. Como trabalham na “ponta do sistema” e mantêm um contato diário e permanente com a comunidade escolar - além de serem profissionais de longa carreira em função dos critérios de participação exigidos¹⁴⁹ -, nossos

¹⁴⁹ Dos professores entrevistados, 27% lecionavam de sete a dez anos e 73% há mais de uma década (destes, 26%

interlocutores presentiram que o governo popular não conseguia se comunicar de forma eficiente com amplas parcelas da população da cidade. Não bastasse isto, também foram eles que nos adiantaram o que viria a ser uma das principais descobertas da tese, ou seja: a “*prioridade máxima à educação*”, bandeira maior da esquerda educacional progressista, não se fazia capaz de convencer o eleitorado de que mudanças importantes estavam acontecendo na gestão administrativa da cidade.

Além disso, as entrevistas nos possibilitaram constatar sintomas além do ambiente da militância de esquerda. Entre eles, a de que o governo popular e democrático não possuía, a despeito do seu esforço de priorizar a educação, a hegemonia política e programática no interior das escolas. Os dados a seguir nos permitem a confirmação de que, caso as eleições transcorressem somente no ambiente pesquisado, a reeleição do prefeito Chaparral poderia até ter mais chances, mas também não seria uma estrada de caminhos pavimentados. Dado a elevada proporção de itens que caracterizaram o seu governo como “*mediano*” e “*equivalente às demais prefeituras do passado*”, a conquista da maioria necessária, tal como a campanha eleitoral que ocorria naquele momento nas ruas, de uma dura batalha pelo convencimento e adesão aos seus projetos.

Passemos, por conseguinte, ao exame dos dados coletados;

6.2.3 – Os resultados do debate com os educadores pesquisados:

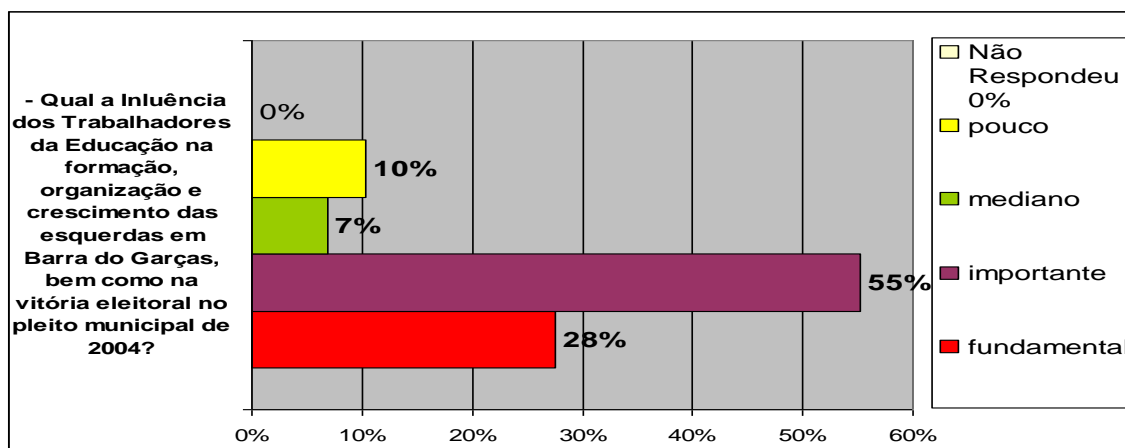
1º Bloco temático: a influência do setor da educação na vitória do PCdoB nas eleições de 2004. Repercussões da vitória das esquerdas no âmbito regional e estadual.

Abrimos o debate com essa temática em razão de acreditarmos à época que, mais do que outras prefeituras do MT identificadas com a esquerda democrática naquele período (2004-08), o caso de Barra do Garças representava a real possibilidade de um “*governo municipal de professores*”, experiência esta “*carregada*” de todo um simbolismo no imaginário dos dirigentes da esquerda local. No entanto, no avançar das entrevistas, veríamos que este “*simbolismo de lutas*” assumia um caráter bastante diverso entre os entrevistados.

Contudo, aos primeiros contatos, a idéia de um “*governo da e pela educação*” parecia confirmar, em larga medida, a influência decisiva do magistério público na formação da esquerda local e na sua vitória eleitoral no ano de 2004:

chegavam a vinte ou mais anos). A idade média era de 39 anos, sendo o mais novo com 27 e o mais velho com 47 (entre os dirigentes da prefeitura entrevistados, esta faixa situava-se entre 42 a 58 anos). 25% dos professores entrevistados nasceram em Barra do Garças, 18% em cidades vizinhas (Aragarças, Poxoréu, General Carneiro), e os demais em GO (18%), SP (12%), MG (6%), PR (6%) e BA (6%). Mais de 80% dos professores indicaram que queriam permanecer na carreira e na cidade de Barra do Garças (MT).

Gráfico - 27: Influência dos Trabalhadores em Educação nas eleições municipais de Barra do Garças em 2004. Opinião dos educadores da amostragem de pesquisa:



Fonte: Entrevistas nas unidades escolares da amostragem; elaboração própria do autor; **gráficos 27 a 37**

Os dados inicialmente são reveladores: 83% dos profissionais da educação entrevistados avaliavam que participação da categoria naquele evento foi importante (55%) ou fundamental (28%). Porém, ao adentrarmos no debate de forma mais aproximada, opiniões diferenciadas afloravam deste sentimento comum.

Os educadores que pertenciam às organizações sindicais, ou que vivenciaram experiências de atuação ativa na militância política/partidária do movimento social (os quais perfaziam apenas quatro indivíduos da amostragem, segundo o levantamento da ficha de pesquisa), creditavam aquela vitória essencialmente à organização classista e à tradição de luta dos professores públicos da cidade e do estado:

[...] Eu acho que o ambiente da educação foi fundamental para a vitória das esquerdas em 2004. Houve uma mobilização a partir do ambiente da escola, cresceu a partir daí, de estudantes e professores na esperança que algo novo se instalasse aqui no nosso município (**Omar Cirino**, dirigente do SINTEP-MT, seção Barra do Garças, julho de 2008)

A afirmação de Omar Cirino converge na mesma direção das declarações da secretária de educação, a professora Fátima Resende. Para ela, sem a participação dos educadores públicos e do SINTEP-MT na construção das bases da esquerda local, dificilmente teria sido possível construir uma alternativa progressista que conseguisse a vitória em 2004 sobre parte da tradição oligárquica barra-garcense.

[...] A vitória das esquerdas barra-garcenses em 2004 é oriunda da luta dos trabalhadores, basicamente do setor ligado à educação, começando pelo prefeito – que é um professor - e a maioria dos seus assessores, também ligados à área de educação. São pessoas que vem de uma luta sindical em

prol da defesa da escola pública. Porém é um sindicato que, embora com funções de natureza corporativista - como todos os outros na questão do salário - não se prendeu apenas a isto [...]. Então, esse projeto tem muito a ver com esta vitória, com essa luta que foi construída ao longo de 20 anos, consolidada nas praças, nas ruas, nas escolas e em outras regiões do Araguaia [...] (**Fátima Resende**, Secretária de Educação da gestão popular. Entrevista, maio de 2008).

Uma linha paralela desta visão classista atribuía o êxito das esquerdas à aliança informal que se estendeu a outras categorias de trabalhadores da cidade, sobrepunhando, de certo modo, o papel importante dos professores municipais públicos naquele episódio:

Eu acho que houve sim a participação da classe estudantil, dos professores, tanto na eleição como no resultado final. Porque, primeiro, o nosso atual dirigente municipal fazia parte do sindicato e teve todo um apoio da classe dos professores. Então houve uma união para fazer ele eleito. E com isso os outros sindicatos também trabalharam para ele. Por exemplo, o sindicato dos moto-taxistas manteve-se junto com ele, trabalhou, abraçou a campanha dele, e fez com que ele conseguisse um bom resultado. Então, eu achei a participação dos professores importante, mas não fundamental, porque outras categorias de trabalhadores estavam do lado dele, e fizeram a força. Ele (Chaparral) foi um tipo de governo diferente daquilo que a gente tinha (**Prof. 2. Escola Padre Sebastião Teixeira**. Setembro de 2008)

Entretanto, quando “mergulhamos” nas bases da categoria, as leituras sobre este processo tomam quatro novas derivações, sendo que em poucas delas a organização classista assume peso relevante. A primeira delas, restrita a um grupo minoritário de opinião, acreditava que o êxito das esquerdas em 2004 ocorreu mais em função das articulações políticas do que a força do professorado público em si:

Os professores foram importantes na vitória da esquerda aqui em Barra, mas isto não foi fundamental. Se dependesse só da mobilização dos professores, ele [Chaparral] não teria sido eleito. Tanto é que nenhum professor foi eleito vereador. Fundamental mesmo foi a aliança dele com o Miguelão (vereador situacionista do PFL na época), que, sob orientação do Wanderlei Farias, permitiu o PCdoB aproveitar-se da briga das oligarquias, do Wanderlei com o Vilmar Peres (de Farias), e puxou todos esses votos para o Chaparral (**Prof. 7. Escola Padre Sebastião E Sebastião Teixeira**, setembro de 2008)

A segunda derivação, majoritária entre os grupos entrevistados, defendia o “fator mudancista” (ALMEIDA, 2008) como a causa determinante daquela eleição. Neste caso, a responsabilidade pela vitória coincidiu com o fato de o representante desta mudança ser um professor público, de longa passagem pela luta sindical e filiado a um “partido diferente” daqueles da velha oligarquia tradicional da cidade:

[...] O que aconteceu, realmente, é que as pessoas estavam tendo a necessidade de mudar alguma coisa, não estavam mais agüentando aquela situação cotidiana, corriqueira...queriam uma coisa diferente. Então eles viram a oportunidade de votar nele [no Chaparral]. Eles viram que “*agora é o nosso momento*”. Então, “*põe esse rapaz lá*”, e, de repente, vai acontecer

uma coisa melhor pra gente, pra nós, no sentido de ver alguma melhor para o nosso futuro, como cidadão barra-garcense. Foi por isso que houve essa reviravolta, essa mudança, de um partido para outro, assim bem radical, não é? (**Prof 1, Escola Padre Sebastião E Sebastião Teixeira**, setembro de 2008)

Em nome da classe de educadores eu achei que era uma coisa muito importante, que era uma coisa nova que a gente queria testar. Toda vida ficava naquilo que eles falam, não é? O “coronelismo”. Daí o pessoal falou: vamos mudar... tem que haver mudança pra ver.[...] . (**Entrevistado 3, Escola Rural Miguel Sutil**, Distrito de Toricoeje, setembro de 2008)

A terceira derivação voltava-se à importância da participação da juventude barra-garcense naquela vitória, especificamente da “classe estudantil apta a votar, com referencial importante nos universitários dos campus locais e no ensino médio noturno, como bem o registraram dois membros do conselho municipal de educação

[...] Embora os professores tivessem uma participação importante, eu entendo que o papel dos estudantes, a influência estudantil, teve um peso maior do que a influência daqueles. A identificação com o perfil da juventude do candidato da esquerda teve um papel importante na sua vitória. (**José Américo, membro do conselho municipal de educação**, representante da Câmara, outubro de 2008)

[...] Eu coloquei fundamental o papel dos professores, porque quando Chaparral assumiu houve muita abertura na educação. Antigamente era vigiado. Funcionário era vigiado, as pessoas que trabalhavam eram vigiadas, moto-taxista era vigiado o tempo todo. Depois que o Chaparral assumiu as coisas mudaram muito na cidade. Os estudantes estavam com ele e acho que até hoje a juventude está mais fechado com ele do que as pessoas da minha idade, por exemplo (**Antônio Guimarães**, estudante do EJA, (50 anos), **membro do conselho municipal de educação**. Outubro de 2008).

A quarta derivação é uma das mais reveladoras: a visão dos professores indígenas Xavantes do campo de amostragem. A importância de suas opiniões não se deve à análise das causas da vitória do prefeito Chaparral, até porque afirmaram que mal o conheciam antes do pleito municipal de 2004. A relevância de seus comentários está em nos fazer perceber, num bom exemplo de ação prática da perspectiva teórica do “Estado Ampliado”, o quanto determinadas políticas públicas de caráter social e democrático podem ter um efeito positivo de mobilização social em comunidades de caráter étnico e cultural:

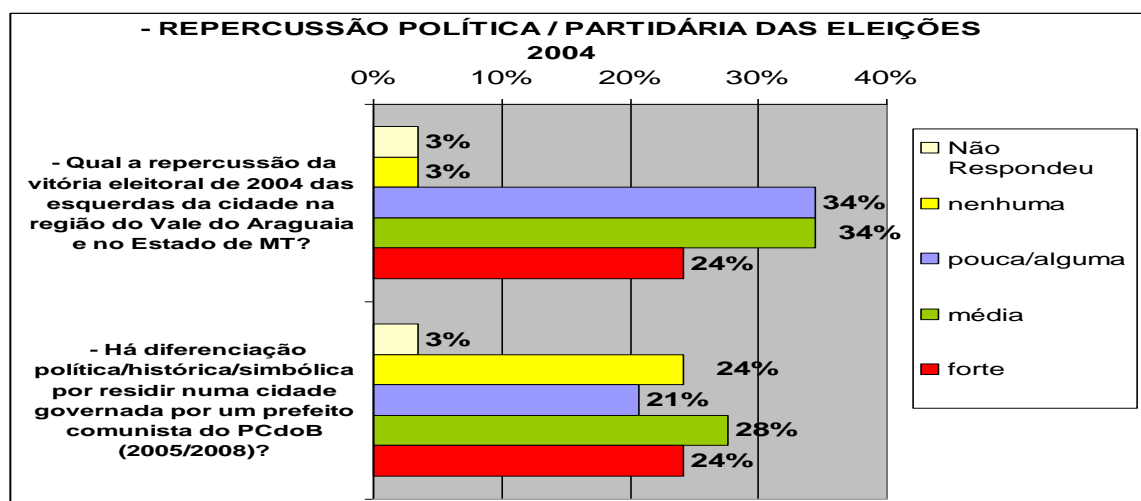
“Durante a campanha de 2004, os Xavantes - esta “categoria” que a gente chama “a nossa classe indígena” – não tinham uma “organização forte”. E nem tivemos um acompanhamento da campanha dele, do jeito que ele se pronunciou frente à educação, o discurso que ele ia fazer pela educação. Não tínhamos idéia de toda essa “grande mudança”, essa revolução que iria acontecer depois.” (**Cristovam Tsere do’ Odi Tsõrepre**, Coordenador da Educação Indígena da Secretaria Municipal de Educação de Barra do Garças, gestão 2005/08. Outubro de 2009)

“Estou me lembrando pouco. Ninguém de nós, indígenas, conhecia muito o prefeito Chaparral naquela época. Só alguns que conheceram assim. Porque ele trabalhava como professor na época na Escola Dom Bosco. Eu

também não participava da campanha de 2004. Naquela época eu já trabalhava como professor, mas a gente não pensava muito assim, pra gente correr atrás da campanha pra ele, né? Só depois dele conseguir como prefeito... aí eu conheci muito ele. (Professor Máximo **Máximo Uratfe Tsi Onwe**, Diretor da “Escola do Tatu”, outubro de 2008)

As derivações apresentadas assumem novos contornos à medida que o debate sai da esfera corporativa e adentra na partidária. Nesse momento, a influência do ideário da esquerda sobre aquele processo sócio-institucional vai se fragmentando paulatinamente. Confirma-se, portanto, mesmo entre os professores públicos, uma máxima política já largamente comprovada tanto pelas pesquisas do ramo como pela observação cotidiana do nosso “eleitor médio”: “*brasileiro vota em pessoas, não em partidos*”, como se pode confirmar em parte pela observação do quadro desta questão

Gráfico 28: Repercussão política/ partidária nas eleições de Barra do Garças em 2004. Opinião dos educadores da amostragem de pesquisa.



Fonte: Entrevistas nas unidades escolares da amostragem; elaboração própria do autor; **gráficos 27 a 37**

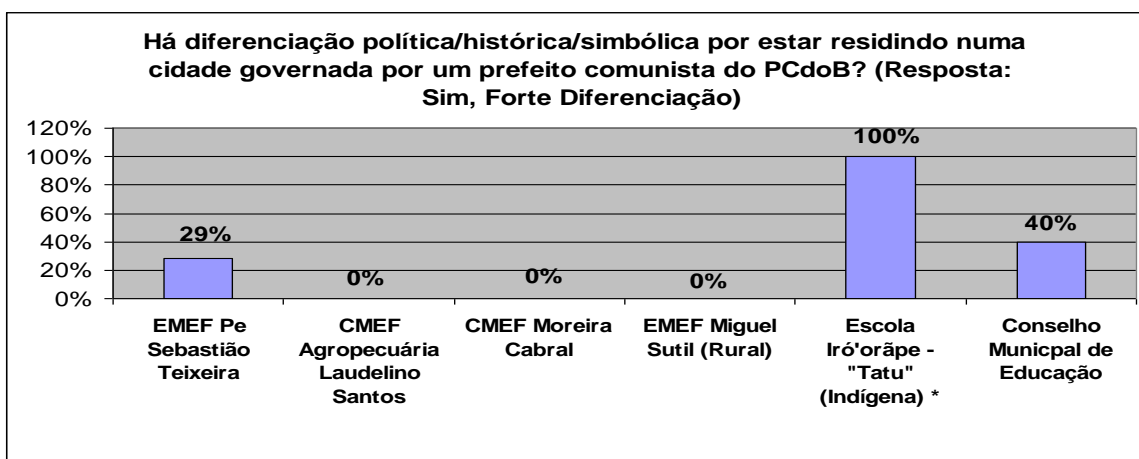
Nota-se aqui a tendência diversa do gráfico anterior. Dentre os educadores entrevistados, só 24% opinaram pela forte repercussão regional do resultado eleitoral de 2004, mantendo-se o mesmo índice dos que consideravam ser uma diferenciação importante residir numa cidade governada por um partido comunista (contra, respectivamente, 71% e 73% que não davam a mesma importância).

De todo modo, talvez por se tratar de professores públicos – uma categoria profissional hoje majoritariamente de nível superior e, em princípio, afeita a um maior nível de debate político - não se pode dizer que a questão partidária foi totalmente irrelevante entre os nossos entrevistados. Conforme as variações de interpretação sobre o tema, outras leituras podem ser observadas. Assim, embora os conceitos “*forte repercussão*” e “*forte diferenciação*” tenham sido uma opção francamente minoritária, toma-se outro sentido quando lhes acrescentamos as opções “*média repercussão*” e “*média diferenciação*”, visto

que ambas podem ser compreendidas como um determinado grau de concordância ao questionamento. Neste caso, a repercussão das eleições de 2004 passa dos 24% de concordância para 58% (contra 37% de “pouca” ou “nenhuma repercussão”). De forma semelhante, a diferenciação por morar em uma cidade governada pelo PCdoB sobe dos 24% para 52% (contra 45% de “pouca” ou “nenhuma diferenciação”). Em suma, o resultado parece confirmar, a despeito de todas as contradições, uma vocação política ainda presente no conjunto do professorado local de Barra do Garças.

Por outro lado, reconhecemos que o artifício empregado é muito mais complexo no campo de pesquisa, posto que o conceito “médio/mediano” é carregado de subjetividades. O próprio item “forte diferenciação” apresentou-se de forma bastante heterogênea no âmbito específico das escolas e no conselho municipal de educação:

Gráfico 29: Repercussão Política/Partidária das eleições de 2004. Opiniões dos professores da amostragem por escola pesquisada.



Fonte: Entrevistas nas unidades escolares da amostragem; elaboração própria do autor; **gráficos 27 a 37**

Os representantes da educação indígena constituem um caso a parte na análise das opiniões, ainda que se agreguem ao conjunto da pesquisa no cômputo dos dados. Ao longo das entrevistas, passamos a perceber que a visão dos benefícios trazidos às comunidades indígenas pelo governo Chaparral, integrava-se como um só bloco às questões pessoais, partidárias e ideológicas. Já as demais escolas separavam-nas nitidamente como esferas distintas e específicas de análise (talvez até em demasia), quer entre os mais favoráveis ao governo, quer entre os que lhe eram mais críticos. Percebe-se com maior nitidez a diferenciação em pauta quando recorremos diretamente ao número de educadores entrevistados por unidade de amostragem:

Tabela 16: Repercussão Política/Partidária das eleições de 2004. Opiniões dos professores da amostragem por escola pesquisada

- Há diferenciação política/histórica/simbólica por estar residindo numa cidade governada por um prefeito comunista do PCdoB (2005/2008) - Reposta "sim, forte diferenciação":			
UNIDADES DE ENSINO	Total de professores da unidade	Sim, forte diferenciação	Proporção da resposta "forte diferenciação"
EMEF Pe Sebastião Teixeira	7	2	29%
CMEF Agropecuária Laudelino Santos	6	0	0%
CMEF Moreira Cabral	3	0	0%
EMEF Miguel Sutil (Rural)	5	0	0%
Escola Iró'orãpe -"Tatu" (Indígena) *	3	3	100%
Conselho Municipal de Educação**	5	2	40%
TOTAL	29	7	24%

** Dos cinco membros na entrevistas, dois eram professores

Fonte: Entrevistas nas unidades escolares da amostragem; elaboração própria do autor; **gráficos 27 a 37**

Quando nos dirigimos ao exame destes depoimentos, dois são os grupos de opiniões que podem ser delimitados: a) aqueles que não consideram, em hipótese alguma, a questão partidária e a repercussão regional como importantes elementos de análise da experiência democrática popular de Barra do Garças; b) os educadores que vêem, em diferentes graus, esses dois referencias como elementos que não podem ser desprezados.

No primeiro caso, alguns dos depoentes não atribuem a si próprios a irrelevância da questão partidária, mas ao comportamento político da população em geral. Nesse sentido, nas escolas das áreas periféricas (como a Padre Sebastião Teixeira e o Centro de Ensino Rural Miguel Sutil), é possível constatar, por meio das falas dos pesquisados, a visão política das classes populares que lhes são vizinhas. Entretanto, foi possível também perceber, em algumas destas afirmações, de que se tratava menos de opiniões alheias e mais da exposição de convicções pessoais:

Aqui se fala no prefeito, não se fala no partido político: o prefeito lá é fulano de tal, teve tantos por cento; mas ninguém sabe qual é o partido. Só conhece o prefeito, mas do partido, de que lado que ele é, ninguém nem sabe, nem se interessa em saber (**Entrevistado 4, Escola Rural Miguel Sutil**, setembro de 2008)

As mudanças "*de um lugar para o outro*", de uma cidade governada por um partido ou por outro, não se achou tanta diferença não. Há os interesses políticos, isso a gente há de convir que há. Mas dizer assim: "*ah! Porque você é daquela cidade, tal partido é aquilo, assim daquele jeito, e a nossa aqui é de outro jeito*", essa comparação não se vê aqui não. O que há muito é a política, a política existe muito. Acho que o interesse mesmo é de saber qual o que é o melhor, qual é o que fez mais (**Entrevistado 1, Escola Rural Miguel Sutil**, setembro de 2008)

"As pessoas aqui não levam para este lado do comunismo, do partido, mas do candidato. Então eu não acho que essa coisa de "repercussão", aqui ou na região, seja uma coisa importante (**Prof. 3, Escola Padre Sebastião Teixeira**, setembro de 2008)

As ideologias não são muito comentadas aqui, não são percebidas. Houve mais pragmatismo do que ideologia nesta eleição [2004]. Tanto assim que, depois da eleição, não houve assim... toda essa “efervescência de participação popular”..., da maneira que nós discutimos agora aqui no texto (**Prof. 7, Escola Padre Sebastião Teixeira**, setembro de 2008)

Que não se pense, porém, que a atribuição secundária aos partidos políticos restringiu-se a estas escolas. Também nas unidades centrais esse tipo de argumento esteve presente com outras variações. Desse modo, repetia-se tanto a afirmação de que era o povo que não se importava com o partido do mandatário – embora aqui o próprio depoente destinasse à questão fundamental importância – como a concepção pessoal de que, além de desnecessários como instrumentos de transformação sócio-educacional, os partidos de esquerda pouco influenciavam nas mudanças em curso - e isto na voz de educadores plenamente favoráveis às lutas sociais, às organizações sindicais e aos projetos da prefeitura democrática popular:

“O Brasil tem essa carência de as pessoas estarem realmente ligadas a uma posição política, principalmente nas eleições municipais. A mudança aqui foi importante porque nós saímos de oito anos de um candidato de direita para eleger pessoas de esquerda. Mas, ao mesmo tempo, houve mudanças reais. Eu acredito que foi importante, até mesmo pela visão diferenciada que a população começou a ter. Ela não tem grandes percepções políticas, mas vê que “balançou”, “sacudiu”. Como o candidato da esquerda era jovem, é jovem, tem essas idéias mais progressistas, então esse impacto não foi na questão do partido de esquerda. Porque, queira ou não, nós estamos em uma cidade que passou muito tempo na mão de conservadores – até se falava antes “*ah!, uma porteira na entrada e outra na saída da cidade*”. E isso é o que dificulta, porque tem muita gente que ainda pensa de forma conservadora, não vê essa idéias de mudança, de partido...é uma postura enraizada. (**Prof. 1, Moreira Cabral**. Agosto de 2008)

“Nós acreditamos não no partido, mas numa nova pessoa com outra mentalidade, com vontade de fazer as mudanças. Neste caso, foi fundamental o sindicato, o setor da educação, a universidade. Eu acredito que se não fosse a educação, a esquerda não obteria a vitória, pois os pais ainda acreditam nos professores e na escola. Mas nós, educadores, pensávamos na pessoa, na educação, na classe, não no partido de esquerda. Já tinha o Lula que era de esquerda. Eu, por exemplo, sou “anti-partidária”; não sou a favor de partido de esquerda, nem de direita...”(**Prof. 2, Moreira Cabral**. Agosto de 2008)

Não nos esqueçamos, por sua vez, daqueles que destacavam a atuação do PCdoB na vitória das esquerdas de Barra do Garças, do mesmo modo que reconheciam certa repercussão regional e estadual naquela vitória. Todavia, também aqui os depoentes admitiram os limites de suas afirmações, ou seja: o destaque do “*efeito partido*” exerceu uma atuação específica e temporária, ao passo que a “*repercussão regional*” restringiu-se mais aos meios educacionais e sindicais de vanguarda:

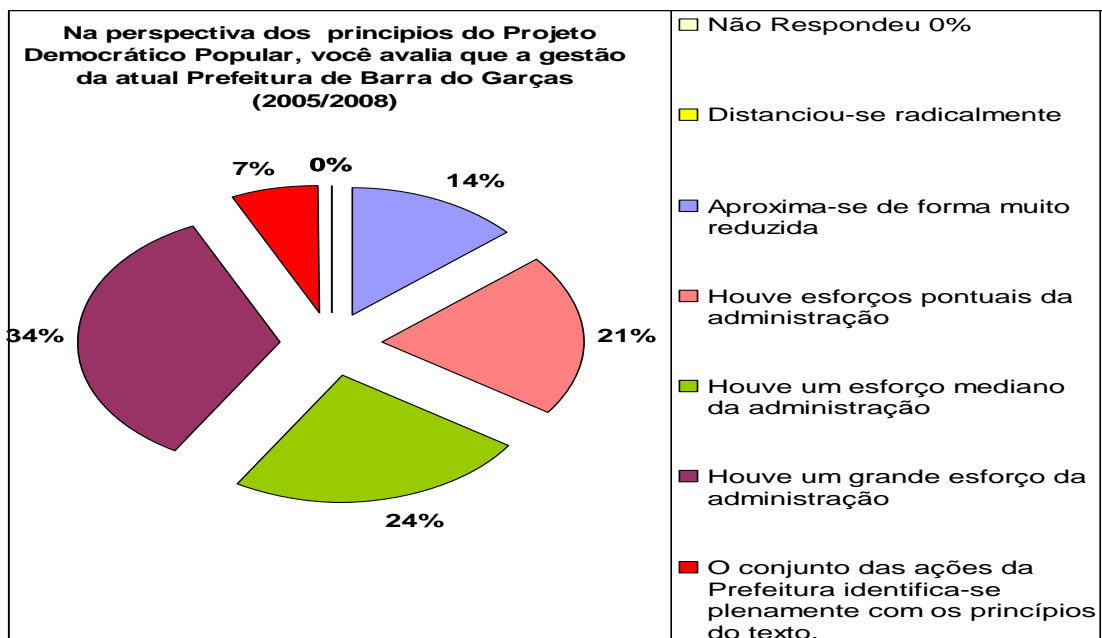
Eu acho que no ambiente de esquerda houve repercussão sim. Às vezes, eu estava lá em Tangará da Serra e vinha gente perguntar: e lá em Barra, como é que está o Chaparral? Mas reconheço que é uma repercussão mais no interior da categoria dos professores, particularmente no meio sindical (**Omar Cirino**, dirigente do SINTEP-MT, seção Barra do Garças, setembro de 2008)

Eu acredito que o fato de o candidato ser de um partido de esquerda, e de um partido comunista, teve sim uma grande repercussão local – para o bem e para o mal - talvez até estadual, pois era a única prefeitura do estado sob comando de um comunista. Então havia aquela interrogação entre muitas pessoas - dos que votaram e não votaram no candidato - do que um prefeito comunista iria fazer, inclusive em municípios aqui da vizinhança, para saber como ia ser a atuação de uma prefeitura governada por um partido de esquerda. Mas acho que essa repercussão foi naquele momento entre a vitória e a posse, porque depois ela ganhou aquela naturalidade de uma prefeitura governada por um outro partido (**José Américo**, membro do conselho municipal de educação. Setembro de 2008)

Com base nas falas apresentadas, evidencia-se neste primeiro bloco o distanciamento entre o ideário político/educacional dos dirigentes da esquerda local e as concepções políticas de muitos dos nossos entrevistados. Enquanto os primeiros trabalhavam o projeto na perspectiva da “*consciência histórica*” – referencial clássico da “consciência de classe” de linha marxiana - os segundos se embasavam, com algumas importantes exceções, nas questões imediatas de referência institucional e corporativa. Isso, porém, não significa que os dirigentes da prefeitura desconheciam a visão majoritária do pensamento político da categoria. Dada a larga experiência adquirida como líderes sindicais da cidade, conheciam de forma satisfatória a percepção social daqueles que, por quase duas décadas, ousaram organizar, dirigir e representar. No entanto, o que talvez não contassem é o grau de incompreensão, ou mesmo de severidade, com o qual seriam “julgados” pelos seus pares quando no comando da prefeitura.

2º Bloco temático: Debate sobre as perspectivas do projeto democrático popular na “administração da cidade”.

Gráfico 30: Reflexão sobre ações globais da prefeitura diante do programa histórico do projeto democrático popular. Opinião dos professores da amostragem.



Fonte: Entrevistas nas unidades escolares da amostragem; elaboração própria do autor; **gráficos 27 a 37**

Como se percebe na análise deste e dos próximos gráficos, os itens de avaliação mediana assumiram, mais uma vez, relevância fundamental. Se considerarmos apenas os itens “*identificação plena*” e “*grande esforço da administração*” como “reflexões positivas” sobre a prefeitura, o resultado atinge 41%. Porém, se acrescentarmos a este resultado o nível mediano de avaliação, a consonância entre as ações do governo e os princípios em debate chega a 65%, o que a nosso ver consiste num valor bastante significativo em razão do conjunto de problemas da administração Chaparral ao longo do mandato.

De modo inverso, os que não viram perspectivas maiores na administração popular, (“*esforços pontuais*” e “*aproximação reduzida*”) também são relativamente altos: 35%. Assim, caso os acrescentemos aos níveis medianos de avaliação, uma suposta insatisfação ficaria na casa dos 59%. Essas variações indicam que a aceitação do governo Chaparral oscilou, no conjunto do universo pesquisado, entre as conceituações “regular positivo” a “regular negativo”, mantendo ainda o “*terço de apoio*” que lhe foi favorável em quase todas as reflexões compartilhadas.

Há que se levar também em conta a heterogeneidade deste e de outros resultados no âmbito das escolas pesquisadas. No que se refere aos dois índices mais positivos (“*identificação plena*” e “*grande esforço*”), eles variaram de 100% na escola indígena para apenas 20% na escola do distrito rural de Toricoeje (apenas 1 entre os cinco entrevistados), passando por 29% na Escola Padre Sebastião Teixeira (2 entre 7), 33% na Escola Agrícola (2 entre 6), 67% na Moreira Cabral (2 entre 3) e 40% no Conselho Municipal (2 de 5). No

caso da escola rural Miguel Sutil, a baixa avaliação não ocorreu apenas em função da comparação solicitada, mas, principalmente, devido à profunda descrença da maioria dos seus educadores na possibilidade histórica de efetivação do “protagonismo popular”, contrastando radicalmente com a visão político/pedagógica dos professores indígenas Xavantes, demonstrada logo a seguir:

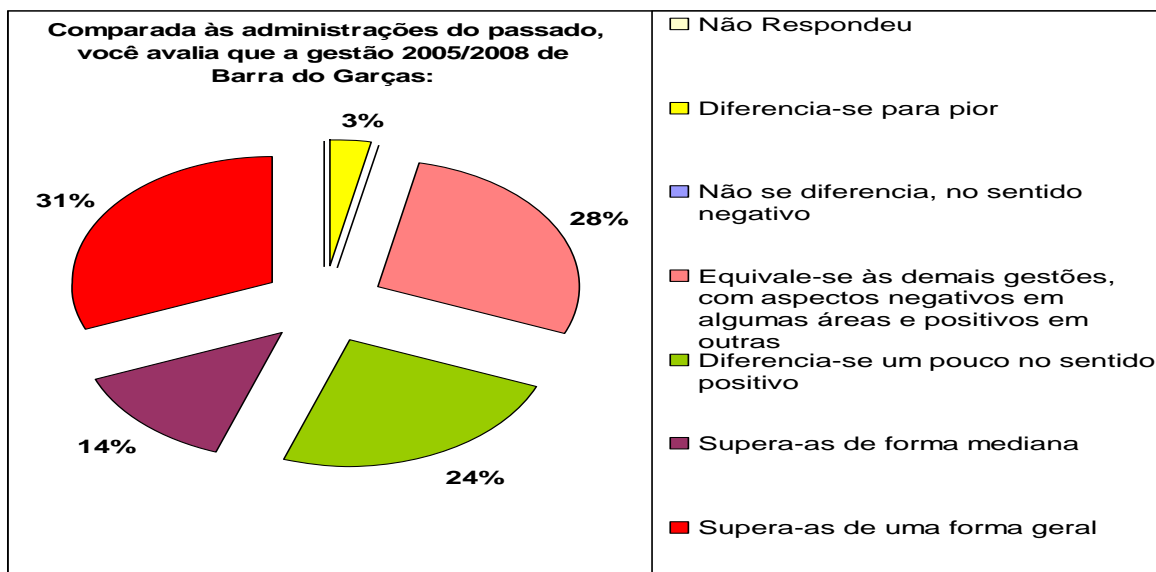
Eu queria fazer um comentário aqui. Eu penso que isso aqui [o texto] é uma fantasia. Esse termo “protagonismo popular”, com relação a prefeitura, tenha santa paciência! Porque eu concordo com o que eles [demais colegas entrevistados] falaram também. Uma prefeitura não é do povo, nunca foi e nunca será, apesar das mudanças radicais que aconteceram. Eu concordo até que a minha resposta está em consonância com algumas coisas que está se dizendo aqui, mas um texto fantasioso desse aqui...É o meu posicionamento!. Eu sei que a idéia do debate aqui é ver o quanto se aproxima ou não desse horizonte político. Mas esse “protagonismo popular” ele é teórico, e põe teórico nisso! Porque se você botar na prática ele se esvai igual uma bolha de sabão. Deixa de existir. Não existe esse protagonismo popular na prática: é a minha concepção! Se fosse assim, a antiga União Soviética teria sido o céu....(**Entrevistado 2, Escola Rural Miguel Sutil**, setembro de 2008)

Na pratica é uma coisa, mas na realidade mesmo o povo de fato não participa, não tem uma participação ativa das decisões de algo que politicamente a gente possa decidir. A gente elege, mas nós não temos aquela opinião própria, tipo: “isto não está certo” e nós podemos ir lá e “falar que está errado”. Neste caso, ela [a prefeitura de Chaparral] não se diferenciou. Aconteceu o que aconteceu daquele jeito, vai ser daquele jeito. O que vale é a opinião da pessoa maior (**Entrevistado 3, Escola Rural Miguel Sutil**, setembro de 2008)

“Eu marquei que houve “*um grande esforço da administração em relação ao princípio do texto*”. A administração do Chaparral, pra mim, aproximou a comunidade indígena e não indígena...Eu gosto de falar assim, de todos, não é? Eu penso que a administração dele queria aperfeiçoar bastante o trabalho dele. A administração criou muitos setores, queria avançar a comunidade que mora na aldeia, na cidade. Mas é difícil, não é? O dinheiro às vezes não dá para cobrir todo o trabalho dele, a comunidade. Fez muito trabalho, mas não deu...(professor **Eliseu Waduipi Tsipre**, Escola do Tatu”, outubro de 2008)

O aspecto mediano se mostra mais relevante ainda no próximo gráfico. Ao solicitarmos uma breve comparação entre o mandato popular e as gestões oligárquicas do passado, verifica-se o reflexo de todos os problemas comentados nos capítulos anteriores. Se partirmos do princípio que a prefeitura popular foi infinitamente mais democrática na gestão das escolas do que qualquer outra prefeitura que a antecedeu – conforme a ampla maioria dos testemunhos - vê-se claramente que o conjunto dos pesquisados separou, em “compartimentos estanques”, a “*gestão das escolas*” da “*administração da cidade*”:

Gráfico 31: Comparação do mandato popular (2005/08) com as gestões do passado em Barra do Garças. Opinião dos professores das escolas da amostragem:



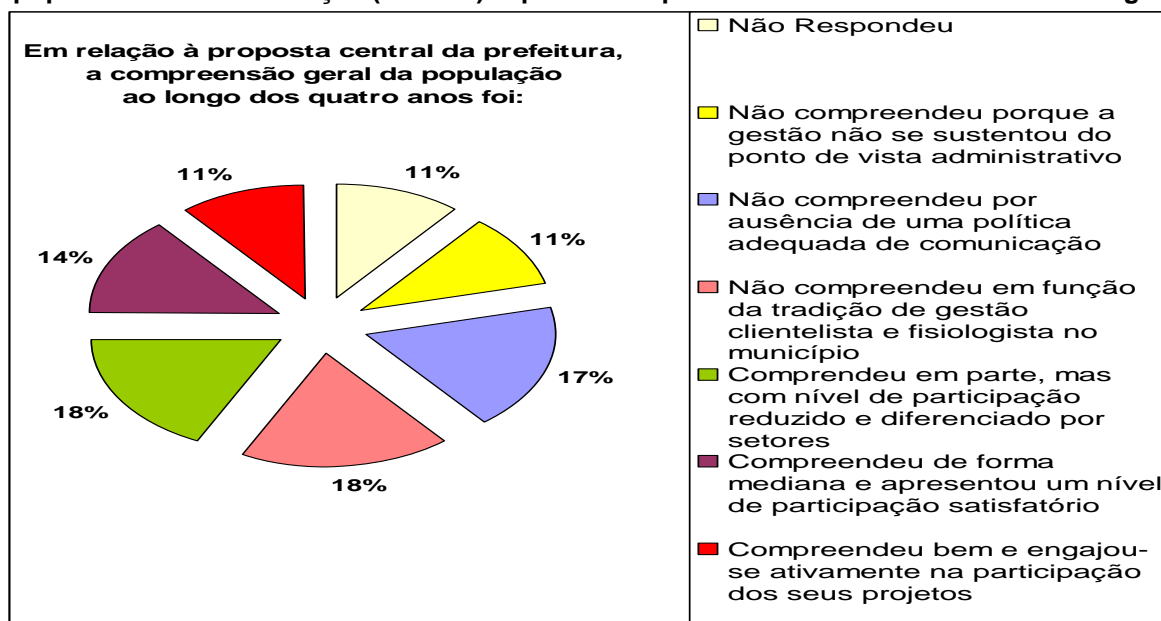
Fonte: Entrevistas nas unidades escolares da amostragem; elaboração própria do autor; **gráficos 27 a 37**

Percebe-se a partir desses resultados que, mesmo no ambiente em se davam as prioridades das ações da prefeitura, o governo Chaparral não garantiu o apoio suficiente para enfrentar a reeleição em 2008, ainda mais contra um candidato oriundo da tradição oligárquica e detentor de grande influência e poder econômico, tanto local como regional. Quase um terço dos professores pesquisados (28%) considerava a prefeitura popular equivalente às demais gestões do passado, contra 31% dos que acreditavam na sua superação integral. Se somarmos as “proximidades negativas” (28% de “equivalência” + 3% de “*diferencia-se para pior*” + 24% de “*diferencia-se um pouco positivamente*”), chegaremos a 55%. Já a contagem exclusiva das “proximidades positivas” (31% de “*supera-as de forma geral*” + 14% de “*supera de forma mediana*”), atinge 45%. Neste caso, o ‘fiel da balança’ encontra-se no item da “*pequena diferenciação positiva*”, com 24%. Caso o acrescentemos à última numeração, o governo Chaparral predominaria sobre as demais administrações em 69%, um índice que, reconhecemos, não se coaduna com o perfil majoritário observado nas escolas e no conselho municipal de educação. Mas, independente da interpretação que se dê a estes dados, seu maior significado está em demonstrar a pouca visibilidade administrativa da prefeitura popular também no interior das escolas. Com base nesta evidência, perguntamo-nos: como poderíamos esperar uma compreensão adequada da população sobre a prioridade à educação pública municipal se, no seu próprio ambiente, ela mesma não era de todo compreendida?

Nesta resposta, nossos interlocutores conseguiram antecipar, de forma bastante realista, os sentimentos da comunidade escolar local. Ao indagarmos os entrevistados sobre o grau de entendimento da população diante da prioridade administrativa da prefeitura (e isto depois de três anos de efetivação do ‘projeto segundo tempo’ em várias escolas, dos

festivais esportivos, das oficinas de arte, cultura e informática), os índices apontados foram os seguintes:

Gráfico 32: Grau de compreensão da população sobre o projeto educacional democrático popular da Barra do Garças (2005/08). Opinião dos professores das escolas da amostragem:



Fonte: Entrevistas nas unidades escolares da amostragem; elaboração própria do autor; **gráficos 27 a 37**

Decerto que estes resultados requerem cuidados na sua interpretação. Afinal, não se tratava de uma enquete aplicada diretamente à população, mas sim a tentativa de se chegar a ela via a análise da percepção de terceiros. Contudo, os acontecimentos posteriores confirmariam que os educadores da amostragem acertaram suas previsões. Ao examinarmos o quadro de opiniões em setembro de 2008, começamos a antecipar o resultado das urnas que, dali a poucos dias, traria de volta a Barra do Garças um dos seus “velhos coronéis” de conhecido sobrenome. Somando-se as opções que indicam as três formas de “*não compreensão*” da população sobre o projeto político da prefeitura popular, atingi-se o percentual de 46%, contra 43% do seu correspondente oposto, isto é, os três graus de compreensão da população sobre o mesmo projeto.

Os índices tornam-se ainda piores para o governo quando isolamos as duas categorias mais positivas de compreensão: a “*mediana*” e a “*engajada*”. Juntas, chegam a apenas 25%, ou seja, abaixo do tradicional “terço de apoio” do eleitorado barra-garcense à candidatura de Chaparral desde o pleito municipal de 2000. Neste contexto, os testemunhos acabaram por esclarecer as indagações que já debatíamos desde a conclusão do primeiro capítulo: a visibilidade das obras tradicionais tem maior apelo eleitoral do que os investimentos pesados na educação pública, notadamente num município de forte tradição política oligárquica:

[...] Mas o porque disto? Porque no mandato anterior - nada contra - se fez muito o que é visível, obras visíveis, asfalto, coisa que a gente vê. E este [Chaparral] se voltou mais para o nosso lado, como a colega falou, mais para o social. Nós, da educação, vimos o que ele fez. Ele trabalhou muito pela educação: construiu escolas, creches, ele fez muito por nós, ele se voltou mais para o nosso lado. Nós que estamos aqui na educação vimos isto. Mas a maior parte da população acha que ele não fez nada! Por quê? Porque ela não viu; e ela estava acostumado a ver (**Prof. 1. Escola Padre Sebastião Teixeira**. Setembro de 2008)

Como eu trabalhei oito anos na coordenação de escola, eu acompanhei outros governos. E percebi que nesse período ele [Chaparral] ligou muito para ocupar a clientela, os alunos, na escola. Isso visando o quê? Visando o social, às vezes até ultrapassando a folha de pagamento na preocupação de buscar [contratar] mais pessoas, na busca de atender o ser humano. De buscar a pessoa ocupada, no caso as crianças, de tirá-las da rua e botar pra dentro da escola. [...] Também houve uma preocupação, com o lar dos idosos, é uma coisa que fica meio de lado, meio escondido, não é? Coisa que não aparece. Quem vai lá e participa, que faz o acompanhamento, é que consegue perceber. E poucas pessoas entenderam esta linha de governo dele, que eu acho que é a linha que ele pretendia fazer, valorizar a pessoa, e não foi bem compreendido. Tanto que a gente vê aquele tipo de crítica das pessoas, que não vê as obras do governo Chaparral, não vê o asfalto – embora vê, tem obras, aqueles postes, mas não tanto como o outro que estava aí. (**Prof. 2. Escola Padre Sebastião Teixeira**. Setembro de 2008)

A população é muito maior do que o povo sindicalizado. A população quer ver obras. O pessoal sindicalizado consegue ver isto [as obras sociais]. Agora, o outro [Wanderlei Farias] é mais povão. O outro faz mostrar para mostrar, tipo, Porto do Baé..., um posto de saúde ali, mesmo sem o atendimento adequado...é isto que ele fez” (**Prof. 6. Escola Agrícola**, setembro de 2008)

Como se pôde perceber, os depoimentos apontaram a permanência de quatro contradições fundamentais, debatidas há tempos nos círculos da intelectualidade educacional progressista, quais sejam: a continuidade da separação entre o “*ambiente da escola*” e o “*ambiente da cidade*”; entre a “*gestão da educação*” e a “*gestão do município*”, entre o “*lado dos professores*” e o “*lado da comunidade*”, entre “*trabalhadores sindicalizados*” e as “*massas populares*” (ou “*desorganizadas*”)

Outros testemunhos, incluindo os professores indígenas, atribuíram esta “não compreensão” à própria “*tradição ideológica*” da população barra-garcense, ligada diretamente à ordem do capital agrário e comercial. Tratar-se-ia, portanto, de um exemplo típico do clássico aforismo marxista de que a “*ideologia de uma época é a ideologia da classe dominante desta época*”:

“Os meios de comunicação desta cidade estão nas mãos dos poderosos, dos partidos de direita. Isso pesou muito, porque a nossa cidade tem como base econômica a pecuária. A gente sabe que isto é o que mais envolve a formação da idéia, que acaba sendo uma questão pessoal. Nós temos uma grande parte da nossa população que pensa na questão do capitalismo mesmo. É uma posição mesmo do povo, uma posição muito particular, “*eu quero para mim*”, e não “*eu quero para todo mundo em geral*”. Talvez a população ainda esteja engatinhando. Nós só vamos descobrir isto às duras

penas depois, infelizmente. Poderíamos estar diferente. Talvez a população esteja despertando, que não seja para agora, mas mais para frente... (**Prof. 1, Moreira Cabral**, Setembro de 2008)

Quando houve esta abertura, este prefeito [Chaparral] enfatizou mais a face humana. Eu acho que o povo ainda não compreendeu a proposta do prefeito, ou porque eles têm a mentalidade do “coronelismo”, que ainda está no “*eu penso no meu bem; primeiro eu, depois a comunidade*”. Porque não é assim que se vive! Ele tem que pensar no bem comum, e não só nele. (**Prof. 3, Moreira Cabral**, setembro de 2008)

[...] Mas a população, que elogiou tanto o Chaparral, depois não buscou “o entendimento do papel dele”. Quando as elites o criticavam, a ‘massa da classe baixa’ - sempre fomos assim - foi desviada através da ideologia das elites, e começaram a criticar a posição do Chaparral. (**Cristovam Tsere do’ Odi Tsõrepre**, Coordenador da Educação Indígena da Secretaria Municipal de Educação de Barra do Garças, gestão 2005/08. Outubro de 2009)

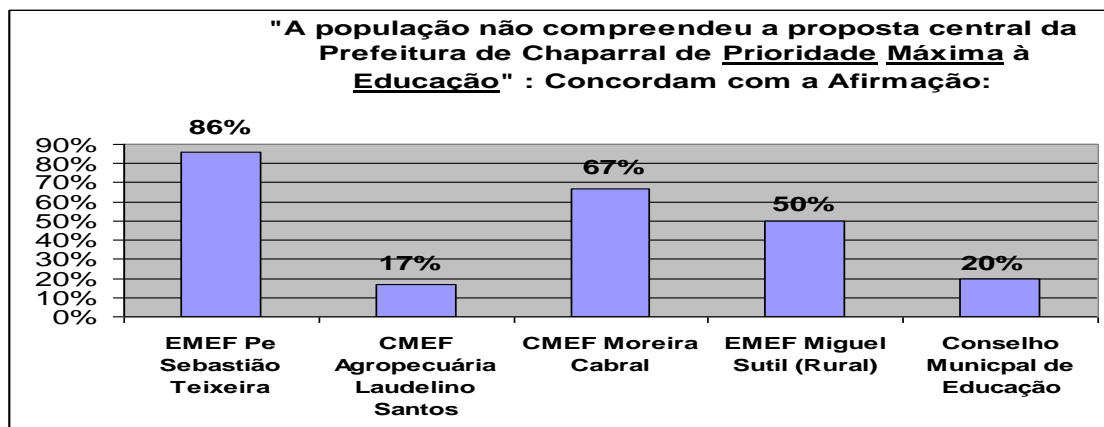
Porém, nem todos os depoentes se concentraram na evidência de que os projetos educacionais da prefeitura não adquiriram a “visibilidade administrativa” esperada no eleitorado barra-garcense. Mesmo que minoritárias entre os seus pares, algumas falas seguiram uma linha própria de interpretação (e não necessariamente progressista), divididas em dois grupos básicos. O primeiro se coadunava com a postura típica de amplos setores tradicionais da população, relacionando a fraca visibilidade da prefeitura à “incapacidade” da esquerda local em “aumentar os recursos” e “*trazer empresas*” para a cidade na vigência do seu mandato:

Esta prefeitura [Chaparral] não trouxe empresas. E são elas que fazem o desenvolvimento, que melhoram a nossa cidade, porque são elas que empregam as pessoas e pagam os impostos. O povo sabe disto. Até o aumento do dinheiro aqui para nós da escola – não é da particular não, é aqui da pública mesmo, da rede municipal – depende das empresas que vêm para cá. Especialmente a nossa escola, que é profissionalizante, depende de convênios com as empresas para arrumar estágio para os alunos. Então, eu não vejo que a esquerda aqui em Barra está assim... “consolidada” como força política, como diz aqui numa das perguntas do texto (**Prof.3: Escola Agrícola**, Set/2008)

Já o segundo grupo acreditava que muitos pais, embora não fossem a maioria, reconheciam as ações da prefeitura popular na educação pública municipal da cidade, o que explicava porque nas unidades pesquisadas as opiniões sobre o tema se apresentavam em escalas tão diferenciadas (gráfico 33)

Não sou só eu que estou colocando que houve mudança na educação. Eu achava que era só a gente da escola aqui que via, mas os pais também viram. Não são todos os pais não, mas muitos a pais conseguiram entender o projeto da prefeitura sim (**Prof. 2, Moreira Cabral**, setembro de 2008)

Gráfico 33: Grau de compreensão da população sobre o projeto educacional democrático popular de Barra do Garças (2005/08). Opinião dos professores por unidade escolar da amostragem:



Fonte: Entrevistas nas unidades escolares da amostragem; elaboração própria do autor; **gráficos 27 a 37**

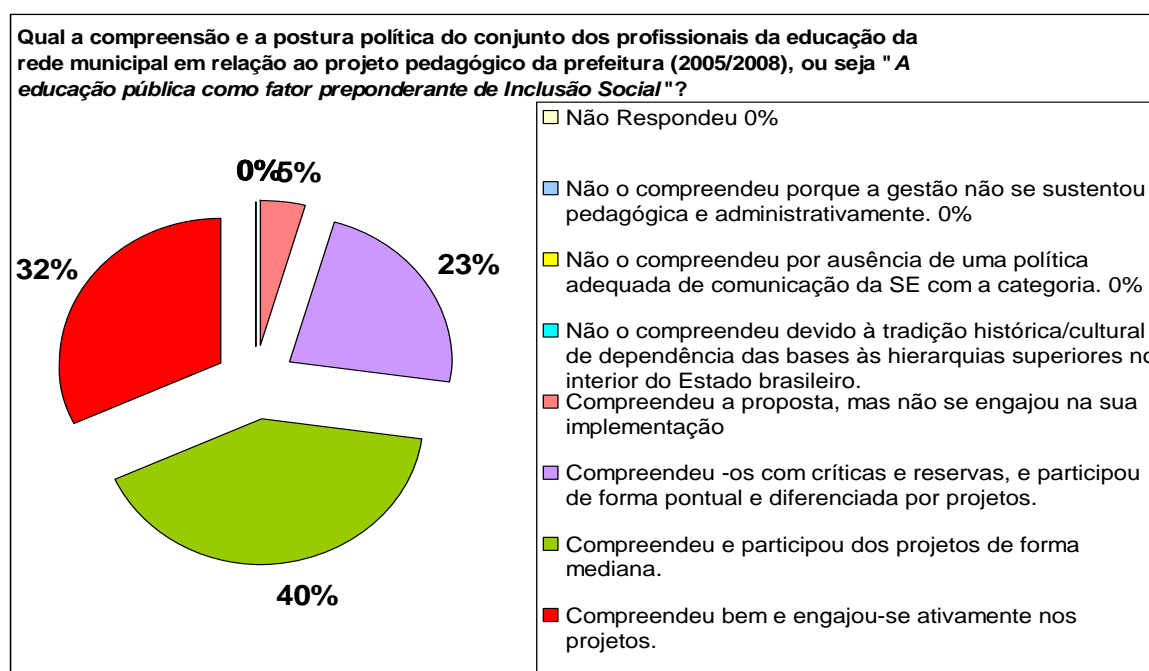
De fato, ao longo da campanha eleitoral de 2008, encontramos parcelas importantes de pais e mães, mesmo nos bairros populares, que valorizavam as mudanças que estavam sendo feitas nas escolas municipais, com ênfase nas reformas de revitalização das unidades antigas ou a reabertura de instalações fechadas (como a creche Maria Eunice). No entanto, elas eram minoritárias no conjunto dos eleitores, inclusive entre os partidários de Zózimo Chaparral, os quais alegavam outras razões para a escolha do seu candidato, com destaque na simpatia pela pessoa, na honestidade do político e na tradição de luta ao lado dos humildes quando vereador.

Nesse sentido, as escalas do gráfico anterior merecem um esclarecimento. O valor de "100% de compreensão" declarado pelos professores indígenas referia-se, como nos disseram, às comunidades de suas próprias aldeias, mas que dificilmente se aplicaria às demais populações externas a elas. Na Escola Agrícola, o índice sofreu forte desvio devido ao fato de dois entrevistados (de um total de seis) não terem assinalado a resposta, ao passo que um docente marcou pela "não compreensão"; um pela "compreensão e participação reduzida" e dois pela "compreensão mediana". Já no conselho municipal houve um entrevistado que não respondeu; um que optou pela falta de sustentabilidade administrativa da prefeitura; outro que assinalou "compreensão reduzida" e dois que optaram pelo quesito "mediano". Portanto, percebe-se que, mesmo nas escolas em que o grau de compreensão da população foi aparentemente "melhor avaliado", ele não retira a evidência de que a prioridade à educação não conseguiu a visibilidade almejada como programa de governo popular.

3º bloco temático: Reflexões sobre as perspectivas do projeto educacional democrático popular no âmbito interno das escolas pesquisadas

Ao contrário do debate anterior, as reflexões positivas sobre o governo Chaparral melhoraram de forma expressiva quando nos voltamos ao ambiente específico das escolas. Ao indagarmos nossos interlocutores sobre a compreensão do projeto pedagógico da secretaria de educação entre os docentes municipais – isto é, a “*prioridade à educação pública como instrumento preponderante de inclusão social*” -, os resultados obtidos foram os seguintes:

Gráfico 34: Compreensão dos professores municipais sobre as ações e projetos da secretaria de educação do governo democrático popular da Barra do Garças (2005/08). Opinião dos professores das escolas da amostragem:



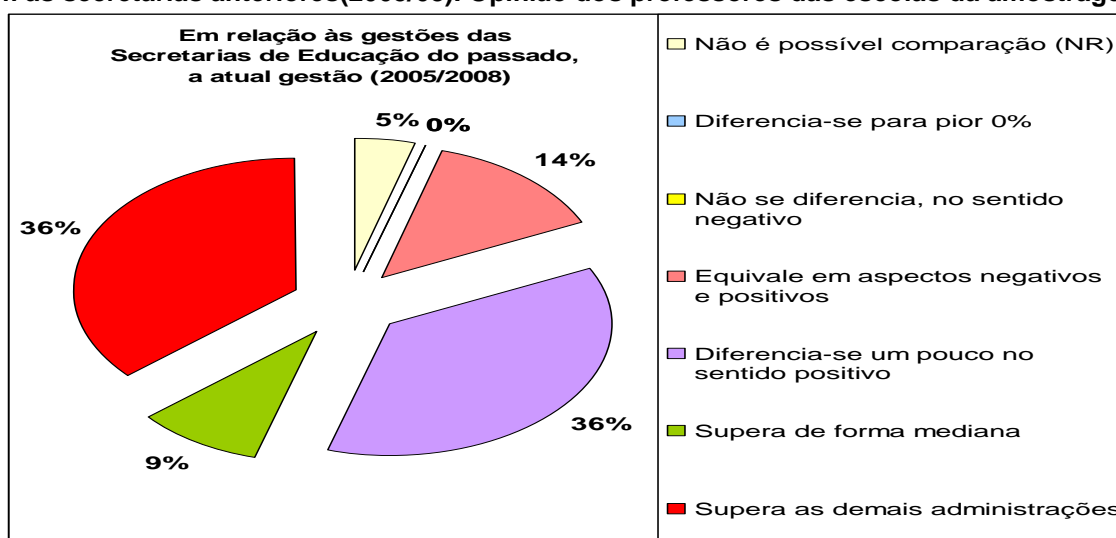
Fonte: Entrevistas nas unidades escolares da amostragem; elaboração própria do autor; **gráficos 27 a 37**

Embora o tradicional “*terço de apoio*” tenha permanecido praticamente inalterado, a positividade das escolhas se expressa de início na maior homogeneidade das opções assinaladas, indicando assim uma melhor definição das ações estratégicas da secretaria de educação. Considerando todos os diferentes níveis de compreensão, o percentual atinge 100%, contra 43% no mesmo quesito destinado à visão dos professores sobre o comportamento da população. Ao somarmos as opções de “*compreensão e participação mediana*” aos itens de “*participação ativa*”, chega-se à excelente média de 72%, contra 25% na mesma opção dos gráficos anteriores. Assim, no âmbito pesquisado, tais números nos permitem comprovar a força do ambiente corporativo na herança cultural e administrativa

brasileira, ou seja, “os projetos educacionais acabam sendo mais bem compreendidos por quem entende de educação ou por aqueles que nela trabalham”, o que nos faz ainda distantes do ideário freireano da “*pronúncia do mundo em comunhão*”.

No entanto, este real ou pretenso “compartilhamento de projeto” não se estendeu às concordâncias no campo político. Quando as reflexões em pauta concentram-se exclusivamente no aspecto administrativo e burocrático da secretaria de educação, os percentuais sofrem importantes variações. Nesse momento, devem ter influenciado nas respostas as crises do governo e a não obtenção da equiparação salarial com os docentes estaduais, bem como as usuais críticas de condução do aparelho administrativo da pasta:

Gráfico 35: Comparação da gestão da secretaria de educação do governo popular (2005/08) com as secretarias anteriores(2005/08). Opinião dos professores das escolas da amostragem:



Fonte: Entrevistas nas unidades escolares da amostragem; elaboração própria do autor; **gráficos 27 a 37**

Portanto, o “*pêndulo das avaliações*” depende agora da leitura que se faça da “*pequena diferenciação positiva*”. Se a Interpretarmos pela negatividade (“*pequena diferenciação*” + “*equivalência*” + “*impossibilidade de comparação*”), atinge-se 55% de insatisfação ou de fortes críticas à secretaria, cifra esta que, acreditamos, não representa o cenário real por nós observados nas escolas (parecia mais favorável que isto). Já na opção inversa. (“*superação mediana*” + “*superação integral*”) chegar-se-ia a 45%, o que também não parece espelhar o ambiente pesquisado (pelo mesmo motivo anterior).

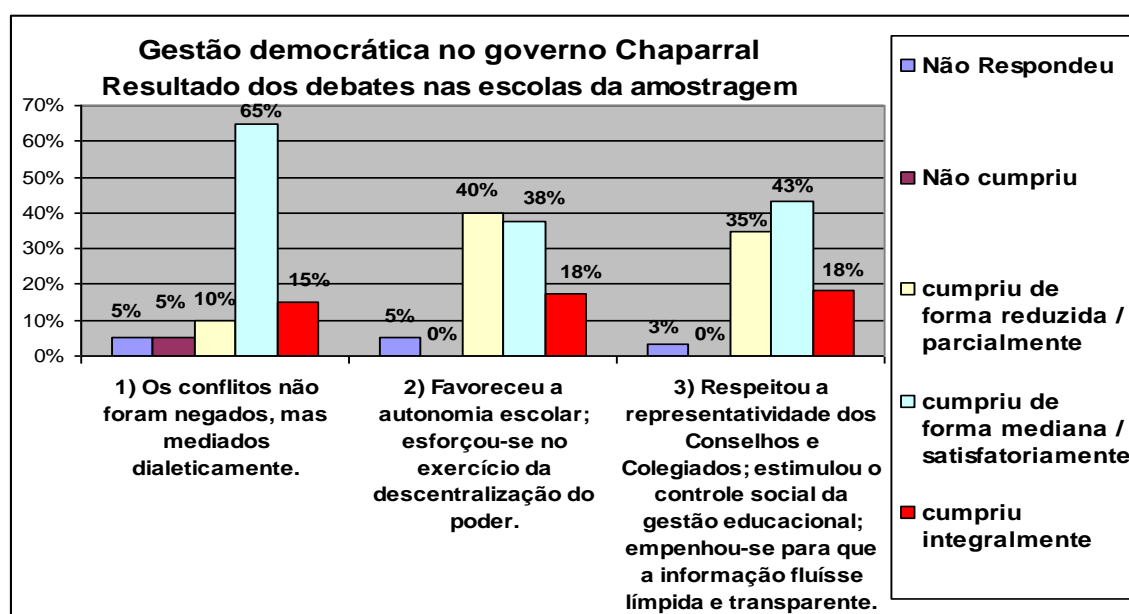
Permanecem as dúvidas quando remetemos a opção “*pequena diferenciação positiva*” (36%) à última somatória apresentada. Neste caso, alcançaríamos a excelente “*aprovação*” de 81%, número fictício em função de tudo o que já debatemos até o presente. Portanto, há uma “*zona cinzenta*” carregada de subjetividades que, confessamos, não nos foi possível decifrar na sua totalidade, até mesmo em função do silêncio de muitos entrevistados. Contudo, em meio às possíveis insatisfações, ao menos uma certeza nos foi possível obter: as decisões da secretaria, equivocadas ou não, nunca foram impostas de

cima para baixo, nem realizadas na prática sem o prévio debate com todos os segmentos da comunidade escolar, como veremos a seguir.

4º bloco temático: Reflexões sobre as perspectivas do projeto educacional democrático popular no âmbito interno das escolas pesquisadas

No que tange a implantação da gestão democrática nas escolas municipais, os índices alcançados continuaram favoráveis à prefeitura popular. Repete-se aqui, em larga medida, a predominância dos itens “*mediano/satisfatório*”, embora em dois deles a opção “*cumpriu de forma reduzida e parcial*” tenha se destacado pela elevada frequência:

Gráfico 36: Reflexão sobre a gestão democrática (2005/08). Opinião dos professores das escolas da amostragem (primeira parte):



Fonte: Entrevistas nas unidades escolares da amostragem; elaboração própria do autor; **gráficos 27 a 37**

Nota-se nestas reflexões a elevada exigência dos entrevistados sobre os tópicos comentados, visto que nestes itens o tradicional “*terço de apoio*” não se fez por manifestar. cremos que parte dessa postura ocorreu em função da nova forma como apresentamos os itens de respostas. Devido à experiência dos três blocos anteriores¹⁵⁰, desta vez acrescentamos à opção mediana a palavra “*satisfatoriamente*”, ao mesmo tempo em que adicionávamos à opção mais positiva o termo “*integralmente*”. Assim, se o primeiro acréscimo define de forma mais precisa o caráter positivo da opção mediana, o segundo eleva o grau de exigência numa prefeitura marcada pela instabilidade na primeira metade do

¹⁵⁰ Há que se recordar que nenhuma das entrevistas/debates foram feitas em uma só etapa ou dia. Devido às variações de disponibilidade de tempo de cada grupo, a duração média ficou em torno de dois a quatro dias por escola ou grupo pesquisado. Nesse sentido, víamos a necessidade, entre um intervalo e outro, de imprimirmos algumas modificações nas fichas de trabalho a partir do maior conhecimento dos sujeitos e do ambiente em estudo.

mandato. Portanto, era natural que houvesse uma elevação do primeiro em troca da queda do segundo.

Nos três blocos de questionamentos, a assunção da secretaria frente dos conflitos cotidianos alcançou, no sentido empírico, níveis de reflexão mais positivos do que os itens voltados à autonomia institucional e a informação entre os órgãos ligados à pasta. Como se vê pelos índices, há uma “aprovação” de 80%, ao primeiro, ao passo que nos outros dois chega-se, respectivamente, a 56% e 61%, portanto, uma diferença considerável de 24 a 19 pontos. Do que pudemos observar, algumas críticas quanto a esses dois itens foram muito subjetivas e até mesmo imaturas, causadas, talvez, pela passagem abrupta de um “modelo de controle autoritário” para uma “administração de convivência democrática”. Conforme alguns dos depoimentos coletados, houve quem considerasse que, a partir daquele mandato, a autonomia pedagógica e administrativa da rede municipal poderia ser total, esquecendo-se das exigências e determinações legais as quais a prefeitura estava subordinada. De qualquer modo, vê-se claramente que a gestão das escolas na perspectiva democrática foi, sem dúvida, a maior conquista do governo Chaparral ao longo daqueles ricos e conturbados anos.

Alguns testemunhos foram marcados pela satisfação com as ações da secretaria não apenas no âmbito da educação municipal, mas pelo “arejamento político” que elas provocaram na “atmosfera social” da cidade, caracterizada há tempos pela beleza natural e o profundo amor dos seus habitantes pela terra, estejam à direita ou a esquerda do cenário político:

Veja bem; eu adoro Barra do Garças! É um lugar muito bom para se viver! Acho que não tem lugar para se sentir tão bem como aqui. Mas eu me sentia incomodado naquela época [2004] pelo fato de nós sermos governados por gente de quem você só ouvia “rosnados”, deixava a população de lado. Tinham coisas que eram feitas até de forma engenhosa, sabe, mas sempre de cima para baixo, sem consulta às bases. Então eu achei que todas essas ações de democratização da gestão, no sentido prático mesmo do termo, muito boas. (**Osmar Cirino**, dirigente do SINTEP-MT, seção Barra do Garças, julho de 2008)

No entanto, embora este ângulo de observação fosse comum a outros sujeitos pesquisados, a maioria se concentrou nos benefícios práticos que a gestão democrática trouxe nas relações pessoais e institucionais cotidianas, seja no interior da escola, seja no trato funcional com a secretaria de educação. Neste momento, à exceção da escola rural não indígena, os depoimentos adquiriram certa homogeneidade, ou seja: comparada às suas antecessoras, a prática de gestão da prefeitura popular era qualitativamente superior, principalmente pelo esforço de superação do “clima de tensão” que, sob diversos modos, imperava no passado:

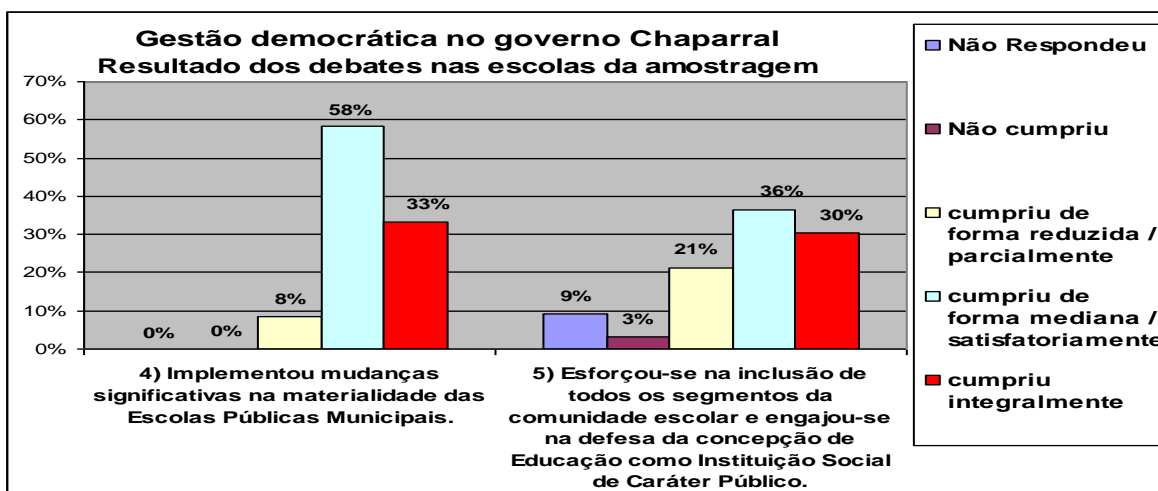
“Na administração anterior, antes de 2004, nós não tínhamos o direito de opinar, de colocar as nossas idéias, de falar o que você pensava. Você tinha que receber, engolir o que era colocado para nós, professores. No momento que eu tinha a minha opinião, eu corria o risco de ser perseguida, até de ser removida do local onde eu estava, como aconteceu com alguns colegas. Então, nós tínhamos que fazer o quê? Ficar de boca fechada, não é? Por que a participação dos professores foi importante em 2004? Porque estávamos cansados de ser reprimidos (Prof 3, Escola Agrícola, setembro/2008).

A abertura para nós aqui da escola foi bem satisfatória. Se não foi o que a gente queria, muito já se mudou. A gente, que já fez parte de outra administração, quando você chegava na Secretaria de Educação, o pessoal já falava: -“o que é que você quer aqui?”. Desse jeito, porque eu fui inventar de querer ser candidata à Diretora de uma creche.... (Professora 3, Escola Moreira Cabral, setembro/2008)

Às vezes, para resolver algum problema nosso, a gente tem que ir até a secretaria de educação. Hoje em dia eu vou com muito mais tranquilidade. Antes não era assim não, eu me lembro bem. Os dias que a gente tinha que ir lá, você já ficava: iiihhh!...(Prof.6, Pe. Sebastião Teixeira, agosto de 2008)

Além dos avanços de relacionamento e confiança, a gestão democrática também imprimiu o que consideramos um dos seus maiores “trunfos”: o implemento de práticas e ações fundamentais na perspectiva da “qualidade socialmente referenciada”. Nesse sentido, grandes foram as evidências que indicam que a secretaria de educação conseguiu, mediante esforço hercúleo e cercada por toda a pressão oligárquica, superar a mera “licenciosidade vulgar” e lançar, ao menos à época, as sementes de uma possível “substantividade democrática” (FREIRE: 1992;114). A melhor prova disto encontra-se nos elementos diferenciadores do próximo gráfico:

Gráfico 37: Reflexão sobre a gestão democrática (2005/08). Opinião dos professores das escolas da amostragem (segunda parte)::



Fonte: Entrevistas nas unidades escolares da amostragem; elaboração própria do autor; gráficos 27 a 37

Como se pode perceber, foi exatamente nos quesitos voltados à melhoria da materialidade física, da inclusão dos diversos segmentos da comunidade e da “defesa da escola como instituição de caráter público” (BORDGNON e GRACINDO, 2001: 152-171; MELO, 2001: 253), que a gestão da secretaria obteve os mais altos índices de “cumprimento integralmente”. Quando somados à opção “mediana/satisfatória”, atinge-se as marcas de 91% e 66% nos respectivos temas, as quais consideramos elevadas frente a todo o histórico analisado por esta tese.

Encerramos aqui o debate que estabelecemos nas escolas. A extensão do seu conteúdo deu-se em razão da nossa ansiedade em investigar, de forma empírica e qualitativa, a voz dos sujeitos do principal espaço público no qual a prefeitura popular concentrava seus esforços. Nesse ínterim, pudemos perceber, mesmo no pequeno universo de 29 entrevistados, que os problemas apontados sobre a “administração da cidade” e a “gestão das escolas” foram complexos, contraditórios e multifacetados.

Como se observou na exposição dos depoentes, um mesmo questionamento se desdobrava em múltiplas análises e opiniões, algumas tão díspares que nos davam a sensação de que nos encontrávamos não em diferentes unidades de ensino, mas em universos paralelos. Enquanto alguns dos entrevistados demonstravam todo o seu grau de conservadorismo ou conformismo, os professores indígenas, que mal conheciam o prefeito Chaparral antes do seu mandato, vivenciavam uma grande efervescência de pensamentos e propostas progressistas. Apesar das inúmeras dificuldades e obstáculos que estavam enfrentando na afirmação da recém inaugurada “Escola do Tatu” (curricular, pedagógica e cultural), os docentes xavantes foram os mais contundentes na defesa da educação pública como instrumento de transformação e inclusão social:

As necessidades de nós índios e não-índios são iguais. O pensamento, o comportamento é que são diferentes. Então, eu repito: a Educação não acaba a Cultura; a educação está aperfeiçoando o meu pensamento, a minha fala, o meu comportamento; não vai acabar minha cultura. Eu nasci índio Xavante. Então, eu uso a identidade do meu povo, eu ando com a cultura do meu povo. Por quê? Porque eu nasci assim. O que está me aperfeiçoando? A escola! A escola não vai “me acabar”, acabar minha cultura. A escola, na verdade, está me aperfeiçoando. Então é assim que eu penso: que o Tatu [escola] vai trabalhar em cima da preservação. Por isso, a comunidade fez questão que ela seja construída conforme a intenção da comunidade. As leis federais falam: a decisão começa na aldeia; a decisão começa na comunidade (Professor **Eliseu Waduiipi Tsipre**, “Escola do Tatu”; novembro de 2008).

Hoje o “Tatu” [a “Escola do Tatu”] está aqui, no centro da aldeia, não é? Uma “escola diferenciada”. É essa a frase que nós estudamos para poder entender melhor. O que significa a “escola diferenciada”? É claro que hoje todo mundo usa esta palavra. E é isso que nós queremos mostrar na prática: as nossas idéias para outras pessoas, e abrir as novas idéias para as comunidades de outras aldeias. Qual a escola que nós vamos querer para a nossa comunidade? Aí nós pensamos, pensamos, e discutimos para fazer no formato de tatu. Mas pra quê? É pra simbolizar toda a realidade do

povo Xavante. Pra nós e para toda a comunidade, juntamente com o nosso cacique, os professores indígenas são iguais a um tatu: o tatu sabe fazer um buracão, não é? Ele entra no fundo... e isto são nossas idéias. Então, os professores também tem que procurar e aprofundar bastante as coisas que já foram perdidas, e que já foram diminuindo bastante, pra revitalizar e continuar, preservar, toda nossa realidade do povo Xavante. Isso é a nossa imaginação... (Professor **Máximo Uratfe Tsi Onwe**, Diretor da “Escola do Tatu”, novembro de 2008)

Tão acentuado quanto a diversidade entre as unidades indígenas e não indígenas foram os debates no interior destas últimas escolas. Se para alguns mestres os avanços educacionais daquele período foram substanciais e objetos de preocupação caso fossem interrompidos, outros poucos perceberam as mudanças em curso, quer pela formação política na qual foram criados, quer pelo distanciamento geográfico ou a insuficiência de alcance das ações da prefeitura:

Aqui nós estamos preocupados e apreensivos. Se acabar essa gestão, aonde vão parar os projetos? Alguns deles alcançaram os objetivos. [...] As crianças passam o dia inteiro dentro da escola, O dia que ele não tem dança, ele tem musicalidade, tem futebol, handebol. Então, eles estão na escola o tempo todo. Para nós, no início, parecia “uma bagunça”, mas agora nós estamos conseguindo nos organizar (**Prof. 3**, Escola Moreira Cabral, agosto de 2008)

Nós, como estamos muito distantes, a gente é muito passivo. Falo do pessoal daqui da escola. Então é fácil a gente aceitar as coisas, porque tudo é difícil para nós. Mudou alguma coisa? Mudou, no sentido de tomar algumas decisões, de algumas reformas na escola. Mas, como a gente está muito distante, nós não vemos essas mudanças todas que dizem estar acontecendo nas escolas lá do centro, ou, como se fala aqui, “lá na Barra”. Então, tudo que vem de lá a gente aceita e fica satisfeito, porque são coisas novas, e não se questiona muito se é bom ou não. Muita coisa boa veio tanto desse como do outro prefeito. Todos foram muito bons para nós. (**Entrevistado 4**, Escola rural Miguel Sutil, setembro de 2008)

Todas essas contradições têm raízes profundas na herança municipalista brasileira, por vezes um tanto esquecida pela esquerda educacional progressista. Pelo fato de o ambiente da educação ter sido permeado, notadamente nas últimas duas décadas, por convicções ideológicas de conteúdo crítico e social – de forma autêntica ou “pasteurizada” – tem-se a impressão, ou talvez a ilusão, de que o imenso “*proletariado docente*” espalhado pelo país carrega em si mesmo perspectivas transformadoras e revolucionárias, quando na realidade ele está sujeito, como outras categorias profissionais, ao *modus operandi* das práticas políticas do vasto interior brasileiro:

A maioria dos professores aqui nos nossos cursos não faz a leitura de projetos políticos. Não vê nas eleições uma disputa de projetos, mas sim uma disputa entre pessoas. Elas vêem o “candidato parente”, o “candidato colega”, mas não vêem o principal: o Candidato Projeto (**Marinalva Duarte**, diretora do SINTEP-MT, seção Barra do Garças, agosto de 2008)

De qualquer modo, as reflexões destes e dos demais entrevistados da tese demonstraram que a “*intercomunicação*” entre as massas populares e o governo Chaparral – condição fundamental para o êxito de uma administração de linha democrática popular, no sentido tão bem delineado por FREIRE (1977, 65-93)¹⁵¹ - não se concretizou a contento, quer pela tradição histórica do município, quer pelos erros de comunicação da prefeitura (estes últimos, aliás, admitidos mais de uma vez pelo prefeito Chaparral, Kiko e Fátima Resende em conversas conosco). Sob este prisma, é possível constatar que o projeto educacional da esquerda barra-garcense assumiu, de fato, um caráter transformador, mas desenvolveu-se de modo incompleto e em meio a um ambiente sócio-político que não o favorecia a superar os limites estabelecidos

6.3 – “*Realizadores*” X “*Educadores*”: quando o asfalto supera a escola. Tópicos da campanha de 2008:

Rapaz! Esse trem de política é complicado! Eu, por mim, achava que o Chaparral ganhava a eleição! Ele fez um trabalho muito bom, e ultimamente vinha melhorando. Ele tem um acesso muito grande com a população, é uma pessoa muito transparente, muito seria. Agora, a política é uma dúvida...a gente uma hora imagina que vai dar assim... mas não acontece o que a gente está esperando...(Jairo Marques. Secretário de Obras de Chaparral, ex-secretário de agricultura de Wanderlei Farias. Entrevista em dezembro de 2008)



Os candidatos concorrentes às eleições de 2008. Da esquerda para a direita: Zózimo Chaparral (PCdoB); Maria do Mercado (PMDB); Wanderlei Farias (PR)

151 [...] “A intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial deste mundo cultural e histórico” [...] “Sem a relação comunicativa entre os sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível, desapareceria o ato cognoscitivo. A relação gnosiológica, por isso mesmo, não encontra seu termo no objeto conhecido. Pela intersubjetividade, se estabelece a comunicação entre os sujeitos a propósito do objeto. Esta é a razão pela qual, estudando as três relações constitutivas do conhecimento, a gnosiológica, a lógica e a histórica, Eduardo Nicol acrescenta uma quarta, fundamental, indispensável ao ato do conhecimento, que é a relação dialógica” (FREIRE, 1977: 66)

6.3.1: “Educar-se” ou “voltar a crescer”?

Por motivos da extensão do trabalho, bem como de já a termos citado em diversas passagens anteriores, descreveremos de forma breve algumas momentos e discursos importantes da campanha eleitoral de 2008, quando o governo democrático popular foi derrotado na sua tentativa de reeleição.

Em primeiro lugar, há que se recordar a intensidade política e emocional daquele pleito, novamente inédito na história de Barra do Garças. “Acostumada”, historicamente, à “troca da guarda” entre as oligarquias familiares tradicionais, a cidade passou a conviver com mais um embate direto entre duas concepções distintas de proposta política e administração municipal. Só que, desta vez, o contexto das forças em confronto era completamente diferenciado do cenário de 2004. Naquele ano, a população se encontrava diante da disputa entre o “experiente oligarca”, Wilmar Peres de Farias, e o jovem candidato comunista que simbolizava uma esquerda nascente e sonhadora, Zózimo Chaparral. Agora, o embate se dava entre um “oligarca na oposição” (Wanderlei Farias), tido como grande realizador de obras quando prefeito, e um governante de esquerda cheio de problemas em seu mandato, mas que não perdera a áurea de “jovialidade” (no sentido político do termo) e recuperava a cada dia o seu prestígio de “governante do social”.

Segundo a imprensa barra-garcense e os militantes de esquerda que dela participaram, as eleições municipais de 2008 foram as mais eufóricas e disputadas da história contemporânea da cidade. O cenário dos embates tornou-se acirrado em muitos momentos, e os comícios realizados foram marcados por momentos de emoção e “catarse política”, como bem nos disse Kiko após a sua fala no último evento da campanha, quando pronunciou o emocionado discurso de despedida que o levaria, dali a alguns meses, a um assento na Câmara Legislativa.

Do ponto de vista da esquerda, a campanha nas ruas e na televisão injetou ânimo e disposição no coração de uma militância que, até então, esperava a “crônica de uma derrota anunciada”. Se algum pesquisador ainda tem dúvida da validade e dos efeitos do horário eleitoral gratuito nos meios de comunicação, seguramente as perderia naquelas eleições de 2008 em Barra do Garças. No caso da candidatura de Chaparral, ele acabou se configurando como um “mediador democrática de comunicação”, uma vez que lhe permitiu “furar o bloqueio” imposto pela mídia local ao seu governo e, dessa forma, divulgar à população algumas de suas realizações administrativas que “não apareciam”, como bem o ressaltou o prefeito comunista em comício no dia da estréia do horário eleitoral:

O dia de hoje é um divisor de águas. Porque hoje a gente pôde perceber, durante o horário eleitoral gratuito, a alegria do nosso programa, a alegria da nossa campanha somada às obras do governo Chaparral. [...] Hoje, no período da tarde, eu recebi, sem mentira nenhuma, dezenas de ligações de

peessoas que há tempos eu não via e não falava. E as pessoas, na emoção do nosso programa eleitoral, ligavam e diziam: “*Chaparral, meu voto é para você!*” [...] Porque agora, Mauro Maia [candidato a vereador], no período eleitoral, nós vamos ter oportunidade de mostrar para 100% da população de Barra do Garças aquilo que nós fizemos durante 3 anos e 7 meses, e que a grande imprensa da cidade infelizmente não divulgou. Nos vamos mostrar os programas e os projetos que nós desenvolvemos e atendemos a população de Barra do Garças, mas que parte da mídia escondeu e deturpou para a povo. Eles conseguiram esconder a verdade por um tempo, mas a verdade sempre tem o seu momento. E o momento vai ser agora. [...]. Muitas mentiras que eles criaram através do rádio e da televisão vão cair por terra, porque nós não vamos inventar nada. Nós só vamos mostrar o trabalho que nós realizamos (**Prefeito Zózimo Chaparral**. Comício no Bairro Nova Barra Sul, agosto de 2008).

No que compete à disputa na televisão, as imagens trabalhadas pelos principais oponentes ocorreram como o esperado. Chaparral explorou sua imagem de político honesto, trabalhador, popular, voltado aos excluídos, aos humildes, aos pobres, aos trabalhadores e aos estudantes, Enfim, alguém do povo e para o povo. O caráter de honestidade era um dos aspectos mais enfatizados: nenhum processo judicial por corrupção, desvio, malversação de recursos públicos ou descumprimento de normas constitucionais. Estas qualidades eram reforçadas ainda por um toque pessoal: a imagem da declaração de bens à Justiça Eleitoral e a foto de sua casa, a mesma há muitos anos desde os tempos da vereança na década de 1990. Como se vê, a idéia era de se contrapor frontalmente à imagem do seu principal oponente, este com um currículo “recheado” de processos nas mais diversas instâncias e com parte dos seus bens bloqueados pela justiça.

Chaparral também não escondeu, até porque não tinha como, as dificuldades e problemas que foram enfrentados pela sua administração. Porém, empenhou-se em atribuí-los ao bloqueio hostil da maioria da Câmara dos Vereadores e de grande parte dos meios de comunicação locais. Assim, o mote da campanha procurava esquecer o passado e clamava à população a olhar para o futuro: “*agora, a casa está arrumada*”; “*agora, é preciso dar continuidade aos projetos sociais*”; “*agora, é preciso concluir os projetos aos quais nos propomos a realizar na campanha de 2004*”. Portanto, via-se claramente que Chaparral admitia a precariedade do primeiro mandato, esforçando-se em explicar da melhor maneira possível as formas de superá-la.

Por outro lado, o programa também explorava seu contraditório, isto é, a imagem empresarial (e de grande e moderno empresário) do candidato a vice na chapa do prefeito comunista, Roberto Farias, filho do falecido Wilmar Peres de Farias, tão combatido por Zózimo Chaparral nos seus tempos de vereança dos anos de 1990. Agora, o antigo e principal opositor tomava a imagem não mais do “*grande oligarca das elites locais*”, mas do “*saudoso Wilmar Peres de Farias*”, como era anunciado com entusiasmo nos palanques da campanha. Nessa perspectiva, trabalhou-se também a imagem de que somente Zózimo

Chaparral e o seu vice seriam capazes de “*dar continuidade ao legado do grande líder*”. Enfim, tratava-se de um programa híbrido, nos moldes do que definimos como “projeto democrático popular negociado em condições de fragilidade”. Contudo, ainda assim lhe era possível distinguir claramente o perfil mais “à esquerda” em relação ao seu oponente. A prioridade do discurso “educacionista” e social estendeu-se por todos os programas, tornando-se assim a marca registrada da campanha.

Da parte de Wanderlei Farias (agora no PR), também não houve surpresas. Tratava-se, no mais das vezes, de um candidato claramente conservador, ao qual se agregava uma dose mediana de populismo arcaico, mas que ainda funciona muito bem no cenário político e eleitoral brasileiro, principalmente nas eleições municipais das cidades de porte médio e pequeno. Como era de se esperar, ele começou sua campanha com um ataque incisivo no ponto mais fraco do oponente: a ausência de obras públicas “físicas” e “visíveis”. Ocultando a oposição da Câmara e dos meios de comunicação ao governo Chaparral, ele expunha a “*paralisia da administração*” do seu adversário, a qual se constituiu no mote principal de toda a sua campanha, repetido em cada programa, panfleto, comício e, principalmente, nas “notícias” das rádios e jornais sob o seu comando. Diferenciando-se do seu adversário como um candidato que “*mais faz do que fala*” (numa clara referência crítica ao discurso social de Chaparral), Wanderlei Farias reforçava a imagem de que, com ele, “*Barra vai poder voltar a crescer e sair da estagnação em que se encontra nos últimos quatro anos*”. Com efeito, o principal foco dos seus programas consistia na valorização das obras da sua gestão (maiores e mais numerosas), concentrando-se, principalmente, na extensão da pavimentação asfáltica nos seus dois mandatos anteriores (1997/2000; 2001/2004)

A ênfase no crescimento era a principal força de sua candidatura, principalmente em um estado de tradição cultural “bandeirantista”¹⁵² e obcecado pelo crescimento a ritmos alucinantes de sudeste asiático. Tal imaginário é tão forte em Mato Grosso que, na campanha de 2004, a própria esquerda barra-garcense também se utilizara desse discurso sem medir as conseqüências e as contradições nele contidas. Entre elas, a defesa do crescimento demográfico em índices altamente exagerados, alcançados somente em momentos especiais na história de uma cidade e, por muitas vezes, com conseqüências mais negativas do que positivas para a qualidade de vida de seus habitantes:

¹⁵² Sobre a força da “cultura do bandeirantismo”, ver o excelente estudo de CORTESÃO (2001), que atribui a conquista de Mato Grosso como a principal responsável pela transformação da cultura científica lusitana da “*arte náutica, ou seja, de descobrimento*”, para as “*ciências e as técnicas da fixação no terreno, da colonização e soberania em profundidade*” (idem, 317). Outras abordagens sobre o tema também se encontram nos ensaios de SANTOS (2008:156-242), os quais descrevem, com precisão, o espaço estratégico que Mato Grosso representava no continente já no início do século XVIII, apontado como a ligação vital entre o litoral e os sertões amazônicos, tal como se descreve no “Secretíssimo Plano do Marques de Pombal” para a conquista definitiva dos sertões.

] “BAIXO CRESCIMENTO”; Dentre as 10 maiores cidades do Mato Grosso, Barra do Garças tem uma das menores taxas de crescimento populacional e econômico. A taxa anual de crescimento populacional é de apenas 2,55%, enquanto outros municípios crescem a taxas de 8 a 20%. Os resultados de nossas atividades agropecuárias mostram que nossa produção está muito aquém do nosso potencial. MUDAR PARA CRESCER: Os indicadores econômicos marcam a vocação e o potencial do município em setores produtivos tal como a pecuária e a indústria. Há destaque também para os setores de serviços, turismo e comércio. Ainda assim, a história recente de Barra do Garças demonstra que houve uma estagnação econômica e falta de perspectiva para o seu desenvolvimento. A taxa de desemprego chega superar a média nacional. Outros municípios mato-grossenses ultrapassaram Barra do Garças em ritmo de crescimento e opções de desenvolvimento. (**“Plano de Governo Chaparral (PCdoB) – Barra de Todos, Barra Melhor, Um compromisso com você”**, página 2. **Eleições de outubro de 2004**)

Na campanha de 2008, a força deste imaginário se inverteu. Agitando as bandeiras do mesmo discurso, velhos oligarcas devolviam ao jovem comunista as mesmas críticas que lhes foram impostas no passado, contra as quais o discurso “sócio-educacionista” não conseguiu contrapor-se a contento.

Tal discussão se fez tão presente que nos obrigou perguntar ao secretário das finanças, José Roberto Mazon, se havia de fato ou não alguma veracidade nestas “acusações”. Ele nos respondeu que, apesar da crise da pecuária nos anos de 2005 e 2006 na região, a cidade se recuperou nos anos de 2007 e voltou a crescer bastante em 2008, tanto que estava faltando cimento no comércio em razão do acelerado crescimento da construção civil local (situação esta que pudemos, de fato, presenciar). Além disso, Mazon refutava a idéia de que um prefeito pudesse “*trazer empresas para uma cidade*”, dada a série de fatores que transcendem a vontade pessoal e política de um mandatário municipal. Entretanto, no desenrolar da entrevista, ele admitia que determinadas ações do estado na esfera municipal podem de fato modificar ou provocar repercussões no campo econômico e social. Assim, como um dos quadros mais importantes do governo democrático popular, Mazon atribuiu que, ao contrário da imagem plantada pelos seus críticos, a prefeitura de Chaparral foi muito mais dinâmica neste quesito do que a gestão dos seus antecessores:

[...] O Brasil vem crescendo, e Barra do Garças cresce também. Esse discurso da oposição é um discurso vazio. Na verdade, o que a oposição faz? Como aqui, na região do Araguaia inteira, só existe uma agência da Caixa Econômica Federal (e isto é muito ruim), que é o banco encarregado de fazer esses acertos da área social do governo – pagamento de PIS, seguro-desemprego, de fundo de garantia – o que acontece? Todos os trabalhadores das demais cidades do Araguaia ver receber aqui em Barra. Então, esses números de desemprego que o pessoal fala é de todo o Araguaia mato-grossense. Na verdade, esta é uma cidade em franco desenvolvimento e com grandes empresas, frigoríficos, curtume. A construção civil cresceu até 15% no ano passado. [...] Agora, os prefeitos, em geral, tem pouco poder nesse quesito de “*trazer empresas*”. Quando uma grande empresa vai para um local, ela só se instala por causa da

logística da própria empresa – nós estamos falando aqui de grandes empresas. Uma grande empresa pode achar o prefeito “o cara mais lindo” ou o mais “boa praça”: isso não determina a sua instalação. Na verdade o capitalismo e o lucro não olham para isto. Ele procura a melhor logística e estrutura. Nós atraímos uma empresa de biodiesel italiana que vai inaugurar aqui. Existe também uma usina de álcool de um grupo paulista que deve estar vindo para cá ainda no próximo ano, já temos tratados e conversas adiantadas com estes empresários. Tem também uma empresa italiana que vai instalar aqui uma indústria do óleo do algodão, usando um subproduto, o caroço do algodão, na fabricação de ração animal na pecuária. O prefeito Chaparral tem divulgado Barra do Garças no contexto nacional - inclusive internacional, na Itália, para todos esses projetos dos quais falamos - mas isto não basta. A Câmara ítalo-brasileira do estado de Mato Grosso funciona e tem a sede aqui em Barra do Garças. E foi com o governo Chaparral que foi possível a instalação dessa Câmara aqui. O governo anterior era muito burocrático, mais voltado para dentro da cidade. (**José Roberto Mazon**: Secretário de Finanças e Planejamento, outubro de 2008).

Os números do IBGE parecem confirmar as palavras do secretário. Após a ligeira queda do PIB da cidade no início do mandato popular (de R\$ 520.049.000 em 2004 para R\$ 519.827.000 em 2005, sendo que em 2002 ele era de R\$ 334.240.000¹⁵³), as exportações do município saíram de US\$ 76.704.839 em 2007 para US\$ 121.250.324 em 2008, ou seja um crescimento de 60,68%. Já em 2007 o PIB atingiu a marca dos R\$ 606.462.000, portanto, 16,65% maior do que o valor de 2004. São números admiráveis em qualquer país do mundo e nas melhores épocas de crescimento econômico, mas que a população e a classe política de Barra do Garças, por desinformação ou hábito cultural, insiste em não reconhecer, fruto, talvez, de uma formação histórica alicerçada em antigas bases de isolamento geográfico e econômico.

Em função disto, nada se alterou na campanha no ano de 2008. Wanderlei Farias continuou “acusando” Chaparral de ser o responsável pela “ausência de crescimento da cidade”, enquanto o candidato comunista pouco se utilizou dos argumentos econômicos a seu favor, preferindo seguir a linha de “governante do social” e, ao lado dessa marca, concentrar seus ataques no “suposto” ou real enriquecimento ilícito do oponente, o que acabou lhe custando a suspensão de vários dos seus programas eleitorais nas semanas finais da campanha, dada a postura claramente conservadora da justiça eleitoral local.

6.3.2: A Prioridade à Educação sobe os palanques: breve síntese da campanha de Chaparral na eleição municipal de 2008:

¹⁵³ Com esses números, há que reconhecer que o discurso de Wanderlei Farias, ao menos em relação ao seu empreendedorismo, assentava-se sobre bases reais: o PIB per capita de Barra do Garças passou de R\$ 6.196 em 2002 para R\$ 9.388 em 2004, ou seja, um crescimento de 51,52%. Porém, o aumento do PIB per capita no governo Chaparral também foi significativo: já em 2007 ele alcançou o valor de R\$11.390, portanto, um crescimento de 21% sobre 2004(Fonte: IBGE, SECEX, 2008)

Voltando à candidatura de Chaparral, foram nos comícios de rua em que se concentrou o cerne da sua mensagem educacional. De forma geral, seu discurso era sempre o mais esperado, bem como ouvido com atenção e respeito pelos populares ali presentes. Embora não se possa medir a popularidade de um candidato pelos aplausos que recebe em seu próprio comício, percebia-se que Chaparral podia até não ganhar as eleições, mas mantinha ainda um eleitorado fiel, sintonizado com a sua história pessoal de luta contra a arrogância dos oligarcas tradicionais da cidade. Ou seja: era visível a constatação de que “Chaparral ainda tinha o seu público”, o que lhe permitiu consolidar-se como a segunda força política naquelas eleições, inclusive com possibilidades de vitória. Afinal, embalada pela imagem e o apoio político do governo federal de Lula em 2008, a coligação de Chaparral construiu uma aliança de partidos relativamente ampla – “*Barra de todos: Sou + Barra*”- composta por “três blocos políticos” oficiais: o bloco “Sou mais Barra 1” (PCdoB, PT e PDT); o bloco 2 (PPS, PTB, PMN); e o bloco 3 ((PP, PSDB, PHS). Isto, por sua vez, impossibilitou naquela eleição qualquer outra candidatura de se apresentar como a “3ª via”, isto é, “*nem Wanderlei, nem Chaparral*”, como sugeria a candidata do PMDB¹⁵⁴ (ex-PP), a vereadora “Maria do Mercado”. Assim, o problema da candidatura Chaparral não era com o “seu público”, mas com a “ampliação deste”, ou seja, quando se tira votos tradicionais do adversário ou se conquista novos eleitores além do seu histórico campo de influência e atuação, como bem o aprendeu Lula após as três derrotas que antecederam a sua vitoriosa campanha em 2002. Contudo, em Barra do Garças esse processo não aconteceu, e os velhos “coronéis” começaram a pavimentar a estrada para o seu retorno triunfante à prefeitura, da qual se julgavam os únicos e verdadeiros “donos”

Como é de praxe nas disputas acirradas entre esquerda e direita, a campanha ocorreu calorosa. Do lado da esquerda, é de se imaginar o clima de emoção que contagiou os comícios, as carreatas, o corpo a corpo, ao passo que seu oponente preferiu a campanha clássica dos bastidores, exceto por uma grande carreata que realizou, com direito ao combustível grátis na rede de posto à qual é um dos proprietários.

No caso de Chaparral, as primeiras preparações para os comícios nos bairros começavam às 17 horas. Porém, não se tratava ainda dos discursos dos respectivos candidatos da coligação. Durante toda a campanha, adotou-se como estratégia política preceder o comício com uma caminhada de uma a duas horas do prefeito pelas ruas do bairro, na qual ele visitava o maior número possível de casas “para pedir o voto”. Acompanhamos, ao lado do prefeito Chaparral, muitas dessas visitas, o que nos permitiu dialogar com vários eleitores e não eleitores do candidato à reeleição. Muitas, obviamente,

¹⁵⁴ A candidata encabeçava a coligação “A Barra de Verdade”, com o PMDB, PV, PRB e PSC. A coligação de Wanderlei Farias, “Barra do Garças nas Mãos Certas” contava com o PR, DEM e PSB.

eram as reações e os comportamentos dos visitados, mas não registramos nenhum problema grave ao longo destas atividades. Mesmo os não-eleitores explícitos de Chaparral, ao menos os das camadas populares, não fechavam as portas para o prefeito. Dialogavam, debatiam, discordavam, mas não o desmereciam pessoalmente, independente de gostarem ou não do seu governo. É lógica que também havia os que “fechavam a cara”, mas, em geral, estes se reservavam ao silêncio.

Dentre todos os discursos dos comícios que participamos, acreditamos que o mais significativo para fins dos nossos estudos foi o realizado no bairro popular “Nova Barra Sul”, no primeiro mês da campanha de 2008. Nele estão as premissas centrais que nortearam o mandato de Chaparral e a razão de ser desta tese de doutoramento, ou seja: a educação pública como prioridade de governo e, em consequência, como programa progressista de disputa eleitoral contra as propostas e métodos conservadores. Em razão da importância do fato, o apresentamos de forma diferenciada da maioria das citações, tal como o fizemos em algumas passagens anteriores do trabalho:

“Durante a nossa caminhada política de hoje aqui no bairro de Nova Barra Sul, ao pedir o voto e convidá-los para essa reunião, para este comício, eu encontrei dezenas de crianças. Dezenas de crianças que participam do “*Programa Segundo Tempo*”; crianças que estão incluídas em algum projeto social da prefeitura, crianças que fazem atividades esportivas e, no término dela, se alimentam para retornarem para casa. O programa segundo tempo que nós temos implantado em Barra do Garças funciona desde 2006, atualmente atendendo 2.800 crianças. Nós temos um projeto de esporte e lazer que atende mais de 400 crianças. E nós temos aqui oficinas de artesanatos, de projetos culturais e também a Dona Iolanda, que é vizinha de vocês, que participa de uma das várias oficinas que nós temos de programa de cultura, que é o resgate de cultura do povo de Barra do Garças, através da folia de redes, da cultura através da dança. Então o governo Chaparral se faz presente. Se você for ali a 500 metros, você vai ver a creche Maria Eunice, e eu gosto de citar esse exemplo. Quando nós assumimos a prefeitura de Barra do Garças, no dia 1º de janeiro de 2005, aquela creche estava fechada. Nós tínhamos duas opções: ou a mantínhamos fechada mesmo - até porque panela, fogão e talheres havia sumido -, ou nós encarávamos o desafio, recuperávamos a creche e a colocávamos para funcionar. E eu optei pela segunda opção. E foi um grande desafio! Para vocês terem uma idéia, com a nossa creche Maria Eunice nós temos um custo mensal de 40 mil reais para mantê-la funcionando. Folha de pagamento, alimentação das crianças, material de consumo, água, energia. Eu não acho que isso é gasto, vejo como investimento. Mas se nós pegarmos R\$ 40 mil reais e fizermos a matemática, ao final de um ano nós temos de investimento naquela creche, só na sua manutenção, de 480 mil reais. Ao final de um mandato, que são quatro anos, R\$ 1.920.000 reais. Só para aquela creche ali, que vocês conhecem muito bem, que muitas mães aqui têm um filho ali sendo cuidado por nós, nós “gastamos”, ou investimos, como eu gosto de dizer, quase R\$ 2 milhões de reais durante o nosso governo. Se eu tivesse mantido ela fechada, e esses R\$ 40 mil reais que nós utilizamos para sua manutenção tivessem sido direcionados para o asfalto “casca-de-ovo”, eu teria feito todo asfalto do bairro de Nova Barra, teria feito todo asfalto do São José, teria feito o asfalto aqui ligando ao Zeca Ribeiro. Um asfalto “casca-de-ovo”, é certo, mas teria sido feito. E teria sido visto por todos os moradores de

Barra do Garças. Mas só sabe a importância de uma creche aqueles que dela precisam, aquelas mães que precisam trabalhar e não tem com quem deixar o filho. E se tivesse que começar tudo novamente, se hoje fosse o primeiro dia do meu governo, novamente eu optaria por funcionar a creche Maria Eunice. Porque eu entendo que uma creche não é gasto: é política de inclusão social. **(Prefeito Zózimo Chaparral**. Comício no Bairro Nova Barra Sul, agosto de 2008).

E assim correu o restante da campanha. Em cada discurso, a predominância se revelou nas “*obras sociais*”, no “*cuidar das pessoas mais do que das coisas*”. Decerto que algumas “obras físicas” também eram mostradas, como drenagem de vias e a construção de casas populares em parceria com o governo federal e estadual, bem como a obra de contenção de uma erosão que “*já completara a maioridade*” (18 anos), no bairro de Vila Maria, uma das mais lembradas na campanha pelo risco que representava para aquela comunidade. Mas, como já o dissemos tantas vezes nesse estudo, a educação continuou sendo o pilar central da tentativa de reeleição.

Porém, foi da parte de um dos aliados mais importantes da coligação do prefeito comunista - o deputado federal Eduardo Moura (PPS-MT), próspero empresário do agronegócio no Vale do Araguaia¹⁵⁵- que nos veio a melhor definição das forças em disputa daquele rico período histórico vivenciado pela população barra-garcense. Discursando no último comício da campanha, ele afirmava com precisão o perfil das forças políticas em disputa daquele acirrado embate nas urnas em outubro de 2008:

Não é possível que quem ande em Barra do Garças não queira a continuidade da administração do prefeito de Chaparral. Nessa eleição há dois tipos de votos. De um lado, o voto de quem ama Barra do Garças, o voto de quem ama a democracia, o voto de quem não tem medo. Do outro, o voto de quem tem medo. Eu às vezes até me encabulo, me envergonho, de ver amigos meus empresários que estão apoiando o ex-prefeito porque tem medo. Medo de que, se ele não ganhar, do que ele possa fazer com quem não o apóie. Eu acho que isso não é atitude de quem ama Barra do Garças. [...] Eu estou vendo aqui o nosso secretário Jairo Marques [ex secretário de agricultura do prefeito Wanderlei Farias], e eu acho que ele sabe do que eu estou falando. Ele viveu isso, e creio que nós não queremos voltar para trás. Nós queremos andar para frente, continuar todo esse trabalho de inclusão social, todo esse trabalho pela educação, todo esse trabalho pela saúde. E eu tenho certeza que Barra vai refletir sobre isso. Barra não vai querer voltar à escuridão, não vai querer voltar a época dos coronéis, não vai querer voltar a época de uma prefeitura fechada, não vai querer voltar a época das ameaças e do medo. Barra vai querer continuar aberta na democracia, na discussão, na administração participativa, na gestão que se preocupa realmente com o bem e com o futuro da nossa cidade. **(Deputado Federal (MT) Eduardo Moura**, PPS, discurso no comício do último dia da campanha de 2008, bairro de Santo Antônio, outubro de 2008)

¹⁵⁵ O qual, quando perguntado por nós porque se aliara à esquerda e ao PCdoB de Barra do Garças, disse-nos que não o fizera neste sentido, mas sim que se “*aliara a um programa de governo de um homem honesto e socialmente preocupado, especialmente com a educação*”.

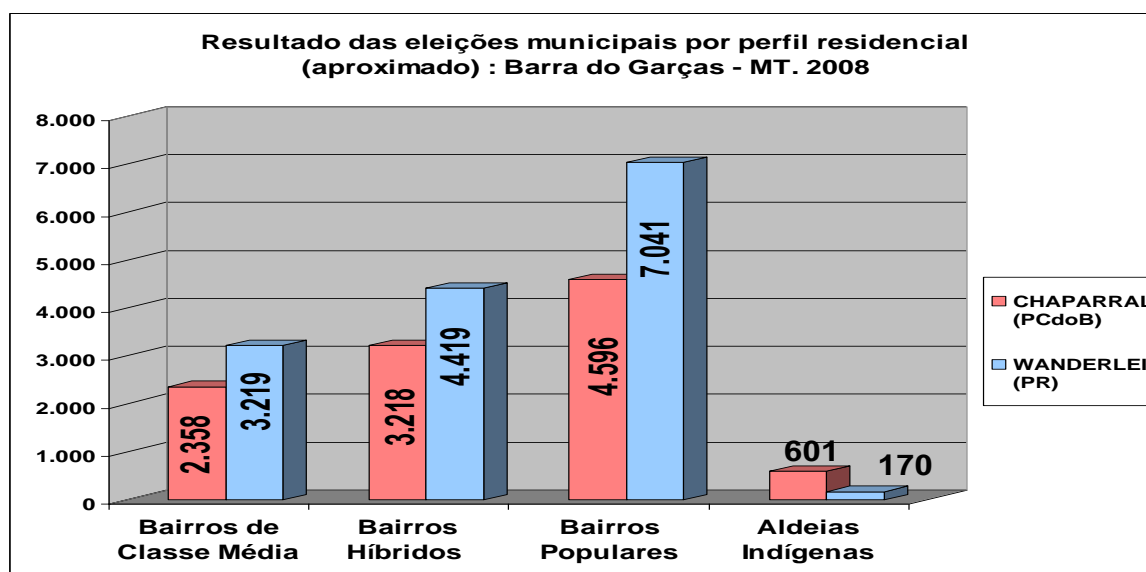
Mas, se Barra do Garças não queria a volta ao passado, parecia ao menos que desejava a “*volta dos coronéis*” (na verdade, eles nunca “saíram”). Em que pese um conjunto significativo de denúncias de compra de votos e de abuso do poder econômico (como consta no site do TRE-MT, em processo que não foi ainda a julgamento no TSE), Wanderlei Farias ganhou a eleição com 51% dos votos válidos, contra 36% de Zózimo Chaparral.

Tabela 17 – Resultados eleitorais entre o 1 e 2º colocados no municio de Barra do Garças, eleições 2000, 2004 e 2008 (Fonte TRE - MT. Seção Barra do Garças)

Ano	Candidato	Número de votos
2000	1º) Wanderlei Farias (PFL/PSDB)	17.760 (em 1996: 13.223)
	2º) Zózimo Chaparral (PCdoB)	10.023
2004	1º) Zózimo Chaparral (PCdoB)	11.686 (39%)
	2º) Wilmar Peres de Farias (PP)	9.455 (31,5%)
2008	1º) Wanderlei Farias (PR)	14. 849 (51%)
	2º) Zózimo Chaparral (PCdoB)	10.773 (36%)
	3] Maria do Mercado (PMDB)	3.701 (12%)
	Chaparral + Maria do Mercado	14.474

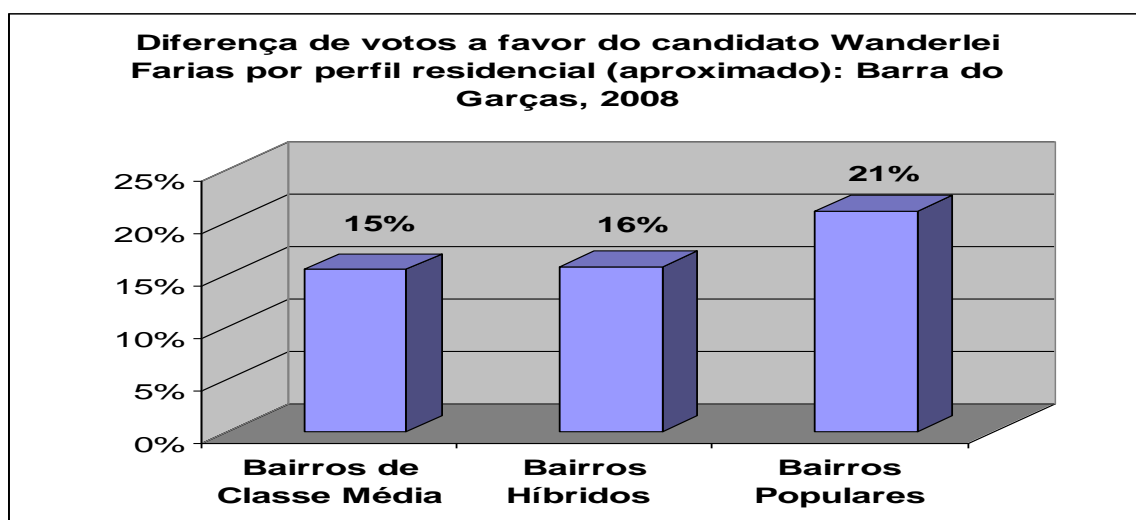
Os resultados nos permitem concluir que, se de um lado o representante do tradicionalismo oligárquico decresceu em votos quando comparado à disputa de 2000, do outro o voto da esquerda vem se mantendo atado ao campo progressista por quase uma década, como o comentamos há pouco. Porém, a maior surpresa do pleito não foi a vitória do candidato conservador, pois esta já era em parte esperada. O mais surpreendente foi o fato de que ela se deu sob a aclamação da maioria das urnas da cidade, fossem os eleitores pobres, ricos ou remediados. Das 36 seções eleitorais de todo o município, Chaparral ganhou em apenas 3, todas em aldeamentos indígenas. Como já nos tinha dito a guerreira xavante, foram aqueles que estavam “*lá no fundo, esquecidos*”, para os quais as novas escolas e as políticas educacionais progressistas trouxeram-lhes boas perspectivas de transformação social – sonho histórico dos educadores da esquerda latino-americana – que vieram às urnas para dizer, conforme o jingle da campanha, “*Chaparral, meu voto é prá você!*”:

Gráfico 38: Resultado das eleições municipais em Barra do Garças (2008) por perfil residencial da seção eleitoral.



Fonte: consulta às listas do TRE-MT por seção eleitoral do município; elaboração do autor

Gráfico 39: Resultado das eleições municipais em Barra do Garças (2008) por perfil residencial da seção eleitoral (Fonte: consulta às listas do TRE-MT por seção eleitoral do município)



Fonte: consulta às listas do TRE-MT por seção eleitoral do município; elaboração do autor

Os resultados das urnas soaram ‘como uma bomba’ no comitê de campanha do PCdoB e de toda coligação “Sou + Barra”, por volta das 21 horas daquele encalorado 4 de outubro de 2008. Conforme o esperado, muitos simpatizantes choravam, se abraçavam e lamentavam o “*não reconhecimento*” da população por todo o trabalho feito em prol da educação municipal pública. Surgiram, aqui e ali, da parte de pequenos grupos de populares simpáticos à candidatura da esquerda, os inevitáveis sentimentos de raiva e vingança contra os seus oponentes. Mas a direção do Partido Comunista do Brasil,

calejada pelos seus oitenta anos de luta sob as mais diversas condições políticas e sociais, agilmente controlou o processo. Em rápida intervenção, Chaparral chamou todos os correligionários ao pátio interno e, ladeado por Kiko e Fátima Resende (cansados e abatidos, naturalmente), discorreu com firmeza e segurança sobre o ideário da razão e da democracia, uma de suas falas mais belas que ouvimos na campanha até então. Além de exigir o respeito às comemorações do adversário (*“Poderíamos ser nós, e da mesma forma exigiríamos respeito”*, disse, de forma intrépida), em poucas palavras pronunciou o breve discurso no qual reconheceu a derrota, analisou suas possíveis causas, isentou a população de qualquer “culpa” pelos resultados das urnas e, por último, levantou os ânimos da militância e agradeceu a todos pela luta e participação na campanha. E também lançou, como todo e qualquer educador progressista que honra a sua história e tradição de luta, dentro ou fora da sala de aula, as sementes do futuro e da esperança na libertação dos oprimidos.

Mas, se as eleições terminavam ali, restava-nos ainda muito trabalho pela frente. Nos três meses que faltavam à administração Chaparral, muitas entrevistas ainda seriam realizadas, muitos documentos seriam ainda obtidos e examinados, além de todo um balanço a ser feito sobre as vicissitudes daquele acontecimento. No mais, teríamos pela frente os desafios de dar um sentido acadêmico e atraente a toda esta história, extrair-lhe os ensinamentos educacionais, buscar e fornecer possíveis contribuições no campo da ciência social e, por fim, chegar a uma conclusão sincera e honesta sobre tudo o que trabalhamos.

É o que nos aguarda, com a ansiedade esperada, as próximas linhas das “considerações finais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Contradições do projeto educacional democrático popular: êxito histórico x limites de transformação social. Repensando o discurso da educação progressista como estratégia de mobilização social.

Uma administração municipal de alguém mais popular gera muitas expectativas. Nessa administração houve muitas falhas. Muitos setores ficaram descobertos. Somente agora, no início do ano (2008) para cá, que algumas coisas importantes passaram a ser encaminhadas. Contudo, apesar de ainda faltarem muitas conquistas, o setor da educação do município foi o que mais se desenvolveu, onde se viu mais presente a qualidade do trabalho desta gestão municipal. Mas muitos outros setores continuam descobertos. O porquê eu não saberia te dizer. (Marinalva Duarte, diretora do SINTEP-MT, seção Barra do Garças, agosto de 2008)

Eu te diria que o eleitorado mato-grossense não está pensando muito assim 'se é conservador' ou 'se não é conservador'. Acho que ele está meio assim... "pontual". Se em determinados momentos ele resolve tirar algumas lideranças e colocar outras, ele faz isto. Eu não consigo ver que está se caminhando para coisas do tipo: "era o conservador" e foi dado "um salto para as forças populares". A coisa está muito confusa! Muito, mas muito confusa! (Senadora Serys Silhessarenko, Partido dos Trabalhadores, MT. Maio de 2009)

Não existe uma fórmula para se governar uma cidade do ponto de vista da democracia popular. Cada cidade tem a sua característica. No entanto, o que eu poderia dizer é: tem que ser sensível ao máximo, e ao mesmo tempo ter muita serenidade. Deixar o racional se sobrepor. Porque em determinados momentos a emoção toma conta de você. Você tem ódio, você tem raiva, você se apaixona. E você, às vezes, gostaria que isso se sobrepuasse a tudo, mas não pode. Você tem que ter esse domínio. Claro que você não pode tê-lo na totalidade. Em muitos momentos de crise, eu já tive situações de querer xingar, e ao mesmo tempo tendo que apertar a mão. São situações que você só aprende no dia a dia. É uma experiência que nos enriquece muito, mas também nos sacrifica muito (Prefeito Zózimo Chaparral, PCdoB, entrevista em agosto de 2008)

Três citações; três análises, três paixões de luta, três ideais inconclusos. E isso na voz de representantes que, na tradição da esquerda democrática, ainda são considerados como a “*santíssima trindade*” da classe trabalhadora moderna: a dirigente sindical politizada, a representante parlamentar socialista e o governante popular e democrático. Neste caso, o que o “analista acadêmico”, quase sempre o mais deslocado da prática real e direta do movimento político da história, poderá contribuir no entendimento deste cenário?

Em primeiro lugar, grande foi o esforço empírico para que pudéssemos chegar à algumas conclusões parciais ao longo dos capítulos da tese. Embora o foco da pesquisa tenha se voltado prioritariamente a um estudo de caso de forte vínculo local, procuramos também contribuir, na medida de nossas forças, para o debate maior das questões políticas e pedagógicas de caráter nacional. A começar, o elevado número e o caráter diversificado dos nossos entrevistados – 48 pessoas entre dirigentes políticos de máxima expressão da

esquerda mato-grossense, da militância social de Barra do Garças, dos educadores da rede pública municipal, da militância pastoral progressista do Vale do Araguaia e de representantes das classes conservadoras locais – possibilitou-nos inserir, em vários momentos da tese, questões mais abrangentes do que o foco específico do estudo.

Desse modo, no primeiro capítulo nos foi possível verificar o quanto a realidade do país modificou, neste início de século XXI, a compreensão das massas populares sobre o clássico discurso da esquerda educacional progressista. O segundo capítulo nos levou a compreender, após árduo levantamento documental e bibliográfico, as razões políticas e culturais que mantêm viva a tradição oligárquica na cidade de Barra do Garças e, por extensão, em muitas outras cidades do interior brasileiro. Por sua vez, o terceiro capítulo nos aproximou da realidade sócio-eleitoral daquele município, permitindo-nos assim refletir, entre outras questões correlatas, sobre a forma e a movimentação das alianças políticas nas cidades desta categoria. Isto, naturalmente, favoreceu a compreensão mais aprimorada sobre as variáveis que envolvem as condições de governabilidade das prefeituras de esquerda, especialmente nos seus embates diretos com as forças conservadoras do interior. O quarto capítulo acompanhou as vicissitudes de um governo municipal progressista no contexto histórico da esquerda nacional e latino-americana, quando constatamos semelhanças e elementos comuns que bloqueiam as iniciativas destas administrações. O quinto capítulo esforçou-se em analisar o programa educacional da prefeitura de Barra do Garças no bojo das contradições da própria esquerda democrática, bem como as políticas educacionais adotadas pela prefeitura do PCdoB no panorama crescente da municipalização do ensino básico brasileiro nas últimas duas décadas. Por fim, o sexto capítulo buscou investigar as diferenças de investimentos sócio-educacionais entre duas linhas distintas de administração pública municipal no Brasil – a progressista e a oligárquica -, nas quais se tornou possível distinguir a natureza econômica do debate em curso e as contradições presentes em uma e outra forma de gestão.

A extensão dos estudos confirmou algumas premissas levantadas inicialmente pela nossas hipóteses. Dentre o mosaico de reflexões que nos acompanhou por todo o trabalho, ao menos uma nos parece agora bastante clara: a proposta democrática popular de educação não esmorece, por si própria, o poder oligárquico de natureza familiar e patrimonialista de muitas cidades do nosso interior. Por outro lado, estamos certos de que toda a variabilidade do estudo não nos assegura, de forma alguma, opiniões absolutas sobre o fenômeno social pesquisado. Após longa e extensa jornada, confessamos que a elaboração destas ‘considerações finais’ acabou por se tornar, ao lado dos trabalhos de campo, a parte mais demorada e contraditória dentre os assuntos tratados na tese. Refeita por várias vezes, a obrigação de dar um “sentido final” aos testemunhos dos colaboradores, bem como às variações dos resultados observados, deixa-nos a sensação de incompletude

diante da missão à qual nos propusemos cumprir no início deste doutoramento, dito aqui no sentido do “*encontro último*” do pesquisador com o seu objeto de estudo, tão bem delineado por Milton Santos:

Ocorre, porém, que o “concreto” ou a “verdade” não são mais que o concreto e a verdade de cada um. Um passo mais e compreenderemos que o concreto e o abstrato se confundem, e isto desde a hipótese de trabalho, que é o encontro silencioso do pesquisador com o seu tema, até a conclusão, que é a apresentação mais segura da verdade *encontrada* pelo pesquisador. (SANTOS, 2009: 20)

Parte desta sensação, cremos, deve-se à própria dinâmica sócio-política que nos acompanhou ao longo de todo o cenário da tese. Como já o dissemos mais de uma vez, nossas ações lidaram com um “objeto” em plena realização do “*movimento do devir*”. Sejamos, pois, sinceros: uma possível reeleição da primeira experiência do projeto democrático popular em Barra do Garças, em outubro de 2008, ou a cassação do prefeito eleito no Tribunal Regional Eleitoral do estado, em fins de março de 2009 (e a conseqüente posse do 2º colocado, o comunista Zózimo Wellington Chaparral), teria alterado não só o corpo estrutural da tese, como também a essência de muitos dos comentários que se seguem nestas considerações “finais”. Porém, os fatos ocorreram de forma diversa ao cenário imaginado, e um manto mais “pessimista”, ou talvez mais realista, encobre discretamente nossas conclusões nesse momento de reflexão “final”. Em função de termos vivenciado outras experiências similares no passado - entre elas a do Distrito Federal, nos anos de 1995 a 2002¹⁵⁶ -, temos o receio de que a “*volta do coronelismo*” consiga retroceder algumas perspectivas de democratização exeqüível no sistema de ensino público de Barra do Garças. Dado o histórico de suas relações clientelistas, da tradição do seu poder econômico e de mando, do fisiologismo de sua base social e do referencial ideológico que o norteia, as probabilidades de retrocesso ou congelamento de algumas iniciativas educacionais progressistas são grandes, embora o mesmo não se possa ter certeza quanto às demandas populares em geral.

Obviamente, previsões quanto ao futuro não competem a nós, mas ao desenvolvimento histórico da sociedade barra-garcense. Na perspectiva das ciências sociais, não é descartada a possibilidade de se obter avanços na educação progressista sob o mandato de governos conservadores, como também não é improvável, invertendo-se os termos da equação, vivenciar momentos de estagnação deste projeto sob a vigência de prefeituras democrático-populares. Independente dos resultados eleitorais, alguns dos nossos interlocutores apostavam em cenários positivos para o futuro da educação local

¹⁵⁶ Referimo-nos à nossa participação no Governo Democrático Popular do DF (1995-98), sob o comando do atual senador Cristovam Buarque (PDT), à época no PT, e o posterior “desmonte” dos projetos daquele governo pela administração que o sucedeu (Joaquim Roriz, 1999/02 e 2003/06).

ainda que sob a égide das forças tradicionalistas, de tal forma que poderíamos projetá-las, num plano abstrato, como uma possibilidade real para outras cidades do vasto interior brasileiro. Para essas vozes mais otimistas, a abertura político/pedagógica iniciada no mandado popular os impeliu ao exercício árduo da construção democrática, de modo que não haveria recuo aquém do estágio já alcançado. Além disso, alegavam também, numa análise política abrangente, que a esquerda brasileira se firmava na crescente popularidade do governo Lula, o que de certa forma os protegia contra a sanha mais agressiva das oligarquias do interior:

“Nós sabemos que mesmo prefeituras que não estão com essa administração progressista tiveram que mudar na educação e na cultura. Porque há uma exigência do governo federal. Há um programa de educação para todos e há o PDE do Lula. Isto é, ou muda ou não recebe as verbas. Então, às vezes, a gente fica: *“Ah! Então mudou porque mudou o partido e coisa e tal...”* Nós temos essa visão que isto contribuiu, mas existiram outras prefeituras que tiveram que fazer isto, mesmo não querendo. Então, ter o partido de esquerda no município não é mais fundamental.[...] Digamos que o quadro político aqui da cidade se reverta, de voltar a ser o partido da direita a comandar a prefeitura de Barra do Garças. Ele vai ter que olhar a educação de forma diferente, porque isto é uma exigência do governo federal. Nós agora já experimentamos a participação, a descentralização do poder. A questão democrática foi melhor, a educação respirou melhor, teve uma abertura maior, uma liderança maior, uma autonomia. Então, eu acho que reverter este processo vai ser uma coisa difícil...**(Prof.1, CEMF Moreira Cabral, set. 2008).**

Mas, embora todas estas afirmações partam de uma base justa e “esperançada” (como tanto se refere ao termo nosso querido bispo D. Pedro Casaldáliga), parece-nos que, em alguns contextos políticos específicos – e Barra do Garças nos tem dado prova de que é um deles - a vitória eleitoral das forças progressistas continua sendo de fundamental importância para a efetivação de mudanças sócio-educacionais de fundo.

As notícias que nos chegam por Kiko, agora combativo vereador pelo PT da cidade, indicam que alguns retrocessos já se mostraram presentes nesses 18 meses “pós-democracia popular”. Segundo os relatos diários no seu blog da Câmara dos Vereadores, os velhos vícios voltaram à baila nos atos do executivo municipal, como as obras sem licitação adequada e a falta de transparência sobre os gastos da prefeitura. A cidade “ganhou” 160.000m² de asfaltamento (inclusive de parte das emendas federais encaminhadas pela Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores), mas sem o saneamento básico necessário e as obras de apoio correspondentes (o famoso “*asfalto-casca-de-ovo*”, como se diz na crítica de esquerda barra-garcense). No mais, grande parte dos projetos educacionais do governo Chaparral, notadamente os de natureza educacional, cultural e esportiva, foram quase todos interrompidos ou sumariamente extintos, inclusive alguns “telecentros de inclusão digital”, de grande utilidade para a população de média e baixa renda.

Uma outra notícia que nos chega ao término dos trabalhos é a de que o projeto “Segundo Tempo”, principal ação do governo democrático popular na expansão da jornada escolar, foi totalmente interrompido, e os profissionais que trabalhavam sob a forma de prestação de serviços foram sumariamente dispensados. Contudo, para compensar o “desmonte” do programa anterior, retornaram às escolas públicas municipais os famosos “kit educação”, com a distribuição de mochila, uniforme e material didático básico de qualidade discutível, porém com enorme apelo popular¹⁵⁷. Embora não sejamos contra essa política em princípio - uma vez que defendemos que o próprio governo popular deveria tê-la implementada sob uma nova ótica cidadã - tais “Kits” parecem estar se tomando, sob a prática das oligarquias familiares, o lugar do aumento dos investimentos e do esforço de se construir projetos pedagógicos transformadores.

No que compete a um dos maiores sucessos da administração Chaparral, a inclusão da educação indígena, parece-nos esta que foi novamente isolada. Os grupos de funcionários indígenas que trabalhavam nas unidades de ensino foram, a exceção dos professores de contratos anteriores, rapidamente dispensados e sem a perspectiva de renovação de suas funções. Não bastasse isto, a complementação das fases do Plano de Carreira dos profissionais da educação municipal, bem como de toda a prefeitura, foi congelada. Enfim, sob a alegação de “*firme contenção de despesas*”, a ordem da administração do prefeito eleito em 2008 tem sido, desde o início de sua gestão - como ouvimos nas falas de seus próprios partidários no ato de posse e em conversas eventuais ao longo de 2009 - apagar toda e qualquer marca do governo de Zózimo Chaparral no plano social.

Decerto que, como era de se esperar num quadro tão complexo, há outros tipos de informação que também chegam até nós. Mas, para o lamento dos educadores progressistas, elas continuam bastante favoráveis às oligarquias tradicionais. Algumas nos dizem que há muitos docentes relativamente satisfeitos com “*o retorno da normalidade nas escolas*”, ao invés “*da autonomia exagerada e das constantes reuniões e debates na época do governo Chaparral*”. Outras nos falam que os partidários da democratização da gestão permanecem em silêncio para se proteger de eventuais represálias, como já era de hábito na história de Barra do Garças. Porém, há que se admitir que nem todas as notícias recebidas têm um viés crítico às forças conservadoras. Uma das educadoras que participou das entrevistas em 2008 – sendo que à época foi uma das que mais lamentou a “*volta dos coronéis*” – forneceu-nos informações diferenciadas. Segundo ela, “*até que não houve muitas mudanças*” com o retorno do os “*velhos*” mandatários, embora na sua escola o projeto segundo tempo tenha sido interrompido e as demais oficinas fechadas (mas não,

157 Acompanha cada material o slogan da atual prefeitura (2009/2012): “*Barra do Garças: Voltando a Crescer*”

conforme nos disse, o telecentro). Também mencionou, de acordo com o “novo” (tradicional) estilo de informação da rede, que “*falaram que está para voltar o segundo tempo no ano que vem na escola (2011)*”, indicando-nos que o atual prefeito talvez possa retomar alguns projetos educacionais do passado, mas com a sua marca, ao seu modo de execução e sob seu restrito controle, enfim, como manda a cartilha oligárquica barra-garcense.

Tudo isso é compreensível em se tratando da natureza das classes dirigentes locais e do grupo político que sucedeu a administração democrática popular, já exaustivamente explicados no texto da tese. Porém, o que ainda necessitamos compreender é porque todas essas medidas “*anti-educação libertadora*” não despertaram, em contrapartida, alguma reação de peso em ao menos parte dos setores populares e dos movimentos sociais de Barra do Garças. Acenando elementos de uma possível resposta, o próprio Kiko reconhece que parte importante da população está satisfeita com o “*retorno das obras*” e a pavimentação com o asfalto “*casca-de-ovo*”. Além disso, Kiko também reconhece, num imenso esforço de reflexão sincera, de que muitos dos projetos educacionais implementados entre 2005 e 2008 eram frutos mais da vontade da esquerda militante do que necessariamente das reivindicações populares da cidade. Portanto, a continuar o cenário descrito, forte são as evidências que apontam para mais uma possível reeleição das oligarquias locais em 2012, confirmadas pelo mesmo vereador libertário.

Assim, face aos demais exemplos comparativos expostos ao longo da tese, arriscamo-nos a dizer que, limitações à parte, investigamos o comportamento de uma “célula” (uma rede municipal de ensino) que se reproduz com significativa semelhança em muitos outros “órgãos” (municípios) deste país continental, ressalvadas, obviamente, cada especificidade local. Nas sucessivas matérias publicadas na grande imprensa sobre a gestão do ensino oficial nos municípios de menor porte, a maior preocupação tem sido a questão do controle externo dos financiamentos e repasses constitucionais. Como ainda não conseguimos tornar a mensagem educacional progressista numa importante referência eleitoral (ou ao menos num importante setor de pressão eleitoral que, ainda que não determine as eleições, obrigue os candidatos a estabelecer compromissos básicos essenciais), o controle dos gastos da educação em muitos municípios pequenos e médios fica sujeito às rédeas cotidianas do fisiologismo e do populismo arcaicos, além das habituais ineficiências, desperdícios e, o mais grave, corrupções de todo o tipo. Como prova disto, diligências empreendidas pela Controladoria Geral da União têm constatado uma série de irregularidades graves em quase 70% dos municípios por ela investigados¹⁵⁸. Trata-se,

¹⁵⁸ Veja-se, no caso, a reportagem da “Revista Época” (“As Rachaduras no Orçamento da Educação”, de Ana Aranha, nº 624, de 13/05/2010), bem como da Revista ISTOÉ (“Corrupção Nanica: Estrago Gigante”, de Yan Boechat e Larissa Domingos, nº 2086, de 4/11/2009

portanto, de um índice muito elevado para que possamos ficar tranquilos diante do retorno de forças oligárquicas que, em razão do seu passado, não estão credenciadas a cuidar com zelo do patrimônio público, quanto mais do educacional.

Por outro lado, a mesma imprensa confirma os avanços educacionais que ocorrem em muitos municípios brasileiros, independente dos partidos ou dos grupos políticos que as governam. Esperamos, desse modo, que os barra-garcenses se baseiem nestes exemplos na correção da sua trajetória educacional, defendendo as conquistas do passado e vislumbrando horizontes melhores no futuro.

Em razão de todas essas variações, o sentimento que nos toma agora é de *'abertura'*, não de *'conclusão'*. Após dezenas de páginas, uma teia de problematizações continua a cercar nossos pensamentos neste presente "encerramento". Contudo, temos a obrigação de apresentar algumas respostas concretas como condição inevitável de uma pesquisa acadêmica. Como nos ensina o "velho Marx", o concreto não é um processo aleatório e caprichoso de observação, nem uma plataforma de lamentações estéreis. Ele nos obriga a atingir "um ponto de chegada", para que somente a partir daí possamos nos preparar para novos pontos de partida:

O concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da concentração, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2003: 410)

Nessa perspectiva, chegamos ao final dos trabalhos com reflexões distintas das premissas que nos orientavam no momento ansioso da partida. Seguramente, esta foi uma tese na qual os pensamentos que a impulsionaram foram profundamente modificados pelos resultados da investigação. Ao contrário do pensamento usual da militância socialista nascida e criada nos grandes centros urbanos (na qual nos inserimos como um dos exemplos mais típicos dos anos "pré e pós redemocratização"), a esquerda democrática possui, na complexa vastidão do interior brasileiro, quadros políticos de elevado nível numa escala bem maior do que esperávamos. Em contrapartida, nossa tradição oligárquica municipal apresenta, a despeito do seu contínuo descenso histórico nas últimas duas décadas, muito mais força política neste início de século XXI do que pensávamos.

Em função destas constatações, as conclusões às quais chegamos assumem uma conformação híbrida, com elementos alternados de convergência e oposição em relação às hipóteses iniciais de trabalho. Partiremos, pois, para o último comentário que consideramos como o elemento central de pesquisa, o qual surgiu de fato somente com o desenvolvimento

das nossas investigações, ou seja, a penetração e a influência do projeto educacional progressista na consciência política das massas populares do campo investigado.

- A passagem necessária de “governos da educação” para “governos democráticos populares ampliados”:

Ao longo de 21 meses, percorremos as ruas e bairros de Barra do Garças, adentramos em suas casas, conversamos com populares, entrevistamos professores e dirigentes políticos dos mais diversos matizes. Além disso, examinamos seus documentos oficiais, pesquisamos seus jornais, assistimos sua mídia, investigamos seus cartórios e acompanhamos o processo eleitoral em quase todos os bairros e distritos do município, bem como o “exótico” mundo de suas aldeias indígenas. cremos, portanto, que podemos afirmar, com certa segurança, que conhecemos parte do imaginário sócio-político de sua população à época do estudo. Se fizermos o esforço de uma comparação realista entre as aspirações sócio-pedagógicas da esquerda democrática e os desejos mais imediatos do eleitor médio do interior mato-grossense, desenhadas aqui a partir da nossa localizada experiência de estudo, arriscaríamos a dizer que, do ponto de vista de uma educação crítica transformadora, há mais pontos de desencontro do que de convergência, embora também haja “pontes de ligação” que permitem o diálogo de reivindicações comuns. Sob este prisma, construímos um quadro hipotético com base nas observações da campanha eleitoral de 2008 no município, as quais acreditamos representar a síntese de nossas observações ao longo dos 21 meses de trabalho:

Quadro 11: Comparativo das aspirações do eleitorado majoritário com as do projeto educacional democrático popular (proposta aproximada). Eleições / 2008

ASPIRAÇÕES MAIORES DO PROJETO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICO POPULAR . (Candidatura Chaparral: 36% dos votos)	ASPIRAÇÕES DO ELEITORADO MAJORITÁRIO. Candidatura Wanderlei Farias [51% dos votos] e Maria do Mercado (12% dos votos)
I - Na administração geral da cidade	I - Na administração geral da cidade
1- Avanço da participação popular na administração, tendo como uma das principais ações a implantação do orçamento participativo (ou a democratização das audiências públicas). 2- Ampliação dos espaços públicos da cidade	1 - Promoção do crescimento econômico e do potencial de empregos no município. 2- Ampliação das políticas de cunho assistencialista ou de transferência direta de renda.
3- Prioridade às obras de saneamento e de necessidade social básica (água e esgoto, drenagem, habitação e saúde) e ambiental (destino adequado de resíduos orgânicos e sólidos; reciclagem sustentável).	3- Promoção à execução de obras públicas de grande visibilidade ou de necessidade imediata em relação à pavimentação, ao trânsito, ao atendimento no comércio, ao transporte público, ao abastecimento de água e à saúde.
4- Atendimento à saúde de viés educativo, preventivo, social, participativo e comunitário. Ampliação do hospital regional. 5- Democratização do acesso à saúde. Universalização dos direitos à saúde. Promoções aos conselhos municipais de saúde. 6- Implantação de Farmácia Popular.	4- Atendimento integral à saúde; construção ou ampliação de hospitais regionais. 5- Garantia de transporte e apoio pessoal aos doentes graves para tratamento nos grandes centros urbanos. 6- Promoções de ações de fornecimento de medicamentos gratuitos ou de baixo custo.

7- Reconhecimento externo da cidade como pólo educacional e de inclusão social: uma “ <i>cidade de todos</i> ”.	7- Reconhecimento da capacidade de “ <i>atração</i> ” de grandes empresas privadas e recursos públicos das esferas estaduais e federais; “ <i>uma cidade que cresce e prospera</i> ”.
8- “Fóruns de debates voltados às necessidades sociais de longo e médio prazo.	8 - Atendimentos às necessidades mais imediatas de moradia, emprego e saúde.
9- Prioridade à preservação (ambiental, ética, comunitária e memória cultural)	9 - Prioridade à execução (obras, modernidade)
10- Preocupação com o crescimento desordenado e prejudicial na perspectiva cultural e ambiental. Implementação de debates sobre a elaboração e execução do plano diretor da cidade.	10- Preocupação com o não-crescimento da cidade e com medidas que desestimulem o investimento ou a “vinda de empresas” e para a cidade.
11- Implantação de projetos culturais, étnicos, ambientais e esportivos de natureza comunitária	11- Promoção ao lazer gratuito e cultural de massas. Promoção às ações que atraiam o empreendimento de shopping-centers, eventos da grande mídia cultural, musical, mega- shows, torneios, rodeios e leilões de animais.
12- Promoção ao turismo ambientalmente responsável e construtor da cidadania educacional e cultural.	12- Promoção ao turismo de grande atração externa, gerador de emprego e renda.
13- Contratação, por concurso público, dos quadros do funcionalismo público municipal.	13- Empregabilidade, ainda que contratualmente precária, nos quadros do funcionalismo da prefeitura;

II – Na gestão educacional.	II – Na gestão educacional
1 - Prioridade ao aumento dos investimentos no sistema público municipal de ensino em relação às demais obras de grande visibilidade.	1 - Garantia de vagas nas escolas e creches. - Zelo, manutenção e eventuais reformas nas unidades escolares prédios escolares
2- Transformação e adequação dos currículos; à formação e a qualificação pedagógica dos professores	1- Garantia de vagas nas escolas e creches 2- Garantia de bons professores.
3- Contratação, por concurso público, de professores e técnicos	1- Garantia de vagas nas escolas e creches 2- Garantia de bons professores
4- Implantação de planos de cargos e salários do funcionalismo. Melhoria salarial.	1- Garantia de vagas nas escolas e creches 2- Garantia de bons professores.
5- Democratização das decisões das Secretarias de Governo, no âmbito interno dos funcionários e no campo externo com a população e órgãos representativos.	1- Garantia de vagas nas escolas e creches. 3-Abertura às eventuais reclamações e sugestões das mães e pais.
6- Gestão Democrática: eleição para diretores, conselhos municipais de educação e demais instâncias ligadas às escolas.	1- Garantia de vagas nas escolas e creches. 3-Abertura às eventuais reclamações e sugestões das mães. 4- Abertura à participação da comunidade escolar em festas e atividades sociais, próprias ou não da escola. (cessão do espaço físico).
7- Expansão rumo à universalização da oferta de vagas na educação infantil	1- Garantia de vagas nas escolas e creches.
8- Ampliação da jornada e da permanência do aluno na escola associada à qualificação pedagógica, às atividades lúdicas, culturais, artísticas, esportivas e científicas.	5- Ampliação da jornada associada ao reforço escolar, aos cursos profissionalizantes e às atividades esportivas, por vezes associadas ao fornecimento de refeições.
9- Ampliação do alcance e da oferta do transporte escolar gratuito	6- Ampliação do alcance e da oferta do transporte escolar gratuito
10 - Melhoria da merenda escolar no sentido qualitativo e quantitativo.	7- Melhoria da merenda escolar no sentido qualitativo e quantitativo, associadas ao aumento do número de refeições.
11- Melhoria no fornecimento, uso e atualização pedagógica do material didático. Promoção à fabricação de material pedagógico alternativo,	8- Fornecimento gratuito ou apoio financeiro à compra de material didático. 9- Fornecimento de “kits escolares”, tais como

produzido por oficinas pedagógicas na escola ou na comunidade Ações pedagógicas de resgate cultural comunitário, étnico e político.	uniforme, mochilas, tênis e materiais esportivos.
12- Educação crítica voltada à promoção da cidadania, à organização sócio-política e à transformação da sociedade.	10 - Educação formal voltada à promoção da cidadania (direitos sociais, trabalhistas, legais e profissionais), à futura empregabilidade e à ascensão escolar e social.

Assim, na comparação das aspirações apresentadas, há mais acordos nas reivindicações de “materialidade pedagógica” do que nas atitudes e perspectivas de transformação social pela educação. Se, na administração de uma cidade, o ideário progressista vê a escola como um instrumento público de inserção transformadora de outros espaços, a maioria da população parece vê-la como um “lócus” de aprendizado formal, capaz de “ajustá-la” à sociedade de classes no sentido de lhe garantir uma sobrevivência mais condigna.

Estamos certos de que esta dicotomia ficou explícita no conjunto das evidências empíricas encontradas e analisadas de forma dialética. Apesar da presença vital que a educação pública exerce na vida das comunidades populares, a visibilidade administrativa da prioridade educacional da prefeitura popular não conseguiu, a despeito dos esforços empreendidos, se sustentar como instrumento político de resistência e transformação social.

Contudo, temos a plena consciência de que o quadro em debate é uma ‘gota no oceano’ quando comparada à gama de pesquisas e publicações sobre a questão. Como já o dissemos reiterada vezes desde o início desta tese, não temos autoridade acadêmica, muito menos campo empírico suficiente, para transcender aos resultados da nossa pesquisa além das esferas territoriais do seu campo investigativo. Assim, de forma alguma o quadro apresentado pretende transformar-se em um ambicioso “manual de interpretação popular”. Como bem o demonstra a “Ciência da História”, a dinâmica social é sempre maior do que qualquer apreensão teórica prévia ou construída, e os resultados eleitorais nem sempre significam o retrato fiel de toda a complexidade da expressão popular, como bem o delineou em entrevista a Senadora Serys Slhessarenko:

- Agora, você pode dizer: “Ah! Mas é uma avaliação ver aquelas [prefeituras de esquerda] que foram reeleitas e ver aqueles que foram derrotadas”. Por exemplo: Barra do Bugre foi derrotada. Mas por quê? Porque as forças conservadoras “se distraíram” num determinado momento (nas eleições de 2004) e deixaram eleger um representante de um partido de esquerda e que, depois, eles “prestaram atenção” e vieram bem organizados para não deixar a reeleição da esquerda ser vitoriosa. [...], Nós temos, por exemplo, prefeituras em que os candidatos foram reeleitos porque conseguiram fazer duas ou três obras lá que o povo gostou muito. Mas também temos o caso de outras prefeituras em que o dirigente fez muitas obras e, depois, o povo elegeu o opositor (**Senadora Serys Slhessarenko**, Partido dos Trabalhadores, MT. Entrevista em maio de 2009).

Em função dessa complexidade, não se pode atribuir a derrota da experiência de esquerda em Barra do Garças exclusivamente à prioridade à educação dos seus dirigentes. É preciso levar em conta todo o contexto sócio histórico e econômico da cidade, dominado até a raiz pela tradição oligárquica e por todo um modelo político/cultural, razão pela qual adicionamos dois capítulos exclusivos à compreensão do tema. Além disso, a luta educacional da esquerda democrática é um processo histórico de dimensões múltiplas, sobretudo na conquista de espaços de debate. Não é, portanto, um “produto de consumo”, nem atalho fácil para as estratégias imediatistas de poder. Inserir-la mecanicamente no quadro parlamentar e eleitoral dos ideais liberais é solapá-la como instrumento efetivo de promoção da cidadania, dado que a implantação dos seus objetivos não depende exclusivamente da posse institucional do poder estatal, mas sim do grau de amadurecimento político e social das massas populares.

Nesse sentido, não gostaríamos de encerrar nossos trabalhos sob a compreensão exclusiva de que a “*educação não dá voto*”. Embora ela seja um dos focos mais importantes dessa tese, trata-se de uma análise redutora diante da complexidade dos desafios da esquerda democrática. Preferimos contribuir com a opinião de que a educação progressista tem, de fato, problemas sérios de visibilidade política e administrativa no interior das camadas populares, o que dificulta a efetivação dos seus projetos sejam quais forem os resultados eleitorais. Sem a sólida compreensão popular de suas premissas, o projeto educacional se enfraquece quando na posse do poder institucional e, como consequência, se torna presa fácil das forças da reação em caso de derrota nas urnas. Esse é, seguramente, o principal foco do problema, bem como a grande lição que tiramos da nossa experiência em Barra do Garças. Talvez ela já seja um tanto óbvia para os interessados no assunto, como também para todos aqueles que, como nós, estão há anos “na estrada da luta” pela educação pública de qualidade universal. Mas, mesmo assim, resolvemos investigá-la em maior profundidade, descobrir suas origens, pesquisar suas contradições e buscar a partir daí os instrumentos de superação. Não queríamos, como nos alertava a Senadora Serys Slhessarenko, assentarmos-nos em cima de “achismos”, nem repetir os “*discursos monocórdios*” da esquerda contra o conservadorismo de plantão (NOSSELA, 1998: 184; apud FRIGOTTO, 1998).

Por outro lado, os problemas apontados não significam que, no plano histórico nacional, a educação progressista tenha sido “derrotada”. Muitas são as suas vitórias no campo cultural, étnico, ecológico e social, nos quais por vezes alcança êxitos brilhantes e de larga repercussão política. Mesmo em Barra do Garças, ela se constitui de forma inegável como a segunda força de poder no município e, se ainda não conseguiu “virar a mesa” do jogo político local, ao menos fiscaliza “os *coronéis*” de perto e lhes tira parte do sono quando

as urnas são chamadas. Assim, partilhamos a opinião de que, numa intrincada relação dialética, foram os avanços por ela provocados nas duas últimas décadas que lhe impuseram os desafios constatados nesta tese. Com a universalização do acesso à educação, bem como a institucionalização de muitos direitos sociais que, no passado, só eram obtidos por meio de lutas árdua e de matiz revolucionária, o avanço da educação progressista passa por uma nova fase de aprendizado e amadurecimento.

Dentre esses desafios, está uma premissa com a qual, no momento, temos a mais firme concordância. Em função de tudo que debatemos, cremos não ser mais viável, como proposta política transformadora (ou de reformas importantes), a implantação de governos municipais “*da educação*”, mas sim de governos “*democráticos populares ampliados*”. Mesmo nas cidades médias e pequenas, as necessidades, os anseios, as aspirações, os sonhos e o imaginário social da população tornaram-se plurais, porque plurais são as sociedades de capitalismo urbano e complexo. Assim, em tempos atuais, dificilmente se penetra nas grandes massas populares portando somente “*a partitura de uma nota só*”, e isto se estende aos programas de governo que se propõem a disputar eleições sob a bandeira dos ideários da esquerda progressista¹⁵⁹. Nesse sentido, Fernando Pimentel (PT), representante de um conjunto de prefeitos que administrou Belo Horizonte por 16 anos, tem muito a nos ensinar:

O futuro das cidades e os desafios da Gestão Municipal

[...] Em virtude disto, acredito que nós, gestores municipais, podemos nos orientar por três eixos básicos. O primeiro é cuidar das relações entre as pessoas, o que pode ser feito por meio da implementação de políticas públicas voltadas para a saúde, a educação, o desenvolvimento social, o abastecimento, a cultura e o esporte.

O segundo é cuidar das chamadas intervenções físicas. São as obras que fazemos na cidade. Obras de saneamento, obras viárias, obras que asseguram a mobilidade urbana, que tem a ver com segurança e urbanização. Melhorias de assentamentos precários. Construção de um cenário físico, no qual as relações sociais vão se processar.

O terceiro eixo é o da regulação urbana. É quando a prefeitura trabalha com as regras que ordenam o trânsito e o transporte público da cidade, com a fiscalização das posturas sanitárias, com o licenciamento ambiental ou patrimonial, com a fiscalização que diz respeito às obras, sejam elas públicas ou privadas.

A convivência harmoniosa e produtiva entre estes três eixos é essencial para o sucesso da gestão municipal. Em Belo Horizonte, é o que procuramos garantir. Acreditamos que, assim, cumprimos o papel que

¹⁵⁹ A eficiência da institucionalização das políticas públicas do governo federal ficou evidente quando visitamos a prelaia de São Félix do Araguaia. Mesmo com as divergências em relação às alianças políticas do presidente Lula com alguns representantes do agronegócio mato-grossense, os representantes locais da teologia da libertação reconheciam que a popularidade de Lula aumentou na região com a sua chegada à presidência e a implantação de políticas públicas “compensatórias”, no dizer dos religiosos: “As relações com a liderança de Lula mudou muito aqui em São Félix depois que ele chegou à presidência da república, em outubro de 2002. Antes, o povo brigava com a gente porque a gente brigava pelo Lula. Agora, o povo briga com a gente quando nós, por alguma razão, brigamos com o Lula” (**Padre Paulo Gabriel**. Entrevista em São Félix do Araguaia, 10/ 2008)

cada vez mais caberá às cidades, daqui para frente. (Fernando Damata Pimentel, prefeito de Belo Horizonte: Revista Municípios Business, ano III – nº 9 – abril/maio 2007: p 12)

Em consonância com este debate encontra-se a plataforma esboçada na cidade de Recife durante a administração de João Paulo (PT), eleita em 2000 e reeleita para o mandato de 2005/2008, além de reconhecida em todo país como “*modelo de gestão pública democrática*” (Revista Municípios Business, ano III – nº 9 – abril/maio 2007; p. 08). Também aqui se verifica a ampliação tanto das ações governamentais como do discurso clássico das esquerdas de perfil democrático popular, quando obras emergenciais se entrelaçam à algumas medidas educacionais cujo caráter não se sustenta apenas na didática progressista, mas também no fornecimento de uniforme e material escolar gratuito¹⁶⁰:

O slogan da minha gestão na prefeitura do Recife é “*A Grande Obra é Cuidar das Pessoas*”. Portanto, toda a nossa política de governo é focada em ações que têm como diretriz principal a melhoria da qualidade de vida das pessoas. São muitos os programas, obras e ações. Nos morros, por exemplo, temos um trabalho de monitoramento das áreas de risco o ano inteiro, além de obra de pavimentação, drenagem, encostas, escadarias e educação ambiental. Com isso, reduzimos drasticamente o número de acidentes. Criamos o Orçamento Participativo, que, desde 2001, já executou mais de R\$ 290 milhões para concretizar cerca de 3,7 mil obras e ações eleitas pelo povo do Recife [...] Na educação, ampliamos o ensino fundamental em mais um ano, permitindo a entrada de mais de 30 mil crianças nas escolas municipais, já a partir dos seis anos. A merenda é distribuída inclusive nas férias. Os alunos também recebem todo o fardamento e material escolar, além de mochila, tênis e agenda. (Revista Municípios Business, ano III – nº 9 – abril/maio 2007; páginas 9 e 10)

Portanto, sob a perspectiva desta ótica ampliada, defendemos nesta tese que a “*prioridade à educação*” deve ser partilhada com outras necessidades tão importantes quanto ela, nem que isso implique, por determinado período, alguns sacrifícios de gastos extras na educação em prol da construção de uma plataforma política articulada de fato com as demandas vitais e plurais da população de um município. Sabemos, de antemão, que esta afirmação pode soar de forma desagradável em muitas consciências lúcidas e honestas da esquerda educacional progressista. Mas esta foi a conclusão principal a que chegamos depois do árduo acompanhamento do processo local de Barra do Garças.

É certo de que nosso o ambiente de pesquisa continha uma série de especificidades que nos obrigou a repensar (o que não quer dizer negar), algumas antigas convicções. Dada a herança coronelista, não encontramos, como pretendíamos no projeto inicial de tese ao escolhermos uma cidade média do interior, a “*evolução do consumo político de tipo*

¹⁶⁰ Medida esta que, por entendê-la unicamente como “clientelista”, o governo popular de Barra do Garças achou por bem não implementar.

puramente eleitoral, que propõe políticas individualistas, para outras situação em que haja um consumo político autêntico” (SANTOS, 2001: 284). Pelo contrário: encontramos exatamente a afirmação do primeiro sobre o segundo. Do mesmo modo, exceto em alguns momentos pontuais descritos no capítulo 5, também não se evidenciou, no que tange ao campo democrático popular, a “*coloração diferenciada*” do PCdoB na gestão administrativa da cidade ou da rede educacional. Se o ano de 2008 significou para o “partido do proletariado” o de maior crescimento histórico de todas as organizações políticas nacionais (de 10 para 40 prefeituras, um crescimento de 340%), em Barra do Garças ele ainda tem que cicatrizar as feridas de suas crises internas em razão das dissidências que se formaram.

Contudo, a explicação das causas do aparente recuo do projeto educacional em estudo não requer lamentos. Afinal, não são as análises acadêmicas que construirão, por si mesmas, belos programas de mobilização educacional. Tal como Althusser atribuiu a riqueza da teoria marxista à genuína atuação de intelectuais plenamente inseridos “*no interior e a partir do interior do movimento operário*” (ALTHUSSER, 1985;125), a construção de uma nova plataforma política/educacional requer o “pé-na-estrada” e o mergulho incessante nas bases das massas populares. Tal postura, bem o sabemos, não é nenhuma novidade para os nossos interlocutores que dirigem atualmente o bloco de esquerda mato-grossense. De parlamentares a líderes religiosos, de secretários de governos a líderes sindicais, de chefes de executivo ao líderes partidários, todos, de uma e outra forma, nos repetiram em diferentes versões o velho refrão histórico, o qual traduzimos neste final de tese da seguinte forma: “*o mais importante é não se afastar das nossas bases, das nossas origens, dos nossos referenciais de classe, das nossas lutas, ainda que dialoguemos, de forma mais respeitosa possível, com os demais setores que compõe a sociedade*”.

Sobre isto, Dom Pedro Casaldáliga, mais uma vez do alto dos seus mais 40 anos de lutas às margens do Araguaia, sintetiza, com a maestria que lhe compete, a essência desta aspiração de todos os lutadores da esquerda democrática. Durante o último questionamento da nossa entrevista, ao final de uma manhã quente e típica do leste mato-grossense, quando até os ventos se recusam a emitir qualquer sussurro ou sinal de vida no movimento nas folhas, ele nos deu uma aula prática-filosófica sobre o princípio necessário do pensamento libertário de compromisso popular:

O conselho que eu daria - e me dou, como bispo, como padre - para o educador e o dirigente político é: estar perto do povo; deixar o povo falar; perguntar ao povo. Todas as outras receitas poderão ser relativas, posteriores, secundárias. O povo, o povo, o povo... [...] na Teologia da Libertação dizemos sempre: onde a gente tem os pés, tem que ter a cabeça e o coração. Se tem os pés na vida do povo, nas festas do povo, na luta do povo. Ou seja, se a minha cabeça e o meu coração “*funcionam popularmente*”. Se eu quero apenas o povo no meu escritório, ou no núcleo da vanguardinha que falávamos, posso ter bandeiras vermelhas, Marx em

cima da mesa, Martí... Nada disso, em si mesmo, adianta. O povo, o povo, o povo... É a categoria que define uma opção política, e pastoral também. E o que é o povo? [...] O povo é todo aquele que falta do que necessita, o que lhe foi negado, que está esperando o “finalmente”. E aí você pode organizá-lo, a passos lentos também. Nós pegamos muitos revolucionários de imediatismos... Falar é fácil, o difícil é fazer... Na teologia da libertação, insistimos muito na práxis. Na ortodoxia... sim... tudo bem, mas insistimos na “*ortopráxis*”. E a luta de hoje tem que ser o dia de hoje. (**Dom Pedro Casaldáliga** – entrevista em outubro/2008)

Tornam-se, portanto, cada vez mais complexas e desafiantes as intenções maiores do projeto democrático popular na atualidade política e educacional brasileira: “democratizar a democracia”, radicalizando-a nas suas aspirações maiores; melhorar a vida cultural e material das massas populares ao mesmo tempo em que estas se tornam mais conscientes e livres; “retirar” o opressor da consciência ingênua do oprimido ao partilhar com ele a “leitura do mundo”; levar o opressor a descobrir-se como tal e, nesta reflexão, convidá-lo a “ser mais” por meio da solidariedade à luta dos oprimidos; promover, pelas reformas de longo prazo, a revolução social, mas sem jamais recorrer a tribunais e leis de exceção ou calar sob as baionetas as vozes de oposição; combater o adversário com toda a firmeza possível, mas reconhecendo-o na sua existência política, legal e ética.

Sonhos evasivos ou possibilidades reais? Reformismo ingênuo ou revolução criadora? Socialismo democrático ou “liberalismo radical”? Que venha a história e os seus instigantes desafios!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABICALIL, Carlos. PNE. **Limites e Desafios. Uma avaliação necessária.** Brasília. Câmara dos Deputados. 2007.
- _____. **Notas e Notícias do Mandato.** Brasília. Câmara dos Deputados. 2008.
- _____. **Plano Nacional de Educação na República Federativa do Brasil. Instrumento de Retórica ou Política Pública para a realização do Direito à Educação Básica?** . Tese de Mestrado UnB – Universidade de Brasília. 2005.
- _____. **Tecer o Futuro, Ampliar Perspectivas.** Câmara dos Deputados. Brasília. 2006.
- ALGEBAIL, Eveline. **Escola Pública e Pobreza no Brasil. A ampliação para menos.** Editora Lamparina. RJ. 2009.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do Eleitor. Estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral.** Editora Record. 2ª edição. RJ/SP. 2008.
- ANDRADE, Márcia Regina et al (Organizadoras). **A Educação da Reforma Agrária em Perspectiva: uma avaliação do PRONERA.** - São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.
- ANDRÉ, Marli Elza Dalmaz de Afonso de. **Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação Educacional.** Brasília : Líber Livro Editora, 2005.
- _____. **Etnografia da Prática Escolar.** Campinas. SP : Papyrus, 1995,
- APPLE, Michael W. **Educação e Poder.** Porto Alegre, RS: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1989.
- ARAÚJO, Emílio. Descentralização e financiamento da educação no Brasil e no Chile dos anos 1980 e 1990. RBPAE – v. 22, n.2, p. 293-314, jul/dez 2006.
- ARBUÉS, Divino (organizador). **Compêndio da Cultura Popular de Barra do Garças.** Editado pela Secretaria de Cultura / Ponto de Cultura Núcleo Baé. Barra do Garças/MT: 2007.
- ARRETCHE, Marta. Financiamento federal e gestão local de políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia. Ciência & saúde Coletiva. Vol. 8 nº 2 rio de Janeiro. 2003.
- ARROYO, Miguel. Entrevista a Revista Presença Pedagógica. Vol. 7, nº 41. Setembro/Outubro de 2001: 17/17.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação Como Política Pública** - 3ª edição. Autores Associados. Campinas. SP: 2004.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o Caos. A derrubada de Salvador Allende. 1970-1973,** Editora Civilização Brasileira. RJ. 2008.
- BARROS, Manoel de. **Memória inventadas para crianças.** Editora Planeta Jovem. SP:2006.
- BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, L. B. **América Latina: história, idéias e revolução.** Xamã VM Editora. 1ª edição. SP. 1998.
- BATISTA, Waldir. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso.** Editora UFMS. Campo Grande: 1995.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado & educação Popular** - Líber Livro editora. Brasília. 2004.

BELLONI, Isaura et al. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas** - Editora Cortez. (3ª edição): SP, 2003.

BETTO, Frei. Obrigado, professor. Revista Caros Amigos. Ano VI. Nº 71. Fevereiro 2003: 11.

BLACKBURN, Robin (org). **Depois da Queda. O fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo** - Ed. Paz e terra. 2ª edição.SP: 1993.

BOFF,Clodovis. Prefácio. Apud Paulo Freire e Adriano Nogueira. Que Fazer, Teoria e prática em educação popular. 8ª edição. Editora Vozes. Petrópolis. 2005:3-8.

BONAMINO, Alicia et al. **Avaliação da educação básica** - Ed. Loyola. RJ. 2004.

BONAMINO, Alicia e FRANCO, Creso. Avaliação da educação: novos desafios em contexto de municipalização. In: SOUZA, Donaldo Bello e FARIA (orgs). **Desafios da Educação Municipal**. - Rio de Janeiro: DP&A editora. 2003.

BORDIGNON, Genuíno e GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da Educação. O Município e a Escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto e AGUIAR, Márcia Ângela da S. (org.). **Gestão da Educação. Impasses, perspectivas e compromissos**. 3ª edição. SP: Cortez editora, 2001.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão; revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. 2ª edição. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

_____, Pierre, CHAMBOREDON, J. C., PASSERON, Jean Claud. **Ofício do Sociólogo – Metodologia da pesquisa na Sociologia**.. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação** – Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A Esquerda Positiva. As duas almas do partido Comunista – 1920/1964**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BUARQUE, Cristovam. **O que é educacionismo**. Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. SP. 2008.

CARNOY, Martin. **A vantagem acadêmica de Cuba**. Ediouro. São Paulo: 2009.

CARON, Marcos Macedo. A foice, o martelo, a fábrica e o giz: subsídios da pedagogia marxiana e soviética para uma educação “além do mercado”. Revista de Educação Pública – v. 15 n.27 – (jan.- jun. 2006) – Cuiabá: Ed. UFMT, 2006, p. 119 – 149

_____. O espaço agrário mato-grossense na dinâmica da política nacional; disputas, negociações e alternativas classistas ao atual modelo de desenvolvimento do estado. Cuiabá, MT : Revista Novos Rumos. SINTEP-MT . Edição 4 – agosto de 2005; páginas 6-10.

CARON, Marcos Macedo Fernandes. Verbete Marxismo. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. Editora Autêntica. 2ª edição. Belo Horizonte: 2010.

CARVALHO, Carlos Gomes de. **Governadores. Meio Século de vida pública**. Carlini e Caniato. Editorial. Cuiabá. 2007.

CARVALHO, José Sérgio F. de. Entre a doutrina e o slogan. Revista Viver Mente & Cérebro. Ediouro. SP: 2005, edição especial nº 4 – Paulo Freire.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de janeiro, vol. 40 nº 2, 1997, PP. 229 a 250.

CARVALHO, Mauri de. Lenin, Educação e Consciência Socialista (95-122). In: LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Demerval. **Marxismo e Educação: Debates Contemporâneos**. Campinas, SP : Autores Associados; Histedbr, 2005.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. "O nosso DNA é mais profundo é a esperança". Entrevista a Revista FÓRUM, nº 57, dezembro de 2007.

_____, Dom Pedro. **Quando os dias fazem pensar**. Editora Paulinas. SP: 2007.

_____, Dom Pedro. **Carta Pastoral**; Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia. 1971.

CASASSUS, Juan. **A escola e a desigualdade**. 2ª edição. Líber Livro Editora. UNESCO. Brasília:2007.

CASTAÑEDA, J. G. **Utopia Desarmada. Intrigas, Dilemas e Promessas da Esquerda Latino-Americana**. São Paulo (SP): Ed. Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, José Abrahão e DUARTE, Bruno de Carvalho. Descentralização da Educação Pública no Brasil. Evolução dos Gastos e Matrículas. Trabalho encomendado: IPEA/DISOC; IBGE; SIAFI/STN. ANPED, 2007.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos Brasileiros**. 3ª edição. Editora da UnB. Brasília. 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____, Marilena. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In: BRANDÃO, Carlos R.. **O educador: Vida e Morte**. Editora Graal. 12ª edição. RJ, 2002: 51-70.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. RJ: Vozes, 2006.

CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madrid**. Tomo II. Edição Fac - similar. Editora do Senado Federal. Brasília: 2001.

COSTA, Sérgio Francisco. **Estatística Aplicada à Pesquisa em Educação**. Brasília: Plano Editora, 2004.

COUTO, Cláudio Gonçalves. **O desafio de ser governo. O PT na prefeitura de São Paulo (1989 – 1992)**. Editora Paz e Terra. SP. 1995.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª edição. Editora Rocco. RJ. 1997.

D'AMBROSIO, Oscar. **Política Social. Poder aos municípios**. Jornal da Unesp. 05/12/2000.

DASSU, Elizabeth. **As Frentes populares na década de 1930**. In: HOBBSAWM, E. J. **História do Marxismo** - Volume 5. Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra. 2ª edição, 1986.

DAVIES, Nicholas. Governo FHC: "toda criança na escola?" – quando 1+1 é mais que 2 ... nas estatísticas oficiais! In: SOUZA, Donald Bello de e FARIA, Ciomar Macedo de (org.). **Desafios da Educação Municipal**. RJ: DP&A editora, 2003.

DAVIES, Nicholas. **FUNDEB. A Redenção da Educação Básica?** Editora Autores Associados. Campinas, SP. 2008.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. Autores Associados. 8ª edição. SP. 2003.

_____, Pedro. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo**. São Paulo ; Cortez, 1996.

DIAS, Giocondo Dias: **Os Objetivos dos Comunistas. Artigos, entrevistas e um depoimento político**. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1983.

DINIZ, Zélia dos Santos. **Conhecendo Barra do Garças. Editora Gráfica Multicor. 2ª edição.** Barra do Garças/MT: 2005.

DOURADO, Luiz Fernando. Plano Nacional de Educação: Avaliações e retomada do Protagonismo da Sociedade Civil organizada Pela Educação. In: FERREIRA, Naura Sylvia Carapeto Ferreira (org), SCHLESSENER, Anita Helena ...[et al] (orgs.) **Políticas Públicas e Gestão da Educação: polêmicas, fundamentos e análises.** Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

ENGELS Friedrich: **A Origem da Família da Propriedade e do Estado. “III – O Curso Histórico das Civilizações. Barbárie e Civilização” 1877).** In: FERNANDES, Florestan. **Marx / Engels.** Editora Ática. 3ª edição. SP. 2003

ENGUITA, Mariano F. **Trabalho, Escola e Ideologia. Marx e a crítica da educação.** Porto Alegre, SP : Artes Médicas Sul, 1993.

FARENZENA, Nalú, MACHADO, Maria Goreti Farias. O custo das escolas públicas municipais: resultados de uma pesquisa e implicações políticas. RBPAAE – v. 22, n.2, p. 277-290, jul/dez 2006.

FARIA, Lia. A questão local: um debate para a educação. RBPAAE. Revista brasileira de política e administração da educação. V. 22. nº 1. p.1-184. jan/jun 2006.

FERNANDES, Florestan. **Marx / Engels.** Editora Ática. 3ª edição. SP. 2003.

FERNANDES, Florestan. Anísio Teixeira e a luta pela escola pública. In: ROCHA, João Augusto de Lima (org). **Anísio em Movimento.** Editora do Senado Federal. Brasília. 2002: 51-57.

FERNANDES, Florestan (coord.). **Sociologia.** Editora Ática. 2ª edição. SP. 1991.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e Seus Municípios.** MT: Ed. Buriti, 2001.

FREIRE, Paulo. Educação. O sonho possível. In: BRANDÃO Carlos R. **O educador: Vida e Morte.** Editora Graal. 12ª edição. RJ, 2002: 89-101.

_____. **Ação Cultural Para A Liberdade e outros escritos.** 11ª edição. SP: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Editora Paz e Terra. 21ª edição. RJ. 1993

FREITAS, Luiz Carlos de. **Uma Pós-Modernidade de Libertação. Reconstruindo as Esperanças.** SP: Editora Autores Associados, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (organizadora). **Metodologia da Pesquisa Educacional.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Educação e formação humana: Ajuste neoconservador e alternativa democrática (31-92). In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação.** Petrópolis: Editora Vozes, 1995. 3ª edição.

_____. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** Cortez editora. 2ª edição. SP. 1996.

_____. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento (25-54). In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Trabalho: Perspectiva de Final de Século.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. A nova e as velha face da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos (21-46). In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). **Teoria da Educação no Labirinto do Capital.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Escola pública brasileira na atualidade. Lições da história.** Apud Maria Isabel Moura Nascimento (org.). *A Escola Pública no Brasil. História e historiografia.* Editora Autores Associados. SP. 2005: 221-254.

FORCHERI, Miguel Serna. **Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul.** SC: EDUSC. 2004.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas.** 8ª edição. São Paulo, SP: Ed. Ática, 2005.

GADOTTI, Moacir. Educação é o maior entrave do desenvolvimento brasileiro. *Revista Caros Amigos.* Ano XIII nº 155, fevereiro 2010:12-16.

_____. O oprimido precisa de uma pedagogia para entender a opressão. *Revista Caros Amigos.* Ano XIII nº 154, janeiro 2010:34-35.

_____. Educação e Ordem Classista. (Prefácio). **Paulo Freire. Educação e mudança.** 31ª edição. SP. Editora Paz e Terra. 2008:9-14.

GATTI, Bernardete Angelina. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil.** Brasília: Plano Editora, 2002.

GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação.** Petrópolis, 3ª edição, RJ: Editora Vozes, 1995.

_____. Educar para o Desemprego: A desintegração da Promessa Integradora. 1998. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Trabalho: Perspectiva de Final de Século.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GOMES, Candido Alberto, CARNIELLI, Beatrice Laura e GONÇALVES, Myriam Christiano Maia. Políticas federais de apoio: as tortuosas ruas de mão-dupla das relações intergovernamentais. In: SOUZA, Donald Bello de e FARIA, Ciomar Macedo de (orgs.). **Desafios da Educação Municipal.** RJ: DP&A editora, 2003.

GOMES, Candido Alberto; CARNIELLI, Beatrice Laura; JESUS, Wellington Ferreira de; LEAL, Helder Bueno. O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura. *RBPAE – v. 23, n.1 p. 29-52, jan/abr. 2007.*

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** 5ª edição. SP: Editora Ática, 1999.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **O Escrito, o dito e o feito: Educação e Partidos Políticos.** São Paulo.: Papirus Ed, 1994.

_____. *Estado, Sociedade e Gestão da Educação: novas prioridades, novas palavras de ordem e novos e velhos problemas.* *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – v.13 nº 1, p. 07-18, jan./jun.1997.*

_____. *Projeto político-pedagógico: retrato da escola em movimento.* In: MONTEIRO, Aída Maria; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. **Retrato da Escola no Brasil.** Editora CNTE. 2004: 161-175.

_____. *Sistemas municipais de ensino: limites e possibilidades.* In: BRZEZINSKI, Iria. **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares.** Editora Cortez. SP. 2008:220-245.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Edição Carlos Nelson Coutinho. Editora Civilização Brasileira. Volume 2. 4ª edição. RJ:2006.

GUELFÍ, Denise Cristina. **Labirintos Metodológicos: a caminho de uma hermenêutica.** Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GUIMARÃES, Regina Beatriz. “Amazônia na boca da carabina”. *Revista “HISTÓRIA”, da Biblioteca Nacional.* Ano 3, nº 27, dez 2007:66-69.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como práxis política.** São Paulo: Summus, 1988.

HARNECKER, Marta. **Fazendo Caminho ao Caminhar. Experiências de partidos de esquerda em governos locais do Brasil, Uruguai e Venezuela.** Brasília: Editora Thesaurus, 1996.

HESS, Remi. **Produzir sua Obra. O momento da tese.** Brasília- DF : Editora Líber Livro, 2005.

HOBBSAWM, Eric. J. **História do Marxismo.** Editora Paz e Terra. 2ª edição. RJ. 1986.

IESSAKÓV Vladimir e NENARÓKOV Albert; **Do bê-a-bá às Equações Integrais.** Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, Edições Progresso, Moscou, 1982.

KONDER, Leandro. Limites e possibilidades de Marx e sua dialética para a leitura crítica da história neste início de século. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). **Teoria da Educação no Labirinto do Capital.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** SP: Editora Paz e Terra, 5ª edição, 1989.

KRAWCZYK, Nora. A gestão escolar: um campo minado. Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. Revista Educação & Sociedade, ano XX, nº 67, agosto/1999.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** Editora Nova Fronte. 6ª impressão. RJ: 1997.

LEFEBVRE, Fernando e LEFEBVRE, Ana Maria. **Depoimentos e Discursos: uma proposta de análise em Pesquisa social.** Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal / lógica dialética – 5ª edição –** RJ: Editora Civilização Brasileira, 1991.

LENIN, V.I: **“Dos taticas de la socialdemocracia en la revolucion democrática”.** Ediciones en lenguas extranjerias, Moscú, 1952.

LENIN, V.I. **Materialismo e Empiro-Criticismo. Notas e criticas sobre uma Filosofia Reacionária.** Editora Calvino Ltda. RJ: 1946. Tradução Abguar Bastos. V. I. Lênin Obras Completas volume 13- 1ª parte.

LENIN, V. I. **Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento.** Editora Avante! 2ª edição. “Biblioteca do Marxismo – Leninismo – 8”. Lisboa. 1978. Impressão março de 1984.

LÊNIN, V. I. **Política.** Organizador Florestan Fernandes. Ed. Ática. SP: 1989,

LOPES, Ana Maria e FERREIRA, Eudson de Castro. **Tybysirá. Educação do campo e visibilidade social. Uma experiência no sertão do Araguaia.** Editora Idéia. Brasília. 2004.

LOTT, Alcides Moura. **Teatro em Mato Grosso. Veículo da dominação colonial.** Brasília. Brasiliense. SP: 1986.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe. Estudos sobre a dialética marxista.** SP: Editora Martins Fontes, 2003.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa Crítica, Etnopesquisa – Formação.** Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. **História da Literatura de Mato Grosso. Século XX.** 1ª edição. Editora Unicen. Cuiabá/MT:2001

MACAULY, Neill. **A Coluna Prestes. Revolução no Brasil.** Tradução de Flora Machnan (revista por Gonçalo Alves): 2ª edição: Editora Difel. São Paulo/Rio de Janeiro, 1977.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o Retorno À Dialética.** São Paulo : Editora Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **O Método da Economia Política** (do original **Contribuição à crítica da Economia Política**). Tradução e Organização de Florestan Fernandes. **Marx / Engels.** Editora Ática. 3ª edição. SP. 2003.

- MARX, Karl e Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**. Editora Martins Fontes. SP. 2008.
- MÁXIMO, Antônio Carlos. **Os Intelectuais e a Educação das Massas. Polêmicas do nosso tempo**. Editora Autores Associados. SP. 2000.
- MEIRELES, Cecília. **Crônicas de educação**. Editora Nova Fronteira. RJ. 2001.
- MELO, Maria Teresa Leitão. Gestão Educacional: os desafios do cotidiano escolar. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto e AGUIAR, Márcia Ângela da S. (orgs). **Gestão da Educação; Impasses, perspectiva e compromissos**. 3 ed., São Paulo: Cortez, 2001.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. **A Regra e o Jogo**. Campinas/ SP: FE/UNICAMP, 2000.
- MENDONÇA Rubens de. **Nos bastidores da história mato-grossense**. Editora UFMT. Cuiabá: 1983.
- MÉSZÁROS, István. Marx "filósofo". In: HOBBSAWM, Eric. J. **História do Marxismo**. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 2ª edição. RJ. 1986.
- MIGUEZ, José Mario Guedes. **Araguaia. De Rondon ao Discoporto (histórias de um pescador)**. Barra do Garças. MT. 1996.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e A Escola**. 3ª edição. SP: Editora Ática, 1992.
- MORENO, Gislaene. e HIGA, Tereza Cristina Souza. **Geografia de Mato Grosso. Território, Sociedade, Ambiente**. Cuiabá, MT : Entrelinhas Editora. 2005
- MOTTA, Manoel Francisco de Vasconcelos. O marxismo-leninismo: referência oculta no debate entre católicos e liberais na primeira fase de discussão sobre a LDB da Constituição de 1946. REVISTA Busca e Movimento. Estudos sobre Educação e Ensino. Núcleo de Pesquisa em Educação. Dep. De Educação/ICHS/CUR/UFMT. Rondonópolis. 1996.
- MOURA, Carlos Francisco. O Ensino em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Vol. 59. Editora Entrelinhas. MT: 2001.
- NETO, Odorico Ferreira Cardoso. **Dissensos no consenso. A democratização na Escola Pública em Mato Grosso**. Cuiabá-MT : Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2004.
- NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. **Relatos Políticos. Resgate da memória política de Mato Grosso**. Editora Mariela. RJ:2001.
- NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. **Leões e raposas na política de mato grosso. Resgate da memória política de Mato Grosso**. Editora Mariela. RJ:2001
- OLIVEIRA, Ozerina Victor de. **O Processo de Produção da Política de Currículo em Ribeirão Cascalheira – MT (1969 A 2000). Diferentes Atores, Contextos e Arenas de Uma Luta Cultural**. Tese de Doutorado – UERJ. Faculdade de Educação. PropEd. RJ: Abril/2006.
- OZAI, Antônio. **História das Tendências no Brasil. Origens, cisões e propostas**. 2ª edição. SP: Dag gráfica e Editorial, 1985.
- PAIVA, Vanilda. **A Escola Pública Brasileira no Início do Século XXI: Lições da História**. Apud NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.): **A Escola Pública no Brasil. História e historiografia**. Editora Autores Associados. SP. 2005:161-191.
- PALUDO, Conceição. **Educação Popular em Busca de Alternativas**. Porto Alegre, RS: Tomo Editorial, 1ª edição, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Editora Ática. 3ª edição. 2004.

PASSOS, Luiz Augusto. A centralidade do tempo e da temporalidade para a educação. Revista de Educação Pública. Temas contemporâneos de Pesquisa em Educação. EDUFMT. Cuiabá V. 14, N. 26, julho – dez 2005.

PINTO, José Marcelino de Rezende Pinto. **Uma proposta de custo – aluno - qualidade na educação básica**. Revista RBPAAE- v. 22, n. 2, p. 197-227, jul/dez 2006.

PLANO DE GOVERNO, BARRA DE TODOS, BARRA MELHOR: Um compromisso com você. Plano Público de governo municipal apresentado à população de Barra do Garças da coligação PCdoB – PT – PSB – PTB – PSDB ; 15 páginas. Barra do Garças, Eleições de 2004.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Barra do Garças, MT: Secretaria de Educação de Barra do Garças, 2004.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Barra do Garças, MT: Secretaria de Educação de Barra do Garças, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS/MT. **60º Aniversário de Emancipação Política Administrativa de Barra do Garças. Barra do Garças: Viver bem é aqui**. Convite para as Comemorações. Barra do Garças/MT: 2008.

Programa Socialista do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. SP: Editora e Livraria Anita Garibaldi Ltda, 2007.

QUEIROZ, I. M. Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. Alfa Ômega. SP: 1976.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2005. Governo do Município de Barra do Garças – MT; . Secretaria de Educação de Barra do Garças. Barra do Garças, MT, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **Grandes Vultos Que Honraram o Senado**. Editora do Senado Federal. Brasília. 2003.

RIBEIRO, Darcy. **Depoimento**. In ROCHA, João Augusto de Lima (org): **Anísio em Movimento**. Editora do Senado Federal. Brasília. 2002: 65-72.

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. **O Migrante e a Cidade:dilemas e conflitos**. Gráfica Wunderlich. Araraquara: 2001.

RIBEIRO, Marilene Marzari. **Memória de Migrantes: onde viver o fazer faz o saber**. Cathedral Publicações. Cuiabá: 2005.

ROSSO, Sadi Dal. **A Jornada de Trabalho na Sociedade. O castigo de Prometeu**. Editora LTr. SP: 1996.

SAVIANI, Dermeval. **PDE. Plano de Desenvolvimento da Educação. Análise crítica da política do MEC**. Autores associados. SP. 2009.

SALOMON, Décio. **A Maravilhosa Incerteza**. SP: Editora Paz e Terra, 2000.

SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil. Genealogia do conhecimento**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

_____ **A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção**. RBPAAE - Revista brasileira de política e administração da educação. V. 22. nº 1. p.1-184. jan/jun 2006.

_____ **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação**. Líber Livro Editora Ltda. Brasília/DF: 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10ª edição. SP: Editora Cortez, 2005.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Três Ensaios de História Colônia**. Edições do Senado Federal. Volume 86. Brasília: 2008.

SANTOS, Milton. **O Brasil Território e sociedade no início do século XXI** – Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Por uma Economia Política da Cidade**. Edusp. 2ª edição. SP: 2009.

_____. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. Edusp. 2ª edição. SP: 2009.

_____. **Testamento Intelectual**. Editora UNESP. SP:2002

SARUP, Madan. **Marxismo e Educação**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação. LDB. Trajetória limites e perspectivas**. SP: Editora Autores Associados, 5ª edição, 1999.

_____. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por Uma Outra Política Educacional**. 5ª Edição. SP:Autores Associados, 2004.

_____. **Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios**. Educação e Sociedade. Vol. 20 nº 69. Campinas, dezembro, 1999.

SILVA, Eronildo Barbosa da e OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. **Do MDB ao PMDB. Quarenta anos de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: Editora Oeste, 2006.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso. Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá : Entrelinhas Editora, 2002.

_____. **Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso. Cuiabá, MT (1870-1879)** : INEP/COMPED/ EDUFMT, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (org.). **O processo histórico de Mato Grosso**. Lourenço Alves da Costa, Cátia Maria Coelho Carvalho – UFMT, Cuiabá, 1990. Ed. Guaicurus.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação Institucional, instrumento da qualidade educativa: a experiência da Unicamp. In: SOBRINHO, José Dias e BALZAN, Newton César. **Avaliação Institucional. Teoria e experiências**. SP: Editora Cortez, 3ª edição, 2005.

SOUZA, Celina. **Governos locais e gestão de políticas sociais universais**. São Paulo em Perspectiva. Vol. 18 nº 2. Abril/ junho 2004.

SOUZA, Donaldo Bello de e FARIA, Ciomar Macedo de. **Limites e possibilidades da Educação Municipal pós – LDB (9.394/96)**. In: SOUZA, Donaldo Bello de e FARIA, Ciomar Macedo de. (Orgs.). **Os Desafios da Educação Municipal**. RJ: DP&A editora, 2003.

SOUZA, Paulo Renato. **A Revolução Gerenciada. Educação no Brasil. 1995-2002**. Editora Prentice Hall. SP. 2005.

SZYMANSKI, Heloísa. (org.). **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. **Autonomia para a Educação (1947)**. In: ROCHA, João Augusto de Lima (org):. **Anísio em Movimento**. Editora do Senado Federal. Brasília. 2002:33-49.

TORRES, Artemis. **Mato Grosso em movimentos: ensaios de educação popular**. EDUFMT. Cuiabá . 1994.

_____. **Luta por Escola na Periferia. O caso do Bela Vista. Mato Grosso em Movimentos; Ensaios de Educação Popular**. Cuiabá: EdUFMT, 1994

TORRES, Maria Rosa.: Los Multiples Paulo Freire. In: Novedades Educativas, Nº 96, Buenos Aires, 1997

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Conselhos Municipais de Educação: criação e implantação em face das novas atribuições dos sistemas municipais de ensino. In: SOUZA, Donaldo Bello de e FARIA, Ciomar Macedo de (org.). **Desafios da Educação Municipal**. RJ: DP&A editora, 2003.

VERHINE, Robert E., MAGALHÃES, Ana Lúcia F. Quanto custa a educação básica de qualidade? RBPAE – v. 22, n.2, p.229-252, jul/dez 2006.

VIANA, Nildo. **Escritos Metodológico de Marx..** Goiânia, GO: Editora Alternativa, 2007.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

VIEIRA, Sofia Lerche. O público e o privado na educação: cenários pós LDB. In: Brzezinski Iria (org.). LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. Editora Cortez. SP. 2008: 77-98.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia Contra Capitalismo. A renovação do materialismo histórico**. SP : Editora Boitempo, 1995.

ZIZEK,SLAVOJ. **Às portas da Revolução. Escritos de Lênin de 1917**. Editora Boitempo. SP. 2005.

II – REVISTAS

Revista “HISTÓRIA”, da Biblioteca Nacional. Ano 3, n27, dez 2007:66-69.

Revista “Brasil VIP Mato Grosso”. Ano I, Edição nº 1, Maio de 2008: 6-7.

_____ “Brasil Vip Mato Grosso”. Ano I, Edição nº 4, setembro de 2008: 15, 16 e 17.

Revista “Brasileiros”, dezembro de 2007 – janeiro de 2008; páginas 30 a 38.

Revista Caros Amigos, nº 136, julho de 2008; página 14 e 15.

_____ Caros Amigos, nº 149, agosto de 2009; página 18.

_____ Caros Amigos, nº 150, setembro de 2009; página 12 a 16.

_____ Caros Amigos, nº 153, dezembro de 2009, p. 32-35.

_____ Caros Amigos, nº 154, janeiro de 2010, página 35.

_____ Caros Amigos, nº 155, fevereiro de 2010: páginas 12 a 16..

Revista Carta Capital, nº 429, 22/11/2006;

_____ Carta Capital, 15/10/2008:páginas 33-35;

_____ Carta Capital, abril de 2009, página 65;

_____ Carta Capital, 01/07/2009: 56-58;

_____ Carta Capital, nº 578, de 13/01/2010;

Revista CULT, nº 146, maio de 2010, páginas 12-18.

Revista Dinheiro Rural nº 56, de junho de 2009 (páginas 51-55)

Revista Época, 25/08/2008: 42-45.

_____ Época, 22/09/2008:páginas 70-74;
 _____ Época,13/10/2008:páginas 112-113;
 _____ Época, 03/11/2008: página 44;
 _____ Época de 25/05/2009, páginas 58-62
 _____ Época nº 624, de 13/05/2010, seção Brasil
 _____ Época, nº 636, 26/07/2010, seção Época Debates

Revista Exame, nº 951, Suplemento.

Revista Fórum, Número 57, dezembro de 2007, p.11.

Revista ISTOÉ nº 1995, 30/01/2008; página 44-48
 _____ ISTO É, nº 2032,15/10/2008:páginas 36-37;
 _____ ISTO É, ano 32, nº 2078, 9/9/2009. Coluna de Ricardo Boechat
 _____ ISTOÉ ANO 32 nº 2086, de 4/11/2009, página 35 a 42

Revista: Municípios Business, ano III – nº 9 – abril/maio 2007: 12.

Revista: Princípios; abril e maio/2005, nº 78: página 27 A 30.

Revista RDM, de 15/05/2005, páginas 10 a 14.
 _____ RDM, de 05/11/2006, páginas 10 a 16.
 _____ RDM nº 166; 29/04/2007, Ano VIII; página 10.
 _____ RDM, 13/09/2008; página 36.

Revista Veja,15/10/2008: página 75-79

III – JORNAIS:

a) de outros estados:

- Jornal Folha de São Paulo, 28 de novembro de 2009, Ilustrada :E4
- _____ Folha de São Paulo, 30 de maio de 2010: B 16.
- _____ Folha de São Paulo, 11 de julho de 2010: E12.
- Jornal O Popular, Goiânia, 14/08/2008, página 19.
- _____ O Popular, de Goiânia, do dia 14 de setembro de 2008.
- Diário Vermelho”, de 15/06/2005; www.vermelho.org.br/diario/2005/0715/0715

b) Jornais estaduais:

- Jornal A Gazeta, 09/01/2010, 1º caderno: 2;
- Jornal Diário de Cuiabá, 09/01/2010, Caderno 2

c) Jornais de Barra do Garças:

- Jornal A Gazeta do Vale do Araguaia, edição de 15 a 22 de agosto de 2006, Editorial.
- _____ A Gazeta do Vale do Araguaia – 19 a 25 de outubro de 2007: 2
- Jornal Local, 26/07/05, página 01
- Jornal “Notícia dos Municípios” – 05 a 21 de dezembro de 2008, página 6.

d) Jornais Eletrônicos de Barra do Garças e de Mato Grosso consultados pelo autor para pesquisa de opinião entre os anos de 2006 a 2008:

- “Diário de Cuiabá” (www.diariodecuiaba.com.br);
- “Jornal Local” (www.jlocal.com.br/barra);
- “24 horas News” (www.24horasnews.com.br);
- “Araguaia News” (www.Araguaia.net/news);

e) Boletins

- Boletim do Tribunal de Contas de Mato Grosso, março de 2009 (www.tce.mt.gov.br)
- Boletim da Confederação Nacional dos Municípios (CNN), nov./dezembro de 2008.
- Notícias do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, de 19/02/2009

ÍNDICE ONOMÁSTICO SELECCIONADO

- ABICALIL: 4, 20, 22, 44, 54, 76, 77, 78, 79, 107, 174, 194, 195, 196, 206.
 ARROYO: 30, 59, 181,
 AZEVEDO: 179.
 BETTO: 61 e 62.
 BORDIGNON: 253.
 BOURDIEU: 31, 32, 53, 66, 186, 222.
 CARON: 119, 186, 252.
 CASALDÁLIGA: 4, 20, 29, 44, 74, 79, 80, 82, 99, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 113, 114, 115, 120, 123, 181, 196, 248, 291, 300, 302, 303
 CHAUI: 154.
 DAMATTA: 21.
 DAVIES: 64: 198, 205.
 DEMO: 181, 198, 209.
 DOURADO: 60.
 ENGELS: 36, 137.
 ENGUITA: 30.
 FERNANDES: 51, 54, 57, 58, 59, 189.
 FREIRE, 6, 24, 26, 30, 34, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 74, 79, 105, 148, 153, 156, 167, 177, 179, 191, 186, 226, 251, 274, 277.
 FRIGOTTO, 30, 53, 56, 58, 76, 186, 193, 252, 299.
 GADOTTI, 54, 65, 193.
 GENTILI, 193.
 GRACINDO, 53, 60, 64, 66, 191, 198, 199, 253, 275.
 GRAMSCI: 94.
 GUTIÉRREZ: 18.
 HARNECKER: 150, 151, 152, 251, 252.
 KONDER: 76.
 KOSIK: 25, 89.
 LEFEBVRE: 25.
 LENIN: 86, 130, 131, 175, 190, 307
 LUKÁCS: 26, 186.
 MARX: 20, 24, 36, 175, 185, 186, 187, 295.
 MÁXIMO: 31.
 MENDONÇA (Erasto Fortes): 30, 198, 199, 252.
 MOTTA: 53, 58, 189.
 OLIVEIRA: 106, 107, 108, 115.
 PAIVA: 52, 53.
 PINTO: 197, 198.
 RIBEIRO (Darcy): 51, 53, 57, 58, 63.
 ROSSO: 15.
 SANDER: 30, 198, 199.
 SANTOS (Milton), 31, 120, 209, 220, 280, 291, 302.
 SAVIANI: 53, 61, 64, 65, 66, 74, 190, 193, 199.
 TEIXEIRA, 56, 57, 58.
 TORRES: 74, 153,
 VASCONCELOS: 198.

APÊNDICE

I) Informações geográficas da temática da tese

- **Dados básicos do município de Barra do Garças – Estado de Mato Grosso; Brasil:**
- Referência geográfica/histórica: "*Capital do Vale do Araguaia*".
- Fundação - 15 de setembro de 1948.
- Gentílico – “barra-garcense”.
- Prefeito atual, mandato 2009/2012: Wanderlei Farias (PR – Partido da Republica).
- **Prefeito do período estudado (2005/2008): Zózimo Wellington “Chaparral” (PCdoB – Partido Comunista do Brasil).**
- Mesorregião - Nordeste Mato-Grossense.
- Microrregião - Médio Araguaia.
- Municípios limítrofes - Pontal do Araguaia; Araguaiana; General Carneiro; Nova Xavantina; Aragarças (esta última no Estado de Goiás, na margem direita do rio Araguaia).
- Distância da capital do estado, Cuiabá: 510 quilômetros (Goiânia, 460 Km; Brasília, 600Km) .
- Área - 9.142,008 km² (dado comparativo: Distrito Federal: 5.040 km²)
- População - 53.243 hab. cont. IBGE/2007 (estimativa 2009: 55.120 hab.).
- Densidade - 6,2 hab./km².
- Altitude média - 318 metros em relação ao nível do mar.
- Clima – Tropical, média de 24/26° (máximas atingem 40°). Chuvas de outubro a março; seca de abril a setembro.
- Fuso horário – UTC: - 4 (oficialmente, quatro horas atrasado de Greenwich e uma hora a menos do horário oficial de Brasília, sujeito às variações locais e regionais nos períodos do “horário de verão”. Além disso, por influência das ligações culturais, econômicas e históricas com Goiânia, a cidade adota, na maior parte do ano, o fuso horário de Brasília, portanto, uma hora adiantado em relação ao fuso oficial do estado de Mato Grosso)
- IDH - 0,814 (PNUD/2005)
- PIB - R\$ 519.927.450,00 (IBGE/2005)
- PIB per capita - R\$ 9.765,18 (IBGE/2005)
- **Fonte: IBGE; Secretarias da Fazenda do Estado de Mato Grosso; Gabinete da Prefeitura de Barra do Garças.**

MAPA 10: Localização geográfica da temática da tese:

- BRASIL. Área: 8.514.876 Km². População: 194.200.000 (2008).
- Estado de Mato Grosso. Área: 903.357 Km². População: 2.957.732 (2008)



Fonte: Enciclopédia Britânica inc.

Paisagens da pesquisa: Personagens, escolas, aldeias indígenas e bairros da cidade de Barra do Garças

FOTO 1



Escola Municipal Moreira Cabral, unidade representativa do “bairro central” (Anchieta) e de comunidade de “maior renda” da nossa amostragem.

FOTO 2

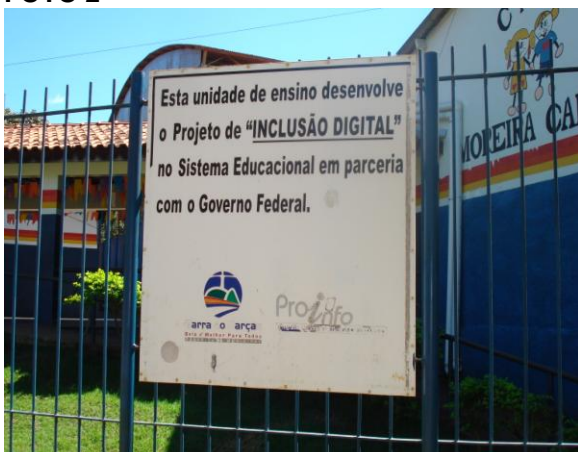


FOTO 3



“Inclusão Digital e o “Programa 2º Tempo””: principais projetos educacionais da prefeitura popular em parceria com o governo federal. Escola Moreira Cabral (Presente maioria das escolas pesquisadas).

FOTO 4



Corredor principal da Escola Moreira Cabral

FOTO 5



Reformas nas escolas: banheiro novo na Escola Moreira Cabral.

FOTO 6



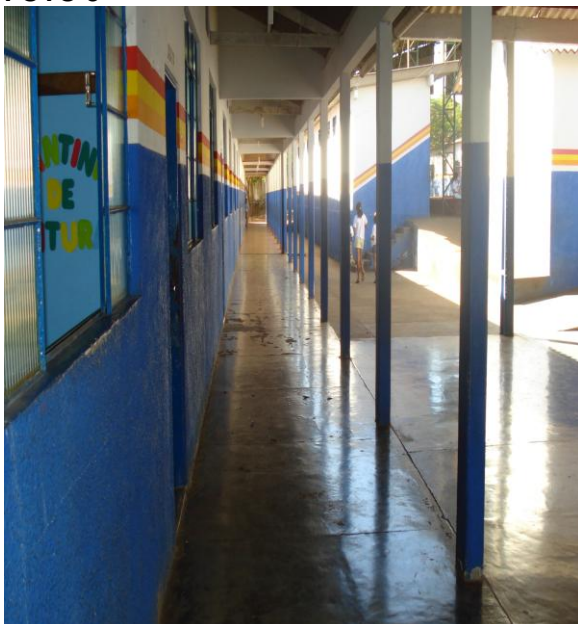
Jardim na entrada da Escola Moreira Cabral. Uma escola ainda sem muros

FOTO 7



Muro da Escola Municipal Pe. Sebastião Teixeira, unidade representante da nossa amostragem de bairro periférico e renda familiar menor. Bairro de Vila Maria

FOTO 8



Corredor da Escola Padre Sebastião Teixeira, Bairro de Vila Maria. À época da pesquisa contava com 480 alunos.

FOTO 9



Muitas eram as parcerias do governo federal com a prefeitura. No caso, reforma de escolas com apoio (material e mão-de-obra) da Marinha do Brasil, efetivadas nas escolas Moreira Cabral e Pe. Sebastião Teixeira.

FOTO 10



Refeitório da Escola PE. Sebastião Teixeira, em condições muito boas.

FOTO 11



Rua Frontal à Escola PE. Sebastião Teixeira, uma das últimas ruas a oeste do centro de Barra do Garças.

FOTO 12



Ginásio Coberto na Escola Municipal Pe. Sebastião Teixeira. Exceto a escola indígena do Tatu, inaugurada em 2007, todas as unidades da amostragem pesquisada tinham o seu, praticamente do mesmo tamanho e estrutura física

FOTO 13



Um das ruas principais de Vila Maria. Com o famoso “asfalto casca de ovo”, problemático p/ o futuro, mas de grande apelo popular.

FOTO 14



Vista de uma área elevada do Bairro de Vila Maria, distante 20 Km do centro. O asfalto, sem meio-fio, calçamento lateral, estrutura de água pluvial ou demais redes, foi feito nos dois mandatos do governo antecessor ao de Chaparral. (1997/2004) Nota-se que, no trecho da foto (e em muitos outros casos), o asfalto veio antes da construção das casas ou do comércio, enquanto outras ruas mais habitadas continuavam sem pavimentação. Contudo, a paisagem geral é muito boa, aparentando uma qualidade de vida bem melhor do que as periferias dos grandes centros.

FOTO 15



Rua sem asfalto no Bairro São José, vizinho a Vila Maria. É aqui que se dá um dos exemplos do prefeito Chaparral, citado por ele mesmo em comício, de trocar o asfaltamento de ruas como esta por maiores investimentos na saúde, educação, creches e no funcionalismo municipal.

FOTO 16



Capela simples no Bairro de Vila Maria

FOTO 17



“Escola Iró'orãpe” (do Tatu), na reserva Xavante de São Marcos, aldeia Nossa Senhora das Graças. Inaugurada em setembro de 2007

FOTO 18



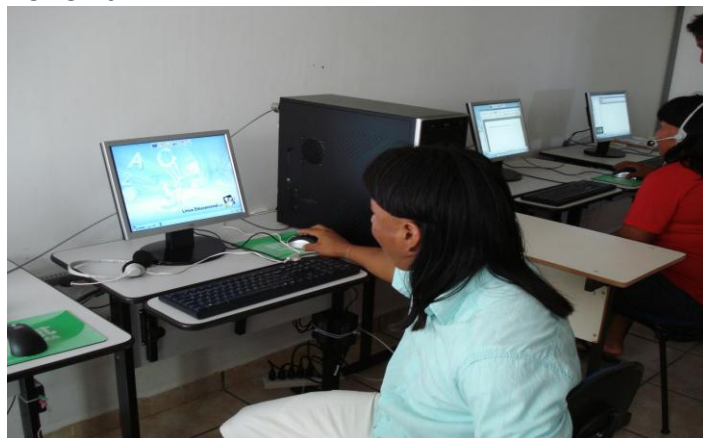
Aldeias Xavantes. Eu, meu filho e o Cacique Cláudio. Julho de 2008.

FOTO 19



Sempre é tempo de aprender....Aldeia Nossa Senhora das Graças, julho de 2008

FOTO 20



Há muito que índio não quer apito. Sala de informática na escola “Escola Iró'orãpe” (do Tatu), inaugurada em setembro de 2008, parceria da prefeitura com o governo federal.



FOTO 21: Vista frontal “Escola Iró’orãpe” (do Tatu). Setembro de 2008

FOTO 22



Vista lateral da “Escola Iró’orãpe”. Há muitas pessoas que pensam que a Escola do Tatu é apenas um nome...

FOTO 23



Eu e o Cacique Mariano. Sala de informática da escola “Escola Iró’orãpe” , 09/ 2008

FOTO 24



As novas escolas de alvenaria na Aldeia São José, inauguradas em 2006 e 2007. Na foto, eu, meu filho, a “Representante das Mulheres Guerreiras Xavantes” e dois membros da aldeia. Julho/08.

FOTO 25



Novos banheiros nas escolas indígenas. Para muitas crianças, o primeiro que passaram a se utilizar após a inauguração. PI'Õ (Meninas) e AIBÖ (Meninos)

FOTO 26



Aldeia Xavante São José, em pleno cerrado do Vale do Araguaia, julho de 2008

FOTO 27



Visão frontal da Escola Rural Municipal Miguel Sutil, Distrito de Toricoeje. Julho de 2008

FOTO 28



Rua frontal da Escola rural Miguel Sutil

FOTO 29



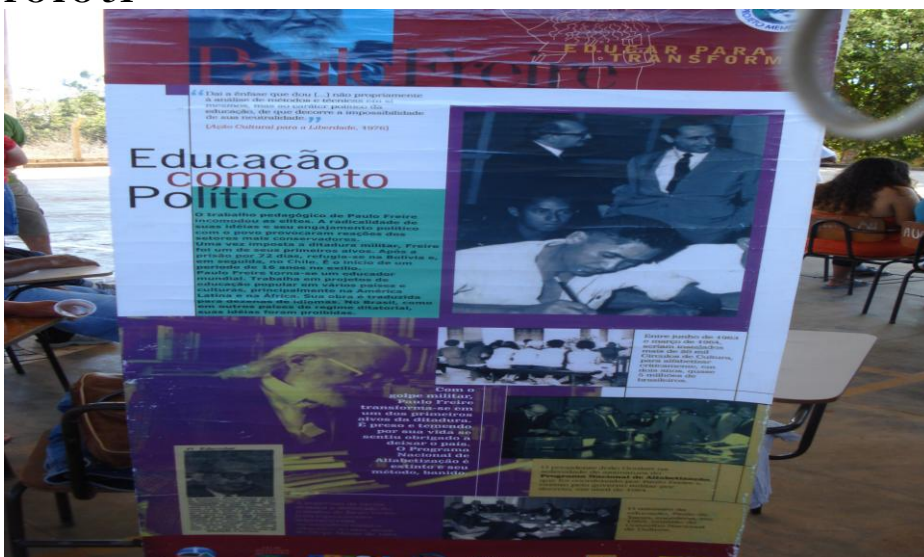
Estrada que liga o Distrito de Toricoeje (154 Km de Barra do Garças) ao município emancipado de São Joaquim (MT), a 100 Km. Tudo sem pavimentação.

FOTO 30



Escola Rural Miguel Sutil, com a visão da quadra coberta. Distrito de Toricoeje.

FOTO 31



Oficinas culturais. Projeto Cultural “Viva meu Bairro”. Escola Rural Miguel Sutil. Distrito de Toricoeje. Agosto/setembro de 2008

FOTO 32



Teatro móvel. Projeto Cultural “Viva meu Bairro”. Escola Rural Miguel Sutil. Distrito de Toricoeje. Agosto/setembro de 2008

FOTO 33



Oficina de Informática. Projeto Cultural “Viva meu Bairro”. Escola Rural Miguel Sutil. Distrito de Toricoeje. Agosto de 2008

FOTO 34



“Centro” do Distrito de Toricoeje. Eu e Evander, aluno da Escola Miguel Sutil, meu “guia turístico” no Distrito. Julho de 2008

FOTO 35



Muitas casas ainda se utilizam de cobertura de palha, Distrito de Toricoeje

FOTO 36



Ponte sobre o Rio das Mortes. Cenário de batalhas históricas entre exploradores e Xavantes. Divisa entre o Distrito de Toricoeje e o município de São Joaquim

FOTO 37



Pátio de entrada e refeitório da Escola Municipal Agropecuária Laudelino de Souza Santos. A unidade foi amplamente reformada no início do governo Chaparral (PCdoB), em 2005, e desativada na gestão do seu sucessor (2010), Wanderlei Farias (PFL, PSDB, PR).

FOTO 38



Escola Municipal Agropecuária Laudelino de Souza Santos. Residência funcional da direção e alojamento dos estudantes em regime de internato (ao fundo), especialmente os alunos indígenas.